Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PUC-SP

Danilo Luiz Marques

SOB A "SOMBRA" DE PALMARES:

ESCRAVIDÃO, MEMÓRIA E RESISTÊNCIA NA ALAGOAS OITOCENTISTA

Doutorado em História Social

São Paulo
2018

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PUC-SP

Danilo Luiz Marques

SOB A "SOMBRA" DE PALMARES:

ESCRAVIDÃO, MEMÓRIA E RESISTÊNCIA NA ALAGOAS OITOCENTISTA

Doutorado em História Social

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção do título de Doutor em História Social, sob a orientação da Profa. Dra. Maria Izilda Santos de Matos.

São Paulo
2018

BANCA EXAMINADORA

_____

_____

_____

_____

_____

À pequena Laura e às vovós Joana e Morena.

À Dona Sônia e ao Rubão.

Esta pesquisa contou com o apoio financeiro da FUNDASP, do CNPq e da CAPES (Processo: Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior - 88881.134295/2016-01).

AGRADECIMENTOS

Agradecer a todos que contribuíram nesta trajetória talvez seja uma tarefa tão árdua quanto a pesquisa em arquivos, a análise de documentos e as leituras bibliográficas, sempre se corre o risco de ser relapso e esquecer alguém ou alguma instituição. De antemão, peço desculpas pela ausência de algum nome.

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer a toda a minha família, a materna, ancorada no porto de Jaraguá, em Maceió (Alagoas), e a paterna, ancorada no porto de Santos (São Paulo). Na terra do Quilombo dos Palmares habitam as mulheres que me criaram, minha mãe Sônia, Maria, vó Morena e a tia Vinha. Junto delas desfrutei minha infância com meu irmão Luizinho e as primas Aline e Izadora, entre o Bebedouro e a Pitanguinha. Também quero deixar registrada minha gratidão ao Rubão, ao tio Tonho e ao tio Vinho. Na terra do Quilombo do Jabaquara, agradeço à minha avó Joana, ao meu irmão Daniel, às tias Solange e Tania, tio Guina e aos primos Alexandre, Guilherme, Vinícius e Natalia. Sempre muito bom descer a serra e visitá-los.

Agradeço imensamente à acolhida da minha orientadora, Maria Izilda Santos de Matos, que me guiou com sabedoria e maestria durante todo o doutorado. Lembro-me sempre do dia em que a conheci, foi na PUC-SP, ainda no mestrado (2011), era o primeiro dia de aula, e eu ainda um garoto recém-chegado a São Paulo e com várias dúvidas na cabeça. No intervalo da aula ela foi até seu escaninho e voltou com dois livros para me presentear, um deles foi *Liberdade*, do Marcus de Carvalho, leitura que fez toda a diferença na pesquisa. Ela nunca me deixou desistir de fazer o Doutorado Sanduíche nos Estados Unidos, mesmo tendo dois editais cancelados, conseguimos no terceiro. Gratidão eterna.

Na *Michigan State University*, onde realizei o Estágio Sanduíche no *Center for Latin American and Caribbean Studies*, sou grato ao professor Peter M. Beattie, ele foi de uma hospitalidade incrível ao longo do semestre de outono/2017. As leituras realizadas na MSU fizeram toda a diferença na reta final do doutorado. Também deixo meus agradecimentos ao professor David Wheat e ao Ramon Miranda, que, junto com Peter, tornaram nossas tardes bastante produtivas, quando conversávamos sobre escravidão, racialização, tráfico atlântico, historiografia, América e Caribe. Os funcionários do *Office for International Students and Scholars*

(OISS) da MSU foram muito atenciosos e forneceram todas as informações necessárias sobre a universidade.

Em East Lansing, cidade onde morei durante a estadia americana, não poderia deixar de agradecer a Ryan Barclay, Tomas Capistran e Fernando Palma pelas horas de lazer que ajudaram a aliviar o estresse da redação da tese. Obrigado pelos momentos de *soccer*, *ride a bike*, *BBQ* e *pub*.

Agradeço a todos os profissionais que me auxiliaram no *Arquivo Público de Alagoas*, no *Arquivo Nacional*, na *Biblioteca Mario de Andrade*, na *Biblioteca da PUC-SP*, na *Biblioteca Pública de Nova Iorque*, no *Schomburg Center for Research in Black Culture* (Nova Iorque) e na *Biblioteca da MSU*.

Na *Pontifícia Universidade Católica de São Paulo* (PUC-SP), os professores Amailton Magno Azevedo e Ênio José Brito participaram do exame de qualificação, dando sugestões e contribuições que foram imprescindíveis para a finalização do texto. Também não poderia deixar de mencionar aqui os professores do Programa de Estudos Pós-Graduados em História Social, que tanto no mestrado como no doutorado colaboraram com debates, críticas e sugestões, principalmente: Antonio Rago Filho, Denise Bernuzzi de Sant'Anna, Estefânia Knotz Canguçu Fraga, Fernando Torres Londoño, Maria Odila Leite da Silva Dias, Maria do Rosário da Cunha Peixoto, Vera Lúcia Vieira e Yvone Dias Avelino. Os coordenadores do programa, Carla Reis Longhi e Luiz Antonio Dias, e o assistente de coordenação, William Fernando, sempre atenciosos, auxiliaram quanto às questões burocráticas. Um agradecimento especial a Maria Antonieta Martines Antonacci, com quem tive aulas e conversas magistrais sobre as culturas africanas em diáspora. Amailton e Antonieta são amizades que levarei para além da PUC-SP.

Durante o doutorado, conheci novos colegas puquianos que se juntaram a velhos amigos. Paulo Cambraia, Arrovani Fonseca, Fabrício Herberth, Maria José, Silvane Silva, Emilio Gonzalez e Lúcio Menezes somaram-se a Egnaldo Rocha, Tiago Salgado, Karla Rasche, Talita Molina, Helenice Dias, Sandra Portuense, Juliana Monteiro, Victor Martins, Jorge Lúzio, Joilson Silva, Davi Rodrigues, Fabiana Vieira, Marilu Cardoso e Camila Petroni. Todos conhecedores das angústias de se fazer uma pesquisa histórica. Gostaria de destacar os nomes de Reginaldo Gomes, que mesmo a distância sempre me encorajou a traçar novos objetivos acadêmicos, e Liliane Braga, pela parceria.

Como minha trajetória enquanto historiador começou em terras alagoanas, não poderia deixar de mencionar os professores da *Universidade Federal de Alagoas* (UFAL) que direta ou indiretamente contribuíram para este trabalho: Arrisete Costa, Clara Suassuna, Osvaldo Maciel, Paula Parlamartchuk, Filipe Caetano, Irinéia Franco e Gian Carlo. Zezito Araujo, hoje aposentado, foi meu orientador de TCC.

Agradeço também ao Marcus de Carvalho, pelo aceite em participar da banca de defesa.

Ao Centro de Estudos Africanos e da Diáspora (CECAFRO/PUC-SP), pelos bons momentos de debate, em especial a Adriana Silva.

A todos do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros da UDESC, principalmente Paulino Cardoso e Willian Soares.

Aos amigos da Revista Sankofa, especialmente Flávio Talles e Gabriel Rocha.

Aos amigos da imortal "Trincheira do CHLA-UFAL", que acompanham não só minha trajetória acadêmica, mas de vida há mais de uma década. Um salve pro Paulo Davi, Myro Rolim, Deca, Damodara Oiticica, Toninho, Tiago, Manu Oliveira, Madalena Cândido, Bruna Cabral, Flaviana Azevedo, Luciana Rodrigues, Marcia Tatiane, Artur Ornelas, Daniel, Claudyne Santos, Sandra Sena, Julia Araújo e Mariana Marques.

À Luana Teixeira, colega de profissão e de temática, me apresentou documentação e "trocamos figurinhas".

À Moritz Herrmann, pelo diálogo e amizade.

Ao Marcos Silva e ao Miguel Barros, que, entre partidas de futebol e almoços, ajudaram na ida aos Estados Unidos com burocracias e dicas logísticas.

Aos "alagoanos-paulistanos", principalmente Adrielly Honorio, Luciano Vanderley e Rafael Soriano.

À Tally Maria, Milena Rodrigues, Valmir Santos e ao casal Marilda e Roberto Manfré. São as amizades paulistanas que diminuem o impacto da ausência da família.

À Simone Carvalho, que acompanhou de perto os dois últimos anos da batalha tesiana, dividiu dilemas, impaciências, dúvidas, preocupações, pizzas, doces, afetos, viagens e shows. Obrigado por tudo.

Aos amigos do Terceirão 2004 do Colégio Santa Amélia, em especial ao Bruno Henrique, são mais de 18 anos de amizade.

Ao Rafa Dias, Rafa "Leste", Judson, Macalê, Douglas, Marcelo e todo o time do Maurão.

Aos colegas da Escola Estadual Cid Augusto Guelli (Guarulhos-SP).

À mãe Graça e a todos do Templo de Umbanda Caboclo Pena Vermelha. Saluba Nanã Buruquê.

MARQUES, Danilo Luiz. **Sob a "sombra" de Palmares:** escravidão, memória e resistência na Alagoas oitocentista. Tese (Doutorado em História Social), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018.

RESUMO

Esta pesquisa investiga o modo como os escravizados resistiram e procuraram, de diferentes formas, combater a instituição escravista na Alagoas oitocentista. Para tanto, toma como eixo norteador as experiências de vida desses sujeitos históricos, dando ênfase às vozes dissonantes dos escravizados, mas também atentando para as redes de solidariedade e sociabilidade estabelecidas com libertos e livres pobres. Desse modo, procura-se estudar episódios de resistência à escravidão protagonizados por essa população que se reinventou e desenvolveu, dentro das possibilidades existentes, variadas estratégias para conseguir seus meios de subsistência e se opor à instituição escrava, tendo sempre a liberdade em seu horizonte.

A tese aborda a revolta escrava de 1815 em Alagoas, a Guerra dos Cabanos (1832-35) e os motins contrários à "Lei do Cativeiro" (1851-52). Também se atém à década da abolição da escravidão no Brasil (1880), analisando as queixas de agricultores e outros membros das elites locais que reclamavam da "falta de braços escravos", dos bandos de ladrões de cavalos e da "quilombizacão" da cidade de Maceió devido às constantes fugas de escravizados das fazendas.

Antes de analisar essas questões, reflete-se sobre como se constituiu, na sociedade alagoana do século XIX, a representação da memória em torno do episódio de Palmares, e discorre-se sobre os grupos étnicos dos africanos presentes em Alagoas e a importância da cultura oral e do corpo no processo de reavivamento de suas memórias na diáspora.

Com isso, busca-se contribuir para um melhor entendimento da história da escravidão e da liberdade, a partir do recorte temporal oitocentista, e das tensões e pressões que desencadearam a abolição. Focando uma região que, apesar dos muitos estudos sobre o Quilombo dos Palmares, possui uma lacuna de pesquisas historiográficas sobre o protagonismo de escravizados, libertos e livres pobres no processo de desestabilização da instituição escrava.

Palavras-chave: escravidão, memória, resistência, Alagoas, século XIX.

MARQUES, Danilo Luiz. **Under the "shadow" of Palmares**: slavery, memory and resistance in Alagoas nineteenth century. Thesis (PhD in Social History), Pontifical Catholic University of São Paulo, São Paulo, 2018.

ABSTRACT

This research inquires how the slaves resisted and, in different ways, struggled against the institution of slavery in nineteenth century's Alagoas. As point of departure, this work seeks to represent the experiences of the enslaved as historical subjects, emphasizing their dissonant voices, but also, considering the networks of solidarity and sociability that they established with freedmen and the free poor. Therefore, the priority is to study the resistance to slavery carried out by this population that reinvented itself and developed, within existing possibilities, various strategies to obtain their means of subsistence and to gain greater autonomy, always having freedom in their horizons.

The thesis treated the Alagoas slave revolt of 1815, the Cabanos War (1832-35) and the mutinies against the "Law of the Captivity" (1851-52). The decade of the abolition of slavery in Brazil (1880) was also analyzed, through the statements of farmers and other members of local elites who complained about the "lack of slave arms", the gangs of horse thieves and the "quilombizacão" of the city of Maceió due to the constant escapes of slaves from the farms.

Prior to treating these questions, it is reflected on how the memory of Palmares was constituted in 19th-century Alagoan society. The African ethnic groups present in Alagoas and the importance of orality and the body in their cultures are also discussed as factors in the process of the recovery their memory in the diaspora.

Through this, we seek to contribute to a better understanding of the history of slavery and freedom in the nineteenth century and the tensions and pressures that triggered abolition, focusing on a region that, despite the many studies on the "Quilombo dos Palmares", lacks historiographic research on the protagonism of the enslaved, freed and poor free in the process of destabilization of the institution of slavery.

Key words: slavery, memory, resistance, Alagoas, nineteenth century.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO..... 17

INTRODUÇÃO..... 23

PARTE 1 - HISTÓRIAS, MEMÓRIAS E CULTURAS QUILOMBOLAS..... 46

CAPÍTULO I - "MINHA TERRA FICOU LONGE, NUNCA MAIS PUDE IR ATÉ LÁ": TRÁFICO DE AFRICANOS, ETNIAS E CULTURAS HERDEIRAS DE MATRIZES ORAIS AFRICANAS..... 52

CAPÍTULO II - "FOLGA NEGRO, BRANCO NÃO VEM CÁ": O *QUILOMBO* COMO ARTE DA MEMÓRIA NEGRA SOBRE PALMARES..... 86

CAPÍTULO III - "ACREDITARAM TEL-OS DESTRUÍDO; ENFIM ELES PERMANECERAM INCOMODANDO E RAPINANDO": AS NARRATIVAS SOBRE PALMARES NA REVISTA DO IAGA (1872-1901)..... 121

PARTE 2 - SEDICIOSOS, SALTEADORES E AMOTINADOS: AS RESISTÊNCIAS À ESCRAVIDÃO DOS MALÊS, CABANOS E MARIMBONDOS (1810-1850)..... 140

CAPÍTULO IV - "AGENTES DA SEDIÇÃO PREMEDITADA": UMA REVOLTA ESCRAVA EM 1815..... 145

CAPÍTULO V - A "TERRÍVEL FALANGE DOS PAPA-MÉIS": OS CABANOS E A "COINCIDÊNCIA" COM O ESPAÇO PALMARINO (1832-1850)..... 170

CAPÍTULO VI - “FAZENDO DESATINOS E PROPALANDO IDEIAS SUBVERSIVAS A ORDEM PÚBLICA”: OS MARIMBONDOS CONTRÁRIOS À “LEI DO CATIVEIRO” (1851-1852)..... 210

PARTE 3 - QUILOMBOLAS, MALFEITORES E MAIS ALGUNS SALTEADORES: OS TEMEROSOS E INCERTOS ÚLTIMOS ANOS DA ESCRAVIDÃO (1870-1880)..... 234

CAPÍTULO VII - “HABITUADOS NA PRÁTICA DO CRIME”: QUILOMBOS, COUTOS DE MALFEITORES E OS BRAÇOS PARA A LAVOURA..... 246

CAPÍTULO VIII - “AUDACIOSOS LARÁPIOS”: OS LADRÕES DE CAVALOS E OS PREJUÍZOS À LAVOURA..... 276

CAPÍTULO IX - “UM COVIL DE ESCRAVOS FUGIDOS”: A DÉCADA DA ABOLIÇÃO EM MACEIÓ..... 293

CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 334

FONTES E BIBLIOGRAFIA..... 339

ANEXOS..... 360

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Rotas do tráfico de escravizados no Atlântico Sul..... 56

Figura 2 - Diáspora da África Centro-Ocidental para o Novo Mundo..... 59

Figura 3 - Áreas envolvidas na Guerra dos Cabanos (1832 - 1835)..... 172

Figura 4 - Mapa dos motins contrários à “Lei do Cativeiro” em Alagoas (1851-1852)..... 219

CRONOLOGIA

1695	Morte de Zumbi dos Palmares
1711	Constituição da Comarca de Alagoas, pertencente à Capitania de Pernambuco
1791-1804	Revolução Haitiana
1815	Revolta escrava na Vila de Alagoas
1817	Emancipação Política de Alagoas
1822	Independência do Brasil
1831	Lei Feijó, que proibia o tráfico atlântico de africanos para o Brasil
1832-1835	Guerra dos Cabanos (Alagoas e Pernambuco)
1835	Revolta dos Malês (Bahia)
1850	Lei Eusébio de Queirós, segunda lei que proibia o tráfico atlântico de africanos para o Brasil, e Lei de Terras
1851-1852	Motins contrários à “Lei do Cativeiro”
1871	Lei Rio Branco (Ventre Livre)
1874	Lei do Recrutamento
1879	Lei de Locação de Serviços
1884	Abolição da escravidão no Ceará
1885	Lei Saraiva-Cotegipe (Sexagenários)
1886	Abolição da escravidão em Cuba
1888	Abolição da escravidão no Brasil

Vocês me acabam o corpo, mas não me matam a ideia!

Tia Marcelina

Alagoas é o que se ama e dói. Alagoas não nasceu do sonho de um monarca. [...] Alagoas é nossa terra mater e pátria quilombola de Zumbi dos Palmares.

Dirceu Lindoso

As águas do Atlântico nunca separaram as Áfricas das diásporas.

Amailton Magno Azevedo

APRESENTAÇÃO

Esta tese tem como objetivo central investigar o modo como os escravizados resistiram e procuraram, de diferentes formas, combater a instituição escravista na Alagoas oitocentista. Para tanto, toma como eixo norteador as experiências de vida dos sujeitos históricos marginalizados do poder, dando ênfase às vozes dissonantes dos escravizados, mas também atentando às redes de solidariedade e sociabilidade que estabeleceram com libertos e livres pobres.

Minha trajetória no doutorado se iniciou com inquietações que surgiram ainda na pesquisa de mestrado, desenvolvido junto ao Programa de Estudos Pós-graduados em História Social na PUC-SP, ocasião em que estudei as estratégias de liberdade de escravizadas e africanas livres em Maceió na segunda metade do século XIX.[1] Durante a imersão em arquivos e leituras bibliográficas, vieram à tona vários temas, problemas e lacunas sobre a história da escravidão e da liberdade em Alagoas. Sempre buscando pensar a memória e resistência escrava, a pesquisa tomou corpo e se desenhou a partir de episódios protagonizados por escravizados, libertos e livres pobres que foram de encontro às práticas constituidoras da hegemonia senhorial na região. Tendo sempre a liberdade no seu horizonte, essa população se reinventou e desenvolveu, dentro das possibilidades existentes, variadas estratégias, buscando meios de subsistência e se opondo à instituição escravista.

Os indícios de resistência escrava foram encontrados em fontes como jornais do século XIX, correspondências de autoridades e relatórios provinciais. Eles fornecem informações que auxiliam na historicização da vida social dos escravizados, libertos e livres pobres e suas formas de se oporem à ordem estabelecida. Visando colocar em diálogo a multiplicidade de vozes e olhares, procura-se aqui vislumbrar sujeitos diversos e identificar suas relações, tensões, conflitos, articulações e temporalidades. Dá-se atenção a documentos localizados no Arquivo Nacional e no Arquivo Público de Alagoas e outros disponíveis em plataformas digitais, como os Relatórios Provinciais de Alagoas[2] e os Códigos de

[1] MARQUES, Danilo Luiz. **Sobreviver e resistir:** os caminhos para liberdade de escravizadas e africanas livres em Maceió (1849-1888). Blumenau-SC: Nova Letra, 2016.

[2] O projeto Latim American Microform, realizado pelo Center for Research Libraries (CRL), digitalizou uma série de publicações emitidas pelo Poder Executivo do Governo do Brasil entre 1821 e 1993, o que também foi feito referente às Províncias do Império. Disponibilizado via internet para os

Posturas Municipais das vilas e cidades, além de periódicos disponibilizados no site da Hemeroteca Digital.[3]

No Arquivo Nacional, a pesquisa se debruçou em documentação policial e jurídica, na qual se destacam manuscritos que fazem referência a uma revolta escrava ocorrida na Vila de Alagoas em 1815 – desde cartas das autoridades relatando fatos e exigindo providências até o processo da *devassa*, contendo informações sobre o julgamento e as penas dadas aos revoltosos. Tais documentos foram pouco estudados e possuem informações que levam a outra interpretação sobre os fatos ocorridos em 1815: em vez de uma revolta sufocada antes de acontecer, ideia que parecia consenso na historiografia alagoana, depara-se com revoltosos bem articulados que detinham uma "estratégia política de resistência", o que gerou enfrentamentos com o poder senhorial durante meses.

No Arquivo Público de Alagoas foi dada atenção à série de ofícios e correspondências policiais entre chefes de polícia, secretários, delegados e presidentes provinciais. O conjunto documental presente nessa instituição de pesquisa, que nos últimos anos tem passado por um processo de reestruturação e melhor recepcionado os pesquisadores, possibilitou a escrita da terceira e última parte da tese, sobre os últimos anos da escravidão em Alagoas. Outra documentação indispensável nessa parte foi o jornal alagoano *O Orbe*.

Ao longo do texto serão cruzadas as análises dessa documentação e das fontes de literatura oral e informações sobre as manifestações culturais proibidas ao longo do século XIX presentes nos códigos de posturas municipais. Como o código de Alagoas, que, no ano de 1839, proibiu "[...] os batuques e danças indecentes com vozerias, e bebidas espirituosas", aplicando multa de dois mil réis e pena de dois dias de prisão.[4] Já na região norte de Alagoas, em Porto Calvo, foram proibidos, em 1848, "os batuques, danças e ajuntamentos de escravos, em qualquer lugar ou hora:

---

pesquisadores, esse projeto facilita várias pesquisas latino-americanas. Dessa maneira, foram localizados no site da CRL: as estatísticas, os discursos e os relatórios dos presidentes da província de Alagoas desde a década de 1830 até o momento em que findou o Império, em 1889. CRL. Center for Research Libraries. Disponível em: <https://www.crl.edu/>.

[3] FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. Biblioteca Nacional Digital. Hemeroteca Digital. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital>.

[4] GALVÃO, Olimpio Euzébio de Arroxellas; ARAÚJO, Tibúrcio Valeriano de. **Compilação das leis provinciais das Alagoas de 1835 a 1817**. Tomo 1. Maceió: Tipografia Comercial de A. J. da Costa, 1870, p.357.

pena de duas a quatro dúzias de bolos em cada um"[5]. Foi possível entrever uma série de outras proibições às práticas religiosas e manifestações culturais de matrizes africanas em diversas localidades de Alagoas, o que torna fundamental o diálogo com as obras de alguns folcloristas que pesquisaram essa temática na região.

A maioria das posturas reprimia os chamados "batuques" nas cidades, vilas e zonas rurais, visando proibir/regular as formas de expressão cultural dos povos africanos e seus descendentes em diáspora. Para Irinéia M. Franco dos Santos, configurou-se um ambiente social repressor da culturalidade negra, evidenciado "pela grande quantidade de posturas que se repetem e por seu prolongamento no tempo"[6], haja vista que perduraram por todo o século XIX. Sobre as posturas municipais do Recife oitocentista, Clarissa Nunes Maia assinala o quão imprescindível era à ordem senhorial que as reuniões de escravizados e libertos fossem evitadas ao máximo, uma vez que em torno de sambas e batuques teciam-se estratégias de sobrevivência e resistência.[7] Revoltas escravas foram planejadas nesses espaços.

No entanto, João José Reis levantou alguns questionamentos historiográficos acerca do desafio de se trabalhar com festas negras do Brasil oitocentista, expondo que a história delas, em geral, "nos chega pela pena dos que a toleravam, criticavam ou perseguiam, dos policiais, religiosos, jornalistas, governantes"[8]. Por conta disso, os historiadores pouco conhecem sobre o que sabiam os povos africanos e seus descendentes, sobre suas cosmovisões, cometendo, muitas vezes, o erro de importar para o nosso tempo a visão senhorial da época. Nesse aspecto, muito do que se pode saber do passado é aquilo que a tradição oral narra.[9] Ao trabalhar com culturas de tradição oral, o historiador, habitualmente, acessa "textos escritos e iconografias dos séculos XVIII, XIX e XX e

---

[5] GALVÃO, Olimpio Euzébio de Arroxellas; ARAÚJO, Tibúrcio Valeriano de. **Compilação das leis provinciais das Alagoas de 1835 a 1817**. Tomo 1. Maceió: Tipografia Comercial de A. J. da Costa, 1870.

[6] SANTOS, Irinéia M. Franco dos. A caverna do diabo: o ensaio romântico de Valeriano de Souza e as religiões afro-brasileiras em Alagoas, no séc. XIX. **Sankofa** - Revista de História da África e de estudos da diáspora africana. São Paulo, ano VI, n. XI, p.7-33, ago. 2013.

[7] MAIA, Clarissa Nunes. **Sambas, batuques, vozerias e farsas públicas:** o controle social de escravos em Pernambuco no século XIX (1850-1888). São Paulo: Annablume, 2008, p.111.

[8] REIS, João José. Tambores e temores: a festa negra na Bahia na primeira metade do século XIX. In: CUNHA, Maria Clementina Pereira (Org.). **Carnavais e outras f(r)estas**. Campinas: Editora da Unicamp, Cecult, 2001, p.101-155.

[9] LINDOSO, Dirceu. **A razão quilombola:** estudos em torno do conceito quilombola de nação etnográfica. Maceió: Edufal, 2011, p.118.

dos desdobramentos contemporâneos dessas práticas"[10]. Assim, torna-se imprescindível abrir novas frentes de reflexão sobre os africanos em diáspora[11], por isso também se optou por examinar as fontes de literatura oral e informações sobre as manifestações culturais dadas pelos estudos folcloristas.

E. P. Thompson, ao relacionar costumes e cultura, ressalta a importância de estudar o folclore e compreendê-lo como "resíduos do passado", concebendo os costumes como remanescentes de outras épocas, os quais podem ser considerados uma importante fonte para o historiador.[12] Além disso, o autor expõe que as evidências compiladas pelos folcloristas podem ser usadas pelos historiadores, transformando o que "eram apenas antiguidades inertes em ingrediente ativo da história social"[13].

Tendo isso em mente, os livros *O Reisado Alagoano*[14], *Quilombo*[15] e *Trovas Populares de Alagoas*[16], de Theo Brandão, e a obra *O Folclore Negro em Alagoas*[17], de Abelardo Duarte, constituem um acervo importante para se buscar compreender as manifestações culturais de matrizes africanas em Alagoas. Uma análise conjunta de periódicos, códigos de posturas municipais e das pesquisas desses folcloristas permite vislumbrar manifestações culturais "afrodiaspóricas", descrevendo e situando suas localidades, além de músicas, danças, batuques e performances corporais.

Desse modo, a tese se encontra estruturada em três partes, cada uma com três capítulos. Na primeira busca-se refletir sobre como se constituiu na sociedade alagoana do século XIX a memória em torno do episódio de Palmares. São analisados artigos publicados na revista do Instituto Arqueológico e Geográfico de Alagoas (IAGA), a bibliografia existente em torno da manifestação cultural

---

[10] NEPMUCENO, Nirlene. **Celebrações negras do ciclo natalino:** teias da diáspora em áreas culturais do Brasil e do Caribe. Tese (Doutorado em História Social), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011, p.07.
[11] SILVA, Salloma Salomão Jovino da. **Memórias sonoras da noite:** musicalidades africanas no Brasil oitocentista. Tese (Doutorado em História), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005, p.312.
[12] THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum:** estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p.13-15.
[13] Idem. Folclore, Antropologia e História Social. In*:* Idem. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas: Editora da Unicamp, 2001, p.227-267.
[14] BRANDÃO, Théo. O reisado alagoano**. Revista do Arquivo Municipal**. São Paulo, n. CLV, p.14-225, 1953.
[15] Idem. **Quilombo**. Maceió: Funarte, 1978.
[16] Idem. **Trovas populares de Alagoas**. 2ª. ed. Maceió: Edufal: 2014.
[17] DUARTE, Abelardo. **Folclore negro das Alagoas**. Maceió: Edufal, 2010.

quilombo[18], além de jornais e posturas municipais de vilas e cidades alagoanas. A tradição oral dos povos de matrizes africanas e seus descendentes na região é essencial para a compreensão das memórias e culturas quilombolas, que se constituem como contranarrativas perante o discurso senhorial. Portanto, antes de entrar na discussão da memória palmarina, procura-se discorrer um pouco sobre os grupos étnicos africanos presentes em Alagoas e a importância da cultura oral e do corpo no processo de reavivamento de suas memórias do lado de cá do Atlântico.

Na segunda parte são abordados episódios de resistência à instituição escravista protagonizados por escravizados, libertos e livres pobres que abalaram o poder senhorial entre as décadas de 1810 e 1850. Problematiza-se a suposta "conspiração" dos Malês na então Vila de Alagoas em 1815 e a Guerra dos Cabanos (1832-1835), que envolveu índios, escravizados, libertos e livres pobres na luta pelo direito à terra e por melhores condições de vida.

A resistência nas matas alagoanas continuou mesmo depois de findada a guerra. Desse modo, a abordagem também se aterá às experiências de vida de sujeitos históricos que viveram nas franjas da instituição escravista – os quais procuraram, no dia a dia, resistir à "escravidão disfarçada" imposta pela hegemonia senhorial – e ao quotidiano de lutas pela sobrevivência e resistência dessa população. A primeira metade do século XIX foi uma época em que os movimentos por independência e as revoltas regionais ocasionaram a difusão de ideias liberais e, posteriormente, abolicionistas. Tal conjuntura criou um ambiente favorável à rebeldia escrava, quando não a envolveu de forma direta.[19]

Para fechar essa segunda parte, será abordada a luta contra a "Lei do Cativeiro". No início da década de 1850, ocorreram episódios de insurgência que pediam a revogação dos Decretos nº. 797 e nº. 798 de 18 de junho de 1851, os quais ordenavam a realização dos Registros de nascimento e óbito (797) e do Censo geral do Império (798), pois se acreditava que, quando ocorresse o registro, o Estado iria escravizar a população livre pobre e reescravizar os libertos.[20]

A terceira e última parte da tese problematizará a década da abolição da escravidão no Brasil (1880) a partir das especificidades conjunturais de Alagoas.

---

[18] Ao longo do texto, utilizaremos a grafia *quilombo*, em itálico, quando nos referirmos à manifestação cultural, e sem o itálico para nos referir às comunidades de escravizados fugitivos.

[19] REIS, João José. Quilombos e revoltas escravas no Brasil. **Revista USP**. São Paulo, vol. 28, p.14-39, dez./fev. 1995/1996.

[20] Os documentos utilizados nos três capítulos que compõem a segunda parte foram os coletados no Arquivo Nacional, além de periódicos e relatórios provinciais de Alagoas.

Para isso, recorre a documentação policial, relatórios provinciais e periódicos alagoanos, pincipalmente *O Orbe*, com o intuito de analisar as queixas de agricultores e outros membros das elites locais acerca da "falta de braços escravos" e da consequente "quilombizacão" da cidade de Maceió – que chegou a ser chamada de "covil de escravos fugidos" –, para onde muitos escravizados e libertos se dirigiam em busca de melhores condições de vida, tecendo suas estratégias de sobrevivência e resistência. Outra questão que incomodava a hegemonia senhorial, e examinada nesse momento, eram os bandos de ladrões de cavalos que agiam em Alagoas, um deles liderado por um homem que atendia pelo significativo nome de Cabo Preto.

INTRODUÇÃO

Em novembro de 1934, um ano após a publicação de *Casa Grande e Senzala*, aconteceu no Teatro Santa Izabel, na cidade do Recife, o primeiro Congresso Afro-Brasileiro, sob a liderança de Gilberto Freyre, reunindo doutores e pesquisadores, que realizaram algumas falas e apresentaram seus estudos. Pautados na ideia de "mestiçagem", esses trabalhos visavam dar atenção à "participação do negro e do mestiço no processo cultural do Brasil". Entretanto, as chamadas "culturas negras" foram entendidas como folclore e, assim, aviltou-se a importância da população africana e de seus descendentes no processo de resistência à instituição escravista no Brasil. Esses estudos eram herdeiros das abordagens conservadoras ancoradas no racismo científico de fins do século XIX e início do XX.[21] As gerações de intelectuais brasileiros influenciados por Nina Rodrigues trataram da escravidão e do negro no Brasil "através dos conceitos de *acomodação, adaptação, aculturação, assimilação* e outros"[22].

O pesquisador alagoano Alfredo Brandão, em sua apresentação no congresso, expôs a "tese da conformidade do negro", sintetizada no seguinte trecho: "O negro era um conformado com sua sorte. É natural que vivesse obcecado com a ideia de liberdade, mas nos tempos posteriores ao quilombo [*Palmares*] a obcecação não o levava a revoltas e a reações a mão armada."[23] O estudo de Brandão foi um dos primeiros, no início do século XX, a centrar as atenções na presença do negro em território alagoano, discorrendo sobre o tráfico da população africana na região, suas etnias (de maioria bantu e com presença malê), o Quilombo dos Palmares, a vida dos escravizados nos engenhos, o folclore e o movimento abolicionista.[24] Sua abordagem, baseada nessa suposta "tese de conformidade do negro", posicionou a população africana e seus descendentes como passivos e incapazes de resistir à escravidão após o episódio palmarino, a não ser pela detenção de uma frágil resistência religiosa à cristianização imposta pelos senhores.

---

[21] SIQUEIRA, José Jorge. Os congressos afro-brasileiros de 1934 e 1937 face ao I Congresso do Negro Brasileiro de 1950: rupturas e impasses. **Augustus**. Rio de Janeiro, vol. 10, n. 21, jul./dez. 2005, p.41-49.

[22] MOURA, Clóvis. **Rebeliões da senzala:** quilombos, insurreições, guerrilhas. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988, p.11.

[23] BRANDÃO, Alfredo. **Os negros na história de Alagoas**. Maceió: Conselho Estadual do Centenário da Abolição, 1988, p.45.

[24] MARQUES, Danilo Luiz. **Sobreviver e resistir:** os caminhos para liberdade de escravizadas e africanas livres em Maceió (1849-1888). Blumenau-SC: Nova Letra, 2016, p.31.

Analisando esse pensamento, em um texto intitulado *As Teorias de um Letrado e o Conto da Bondade do Senhor*, Dirceu Lindoso expõe que, nessa abordagem, aparecem alternativamente "cenas de uma visão senhorial saudosista", a qual não corresponde à realidade escravista alagoana.[25] Foi negligenciado "todo um histórico de lutas e resistências protagonizadas por povos da diáspora africana e seus descentes na região".[26] Desse modo, Brandão ignorou a participação dos negros papa-méis na Cabanada de 1832 a 1835, os mocambos e quilombos que se organizaram nas matas alagoanas e pernambucanas depois do século XVII (terminada a Guerra de Palmares), permanecendo até a década de 1880, a revolta escrava na Vila de Alagoas em 1815, os motins contrários à "Lei do Cativeiro" no começo da década de 1850, entre outros episódios ocorridos em Alagoas que abalaram a instituição escravista.

Alfredo Brandão, com forte influência do pensamento de Gilberto Freyre, procurou enaltecer as supostas "bondades" dos senhores escravistas e fortalecer a ideia da existência de relações harmônicas entre senhores e escravizados. Todavia, em sua escrita, evidenciou nas entrelinhas a importância de Palmares na história da resistência escrava nas Américas e, de certa maneira, reconheceu esse episódio como singular na luta contra a escravidão. Tal temática está presente na maioria dos estudos sobre o negro em Alagoas, sobretudo os elaborados no século XX, e consiste em um campo de estudo ambíguo, com muitas questões a serem pesquisadas e debatidas. Manuel Correia de Andrade destacou na década de 1960 que, das variadas "insurreições negras, só o Quilombo dos Palmares conseguiu, graças à grande área ocupada pelos negros e à longa duração no tempo, romper o bloqueio de historiadores"[27], sendo tema de estudos lacônicos como o de Alfredo Brandão.

O quilombo mais emblemático do período colonial brasileiro, localizado nos atuais territórios de Alagoas e Pernambuco[28], foi formado em fins do século XVI[29],

---

[25] LINDOSO, Dirceu. **A utopia armada:** rebelião de pobres nas matas do tombo real. Maceió: Edufal, 2005, p.308.
[26] MARQUES, Danilo Luiz; SILVA, Gian Carlo de Melo; TEIXEIRA, Luana (Orgs.). **História da escravidão em Alagoas:** diálogos contemporâneos. Maceió: Edufal, 2017, p.10.
[27] ANDRADE, Manoel Correia de. **A Guerra dos Cabanos**. Rio de Janeiro: Conquista, 1965, p.13.
[28] Segundo Manuel Diégues Júnior, "quase todo o território alagoano estava abrangido pelo quilombo negro, Penedo, Porto Calvo e Alagoas, as vilas alagoanas então existentes, sentiam os efeitos da situação dos Palmares". Ver: DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. **O banguê nas Alagoas:** traços da influência do sistema econômico do engenho de açúcar na vida e na cultura regional. 2ª. ed., Maceió: Edufal, 2002, p.169.
[29] Sua primeira referência em documentação oficial data de 1597.

tendo o seu auge ao longo da segunda metade do século XVII e resistindo por mais de um século às tentativas de invasão e destruição, perpetradas pelos "governos coloniais holandeses e portugueses e pelos residentes locais das capitanias vizinhas"[30]. Imersa em uma suposta crise da economia açucareira e preocupada com a ideia de prosperidade da pecuária, a hegemonia senhorial concebia Palmares como um obstáculo para a interiorização dos rebanhos, o que constituía um atrativo para a fuga de escravizados.[31]

O Estado Colonial temia que Palmares estivesse formando uma "nação de escravizados fugitivos", visando consolidar a liberdade adquirida através de fugas.[32] Por isso, buscou fazer investidas com o objetivo de eliminar o quilombo. Após cerca de 20 expedições sem sucesso no plano de "exterminar" Palmares, o governo da capitania de Pernambuco intensificou as forças antiquilombos, contando com tropas locais e de bandeirantes bem armadas e municiadas. Assim, invadiram o quilombo e assassinaram o líder Zumbi em 1695.

No entanto, a história de Palmares não findou com a morte de Zumbi, existem indícios de resistência quilombola no local até o fim do século XVIII, algo pouco estudado na historiografia.[33] O quilombo, apesar de findada a guerra, teve uma forte relação com a história da formação do território alagoano nos séculos XVIII e XIX. A Serra da Barriga ficou sob constante vigilância das autoridades, e ao seu redor foram fundadas vilas importantes no cenário alagoano – atualmente, a região compreende as cidades de União dos Palmares, São José da Lage, Ibateguara, Santana do Mundaú, Chã Preta, Viçosa e Pindoba.[34]

Sávio de Almeida levanta a hipótese da continuação de um Palmares reduzido nas matas fronteiriças de Alagoas e Pernambuco. Segundo ele, a "queda

---

[30] SCHWARTZ, Stuart B. Mocambos, quilombos e palmares: a resistência escrava no Brasil colonial. **Estudos Econômicos**. São Paulo, vol. 17, número especial, p.61-88, 1987.

[31] REIS, Andressa Merces Barbosa dos. **Zumbi:** historiografia e imagens. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Franca - SP, 2004, p.30.

[32] LINDOSO, Dirceu. **A razão quilombola:** estudos em torno do conceito quilombola de nação etnográfica. Maceió: Edufal, 2011, p.66.

[33] São raras, quase inexistentes, obras historiográficas que abordam Palmares no período posterior ao genocídio perpetrado pelas tropas de Domingos Jorge Velho. Esse silêncio, proveniente de uma historiografia que buscou enaltecer a destruição do Quilombo, criou um senso comum de que a história palmarina finda com a guerra. Entretanto, a população quilombola sobreviveu e resistiu na região, o maior exemplo disso é a comunidade quilombola do Muquém, que, segundo a tradição oral local, está há cerca de 250 anos na região da Serra da Barriga.

[34] Para maiores informações sobre a formação do espaço alagoano, suas fronteiras e núcleos populacionais, ver: ANDRADE, Juliana Alves de. **Gente do Vale:** experiências camponesas no interior da Província de Alagoas (1870-1890). Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014, p.40-107.

da resistência palmarina não vai corresponder à queda da resistência na mata"[35]. Um dos problemas da historiografia da temática é que se explorou muito pouco o que aconteceu após "a chamada derrocada, desde que, enfaticamente, os ensaios se preocupavam com o desenvolvimento da história dos Palmares e não avançavam para a história após a morte de Zumbi"[36]. Segundo Dirceu Lindoso, depois da "destruição" de Palmares, Alagoas apareceu como "um espaço de ocupação político-administrativo, ainda que precário"[37]. Ao se emancipar de Pernambuco, em 1817, já possuía um espaço "definido"[38] e vivia à "sombra" da simbologia de Palmares, que abrangia boa parte do território alagoano entre 1580 e 1710.[39]

Os acontecimentos desse episódio levaram à formação de um ideário de liberdade vinculado à memória do quilombo de forma positiva na mentalidade popular (escravizados, libertos e livres pobres). Em contrapartida, as elites utilizaram um discurso negativo em relação a Palmares, algo reforçado na memória local "através de uma educação oficial que vangloriava a vitória das forças contrárias aos quilombos – da 'civilização sobre a barbárie'"[40]. Na segunda metade do oitocentos, o Instituto Arqueológico e Geográfico Alagoano (antigo IAGA e atual IHGA) teve uma participação ativa nesse processo, publicando em suas revistas artigos que marginalizavam os palmarinos.

As autoridades alagoanas oitocentistas temiam que outro quilombo com tamanhas proporções voltasse a existir, e o temor aumentou com as notícias que circulavam em todo o Brasil acerca da revolução ocorrida no Haiti entre 1791 e

---

[35] ALMEIDA, Luís Sávio de. **Memorial biográfico de Vicente de Paula, capitão de todas as matas:** guerrilha e sociedade alternativa na mata alagoana. Maceió: Edufal, 2008, p.60.
[36] Ibidem.
[37] LINDOSO, Dirceu. **A razão quilombola:** estudos em torno do conceito quilombola de nação etnográfica. Maceió: Edufal, 2011, p.32.
[38] Em seu ensaio intitulado *Representação social na escrita da cultura alagoana no século XIX*, Dirceu Lindoso esboça as condições em que se criou o espaço alagoano a partir do espaço colonial da capitania pernambucana. Para o autor, a primeira manifestação de autonomia se deu em 1711, quando criada a comarca de Alagoas. Ele também expôs que "há indícios de que no século XVIII o espaço alagoano se apresentava como dotado de um modo diferencial de falar-se o português de origem minhota ou além-tejana; como um aglomerado populacional onde se iniciavam certas formas de distinções de conduta social, de aglutinamento dos elementos culturais; de definição política da organização social em aldeias indígenas, povoações, vilas, freguesias, comarcas, de um espaço físico configurado e de referências topográficas nítidas". Essas características iniciais esboçam um espaço físico-social capaz de estabelecer a formação de uma imagem diferencial da imagem dominante pernambucana. Ver: LINDOSO, Dirceu. **Interpretação da província**. Estudo da cultura alagoana. 2ª. ed. Maceió: Seplan-AL, 2005, p.21-56.
[39] DIEGUES JUNIOR, Manuel. **O banguê nas Alagoas:** traços da Influência do sistema econômico do engenho de açúcar na vida e na cultura regional. 2ª. ed. Maceió: Edufal, 2002, p.169.
[40] SANTOS, Irinéia M. Franco dos. A caverna do diabo: o ensaio romântico de Valeriano de Souza e as religiões afro-brasileiras em Alagoas, no séc. XIX. **Sankofa** - Revista de História da África e de estudos da diáspora africana. São Paulo, ano VI, n. XI, p.7-33, ago. 2013.

1804, protagonizada por escravizados, e das Revoltas dos Malês na Bahia durante a primeira metade do século XIX, destacando-se a de 1835. O "medo" da formação de um "novo Palmares" existiu na mentalidade das elites alagoanas até o fim do oitocentos, algo que se pode constatar por meio dos relatórios provinciais, da documentação policial, dos códigos de posturas e dos periódicos.

Dentro das "lutas políticas contra o esquecimento ou ao que escapa da consciência individual ou histórica"[41], o tema que permeia esta pesquisa são as práticas para a constituição de uma hegemonia senhorial e a maneira como os escravizados resistiram e procuraram, de diferentes formas, combater a instituição escravista na Alagoas oitocentista. Aqui há um comprometimento com uma "história contra o esquecimento"[42], não entendendo a história palmarina como um "passado fossilizado", sem relações com a resistência à escravidão no século XIX. Como eixo norteador são tomadas as experiências de vida dos sujeitos históricos marginalizados do poder, dando ênfase às vozes dissonantes dos escravizados, mas também atentando às redes de solidariedade e sociabilidade estabelecidas com libertos e livres pobres.

A relação entre hegemonia e contra-hegemonia constitui o fio condutor da pesquisa.[43] Variadas práticas de dominação foram exercidas pela hegemonia senhorial buscando conter a existência de quilombos e combater outras formas de insubordinação escrava. Produziu-se um excesso de leis, recomendações e medidas, "legais" e "ilegais", para reprimir a resistência dos escravizados.[44] A população escrava, por sua vez, procurou resistir à hegemonia posta de variadas maneiras. Segundo Stuart Schwartz,

> Recalcitrância no dia a dia, diminuição do ritmo de trabalho e sabotagem foram provavelmente as formas de resistência mais comuns, enquanto autodestruição através do suicídio,

[41] ANTONACCI, Maria Antonieta. **Memórias ancoradas em corpos negros**. São Paulo: Educ, 2014, p.29.
[42] SARLO, Beatriz. História contra o esquecimento. In: Idem. **Paisagens imaginárias:** intelectuais, arte e meios de comunicação. São Paulo: EDUSP, 1997, p.35-42.
[43] O conceito de "hegemonia" está fundamentado na obra de Raymond Williams, o qual, dialogando com os estudos de Antonio Gramsci, entende como "uma complexa combinação de forças políticas, sociais e culturais". Para Williams, a hegemonia é todo um conjunto de práticas e expectativas e um sistema vivido de significados e valores constitutivos e constituidores. Na contramão dela, o autor aponta a existência de uma "hegemonia alternativa", que visa ir de encontro às forças dominantes. Ver: WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e literatura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979, p.115.
[44] TROUILLOT, Michel-Rolph. The Haitin Revolution as a Non-Event. In: Idem. **Silencing the Past:** power and production of history. Tradução de Elisângela Queiroz e Márcio Amêndola de Oliveiras. Boston: Beacon Press, 1995.

> infanticídio ou tentativas manifestas de vingança foram, em sentido pessoal, as atitudes mais extremas. Os exemplos mais dramáticos de ação coletiva foram uma série de revoltas de escravos ocorridas na Bahia no início do século dezenove; entretanto, revoltas como a dos malês, em 1835, foram episódios verdadeiramente extraordinários. A fuga foi, de longe, a forma mais comum de resistência escrava no Brasil colonial e um problema característico do regime escravista brasileiro foi a existência das comunidades de fugitivos denominadas diversamente mocambos, ladeiras, magotes ou quilombos.[45]

No Brasil oitocentista, foram inúmeros os debates acerca da escravidão: ao mesmo tempo que criaram mecanismos para sua manutenção[46], discutiram como a população cativa poderia, de forma "legítima", mudar o status jurídico e conquistar a liberdade. Nessa conjuntura, o direito contribuiu, de forma simultânea, para a perpetuação do poder de proprietários e para que escravizados e libertos desafiassem o poder senhorial.[47] Assim, o direito foi algo fundamental para manter a instituição escravista e, ao mesmo tempo, um meio para a garantia da cidadania.

Depois da independência, em 1822, o Estado brasileiro tornou-se o responsável por "cuidar de promover o bom tratamento dos escravos e propor arbítrios para facilitar sua lenta emancipação"[48]. Todavia, nas décadas seguintes, a classe senhorial brasileira se serviu do Estado Imperial para construir uma unidade[49] e consolidar uma "dupla expansão: horizontal, em relação aos demais plantadores escravistas [...], e vertical, em relação às pessoas que só detinham a si mesmas como propriedade"[50].

Analisando a conjuntura desse período, Tâmis Parron trabalha com o conceito *política da escravidão*, entendido por ele como uma rede de alianças sociais e políticas "costuradas em favor da estabilidade institucional da escravidão,

---

[45] SCHWARTZ, Stuart B. Mocambos, quilombos e palmares: a resistência escrava no Brasil colonial. **Estudos Econômicos**. São Paulo, vol. 17, número especial, p.61-88, 1987.

[46] Uma lúcida análise desta conjuntura é a pesquisa de Tâmis Peixoto Parron, que, examinando o período que compreende 1826-1865, faz apontamentos acerca do convênio antitráfico anglo-brasileiro e as expectativas correntes sobre o fim do cativeiro, o contrabando de escravizados e as ideias e medidas pró-cativeiro dos estadistas imperiais que defendiam a sobrevida da escravidão no Brasil. Ver: PARRON, Tâmis Peixoto. **A Política da Escravidão no Império do Brasil** - 1826-1865. Dissertação (Mestrado em História Social), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

[47] GRINBERG, Keyla. Senhores sem escravos: a propósito das ações de escravidão no Brasil imperial. **Almanack Brasiliense**. São Paulo, n. 6, p.4-13, 2007.

[48] Idem. Em defesa da propriedade: Antônio Pereira Rebouças e a escravidão. **Afro-Ásia**. Salvador, vol.21-22, p.111-146, 1998-1999.

[49] MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O tempo saquarema**. 5ª. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

[50] SALLES, Ricardo. **E o vale era escravo**. Vassouras, século XIX, senhores e escravos no coração do Império. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p.49.

que, por sua vez, consistia no emprego dos órgãos máximos do Estado nacional brasileiro em benefício dos interesses senhoriais"[51]. Muito presente no parlamento brasileiro do século XIX, a *política da escravidão* pode ser subdividida em duas fases: a *política do contrabando negreiro* (1835-1850) e a *da era pós-contrabando* (1850-1865). O tráfico negreiro estava atrelado à construção do Estado nacional brasileiro, e foi um misto de planejamento econômico e formação partidária. Sobre esse período, Parron sublinha:

> Entre 1850 e 1865, desaparece a *política do contrabando negreiro* para surgir *política da escravidão na era do pós-contrabando* (1850-1865). A distinção se faz necessária, pois, ao contrário do tráfico, o cativeiro não era uma instituição que acordos internacionais e uma lei nacional haviam tornado clandestina; de resto, ele interessava com mais universalidade que a pirataria negreira, destinada a beneficiar as regiões de *plantation* mais capitalizadas do país. Se o contrabando necessitava de uma ação decisiva para inverter sua ilegalidade institucional, a escravidão, pelo contrário, precisava evitar ações decisivas que invertessem sua legitimidade estatutária. Ela, enfim, não precisava ser aberta, mas mantida.[52]

Assim, é possível afirmar que a *política da escravidão* está intimamente ligada a um debate mais amplo sobre a natureza do Estado brasileiro no século XIX.[53] A parcela escravocrata da sociedade, a partir dos episódios no Haiti, perguntava-se qual seria a garantia de que algo semelhante não ocorreria no Brasil. A revolução de São Domingos se tornou parte do mundo cognitivo dos escravizados[54], como forma de pensar a liberdade, e significou para a resistência escrava uma ruptura radical possível[55] – os efeitos e as constantes referências à sua existência foram sentidos em toda a América e no Caribe.

---

[51] PARRON, Tâmis Peixoto. **A Política da Escravidão no Império do Brasil** - 1826-1865. Dissertação (Mestrado em História Social), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009, p.11.
[52] Ibidem, p.12.
[53] Nesse sentido, é importante atentar também para a conjuntura internacional da época. Quais eram os interesses ingleses com o fim do tráfico atlântico? O escravismo "proporcionou o desenvolvimento do capitalismo industrial nas metrópoles", e na conjuntura oitocentista a Inglaterra, maior potência econômica da época, estava interessada em adentrar o continente africano visando matérias-primas e novos mercados. Ver: MOURA, Clóvis. **Rebeliões da senzala:** quilombos, insurreições, guerrilhas. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988, p.53.
[54] FERRER, Ada. **Freedom's mirror:** Cuba and Haiti in the Age of Revolution. New York: Cambridge University Press, 2014, p.12.
[55] SANTOS, Ynaê Lopes dos. **Irmãs do Atlântico:** escravidão e espaço urbano no Rio de Janeiro e Havana (1763-1844). Tese (Doutorado em História Social), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012, p.297.

Para Ada Ferrer, os acontecimentos no Haiti modelaram a forma como escravizados e senhores "passaram a ver uns aos outros e a considerar sua situação e seu futuro. Eles mudaram a forma de se referir às punições, expressando em voz alta seu desprezo, compreendendo seu próprio poder ou impotência"[56]. A preocupação dos escravocratas aumentaria com a chegada das informações da revolta escrava em Demerara no ano de 1823, que ameaçou a ordem colonial britânica na atual Guiana.[57] Nas décadas que se sucederam, uma simples menção ao Haiti detinha um poder evocativo.

No mundo atlântico, pontua Ada Ferrer, além de buscar compreender o modo como a revolução haitiana foi apreendida, é necessário examinar as suas instrumentalizações: os objetivos, a natureza e os efeitos do uso sistemático de referências e imagens a uma revolução negra. O que estava por trás desse uso, muitas das vezes, era um projeto de fortalecimento do poder hegemônico escravocrata, as medidas que seriam tomadas para evitar "outro Haiti" e perpetuar a instituição escravista. Sobre as reverberações da revolução haitiana em Cuba, por exemplo, Ferrer entende que na ilha, que estava sob colonização da Espanha e a algumas milhas de distância de São Domingos, tais acontecimentos levaram ao debate e implementação de medidas para reforçar a instituição da escravidão.[58]

No Brasil, desde meados do século XVI, quando se iniciou o processo de escravidão negra, a existência de quilombos, os assaltos a fazendas, as pequenas revoltas individuais e coletivas e as tentativas de grandes insurreições foram constantes. Nas três primeiras décadas do século XIX, as sombrias expectativas existentes entre autoridades e escravocratas se concretizaram com o desenrolar das insurreições baianas organizadas pelos haussás e nagôs.

> E se elas não conseguiram alcançar seus objetivos, nem por isso eram menos atemorizantes. A persistência um dia poderia ter sucesso e em muitos ouvidos educados ressoava ameaçadora, a cantiga entoada em 1823 nas ruas de Pernambuco: "Marinheiros e Caiados/ Todos devem se acabar/ Porque só pardos e pretos/ O país hão de habitar".[59]

[56] FERRER, Ada. A sociedade escravista cubana e a Revolução Haitiana. **Almanack**. Guarulhos, n.03, p.37-53, 1º semestre de 2012.
[57] COSTA, Emilia Viotti da. **Coroas de glória, lágrimas de sangue:** a rebelião escrava de Demerara em 1823. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
[58] FERRER, Ada. **Freedom's mirror:** Cuba and Haiti in the Age of Revolution. New York: Cambridge University Press, 2014.
[59] AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. **Onda negra, medo branco:** o negro no imaginário das elites - século XIX. 3ª. ed. São Paulo: Annablume, 2004, p.29.

Em seu artigo intitulado *Joaquim Nabuco e a emancipação dos escravos*, Sylvio Romero afirmou que "o Brasil não é e não deve ser o Haiti"[60], ilustrando, assim, o pensamento de uma grande parcela das elites brasileiras do século XIX acerca da questão escravista. Na Bahia, região continuamente afetada por sedições de escravizados, o deputado José Lino Coutinho, em 1827, perguntava-se qual "segurança interna pode ter uma nação cujo número dos escravos é excessivo em relação àquele dos indivíduos livres?"[61]

Nessa conjuntura, os escravizados sabiam os caminhos possíveis a trilhar rumo à conquista da liberdade: além de insurreições, fugas, quilombos e crimes, exploraram as possibilidades e brechas que a legislação brasileira do século XIX apresentava, buscando, assim, gerar benefícios para si e suas famílias. Seria ingenuidade dos historiadores "acreditar que os cativos não tinham conhecimento dos conflitos políticos"[62] que marcaram o século XIX. Obviamente, a população escravizada dispunha de poucos recursos políticos, entretanto, não desconhecia o que se passava no mundo político dos homens livres. Aproveitando-se das divisões existentes entre estes, "selecionaram temas que lhes interessavam do ideário liberal, traduziram e emprestaram significados próprios às reformas operadas no escravismo brasileiro ao longo do século XIX"[63]. Dessa maneira, foram temas subjacentes nas discussões políticas do Império do Brasil: o crescimento econômico, raça, cidadania, ordem social e resistência escrava.

Partindo do espaço alagoano, esta tese segue a linha de um combate pela memória da diáspora africana no Brasil, engajando-se no "esforço para retirar das garras do esquecimento ideológico"[64] as marcas da resistência escrava no século XIX. A opção por trabalhar com o período oitocentista se dá por abarcar o momento em que Alagoas se emancipou de Pernambuco, em 1817[65], até os anos finais da

---

[60] ROMERO, Sylvio. Joaquim Nabuco e a emancipação dos escravos. In: Idem. **Ensaios de crítica parlamentar**. Rio de Janeiro: Ed. Moreira, Maximiano e C., 1883, p.163.

[61] PARRON, Tâmis Peixoto. **A Política da Escravidão no Império do Brasil** - 1826-1865. Dissertação (Mestrado em História Social), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009, p.30.

[62] SANTOS, Ynaê Lopes dos. Escravidão, moradia e resistência. **Nuevo mundo - Mundos nuevos**. Débats. Paris, 10 jan. 2010. Disponível em: <http://nuevomundo.revues.org/58448>; DOI: <10.4000/nuevomundo.58448>. Acesso em: 22 jun. 2016.

[63] REIS, João José. Nós achamos em campo a tratar da liberdade: a resistência escrava no Brasil oitocentista. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). **Viagem incompleta:** a experiência brasileira (1500-2000). São Paulo: SENAC, 2000, p.242-263.

[64] CARDOSO, Paulino de Jesus Francisco. **Negros em desterro:** as experiências das populações de origem africanas em Florianópolis (1860-1880). Itajaí-SC: Casa Aberta, 2010, p.20.

[65] A referência a essa data não se trata de um marco factual advindo de uma visão isolada da política. Entende-se que, a partir da emancipação, Alagoas dinamizou suas forças hegemônicas com o

instituição escrava no Brasil. O século XIX – na história da população cativa – pode ser entendido como um longo percurso rumo à liberdade, o qual perpassou duas conjunturas bastante distintas: a de um pleno desenvolvimento do cativeiro e crescimento da população escravizada até 1850; e, posteriormente, após a extinção do tráfico atlântico, o declínio da instituição escravista, o aumento da população liberta e a diminuição da população cativa.[66] Além de ser um período de pulverização da resistência escrava numa proporção jamais vista antes.

Mesmo diante dos episódios ocorridos no Haiti, em Demerara e na Bahia, autoridades e senhores escravocratas brasileiros projetaram para o século XIX a manutenção da instituição escrava. Para isso, atentaram para as novas demandas criadas no mundo e a coexistência de interesses capitalistas e abolicionistas.[67] Para João José Reis,

> A escravidão brasileira alcançaria seu ápice no século XIX, difundida como estava em todo o território nacional, os diversos setores da economia, conformando praticamente todas as instituições sociais, em especial a família. Saliente-se também que a propriedade em escravos não se limitava a grandes senhores de engenho, fazendeiros e mineradores. Tanto no campo como na cidade era grande o número de pequenos escravistas, donos de um, dois, três escravos, trabalhadores na pequena lavoura, no trabalho de rua ou no de casa. Por todas essas características, os escravos marcaram em profundidade os costumes, o imaginário, a cultura e até, através de uma intensa miscigenação, o próprio perfil étnico-racial de nossa população. Tendo sido o Brasil o último país do hemisfério a abolir a escravidão, em 1888, pode-se dizer que a história do século XIX brasileiro, que viu esse imenso território formar-se enquanto nação independente, se confunde com a história do apogeu e queda do regime escravista.[68]

Tecendo comentários sobre a conjuntura política da década de 1820, Tâmis Parron enfatiza o papel central das altas taxas de alforria, dinamizando a sociedade escravista brasileira. Requalificada em termos de "cidadania", a "inclusão de mulatos

---

objetivo de se consolidar no cenário político nacional e de conter a população escravizada que insistia em se revoltar.

[66] SOARES, Luiz Carlos. **O povo de Cam na capital do Brasil:** a escravidão urbana no Rio de Janeiro do século XIX. Rio de Janeiro: Faperj – 7 Letras, 2007, p.25-37.

[67] SANTOS, Ynaê Lopes dos. **Irmãs do Atlântico:** escravidão e espaço urbano no Rio de Janeiro e Havana (1763-1844). Tese (Doutorado em História Social), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012, p.298.

[68] REIS, João José. Nós achamos em campo a tratar da liberdade: a resistência escrava no Brasil oitocentista. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). **Viagem incompleta:** a experiência brasileira (1500-2000). São Paulo: SENAC, 2000, p.242-263.

e libertos no campo dos direitos civis pode ter servido ao propósito de afastá-los do mundo dos excluídos (escravos) e, assim, prevenir insurreições populares"[69], fundadas em grande parte na solidariedade de cor (união de cativos e libertos). A partir da constituição de 1826, produziu-se uma ideia falsa de "liberdade civil" para, assim, reproduzir e perpetuar a escravidão, já que o debate em torno do fim do tráfico atlântico havia iniciado.

Nesse sentido, o autor enfatiza a importância de se entender a lei de 1831 como um ponto de articulação entre ação legal e interação social, não como mera prescrição normativa nem simulação diplomática. Assim, faz um paralelo entre economia mundial, abolicionismo britânico e o Brasil da década de 1830, fervilhado pelas revoltas escravas protagonizadas pelos malês, principalmente na Bahia. Parron ressalta a necessidade de levar em consideração a repercussão das insurreições escravas nas atividades parlamentares, desse modo, qualquer análise sobre as vicissitudes e o porvir da lei de 7 de novembro de 1831 deve inter-relacionar as ações de resistência escrava, os efeitos do movimento abolicionista e a conjuntura de disputas políticas no Império do Brasil.[70] Se a lei de 1831 não foi mera iniciativa para "inglês ver", as tentativas de revogá-la foram feitas para os brasileiros verem e aproveitarem.[71]

Após 1850, no contexto gerado pelo fim do tráfico atlântico e pelo aumento do comércio interprovincial, os escravizados continuaram adotando várias estratégias para conquistar a liberdade, entre elas a luta pela alforria.[72] Marcus de Carvalho pontua a alforria como uma situação dinâmica e indefinida, sendo que muitas vezes poderia não ser sinônimo de liberdade[73], haja vista as condições de exploração com que muitos libertos se deparavam no Brasil escravista, além do iminente risco de reescravização.

Dialogando com os estudos de Sidney Chalhoub, que entende os sentidos que os cativos atribuíam à liberdade como múltiplos e assentados nas experiências

---

[69] PARRON, Tâmis Peixoto. **A Política da Escravidão no Império do Brasil** - 1826-1865. Dissertação (Mestrado em História Social), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009, p.55.
[70] Ibidem, p.45.
[71] Ibidem, p.143.
[72] GRINBERG, Keyla. **O fiador dos brasileiros:** cidadania, escravidão e direito civil no tempo de Antônio Pereira Rebouças. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p.222.
[73] CARVALHO, Marcus Joaquim Maciel de. **Liberdade:** rotinas e rupturas do escravismo no Recife - 1822-1850. Recife: Editora Universitária da UFRPE, 2001, p.225.

no cativeiro[74], Paulino Cardoso concebe que a escravidão, enquanto relação individualizada entre escravizado e senhor, com "a promessa da alforria atuando como moeda de troca de fidelidade, proteção e obediência, era apenas uma representação oriunda da própria política de domínio senhorial"[75]. Todavia, os escravizados criaram estratégias e se articularam com o objetivo de conquistar a alforria.[76] Nesse aspecto, é fundamental compreender a importância das negociações cotidianas realizadas por eles, já que a resistência escrava e o anseio por liberdade constituíam uma permanente fonte de tensão, contrapondo-se à hegemonia dos senhores proprietários de escravizados.[77]

O ano de 1871 foi marcante na conjuntura final da instituição escrava do Brasil, isso por conta do advento da Lei do Ventre Livre, que, entre outras medidas, interferiu na prática costumeira da alforria e estipulou um prazo máximo de sete anos para sua concessão com prestação de serviços. Todavia, "nem sempre a negociação direta dos cativos com os proprietários resultava na conquista pela liberdade do escravo"[78]. Em muitos casos, para garantir os direitos acordados, como a autocompra, os escravizados recorriam à tutela do Estado por meio das ações de liberdade.

Wilson Roberto de Mattos entende que essa lei não deve ser entendida como uma obra repentina de parlamentares e escravocratas, "e sim como indicação de um campo de pressões e lutas políticas e sociais"[79]. Assim, foi formada uma arena de conflitos, resistências e negociações. O artigo de número 4 da lei de 28 de setembro de 1871, para se ter uma ideia, permitiu ao escravizado a formação de pecúlio proveniente de doações, heranças e economias realizadas através do trabalho ao ganho, desde que com o consentimento do senhor.[80]

---

[74] CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade:** uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
[75] CARDOSO, Paulino de Jesus Francisco. **Negros em desterro:** as experiências das populações de origem africanas em Florianópolis (1860-1880). Itajaí-SC: Casa Aberta, 2010, p.142.
[76] BERTIN, Enidelce. **Alforrias na São Paulo do Século XIX:** liberdade e dominação. São Paulo: Humanitas, 2004.
[77] SALLES, Ricardo. **E o vale era escravo**. Vassouras, século XIX, senhores e escravos no coração do Império. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p.245.
[78] ALMEIDA, Katia Lorena Novais. **Alforrias em Rio das Contas:** Bahia século XIX. Salvador: EDUFBA, 2012, p.23.
[79] MATTOS, Wilson Roberto de. **Negros contra a ordem:** astúcias, resistências e liberdades possíveis (Salvador, 1850-1888). Salvador: EDUNER, EDUFBA, 2008, p.34.
[80] A Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871, dispunha ainda os seguintes artigos: "§ 1º. Por morte do escravo, a metade do seu pecúlio pertencerá ao cônjuge sobrevivente, se o houver, e a outra metade se transmitirá aos seus herdeiros, na forma da lei civil. Na falta de herdeiros, o pecúlio será adjudicado ao fundo de emancipação, de que trata o art. 3º. § 2º. O escravo que, por meio de seu

Em relatório provincial apresentado à Assembleia Legislativa de Alagoas, Silvino Elvidio de Carneiro Cunha teceu comentários acerca da emancipação dos escravizados e definiu a lei de 1871 como satisfatória "a uma das vivas e ardentes aspirações do país", cujo espírito no século XIX já não toleraria mais "a perpetuidade da escravidão". O então presidente de Alagoas enxergava como prudentes e sábias as medidas para emancipação do "estado servil", mas seria preciso atuar para "não despertar de qualquer modo da parte dos escravos outros sentimentos, que não sejam de muito amor e de muita obediência aos senhores"[81], revelando assim como iam se operando medidas preventivas em relação à rebeldia escrava.

A lei de 1871 foi uma das mais complexas na história do país, pois se esperava que ela alterasse o *status quo* de um modo satisfatório para os críticos da escravatura, embora defendesse, ao mesmo tempo, os direitos dos escravocratas.[82] Com ela também foi criado o Fundo de Emancipação, aumentando a expectativa dos escravizados, "que sentiam o governo agindo em favor deles, mesmo que, na realidade, não fosse bem assim"[83].

Antes da promulgação de tal lei, advogados e juízes que trabalhavam pela liberdade dos escravizados utilizavam argumentos baseados no Direito Natural, nas Ordenações Filipinas e no Código Romano para ter um maior respaldo nas normas costumeiras.[84] Em algumas alforrias concedidas havia a possibilidade de revogação, sobremaneira se fosse uma alforria condicional, a qual impunha condições para a

---

pecúlio, obtiver meios para indemnização de seu valor, tem direito a alforria. Se a indemnização não for fixada por acordo, o será por arbitramento. Nas vendas judiciais ou nos inventários o preço da alforria será o da avaliação. § 3º. É, outrossim, permitido ao escravo, em favor da sua liberdade, contratar com terceiro a prestação de futuros serviços por tempo que não exceda de sete anos, mediante o consentimento do senhor e aprovação do Juiz de Órfãos [...]. § 5º. A alforria com a clausula de serviços durante certo tempo não ficará anulada pela falta de implemento da mesma clausula, mas o liberto será compelido a cumpri-la por meio de trabalho nos estabelecimentos públicos ou por contratos de serviços a particulares. § 6º. As alforrias, quer gratuitas, quer a título oneroso, serão isentas de quaisquer direitos, emolumentos ou despesas. § 7º. Em qualquer caso de alienação ou transmissão de escravos, é proibido, sob pena de nulidade, separar os cônjuges, e os filhos menores de 12 anos, do pai ou da mãe. § 8º. Se a divisão de bens entre herdeiros ou sócios não comportar a reunião de uma família, e nenhum deles preferir conserva-la sob o seu domínio, mediante reposição da quota parte dos outros interessados, será a mesma família vendida e o seu produto rateado. § 9º. Fica derrogada a Ord. liv. 4º, titl 63, na parte que revoga as alforrias por ingratidão."

[81] ALAGOAS. Relatorio lido perante a Assembléa Legislativa da provincia das Alagoas no acto de sua installação em 7 de fevereiro de 1872 pelo presidente da mesma, o exm. snr. dr. Silvino Elvidio Carneiro da Cunha. Maceió: Typ. Commercial de A. J. da Costa, 1872, p.5.

[82] CONRAD, Robert. **Os últimos anos da escravatura no Brasil:** 1850-1888. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1975, p.113.

[83] MAIA, Clarissa Nunes. **Sambas, batuques, vozerias e farsas públicas:** o controle social de escravos em Pernambuco no século XIX (1850-1888). São Paulo: Annablume, 2008, p.19.

[84] ALMEIDA, Katia Lorena Novais. **Alforrias em Rio das Contas:** Bahia século XIX. Salvador: EDUFBA, 2012, p.62.

liberdade dos escravizados, como a compra de meia alforria, sendo a outra metade paga em serviços ou conquistada após a morte do senhor. Esse tipo de prática foi comum entre os senhores, servindo como mecanismo de controle da população escravizada, pois a "liberdade não era imediata nem plenamente outorgada. Os escravizados tinham que dar o melhor de si, realizando os serviços de maneira satisfatória"[85], além de apresentar um comportamento "socialmente aceito". Qualquer demonstração de indisciplina poderia ser motivo para a revogação da alforria condicionada.

Para Celia Maria Marinho Azevedo, a lei de 1871 deve ser percebida considerando as mudanças psicossociais promovidas no quotidiano "de dominantes e dominados"[86], pois ela foi muito mais que o Ventre Livre: além de garantir a liberdade para os filhos de escravizados, estabeleceu a questão do pecúlio, dinamizando as relações entre senhores e escravizados. Essa lei tinha como grande meta a socialização dos custos da escravidão, o Estado Imperial não estava disposto a arcar com os "prejuízos" dos senhores. Ao garantir aos escravizados o direito à constituição de pecúlio para compra da própria alforria, seria possível diminuir os custos de uma suposta indenização aos senhores, tendo à frente o horizonte iminente da abolição. Em 28 de julho de 1871, o periódico *União Liberal* chegou a publicar um anúncio intitulado *Escravidão: questão da atualidade* dizendo que a "[...] conveniência de fazer-se a emancipação dos escravos no Brasil, resolve a questão do ventre livre e emancipação dos escravos sem o prejuízo dos senhores e nem grandes sacrifícios do estado"[87].

Ricardo Salles entende o ano de 1871 como marco inicial da crise do regime "escravista, caracterizado por um ritmo de declínio demográfico relativamente lento e pela perspectiva inevitável do fim da mão de obra escrava em futuro mais ou menos previsível"[88]. Ocorreram, assim, rupturas no bloco hegemônico da instituição escravista no Brasil. A aprovação da Lei do Ventre Livre foi resultado de um processo de mudança na correlação de forças entre senhores e escravizados, além da resistência cativa pela abolição do tráfico negreiro, em 1850, intensificada com a

---

[85] SANTANA, Adriana Santos. **Africanos livres na Bahia** - 1831-1864. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007, p.80.
[86] AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. **Onda negra, medo branco:** o negro no imaginário das elites - século XIX. 3ª. ed. São Paulo: Annablume, 2004, p.100.
[87] UNIÃO LIBERAL. Maceió, 28 jul. 1871.
[88] SALLES, Ricardo. **E o vale era escravo**. Vassouras, século XIX, senhores e escravos no coração do Império. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p.59.

crise institucional aberta pela Guerra do Paraguai[89], em 1865[90]. Francisco Doratioto sinaliza que a chamada "maldita guerra" foi o momento de apogeu da força militar e da capacidade diplomática do Império do Brasil, entretanto, "de forma paradoxal, contribuiu para o acirramento de contradições do Estado monárquico brasileiro, enfraquecendo-o"[91].

Warren Dean aponta a rebeldia dos escravizados como um fator importante para a derrocada final da escravidão[92], e Keyla Grinberg assinala que o redimensionamento das relações entre senhores e escravizados foi um dos recursos usados por cativos e advogados para "pressionar pela obtenção da alforria, e até mesmo da emancipação geral, a partir da década de 1860"[93]. Nos anos 1880, quando a escravidão entrou numa "espécie de declínio moral", ocorreu o aumento das fugas de escravizados, muitas auxiliadas por abolicionistas.[94] Nessa época, o abolicionismo estava cada vez mais difundido na sociedade brasileira.

No editorial de 28 de setembro de 1881 do jornal *O Orbe*, por ocasião dos dez anos da Lei do Ventre Livre, dizia-se que a escravidão em poucos anos desapareceria completamente, entendida como o "cancro que tanto depõe contra os nossos foros de homens civilizados"[95]. Maria Helena P. T. Machado, ao estudar os movimentos sociais que povoaram o sudeste escravista na década da abolição, ressalta esse período como sendo fértil em "debates, movimentação política e projetos reformadores que, em seu conjunto, ensejaram, pela primeira vez, uma

---

[89] Para o confronto contra o Paraguai, devido às dificuldades enfrentadas pelo governo no recrutamento das tropas, foram oferecidos aos "Voluntários da Pátria" maiores pagamentos, bônus de engajamento e dispensas mais atraentes, concessões de terra, pensões especiais aos veteranos e dependentes dos soldados mortos. Alguns escravizados aceitaram servir o exército, porém, muitos foram vendidos ou doados contra sua vontade. Senhores escravocratas aproveitaram a "oportunidade" para vender cativos considerados "intratáveis". Ver: BEATTIE, Peter M. **Tributo de sangue:** exército, honra, raça e nação no Brasil - 1864-1945. São Paulo: Edusp, 2009, p.75-77.

[90] SALLES, Ricardo. **E o vale era escravo**. Vassouras, século XIX, senhores e escravos no coração do Império. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p.68.

[91] DORATIOTO, Francisco. **Maldita Guerra:** novas histórias da Guerra do Paraguai. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p.18.

[92] DEAN, Warren. **Rio Claro:** um sistema brasileiro de grande lavoura - 1820-1920. São Paulo: Paz e Terra, 1977, p.126-127.

[93] GRINBERG, Keyla. Reescravização, Direitos e Justiças no Brasil do Século XIX. In: LARA, Silvia Hunold; MENDONÇA, Joseli Maria Nunes (Orgs.). **Direitos e justiças no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 2006, p.103.

[94] EINSEBERG, Peter. **Modernização sem mudança:** a indústria açucareira em Pernambuco - 1840-1910. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1977, p.180.

[95] O ORBE. Maceió, 28 set. 1881.

difusa vontade política de reformas e mudanças"[96]. E os escravizados, nesse contexto, passaram a exigir a liberdade no campo jurídico frequentemente.

Foram promulgados decretos, leis e posturas repressoras em relação aos escravizados, libertos e livres pobres ao longo do século XIX. Em 12 de março de 1838, o presidente da província de Alagoas, Rodrigo de Souza da Silva Pontes, sancionou as atribuições dos juízes municipais. Entre suas funções estavam: "Fazer destruir quilombos e coito de malfeitores, e providenciar a que se não formem, e mandar rondar nos lugares onde convier"[97]; e "dissolver todos os ajuntamentos ilícitos, ou em que houver manifesto perigo de desordem"[98]. A população escravizada, em contrapartida, desenvolvia artimanhas e necessitava manter segredos, esconderijos e quilombos para se camuflar e resistir ao controle senhorial.[99] Um local que permaneceu sob constante vigilância foi a região Serrana dos Quilombos (Serra da Barriga e seu entorno), que era formada pela Vila Nova da Imperatriz (antiga Cerca Real dos Macacos e atual União dos Palmares) e pela Vila de Viçosa.

A classe senhorial utilizava diversas posturas municipais para manter o controle social.[100] Segundo Irinéia M. Franco dos Santos, houve um aumento de posturas referentes à população negra em virtude das rebeliões escravas na Bahia na primeira metade do século XIX.[101] Em Alagoas, foi proibida a manifestação cultural *quilombo*, praticada na cidade e em outras regiões em tempos de festas natalinas e nas celebrações de irmandades, como a de Nossa Senhora do

---

[96] MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. **O plano e o pânico:** os movimentos sociais na década da abolição. São Paulo: Edusp, 2012, p.227-228.
[97] GALVÃO, Olimpio Euzébio de Arroxellas; ARAÚJO, Tibúrcio Valeriano de. **Compilação das leis provinciais das Alagoas de 1835 a 1817** - Tomo 1. Maceió: Tipografia Comercial de A. J. da Costa, 1870, p.302-303.
[98] Ibidem, p.302.
[99] ALMEIDA, Luís Sávio de. **Memorial biográfico de Vicente de Paula, capitão de todas as matas:** guerrilha e sociedade alternativa na mata alagoana. Maceió: Edufal, 2008, p.181.
[100] As posturas municipais tinham como funcionalidade a regulação de assuntos variados, "como a construção de casas e edifícios, o funcionamento do comércio e dos mercados públicos, a limpeza e conservação da cidade, bem como a maneira como as pessoas deveriam comportar em público" etc. O objetivo era implementar uma política de disciplinamento urbano, a qual perdurou por todo o período imperial. Ver: MAIA, Clarissa Nunes. **Sambas, batuques, vozerias e farsas públicas:** o controle social de escravos em Pernambuco no século XIX (1850-1888). São Paulo: Annablume, 2008, p.45.
[101] SANTOS, Irinéia M. Franco dos. A caverna do diabo: o ensaio romântico de Valeriano de Souza e as religiões afro-brasileiras em Alagoas, no séc. XIX. **Sankofa** - Revista de História da África e de estudos da diáspora africana. São Paulo, ano VI, n. XI, p.7-33, ago. 2013.

Rosário.[102] Apresentada por populares, fazia uma representação da Guerra de Palmares, em que se travava uma batalha entre negros e índios.

O *quilombo* é entendido neste estudo como uma *arte da memória negra* sobre Palmares que mantinha viva entre os africanos e seus descendentes em diáspora a luta palmarina pela liberdade. Para embasar tal ideia, estabelece-se um diálogo com a obra de Stuart Hall, que entende a "cultura popular" como um campo de transformações, uma arena de tensões e conflitos, em que ocorre "uma luta mais ou menos contínua em torno da cultura dos trabalhadores, das classes trabalhadoras e dos pobres"[103]. Na tentativa de reeducar as classes populares, configuram-se, assim, lutas e resistências, apropriações e expropriações.

A constante luta entre a cultura dominante e a cultura popular – a primeira buscando desorganizar e reorganizar a segunda – acarreta resistências e superações. Nas palavras de Hall, seria a dialética cultural, a relação hegemonia e contra-hegemonia, na qual o campo da cultura se tornava "uma espécie de campo de batalhas permanente, onde não se obtêm vitórias definitivas, mas onde há sempre posições estratégicas a serem conquistadas ou perdidas"[104].

Ao longo desta pesquisa, percebe-se que a hegemonia senhorial procurou exercer sua dominação combatendo os quilombos, as revoltas, as fugas, restringindo as alforrias e proibindo as práticas culturais de matrizes africanas. Em contrapartida, houve a resistência escrava, que também se configurou no campo da cultura. Na contramão do poder senhorial estavam os escravizados, libertos e livres pobres, que se reinventaram e desenvolveram, dentro das possibilidades existentes, variadas estratégias para conseguir meios de subsistência e resistir à instituição escravista, tendo sempre a liberdade em seu horizonte. Assim, além de revoltas e quilombos, houve negociações com os senhores, ameaças, roubos, sabotagens, suicídios, infanticídios, assassinatos, greves[105], celebrações e festas negras.

---

[102] Negros escravizados e livres tinham suas organizações religiosas próprias, as irmandades negras, que invocavam Nossa Senhora do Rosário, São Benedito e Santa Ifigênia. Instituíam em suas festas os Reis de Congo e Rainhas Gingas, além de destacarem-se pelo papel político-social em prol da libertação de seus irmãos escravizados. Ver: ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa. **Festas:** máscaras do tempo. Entrudo, mascarada e frevo no carnaval de Recife. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1996, p.69.

[103] HALL, Stuart. **Da diáspora:** identidades e mediações culturais. Belo Horizonte/Brasília: Editora UFMG/Unesco, 2006, p.247.

[104] Ibidem, p.255.

[105] Sobre greves organizadas por escravizados, ver: REIS, João José. A greve negra de 1857. **Revista USP**. São Paulo, n. 18, p.8-29, 1993. NEGRO, Antonio Luigi; GOMES, Flávio dos Santos. As

Para o melhor entendimento dessas questões, desenvolveu-se uma leitura *a contrapelo*[106] de variados documentos, tendo o intuito de vislumbrar a resistência escrava na Alagoas do oitocentos. Desse modo, foi necessário interpretar silêncios e ler nas entrelinhas os registros do passado da população marginalizada do poder hegemônico, que se escondem e se fragmentam em escritos peneirados pela classe dominante, pelo olhar normativo de escravocratas e burocratas.

Poucas informações ficaram "da faina do quotidiano nos documentos escritos, que são por sua própria natureza avessos"[107] à lógica do dia a dia de escravizados, libertos e livres pobres. Analisando-os por meio de uma leitura *a contrapelo*, pode-se adentrar a luta diária pela sobrevivência e resistência dessa população, possibilitando vislumbrar, "das entrelinhas, das fissuras e do implícito"[108], um passado silenciado pela escrita factual da história.

Assim, no esforço para captar as experiências de vida dessa população e compreender como se deu o processo de luta contra a hegemonia senhorial ao longo do século XIX, torna-se necessário recorrer à pluralidade das fontes já descritas anteriormente na apresentação da tese. Na trajetória da pesquisa, a voz de um saudoso cantador de coco soou aos ouvidos e entrou na mente, inspirando os escritos. Mestre Verdelinho das Alagoas dizia "que a terra gira com o seu grande poder":

> Porque no céu a gente vê uma estrelinha
> Aquela estrela nasce e se põe às seis horas
> Quando é de manhã, aquela estrela vai embora
> Tem uma maior e tem outra mais miudinha
> Tem uma acesa e outra mais apagadinha
> Seis horas da noite é que pega aparecer
> Quando é de manhãzinha ela torna a se esconder
> Só de noite ela brilha em cima do firmamento[109]

---

greves antes da "greve": as paralizações feitas por escravos no século XIX. **Ciência e Cultura**. São Paulo, vol. 65, n. 2, p.56-59, 2013.

[106] Aqui, nos referimos à ideia de "*escovar a história a contrapelo*". BENJAMIN, Walter. As teses sobre o conceito de história. In: Idem. **Obras escolhidas**. Vol. 1. São Paulo: Brasiliense, 1985, p.222-232.

[107] DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1995, p.22.

[108] Ibidem, p.50.

[109] Mestre Verdelinho das Alagoas. **Universando**. CD. Coleção Música Popular Alagoana. Volume II. Maceió, 2006.

Aqui, entende-se a luta dos povos africanos e seus descendentes durante os séculos de escravidão no Brasil como o "grande poder" que construiu o firmamento da liberdade. As estrelas que se põem, nascem, vão embora, são maiores ou menores, acedem e apagam, aparecem, tornam a aparecer e brilham, é como são vistas as experiências de vida daqueles que lutaram contra a instituição escravista, que se escodem e se fragmentam em meio a correspondências e relatórios de autoridades, jornais, documentação policial e na cultura de tradição oral. Captar histórias dissonantes à lógica senhorial é o desafio desta tese.

Para análise da documentação, visando o vislumbre da resistência, adota-se a metodologia da *Hermenêutica do Quotidiano*[110]. Entendendo o quotidiano como algo que nos é dado diariamente, uma área de improvisação de papéis informais onde se multiplicam formas peculiares de resistência e luta[111], acredita-se aqui que os sujeitos históricos marginalizados pelos grupos dominantes subverteram a dominação e utilizaram táticas e práticas de resistência diárias.

A história social da escravidão no Brasil se preocupou com os significados da reconstituição das vidas cativas em suas dimensões socioculturais independentes, buscando captar as relações intragrupos e com os demais "desclassificados, suas possibilidades de mobilidade social, os espaços de autonomia, mecanismos de desobediência e submissão, redes de solidariedades vertical e horizontal"[112]. Os historiadores passaram a se debruçar sobre tensões e conflitos que necessitam de uma hermenêutica radical para tratar do alcance da politização do privado, das relações de gênero, de uma pluralidade de sujeitos e de diferentes processos históricos ante o movimento de construção das suas subjetividades.

---

[110] Segundo Maria Odila Leite da Silva Dias, a *Hermenêutica do Quotidiano* possibilita formas de apreensão de experiências de vida em sociedade, contribuindo para "historicizar estereótipos e desmistificá-los, pois através do esmiuçar das mediações sociais, pode trabalhar a inserção de sujeitos históricos concretos, homens ou mulheres, em contexto mais amplo da sociedade em que viveram. É o que permite, dentro da margem do conhecimento possível, a reconstituição da experiência vivida, em contraposição à reiteração de papeis normativos. [...] A reconstituição das experiências vividas, na medida em que papéis informais foram formalizados e iluminados, propiciaram a análise da ambiguidade e mesmo da fluidez dessas práticas, costumes, estratégias de sobrevivência." Ver: DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Hermenêutica do cotidiano na historiografia contemporânea. **Projeto História**. São Paulo, n. 17, nov. 1998, p.223-258.

[111] Idem. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1995, p.14.

[112] CARDOSO, Paulino de Jesus Francisco. **Negros em desterro:** as experiências das populações de origem africana em Florianópolis (1860-1880). Itajaí-SC: Casa Aberta, 2010, p.25.

A hermenêutica das lutas do quotidiano é uma ferramenta para o historiador que procura vislumbrar a resistência à hegemonia posta e as estratégias de sobrevivência desenvolvidas por sujeitos históricos à margem do processo de dominação. A resistência se configura somente fora do discurso político estabelecido, assim, o historiador precisa "interpretar por entre as linhas de documentos imersos na ideologia dominante, indícios de modos de ser"[113], o que possibilita olhar para práticas sociais de sujeitos marginalizados pela ideologia dominante e documentar necessidades sociais de "pessoas oprimidas".

Entende-se também ser improvável e impensável realizar uma reflexão acerca das experiências históricas dos povos africanos e seus descendentes na diáspora limitada ao modo eurocêntrico de pensar e produzir estudos históricos. Por isso, na bibliografia da pesquisa estão presentes autores que refletem sobre a América Latina, o Caribe, a África e a Ásia numa perspectiva de *descolonização de poderes e saberes*. Desde autores do pós-colonial, como Franz Fanon, e de estudos culturais, como Stuart Hall, até os do coletivo *modernidade/colonialidad*, como Edgardo Lander e Nelson Maldonado Torres. Além deles, três autores africanos são importantes, possibilitando uma melhor compreensão sobre oralidades e culturas negras: Hampatê Ba, Esiaba Irobi e Kazadi Wa Mukuna.

Na historiografia, recorre-se a clássicos estudos, sobretudo os da história social da escravidão no Brasil, que ganhou força a partir dos anos 1970, atentando também a produções mais recentes, como a coletânea *Tornando-se livre*[114], organizada por Maria Helena P. T. Machado e Celso Thomas Castilho. Essas pesquisas irão aparecer ao longo dos capítulos e, algumas vezes, terão breves comentários nas notas de rodapé. Não caberia aqui uma lista completa, até porque isso poderia causar alguma injustiça por lapso, além de prolongar bastante este texto introdutório. No entanto, destaca-se uma geração de historiadores que vêm desenvolvendo estudos notáveis e são indispensáveis para a tese. Trata-se de pesquisadores negros advindos de uma militância política nas lutas sociais e antirracistas, que têm publicado suas teses e dissertações a partir dos anos 2000. Alguns nomes se tornam imprescindíveis para a pesquisa, como: Paulino Cardoso, Amailton Magno Azevedo, Wilson Roberto de Mattos, Wlamyra R. de Albuquerque,

[113] DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Hermenêutica do cotidiano na historiografia contemporânea. **Projeto História**. São Paulo, n. 17, nov. 1998, p.223-258.
[114] CASTILHO, Celso Thomas; MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. **Tornando-se livre:** agentes históricos e lutas sociais no processo de abolição. São Paulo: Edusp, 2015.

Ynaê Lopes dos Santos, Salloma Salomão Jovino da Silva e Nirlene Nepomuceno. Tais trabalhos somam-se a autores clássicos, intelectuais e militantes do movimento negro como Beatriz Nascimento, Clóvis Moura e Kabengele Munanga.

Ao se debruçar sobre documentos do século XIX, em Desterro - SC, Paulino Cardoso[115] entra no território de combate a uma memória branco-europeia-católica, assumindo uma postura que vai de encontro ao "esquecimento ideológico" da população africana na região, e assim reconstitui o passado escravista da atual Florianópolis. Amailton Magno Azevedo[116], buscando entender as "microáfricas" presentes em São Paulo, através da trajetória de Geraldo Filme, renovou a historiografia brasileira do pós-abolição.[117] O autor, ampliando o conceito de fonte histórica, examina os vissungos mineiros gravados pelo sambista paulistano, além de jornais, discos, filmes-documentários, oralidade e literatura, compreendendo as culturas bantas, de forte presença no sudeste escravista. A leitura dessa obra foi importante no que tange às questões metodológicas, pois o autor, visando captar a presença centro-africana na cidade de São Paulo, faz uma aguçada análise das letras dos sambas de Geraldo Filme, atento às memórias rítmicas e afetivas das culturas bantas.

Wilson Roberto de Mattos[118], em *Negros contra a ordem*, objetiva "analisar as diversas formas de resistência negra em Salvador - BA nas décadas finais da escravidão"[119]. Sua pesquisa contribui para o entendimento das significações culturais próprias dos processos de configuração de espaços urbanos. Também tendo como palco de análise a Bahia, e atenta a questões nacionais e internacionais, Wlamyra R. de Albuquerque[120] tem um estudo de destaque acerca da

---

[115] Professor titular da Universidade do Estado de Santa Catarina, onde coordena o Núcleo de Estudos Afro-brasileiros. Ex-presidente da Associação Brasileira de Pesquisadores(as) Negros(as) - ABPN.

[116] É professor do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP. Vem publicando diversos artigos relacionados ao ensino de História da África e do Brasil, culturas africanas na diáspora, musicalidades, oralidades e juventude negra.

[117] Nesta pesquisa o termo *pós-abolição* é compreendido como o período que se inicia com a abolição e que só se esgotará quando a dívida social resultante de séculos de escravidão for superada. Ver: CASTILHO, Celso Thomas; MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. **Tornando-se livre:** agentes históricos e lutas sociais no processo de abolição. São Paulo: Edusp, 2015, p.12.

[118] Professor adjunto da Universidade do Estado da Bahia, atuando no Programa de Pós-Graduacão em História Regional e Local. Pós-Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em História Comparada - UFRJ.

[119] MATTOS, Wilson Roberto de. **Negros contra a ordem:** astúcias, resistências e liberdades possíveis (Salvador, 1850-1888). Salvador: EDUNER, EDUFBA, 2008, p.15.

[120] Professora adjunta da Universidade Federal da Bahia e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Feira de Santana.

abolição da escravidão e cidadania negra no Brasil: *O Jogo da Dissimulação*[121]. A obra percorre as décadas finais do século XIX com a preocupação de tecer um quadro matizado e rico articulando a questão racial e o fim do escravismo no Brasil, momento em que foram colocados em disputa e negociação os sentidos da cidadania.

Ynaê Lopes dos Santos[122] possui duas pesquisas de relevo sobre a escravidão urbana no século XIX. Sua dissertação de mestrado, *Além da Senzala*[123], examina os diferentes arranjos de moradia escrava no Rio de Janeiro entre 1808 e 1850. Já em *Irmãs do Atlântico*[124], sua tese de doutorado, analisa as duas maiores cidades escravistas das Américas e Caribe: Rio de Janeiro e Havana.

As pesquisas de Salloma Salomão Jovino da Silva[125] e Nirlene Nepomuceno[126], ambas teses de doutorado em História Social pela PUC-SP, são essenciais para quem quer compreender as dinâmicas das culturalidades negras na diáspora. Em *Memórias Sonoras da Noite*[127], Salloma Salomão se debruça sobre fragmentos de culturas musicais de matrizes africanas através de imagens e narrativas de viajantes estrangeiros que deixaram registradas suas viagens pelo Brasil. Compreendendo musicalidade e oralidade como formas diferenciadas de sociabilidade e elementos fundamentais nas culturas afrodiaspóricas, o autor também lança mão de acervos museológicos, instrumentos musicais, textos memorialísticos, folcloristas, etnógrafos, antropólogos e etnomusicólogos. Já Nirlene Nepomuceno, atenta à análise de *Celebrações Negras do Ciclo Natalino*[128], adentra o universo das festas protagonizadas por africanos e seus descendentes no Brasil e Caribe, durante os séculos XVIII e XIX. O objetivo de sua pesquisa é a identificação

---

[121] ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. **O jogo da dissimulação:** abolição e cidadania negra no Brasil. São Paulo: Companhias das Letras, 2009.
[122] Professora adjunta da FGV-RJ.
[123] SANTOS, Ynaê Lopes dos. **Além da Senzala:** arranjos de moradia escrava no Rio de Janeiro (1808-1850). Dissertação (Mestrado em História Social), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.
[124] Idem. **Irmãs do atlântico:** escravidão e espaço urbano no Rio de Janeiro e Havana (1763-1844). Tese (Doutorado em História Social), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
[125] Além de músico, é pesquisador, africanista e Doutor em História Social pela PUC-SP.
[126] Jornalista, Mestre e Doutora em História Social pela PUC-SP.
[127] SILVA, Salloma Salomão Jovino da. **Memórias sonoras da noite:** musicalidades africanas no Brasil oitocentista. Tese (Doutorado em História), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.
[128] NEPOMUCENO, Nirlene. **Celebrações negras do ciclo natalino:** teias da diáspora em áreas culturais do Brasil e do Caribe. Tese (Doutorado em História Social), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.

dos dinâmicos processos de transformação e das estratégias de adaptação que essa população buscou para perpetuar os vínculos que a ligavam à África.

No que tange a Alagoas, cada vez mais surgem jovens engajados na luta antirracista e que travam batalhas no âmbito acadêmico. Assim, a pesquisa de doutorado de Jeferson Santos da Silva[129] sobre o *negro na historiografia alagoana* deve ser destacada.[130] Singular entre tudo que tem sido produzido na terra de Palmares, constitui uma das primeiras sementes plantadas para a consolidação de uma historiografia que vai na contramão do ranço oligárquico e senhorial presente em muitos estudos alagoanos.

Escrever sobre a história da resistência escrava em Alagoas pressupõe um esforço permanente de combate a uma memória oligárquica açucareira, amarga àqueles que estiveram na contramão do poder hegemônico senhorial. Como historiador, em "tempos temerosos", esse combate se dá por caminhos tortuosos, longos, trabalhosos e angustiantes, mas que são recompensadores por contribuir para a consolidação de um conhecimento histórico pautado nas lutas sociais. Desse modo, as próximas páginas são uma contranarrativa ao discurso historiográfico da "conformidade do negro", presente não só na obra de Alfredo Brandão, mas em muitos outros escritos sobre a população africana e seus descendentes em diáspora.

[129] Graduado em História pela Universidade Federal de Alagoas, é mestre e doutor em Ciências Sociais pela PUC-SP. Atualmente é presidente do Instituto do Negro em Alagoas.
[130] SILVA, Jeferson Santos da. **O que restou é folclore:** o negro na historiografia alagoana. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2014.

PARTE 1 - HISTÓRIAS, MEMÓRIAS E CULTURAS QUILOMBOLAS

> A cultura quilombola não está livre de sofrer atentados. Ela deve ser a salvaguarda da cultura negra na cultura nacional. Enfim, o Quilombo dos Palmares também é nossa história.[131]

A história da resistência escrava nas Américas e no Caribe está repleta de comunidades de escravizados fugitivos que lutaram contra a escravidão, as quais receberam diferentes nomes: na Venezuela, eram os Cumbes; na Colômbia, os Palenques; na Antígua, na Jamaica e no sul dos EUA ficaram conhecidos como Maroons; em algumas regiões caribenhas, eram os Maronage; e em Porto Rico e Cuba, Cimaronaje. Aqui no Brasil, primeiramente foram chamados de "mocambos" e posteriormente, "quilombos"[132].

Segundo Kabengele Munanga, a palavra quilombo é originária dos povos de língua bantu (kilombo), e a existência dessas comunidades no Brasil tem relação "com alguns ramos desses povos bantus cujos membros foram trazidos e escravizados nesta terra. Trata-se dos grupos lunda, ovimbundu, mbundu, kongo, imbangala, etc., cujos territórios se dividem entre Angola e Zaire"[133]. Para um melhor entendimento e captação do sentido da formação dos quilombos no Brasil, é importante atentar ao que aconteceu nas áreas bantas nos séculos XVI e XVII. Nos quilombos era implantada:

> [...] uma outra estrutura política na qual se encontraram todos os oprimidos. Escravizados, revoltados, organizaram-se para fugir das senzalas e das plantações e ocuparam partes de territórios brasileiros não-povoados, geralmente de acesso difícil. Imitando o modelo africano, eles transformaram esses territórios em espécie de campos de iniciação à resistência, campos esses abertos a todos os oprimidos da sociedade (negros, índios e brancos).[134]

---

[131] LINDOSO, Dirceu. **A razão quilombola:** estudos em torno do conceito quilombola de nação etnográfica. Maceió: Edufal, 2011, p.107-108.

[132] Segundo Beatriz Nascimento: "A primeira referência a quilombo que surge em documento oficial português data de 1559, mas somente em 1740, em 2 de setembro, assustadas gente ao recrudescimento dos núcleos de população negra livres do domínio colonial, depois das guerras do nordeste no século XVII, as autoridades portuguesas definem, ao seu modo, o que significa quilombo: 'toda a habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte desprovida, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles." Ver: NASCIMENTO, Beatriz. O conceito de quilombo e a resistência cultural negra. **Afrodiáspora**. São Paulo, vol. 6-7, p.41-49, 1985.

[133] MUNANGA, Kabengele. Origem e histórico do quilombo na África. **Revista USP**. São Paulo, n. 28, p.56-63, dez./fev. 1995/1996.

[134] Ibidem.

Para João José Reis: "A formação de grupos de escravos fugitivos se deu em toda parte do Novo Mundo onde houve escravidão [...], os quais às vezes conseguiram congregar centenas e até milhares de pessoas."[135] Em todas essas regiões, tais experiências de liberdade significaram uma afronta à instituição escravista, um risco para o sistema colonial[136], sendo Palmares o exemplo mais emblemático, tanto no Brasil como nas Américas e no Caribe. Situado onde hoje está Alagoas e Pernambuco, o quilombo "pôs em questão a estrutura colonial inteira"[137], e sua população não era constituída exclusivamente de escravizados fugidos e seus descendentes:

> Para ali também convergiram outros tipos de trânsfugas, como soldados desertores, os perseguidos pela justiça secular e eclesiástica, ou simples aventureiros, vendedores, além de índios pressionados pelo avanço europeu. Mas predominavam os africanos e seus descendentes. Ali, africanos de diferentes grupos étnicos administraram suas diferenças e forjaram novos laços de solidariedade, recriaram culturas. Apesar da falta de dados mais diretos, considerando a direção do tráfico atlântico na época, supõe-se que Palmares foi predominantemente um cadinho de grupos originários do centro-sul da África, gente de grupos linguísticos kikongo, kimbundu, ovimbundo e outros da região Congo-Angola.[138]

Embora o modelo fosse bantu, os quilombos uniram africanos de outras áreas culturais e outros descontentes não africanos, recebendo influências diversas, adquirindo características transculturais. Visavam, assim, a formação "de identidades abertas, produzidas pela comunicação incessante com o outro, e não de identidades fechadas, geradas por barricadas culturais que excluem o outro"[139].

O quilombo palmarino foi uma comunidade diferente, por "sua longa duração e seu grande número de habitantes, bem como por sua organização socioeconômica. Além disso, foi pioneira nessas dimensões no século XVII"[140]. É entendido por alguns historiadores como uma federação de vários agrupamentos,

---

[135] REIS, João José. Quilombos e revoltas escravas no Brasil. **Revista USP**. São Paulo, n. 28, p.14-39, dez./fev. 1995/1996.
[136] NASCIMENTO, Beatriz. O conceito de quilombo e a resistência cultural negra. **Afrodiáspora**. São Paulo, vol. 6-7, p.41-49, 1985.
[137] NASCIMENTO, Abdias. **Quilombismo:** documentos de uma militância pan-africanista. Petrópolis-RJ: Vozes, 1980, p.47.
[138] Ibidem, p.14-39.
[139] MUNANGA, Kabengele. Origem e histórico do quilombo na África. **Revista USP**. São Paulo, n.28, p.56-63, dez./fev. 1995/1996.
[140] GOMES, Flávio dos Santos. **De olho em Zumbi dos Palmares:** histórias, símbolos e memória social. São Paulo: Claro Enigma, 2011, p.12.

composta por milhares de quilombolas, tornando-se símbolo da resistência colonial contra a escravidão, algo que transporia o seu tempo de "invenção original" e experiência histórica vivida e processada, passando por processos de ressignificação da memória ao longo dos séculos posteriores ao término da guerra contra as autoridades coloniais.

Depois do episódio palmarino, "os escravos não conseguiram reproduzir no Brasil qualquer coisa minimamente próxima do que representara o grande quilombo"[141]. Entretanto, a formação de quilombos foi uma constante até o fim da instituição escrava no Brasil.[142] Como bem sinalizou Stuart Schwartz, onde "quer que a escravidão fosse uma instituição básica, o medo de revoltas de escravos e os problemas de escravos fugidos atormentou colonos e administradores coloniais"[143].

Palmares, apesar de findada a guerra no século XVII, continuou a simbolizar o perigo aos escravistas: "Havia muito receio na continuidade de Palmares no século XVIII, uma quase certeza de que as batalhas de destruição do mocambo do Macaco e a morte de seus líderes ainda não era o fim."[144] Em 1763, o vice-rei Conde de Assumar alertou sobre o suposto risco de surgir "outro Palmares" em Minas Gerais.[145] Já no Rio de Janeiro, em 1792, com medo de mocambos, as autoridades argumentavam que poderia surgir um "novo Palmares"[146], indicando a necessidade de perseguir os fugitivos a todo custo.

Os Cabanos, populações de camponeses, indígenas e quilombolas chamados de Papa-Méis, organizaram-se na mesma região onde existiu Palmares, entre Alagoas e Pernambuco, sendo combatidos pela Regência do Império na primeira metade do oitocentos. As autoridades indagavam se isso seria uma mera coincidência geográfica, haja vista que a experiência palmarina se manteve viva na mente dos grupos dominantes do poder no Brasil, como indicou Elizabeth W. Kiddy:

---

[141] REIS, João José. Quilombos e revoltas escravas no Brasil. **Revista USP**. São Paulo, n. 28, p.14-39, dez./fev. 1995/1996.

[142] Após esse período, há ainda as comunidades remanescentes de quilombos, inseridas numa luta constante por reconhecimento até os dias de hoje.

[143] SCHWARTZ, Stuart B. Mocambos, quilombos e palmares: a resistência escrava no Brasil colonial. **Estudos econômicos**. São Paulo, vol.17 - número especial, IPE-USP, p.61-88, 1987.

[144] GOMES, Flávio dos Santos. **De olho em Zumbi dos Palmares:** histórias, símbolos e memória social. São Paulo: Claro Enigma, 2011, p.28.

[145] Como sinaliza João José Reis: "Em Minas Gerais pós-Palmares essa possibilidade entrou na agenda de vários governadores da Idade do Ouro, chegando a beirar a histeria na suposta conspiração escrava de 1756, que seria liderada por quilombolas." Ver: REIS, op. cit., p.14-39.

[146] GOMES, op. cit., p.83.

> As investidas contra o Quilombo dos Palmares tornaram-se, duraram séculos, um lembrete temeroso do que os escravizados poderiam conseguir caso unissem forças. Quando africanos nomeavam reis em rebeliões ou situações tumultuosas, ou em mocambos ou quilombos, tais ações causavam grande alarme.[147]

Palmares teve uma forte relação com a história da formação de Alagoas no século XIX, afinal, a província foi estruturada à sombra da simbologia do quilombo. Dirceu Lindoso defende que duas guerras foram fundamentais para o surgimento de Alagoas, a Guerra dos Bárbaros[148] e a de Palmares, cujas consequências criaram uma autoconsciência social alagoana. Assim, Lindoso refuta a ideia de Francisco Augusto da Costa de que Alagoas teria sido uma criação áulica, documentando que tal surgimento foi resultado da ambição de conquistar terras de pastoreio e de canaviais. "O gado, no sertão, e a cana-de-açúcar na zona das matas úmidas, a servidão indígena num e a escravidão africana noutro criara o espaço alagoano."[149] Desse modo, Lindoso concebe tal espaço como consequência da conquista dos sertões para formação de currais de boi e da distribuição de terras quilombolas em sesmarias para as *plantations* de açúcar e tabaco. Nessa conjuntura, a resistência escrava teve papel importante em tal processo, bem como as culturas africanas em diáspora.

As autoridades alagoanas temiam que outro Palmares voltasse a existir, algo que só aumentou com as notícias que circulavam em todo o Brasil acerca dos ocorridos no Haiti entre 1791 e 1804 – os quais desencadearam uma revolução escrava – e da Revolta dos Malês na Bahia na primeira metade do século XIX. Tais eventos habitavam o imaginário das camadas mais "poderosas" da sociedade brasileira, que receavam o fortalecimento de sentimentos de pertença que ligassem escravizados e forros, o que poderia culminar em revoltas generalizadas, por via do ideário jacobino.[150]

---

[147] KIDDY, Elizabeth W. Quem é o rei do congo? Um novo olhar sobre os reis africanos e afro-brasileiros no Brasil. In: HEYWOOD, Linda M. (Org.). **A diáspora negra no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2009, p.172.

[148] Conflitos envolvendo indígenas contra colonizadores portugueses no Nordeste brasileiro, ocorridos entre 1650 e 1720.

[149] LINDOSO, Dirceu. **A razão quilombola:** estudos em torno do conceito quilombola de nação etnográfica. Maceió: Edufal, 2011, p.41.

[150] SILVA, Salloma Salomão Jovino da. **Memórias sonoras da noite:** musicalidades africanas no Brasil oitocentista. Tese (Doutorado em História), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005, p.24.

A sociedade que viria a ser a alagoana, depois de 1817, apresentava "uma dupla face: a da abundância tutelar e a pobreza social. Ambas – riqueza e pobreza – com estrutura social e conotações econômicas"[151]. Nesse cenário, as elites se utilizaram de um discurso negativo em relação aos aquilombados da Serra da Barriga, reforçado na memória local através de uma educação oficial que exaltava a vitória das forças contrárias aos quilombos. O Instituto Arqueológico e Geográfico Alagoano (antigo IAGA e atual IHGA), nas últimas décadas do XIX, teve uma participação ativa nesse processo, publicando em suas revistas artigos que marginalizavam os palmarinos.

Nesta primeira parte da tese, a proposta é refletir sobre como se configurou na sociedade alagoana do século XIX a memória em torno do episódio de Palmares. Para isso, o estudo se baseia em artigos sobre Palmares publicados na Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Alagoano (IAGA) como fonte documental, na bibliografia existente a respeito da manifestação cultural *quilombo*, além da análise de jornais e posturas municipais de vilas e cidades alagoanas. A tradição oral dos povos de matrizes africanas na região também é fonte importante para a compreensão de memórias e culturas quilombolas, pois se constitui como contranarrativa perante o discurso senhorial, institucionalizado pelo IAGA.

Entretanto, antes de entrar nessa discussão, será dada atenção aos grupos étnicos africanos presentes em Alagoas e à importância da cultura oral no processo de reavivamento das memórias desses grupos do lado de cá do Atlântico. A memória é uma contínua negociação, um local de disputas, em determinadas circunstâncias dá-se ênfase a certas lembranças, devido a um ou outro aspecto. A lembrança de episódios como a Guerra de Palmares reflete a conjuntura oitocentista, podendo deformar ou reinterpretar o passado, como expõe Michael Pollak: "Há uma permanente interação entre o vivido e aprendido, o vivido e o transmitido."[152] Tal constatação pode ser aplicada a toda forma de memória, seja individual e coletiva, familiar, nacional ou de pequenos grupos.

---

[151] SILVA, Salloma Salomão Jovino da. **Memórias sonoras da noite:** musicalidades africanas no Brasil oitocentista. Tese (Doutorado em História), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005, p.32.

[152] POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol.2, n.3, p.3-15, 1989.

CAPÍTULO I - "MINHA TERRA FICOU LONGE, NUNCA MAIS PUDE IR ATÉ LÁ": TRÁFICO DE AFRICANOS, ETNIAS E CULTURAS HERDEIRAS DE MATRIZES ORAIS AFRICANAS

Pensando em fugir a uma memória contínua e regular sobre Palmares, como a institucionalizada pelo IAGA e pelo pensar factual da historiografia brasileira do século XIX, busca-se dar ênfase aqui à manifestação cultural *quilombo*, entendida como uma "arte da memória negra" sobre Palmares. Entretanto, para sua melhor compreensão, faz-se necessário imergir no universo da diáspora das culturas africanas em Alagoas e perceber suas "expressões culturais de resistência"[153]. Procurando vislumbrar Áfricas reelaboradas na diáspora, distanciando-se da ideia de buscar "africanismos puros", dirige-se um olhar atento aos fragmentos e pormenores das culturas bantas, entendendo a música, o gesto, a dança como "formas de comunicação", memórias rítmicas, assim como são entendidos discursos e escritas.[154]

Ao pesquisar as danças populares negras em Alagoas, Abelardo Duarte apresenta o bate-coxa da área sanfranciscana, região que atualmente compreende as cidades de Penedo, Traipu e Piaçabuçu e que se constituiu como um núcleo populacional de forte presença africana, devido à quantidade de engenhos de açúcar instalados na região e ao consequente tráfico de escravizados. No bate-coxa, cantava-se a seguinte toada:

São horas de eu virar negro
Eh! Boi!
Minha terra ficou longe
Nunca mais pude ir até lá
Eh! Boi!
As saudades não me deixam
Disse adeus e não voltei
Eh! Boi!
Quando eu deixei minha terra
Meu amor não se acabou
Eh! Boi![155]

---

[153] AZEVEDO, Amailton Magno. **Sambas, quintais e arranha-céus:** asmicro-áfricasem São Paulo. São Paulo: Olho d'Água, 2016, p.12.
[154] GLISSANT, Édouard. Caribbean Discourse. Apud: GILROY, Paul. **Atlântico Negro**. Modernidade e dupla consciência. São Paulo, Rio de Janeiro: 34/ Universidade Cândido Mendes - Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2001, p.162.
[155] DUARTE, Abelardo. **Folclore Negro das Alagoas**. Maceió: Edufal, 2010, p.112.

O bate-coxa era praticado, em geral, por dois participantes negros de tipo físico forte ou atlético ao som da toada cantada por um grupo "diversional", em que há o refrão "*Eh! Boi!*". Durante a dança, os participantes chocavam-se com força e rapidez, "batendo coxa direita com coxa direita; e depois, ao ouvir o novo refrão '*Eh! Boi!*', faziam o mesmo com a esquerda"[156]. Nota-se nas entrelinhas da toada uma forte presença da memória da escravidão e do tráfico atlântico, uma característica das formas de expressão cultural dos povos da diáspora africana, ressignificando suas práticas culturais no Novo Mundo. A canção apresentada faz alusão à terra que ficou longe, a África, de onde saíram milhões de africanos para serem colocados em condição de cativeiro nas Américas.

Analisando vissungos, o canto dos escravizados mineiros do século XVIII, Amailton Magno Azevedo auxilia no entendimento da importância dos cantos de escravizados, pontuando que eles visavam "recompor uma sensibilidade estilhaçada pela escravidão"[157], reconstruir uma humanidade vivida fora do continente africano, entendendo "o Atlântico como um espaço líquido de ligação, de recombinação de saberes"[158]. Apesar do processo de desterramento, o amor e os signos e símbolos afro não se esmaeceram, ao contrário, esses sujeitos procuraram reviver na diáspora suas cosmovisões. Como bem pontuou Dirceu Lindoso: "Esta, sendo uma canção de saudade, é, por sua vez, uma canção de ruptura social."[159]

Desse modo, atribui-se aqui uma importância significativa ao estudo do tráfico atlântico e das etnias africanas que ocuparam o Novo Mundo, pois se configuram como um campo essencial para o entendimento das culturas africanas em diáspora e das experiências dos escravizados no Brasil, nas Américas e no Caribe. Os povos africanos influíram hábitos e costumes em nossa sociedade, que precisam ser mais bem compreendidos pelos historiadores. Alberto da Costa e Silva citou uma carência na produção historiográfica brasileira: os historiadores, de modo geral, estudam os africanos a partir do seu desembarque no Brasil, sem vinculá-los ao que se passava na África, "como se esse escravo não trouxesse consigo a sua

---

[156] DUARTE, Abelardo. **Folclore Negro das Alagoas**. Maceió: Edufal, 2010, p.112.
[157] AZEVEDO, Amailton Magno. **Sambas, quintais e arranha-céus:** asmicro-áfricasem São Paulo. São Paulo: Olho d'Água, 2016, p.105-106.
[158] Ibidem, p.106.
[159] LINDOSO, Dirceu. **A razão quilombola:** estudos em torno do conceito quilombola de nação etnográfica. Maceió: Edufal, 2011, p.107.

história"[160]. O autor aponta a necessidade de pensar os nexos históricos entre os Brasis e as Áfricas ao longo do período que perdurou o tráfico de escravizados[161], acreditando não ser possível escrever a história do Brasil durante seus quase quatro séculos de regime escravista sem levar em consideração o que se passava do outro lado do Atlântico.[162] Tendo isso em vista, em consonância com Michel-Rolph Trouillot, acredita-se aqui que as conexões africanas e da diáspora eram mais complexas e tortuosas que aquilo que se convencionou ver na historiografia.[163]

O Brasil e o continente americano estiveram ligados à África através do tráfico atlântico tanto quanto o Caribe, e o número de negros desembarcados aqui talvez jamais seja conhecido de forma exata.[164] Todavia, segundo o estudo de Manolo Florentino, cerca de 40% dos quase 10 milhões de africanos importados pelas Américas entre os séculos XVI e XIX desembarcaram na costa brasileira.[165] Assim, é fundamental para a presente pesquisa atentar para os fluxos e refluxos dessa história atlântica.

Nesta tese, que tem como intuito se debruçar sobre a memória e a resistência escrava no século XIX em Alagoas, torna-se essencial estudar o tráfico de africanos para a região, pois assim pode-se compreender melhor os povos que tiveram suas experiências de vida divididas pelo atlântico[166] e que, pertencentes a etnias distintas, foram responsáveis pela mescla de diferentes formas culturais

---

[160] SILVA, Alberto da Costa e. O Brasil e a África nos Séculos do Tráfico de Escravos. In: Idem. **Um rio chamado Atlântico:** a África no Brasil e o Brasil na África. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, Ed. UFRJ, 2003, p.78.

[161] Em prefácio ao livro de Jaime Rodrigues sobre o tráfico entre Angola e o Rio de Janeiro, Maria Cristina C. Wissenbach nos aponta uma questão colocada por Alberto da Costa e Silva, a de que uma melhor compreensão da diáspora africana no Brasil se dará através de nexos estabelecidos com o continente africano. Remetendo aos trabalhos de Manolo Florentino e Luís Felipe Alencastro, a autora expõe que esses estudos reafirmam a "impossibilidade de compreender a história do Brasil sem a atenção à história das sociedades africanas, em especial daquelas que participaram do circuito atlântico". Ver: WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. Prefácio. In: RODRIGUES, Jaime. **De Costa a Costa:** escravos, marinheiros e intermediários do tráfico negreiro de Angola ao Rio de Janeiro (1780-1860). São Paulo: Companhia das Letras, 2005, p.13.

[162] SILVA, op. cit., p.80.

[163] TROUILLOT, Michel-Rolph. The Haitin Revolution as a Non-Event. In: Idem. **Silencing the Past:** power and production of history. Tradução de Elisângela Queiroz e Márcio Amêndola de Oliveiras. Boston: Beacon Press, 1995.

[164] CONRAD, Robert. **Tumbeiros:** o tráfico de escravos para o Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1985, p.35.

[165] FLORENTINO, Manolo Garcia. **Em costas negras:** um estudo sobre o tráfico atlântico de escravos para o porto do Rio de Janeiro (1790 - 1830). São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p.07.

[166] Citando Fernando Novais, Manolo Florentino afirma que é a partir do tráfico negreiro que se pode entender a escravidão africana. Ibidem, p.73.

africanas que se fizeram e se fazem notar do lado de cá do Atlântico[167], como documentou Salloma Salomão:

> É interessante pensar que aos africanos nada era permitido trazer nos traslados forçados. As técnicas e saberes lhes permitiram adaptar os materiais disponíveis na diáspora e também no Brasil, recuperando as sonoridades deixadas do outro lado do Atlântico. Uma saga tão impressionante como aquelas empreendidas para a manutenção da vida e da liberdade.[168]

Para a população africana, o tráfico foi "uma experiência marcante, cujas consequências prolongaram-se pelo resto de suas vidas e das de seus descendentes"[169]. Ao mesmo tempo que levou ao desligamento de suas origens culturais, sociais e territoriais, ele ocasionou uma reinvenção de identidades e estratégias de resistência, sobrevivência e solidariedade.

Ao tratar do tráfico de escravizados, procura-se aqui atentar para as duas costas ligadas pelo Atlântico Sul: de um lado o Brasil, um dos principais importadores de africanos para a escravização, e de outro a Costa da Mina, a Angola e o Congo, os principais portos de embarque da mão de obra escravizada.[170] O Atlântico Sul – que Alberto da Costa e Silva denominou como um "rio" que liga os dois continentes – funcionava como uma passagem que levava milhões de africanos para o território brasileiro, ligando portos localizados em lugares como Luanda, São Jorge da Mina, Benguela, Cabinda, Uidá e Calabar aos de Salvador, Rio de Janeiro, Recife e São Luís, por exemplo. Luiz Felipe Alencastro, num dos mais reconhecidos estudos sobre o tráfico atlântico, mostrou as rotas de navegação, entendendo que a formação do Brasil se deu no Atlântico Sul.[171]

---

[167] Apesar de algumas ressalvas, considera-se aqui como de extrema importância os trabalhos realizados pelos folcloristas alagoanos da primeira metade do século XX, suas pesquisas são obrigatórias para a compressão das culturais africanas na diáspora. A antropóloga Rachel Rocha reconhece os trabalhos de Abelardo Duarte, Alfredo Brandão e Theo Brandão como bibliografia fundamental para os estudos das culturas afro-brasileiras em Alagoas. Devido a eles sabe-se da existência de manifestações como o maracatu alagoano, o reisado, o *quilombo*, entre outras. Ver: BARROS, Rachel Rocha de Almeida. Abelardo Duarte e os Estudos Afro-Alagoanos. In: DUARTE, Abelardo. **Folclore negro das Alagoas**. Maceió: Edufal, 2010, p.09-19.

[168] SILVA, Salloma Salomão Jovino da. **Memórias sonoras da noite:** musicalidades africanas no Brasil oitocentista. Tese (Doutorado em História), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005, p.229.

[169] RODRIGUES, Jaime. **De costa a costa:** escravos, marinheiros e intermediários do tráfico negreiro de Angola ao Rio de Janeiro (1780-1860). São Paulo: Companhia das Letras, 2005, p.30.

[170] Ibidem, p.29.

[171] ALENCASTRO, Luiz Felipe. **O trato dos viventes:** formação do Brasil no Atlântico Sul. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

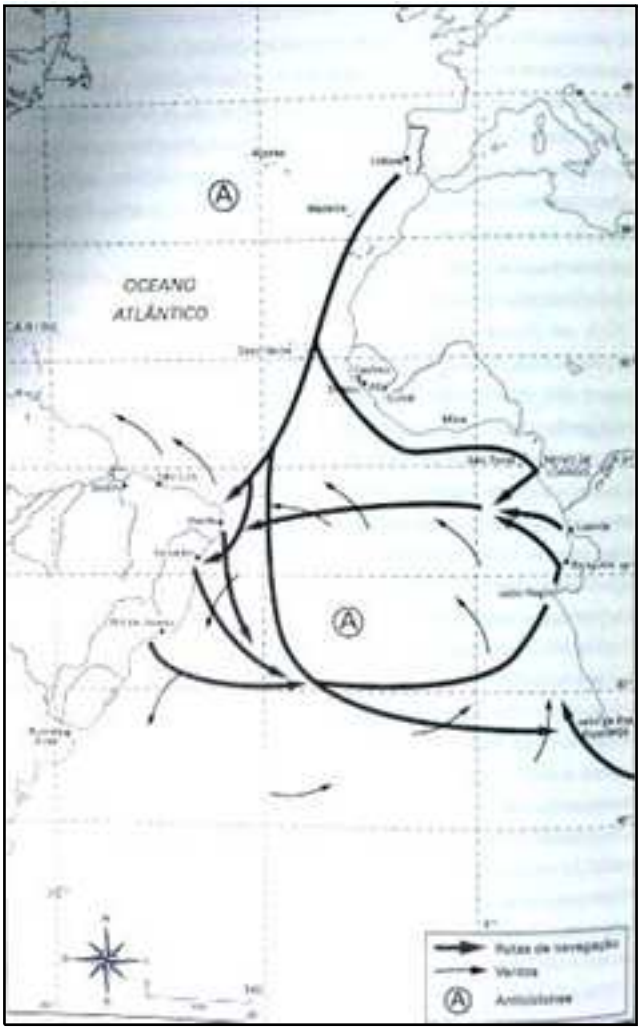


Figura 1 - Rotas do tráfico de escravizados no Atlântico Sul.[172]

Atentar aos circuitos atlânticos possibilita entender melhor a diáspora africana. Jaime Rodrigues, procurando superar as abordagens atreladas aos paradigmas do gradualismo e da pressão inglesa como fatores determinantes para o fim do tráfico atlântico, buscou analisar os conflitos internos que envolveram grupos sociais daquele período, como parlamentares, traficantes, a população livre pobre, os escravizados e os africanos livres.[173] Para esse autor, ao longo do século XIX, os males sociais do Brasil eram atribuídos à existência de africanos em nosso território, acusados de corromper os costumes.[174] Além disso, desenvolveu-se um medo da

[172] ALENCASTRO, Luiz Felipe. **O trato dos viventes:** formação do Brasil no Atlântico Sul. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p.62.
[173] RODRIGUES, Jaime. **De costa a costa:** escravos, marinheiros e intermediários do tráfico negreiro de Angola ao Rio de Janeiro (1780-1860). São Paulo: Companhia das Letras, 2005, p.25.
[174] Ibidem, p.26.

"africanização" e da "haitianização". Os escravizados eram temidos como indivíduos e como sujeito coletivo.[175]

Desse modo, a revolta dos escravizados em São Domingos, no Haiti, em 1792, soava como um alerta para os que defendiam a manutenção da hegemonia senhorial.[176] Episódios como a Balaiada, a Cabanada, a Cabanagem e a Revolta dos Malês, ao longo da primeira metade do século XIX, somados aos quilombos, espalhados por todo o território nacional, aumentavam os temores de autoridades e senhores escravocratas. Tal conjuntura ocasionou o surgimento de diversas propostas para a libertação dos escravizados ao longo do século XIX[177], juntamente com os tratados internacionais firmados com a Inglaterra, desencadeando uma série de leis que visavam à extinção do tráfico.

Nas Alagoas, foco principal desta pesquisa, a chegada de africanos é percebida desde meados do século XVI, remontando ao contexto da colonização portuguesa, época em que o território alagoano era incorporado ao pernambucano, configuração que durou até 1817.[178] Alfredo Brandão sinaliza que nos tempos coloniais os negros vinham dos mercados de Recife, não localizando em sua pesquisa referências ao aportamento de navios negreiros em Maceió.[179] Todavia, com o desenvolvimento da indústria açucareira na região, principalmente no século XIX, ocorreram desembarques de escravizados vindos diretamente da África, sobretudo nos portos da região norte de Alagoas, como o Porto das Pedras e Passo do Camaragibe.[180]

Manuel Correia de Andrade analisou a relação entre a economia açucareira e a produção do espaço alagoano desde o século XVI, expondo a importância dos

---

[175] RODRIGUES, Jaime. **De costa a costa:** escravos, marinheiros e intermediários do tráfico negreiro de Angola ao Rio de Janeiro (1780-1860). São Paulo: Companhia das Letras, 2005, p.50.

[176] Para melhor entendimento desse assunto, sugerimos a leitura de: AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. **Onda negra, medo branco:** o negro no imaginário das elites - século XIX. 3ª.ed. São Paulo: Annablume, 2004.

[177] RODRIGUES, Jaime. **O infame comércio:** propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850). Campinas: Ed. da Unicamp, 2000, p.77.

[178] A capitania de Alagoas se constituiu como Comarca no ano de 1711 e, após os episódios da Revolução Pernambucana de 1817, emancipou-se de Pernambuco. Para aprofundamento do tema, indicamos a leitura de: LINDOSO, Dirceu. **A interpretação da província:** estudo da cultura Alagoana. 2ª.ed. Maceió: Seplan-AL, 2005. BUYERS, Ann Marie. Em Defesa da Honra: a emancipação de Alagoas no imaginário institucional. **Crítica Histórica**. Maceió, ano I, nº.2, dez. 2010.

[179] BRANDÃO, Alfredo. **Os negros na história de Alagoas**. Maceió: Comissão Estadual do Centenário da Abolição, 1988, p.19.

[180] DUARTE, Abelardo. O negro na colonização de Alagoas. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas**. Alagoas, vol.23, p.22-29, 1944.

banguês de açúcar no povoamento de Alagoas.[181] A respeito do século XIX, exaltou o papel da mão de obra escrava na conjuntura de modernização das usinas e destilarias[182], destacando que o fortalecimento do tráfico atlântico na região estava intimamente ligado à questão da cana-de-açúcar. Assim, o autor verificou que a presença da população africana na história de Alagoas foi uma constante.[183]

De acordo com as pesquisas de Russell-Wood, a maioria dos escravizados que vieram para o Nordeste brasileiro, desde o período colonial até o imperial, foi trazida da África Ocidental[184], compreendendo a região do Senegal, as ilhas atlânticas, o Golfo do Benim e os atuais Camarões, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe.[185] Segundo esse autor, também da África Centro-Ocidental, que ia do Gabão ao sul de Angola, escravizados migraram de forma compulsória para Alagoas e toda a região Nordeste, só que em escala menor.[186] Entretanto, embora as pesquisas de Russell-Wood apontem um maior número de africanos ocidentais no Nordeste brasileiro, a maioria das etnias na região pernambucana e alagoana, como se verá nas páginas conseguintes, provinha do Congo e de Angola.[187] Isso se deve, em grande parte, à existência de uma rota que ligava os portos de Luanda e Benguela a Pernambuco.[188]

Em importante coletânea acerca da diáspora dos povos centro-africanos, Linda M. Heywood apresenta um mapa que auxilia no entendimento da chegada dos povos bantus ao Novo Mundo, possibilitando notar uma forte presença no Nordeste brasileiro.

---

[181] ANDRADE, Manoel Correia de. **Usinas e destilarias das Alagoas:** uma contribuição ao estudo da produção do espaço. Maceió: EDUFAL, 1997, p.21-25.
[182] Ibidem, p.27.
[183] SANT'ANA, Moacir Medeiros de. **Contribuição à história do açúcar em Alagoas**. Recife: Instituto do Açúcar e do Álcool e Museu do Açúcar, 1970, p.145.
[184] Para uma melhor compreensão do tráfico proveniente da África Ocidental, sugerimos a seguinte leitura: FLORENTINO, Manolo Garcia. Tráfico, consolidação estatal e diferenciação social na África. In: Idem. **Em costas negras:** um estudo sobre o tráfico atlântico de escravos para o porto do Rio de Janeiro (1790-1830). São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p.82-100.
[185] RUSSELL-WOOD, A. J. R. Através de um prisma africano: uma nova abordagem no estudo da diáspora africana no Brasil colonial. **Tempo**. Niterói, n.12, 2001, p.13.
[186] Ibidem.
[187] Segundo os estudos de Manolo Florentino sobre o tráfico atlântico para o Rio de Janeiro entre os séculos XVIII e XIX, a África Central era a principal "exportadora" de cativos para a região, tendo um aumento significativo após o ano de 1811. Partia-se dos "portos congo-angolanos a grande maioria dos negreiros que entravam no Rio de Janeiro – oito entre dez aportados, considerando-se todo o período 1795-1830". Ver: FLORENTINO, op. cit., p.83.
[188] CARVALHO, Marcus Joaquim Maciel de. **Liberdade:** rotinas e rupturas do escravismo no Recife, 1822-1850. Recife: Editora Universitária da UFRPE, 2001, p.113.

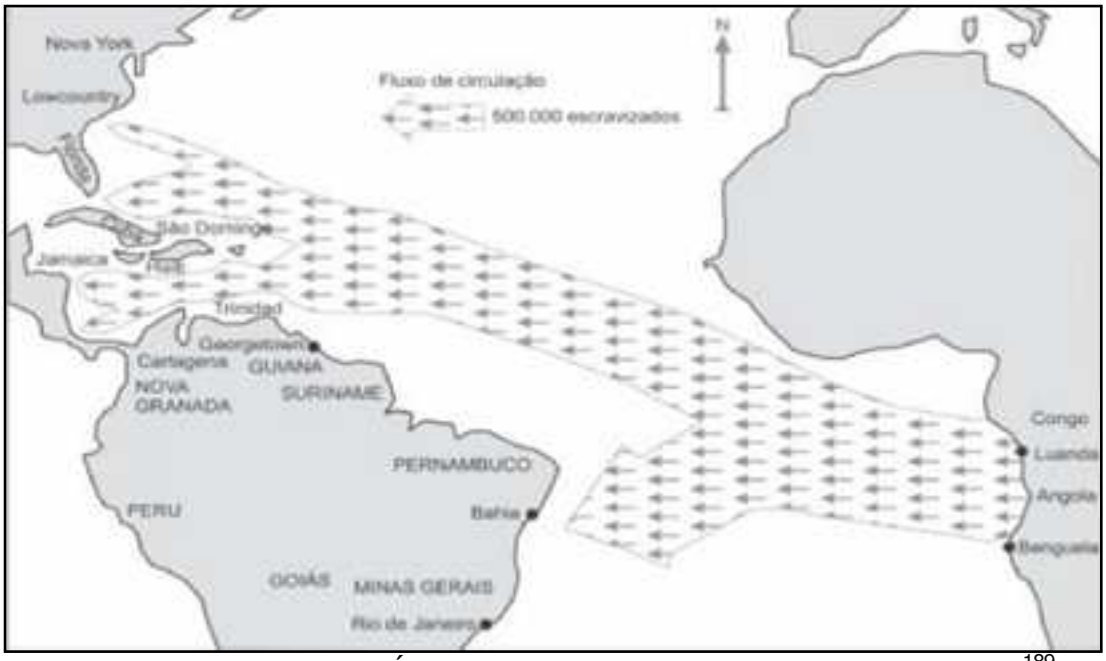


Figura 2 - Diáspora da África Centro-Ocidental para o Novo Mundo.[189]

Dos portos angolanos, Luanda era o principal.[190] Segundo Marcus de Carvalho, em Pernambuco havia 49.233 escravizados oriundos de lá no ano de 1810[191], época em que Alagoas pertencia à capitania pernambucana. O tráfico atlântico para essa região envolvia mais a África Centro-Ocidental do que a Costa da Mina, algo que se intensificaria entre fins do século XVIII e a segunda década do XIX.[192] Por fim, foram contabilizados cerca de 150 mil africanos traficados para Pernambuco durante o século XIX.[193]

Bruno César Cavalcanti afirma que existe uma África específica que habita Alagoas desde meados do século XVI, uma "África dos povos de tronco linguístico banto (ou bantu), e que está em nossas palavras, em nossas 'gingas' e

[189] HEYWOOD, Linda M. (Org.). **A diáspora negra no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2009, p.12.
[190] CARVALHO, Marcus Joaquim Maciel de. Pernambuco e Angola: negros e índios em Pernambuco, colônia e império. In: ANDRADE, Manuel Correia de; CAVALCANTI, Sandra Melo; FERNANDES, Eliane Moury (Org.). **Tempos flamencos e outros tempos**. Brasília: CNPq; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Massangana, 1999, p.179-211.
[191] CARVALHO, Marcus Joaquim Maciel de. Rumores e rebeliões: estratégias de resistência escrava no Recife, 1817-1848. **Tempo**. Niterói, vol.3, n.6, dez. 1998.
[192] SILVA, Luiz Geraldo. Sementes da sedição: etnia, revolta escrava e controle social na América Portuguesa (1808-1817). **Afro-Ásia**. Salvador, n.25-26, 2001, p.09-60.
[193] CARVALHO, op. cit., 1999, p.179-211.

'mogangas'; rasteiras e umbigadas de tantas capoeiras, sambas e batuques".[194] Dos bantus:

> [...] herdamos valores morais, espirituais, religiosos, estéticos, sociais e políticos, técnicas corporais, tecnologias agrícolas, comportamentos coletivos associativistas, modelos de organização familiar e outros. E é por isso que o africano não contribuiu com a cultura brasileira, pois quem contribui o faz "de fora"; ele a constituiu, isto é, a elaborou "por dentro".[195]

Compreendendo Brasil e Angola como duas partes unidas pelo Atlântico Sul que se completaram num sistema de exploração colonial cuja singularidade marcou profundamente a sociedade brasileira, Luiz Felipe de Alencastro observa que o trato negreiro não se reduziu ao comércio de negros. Tendo consequência decisiva na formação histórica brasileira, o tráfico extrapolou "o registro das operações de compra, transporte e venda de africanos para moldar o conjunto da economia, da demografia, da sociedade e da política da América portuguesa"[196]. Dessa maneira, atentar para uma "interpretação aterritorial da formação do Brasil" possibilita uma melhor compreensão da antiga Terra de Santa Cruz, que tem como características marcantes a presença africana e, consequentemente, uma diversidade étnica e cultural que tece o colorido de nosso país.

Assim, "numa cultura tradicionalmente oral" como a brasileira, é de suma importância patentear o passado africano. Um meio para isso consiste em dar relevo à perenidade das palavras[197] das manifestações culturais de matrizes africanas. A partir das experiências de vida forçadas no Novo Mundo, ocasionadas pelo tráfico atlântico e pela escravização, as culturas africanas se reinventaram na diáspora e, embora tenham saído com profundas marcas, vincadas, transformadas e modificadas, não foram destruídas nem aniquiladas.[198] Ao voltar o olhar para as pesquisas sobre o "folclore negro" em Alagoas, por exemplo, é possível vislumbrar referências a diversas regiões africanas, principalmente aquelas onde viviam os

---

[194] CAVALCANTI, Bruno César. As bantas coisas de Alagoas: cultura negra, passado e presente. **Gazeta de Alagoas**. Caderno Saber. Maceió, 4 fev. 2006.
[195] Ibidem.
[196] ALENCASTRO, Luiz Felipe. **O trato dos viventes:** formação do Brasil no Atlântico Sul. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p.29.
[197] Ibidem, p.10.
[198] DUARTE, Abelardo. **Folclore negro das Alagoas**. Maceió: Edufal, 2010, p.31.

povos bantus. Abelardo Duarte[199] citou uma quadra popular bem comum no interior alagoano que dizia:

É de Congo, é de Congo
Êi, congá
Êi, congá
Rê, rê, é de Congo[200]

Já Alfredo Brandão, estudando os maracatus alagoanos no início do século XX, presenciou o seguinte canto:

Sua mãe é uma coruja
Que mora no oco de um pau
Seu pai era negro de Angola
Tocador de berimbau[201]

Atentar a versos como esses é um exercício de refazer e preservar uma memória rítmica e uma cosmovisão específica dos povos centro-africanos estabelecidos em Alagoas. Eles possuem uma "significação estética", possuem sinais de uma história das culturas bantas. Amailton Magno Azevedo sinalizou uma continuação/transformação de "expressões culturais banto-descendentes que se fizeram com e após a diáspora"[202]. Angola também era mencionada em provérbios populares como: "Negro d'Angola não tem fortuna, Bota o cóvo nágua o caxito fura"[203].

Estudos apontam que a população africana em Alagoas era predominantemente de origem bantu[204], destacando as etnias de Angola, Congo e

[199] Apesar da folclorização das culturas africanas na diáspora realizadas por esse autor, se não fossem seus obstinados estudos, teríamos muitas limitações nas informações sobre manifestações originárias de povos africanos estabelecidos em Alagoas. Ver: CAVALCANTI, Bruno César. Prefácio à segunda edição. In: DUARTE, Abelardo. **Folclore negro das Alagoas**. Maceió: Edufal, 2010, p.21-25, 208.
[200] DUARTE, Abelardo. **Folclore negro das Alagoas**. Maceió: Edufal, 2010, p.208.
[201] BRANDÃO, Alfredo. **Os negros na história de Alagoas**. Maceió: Comissão Estadual do Centenário da Abolição, 1988, p.48.
[202] AZEVEDO, Amailton Magno. **Sambas, quintais e arranha-céus:** as micro-áfricas em São Paulo. São Paulo: Olho d'Água, 2016, p.111.
[203] DUARTE, op. cit., p.190.
[204] No ano de 1860, W. H. Bleck deu, de forma genérica, o nome *banto* a um grupo de cerca de 2.000 línguas africanas que havia estudado. "Analisando essas línguas, Bleck chegou à conclusão que a palavra *muNTU* existia em quase todas elas significando a mesma coisa (gente, indivíduo, pessoa) e que nelas os vocábulos se dividiam em classes, diferenciadas entre si por prefixos. Assim, *baNTU* é o plural de *muNTU*, porque nas línguas bantas os nomes são sempre antecedidos de prefixos, que distinguem, por exemplo, o indivíduo (*Um, Mo, M, Ki, Tchi, N, Ka, Muxi, Mukua* etc.), o grupo étnico a que ele pertence (*Ba, Wa, Ua, Ova, A, Va, Ama, I, Ki, Tchi, Exi, Baxi, Bena, Akua* etc.), a terra que ele

Benguela[205]. Essa ascendência foi notada pela geração de folcloristas das primeiras décadas do século XX, muitos deles registraram palavras do vocabulário *kibumda* na região.[206] Ao estudar tal temática, Dirceu Lindoso cita um relatório do ano de 1632 que faz alusão à chegada de um navio negreiro no litoral norte de Alagoas, "vindo de Angola com 300 negros para a Barra Grande, onde haviam sido desembarcados"[207]. Outro importante estudo sobre a origem dos africanos que ocuparam o território alagoano é o de Manuel Diégues Junior, que, analisando testamentos e inventários de senhores de engenho, mapeou as principais etnias dos africanos diaspóricos na região. Além da presença de uma população de origem angolana, em sua grande maioria, o autor identificou povos advindos das regiões de Congo, Rebolo, Benguela, Cabinda, Caxangue e da Costa da Mina. Africanos de Moçambique eram poucos, conforme a documentação analisada.[208]

Os navios negreiros eram conhecidos como tumbeiros, por conta do alto índice de mortes causadas pelas péssimas condições da travessia, e os sobreviventes chegavam aos portos e praias brasileiras magros, debilitados e com doenças graves. Antes de serem postos à venda para as áreas rurais ou urbanas, ficavam "armazenados" em depósitos situados em regiões portuárias durante semanas, para se recuperarem fisicamente. Entretanto, vários não sobreviviam.[209]

Com a experiência do tráfico atlântico, muitos africanos escravizados sentiram-se forçados a se refazer social e culturalmente, assim, tiveram como ponto de partida a comunidade dos seus "parentes de nação". A reunião desses grupos com base nos "laços de nação" foi uma das características da sua organização em toda a América. Entretanto, essas "nações africanas", "tal como ficaram sendo conhecidas no Novo Mundo, não guardavam, nem no nome nem em sua composição social, uma correlação com as formas de auto-adscrição correntes na

---

ocupa ou de onde é originário (*Bu, U, Le,* etc.) e a língua que ele fala (*Ki, Tchi, Chi, Shi, Si, Se, U, A, Li, Di, Lu* etc.). Desta forma, um indivíduo *Nkongo,* (congo), por exemplo, pertence ao povo *Bakongo* (Congo) e fala o idioma *Kikongo* (Quicongo)." Ver: LOPES, Nei. **Bantos, malês e identidade negra**. 3ª.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011, p.96.

[205] DIEGUES JUNIOR, Manuel. **O banguê nas Alagoas –** Traços da influência do sistema econômico do engenho de açúcar na vida e na cultura regional. 2ª.ed. Maceió: Edufal, 2002, p.165.

[206] DUARTE, Abelardo. **Folclore negro das Alagoas**. Maceió: Edufal, 2010, p.20.

[207] LINDOSO, Dirceu. **A Utopia Armada:** rebeliões de pobres nas matas do tombo real. Maceió: Edufal, 2005, p.262.

[208] DIEGUES JUNIOR, op. cit., p.165.

[209] ARAÚJO, Carlos Eduardo; FARIAS, Juliana Barreto; GOMES, Flávio dos Santos; SOARES, Carlos Eugênio Líbano. **Cidades negras:** africanos, crioulos e espaços urbanos no Brasil escravista do século XIX. São Paulo: Alameda, 2006, p.15.

África"[210]. Muitos africanos terminaram por assumir as nomenclaturas atribuídas a eles como verdadeiros "etnônimos no processo de organização de suas comunidades"[211].

Todavia, tal comportamento não significou a inexistência de outros tipos de relações com outras etnias, haja vista o caráter pluriétnico da sociedade brasileira nos tempos do escravismo e a necessidade de tecer redes de solidariedade e sociabilidade para enfrentar o poder senhorial. Para Maria Inês Côrtes de Oliveira,

> [...] as novas "nações" atendiam igualmente aos imperativos de reajustamento dos mecanismos de identidade dos africanos que, entre outros, se valeram também dos critérios da cor da pele e da origem para organizarem seus sistemas de diferenciação social e cultural, contrapondo-se aos demais grupos com os quais coexistiam no novo sistema: os brancos, as populações autóctones, os mestiços, os demais africanos e seus descendentes (no Brasil, os crioulos) [...]. Integrado ao conjunto mais amplo do sistema escravista, o ordenamento social com base nestas adscrições étnicas demarcava limites raciais, sociais e culturais. Todavia, como essas adscrições eram concebidas segundo referenciais que tinham por base relações de oposição e de contraste entre os diversos grupos étnicos, devemos considerar que as mesmas exprimiam também relações de força.[212]

Um percurso elementar para entender as vivências africanas na diáspora é estabelecer relação entre História e Cultura, buscando memórias invisibilizadas pelo discurso factual/eurocentrado da historiografia brasileira, que não se ateve aos ritmos, sons e performances daqueles que cruzaram o Atlântico. Amailton Magno Azevedo pontou que fragmentos das memórias dos africanos podem ser captados "nas musicalidades, na gestualidade do corpo, em aspectos religiosos e familiares, em formas de lazer e organizações culturais, políticas e educacionais"[213] Acessar essas experiências auxilia a recompor as "memórias da diáspora africana". Estudar o maracatu em Alagoas, por exemplo, possibilita vislumbrar de onde vieram os africanos que ampliaram a diversidade étnica da região. A Costa da Mina é citada em um dos seus versos:

---

[210] OLIVEIRA, Maria Inês Côrtes de. Viver e morrer no meio dos seus: nações e comunidades africanas na Bahia do século XIX. **Revista USP**. São Paulo, n. 28, p.174-193, dez./fev. 1995/1996.
[211] Ibidem.
[212] Ibidem.
[213] AZEVEDO, Amailton Magno. **Sambas, quintais e arranha-céus:** as micro-áfricas em São Paulo. São Paulo: Olho d'Água, 2016, p.21.

Eu venho da Costa Da Mina
Eu venho de Mina Gerá
Eu faço o que ioiô me mandá
Eu faço o que ioiô manda[214]

A nação Cabinda também surge no maracatu alagoano:

Cabinda do Porto
Como vem contente
Trazendo na frente
Toda sua gente
Porta-Bandeira
Com o sinal da Nação[215]

Para Abelardo Duarte, a majoritária presença bantu em Alagoas se deve à fase de intenso tráfico atlântico proveniente da região de Congo-Angola, anterior ao século XIX. O autor compreendeu Palmares, por exemplo, como "uma formação nitidamente bantu"[216], algo que também foi sinalizado por Bruno César Cavalcanti: africanos vindos de Congo-Angola formaram "quase totalidade dos negros cativos em Alagoas. Os rebeldes de Palmares [...] eram seguramente bantos, em sua maioria ou talvez mesmo em sua totalidade"[217]. Em outros versos do maracatu alagoano, fazia-se alusão a Luanda e à Rainha Miçanga:

Loanda, nação de preto, Loanda
Traz a Rainha miçanga, Loanda
Miçanga, miçanga, Loanda
Pra toda a Nação êh, êh, Loanda

Êh, êh, calunga, auê
Êh, êh, calunga, auê

Vou embarcar pra Loanda
Seu Reis mandou-me navega
Vou-me imbora pra Loanda
Nação de pretinho do má[218]

Além das referências feitas a Luanda e a uma sonhada volta à "Nação de pretinho do má", o que chama a atenção nesses versos é a homenagem a reis e

[214] DUARTE, Abelardo. **Folclore negro das Alagoas**. Maceió: Edufal, 2010, p.363.
[215] Ibidem, p.361.
[216] Ibidem, p.96.
[217] CAVALCANTI, Bruno César. As bantas coisas de Alagoas: cultura negra, passado e presente. **Gazeta de Alagoas**. Caderno Saber. Maceió, 4 fev. 2006.
[218] DUARTE, op. cit., p.353.

rainhas negros, bastante comum nas manifestações culturais da diáspora africana no Novo Mundo, temática que será discutida mais a fundo quando este estudo focar a manifestação cultural *quilombo* (próximo capítulo). Porém, antecipando um pouco a discussão, é importante compreender que, apesar das correntes, dos chicotes e dos castigos impostos pela escravidão, os africanos se recusaram a se tornar escravizados de seu ambiente, criando assim culturas "que refletissem seus valores africanos bem como seu ambiente americano, apesar da escravidão, dos maus tratos e da presunção dos senhores brancos e de sua prole intelectual"[219], os quais não conseguiram reduzi-los a meras posses materiais. Os circuitos estabelecidos pelo tráfico interprovincial podem ter sido responsáveis pela irradiação da prática da coroação de reis e rainhas negros em várias regiões do Brasil.[220]

Voltando ao debate das etnias africanas, segundo Alfredo Brandão, em Alagoas predominavam "africanos negros da costa ou da Guiné, especificando os Congos e os da Angola"[221]. Em outro verso do maracatu da zona rural alagoana, registrado por esse autor, encontra-se uma alusão às cosmogonias africanas na diáspora e à região da Costa da Mina:

> O lêlê iaiá santa Barbara
> O lêlê é de Gangaluá, é de Gangaluá
> Santa Barbara da Mina do Ouro
> Cadê ração, cadê meu tesouro
> Santa Barbara da Mina da Costa
> Cadê minha ração que de mim não gosta[222]

É sabido que, no "sincretismo religioso" do universo cultural afro-brasileiro, Santa Bárbara corresponde a Iansã. Segundo Irinéia M. Franco dos Santos, os xangôs (ou cultos organizados) já existiam na região alagoana desde meados do século XVIII, estabelecendo-se fortemente a partir da década de 1850, quando eram chamados pelos jornais de "dança de Santa Bárbara" ou "festa de Santa Bárbara", talvez por influência de seus adeptos a partir do sincretismo ou pela necessidade de

---

[219] UYA, O. E. African Diaspora: and the black experience in the New World slavery. Apud: IROBI, Esiaba. O que eles trouxeram consigo: carnaval e persistência da *performance* estética africana na diáspora. **Projeto História**. São Paulo, n.44, p.273-293, jun. 2012.
[220] SILVA, Salloma Salomão Jovino da. **Memórias sonoras da noite:** musicalidades africanas no Brasil oitocentista. Tese (Doutorado em História), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005, p.26.
[221] DUARTE, Abelardo. **Folclore negro das Alagoas**. Maceió: Edufal, 2010, p.20.
[222] BRANDÃO, Alfredo. **Os negros na história de Alagoas**. Maceió: Comissão Estadual do Centenário da Abolição, 1988, p.47.

minimizar repressões. Em Murici, região perto da Serra da Barriga, foram identificadas casas de axé chamadas de "Santa Bárbara", e só em fins do século XIX e início do XX a denominação da religião foi se alterando para "xangô"[223].

Theo Brandão publicou, no ano de 1951, seu estudo sobre as "Trovas populares de Alagoas", que aborda mais especificamente as reminiscências de lusismos, ou seja, a origem portuguesa de muitas delas, mas adentra o universo da cultura oral de manifestações culturais da diáspora africana. Assim, documentou uma série de versos marcantes em rodas infantis, cocos de roda, reisados, caboclinhos e guerreiros. Um dos versos registrados por Theo Brandão é do Reisado Alagoano e menciona a região da Guiné:[224]

Abris a porta
Fazei o que quis é
Chegamos agora
Os pretin' de Guiné [225]

Nos reisados ou nas danças do rei do Congo, segundo documenta Alfredo Brandão, também se cantava: "os pretinhos de Angola vestidinhos de Guiné"[226]. Versos alusivos à Guiné eram constantes em rodas infantis, rodas rurais de adultos e no coco de roda, por exemplo:

Os teus olhos negros, negros
São gentios de Guiné
De Guiné por serem negros
Gentios, por não ter fé [227]

A chegada de africanos vindos da Guiné já era registrada desde o ano de 1580, quando se quantificou a existência de cerca de cinco mil africanos da região estabelecidos em Pernambuco[228] como escravizados. Outras regiões cantadas no reisado foram Luanda e Moçambique:

---

[223] SANTOS, Irineia M. Franco dos. "De quilombos e de xangôs": cultura, religião e religiosidade afrobrasileira em Alagoas (1870-1911). **Mneme**. Caicó, vol.15, p.83-121, 2014.
[224] O termo Guiné foi usado pelos europeus para se referir à região da costa ocidental africana que vai aproximadamente do atual Cabo Verde até o Gabão.
[225] BRANDÃO, Theo. **Trovas populares de Alagoas.** 2ª.ed. Maceió: Edufal, 2014, p.36.
[226] DUARTE, Abelardo. **Folclore negro das Alagoas**. Maceió: Edufal, 2010, p.22.
[227] BRANDÃO, op. cit., p.104.
[228] DUARTE, op. cit., p.19.

Ô Meu Reis de Moçambique
Ô meu reis de Luandá!
Mande dois embaixadô
Para em vossos pés prostá [229]

Apesar de sempre enaltecer a origem portuguesa dessas trovas populares em seu estudo, nas entrelinhas do texto Theo Brandão registra a presença africana nas manifestações culturais populares de Alagoas. De acordo com o autor, rodas de "adultos imperavam nas casas-grandes dos engenhos, ao lado de *schotish* e das polcas, do mesmo que nas senzalas e nas casas de caboclos dominavam os cocos que haveriam [...] de subir as melhores casas"[230].

O reisado, manifestação cultural pertencente ao ciclo natalino[231] (25 de dezembro – 6 de janeiro)[232], caracteriza-se pelo anúncio da chegada do "Messias" e pela homenagem aos Três Reis Magos. É celebrado em grande parte do território nacional, variando o nome: Reis, Folia de Reis e Boi de Reis, por exemplo. Um dos momentos mais importantes dessa manifestação cultural é o entremeio em que um boi dança, brinca, é morto e ressuscita. Em Alagoas, tal enredo também se faz presente no bumba meu boi e no guerreiro.

Buscando compreender a estrutura cosmogônica dos povos africanos na diáspora, Viviane Lima de Morais atenta para a relação entre cultura e natureza, e entende o boi como um animal-símbolo em algumas manifestações culturais afro-brasileiras. Pontuando a "unidade" das matrizes negro-africanas e afro-ameríndias, ressalta a importância de não se "perder de vista o tamanho e a potência dos referenciais das culturas negras na composição de tudo o que consideramos brasileiro"[233]. Na formação da sociedade brasileira ocorreu grande concentração de povos e grupos linguísticos, os quais:

---

[229] BRANDÃO, Theo. **Trovas populares de Alagoas.** 2ª.ed. Maceió: Edufal, 2014, p.100.
[230] Ibidem, p.32.
[231] Para João José Reis, "o calendário católico promovia a ocupação das ruas e constituía-se um importante espaço de expressão da festa negra". Ver: REIS, João José. Tambores e temores: a festa negra na Bahia na primeira metade do século XIX. In: CUNHA, Maria Clementina Pereira (Org.). **Carnavais e outras f(r)estas**. Campinas: Editora da Unicamp, Cecult, 2001, p.101-155.
[232] Abelardo Duarte documenta as manifestações culturais de matrizes africanas realizadas no ciclo natalino em Alagoas. Além do reisado, refere-se ao bumba meu boi, pastoris, cheganças, guerreiros, *quilombos*, cavalhadas, taieiras, caboclinhos ou baianas. Ver: DUARTE, Abelardo. **Folclore negro das Alagoas**. Maceió: Edufal, 2010, p.233.
[233] MORAIS, Viviane Lima. **Da subjetividade do homem à materialidade do boi**: recriando Áfricas na diáspora. Tese (Doutorado em História Social), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009, p.23.

> [...] propiciaram trocas culturais, permitindo algumas semelhanças e a propagação de novas "tradições" africanizadas, como a relação do homem com o animal em ritos e festas. Também influenciaram na composição desse auto, ao lado dos caracteres rituais africanos – considerados pagãos –, elementos cristãos. Nessa distinta função religiosa, a representação do Boi relembra também outros cultos que vêm desde o nascimento do Menino Jesus, para depois juntar-se à vida pastoril do Nordeste e à "civilização do couro". Na alquimia das tradições, o boi do Bumba resulta dos processos de assimilação e transculturação que encerra o verdadeiro drama brasileiro de povos mestiços descendentes de culturas oprimidas, mas não silenciadas.[234]

As manifestações culturais africanas em diáspora não foram separadas ou erradicadas, mas sim traduzidas, reinventadas, incorporadas ou criolizadas[235], mesclando diferentes formas culturais africanas e ameríndias. Os africanos e seus descendentes no mundo atlântico desenvolveram estratégias para "manter e ressignificar os modos de ver e viver o mundo sob um sentido histórico específico"[236], a partir de experiências afrodiaspóricas. A instituição escrava não significou a súbita morte cultural e étnica dos africanos na diáspora, porém "as tradições africanas não foram mantidas no ambiente da escravidão na América em sua plenitude original, mas recriadas"[237], teceram uma "plasticidade cultural" para resistir/reexistir no ambiente hostil da escravidão[238].

Mesmo que procurassem manter relações com elementos culturais do além-mar, do lado de cá do Atlântico as culturas negras adquiriram outras características e novas feições, com especificidades regionais e temporais. Assim, o reisado foi ressignificado pelos povos africanos na diáspora, no Nordeste e em outras regiões do Brasil, não se resumindo a uma festa em comemoração ao nascimento do menino Jesus. Músicos, cantores e dançarinos percorriam "as ruas das cidades e até propriedades rurais, de porta em porta, anunciando a chegada do Messias,

---

[234] MORAIS, Viviane Lima. **Da subjetividade do homem à materialidade do boi:** recriando Áfricas na dáspora. Tese (Doutorado em História Social), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009, p.26.

[235] IROBI, Esiaba. O que eles trouxeram consigo: carnaval e persistência da *performance* estética africana na diáspora. **Projeto História**. São Paulo, n.44, jun. 2012, p.273-293.

[236] AZEVEDO, Amailton Magno. **Sambas, quintais e arranha-céus:** as micro-áfricas em São Paulo. São Paulo: Olho d'Água, 2016, p.25.

[237] ARAÚJO, Carlos Eduardo; FARIAS, Juliana Barreto; GOMES, Flávio dos Santos; SOARES, Carlos Eugênio Líbano. **Cidades negras**: africanos, crioulos e espaços urbanos no Brasil escravista do século XIX. São Paulo: Alameda, 2006, p.97.

[238] Sobre Áfricas recriadas na diáspora, ver: ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. **O jogo da dissimulação**: abolição e cidadania negra no Brasil. São Paulo: Companhias das Letras, 2009, p. 195-240.

pedindo prendas e fazendo louvações"[239] por onde passavam. Na região alagoana, o reisado se misturou com as congadas, ou autos dos congos[240], devido à forte presença dos povos originários da região de Congo e Angola[241].

A essência das culturas bantas é a mistura. Ligados às irmandades negras, os autos dos congos, manifestação cultural específica da diáspora africana no Brasil, consistiam em cortejos pelas ruas das cidades e zonas rurais, cujos integrantes dançavam e cantavam a seus soberanos (reis) e embaixadores de algumas dinastias africanas. Esiaba Irobi entende que as *performances* africanas, além de forma de resistência "à agenda da escravidão capitalista que, a partir de um discurso globalizante inserido na lógica Ocidental, tinha por intuito reduzir os africanos a bens móveis"[242], serviram também para a rememoração, reiteração e reinvenção dessa agenda. Desse modo, muitos africanismos foram subversivamente implantados na cultura brasileira; de forma estratégica, esses povos subverteram o reisado e rearticularam suas práticas culturais, como sinaliza Maria Antonieta Antonacci: "Em contínuo negociar e refazer de suas inserções, povos e linguagens africanas seletivamente (re)significaram suas tradições, reinventando Áfricas no Novo Mundo"[243], Áfricas de difícil recriação e reconhecimento, difundidas nas mais variadas manifestações culturais populares de Alagoas e outras regiões do Nordeste, Brasil, Américas e Caribe.[244]

---

[239] GASPAR, Lúcia. **Reisado**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 16 set. 2009. Disponível em: <http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=217%3Areisado&catid=52%3Aletra-r&Itemid=1>. Acesso em: 30 mar. 2016.

[240] As várias modalidades de congadas, ou auto dos congos, presentes no Brasil, segundo Salloma Salomão, são musicalidades negras criadas e recriadas por descendentes de africanos em diáspora. Ver: SILVA, Salloma Salomão Jovino da. **Memórias sonoras da noite:** musicalidades africanas no Brasil oitocentista. Tese (Doutorado em História), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005, p.26-27.

[241] Assim como nos estudos de João José Reis, consideramos manifestações culturais de matrizes africanas não apenas as que tinham participação exclusiva de negros, mas também as que possuíam tal população como elemento majoritário e propulsor, como no caso do reisado em Alagoas. Ver: REIS, João José. Tambores e temores: a festa negra na Bahia na primeira metade do século XIX. In: CUNHA, Maria Clementina Pereira (Org.). **Carnavais e outras f(r)estas**. Campinas: Editora da Unicamp, Cecult, 2001, p.101-155.

[242] IROBI, Esiaba. O que eles trouxeram consigo: carnaval e persistência da *performance* estética africana na diáspora. **Projeto História**. São Paulo, n.44, p.273-293, jun. 2012.

[243] ANTONACCI, Maria Antonieta. **Memórias ancoradas em corpos negros**. São Paulo: EDUC, 2014, p.17.

[244] Os africanos escravizados se viram obrigados, devido às circunstâncias impostas pela escravidão e suas experiências no Novo Mundo, a criarem novas culturas, línguas e religiões. Para um melhor entendimento dessa questão, indicamos a leitura de: MINTZ, Sidney W; PRICE, Richard. **O nascimento da cultura afro-americana:** uma perspectiva antropológica. Rio de Janeiro: Pallas, 2003.

Theo Brandão definiu o reisado como "uma espécie de revista popular em que os números de canto, dança e declamação de obras poéticas decoradas ou de improviso dominam quase (toda) a parte dramática"[245] da manifestação cultural. Para esse autor, o reisado é originário dos congos e cucumbis, que evocavam os "acontecimentos históricos dos Reis Congos, cerimônias totêmicas ligadas ao patriarcado, com as suas festas cíclicas de coroação, sobrevivências dos fatos africanos do ciclo de Janeiras, saídas de velhas tradições"[246], em que se costumava escolher reis e/ou rainhas. Com isso, é importante salientar a presença de um Rei do Congo, que travava embate com o Rei Chefe do Estado "civilizado" no reisado alagoano.[247] Desse modo, a participação africana dos povos bantus na constituição da cultura brasileira foi muito importante, pois eles trouxeram consigo suas cosmovisões e utilizaram datas como a do natal para reviver suas memórias culturais de Áfricas, reinventando suas culturas no Novo Mundo.

Essa manifestação cultural afro-brasileira contava ainda com a atuação dos seguintes figurantes: Rei, Mestre, Contramestre, Mateus, Palhaço, Embaixadores, Contraguias, Contrapassos, Bandeirinhas, Moçambiques e Congos.[248] O Rei e os embaixadores portavam espadas, os demais figurantes carregavam "maracás enfeitados de fitas coloridas, que servem para os acompanhantes musicais"[249]. A orquestra do reisado era composta por sanfona, pandeiros, rabeca, viola, ganzá e maracás.[250] A música que saía desses instrumentos somava-se à literatura oral predominantemente africana; versos eram cantados junto com o bater dos pés, em uma cadência original, casando "ao canto feito em coro, o que dá ao tropel uma unidade e beleza"[251]. Para que a fala (a materialização da cadência), segundo a tradição dos povos africanos, produza um efeito total, "as palavras devem ser entoadas ritmicamente, porque o movimento precisa de ritmo, estando ele próprio

---

[245] BRANDÃO, Théo. O reisado alagoano. **Revista do Arquivo Municipal**. São Paulo, n.CLV, Departamento de Cultura, p.14-225, 1953.
[246] Ibidem.
[247] DUARTE, Abelardo. **Folclore negro das Alagoas**. Maceió: Edufal, 2010, p.284.
[248] Segundo a pesquisa de Abelardo Duarte, as indumentárias dos figurantes, com exceção do rei, era igual para todos. "O rei usa coroa montada em arame e papelão com pequeninos espelhos de diferentes formatos e enfeites de aljôfares; os demais trazem chapéu de palha Ouricuri quebrado de lado, coberto de pano (cetineta) e adornado de fitas multicores e espelhinhos. E mais: calção (ou culote) chegando até os joelhos, atado por franjas de cetineta; blusa do mesmo tecido, peitoral coberto de espelhos, capa ou manto bordado. No manto, há os mais variados desenhos. Meias compridas de mulher, de algodão, tipo popular, sapatos de lona e solado de borracha." Ibidem, p.284.
[249] Ibidem, p.284.
[250] Ibidem, p.284.
[251] Ibidem, p.292.

fundamentado no segredo dos números"[252], reproduzindo assim o vaivém que é a sua essência.

A musicalidade africana e a de seus descendentes em diáspora "configuraram-se como possíveis portas de entrada em um universo sócio-cultural até então pouco apreendido pelos pesquisadores, como um espaço híbrido, tenso e rico de possibilidades"[253] em que se justapõem práticas diversas de grupos étnicos africanos em fricções, intercâmbios e interações, dependendo das circunstâncias, resistências e incorporações.

Kazadi wa Mukuna enfatiza a importância da música nas Áfricas, se fazendo marcante na totalidade dos aspectos da vida, do nascimento à morte. Para esse autor, "música e dança funcionam como um meio de comunicação e documentação e servem como ferramentas essenciais para a tradição oral"[254]. Mukuna também afirma que tal conceito sobrevive no Brasil, e estudiosos de várias disciplinas vêm se debruçando sobre a preservação de africanismos na memória coletiva dos descendentes das heranças africanas. Para tanto, é necessário decifrar significados encontrados em africanismos orais, literários, em danças, nas manifestações culturais e nos movimentos do corpo, tornando audíveis e visíveis "lugares de memórias entre o gesto e voz"[255].

Seguindo tais concepções, considera-se aqui que o reisado alagoano rememorava experiências dos povos africanos originários da região do Congo e da Angola através da encenação de uma guerra. Figuras como o Rei do Congo emergiam nessa manifestação cultural por meio de versos como: "Vamo, meu rei de Congo/ Deixemo de pelejá"[256]. Em outro cântico, registrado por Theo Brandão, a ginga do povo africano e o Rei do Congo são citados:

---

[252] HAMPÂTÉ BÂ, Hamadou. A tradição viva. In: KI-ZERBO, Joseph. **História geral da África I:** metodologia e pré-história da África. São Paulo: Ática/ Unesco, 1980, p.181-218.
[253] SILVA, Salloma Salomão Jovino da. **Memórias sonoras da noite:** musicalidades africanas no Brasil oitocentista. Tese (Doutorado em História), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005, p.27.
[254] MUKUNA, Kazadi wa. Prefácio. In: ANTONACCI, Maria Antonieta. **Memórias ancoradas em corpos negros**. São Paulo: EDUC, 2014, p.11.
[255] ANTONACCI, Maria Antonieta. **Memórias ancoradas em corpos negros**. São Paulo: EDUC, 2014, p.16.
[256] DUARTE, Abelardo. **Folclore negro das Alagoas**. Maceió: Edufal, 2010, p.289.

Ginga, ginga, imbaixadó
Quero vê ginga
Ginga lá, que eu gingo cá

Quero vê ginga
Ginga, ginga, Rei do Congo
Quero vê ginga[257]

Tais formas de expressão cultural africana eram vistas constantemente nas regiões rurais alagoanas dos banguês e engenhos de cana-de-açúcar. Manuel Diégues Junior documenta a presença do africano escravizado em Alagoas, sempre atrelada à lavoura canavieira. Segundo ele, "a manutenção do engenho reclamava grande escravatura"[258]. Esse fato também foi sinalizado por Janaina Cardoso de Melo, a qual afirma que uma grande parcela da "atividade dos trabalhadores escravos [...] era voltada desde o período colonial para a economia do açúcar e consistia [...] em afazeres intensivos com empenho diretamente relacionados ao cultivo da terra"[259]. Portanto, inicialmente, a presença africana se devia à exploração da mão de obra nos engenhos de açúcar, onde os escravizados dinamizavam as relações produtivas.

Dessa maneira, verifica-se que Alagoas, situada entre dois grandes centros importadores de mão de obra africana (Salvador e Recife), também foi inserida nas rotas do tráfico atlântico do século XIX. Ao tratar da importância de estudar os traficantes e os especuladores para um melhor entendimento desse assunto, Manolo Florentino, Alexandre Ribeiro e Daniel Silva apontam que tais indivíduos se estabeleceram majoritariamente nas praças do Rio de Janeiro, Salvador, do Recife e da África, mas podiam, claro, "atuar em rotas fora dos centros em que tinham seus negócios (alguns especuladores de Salvador chegavam a atuar nas rotas que uniam a África a **Alagoas** e Paraíba)"[260].

Assim, nota-se que Alagoas esteve na rota do tráfico atlântico durante o período de legalidade e de ilegalidade, após 1850, como apontou também Jaime Rodrigues ao afirmar que "suspeitas e boatos eram constantes", inclusive vindos da

[257] BRANDÃO, Théo. O reisado alagoano. **Revista do Arquivo Municipal**. São Paulo, n.CLV, Departamento de Cultura, p.14-225, 1953.
[258] DIEGUES JUNIOR, Manuel. **O banguê nas Alagoas:** traços da influência do sistema econômico do engenho de açúcar na vida e na cultura regional. 2ª.ed. Maceió: Edufal, 2002, p.164.
[259] MELO, Janaina Cardoso de. Negros escravos, negros papa-méis: fugas e sobrevivências africanas nas matas de Alagoas e Pernambuco no século XIX. **Revista África e Africanidades**. Rio de Janeiro, ano I, n.2, ago. 2008.
[260] FLORENTINO, Manolo; RIBEIRO, Alexandre; SILVA, Daniel. Aspectos comparativos do tráfico de africanos para o Brasil (séculos XVIII e XIX). **Afro-Ásia**. Salvador, n.31, 2004, p.83-126.

costa alagoana.[261] No estudo sobre Alufá Rufino – ex-escravizado que se tornou cozinheiro assalariado de navios negreiros e, posteriormente, guia espiritual da comunidade muçulmana do Recife – desenvolvido por João José Reis, Flavio dos Santos Gomes e Marcus J. M. de Carvalho encontra-se uma alusão à região de Porto das Pedras, em Alagoas, que, além de local de desembarque ilegal de navios negreiros, era lugar de fabricação de embarcações como a Ermelinda, em que Rufino embarcaria.[262]

Após o "ciclo de revoltas escravas na Bahia" (1815-1835), tendo o ápice da Revolta dos Malês de 1835, o Império do Brasil "suscitou questionamentos sobre a importação do tráfico de africanos"[263]. Iniciava-se um longo debate político, que desencadearia a lei de 1850. Com o advento da proibição do tráfico atlântico, os navios negreiros chegavam constantemente da África com os escravizados e desembarcavam em lugares menos frequentados da costa brasileira.[264] Marcus de Carvalho, ao estudar Pernambuco na conjuntura pós-1831, menciona que os navios negreiros passaram a desembarcar em pontos da costa pernambucana pouco habitados e/ou vigiados, já que "[...] nenhum traficante era bobo de desembarcar no Recife. Os cativos eram desovados em outros lugares"[265]. Tal estratégia também era adotada por contrabandistas na costa alagoana, para os quais "não interessavam os portos e ancoradouros de maior movimento"[266].

Assim, africanos chegaram a Alagoas através do "infame comércio" até meados da década de 1850, trazendo consigo corpos que ancoravam memórias de Áfricas. Entre os principais locais de desembarque clandestino de escravizados estavam o Porto das Pedras, Camaragibe, Pituba, Peba e Batel[267], sendo que na época os principais portos alagoanos eram o do Francês, na cidade de Alagoas, o

---

[261] RODRIGUES, Jaime. **O infame comércio:** propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850). Campinas: Ed. da Unicamp, 2000, p.147.
[262] REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos; CARVALHO, Marcus Joaquim de. **O alufá Rufino:** tráfico, escravidão e liberdade no Atlântico Negro (c.1822-c.1853). São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p.126.
[263] PARRON, Tâmis Peixoto. **A política da escravidão no Império do Brasil, 1826-1865**. Dissertação (Mestrado em História Social), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009, p.76.
[264] CONRAD, Robert. **Tumbeiros:** o tráfico de escravos para o Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1985, p.101.
[265] CARVALHO, Marcus Joaquim Maciel de. **Liberdade:** rotinas e rupturas do escravismo no Recife, 1822-1850. Recife: Editora Universitária da UFRPE, 2001, p.102.
[266] DUARTE, Abelardo. **Episódios do contrabando de africanos nas Alagoas**. Comissão Estadual do Centenário da Abolição. Maceió: Ediculte, 1988, p.33.
[267] Ibidem, p.32.

do Jaraguá, em Maceió, e Penedo, ao sul de Alagoas.[268] Jaime Rodrigues, em seu estudo sobre o final do tráfico de africanos para o Brasil, ratifica que Alagoas, após o ano de 1850, teve suas zonas costeiras regularmente "visitadas por traficantes que abasteciam Pernambuco – já que nesta última província a vigilância seria supostamente mais severa pela notoriedade do tráfico"[269].

Elaine Caroline Rocha Oliveira, estudando o tráfico na Província de Alagoas no período pós-1850, observou que,

> Dotada de diversos pontos estratégicos para o aporte de navios de carga, Alagoas, desde o período inicial de colonização, mostrou-se importante ponto de desembarque da mão de obra escrava de origem africana, que era amplamente empregada em funções que serviam desde a área rural e doméstica até funções voltadas para o meio urbano.[270]

Todavia, o Presidente da Província de Alagoas, Antônio Coelho de Sá e Albuquerque, em ofício dirigido ao Presidente da Província de Pernambuco, Sergio Teixeira de Macedo, no ano de 1856, mencionou a prisão do traficante de africanos Francisco Jozé de Magalhães Bastos, que constantemente visitava a costa alagoana com sua embarcação, indo às províncias de Pernambuco e da Bahia.[271]

Ao estudar o contrabando de africanos para Alagoas, Abelardo Duarte analisou ofícios e correspondências entre autoridades referentes ao tráfico no período de sua ilegalidade, relatando uma série de desembarques ocorridos na costa alagoana. Documentou, por exemplo, ocorrências no ano de 1851 em três portos do litoral sul da Província: no Porto de Poxim[272], em Pituba e em Coruripe[273]. O delegado local, Elizerdo José da Silva, também informou ao então Presidente da Província, Antonio Joaquim de Moura, que em 24 de julho de 1838 "uma sumaca

---

[268] Estudo recente de Luana Teixeira aponta a importância do porto de Penedo, no sul de Alagoas, para o comércio interprovincial de escravizados na região. Ver: TEIXEIRA, Luana. **Comércio interprovincial de escravos em Alagoas no segundo reinado**. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

[269] RODRIGUES, Jaime. **O infame comércio:** propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850). Campinas: Ed. da Unicamp, 2000, p.174-175.

[270] OLIVEIRA, Elaine Caroline Rocha. Tráfico ilegal de escravos em Alagoas (1850-1856). In: MACIEL, Osvaldo (Org.). **Pesquisando na província:** economia, trabalho e cultura numa sociedade escravista (Alagoas, século XIX). Maceió: Q Gráfica, 2011, p.65.

[271] Ofício resposta do Presidente da Província de Alagoas - Sá e Albuquerque, enviado ao Presidente da Província de Pernambuco - Sergio Teixeira de Macedo, em 16 dez. 1856. Acervo do Arquivo Nacional - Rio de Janeiro, IJ6, 521.

[272] DUARTE, Abelardo. **Episódios do contrabando de africanos nas Alagoas**. Comissão Estadual do Centenário da Abolição. Maceió: Ediculte, 1988, p.36.

[273] Ibidem, p.55.

desembarcara naquelas praias alagoanas uma 'porção de escravos africanos'"[274]. O presidente mencionado era frequentemente acusado de estar envolvido com o contrabando de africanos[275], um indício de que, apesar da proibição do tráfico, as autoridades brasileiras eram as primeiras a infringir a legislação.

Abelardo Duarte, talvez o autor que mais estudou as etnias africanas em Alagoas, defende que a maioria da população africana trazida pelo tráfico atlântico tinha origem bantu e procura, ao longo de sua obra, comprovar tal tese. Esse renomado pesquisador alagoano, ao fazer um levantamento documental de testamentos, inventários, cartas de alforria, escrituras e assentamentos de compra e venda de escravizados, infere o seguinte: "Tudo leva a crer que houve, no quadro geral, uma predominância do grupo angola-conguês nas Alagoas."[276] Assim, os povos de origem bantu deixaram suas marcas culturais nessa localidade, levando Duarte a discutir a ideia da criação de uma "cultura angola-congolesa" na região.

A África Central era a terra de quase metade da população que cruzou o Atlântico entre os séculos do infame comércio. Os centro-africanos foram em sua maioria embarcados em portos das costas de Loango e Angola, locais que pertenciam a três culturas regionais, congo, umbundo e ovibundo, que se relacionavam e interagiam[277]. Segundo Jan Vansina, a "emigração da África Central, mais do que qualquer outra, propiciou uma base comum, ou seja, uma herança cultural comum para os africanos em todas as comunidades das Américas"[278]. Pesquisas apontam que tal população falava línguas muito próximas ao banto ocidental, o que facilitou a comunicação entre eles, que compartilhavam linguagens.[279]

Durante todo o século XIX e boa parte do século XX, estudiosos defendiam a ideia de que a unidade da África Central e da Austral se dava apenas por questões linguísticas. Entretanto, estudos recentes apresentam argumentos para pensar que os povos bantus, no contexto da diáspora africana, não demoraram muito para

---

[274] DUARTE, Abelardo. **Episódios do contrabando de africanos nas Alagoas**. Comissão Estadual do Centenário da Abolição. Maceió: Ediculte, 1988, p.60.
[275] Ibidem, p.51-53.
[276] Idem. **Folclore negro das Alagoas**. Maceió: Edufal, 2010, p.95.
[277] Um estudo de fôlego sobre o universo bantu no continente africano foi realizado pelo historiador e linguista congolês Théophile Obenga. Ver: OBENGA, Théophile. **Les Bantu:** langues, peuples, civilisations. Paris/ Dakar: Présence Africaine, 1985.
[278] VANSINA, Jan. Prefácio. In: HEYWOOD, Linda M. (Org.). **A diáspora negra no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2009, p.8.
[279] Algumas dessas pesquisas estão reunidas no livro "A diáspora negra no Brasil". Ibidem.

perceber a existência de elos culturais entre si, haja vista que muitos africanos embarcados de Angola-Congo tinham nascido em sociedades integradas, propiciando o surgimento de uma "identidade banta" no Novo Mundo.[280]

Estudando as musicalidades negras na diáspora, comumente entendidas como "rupturas" com as matrizes africanas em favor de identidades étnico-culturais no Brasil, Salloma Salomão aponta uma dinâmica "onde há tanto inovações quanto preservação de traços e elementos originários da África negra, cujas matrizes encontram-se nas culturas bantas"[281]. Essa perspectiva precisa ser mais explorada na historiografia da escravidão no Brasil, pois, como bem lembra Nei Lopes, um dos problemas dos estudos sobre a presença cultural africana anteriores à década de 1970, e que de certa forma até avançou nas décadas conseguintes, é a negação da importância cultural dos povos bantus na formação do Brasil. O autor observa tal presença nas músicas, nas danças, nas línguas, na farmacologia, nas técnicas de trabalho e nas estratégias de resistência (quilombos e irmandades negras).[282]

Nesse sentido, uma pesquisa singular é a que vem sendo realizada por Kazadi Wa Mukuna desde os anos de 1970, a qual mostra um "Brasil Bantu". Esse autor compartilha da ideia de uma origem comum dos povos bantus, postulando uma unidade cultural que leva em consideração as migrações e os outros contatos dentro do continente africano decorrentes da permanência em campos de batalha, além das reuniões temporárias de comércio e assimilação ocorridas antes e/ou depois do tráfico atlântico. Assim, algumas populações originárias da África Central foram responsáveis pela transmissão de elementos tradicionais das áreas do interior para as áreas costeiras, que ficavam ao alcance dos traficantes de escravizados. Entre tais elementos, alguns foram transplantados no Brasil, por exemplo, os instrumentos musicais oriundos da região do Kasai, terra natal dos lubas. Muitas vezes, os centro-africanos colocados em condição de cativeiro chegavam a passar

---

[280] Para Robert W. Slenes, "a formação de uma 'identidade bantu' comum, se chegou a acontecer, só podia ter sido o resultado de um processo complexo. Sugeri que para muitos africanos esse processo iniciou-se, não na experiência compartilhada da terrível travessia para a América, mas antes disso, no suplício da viagem para a costa; e começou pela descoberta de que a comunicação com os companheiros dessa viagem não era impossível. A continuação ou rompimento desse processo, contudo, teria dependido da experiência dos escravos no Novo Mundo, e das suas possibilidades de encontrar outras afinidades entre si, para além da comunidade da palavra." Ver: SLENES, Robert Wayne Andrew. "Malungu, Ngoma Vem!": África coberta e descoberta no Brasil. **Revista USP**. São Paulo, vol.12, p.48-67, 1992.

[281] SILVA, Salloma Salomão Jovino da. **Memórias sonoras da noite:** musicalidades africanas no Brasil oitocentista. Tese (Doutorado em História), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005, p.322.

[282] LOPES, Nei. **Bantos, malês e identidade negra**. 3ª.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011, p.9.

dois meses juntos, da captura à venda nos mercados brasileiros, o que permitia a cristalização dos denominadores culturais comuns na memória coletiva.[283]

A população centro-africana representava cerca de 45% dos africanos trazidos para as Américas em regime de cativeiro, aproximadamente 5 dos 11 milhões de africanos escravizados entre 1519 e 1867, sendo que o Brasil foi o maior importador.[284] A importância demográfica dessa população se equipara à sua preponderância nas práticas sociais, culturais e religiosas emergentes em diversas regiões brasileiras. Segundo Linda M. Heywood, os africanos oriundos da África Central e seus descendentes "constituíram a maioria da liderança nas irmandades mulatas e negras – as únicas organizações legais que cuidavam dessas populações"[285], importantes para diversas religiosidades e tradições culturais africanas em situação de diáspora.

Theo Brandão, ao estudar o "auto dos cabocolinhos"[286] também faz alusão à predominância das populações do Congo e de Angola em Alagoas. Questionando a exclusividade das origens ameríndias nessa manifestação cultural, ele localizou semelhanças entre esse auto e o dos congos, verificando que a "indumentária ou o enfeite de pena e o uso de apetrechos indígenas existia [...] em cucumbis e congos de diversas regiões, fazendo com que seus personagens semelhassem índios"[287]. Assim, Brandão demonstra-se convencido da revivescência de costumes africanos na diáspora, os quais se mesclavam com formas culturais ameríndias, consolidando um patrimônio cultural peculiarmente brasileiro.

O autor defende a ideia de que os povos da diáspora africana utilizavam de estratégias e disfarces para realizar suas manifestações culturais. Assim, procurando analisar o cabocolinho em Alagoas sob essa perspectiva, destaca versos que também fazem menção à região africana do Congo:

---

[283] MUKUNA, Kazadi Wa. **O contato musical transatlântico:** contribuição bantu na música popular brasileira. Tese (Doutorado em Sociologia), Universidade de São Paulo, São Paulo, 1977.
[284] HEYWOOD, Linda M. (Org.). **A diáspora negra no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2009, p.18-19.
[285] Ibidem, p.19.
[286] O autor prefere usar a expressão "cabocolinhos" no lugar de "caboclinhos" para diferenciar a manifestação cultural alagoana das de outras regiões.
[287] BRANDÃO, Theo. O auto dos cabocolinhos. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas**. Maceió, n.26, p.113-165, 1948/1949/1950.

Corta pau, nêgo, ajuê
Corta Rei de Congo, ajuê
Corta pau nêgo, ajuê
Corta secretaro, ajuê[288]

Com o exposto até agora se percebe que a população africana estabelecida em Alagoas era em sua maioria bantu. Luana Teixeira, ao analisar os dados estatísticos do tráfico atlântico em Alagoas, conclui que existiu um predomínio de africanos da "África Central em Alagoas no século XIX. Mas também demonstram que escravos da África Ocidental e mesmo da África Oriental, estiveram presentes em território Alagoano"[289]. A partir do século XIX – através de fugas de escravizados da Bahia, do tráfico atlântico direto e do tráfico interprovincial –, povos do grupo sudanês, como os Haussás, passaram a ocupar algumas regiões de Alagoas[290], onde imprimiram seu legado cultural. Foi documentada, por exemplo, a existência de cânticos malês na região:

Ogun Menino é de Malê
Nu-ê, Nu-ê
Ogun Menino é de Malê
Nu-ê, e rê-rê-rê![291]

Segundo Priscila Leal Mello, os africanos muçulmanos capturados durante o Jihad de Usman dan Fodio (1804)[292] espalharam-se entre Rio de Janeiro, Pernambuco, Alagoas, Minas Gerais e Bahia. Mello estima que de oito a dez mil africanos desembarcaram anualmente no porto de Salvador no início do século XIX, sendo que "entre dois terços e três quartos desses africanos vinham da Baia do

[288] BRANDÃO, Theo. O auto dos cabocolinhos. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas**. Maceió, n.26, p.113-165, 1948/1949/1950.
[289] TEIXEIRA, Luana. **Comércio interprovincial de escravos em Alagoas no Segundo Reinado**. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016, p.85.
[290] DUARTE, Abelardo. **Folclore negro das Alagoas**. Maceió: Edufal, 2010, p.167.
[291] Idem. **Negros muçulmanos nas Alagoas:** os malês. Maceió: Editora Caetés, 1958, p.56.
[292] Movimento de expansão fulani que resultou na ascensão do Califado de Sokoto. Ver: MELLO, Priscila Leal. **Leitura, encantamento e religião:** o islã negro no Brasil. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009, p.40. Para Paul Lovejoy, "a eclosão da guerra Santa, em 1804, sucedeu a um período de turbulências políticas que eram, em parte, caudatárias de reações à escravidão de muçulmanos que alegavam ser livres, e sua exportação para as Américas". Ver: LOVEJOY, Paul. Jihad e escravidão: as origens dos escravos muçulmanos da Bahia. **Revista Topoi**. Rio de Janeiro, n.1, p.11-44. Schwartz documenta que a Jihad de 1804 durou cerca de seis anos e "produziu grande número de prisioneiros de guerra, muçulmanos e não muçulmanos do Sudão Central". Ver: SCHWARTZ, Stuart B. Cantos e quilombos numa conspiração de escravos haussás. Bahia, 1814. In: REIS, João José; GOMES, Flavio dos Santos (Org.). **Liberdade por um fio:** história dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p.373-406.

Benin ou do que os portugueses chamavam de Costa da Mina"[293]. De acordo com os estudos de Luiz Geraldo Silva, a região alagoana apresentava um número considerável de "cativos da Costa da Mina entre sua população escrava, e, muito provavelmente pela sua proximidade em relação à capitania da Bahia, estes haviam sido desembarcados no porto de Salvador"[294].

Para Abelardo Duarte, essa presença era vista ora como "perigosa, temida, ora indecifrável, misteriosa, mas sempre incompreendida"[295]. Priscila Leal Mello sinaliza a importância de estudar as comunidades muçulmanas pelo Império do Brasil, não apenas a fortemente documentada comunidade baiana. Assim, confere-se um colorido especial à vida das populações de escravizados africanos do oitocentos.[296]

O tráfico atlântico era constante na costa alagoana ao longo do século XIX. Todavia, rotas interprovinciais também eram responsáveis por abastecer a região de cativos. Abelardo Duarte documentou dois desembarques de escravizados vindos da Bahia para Alagoas em 1836, ocorridos na praia do Pontal. A autoridade responsável:

> [...] explicava que se vira impossibilitado de tomar qualquer providencia sobre o caso, porque além de já haver passado alguns dias, as mesmas pessoas me afirmaram que a embarcação do tráfico vem munida de dois lanchões e os traficantes de terra têm coisas tão bem dispostas e ordenadas que em um momento conseguem desembarcar, distribuir ou retirá-los.[297]

A Bahia era um centro redistribuidor de escravizados para outras regiões do Nordeste[298], e provavelmente ocorreram muitos casos como o mencionado na costa alagoana. O ofício citado por Duarte e pertencente ao acervo do IHGA indica que as autoridades faziam pouco caso das suspeitas de tráfico ilegal após 1831. Daniel Marinho, analisando uma documentação sobre "João, preto africano" – localizada no

---

[293] MELLO, Priscila Leal. **Leitura, encantamento e religião:** o islã negro no Brasil. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009, p.120-121.
[294] SILVA, Luiz Geraldo. "Sementes da sedição": etnia, revolta escrava e controle social na América Portuguesa (1808-1817). **Afro-Ásia**. Salvador, n.25-26, p.09-60, 2001.
[295] DUARTE, Abelardo. **Os negros muçulmanos nas Alagoas (os malês)**. Maceió: Edições Caetês, 1958, p.9.
[296] MELLO, op. cit., p.140.
[297] DUARTE, Abelardo. **Episódios do contrabando de africanos nas Alagoas**. Comissão Estadual do Centenário da Abolição. Maceió: Ediculte, p.30.
[298] CARVALHO, Marcus Joaquim Maciel de. **Liberdade:** rotinas e rupturas do escravismo no Recife, 1822-1850. Recife: Editora Universitária da UFRPE, 2001, p.97.

Acervo Histórico do Arquivo Judiciário de Alagoas –, identificou um grupo de africanos vindos de "Ufsá" para a Bahia, de onde alguns seguiram para Alagoas.[299]

Após 1850, com a Lei Eusébio de Queiroz, foi articulado no Brasil um tráfico escravista interno, que se tornou o principal meio de abastecimento da região cafeeira do Sudeste do país, então em ascensão.[300] Segundo Moacir Medeiros de Sant'Ana, em Alagoas, cerca de 2.250 escravizados foram embarcados oficialmente para o Sudeste durante a década de 1850 – o que representava 5% da população escravizada.[301] Conrad, ao tratar de Alagoas nesse período, expõe que cerca de 7.000 escravizados[302] teriam saído daquela província nessa conjuntura, e a média anual de exportação nos 22 anos seguintes seria de 226 escravizados. Em uma das trovas populares de Alagoas registradas por Theo Brandão faz-se alusão a uma escravizada que seria vendida para o Rio de Janeiro:

> Catirina, minha negra
> Meu senhor vai te vender
> Para o Rio de Janeiro,
> Para nunca mais te ver[303]

Esses versos também foram "identificados em São Paulo no século XIX e no Ceará no século XX"[304], provavelmente eles transitavam na cultura popular do tempo do Brasil Império. Dito isso, nota-se que, embora fosse uma região emergente no século XIX, Alagoas foi um importante ponto de desembarque de africanos e, além de receptora de escravizados, também os exportou na segunda metade do oitocentos, através dos circuitos estabelecidos pelo comércio interprovincial.

Luana Teixeira mostra em seu estudo que, através das praças comerciais dos portos de Jaraguá (Maceió) e Penedo, estabeleceram-se circuitos de comércio

---

[299] RIBEIRO, Antonio Daniel Marinho. **A transição da mão *de* obra escrava para a livre no perímetro urbano de Maceió** (1850-1898). Monografia (Graduação em História), Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2003, p.35-39.

[300] CONRAD, Robert. **Tumbeiros:** o tráfico de escravos para o Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1985, p.189.

[301] SANT'ANA, Moacir Medeiros de. **Contribuição à história do açúcar em Alagoas**. Recife: Instituto do Açúcar e do Álcool e Museu do Açúcar, 1970, p.147.

[302] CONRAD, op. cit., p.197.

[303] BRANDÃO, Theo. **Trovas populares de Alagoas**. 2ª.ed. Maceió: Edufal, 2014, p.53.

[304] Foram citados na pesquisa de Luana Teixeira acerca do comércio interprovincial de escravizados em Alagoas, colhidos por Afonso de Taunay em São Paulo no século XIX. Ver: TEIXEIRA, Luana. **Comércio interprovincial de escravos em Alagoas no Segundo Reinado**. Tese (Doutorado em História), UFPE, Recife, 2016, p.223. ROSSINI, Gabriel Almeida Antunes. Apreciações acerca do tráfico interno de escravos no oeste da Província de São Paulo (Rio Claro, 1861-1869). **História Econômica & História de Empresas**. São Paulo, vol.16, 2013, p.301-341.

responsáveis pela transferência de milhares de escravizados para outras partes do Império do Brasil, principalmente o Rio de Janeiro. Sendo assim, em Alagoas, entre as décadas de 1840 e 1870, "devido a suas pequenas dimensões territoriais e a existência de dois circuitos comerciais expressivos, os negócios da escravidão abrangeram praticamente toda a província"[305].

Neste estudo, que objetiva investigar a memória e resistência escrava na Alagoas oitocentista, torna-se fundamental examinar como ocorreu a diáspora africana na região, pois conhecer os povos africanos que habitaram esse local possibilita uma melhor análise de suas experiências de vida. Indo ao encontro do pensamento de Alfredo Brandão, o qual afirma que o "folclore de origem puramente africana é muito escasso em Alagoas, principalmente no que diz respeito ao canto, ao conto e às lendas"[306], considera-se aqui que as culturas africanas e de seus descendentes em diáspora se misturaram no tecido social alagoano, podendo ser consideradas espaços privilegiados para o estudo da escravidão em uma "perspectiva decolonial de saberes". Nesse sentido, é possível vislumbrar contranarrativas que questionam a "epistemologia colonial" da historiografia oficial do século XIX, por exemplo, a qual imputava à diáspora africana no Brasil um suposto atraso de "civilização" do país, ideia que perdurou em muitos estudos sobre o tema no início do século XX.

As populações centro-africanas em diáspora impregnaram seus descendentes de memórias sobre a vida na África, o tráfico atlântico e a tradição de adaptações culturais. Na visão tênue que se tem sobre suas experiências de vida, pode-se "observar as memórias e recriação da noção de monarquia na África Central presentes nas tentativas, no Brasil, de recriar os reinos centro-africanos ou Palmares"[307]. Kent, Schwartz e Anderson notaram práticas político-religiosas tipicamente centro-africanas associadas ao Quilombo de Palmares.[308] Ao estudar as culturas africanas na América, o cubano Argeliers León entende as comunidades de

---

[305] TEIXEIRA, Luana. **Comércio interprovincial de escravos em Alagoas no segundo reinado**. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016, p.66.

[306] BRANDÃO, Alfredo. **Os negros na história de Alagoas**. Maceió: Comissão Estadual do Centenário da Abolição, 1988, p.47.

[307] VANSINA, Jan. Prefácio. In: HEYWOOD, Linda M. (Org.). **A diáspora negra no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2009, p.9.

[308] Ver: ANDERSON, Robert Nelson. The Quilombo of Palmares: a new overview of a Maroon State in seventeenth century Brazil. **Journal of Latin American Studies**. Londres, vol. 28, n.3, 1996, p.546-566. KENT, R. K. Palmares: an African State in Brazil. **The Journal of African History**. New York, vol. 6, n. 2, 1965. SCHWARTZ, Stewart B. **Slaves, Peasants and Rebels:** reconstructing Brazilian Slavery. Urbana/ Chicago: University of Illinois Press, 1992.

escravizados fugidos como uma experiência social essencial para a conservação de elementos culturais e de identidades étnicas; assim, os quilombos seriam territórios de preservação/recriação cultural.[309]

O território alagoano foi profundamente marcado pela presença africana, concentrada em maior número na região em que se ergueu o Quilombo dos Palmares (longo no tempo e imenso na área geográfica), um exemplo de persistência de culturas bantas. Os princípios estéticos dos povos africanos, como os bantus, "foram conservados num processo de empréstimos e ressignificações culturais"[310], revelando sua maleabilidade comportamental. Da região palmarina, segundo defende Abelardo Duarte, vieram muitas manifestações culturais de matrizes africanas que marcaram e ainda marcam a cultura alagoana[311], como o coco de roda[312], o reisado, o *quilombo*, a dança do buá[313] e o bate-coxa. Em muitas delas destaca-se o personagem Mateus ou Tio Mateus, que evoca ou personifica a figura do escravizado negro ou do vaqueiro negro, como no bumba meu boi, no reisado e no guerreiro. O nome Mateus também foi aplicado aos figurantes negros da manifestação cultural *Quilombo*[314]. As *performances* afro vistas em tais manifestações culturais tornaram-se uma espécie de "moeda de troca básica de atenuação ou de resistência à total incorporação dos valores identitários europeus e do Novo Mundo, assim como os signos e modos de representação ocidentais"[315].

---

[309] LEÓN, Argeliers. **Tras las huellas de las civilizaciones negras en América**. El Vedado, Ciudad de la Habana: Fundación Fernando Ortiz, 2001, p.97.

[310] AZEVEDO, Amailton Magno. **Sambas, quintais e arranha-céus:** as micro-áfricas em São Paulo. São Paulo: Olho d'Água, 2016, p.27.

[311] DUARTE, Abelardo. **Folclore negro das Alagoas**. Maceió: Edufal, 2010, p.33-34.

[312] Segundo palavras de Abelardo Duarte, pela tradição oral, a origem do coco de roda vem dos mocambos palmarinos. "Os quilombolas, senhores das serranias, donos dos vales e das florestas que cobriam uma enorme área de terras pernambucanas e alagoanas, concentraram-se nestas últimas – os Palmares. [...] Liga-se à atividades dos negros refugiados de Palmares, quebrando coco para retirar a 'cocanha' (amêndoa) dos secos para o preparo de seus alimentos (até manteiga 'muito clara e branca' faziam) e para a ingestão natural mesmo da polpa dos maduros como 'farto e substancioso alimento', o nascimento da dança. Partindo o coco (fruto), nesse enfadonho mister, cantavam para passar o tempo e acompanhavam o canto com batidas de pedras que serviam para a quebra do fruto. Também dançavam." Ibidem, p.47.

[313] Manifestação cultural de matriz africana característica da região de Viçosa, Alagoas, área de predominância de culturas bantas. Era praticada por negros e negras de mãos dadas e em fileiras que se enfrentavam, avançavam e recuavam, como nas quadrilhas de festas juninas. Ibidem, p.107-109.

[314] Para um melhor entendimento da questão, recomendamos a leitura do capítulo "O Mateus, personagem tragicômico". Ibidem, p.371-323.

[315] IROBI, Esiaba. O que eles trouxeram consigo: carnaval e persistência da *performance* estética africana na diáspora. **Projeto História**. São Paulo, n. 44, p.273-293, jun. 2012.

Estudando a língua no Nordeste, com foco nas regiões de Alagoas e Pernambuco, Mário Marroquim reconhece a numerosa contribuição africana ao português falado no Brasil, já que muitas palavras de origem africana são encontradas na literatura oral. Remontando à época de Palmares, o autor analisa que a nomenclatura africana marcou "montes, cursos d'água e aldeias, numa demonstração de posse, conquista e independência"[316]. Os escravizados negociavam línguas vindas da África e de Portugal numa "zona de fronteira", expressando através da oralidade a experiência da escravidão e seus desdobramentos.[317] Palavras como *fubá*, *mungunzá* e *canjica*, pratos típicos da culinária nordestina, são originárias do quimbundo, língua do povo bacongo, falada no antigo reino do Congo.[318] Refletindo acerca dos bantuismos do português falado no Brasil[319], Yeda Pessoa de Castro afirma que os africanos escravizados participaram da configuração do português brasileiro, tecendo diferenças que afastaram o português do Brasil do de Portugal.[320]

Os africanos e seus descendentes na diáspora foram responsáveis por um precioso acervo de literatura oral. Inteligentíssimos e grandes narradores, passaram de geração para geração histórias, contos, fábulas, apólogos, adivinhas, motejos, sátiras etc.[321] No dizer de Hampâté Bâ, as fichas imateriais do "catálogo da tradição oral são máximas, provérbios, contos, lendas, mitos etc., que constituem quer um esboço a ser desenvolvido, quer um ponto de partida para narrativas"[322] didáticas, sejam antigas ou improvisadas. Portanto, o debruçar sobre a oralidade das culturas africanas na diáspora possibilita um melhor entendimento das etnias que aqui se estabeleceram. Nessa perspectiva, torna-se notável o debate colocado por Esiaba Irobi acerca das histórias, culturas e identidades africanas:

---

316 MARROQUIM, Mário. **A Língua no Nordeste:** Alagoas e Pernambuco. Maceió: Edufal, 2008, p.113.
317 AZEVEDO, Amailton Magno. **Sambas, quintais e arranha-céus:** as micro-áfricas em São Paulo. São Paulo: Olho d'Água, 2016, p.104.
318 ALENCASTRO, Luiz Felipe. **O trato dos viventes:** formação do Brasil no Atlântico Sul. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p.95.
319 Rosa Cunha Haenckel fez boa pesquisa sobre a presença banta no português brasileiro, ver: HENCKEL, Rosa Cunha. **Trafego de palavras:** africanismos de origem banto na obra de José Lins do Rego. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/ Massangana, 2005.
320 CASTRO, Yeda Pessoa de. Marcas de africania no português brasileiro. **Revista Africanias.com**. Salvador, 2011. Disponível em: <http://www.africaniasc.uneb.br/pdfs/n_1_2011/ac_01_castro.pdf>. Acesso em: 22/03/2017.
321 DUARTE, Abelardo. **Folclore negro das Alagoas**. Maceió: Edufal, 2010, p.157.
322 HAMPÂTÉ BÂ, Hamadou. A tradição viva. In: KI-ZERBO, Joseph. **História geral da África I:** Metodologia e pré-história da África. São Paulo: Ática/ Unesco, 1980, p.181-218.

> A dança, assim como um legado semiótico, torna-se *performance* de uma identidade e história semilembrada. É interessante notar que mesmo após perderem suas línguas em função do deslocamento além-mar, expressões e fragmentos de danças dos africanos mantiveram e permaneceram enquanto coreografias e vocabulários fenomenológicos da sua história cultural e identidade original.[323]

Nas culturas africanas, "a vida era e continua sendo uma atividade intensamente performativa e ritualizada", se tornando aporte importante para vislumbrar memórias e histórias das populações afrodiaspóricas. A tradição ritual e cerimonial africana, que engloba música, dança, linguagem de percussão, arquitetura, canções, espetáculos, configurações espaciais, coreografias e máscaras, foi e permanece sendo transmitida de geração para geração, antes e depois da escravidão, através da inteligência do corpo[324].

Hampâté Bâ, ao escrever sobre a tradição oral e as memórias vivas nas Áfricas, aponta a importância da memória nessas sociedades e expõe que "nenhuma tentativa de penetrar a história e o espírito dos povos africanos terá validade a menos que se apoie nessa herança de conhecimento de toda espécie, pacientemente transmitidos de boca a ouvido"[325], de geração para geração, através dos séculos. Aqui entende-se a tradição oral como a "grande escola da vida" que se coloca ao alcance dos homens e é transmitida de acordo com o entendimento humano.

Em Alagoas, por exemplo, segundo Theo Brandão, muitos dos cânticos e versos das manifestações populares eram em línguas africanas, "línguas da costa", por isso foram chamadas de "peças de negros", que faziam referência a personagens[326] como Zumbi:

> Topei num vi, ó dairá
> Caramundelo, zumbi, mamãe ô lá
>
> Ô saião, ô saião, ô mamãe, ô
> Zumbi, ô saião é de lá
>
> Mamãe ô, zumbi, ô saião
> Pega no quimbabê, grandaião[327]

---

[323] IROBI, Esiaba. O que eles trouxeram consigo: carnaval e persistência da performance estética africana na diáspora. **Projeto História**. São Paulo, n.44, p.273-293, jun. 2012.
[324] Ibidem.
[325] HAMPÂTÉ BÂ, Hamadou. A tradição viva. In: KI-ZERBO, Joseph. **História geral da África I:** metodologia e pré-história da África. São Paulo, Ed. Ática/UNESCO, 1980, p.181-218.
[326] BRANDÃO, Théo. O reisado alagoano. **Revista do Arquivo Municipal**. São Paulo, n. CLV, Departamento de Cultura, p.14-225, 1953.
[327] Ibidem.

Houve, segundo estudos de Dirceu Lindoso, uma continuidade da cultura quilombola palmarina no que viria a se tornar o espaço alagoano no século XIX, pois o Quilombo dos Palmares enquanto fato social não findou com a destruição de mocambos na década de 1690. Quilombos menores da região escaparam da destruição, e as populações não capturadas ou não assassinadas que habitavam os maiores "reorganizaram-se em pequenos tratos de terra no meio das grandes matas que cercavam os engenhos de açúcar"[328], permitindo assim a perpetuação de culturas quilombolas (ou culturas palmarinas) nas Alagoas.

Para uma melhor compreensão desse tema, as próximas páginas são dedicadas ao estudo das memórias sobre Palmares nas Alagoas do oitocentos. A trajetória das populações de matrizes africanas no Brasil está pontuada por um rico conjunto de manifestações que simbolizam e estetizam o entendimento de tais povos acerca de eventos históricos como o tráfico atlântico, reinados africanos e o Quilombo dos Palmares.[329] A memória, ao definir o que é comum a um grupo e o que o diferencia dos outros, fundamenta e reforça alguns sentimentos de pertencimento e fronteiras socioculturais.[330]

[328] LINDOSO, Dirceu. **A razão quilombola:** estudos em torno do conceito quilombola de nação etnográfica. Maceió: Edufal, 2011, p.215.
[329] BARROS, Rachel Rocha de Almeida. Abelardo Duarte e os estudos afro-alagoanos. In: DUARTE, Abelardo. **Folclore negro das Alagoas**. Maceió: Edufal, 2010, p.9-19.
[330] POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silencio. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol.2, n.3, p.3-15, 1989.

CAPÍTULO II - "FOLGA NEGRO, BRANCO NÃO VEM CÁ": O *QUILOMBO* COMO ARTE DA MEMÓRIA NEGRA SOBRE PALMARES

Advindos de tradicionais culturas orais, os povos africanos e seus descendentes na diáspora encontraram possibilidades de memorização corporal. Suas expressões e formas de ser, viver e relacionar-se foram reatualizadas e incorporadas a diversas práticas culturais no Novo Mundo. Essas expressões de comunicação são locais privilegiados para o entendimento do processo de transformação histórico-social das culturas africanas no Brasil e em outras regiões da América e Caribe.[331]

Os protagonistas de culturas africanas em diáspora se comunicam ao transitarem por letras, vozes, imagens, sons, ritmos e inesgotáveis suportes, caminhos e estruturas. Dessa forma, rastrear indícios de práticas "mnemônicas de povos de culturas orais em cativeiro" requer "apreender trabalhos de memória na contingência de corpos em diáspora"[332], os quais interagiam entre códigos de gestos, vozes, sons e imagens, em atos e atitudes que estrategicamente visavam escapar à hegemonia senhorial durante o período escravocrata.

Portanto, as manifestações festivas originadas em ritualismos africanos demonstram potencial elucidativo a ser desenvolvido no campo de estudo da diáspora africana nas Américas. Desse modo, a partir de agora, o foco desta tese será as culturas negras em diáspora, concentrando-se numa manifestação de temática quilombola surgida nas Alagoas de fins do século XVIII, o *quilombo*, num estudo que busca o enfrentamento da memória "comprometida com projetos hegemônicos e institucionais de uma elite alagoana, a qual, para se sobressair, precisa representar uma outra história do Quilombo dos Palmares"[333], como traduzido por Paulino Cardoso, sendo desesperador para "os de cima" que "os de baixo" rememorem de seu modo os feitos de Zumbi, Dandara e dos demais guerreiros quilombolas.

---

[331] NEPOMUCENO, Nirlene. **Celebrações negras do ciclo natalino:** teias da diáspora em áreas culturais do Brasil e do Caribe. Tese (Doutorado em História Social), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011, p.6.

[332] ANTONACCI, Maria Antonieta. **Memórias ancoradas em corpos negros**. São Paulo: EDUC, 2014, p.31.

[333] CARDOSO, Paulino de Jesus Francisco. Prefácio. In: RASCHE, Karla Leandro; PINHEIRO, Lisandra Barbosa Macedo (Org.). **Festas da diáspora negra no Brasil:** memória, história e cultura. Porto Alegre: Pacartes, 2016, p.08.

Uma das máximas do pensamento de Beatriz Nascimento é a de que os *quilombos* exerceram um papel fundamental na construção da consciência histórica dos povos de matrizes africanas no Brasil. Assim, as memórias sobre as experiências quilombolas foram uma constante durante e após o período da escravidão no Brasil.[334] Pedro Nolasco Maciel, em "Traços e Troças", um romance de fins do século XIX, descreveu o *quilombo* da seguinte maneira:

> Ao sair do templo foram assaltados por inúmeros sujeitos, uns vestidos de pena e untados de oca, lembrando os primitivos habitantes do Brasil; outros enlameados de preto. Era aquilo um brinquedo tradicional, que renovava os quilombos da serra dos Palmares, célebre república organizada por africanos escravizados em número superior a três mil e que se refugiaram na Serra da Barriga, neste Estado, onde viveram mais de meio século.[335]

O auto de quilombo, como chamado por vários folcloristas, tem sua matriz cultural na tradição africana e indígena existente em algumas regiões de Alagoas, remetendo ao tema da resistência escrava no Brasil. Para Abelardo Duarte, sua maior área de incidência foi "a dos Palmares, ou na terminologia fisiográfica, a zona da Mata, embora ainda se localizasse na zona do Litoral. Parece ter sido Viçosa o seu centro de irradiação"[336]. Segundo Demian Moreira Reis, na primeira metade do século XIX, era encenado nas cidades de Alagoas (atual Marechal Deodoro) e Vila da Imperatriz (atual União dos Palmares)[337], em dias santos ou nas proximidades do natal[338], pois os escravizados e libertos "aproveitavam as celebrações do calendário cultural dos senhores para praticarem tradições culturais, entre as quais, a tradição, frequentemente reinventada, de se organizarem segundo a origem étnica".[339]

---

[334] Ver: NASCIMENTO, Beatriz. O conceito de quilombo e a resistência cultural negra. **Afrodiáspora**. São Paulo, vol. 6-7, 1985, p.41-49. Idem. Kilombo e memória comunitária: um estudo de caso. **Estudos Afro-Asiáticos**. Rio de Janeiro, vol. 6-7, CEAA/UCAM, p.259-265, 1982.

[335] MACIEL, Pedro Nolasco. **Traços e troças** (crônica vermelha - leitura quente). 2ª.ed. Maceió: DEC, 1964 [1899], p.123-124.

[336] DUARTE, Abelardo. **Folclore negro das Alagoas**. Maceió: Edufal, 2010, p.344.

[337] REIS, Demian Moreira. A dança do quilombo: os significados de uma tradição. **Afro-Ásia**. Salvador, n.17, p.159-171, 1996.

[338] Para Nirlene Nepomuceno, "africanos e descendentes reverteram e perverteram – no sentido em que alteraram o estado das coisas – espaços eurocristãos de convivência e sociabilidades tanto ao Norte quanto ao Sul das Américas". Ver: NEPOMUCENO, Nirlene. **Celebrações negras do ciclo natalino:** teias da diáspora em áreas culturais do Brasil e do Caribe. Tese (Doutorado em História Social), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011, p.152.

[339] REIS, João José. Identidade e diversidade étnicas nas irmandades negras no tempo da escravidão. **Tempo**. Rio de Janeiro, vol.2, n.2, p.7-33, 1996.

As autoridades brasileiras, após 1822, instituíram oficialmente novo calendário festivo, objetivando recriar a unidade política *vis-à-vis* às tensões sociais e regionais da época.[340] Assim, a decisão de "quais dias seriam as datas oficiais para se festejar era uma interferência direta e importante na construção da identidade coletiva da nação que estava nascendo"[341]. As festas religiosas tinham um grande peso durante o ano, algo que se explica pela vinculação entre a religião católica e o Estado. Tais dias eram apropriados de diferentes maneiras pela população, que se aproveitava desses marcos a seu modo.[342]

Festejos populares de matrizes africanas foram e são bastante comuns no Brasil desde os tempos coloniais, e os realizados no ciclo natalino "guardam entre si uma estética visivelmente africana"[343] – era um período em que os escravizados adotavam estratégias para driblar os impedimentos postos às suas práticas culturais. Para Theo Brandão, o ciclo natalino é por excelência a época das manifestações culturais populares: "[...] pastoris e presépios, cheganças e fandangos, reisados e guerreiros e quilombos, baianas e taieras, ensaiadas às vezes com meses de antecedência, surgem em profusão"[344] nas mais variadas regiões de Alagoas.

Em Maceió também existem registros da realização do *quilombo*. O jornal *O Constitucional* publicou, em 1851, que se costumava "fazer nesta província uma brincadeira tosca chamada os *quilombos* que este ano se fez também nesta capital"[345]. A manifestação cultural é mencionada ainda no "Opúsculo da descripção geographica, topographica, phizica, política e histórica do que unicamente respeita à Pronvincia de Alagoas no Imperio do Brasil", em que se pode ler o seguinte:

> Inda hoje há por lá (na Vila da Imperatriz) comemoração, em uma espécie de torneio que se celebra nas ocasiões festivas, e que dão o nome de - quilombos. Consiste em duas guerrilhas, uma de índios, outra de negros aquilombados; travam-se, e os-negros vencidos são prisioneiros, e os vencedores os levam de

[340] JANCSÓ, Istvan; KANTOR, Iris. Falando de festas. In: JANCSÓ, Istvan; KANTOR, Iris (Org.). **Festa:** cultura e sociabilidade na América Portuguesa. São Paulo: Edusp/ Hucitec, 2001, p.12.
[341] SANTOS, Lídia Rafaela Nascimento dos. **Das festas aos botequins:** organização e controle dos divertimentos no Recife (1822-1850). Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011, p.61.
[342] Ibidem, p.72.
[343] NEPOMUCENO, Nirlene. **Celebrações negras do ciclo natalino:** teias da diáspora em áreas culturais do Brasil e do Caribe. Tese (Doutorado em História Social), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011, p.159.
[344] BRANDÃO, Théo. O reisado alagoano. **Revista do Arquivo Municipal**. São Paulo, n.CLV, Departamento de Cultura, p.14-225, 1953.
[345] O CONSTITUCIONAL. Maceió, série 11, n. 26, 23 jul. 1851.

> folia pelas ruas, oferecendo-os, ou vendendo-os a troco de doces e bebidas, com que uns e outros se encharcam, e isso entretém e diverte muito a quem nunca viu mais do que isso.[346]

Salomão Azevedo, fazendo um paralelo com as Congadas e as Mouriscadas, conceitua o "Auto de Quilombo" como uma festa de caráter religioso que, dividida em três momentos, se iniciava com a representação de uma grande paliçada simbolizando os mocambos e os quilombos.[347] Segundo Abelardo Duarte, fazia-se um cercado de palha ou paliçada, enfeitado com diversas árvores transplantadas, pés de banana, mamoeiros etc. Construía-se no meio da paliçada, que simbolicamente representava "o mocambo, o reduto negro, dois tronos feitos de palmas de palmeiras Ouricuri e folhas, sendo o da esquerda para o rei e o da direita para a rainha"[348]. Feito o arraial, o grupo negro começava a agir como se estivesse em um quilombo, saqueando as fazendas e enchendo os mocambos de coisas roubadas[349], como animais, utensílios, mantimentos e móveis. Posteriormente, a vendagem era feita aos próprios donos.[350]

Alfredo Brandão observa que a realização do *quilombo* se iniciava ao amanhecer, geralmente em praças públicas[351], e via-se gente:

> [...] organizando um reduto da paliçada, poeticamente enfestonado de palmas de palmeira, de bananeiras e de diversas árvores virentes e ramalhosas que durante a noite haviam sido transplantadas. Dos galhos pendiam bandeiras, flores e cachos de frutas. No centro da paliçada erguiam-se dois tronos tecidos de ramos e folhas; o da direita estava vazio, mas o da esquerda achava-se ocupado pelo Rei, o qual trajava gibão e calções brancos e manto azul bordado, tendo na cabeça uma coroa dourada e na cinta uma longa espada. Em torno os negros, vestidos de algodão azul, dançavam ao som de adufos, mulungus, pandeiros e ganzás, cantando a instantes a seguinte copla: Folga negro/Branco não vem cá/Se vier/O diabo há de leva.[352]

---

[346] HUM BRASILEIRO. **Opúsculo da descripção geographica topographica, phizica, política e histórica do que unicamente respeita à província de Alagoas no imperio do Brasil**. Rio de Janeiro: Typ. de Berth e Haring, 1844, p.10.
[347] AZEVEDO, Salomão. **Quilombo:** um auto de sangue. Rio de Janeiro: D.O. Leitura, nov. 1985.
[348] DUARTE, Abelardo. **Folclore negro das Alagoas**. Maceió: Edufal, 2010, p.348.
[349] AZEVEDO, op. cit., nov. 1985.
[350] DUARTE, op. cit., p.348.
[351] Theo Brandão documenta que o *quilombo* era geralmente realizado em praças, largos ou ruas amplas, "pois que sua ação, constante de lutas, combates de espadas, correrias, etc., necessita de amplo espaço". Ver: BRANDÃO, Theo. **Quilombo**. Rio de Janeiro: Funarte, 1978, p.22.
[352] BRANDÃO, Alfredo. **Viçosa de Alagoas:** o município e a cidade (notas históricas, geographicas e arqueológicas). Recife: Imprensa Industrial, 1914, p.95-99.

Os versos dessa copla exprimiam, segundo Arthur Ramos, sentimentos de "liberdade que os escravos fugidos dos engenhos, os calhambolas, entoavam na segurança da sua cidadela. Lá, dentro dos seus dez ou doze mocambos, [...] eles podiam brincar e folgar à vontade"[353]. Para Theo Brandão, a realização do *quilombo* se iniciava ainda pela madrugada, com os saques e roubos[354], depois os negros dançavam, sapateavam, batiam palmas e pulavam até o dia amanhecer. O dançar em rodas e o bater palmas são práticas que ratificam a presença de costumes bantus em manifestações culturais negras.[355]

Além disso, o *quilombo* possuía uma característica comum nas manifestações culturais afro-brasileiras: a interatividade e participação do público. A dança ou batuque consistia em um coco solto ou sem parelhas; até o amanhecer, comia-se a panelada que se cozinhava no rancho, "a noite toda, ou em casa das adjacências: carne de boi com osso de tutano, verduras, charques, temperos, com pirão escaldado ou coberto com caldo de panelada"[356]. Esse primeiro momento incluía também uma passeata pelas ruas das cidades ou pelo local onde o *quilombo* era realizado.

Na segunda parte, apareciam os espias dos caboclos, procurando conhecer as posições dos negros inimigos. Enquanto os negros se preparavam para a defesa, surgiam os soldados, que representavam as tropas de Domingos Jorge Velho, acompanhados por índios[357], os quais cercavam o quilombo e começavam a resgatar as coisas roubadas. Travava-se então uma luta na praça ou na rua "em frente ao quilombo, e depois de muitas refregas, de retiradas simuladas e assaltos, o rei dos caboclos acabava subjugando o rei dos negros e apossando-se da rainha"[358].

---

[353] RAMOS, Arthur. **O folclore negro no Brasil**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2007, p.54.
[354] BRANDÃO, Theo. **Quilombo**. Rio de Janeiro: Funarte, 1978, p.29.
[355] AZEVEDO, Amailton Magno. **Sambas, quintais e arranha-céus:** as micro-áfricas em São Paulo. São Paulo: Olho d'Água, 2016, p.71.
[356] BRANDÃO, op. cit., p.30.
[357] LINDOSO, Dirceu. **A utopia armada:** rebelião de pobres nas matas do tombo real. Maceió: Edufal, 2005, p.289.
[358] BRANDÃO, Alfredo. **Viçosa de Alagoas:** o município e a cidade (notas históricas, geographicas e arqueológicas). Recife: Imprensa Industrial, 1914, p.97.

Sobre a presença dos índios[359] ao lado das tropas coloniais, é importante atentar para o fato de que, embora muitos integrassem o Quilombo dos Palmares[360], outros também integravam "tropas antiquilombos, centenas, talvez milhares, foram usados no assalto final a Palmares, em 1694"[361]. Dirceu Lindoso menciona a participação de índios Tapuia-Kariri como "servos-soldados", depois de serem derrotados pelo Terço Paulista de Domingos Jorge Velho no sertão do Piauí.[362]

Uma questão importante para se compreender a participação de personagens indígenas nas manifestações culturais africanas no Brasil é apontada por Zeca Ligiéro, que, ao pesquisar as *performances* brasileiras, fala da pluralidade das culturas trazidas da África e estabelece um paralelo entre a multiplicidade das culturas nativas da América e as formas espetaculares e ritualizadas de suas performances. Assim, verifica que o "cantar-dançar-batucar" se destaca em ambas as culturas, caracterizando as manifestações culturais brasileiras[363], que possuíam/possuem uma forte presença corporal das culturas africanas[364].

Dirceu Lindoso concebe o *quilombo* alagoano como um duelo popular entre dois partidos: o de "negros e outro de índios, cada qual com seu rei. Guerreiros há-os em ambas as bandas. Os índios atacam o quilombo [...], cativam o rei negro, desbaratam os guerreiros negros e raptam a rainha"[365]. Nas palavras de Abelardo Duarte, o *quilombo* era formado por dois grupos, negros e caboclos, sendo que ambos tinham como personagens principais: o rei e a rainha, espias, vassalos e os

---

[359] A figura do índio também está presente em outras manifestações culturais; nos cucumbis cariocas, por exemplo, existiam negros fantasiados de índios tocando instrumentos e executando danças africanas. Ver: NEPOMUCENO, Nirlene. **Celebrações negras do ciclo natalino:** teias da diáspora em áreas culturais do Brasil e do Caribe. Tese (Doutorado em História Social), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011, p.126.

[360] A presença de indígenas como inimigos dos quilombolas nessa manifestação cultural "se deve tanto a represálias às pilhagens feitas pelos negros às aldeias indígenas, quanto à inclusão de tropas indígenas nas expedições visando a destruição dos quilombos dos Palmares". Ver: BARROS, Rachel Rocha de Almeida. Abelardo Duarte e os estudos afro-alagoanos. In: DUARTE, Abelardo. **Folclore negro das Alagoas**. Maceió: Edufal, 2010, p.9-19.

[361] REIS, João José. Quilombos e revoltas escravas no Brasil. **Revista USP**. São Paulo, n. 28, p.14-39, dez./fev. 1995/1996.

[362] LINDOSO, Dirceu. **A razão quilombola:** estudos em torno do conceito quilombola de nação etnográfica. Maceió: Edufal, 2011, p.31.

[363] Para conceituar a complexidade das dinâmicas das *performances* brasileiras, Ligiéro utiliza o conceito de "motrizes culturais", definindo-o como o conjunto de "dinâmicas culturais utilizadas na diáspora africana para recuperar comportamentos ancestrais africanos". Ver: LIGIÉRO, Zeca. **Corpo a corpo:** estudo das *performances* brasileiras. Rio de Janeiro: Garamond, 2011, p.107.

[364] Ibidem, p.71.

[365] LINDOSO, Dirceu. **A utopia armada:** rebelião de pobres nas matas do tombo real. Maceió: Edufal, 2005, p.289.

extras (componentes), totalizando cerca de 50 membros.[366] Ambos dançavam separadamente: os negros, "uma espécie de samba"; e os caboclos, o toré.

A sequência final do *quilombo* se dava com a matança dos negros e a destruição do quilombo, sendo os sobreviventes capturados e colocados em condição de escravizados. Arthur Ramos, ao estudar tal manifestação cultural, lembra que os membros das expedições contra Palmares detinham o direito de posse sobre os que "tomassem aos palmarinos, e os negros capturados seriam revendidos aos seus respectivos senhores, ou a qualquer outro pretendente, no caso de não ficar provada a legitimidade da posse"[367]. Os negros, batidos pelos caboclos, recuavam para o centro do quilombo, "o qual era cercado e destruído. A festa se encerrava com a vendagem dos negros e a entrega da rainha a um dos maiores da vila, que para fazer figura tinha de recompensar"[368] os vencedores. Para Abelardo Duarte:

> A representação, entretecida, assim, de ataques e contra-ataques de Negros e Caboclos, gira, pois, em torno da posse da rainha dos Negros, a qual acaba caindo em poder dos Caboclos, raptada do seu Mocambo. Consumado o assalto ao Mocambo dos Negros, passam os Caboclos a vender os Negros como escravos e, com o preço do resgate, restituem-lhe a Rainha que é entregue a uma pessoa de influência no local ou a uma das principais autoridades, que por sua vez, recompensa com dinheiro, os vencedores.[369]

Nei Lopes entende o *quilombo*, assim como outras manifestações de arte "afro-brasileira" (Moçambique e Maculelê, por exemplo), como conservador de lembranças passadas dos antigos reinos bantus e seus soberanos, constituindo-se como "bailados guerreiros", "reminiscências que certamente são dos muitos combates travados pelos Bantos na África e no Brasil"[370]. Para um melhor entendimento dessa manifestação cultural, é importante atentar para as figuras dos reis e rainhas negros. Sua eleição e outras celebrações ritualísticas foram constantes nas regiões do Caribe e das Américas onde africanos e seus

---

[366] DUARTE, Abelardo. **Folclore negro das Alagoas**. Maceió: Edufal, 2010, p.344.
[367] RAMOS, Arthur. **O folclore negro no Brasil**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2007, p.55.
[368] BRANDÃO, Alfredo. **Viçosa de Alagoas:** o município e a cidade (notas históricas, geographicas e arqueológicas). Recife: Imprensa Industrial, 1914, p.98.
[369] DUARTE, op. cit., p.348.
[370] LOPES, Nei. **Bantos, malês e identidade negra**. 3ª.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011, p.181.

descendentes enfrentaram o impacto da escravidão.[371] Exibia-se uma multiplicidade ritual e formal, verificada em elementos musicais e aspectos cênicos, coreográficos, literários etc.[372]

Pesquisando os reinados negros entre os séculos XVI e XIX, que depois seriam chamados de congadas, Marina de Mello e Souza atribui a esses reis negros, no Brasil escravista, a função de polo aglutinador de comunidades que construíam novas identidades a partir de seus legados africanos. Considerando tal aspecto, a pesquisadora pontua a importância das culturas centro-africanas para a formação desses reinados negros em diáspora. Os povos bantus recriaram suas culturas nas novas condições impostas pela sociedade escravista, tendo como base suas culturas de origem.

Segundo Mello e Souza,

> [...] a proliferação no século XIX do título de rei do congo, havendo antes uma variedade de "nações" que escolhiam e festejavam seus reis, deveu-se de fato da referência a este reino ter significados importantes tanto para os senhores e administradores coloniais como pra centro-africanos escravizados que tinham de refazer suas vidas na sociedade escravista brasileira, que eram maioria nas áreas de maior influência dos reinados negros.[373]

Desse modo, escrevendo uma *História Atlântica da Diáspora Africana* e vislumbrando manifestações afro-brasileiras à luz das sociedades escravistas, Marina de Mello e Souza remete ao termo "rei do congo", uma ideia de África construída no Novo Mundo. Esses reis estabeleceram uma ligação simbólica entre os afro-brasileiros e as estruturas políticas africanas de seus antepassados. No Brasil, "desempenharam um papel importante em festejos com nomes distintos como congadas, congados, congos, cucumbis, maracatus, moçambiques e *quilombos* que ocorreram de norte a sul do país"[374]. Ao contrário do que foi exposto pelos folcloristas da primeira metade do século XX, que afirmavam que esses reis não

[371] NEPOMUCENO, Nirlene. **Celebrações negras do ciclo natalino:** teias da diáspora em áreas culturais do Brasil e do Caribe. Tese (Doutorado em História Social), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011, p.153.
[372] VASCONCELOS, Jorge Luiz Ribeiro. **Passos da fé e da folia:** etnografia de uma congada mineira. Dissertação (Mestrado em Música), Universidade de Campinas, Campinas, 2003, p.25.
[373] SOUZA, Marina de Mello. Reis do Congo no Brasil, séculos XVIII e XIX. **Revista de História da USP**. São Paulo, n. 152, p.79-98, jun. 2005.
[374] KIDDY, Elizabeth W. Quem é o rei do Congo? Um novo olhar sobre os reis africanos e afro-brasileiros no Brasil. In: HEYWOOD, Linda M. (Org.). **A diáspora negra no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2009, p.165.

tinham poder nenhum, concebe-se aqui que tais personagens e as manifestações culturais em que estavam inseridos detinham um sentido político para a população de escravizados e libertos envolvidos.

Elizabeth W. Kiddy afirma que essas populações "formaram culturas políticas capitaneadas por um rei e organizadas hierarquicamente em torno de uma variedade de elementos culturais e religiosos"[375]. A autora também aponta a existência de um ritual de memória ligado a um passado africano, mas um passado distinto e unicamente brasileiro, constatando que tal adaptação não foi responsável pela destruição de uma cultura africana, ao contrário, permitiu que ela prosperasse na diáspora. Portanto, ocorreu a emergência de uma cultura afro-brasileira, firmemente enraizada na África Central, mas distintamente brasileira, sendo a presença de reis e rainhas um fator importante para a reconstrução e recriação de uma cultura política e religiosa proveniente de Áfricas.

A coroação de reis e rainhas negros em quase todo o continente americano e no Caribe ao longo dos séculos em que perdurou a instituição escrava[376] salienta a sua importância para o entendimento do mundo dos africanos e seus descendentes na diáspora. Eles desenvolviam múltiplas atividades: função de liderança em conflitos e rebeliões, organização de festejos e aconselhamentos espirituais, tecendo memórias africanas reinventadas no mundo Atlântico. Para Nei Lopes, os Reis de Congo eram uma projeção "simbólica dos grandes *Muene Kongo,* os Manicongos com quem os portugueses trocaram credenciais diplomáticas e presentes, [...] nas primeiras expedições à África Negra"[377].

A nomeação de reis negros[378] que recebiam posição ritualística, política e militar servia para a reafirmação de noções de poder, identidade e comunidade

---

[375] KIDDY, Elizabeth W. Quem é o rei do Congo? Um novo olhar sobre os reis africanos e afro-brasileiros no Brasil. In: HEYWOOD, Linda M. (Org.). **A diáspora negra no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2009, p.166.

[376] Em New Orleans, por exemplo, Reid Mitchell documenta uma "grande Dança de Congo" no século XIX, na qual negros e negras seguiam o Rei do Velório. Ver: MITCHELL, Reid. Significando: o carnaval afro-creole em New Orleans do século XIX e início do XX. In: CUNHA, Maria Clementina Pereira (Org.). **Carnavais e outras f(r)estas**. Campinas: Ed. Unicamp, Cecult, 2001, p.71-100.

[377] LOPES, Nei. **Bantos, malês e identidade negra**. 3ª.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011, p.174.

[378] Marina de Mello e Souza descreveu a coroação de reis negros realizada por irmandades da seguinte maneira: "Coroados na igreja pelo padre no dia da festa do orago da irmandade que os abrigava, os reis desfilavam com seus séquitos pelos bairros em que moravam mas também pelos espaços mais nobres da cidade, praças e ruas onde se situavam os prédios da administração e das moradias das pessoas importantes. O grupo ostentava com orgulho suas roupas especiais, o mais luxuosas possíveis, meia, calção, sapatos de fivela, camisas com babados e casacas engalonadas, manto, cetro e coroa, para as rainhas vestidos à moda europeia. As cortes festivas usavam roupas semelhantes às daquelas com que foram descritos e retratados os chefes africanos recebendo

africana no Brasil. Segundo os estudos de Elizabeth W. Kiddy, o primeiro registro de uma apresentação ritual no Brasil com a figura do rei africano ocorreu em 1642, durante a visita de um embaixador do rei do Congo ao Recife, em plena dominação holandesa. O embaixador congolês e sua comitiva foram recebidos com uma apresentação que incluía danças, saltos formidáveis e combates com espada.[379] No ano de 1666, as ruas de Olinda foram palco de uma procissão que reuniu mais de 400 negros, depois de elegerem seu rei e sua rainha[380], como documentado por Marina de Mello e Souza:

> No Brasil existiram reis negros entre algumas comunidades afrodescendentes, fossem elas quilombolas ou grupos de trabalho, mas principalmente nas que se agrupavam em torno de irmandades leigas de devoção a determinados santos, com destaque para Nossa Senhora do Rosário e São Benedito. A principal atividade dessas irmandades, além daquelas relacionadas ao enterro dos irmãos, era a realização da festa anual em homenagem ao seu orago, ou seja, santo de devoção, e nela o rei desfilava em cortejo pela cidade, seguido de sua corte, de seus músicos, de seus dançadores, que podiam apresentar encenações.[381]

De acordo com Silvia Lara, a indicação mais antiga referente à coroação de reis do Congo no Brasil "consta do compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário da Vila de Igaraçu"[382], em 1711. Tais coroações eram precedidas pela eleição de um rei e, às vezes, também de governadores de várias etnias. A solenidade principal da coroação ocorria em templos e com danças; além disso, desfiles davam continuidade à festa, rememorando atos semelhantes nas Áfricas. Para essa autora, é possível interpretar a eleição desses reis como uma forma de "reativação de tradições africanas" na diáspora. Em sua abordagem sobre Alagoas, Irinéia M. Franco dos Santos documenta uma coroação de Rei do Congo durante a

---

emissários europeus, geralmente obtidas nas negociações com os comerciantes atlânticos, que tinham que oferecer aos chefes as mercadorias que mais lhes agradavam para obter as licenças para compra de escravos." Ver: SOUZA, Marina de Mello. Reis do Congo no Brasil, séculos XVIII e XIX. **Revista de História da USP**. São Paulo, n.152, p.79-98, jun. 2005.

[379] KIDDY, Elizabeth W. Quem é o rei do Congo? Um novo olhar sobre os reis africanos e afro-brasileiros no Brasil. In: HEYWOOD, Linda M. (Org.). **A diáspora negra no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2009, p.171.

[380] NEPOMUCENO, Nirlene. **Celebrações negras do ciclo natalino:** teias da diáspora em áreas culturais do Brasil e do Caribe. Tese (Doutorado em História Social), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011, p.55.

[381] SOUZA, op. cit., jun. 2005.

[382] LARA, Silvia Hunold. Significados cruzados: um reinado de congos na Bahia setecentista. In: CUNHA, Maria Clementina Pereira (Org.). **Carnavais e outras f(r)estas**. Campinas: Ed. Unicamp, Cecult, 2001, p.71-100.

Festa do Orago, realizada pela Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Anadia, no ano de 1824, ocasião em que foram apresentados alguns "folguedos", entre eles o próprio *quilombo*.[383]

Muitas vezes, essas nomeações eram vistas como momentos lúdicos e "aceitas" por serem realizadas por irmandades leigas, sem devoção a santos católicos. Como sinaliza Salloma Salomão, "As irmandades transformaram o momento de festa de Coroação de Reis e Rainhas [...] em verdadeiros eventos reais, de forma que agregasse africanos de origens diversas."[384] Entretanto, a existência desses reis e rainhas negros e a aparente independência dos negros em irmandades religiosas causavam irritação às autoridades constituidoras da hegemonia senhorial. Temia-se que esses líderes incentivassem rebeliões. Em Salvador, por exemplo, no ano de 1728, foi declarada ilegal a coroação durante os festejos do Rosário, alegando-se que os negros roubavam altares para decorar a festa e entravam na casa de muitos moradores para trazer os escravizados para as ruas.[385] No Rio de Janeiro também houve uma forte repressão contra a nomeação de reis negros, no entanto, eles se fizeram presentes ao longo da história. Evidentemente, esses reis tinham noção do poder local e temporal que exerciam enquanto líderes da população negra. Nas revoltas que envolveram negros muçulmanos no Nordeste brasileiro, nas primeiras décadas do século XIX, a participação de reis e rainhas nomeados em festas e rituais religiosos também foi notória.[386]

Mundos culturais criados por africanos e seus descendentes em situação de diáspora constituíram-se como modos de se refazerem social e culturalmente. Como expõe Zeca Ligiéro, "os africanos trouxeram para o Brasil formas celebrativas originárias de suas etnias e utilizavam suas performances como uma forma de "recuperar um comportamento"[387]. Na década de 1990, Alberto da Costa e Silva apontou uma lacuna nos estudos sobre diáspora africana no Brasil: a ausência de

---

[383] SANTOS, Irineia M. Franco dos. "De quilombos e de xangôs": cultura, religião e religiosidade afrobrasileira em Alagoas (1870-1911). **Mneme**. Caicó, vol.15, p.83-121, 2014.
[384] SILVA, Salloma Salomão Jovino da. **Memórias sonoras da noite:** musicalidades africanas no Brasil oitocentista. Tese (Doutorado em História), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005, p.217.
[385] KIDDY, Elizabeth W. Quem é o rei do Congo? Um novo olhar sobre os reis africanos e afro-brasileiros no Brasil. In: HEYWOOD, Linda M. (Org.). **A diáspora negra no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2009, p.173.
[386] Isso será discutido no segundo capítulo.
[387] LIGIÉRO, Zeca. **Corpo a corpo:** estudo das *performances* brasileiras. Rio de Janeiro: Garamond, 2011, p.135.

pesquisas com perspectivas basicamente africanas sobre *quilombos*, reisados, maracatus, irmandades católicas negras e candomblés que problematizassem a persistência e as adaptações de estruturas políticas africanas no Brasil. Costa e Silva indagou:

> Quem sabe se o maracatu não era, sob o disfarce de bloco festivo, o modo que tinha um rei oculto de mostrar-se aos seus ou de afirmar a sua presença? Quem sabe não se afirmava sua presença através de um chefe de palha?[388]

Nessa perspectiva, o maracatu se configura como uma "atualização da memória remota das cortes dos soberanos africanos e dos processos de cristianização da parte ocidental da África Negra"[389]. Como lembrou Luiz Gonzaga: "Meu avô lá no Congo/ Foi Rei Bantu/ Mas aqui sou rei do Maracatu".[390]

As coroações de reis e rainhas negros realizadas no Brasil durante o período escravista podiam ser tanto expressões religiosas "afrocatólicas" como reconfigurações sociopolíticas de origem africana, uma espécie de "reinados no exílio"[391]. Dessa forma, longe de ser uma "invenção", a tradição dos reis negros representa a continuação de um processo iniciado com a escravidão, em que tais figuras consistem num tipo de trunfo de uma estratégia contínua de preservar a ligação com a África. As manifestações culturais indígenas e afro-brasileiras reinventaram a ideia de reis e rainhas.

Nirlene Nepomuceno defende que essas manifestações, em vez de serem inspiradas nas memórias africanas, foram reavivadas no exílio.[392] Atesta ainda que "registros de viajantes oitocentistas mostram celebrações reunindo africanos e descendentes, durante o ciclo natalino, muitas delas com a coroação de reis e rainhas"[393], o que se tornou bastante recorrente em todo o continente americano e no Caribe. No México, por exemplo, em 1609, o franciscano Juan de Torqueada

---

[388] SILVA, Alberto da Costa e. O Brasil, a África e o Atlântico no século XIX. In: Idem. **Um rio chamado Atlântico:** a África no Brasil e o Brasil na África. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/Ed. UFRJ, 2003.
[389] SILVA, Salloma Salomão Jovino da. **Memórias sonoras da noite:** musicalidades africanas no Brasil oitocentista. Tese (Doutorado em História), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005, p.227-228.
[390] Luiz Gonzaga. **Adeus Rio de Janeiro/Rei Bantu**. Gravadora Victor. Formato: 78. 1950.
[391] SILVA, op. cit., 2005, p.208.
[392] NEPOMUCENO, Nirlene. **Celebrações negras do ciclo natalino:** teias da diáspora em áreas culturais do Brasil e do Caribe. Tese (Doutorado em História Social), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011, p.61.
[393] Ibidem, p.02.

assistiu a uma cerimônia de escolha de reis e rainhas, algo que voltaria a presenciar em 1612.[394] Nepomuceno também falou sobre celebrações do Dia de Reis nas Antilhas e no Uruguai.[395]

As celebrações de reis e rainhas negros na diáspora foram "ridicularizadas" por autoridades e religiosos, que os colocavam como "reis de fumaça" ou "reis imaginários". Todavia, eles "cumpriam um papel cujo significado fugia ao entendimento daqueles externos ao grupo, reunindo poder político e saberes ancestrais"[396]. Embora seus reis tenham sido "menosprezados", suas danças proibidas, seus instrumentos silenciados, seus ritmos tolhidos e seus cantos "ridicularizados", os costumes dos povos africanos da diáspora "estavam bastante enraizados para desaparecer"[397] e foram essenciais para a resistência à escravidão.

Segundo Alceu Maynard Araújo, o *quilombo* era uma celebração que "relembrava as lutas e o anseio de liberdade dos negros escravos que um dia se refugiaram nas florestas de palmares, criando os núcleos de Zambi, Subupira, Macaco, Ozengá e Andolaquituxe"[398]. Assim, a alusão à existência de um rei e uma rainha dos aquilombados[399] é um elo importante para a compreensão do significado político dessa manifestação cultural surgida nos tempos coloniais e que reavivava na memória de seus participantes o significado político e cultural da resistência palmarina.

Para Demian Moreira Reis, a "Dança do Quilombo", como assim descreveu, "deve ser pensada no contexto da cultura escrava das Alagoas da primeira metade do século XIX"[400]. Sua encenação se dava com uma luta entre negros – que roubavam alimentos e objetos, levando-os para os mocambos – e as tropas

---

[394] NEPOMUCENO, Nirlene. **Celebrações negras do ciclo natalino:** teias da diáspora em áreas culturais do Brasil e do Caribe. Tese (Doutorado em História Social), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011, p.54.
[395] Ibidem, p.72.
[396] Ibidem, p.63.
[397] NEPOMUCENO, Nirlene. **Celebrações negras do ciclo natalino:** teias da diáspora em áreas culturais do Brasil e do Caribe. Tese (Doutorado em História Social), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011, p.74.
[398] ARAÚJO, Alceu Maynard. **Folclore nacional**. São Paulo: Melhoramentos, 1964, p.391.
[399] Abelardo Duarte descreveu a indumentária do rei dos negros no *quilombo*, ela era composta por "gibão e calções de cetineta branca, peitoral azul enfeitado de espelhos, manto azul bordado, meias compridas, sapatos de couro com fivela dourada [...], tendo na cabeça uma coroa dourada" e uma espada na cintura. Já a rainha era uma menina ou moça branca ou morena que se trajava de branco, blusa ou saiote de cetineta ou cetim, com uma capa azul-marinho e enfeitada de aljôfares e berloque, também com uma coroa dourada na cabeça. Ver: DUARTE, Abelardo. **Folclore negro das Alagoas**. Maceió: Edufal, 2010, p.344.
[400] REIS, Demian Moreira. A dança do Quilombo: os significados de uma tradição. **Afro-Ásia**. Salvador, n.17, p.159-171, 1996.

coloniais, a qual terminava com a derrota e escravização dos negros. A figura do escravizado fugitivo que se transformava em quilombola era condizente com a conjuntura histórica, em que rebeldes se arriscavam "com a formação de mocambos, o saque de fazendas, o levante urbano e outras estratégias de lutas temidas pelas autoridades e população branca livre"[401]. Tudo isso, somado à tradição de quilombos na região alagoana desde Palmares, causava temor às autoridades. A encenação do *quilombo* podia significar afronta à hegemonia senhorial; em uma província recém-criada e com essa tradição de resistência escrava, tal prática tenderia a ser criminalizada.

Segundo Irinéia M. Franco dos Santos, o *quilombo* mantinha viva "a memória da Guerra de Palmares que, mesmo perdida pelos negros, apontava para o caminho da fuga como a ruptura e a rebelião temida pelos senhores de escravos"[402], por isso se considerou necessário criar uma legislação que reprimisse a realização dessa manifestação cultural de temática quilombola. Na cidade de Alagoas, por exemplo, houve um esforço para proibir o *quilombo*, promovido pelos negros na cidade e no interior em tempos de festas natalinas e nas celebrações de irmandades como a de Nossa Senhora do Rosário. Na Resolução nº 10 de 11 de julho de 1839, no artigo 11º, encontra-se:

> Fica proibido o bárbaro e imoral espetáculo denominado – *quilombo*. Os contraventores sofrerão a pena de oito dias de prisão e multa de dois mil réis, e sendo pessoas escravas serão seus senhores obrigados à multa somente.[403]

As manifestações culturais dos africanos e seus descendentes na diáspora foram qualificadas, muitas vezes, como "bárbaros costumes", que deveriam ser combatidos e exterminados, ou no mínimo segregados, para assim se evitar que adentrassem outros setores da sociedade.[404] Os *batuques*, termo depreciativo usado

---

[401] REIS, Demian Moreira. A dança do Quilombo: os significados de uma tradição. **Afro-Ásia**. Salvador, n.17, p.159-171, 1996.

[402] SANTOS, Irineia M. Franco dos. "De quilombos e de xangôs": cultura, religião e religiosidade afrobrasileira em Alagoas (1870-1911). **Mneme**. Caicó, vol.15, p.83-121, 2014.

[403] GALVÃO, Olympio Euzebio de Arroxellas; ARAUJO, Tiburcio Valeriano de. **Compilação das leis provinciaes das Alagoas** – 1835-1872. Maceió: Tipographia Commercial de Antonio Jose da Costa, 1874 , p.358. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=CE8MAAAAYAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false>.

[404] REIS, João José. Tambores e temores: a festa negra na Bahia na primeira metade do século XIX. In: CUNHA, Maria Clementina Pereira (Org.). **Carnavais e outras f(r)estas**. Campinas: Ed. Unicamp, Cecult, 2001, p.101-155.

para designar as danças e músicas dos negros escravizados e libertos[405], foram contidos, ou pelo menos houve tentativas de contê-los ao longo do século XIX.

As posturas municipais se constituem em importante fonte para o historiador que se debruça sobre o cotidiano da vida escrava do Brasil oitocentista, pois tais legislações normatizavam a sociedade, possibilitando assim entender os ideais dos dirigentes sociais e analisar as tensões que envolviam as manifestações culturais afrodiaspóricas.[406] As autoridades temiam a convivência em espaços de sociabilidade escrava e sentiam a necessidade de controlá-los, "os divertimentos não poderiam ocorrer a qualquer dia, em qualquer hora e de qualquer maneira"[407]. A população de escravizados e homens livres pobres de cor teciam sociabilidades e definiam regras inerentes a seus grupos, forjavam, assim, espaços para vivenciar suas culturas e cosmovisões, as quais muitas vezes iam de encontro aos interesses das elites.[408] Manifestações culturais de escravizados e libertos promoviam medo, e recomendava-se precaução aos brancos, sendo identificadas "como domínio exclusivo de africanos"[409]. Além disso, eram vistas como um obstáculo ao projeto de europeização dos costumes, o qual envolvia boa parte da elite brasileira.

Após as rebeliões *haussás* na Bahia, no ano de 1835, as gestões municipais em Alagoas e em outras regiões do Nordeste intensificaram a proibição dos batuques e ajuntamentos de escravizados nas vilas, cidades e sítios, evidenciando a preocupação que parte da classe senhorial hegemônica nutria com relação a rebeliões e fugas, já que a aglutinação de negros poderia ser elemento perigoso para a manutenção da "ordem"[410]. Nesse período, as autoridades brasileiras se mostravam ambíguas no que se refere às manifestações culturais protagonizadas por escravizados. Um dos exemplos mais emblemáticos é a posição dos Condes da Ponte e dos Arcos, na Bahia, onde "pipocavam" revoltas escravas: o primeiro optou

---

[405] MAIA, Clarissa Nunes. **Sambas, batuques, vozerias e farsas públicas:** o controle social de escravos em Pernambuco no século XIX (1850-1888). São Paulo: Annablume, 2008, p.102-103.
[406] SANTOS, Lídia Rafaela Nascimento dos. **Das festas aos botequins:** organização e controle dos divertimentos no Recife (1822-1850). Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011, p.18.
[407] Ibidem, p.101.
[408] Ibidem, p.102.
[409] REIS, João José. Tambores e Temores: a festa negra na Bahia na primeira metade do século XIX. In: CUNHA, Maria Clementina Pereira (Org.). **Carnavais e outras f(r)estas**. Campinas: Ed. Unicamp, Cecult, 2001, p.101-155.
[410] SANTOS, Irineia M. Franco dos. A caverna do diabo: ensaio romântico de Valeriano de Souza e as religiões afro-brasileiras em Alagoas, no séc. XIX. **Sankofa** - Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana. São Paulo, n.11, p.7-33, ago. 2013. Disponível em: <https://sites.google.com/site/revistasankofa/sankofa-11>. Acesso em: 23 maio 2014.

por uma "atitude de repressão aos negros, enquanto o segundo acreditou que a liberdade dos festejos africanos traria sossego nas senzalas e isolaria as 'nações' umas das outras"[411]. Entretanto, "nem a política do Conde da Ponte nem a do Conde dos Arcos evitaram as revoltas escravas que perturbaram ambos os governos"[412] e continuaram por todo o século XIX na Bahia, no Nordeste e em outras regiões do Império do Brasil.

O caráter plural das festas e celebrações negras provocava reações diferentes, levando em conta o local e o momento em que eram realizadas, o que se fazia nelas e quem delas participava (se eram africanos, crioulos, mestiços ou brancos, isolados ou misturados).[413] Assim, as autoridades brasileiras observavam o contexto político-social das manifestações culturais de africanos e seus descendentes na diáspora, procurando examinar a situação festiva em ambiente particular, os grupos étnicos envolvidos e os locais de realização. Desse modo, algumas manifestações foram permitidas, buscando integrá-las à sociedade organizada, aos espaços de festejos públicos e procissões religiosas. No entanto, outras foram consideradas intoleráveis, em sua maioria as que tinham participação exclusivamente de negros e índios.[414]

Clarissa Nunes Maia estuda as tentativas de controle social sobre escravizados em Pernambuco na segunda metade do século XIX e concebe os sambas, batuques e vozerias como "instrumentos de resistência" à escravidão. Os escravizados objetivaram assegurar os espaços conquistados "dentro do mundo dos senhores", preservando os vínculos com outros personagens que permeavam suas relações, brigavam "pelo direito ao lazer e de compartilhar as suas expressões culturais"[415]. Contrapuseram-se, assim, aos que os viam como "seres incapazes de atos mais elaborados". Recorrendo a posturas municipais, documentação policial e jornais, a autora procura demonstrar como as autoridades pernambucanas visavam controlar a vida dos escravizados e livres pobres, tentando "ordenar" cidades como

---

[411] MAIA, Clarissa Nunes. **Sambas, batuques, vozerias e farsas públicas:** o controle social de escravos em Pernambuco no século XIX (1850-1888). São Paulo: Annablume, 2008, p.104.
[412] REIS, João José. Tambores e Temores: a festa negra na Bahia na primeira metade do século XIX. In: CUNHA, Maria Clementina Pereira (Org.). **Carnavais e outras f(r)estas**. Campinas: Ed. Unicamp, Cecult, 2001, p.101-155.
[413] Ibidem, p.101-155.
[414] ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa. **Festas:** máscaras do tempo - entrudo, mascarada e frevo no carnaval de Recife. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1996, p.51.
[415] MAIA, op. cit., p.17.

Recife.[416] Entretanto, essa "ordem" foi apenas idealizada, pois tal população encontrou brechas nas legislações e construiu sociabilidades, solidariedades e identidades em suas manifestações culturais. Apesar das proibições, os povos africanos e seus descendentes renovaram suas tradições culturais na diáspora, criando novas identidades.

Aventa-se, neste momento, a ideia de que a cultura se constituiu como espaço para a resistência escrava, existindo uma luta constante entre a cultura dominante – que tem o intuito de desorganizar e reorganizar – e a cultura popular, aquela que se desdobra em resistência e superação. Analisando jornais alagoanos das décadas de 1870-80, nota-se uma série de matérias denunciando os ensaios e a organização de manifestações culturais de matrizes africanas, principalmente na cidade de Maceió. Em 1877, o jornal *O Telegrapho* publicou as seguintes linhas sobre o *quilombo*:

> Teve lugar véspera da festa da Sra. da Graça este estúpido e antiquário folguedo próprio de ser representado nos cercados de engenhos ou em pequenos lugarejos onde a civilização ainda não tenha aberto os olhos do povo.
> Admiramos que o Sr. Dr. Chefe de polícia, tão enérgico e prevenido, tivesse dado licença para tão descomunal folgança que, com quanto não causasse grande danos com tudo deu lugar a que os tais quilombolas garantidos pela ordem policial, na véspera da festa (por graça) fizessem pilhagem e no dia levasse o povo de trote, a ponto de ficar o Pedro Barraqueiro de papo para o ar servindo de capacho aos borbotões de povo que fugia dos tais **pretinhos do quilombo**.
> É estúpido, repetimos, e até vergonhoso que ainda hoje se reproduzam **cenas dos tempos coloniais** que existiam os almotacés, ouvidores e juízes de fora. Esperamos que seja esta a última vez que tal divertimento tenha lugar.[417]

Para controlar manifestações culturais como o *quilombo,* realizado em ruas e praças, tornava-se necessário recorrer à polícia. Dessa forma, eram "comuns os pedidos das autoridades locais para o reforço do 'policiamento' em tempos festivos"[418]. Mesmo assim, apesar das proibições a que foram submetidas através dos tempos, as manifestações culturais de matrizes africanas se mostraram

[416] Em Pernambuco, no século XIX, núcleos populacionais com mais de cinco mil habitantes eram considerados "cidades". Ver: Ibidem, p.45.
[417] O TELEGRAPHO. Maceió, 10 fev. 1877.
[418] SANTOS, Lídia Rafaela Nascimento dos Santos. **Das festas aos botequins:** organização e controle dos divertimentos no Recife (1822-1850). Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011, p.46.

resistentes e persistentes. A matéria de jornal citada anteriormente mostra outra faceta da escravidão brasileira, a da negociação e permissão da organização de festejos negros em alguns espaços, uma maneira encontrada pelas autoridades de conter possíveis episódios de insubordinação. Assim, o *quilombo* se fez presente nas ruas de Maceió como uma tradicional celebração negra de ciclo natalino.

Em duas publicações do jornal *O Orbe* existem denúncias sobre os ensaios do pastoril, as quais auxiliam no entendimento da "arena de tensões" em que se constituíam as manifestações culturais na Alagoas oitocentista. Na edição de 12 de agosto de 1881, pede-se:

> [...] a atenção da polícia para a proibição dos bailes pastoris que já principiam a ensaiar nesta cidade, para o mês de dezembro, os quais tem causado grandes distúrbios, e pelos quais a polícia já tem sido incomodada, e haja vista o que aconteceu no ano passado, em que a mesma polícia foi até embalada acabar com um destes bailes na rua do Comércio desta cidade.
> Em nome da moral e da sociedade que representamos, pedimos ao sr. Dr. Chefe de polícia providencias enérgicas para a proibição desses bailes ou divertimentos de especulações ruins, que nos causam nojo e ofendem aos bons costumes.
> Em tempo reclamamos essas providencias a quem pôde dar; e confiamos que as autoridades competentes se despertem em toma-las.[419]

Pode-se dizer que o direito de realizar manifestações culturais como o pastoril e o *quilombo* foi resultado da chamada "pressão escrava", já que se tornou impossível a proibição de tais momentos, que acabaram por se transformar em um fenômeno generalizado, extrapolando a comunidade africana. As medidas solicitadas no jornal *O Orbe* aparentemente não foram realizadas pelas autoridades de Maceió, pois queixas semelhantes voltaram a ser publicadas na edição de 31 de janeiro de 1883, que chamava "a atenção da polícia para os imorais divertimentos que, ainda depois de terminada a festa do Natal, continuam a fazer nessa capital"[420]. Os bailes pastoris na cidade contavam com a participação em massa de populações africanas e de seus descendentes, importantes na dinâmica das festas populares.

O pastoril integra o ciclo de festas natalinas do Nordeste brasileiro. Estudiosos atribuem sua origem à época medieval, sendo um evento clássico em

[419] O ORBE. Maceió, 12 ago. 1881.
[420] O ORBE. Maceió, 31 dez. 1883.

Portugal, onde era denominado "Auto de Presépio"[421]. No Brasil essa manifestação cultural passou por transformações, incorporando expressões culturais dos povos africanos, algo inerente a um território em contato com a diáspora atlântica. Sendo assim, é imprescindível analisar as conexões culturais, históricas, políticas e sociais surgidas a partir do "Sistema Atlântico", ou seja, do contato entre Europas, Áfricas e Américas "a partir do século XV até meados do século XIX, sendo que, nesse processo, a Europa não foi o único vértice do triângulo atlântico a ter um papel ativo no desenvolvimento do mundo daí surgido"[422].

Outras matérias de jornal auxiliam na compreensão da complexidade de se estudar a realização e a consequente repressão às manifestações culturais provenientes da diáspora africana. Clarissa Nunes Maia lembra que, em Recife, o "Auto do Bumba-Meu-Boi" incomodava muito a "classe privilegiada", que o via como um "brinquedo primitivo e grosseiro". Umas das críticas que se fazia a essa manifestação dizia respeito à forma satírica como o quadro social brasileiro era apresentado, sendo considerada "um mau exemplo na conservação da disciplina dos cativos"[423], pois, assim como no *quilombo*, os personagens escravizados eram tidos como "desordeiros e desobedientes", fugindo do estereótipo do "bom escravo".

Próximo ao Natal de 1882, o jornal *O Orbe* publicou queixas de um morador do bairro de Bebedouro, em Maceió, contra o *quilombo*:

> Do Bebedouro pedem-nos as linhas seguintes:
> Projeta-se n'esta povoação um-quilombo-brinquedo estupido, cujas consequências funestíssimas já se fizeram sentir aqui e n'essa capital onde a imprensa chegou a manifestar-se solicitando da polícia a proibição de tal divertimento incomodativo e perigoso, que altamente depõe de todos os princípios de civilização.
> Nada é mais ridículo atualmente do que um bando de homens tisnados e obrios, fingindo – negros – andar a roubar pelos quintais, destruir as benfeitorias que todos fazemos e desejamos conservar e sem respeito algum penetrar em nossas casas abusando de nossa condescendência e aproveitando-se de sua *máscara* para levar o que encontram sem ter cuidado de trazer, como prometem.

[421] VIEIRA, Marcilio de Souza; PORPINO, Karenine de Oliveira; NÓBREGA, Terezinha Petrucia da. Corpos Brincantes: a cultura corporal do pastoril potiguar. **Revista da Faculdade de Educação da UFRN**. Mato Grosso, n.14, ano VIII, p.97-116, jul./dez. 2010.
[422] NEPOMUCENO, Nirlene. **Celebrações negras do ciclo natalino:** teias da diáspora em áreas culturais do Brasil e do Caribe. Tese (Doutorado em História Social), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011, p.32.
[423] MAIA, Clarissa Nunes. **Sambas, batuques, vozerias e farsas públicas:** o controle social de escravos em Pernambuco no século XIX (1850-1888). São Paulo: Annablume, 2008, p.124.

> Ainda não está em memoria o tristíssimo espetáculo que presenciamos em um quilombo – aqui – executado por ocasião de uma festividade do Mártir S. Sebastião; foi um roubar deveras que atemorizou a população que nunca mais viu os objetos levados para o – rancho – e depois a embriaguez tocou ao seu auge, e os desacatos apareceram, terminando o brinquedo por distúrbios entre os quilombolas.
> Levamos este facto ao conhecimento do público confiados de que o ilustre snr. Dr. Chefe de polícia nos há de livrar de simelhante praga, não só por que muito convém ao nosso costumado sossego, como também porque tal divertimento é projetado por mera especulação e é uma semelhança das – *pomposas cavalhadas* – havidas aqui o ano passado pelo Natal, o que foi uma vergonha.
> Atenda-nos snr. Dr. Chefe de polícia.[424]

A indignação do morador do bairro simboliza a mentalidade de boa parte da elite brasileira oitocentista, de formação cultural europeia-cristã. Porém, tal queixa, ao mesmo tempo, mostra como as populações africanas e seus descendentes na diáspora foram estrategicamente perspicazes na preservação de suas culturas e cosmovisões. Práticas culturais como o *quilombo* foram maneiras de resistência e controle, pois dominar tais espaços estava na pauta das autoridades e elites maceioenses, não apenas para evitar desordens como também para imprimir uma imagem de civilizada à cidade.[425] "Mais do que vigiar as práticas de divertimentos populares para se controlar certos comportamentos desviantes, objetivava-se modificá-los."[426] No entanto, o *quilombo* continuou sendo uma manifestação cultural com o intuito de manter viva a memória de Palmares.

Rita de Cássia Barbosa de Araújo falou da importância de se atentar para o "repertório cultural comum", ou seja, para uma memória coletiva em que se reordena o mundo circundante. Um reordenamento "que se processa continuamente", cujos grupos sociais envolvidos "reproduzem suas existências, repensam ou modificam a realidade social e seu universo simbólico"[427], imaginando novas alternativas de vida em sociedade.

---

[424] O ORBE. Maceió, 6 dez. 1882.
[425] SANTOS, Lídia Rafaela Nascimento dos. **Das festas aos botequins:** organização e controle dos divertimentos no Recife (1822-1850). Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011, p.91.
[426] Ibidem, p.123.
[427] ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa. **Festas:** máscaras do tempo - entrudo, mascarada e frevo no carnaval de Recife. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1996, p.62.

Beatriz Nascimento relaciona os quilombos e suas memórias comunitárias. Em Carmo da Mata, Minas Gerais, se deparou com as "festas do Reinado"[428], por ela definidas como "uma dramatização das condições de vida dos habitantes negros, possíveis reminiscências traduzidas no código cultural"[429]. A autora não resume tal manifestação cultural a mero e simples festejo folclórico, pontuando que havia toda uma impregnação histórica nela, e levanta a hipótese de uma "continuidade histórica" entre os *quilombos* e suas representações nos dias atuais.

Na Bahia e em Sergipe também existiram/existem o que se pode chamar de manifestações culturais de temática quilombola: o *negro fugido* e o *lambe-sujo*, respectivamente. Realizado em períodos festivos de devoção a santos[430], o *negro fugido,* manifestação cultural característica do distrito de Acupe[431] – em Santo Amaro, Recôncavo Baiano –, constitui-se como uma rememoração da luta por liberdade nos tempos da escravidão na região e foi transmitido por gerações através da oralidade. Segundo Ana Maria de Aragão Ramos, trata-se de uma representação da memória coletiva sobre como aquela comunidade "elaborou a história da liberdade do escravo".[432] O *negro fugido* rememora as últimas décadas da escravidão no Brasil e a conquista da liberdade escrava em uma perspectiva popular, com o batuque simbolizando a liberdade vivida e trazendo a memória da quebra do cativeiro. Conforme Monilson dos Santos Pinto, há mais de um século os moradores de Acupe transformam as ruas do distrito "em um grande cenário a céu aberto, onde o Nego Fugido tece seu enredo sobre as lutas contra a escravidão e o processo de conquista da liberdade"[433].

Datado da virada do século XIX para o XX, o *negro fugido* é uma narrativa da liberdade escrava em que a "comunidade representa a fuga, o batuque, a captura de escravos, a trajetória até o rei para a compra da liberdade e, por fim, a liberdade escrava e a prisão do rei"[434], consistindo na última fase da representação. O *negro*

---

[428] Realizadas entre os meses de agosto e setembro.
[429] NASCIMENTO, Maria Beatriz. Kilombo e memória comunitária: um estudo de caso. **Estudos Afro-Asiáticos**. Rio de Janeiro, vol. 6-7, CEAA/UCAM, p.259-265, 1982.
[430] Enquadrava-se no ciclo de festas juninas, iniciando-se no dia de Santo Antônio. Ver: RAMOS, Ana Maria de Aragão. **Nego-fugido, representação da liberdade escrava no Recôncavo Baiano**. Dissertação (Mestrado em História Social), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1996.
[431] Comunidade de pescadores descendentes de escravizados da região.
[432] RAMOS, op. cit., p.13.
[433] PINTO, Monilson dos Santos. **Nego fugido:** o teatro das aparições. Dissertação (Mestrado em Artes), Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", São Paulo, 2014, p.7.
[434] RAMOS, op. cit., p.20.

fugido também se dá em três momentos: a fuga da população escravizada para os batuques, a captura pelos capitães do mato e a obtenção da liberdade através da compra da carta de alforria.

Ana Maria de Aragão Ramos descreve que, enquanto os escravizados fugidos dançavam e batucavam, ocorria a aproximação dos caçadores. Os "escravos em batuque", quando surpreendidos pelos capitães do mato, deitavam-se ao chão. O aceno dado por um dos soldados que acompanhavam o rei era "o aviso para que os caçadores atirassem, concretizando a captura"[435]. Assim, iniciava a segunda etapa da encenação, a caminhada em direção ao rei, para depositar a quantia arrecadada e comprar a alforria. Durante o trajeto, era entoada uma canção com o seguinte verso: "Sorta a nega iaiá/ ioiô!". Na terceira e última parte havia a negociação da liberdade dos escravizados. Em meio a um tumulto, ouviam-se gritos de "Quero a carta de alforria", prendia-se o Rei e exigia-se a carta. Dessa maneira, Ramos define o *negro fugido* como um espetáculo em que o enredo traz a "representação de alguns elementos integrantes da vida do escravo, [...] tecendo a concepção da população acupense sobre as relações sociais que permearam a sociedade" brasileira escravista[436], problematizando a liberdade escrava.

Monilson dos Santos Pinto pondera que o negro fugido rememora as revoltas e levantes escravos ocorridos na Bahia oitocentista, uma espécie de "história viva que se conta", não sendo só passado.[437] Portanto, há séculos o negro fugido transmite a história da resistência escrava no Recôncavo Baiano, "utilizando de recursos predominantemente visuais, sonoros, táteis e olfativos, partindo do pressuposto que são os elementos sensoriais e sensíveis que constituem a base da identificação social"[438] da comunidade. Isso, no dizer do nigeriano Esiaba Irobi, configura-se como uma "escrita performática"[439], por meio da qual é possível acessar significados e sentidos que remetem às origens africanas.

Outro verso entoado durante os batuques do *negro fugido* dizia: "Samba nego, sinhá não vem cá!!!", muito semelhante ao *quilombo* com o seu "Folga negro,

---

[435] RAMOS, Ana Maria de Aragão. **Nego-fugido, representação da liberdade escrava no Recôncavo Baiano**. Dissertação (Mestrado em História Social), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1996, p.27.
[436] Ibidem, p.40.
[437] PINTO, Monilson dos Santos. **Negro fugido:** o teatro das aparições. Dissertação (Mestrado em Artes), Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", São Paulo, 2014, p.79.
[438] Ibidem, p.142.
[439] IROBI, Esiaba. O que eles trouxeram consigo: carnaval e persistência da *performance* estética africana na diáspora. **Projeto História**. São Paulo, n.44, jun. 2012, p.273-293.

branco não vem cá". Nos tempos em que tais manifestações culturais eram realizadas, sentia-se o ser livre e a não existência de um senhor ou feitor. Assim, pode-se notar um circuito de manifestações culturais com temática quilombola que cantavam e dançavam a liberdade escrava durante o Brasil escravista, e que perduraram após a abolição.

O *lambe-sujo*[440], em Sergipe, é uma representação do embate entre negros e caboclos que ocorre anualmente no segundo domingo de outubro na cidade de Laranjeiras.[441] Também remetendo à história da resistência escrava, tal manifestação se inicia com a encenação da fuga dos engenhos e fazendas, quando o objetivo era despistar os capitães do mato e chegar aos quilombos. A sequência da representação se dá com os senhores de engenho contratando índios (exímios conhecedores das terras que serviam de rotas para as fugas) para recuperar os negros fujões e destruir os quilombos.[442] Assim, ocorre um combate em frente às cabanas dos lambe-sujos, onde as lideranças se enfrentam em uma luta de espadas. Os negros são derrotados, amarrados com cordas na altura da cintura e, com semblante abatido, veem suas cabanas serem incendiadas e desmoronarem. Em seguida, saem às ruas, conduzidos por um representante autóctone[443], pedindo dinheiro aos que assistiam para comprar a carta de liberdade.

No *lambe-sujo* os versos que embalavam os dias festivos também eram muito parecidos com os do *quilombo* e do *negro fugido*: "Samba negro, branco não vem cá/ Se vier é de levar"[444]. Essa manifestação cultural surgiu no século XIX com um grupo de escravizados alforriados "que se reuniam todos os anos e saíam às

---

[440] O nome "lambe-sujo" advém da camuflagem imposta pelo mel de cabaú à pele, um resíduo impuro extraído da cana-de-açúcar e que, no passado, auxiliou os negros escravizados, que o aplicavam sobre a pele e fugiam das fazendas. Ver: SANTOS, Mesalas Ferreira. ***Performance* e escárnio na festa do lambe-sujo de Laranjeiras/SE**. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Núcleo de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Sergipe, 2009, p.14.

[441] Segundo a pesquisadora Rusivania Santos Ferreira, o lambe-sujo é advindo dos povos bantus na diáspora atlântica, baseado nos episódios de destruição de quilombos, "mantém uma ligação direta com o cacumbi, que é um cortejo, um bailado guerreiro inspirado nas danças do congo. [...] Outra manifestação que tem ligação direta com o lambe-sujo é a taieira, por estar dentro do ciclo do Rei do Congo, as cerimônias de caráter religioso ou ainda as mais simples canções de origem africana". Ver: FERREIRA, Rusivania Santos. **Lambe-sujo e caboclinhos:** um espetáculo a céu aberto. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Teatro), Universidade Federal de Sergipe, Sergipe, 2011, p.30.

[442] Ibidem.

[443] SANTOS, op. cit., p.15.

[444] ROSA, Maria José. Identidade e cultura de etnias em Laranjeiras, Sergipe: representadas pela manifestação cultural de um povo – caboclinhos e lambe-sujos. **III Fórum Identidades e alteridades:** educação, diversidade e questões de gênero. Universidade Federal de Sergipe, *campus* Itabaiana, 11 e 13 nov. 2009.

ruas para comemorarem a liberdade, com músicas, danças e cachaça"[445], tradição que continuou sendo passada de geração em geração.

O *quilombo*, o *negro fugido* e o *lambe-sujo* são manifestações culturais de temática quilombola datadas dos séculos XVIII e XIX e que ainda se fazem presentes em algumas regiões dos estados de Alagoas, Bahia e Sergipe. Nesta pesquisa são compreendidos não como representações da "derrota" sofrida pelos negros perante a instituição escravista, e sim como práticas culturais de rememoração do projeto político da resistência escrava, por meio das quais as populações afrodiaspóricas mantinham vivo seu horizonte de liberdade, uma espécie de combustível para fugas, revoltas e busca pela alforria. Utilizavam espaços como ruas, praças e campos para serem palcos de suas atuações, retratando situações de fuga, formações de quilombos e saques a fazendas, acontecimentos inerentes ao cotidiano de luta contra a escravidão. São, portanto, manifestações que simbolizam a resistência dos antigos escravizados[446], reconfigurando identidades e transmitindo saberes.

Particularmente, entende-se aqui o *quilombo* como uma prática cultural[447] que preservava na memória popular os acontecimentos em torno da Guerra de Palmares. Entretanto, tal afirmativa não é um consenso entre os pesquisadores do tema. Segundo Demian Moreira Reis, existe uma polêmica entre os estudiosos (folcloristas, literatos, musicólogos e cientistas sociais) sobre a historicidade do então chamado "Auto de Quilombo", em decorrência da abordagem folclórica a que foi submetido.[448]

---

[445] FERREIRA, Rusivania Santos. **Lambe-sujo e caboclinhos:** um espetáculo a céu aberto. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Teatro), Universidade Federal de Sergipe, Sergipe, 2011, p.31.

[446] PINTO, Monilson dos Santos. **Negro fugido:** o teatro das aparições. Dissertação (Mestrado em Artes), Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", São Paulo, 2014, p.42.

[447] Utilizamos a expressão "prática cultural" para fazer referência ao *quilombo*, com isso, visamos nos distanciar de termos usados por alguns pesquisadores da temática (sobremaneira, os folcloristas) como "auto", "brinquedo" e "dança dramática", pois buscam folclorizar, tendendo a minimizar a importância do quilombo para a memória da resistência escrava em Alagoas. Concebe-se aqui a prática cultural como algo que une poesia, música, dança e teatro (oralidades e *performances*), assim, concordamos com a ideia apontada por Abdu Ferraz de que, entre os povos africanos e da diáspora africana, tudo está interligado, ou seja, não existem domínios autônomos: "Quando falamos em música na África, importa dizer que o conhecimento africano parte de um conceito unitário. Quer dizer, não temos divisão entre música, poema; a música está interligada ao poema, ou melhor, o poema está interligado à música, que está ligado à dança, à escultura, à pintura, que está ligado à luz etc., etc. Quer dizer, não podemos dissociar o poema da música, a música da dança, a dança da escultura, a escultura da pintura e da luz." Ver: FERRAZ, Abdu. Contos e tradições orais em culturas africanas. **Projeto História**. São Paulo, n.26, p.211-245, jun. 2003.

[448] REIS, Demian Moreira. A dança do Quilombo: os significados de uma tradição. **Afro-Ásia**. Salvador, n.17, 1996.

Alfredo Brandão concebe essa manifestação como "uma festa puramente alagoana que relembrava um dos fatos mais importantes da nossa história – a guerra de Palmares"[449]. Seguindo essa mesma linha de pensamento, Arthur Ramos também relaciona a prática cultural ao Quilombo dos Palmares, localizando sua historicidade no "inconsciente coletivo" dos negros em Alagoas e sugerindo uma continuidade na memória popular. Para esse autor, constituía-se de um auto de sobrevivência histórica dos negros no Brasil que mostrava "um flagrante exemplo da gênese e do desenvolvimento das canções de gesta e de feitos heroicos que passaram ao inconsciente popular"[450].

Mário de Andrade se distanciou das abordagens citadas anteriormente; ele não concebia uma ligação direta entre Palmares e a prática cultural *quilombo*, pois interpretava esse auto como uma tradição advinda das cavalhadas e cheganças.[451] O autor dialogava com vários folcloristas e pesquisadores (sociólogos, musicólogos e linguistas) de dentro e fora do país, tendo como base a concepção de "nacionalismo cultural", refundando a tríade de influências indígenas, africanas e europeias na cultura brasileira.[452] Sendo assim, vale ressaltar que Andrade "tinha uma visão reducionista, fragmentada e generalizada das manifestações de cultura, e pretendia encaixá-las num modelo modernista, transformando-as em bens de consumo"[453]. Os estudos de Andrade, na concepção de Silvia Lara, estavam situados na ponta de uma tradição folclorista e transformavam a memória escrava em uma "cortina de fumaça" manipulada pelos senhores.[454]

Oneyda Alvarenga defende a hipótese de a prática cultural ter sido inspirada em outros quilombos, mas não particularmente no de Palmares, de maneira que "descarta o argumento geográfico sustentado por Alfredo Brandão e Arthur Ramos, que se baseiam na coincidência do auto tematizar *quilombo* e ao mesmo tempo se

---

[449] BRANDÃO, Alfredo. **Viçosa de Alagoas:** o município e a cidade (notas históricas, geographicas e arqueológicas). Recife: Imprensa Industrial, 1914, p.95.
[450] RAMOS, Arthur. **O folclore negro no Brasil**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2007, p.51.
[451] ANDRADE, Mário de. As danças dramáticas do Brasil. **Boletim latino-americano de música**. Rio de Janeiro: Instituto Interamericano de Musicologia, 1947, p.56.
[452] SILVA, Salloma Salomão Jovino da. **Memórias sonoras da noite:** musicalidades africanas no Brasil oitocentista. Tese (Doutorado em História), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005, p.343.
[453] PINTO, Monilson dos Santos. **Negro fugido:** o teatro das aparições. Dissertação (Mestrado em Artes), Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", São Paulo, 2014, p.103.
[454] LARA, Silvia Hunold. Significados cruzados: um reinado de congos na Bahia setecentista. In: CUNHA, Maria Clementina Pereira (Org.). **Carnavais e outras f(r)estas**. Campinas: Ed. Unicamp, Cecult, 2001, p.71-100.

originar em Alagoas, onde existiu Palmares"[455]. Edson Carneiro identifica uma suposta "manipulação branca" no *quilombo* com o intuito de controlar a resistência escrava, negando a historicidade popular da prática cultural. Segundo o autor, essa prática seria "uma adaptação semierudita dos autos dos congos para comemorar a vitória das armas luso-brasileiras contra o Quilombo dos Palmares"[456].

Theo Brandão, estudando o *quilombo* na cidade de Maceió nos anos de 1950, argumenta que as populações não guardavam a "menor lembrança da república negra e a guerra que a ela foi movida"[457]. Já Antônio Alexandre Bispo, pesquisador da Academia Brasil-Europa de Ciência e Cultura, segue na linha dos estudos que visavam descaracterizar a ligação da prática cultural *quilombo* com Palmares. Para ele, "trata-se de mais um mal-entendido histórico causado por uma obsessão de natureza antropológica de cunho biológico"[458]. Dessa forma, o pesquisador acredita que, por motivos históricos, o *quilombo* foi adaptado a uma estrutura herdada da cultura europeia e que não podem ser ignoradas as tradições europeias medievais.

Pesquisando o "folclore negro de Alagoas", Abelardo Duarte dedica um capítulo de seu livro ao estudo do *quilombo*, aproximando-se das ideias de Arthur Ramos. Duarte o concebe como uma "sobrevivência histórica", pois procurava evocar episódios da guerra palmarina, descrevendo-a resumidamente como uma luta "simulada entre negros, os quilombolas e caboclos, simbolizando os seus perseguidores índios, pela posse da rainha dos negros, uma moça branca que fora raptada, conforme a lenda existente, filha de um senhor de engenho"[459]. Para Abelardo Duarte, a participação dos caboclos se deve à inclusão de indígenas nas tropas de expedição organizadas pelo governador Dom Pedro de Almeida, e também era uma represália dos índios ante o saque e pilhagem dos quilombolas palmarinos nas suas aldeias.[460] Assim, afirma que a "participação decisiva dos

---

[455] REIS, Demian Moreira. A dança do Quilombo: os significados de uma tradição. **Afro-Ásia**. Salvador, n.17, p.159-171, 1996.
[456] CARNEIRO, Edson. **Dinâmica do folclore**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965, p.187.
[457] BRANDÃO, Theo. **Quilombo**. Rio de Janeiro: Funarte, 1978, p.5.
[458] BISPO, Antônio Alexandre. Da suposta rememoração das lutas do Quilombo dos Palmares no Folguedo Quilombo de Alagoas. **Revista Brasil-Europa: Correspondência Euro-Brasileira**. S.l., n.11, 1991. Disponível em: <http://www.revista.akademie-brasil-europa.org/CM11-09.htm>. Acesso em: 14 abr. 2014.
[459] DUARTE, Abelardo. **Folclore negro das Alagoas**. Maceió: Edufal, 2010, p.346.
[460] Segundo Dirceu Lindoso, "acabada a guerra sesmeira contra os mocambos permanentes nas matas palmarinas, os índios receberam tratos de terras para localizarem aldeias, ficando sob a chefia de um comandante militar ou capitão mor dos índios. O recrutamento dos índios e militarização das

índios nas entradas que liquidaram com o reduto negro, e arraigada na mente das populações, não deve ser desprezada"[461].

Nos anos de 1980, Dirceu Lindoso, ao analisar o *quilombo* em seu clássico livro "A utopia armada", demonstrou-se seduzido pelas abordagens folclóricas, principalmente pelo trabalho de Theo Brandão, concordando com ele em muitos aspectos. Lindoso afirmou não saber "até onde o conteúdo dessa peça popular pode relembrar, em sua inteireza, o fato da guerra contra o Quilombo dos Palmares do século XVII, a não ser por certas analogias"[462], como: o nome *quilombo*, a presença de guerreiros e um rei negro, a referência contra os brancos na copla, a derrota do rei negro e a destruição do quilombo. Esse pesquisador descreveu como um absurdo os escravizados narrarem pela "dança e pelas coplas de desafio sua própria derrota e inferioridade, frente agora a brancos e seus aliados índios"[463]. Problematizou, assim, uma possível "manipulação branca" na prática do *quilombo*, uma versão de brancos dominadores.

Na presente pesquisa, no entanto, considera-se que muitos equívocos foram cometidos pelos pesquisadores citados anteriormente, pois em sua maioria estudavam as manifestações culturais de matrizes africanas com ótica europeia. Salloma Salomão Jovino da Silva dá outra interpretação para as expressões culturais africanas e de seus descendentes na diáspora. Entendendo musicalidade e oralidade como "formas diferenciadas de sociabilidade e elementos fundamentais das culturas africanas ressurgidas na diáspora", ele coloca que,

> Ao longo do século XX, as presenças das populações de descendentes africanos cada vez mais passaram a ser percebidas pelo viés folclórico. O folke negro ao olhar dos especialistas, penetrava fundo na criação do sentimento e da identidade nacionais pela via da do espetáculo popular. As "reminiscências africanas" tornaram-se o elo cultural imprescindível, dando um sentido de "povo", a uma amálgama disforme e incompleta.[464]

---

aldeias é um processo que teve seu início no século XVI, e na região nordestina se acentuou durante o século XVII". Ver: LINDOSO, Dirceu. **A utopia armada:** rebelião de pobres nas matas do tombo real. Maceió: Edufal, 2005, p.115.

[461] DUARTE, Abelardo. **Folclore negro das Alagoas**. Maceió: Edufal, 2010, p.347.

[462] LINDOSO, Dirceu. **A utopia armada:** rebelião de pobres nas matas do tombo real. Maceió: Edufal, 2005, p.289.

[463] Ibidem, p.290.

[464] SILVA, Salloma Salomão Jovino da. **Memórias sonoras da noite:** musicalidades africanas no Brasil oitocentista. Tese (Doutorado em História), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005, p.12.

Lendas, cânticos, contos e folguedos emergiram para, supostamente, se inscreverem no desenho de futuro da nação. Entretanto, segundo Edouard Glissant, "a folclorização recobre a superfície do que se agita nas profundezas. Trata-se de uma aparência enganosa"[465], ou seja, busca-se colocar a cultura em um plano em que as tensões sociais não apareçam, descrevendo hábitos e práticas de memórias populares relegando-os "ao exótico, ao folclore, às margens da nação e de sua restrita cultura nacional legitimada, marcas de tensões e lutas culturais encobertas, que urge escavar"[466]. Assim sendo, nas pesquisas dos folcloristas é possível vislumbrar "rastros de memórias e histórias a serem decodificadas sem fragmentações" e atentar "para suas condições histórico-culturais de produção e transmissão"[467]. Como problematiza Nirlene Nepomuceno:

> Acompanhar festas negras dos séculos XVIII e XIX implica lê-las através das lentes de pessoas que, decerto, permaneceram estranhas às suas criações, pessoas que pouco ou nada conheciam das história e cultura dos grupos étnicos africanos nelas envolvidos. A filtragem dessas lentes, porém, levam a indícios que permitem supor ou estabelecer vínculos com formas e práticas culturais que permeiam as sociedades africanas e cujos sentidos são bem mais profundos do que uma mera diversão.[468]

Algumas das ideias levantadas em torno da prática cultural *quilombo* são genéricas e deixam a questão da memória de Palmares em segundo plano. Por isso se considera importante desenvolver tal análise, uma vez que as manifestações dos povos da diáspora africana estavam entre os poucos momentos em que a memória da resistência à escravidão podia ser propagada. Logo, entende-se essa prática cultural como ingrediente ativo da história social e espaço onde se trava uma batalha de memórias, contrapondo-se ao discurso de uma historiografia oficial, como o do Instituto Arqueológico e Geográfico de Alagoas, por exemplo.

---

[465] GLISSANT, Edouard. **Introdução a uma poética da diversidade**. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2005, p.136.
[466] ANTONACCI, Maria Antonieta. Corpos sem fronteiras. In: Idem. **Memórias ancoradas em corpos negros**. São Paulo: EDUC, 2014, p.113-153.
[467] Ibidem, p.113-153.
[468] NEPOMUCENO, Nirlene. **Celebrações negras do ciclo natalino:** teias da diáspora em áreas culturais do Brasil e do Caribe. Tese (Doutorado em História Social), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011, p.154.

Hampâté Bâ ensinou que uma das peculiaridades da memória de povos africanos está na maneira de reconstruir o "acontecimento ou a narrativa registrada em sua totalidade, tal como um filme que se desenrola do princípio ao fim, e fazê-lo no *presente*"[469], não se tratando de recordar, mas sim de trazer ao presente um evento passado, em que todos participam, os narradores e a audiência. Os saberes dos africanos e seus descendentes na diáspora se "mantiveram ao longo do tempo e expressaram marcas culturais não como 'resto' ou 'resíduo', mas como vivências, pois não ficaram isolados do contexto social"[470].

Memórias estão contidas em inúmeras formas de oralidade advindas dos povos africanos e seus descendentes no Novo Mundo. Nesse sentido, pode-se dizer que a prática cultural *quilombo* se configurou como uma **arte da memória negra sobre Palmares**. Em "Memórias ancoradas em corpos negros", Maria Antonieta Antonacci afirma que a diáspora africana trouxe consigo corpos forjados em culturas orais que vivenciavam memórias corporais, algo que não lhes foi expropriado. Dessa forma, refizeram-se, colorindo, ritmando e reinventando os universos culturais brasileiros. Os cativos "sob chicotes e castigos trabalharam, conservando mentes para fugas e rebeliões, reinventando seu vibrante e festivo universo cultural no Novo Mundo"[471].

A autora questiona o expansionismo europeu perante a negação da sensibilidade e do talento de homens, mulheres e crianças que migraram compulsoriamente de suas terras para serem escravizados no Novo Mundo. Assim, acompanha como os povos africanos retomaram seus saberes, fazeres e tradições, "pluralizando corpos e mentes, culturas e linguagens que fortalecem a condição humana"[472]. Em festas protagonizadas por escravizados e libertos, "identidade e solidariedade coletivas eram potencializadas através de rituais que afirmavam os valores e exorcizavam as dores do grupo"[473]. Instaurava-se um clima extraordinário de liberdade em que ocorria uma espécie de reversão ritual do mundo que os escravizados rebeldes desejavam perpetuar.

---

[469] HAMPÂTÉ BÂ, Hamadou. A tradição viva. In: KI-ZERBO, Joseph. **História geral da África I:** metodologia e pré-história da África. São Paulo: Ática/ Unesco, 1980, p.181-218.
[470] AZEVEDO, Amailton Magno. **Sambas, quintais e arranha-céus:** as micro-áfricas em São Paulo. São Paulo: Olho d'Água, 2016, p.24.
[471] ANTONACCI, Maria Antonieta. **Memórias ancoradas em corpos negros**. São Paulo: EDUC, 2014, p.113-153.
[472] Ibidem, p.30.
[473] REIS, João José. Quilombos e revoltas escravas no Brasil. **Revista USP**. São Paulo, n. 28, p.14-39, dez./fev. 1995/1996.

As “festas negras” eram vividas pelos escravizados com diversos fins, sentidos e resultados. Oportunidades de celebrar valores culturais trazidos de Áfricas e os que aqui foram criados, serviam “para preencher as poucas horas de folga ou para acolher os que fugiam das horas de trabalho”[474]. A partir das festas e em torno delas tornavam-se possíveis: rituais de identidade étnica, reuniões solidárias de escravizados e libertos, competições e conflitos entre os festeiros e ensaios e conspirações de revoltas contra a instituição escravista.

Desse modo, apesar da escravidão, os escravizados não se deixaram dominar pelo medo. Em seus batuques, suas danças e canções, propuseram significados de liberdade – como na manifestação cultural *quilombo* – e assustaram seus opressores. As gestualidades movidas pelas musicalidades e danças são, para os grupos negros da diáspora, formas de saber que se expressam como arte, comunicação e pensamento em contraposição a discursos e políticas de marcas ocidentais.[475]

O *quilombo* vem sendo descoberto pela produção historiográfica recente. Além de Irinéia Santos, que trata do tema em artigos publicados em revistas acadêmicas[476], essa manifestação cultural também é problematizada por Flávio dos Santos Gomes. Buscando compreender a apropriação em torno da figura de Zumbi dos Palmares através dos tempos, ele pergunta: o *quilombo* poderia ser uma porta de entrada para pensar “permanências no lugar de esquecimentos e silêncios? Palmares, Zumbi, Ganga-Zumba, tratado de paz, ataques finais, comitivas seriam agora ritualizados numa espécie de auto popular?”[477]

A memória de Palmares está na música, na teatralidade, na dança e na oralidade da prática cultural *quilombo*. É correta a hipótese defendida por alguns folcloristas de que o *quilombo* era uma reminiscência de Palmares, levando em conta os fatores geográficos e históricos. Assim, para melhor entendimento da questão, torna-se necessário analisá-la dentro de uma perspectiva decolonial de poderes e saberes, procurando tornar audíveis as memórias de Palmares

---

[474] REIS, João José. Tambores e temores: a festa negra na Bahia na primeira metade do século XIX. In: CUNHA, Maria Clementina Pereira (Org.). **Carnavais e outras f(r)estas**. Campinas: Ed. Unicamp, Cecult, 2001, p.101-155.

[475] AZEVEDO, Amailton Magno. **Sambas, quintais e arranha-céus:** as micro-áfricas em São Paulo. São Paulo: Olho d’Água, 2016, p.21.

[476] Ver por exemplo: SANTOS, Irineia M. Franco dos. “De quilombos e de xangôs”: cultura, religião e religiosidade afrobrasileira em Alagoas (1870-1911). **Mneme**. Caicó, vol.15, p.83-121, 2014.

[477] GOMES, Flávio dos Santos. **De olho em Zumbi dos Palmares:** histórias, símbolos e memória social. São Paulo: Claro Enigma, 2011, p.85.

obliteradas pela escrita oficial do século XIX. As práticas culturais da diáspora africana foram racializadas e desmoralizadas por culturas e políticas eurocêntricas, desaparecendo nas dobras dos discursos e intervenções colonialistas e imperialistas.

Concebendo o folclore como um ingrediente ativo da história social e local em que a memória de determinada população se perpetua[478], entende-se nesta pesquisa que o *quilombo* era um dos poucos momentos em que as memórias de Palmares e de outros aquilombados eram contadas pelos povos africanos da diáspora. Advindos de matrizes herdeiras de culturas orais, exploravam seus corpos, músicas e performances como instrumentos de preservação de suas memórias, se contrapondo ao discurso histórico oficial do oitocentos, que representava o discurso senhorial. A história dos negros escravizados "não interessava a seus senhores", ela inexistia na consciência deles, criando-se "até a parêmia que dizia: 'o que o negro diz não se escreve'"[479].

Refletindo sobre as culturas advindas de matrizes africanas, Viviane Lima de Morais escreve:

> O maior desafio ao desenvolver um estudo sobre culturas transpopulares reside no desvendar de suas expressões sem extirpar as profundas complexidades. Cada ritual, gesto, fala e modos de fazer envolvem uma série de saberes e aprendizados adquiridos na prática cotidiana, no viver de cada um com o seu grupo e o grupo com cada um. Por essa razão, os modos de olhar, os métodos e metodologias utilizados para nos aproximarmos de suas práticas culturais devem estar fundamentados com equivalente grau de complexidade. Com atenção a detalhes e indícios latentes.[480]

A prática cultural *quilombo* foi folclorizada por alguns pesquisadores da temática, que a colocaram em um local inerte e isolado da memória social. Em contrapartida, é importante trazer para o debate a ideia de Frantz Fanon, também trabalhada por Stuart Hall: a de que a cultura nacional não pode ser folclore e a tradição não é algo imutável, sendo sempre reinventada. Para consolidar outras

---

[478] THOMPSON, Edward Palmer. Antropologia e história social. In: Idem. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas: Ed. Unicamp, 2001, p.243.
[479] LINDOSO, Dirceu. **A utopia armada:** rebelião de pobres nas matas do tombo real. Maceió: Edufal, 2005, p.286.
[480] MORAIS, Viviane Lima. **Da subjetividade do homem à materialidade do boi**: recriando Áfricas na Diáspora. Tese (Doutorado em História Social), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009, p.24

visões de mundo e formas de saber, as práticas culturais provenientes da diáspora africana precisam ser compreendidas como um "conjunto dos esforços feitos por um povo no plano do pensamento para descrever, justificar e cantar a ação através da qual esse povo se criou e se mantém em existência"[481]. Elas eram espaços privilegiados para a preservação da memória dos povos africanos dizimados. Para Edgardo Lander, caracterizar as "expressões culturais como 'tradicionais' ou 'não modernas', como em processo de transição em direção à modernidade, nega-lhes toda possibilidade de lógicas culturais ou cosmovisões próprias"[482].

O corpo africano na diáspora atlântica carregou experiências e saberes. Nepomuceno expõe que os africanos que vivenciaram o tráfico trouxeram consigo "memórias e formas de fazer e de ver o mundo que lhes possibilitaram, por meio de ritos, ritmos, música, religiosidade, culto aos ancestrais etc., sobreviver e reconectar-se nas Américas com a terra apartada"[483]. Além disso, incorporaram novos elementos resultantes do contato com outros universos culturais que mostravam correspondência com seus valores. Ao estudar o *lambe-sujo* em Laranjeiras/SE, Mesalas Ferreira dos Santos enfatiza a importância do corpo nessa manifestação cultural de temática quilombola, colocando-o "como peça fundamental para entender o seu funcionamento e suas implicações, sobretudo, na ressignificação da própria estrutura social"[484].

Nas performances de origem africana "o corpo é o centro de tudo"; movendo-se em múltiplas direções, "ondula o torso e se deixa impregnar pelo ritmo percussivo. A dança que subjuga o corpo nasce de dentro para fora e se espalha pelo espaço em sincronia com a música"[485]. As performances culturais definem gestos e palavras, entendidos como códigos que qualificam e atribuem sentidos. Monilson dos Santos Pinto, que estuda o *negro fugido* no Recôncavo Baiano, trabalha com a ideia de memórias incorporadas, defendendo que manifestações

---

[481] FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2005, p.268.
[482] LANDER, Edgardo. Ciências Sociais: saberes coloniais e eurocêntricos. In: Idem. **A colonialidade do saber:** eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005, p.37.
[483] NEPOMUCENO, Nirlene. **Celebrações negras do ciclo natalino:** teias da diáspora em áreas culturais do Brasil e do Caribe. Tese (Doutorado em História Social), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011, p.05.
[484] SANTOS, Mesalas Ferreira. ***Performance* e escárnio na festa do lambe-sujo de Laranjeiras/SE**. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Núcleo de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Sergipe, 2009, p.20.
[485] LIGIÉRO, Zeca. **Corpo a corpo:** estudo das performances brasileiras. Rio de Janeiro: Garamond, 2011, p.131.

como essa, através de discursos polifônicos, corpos negros em diáspora e culturas orais, metamorfoseiam e atribuem "novos significados ao período da escravidão no Brasil"[486]. Como sinaliza Salloma Salomão, nos corpos dos praticantes de uma dança, o batuque torna-se "uma prática de interiorização de memórias"[487]. Assim, é possível perceber as danças africanas da diáspora como parte integrante das musicalidades, sendo abordadas como saberes seculares, e não sob a dicotomia alma e corpo.

As experiências vividas por povos africanos e seus descendentes em diáspora são transformadas em movimentos nas suas variadas práticas culturais, o que ressalta a importância do corpo nessa questão. Portanto, "a dança não está separada da vida do indivíduo, ao contrário, emana espontaneamente dele"[488]. Para Esiaba Irobi, as tradições culturais africanas sempre foram transmitidas de geração a geração por meio da inteligência do corpo, antes e depois da escravidão. Esse pensador nigeriano entende o corpo como "um local de múltiplos discursos para esculpir a história, memória, identidade e cultura"[489] de determinado povo ou sociedade. Seguindo essa concepção, Nepomuceno expõe que os povos africanos e seus descendentes socializam-se através de tradições orais em que seus corpos são o suporte comunitário de memórias que possibilitam transmitir e preservar testemunhos, poéticas e saberes.[490] Segundo Beatriz Nascimento, a memória é o

> [...] conteúdo de um continente, de sua vida, de sua história, do seu passado. Como se o corpo fosse o documento. Não é à toa que a dança para o negro é um momento de libertação. O homem negro não pode estar liberto enquanto ele não esquecer o cativeiro, não esquecer no gesto que ele não é mais um cativo.[491]

---

[486] PINTO, Monilson dos Santos. **Negro fugido:** o teatro das aparições. Dissertação (Mestrado em Artes), Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", São Paulo, 2014, p.40.
[487] SILVA, Salloma Salomão Jovino da. **Memórias sonoras da noite:** musicalidades africanas no Brasil oitocentista. Tese (Doutorado em História), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005, p.57.
[488] NEPOMUCENO, Nirlene. **Celebrações negras do ciclo natalino:** teias da diáspora em áreas culturais do Brasil e do Caribe. Tese (Doutorado em História Social), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011, p.145.
[489] Ibidem, p.173.
[490] Ibidem, p.172.
[491] Raquel Gerber (Dir.). **Ôrí**. Documentário (91 min). Angra Filmes, 1989. O documentário aborda os movimentos negros no Brasil entre as décadas de 1970 e 1980, passando pela relação entre Brasis e Áfricas; tem o quilombo como ideia central, e como fio condutor a trajetória de vida de Beatriz Nascimento.

O corpo negro se constitui e se redefine na experiência da transmigração. Assim, se transforma no principal documento das travessias, forçadas ou não, dos povos africanos em diáspora. O corpo negro se move por essa cartografia cultural do Mundo Atlântico, "consciente ou inconscientemente, em transe ou em trânsito, embalado em trilhas sonoras do Atlântico negro"[492]. Entendendo o corpo negro como portador de "carências radicais de liberdade", Alex Ratts, em diálogo com a obra de Beatriz Nascimento, afirma: "O corpo negro pode ser, também em parte, aquele que foge, mas que conquista temporadas de tranquilidade, aquele que se recolhe no terreiro e sai da camarinha refazendo, em movimento, narrativas de divindades"[493]. Maria Antonieta Antonacci vê o corpo como "arquivo vivo de memórias sem fronteiras"[494]. Dessa maneira, entende-se aqui que o *quilombo* revive memórias e histórias de Palmares, conservadas na literatura oral dos povos da diáspora africana que habitaram a região alagoana.

Tais povos elaboraram um conhecimento na contramão, e atentar para ele possibilita a desconstrução de imagens produzidas na colonialidade, conceito este que abarca não apenas a ideia de domínio social-político-jurídico das colônias, mas também questões epistemológicas advindas de uma visão etnocêntrica. Os povos africanos e seus descendentes na diáspora contradisseram a ideia de submissão absoluta e tábua rasa, tecendo memórias e reconstituindo laços de afinidade, compadrio e solidariedade, em substituição "àqueles esgarçados pelo aprisionamento e exílio, e reorganizaram-se, na medida do possível, de acordo com seus dispositivos e tradições culturais de origem"[495]. Desse modo, compreende-se que a prática cultural *quilombo* foi um dos vários espaços desenvolvidos pelas populações afrodiaspóricas com o intuito de preservar suas memórias de luta e resistência contra a escravidão, mantendo vivo o seu horizonte de liberdade.

O *quilombo* é um saber extraocidental e, assim como outras práticas culturais de matrizes africanas, subverte os modelos culturais tradicionais orientados

---

[492] RATTS, Alex. **Eu sou atlântica**: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. São Paulo: Imprensa Oficial, 2006, p.68.
[493] Ibidem, p.66.
[494] ANTONACCI, Maria Antonieta. Corpos negros desafiando verdades. In: Idem. **Memórias ancoradas em corpos negros**. São Paulo: EDUC, 2014, p.155-183.
[495] NEPOMUCENO, Nirlene. **Celebrações negras do ciclo natalino:** teias da diáspora em áreas culturais do Brasil e do Caribe. Tese (Doutorado em História Social), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011, p.05.

para a nação[496], possibilitando uma memória alternativa àquela propagada pelo Instituto Arqueológico Geográfico Alagoano, por exemplo, dotada de uma "epistemologia colonial". As culturas afrodiaspóricas descentram os modelos ocidentais/europeus, que constituem uma história nacional europeia. No caso do IAGA, criou-se uma memória de Palmares marginalizando os quilombolas e os colocando como inimigos, ou seja, como o "outro", algo que era perigoso para a recém-emancipada Alagoas. Atentar para as tradições orais de culturas africanas na diáspora permite superar padrões monopolizadores e hegemonias preconceituosas.

O *quilombo* constituiu-se como um espaço de reavivamento do espírito de luta quilombola, verificado em Palmares e em outros episódios de resistência escrava ocorridos na região ao longo dos séculos em que perdurou a escravidão. A resistência escrava foi negligenciada pelo projeto de "história nacional", encabeçado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) a partir de sua fundação, em 1838, também recorrente nos institutos regionais posteriormente fundados. Nas páginas a seguir essa temática será discutida mais detalhadamente, tendo como eixo norteador a análise das narrativas sobre Palmares encontradas na Revista do Instituto Arqueológico Geográfico de Alagoas entre 1872 e 1900.

[496] HALL, Stuart. **Da diáspora:** identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Ed. UFMG/ Unesco, 2006, p.36.

CAPÍTULO III - "ACREDITARAM TEL-OS DESTRUÍDO; ENFIM ELES PERMANECERAM INCOMODANDO E RAPINANDO": AS NARRATIVAS SOBRE PALMARES NA REVISTA DO IAGA (1872-1901)

Pensar a história foi uma das características da sociedade do século XIX. No entanto, a produção historiográfica ali desenvolvida estaria vincada por uma profunda marca elitista, de modelo europeu, herdeira de uma tradição iluminista e comprometida com o desvendamento da gênese da nação brasileira, que seria institucionalizada com a criação, em 1838, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Estava em curso o projeto de desenvolvimento de uma "história nacional" que buscava a produção de um saber capaz de viabilizar uma determinada "ordem".

Um foro privilegiado para se rastrear esse processo é a revista do IHGB, editada a partir de 1839. É possível identificar três temáticas fundamentais que permeiam as publicações: a problemática indígena; as viagens e explorações científicas; e o debate da história regional. Esta última evidenciava um projeto centralista da instituição; a partir do IHGB, no Rio de Janeiro, a leitura dessas histórias regionais foi empreendida de forma pretensiosa, querendo reunir "na capital da monarquia todos os conhecimentos relativos às províncias"[497].

Além disso, as publicações do IHGB imputavam à presença africana no Brasil o atraso do país na questão da civilidade – a escravidão negra simbolizava um risco para o projeto nacional que estava sendo pensado pelas elites brasileiras. Estudando a influência que as teorias raciais tiveram na produção científica e cultural do Brasil oitocentista, Lilia Moritz Schwarcz examina as interpretações católico-evolucionistas dos institutos históricos, documentando que eles declaravam ter o objetivo de coligir, metodizar e guardar "documentos, fatos e nomes para finalmente compor uma história nacional"[498]. Para a autora, os institutos, apesar de sua pretensão totalizante, produziam falas marcadamente regionais. Ao IHGB coube o papel de demarcar os "espaços e ganhar respeitabilidade nacional. Aos demais, a função de garantir as suas especificidades regionais e buscar definir, quando

[497] GUIMARÃES, M. L. S. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol.1, p.5-27, 1988.
[498] SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Espetáculos das raças:** cientistas, instituições e questão racial no Brasil - 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p.99.

possível, certa hegemonia cultural"[499]. Esse projeto de "história nacional" visava moldar um discurso de legitimação da nação brasileira, procurando um passado que explicasse e rearranjasse o presente; buscava "lançar as bases daquilo que então se denominava cultura nacional"[500].

Para Salloma Salomão,

> Imediatamente após 1822, políticos e intelectuais próximos ao poder, observando os "exemplares da raça etíope", que ostensivamente dançavam às suas portas, voltaram seus olhares, preocupações e discursos para o papel que o Estado deveria exercer no sentido de estabelecer medidas capazes de tornar o Brasil um país mais próximo dos ideais europeus de raça, nação e civilização. Significava um maior distanciamento não só cultural, mas populacional da África.[501]

Nessa conjuntura os institutos históricos começaram a ser fundados. O IHGB recebeu a incumbência de desenvolver uma história oficial para o Império, deixando a missão de desenvolver a história regional para os institutos regionais, como o alagoano. O Instituto Arqueológico e Geográfico Alagoano (IAGA) foi o mais interessado em perpetuar a memória da história da Guerra de Palmares, pois estava localizado no palco dos acontecimentos. O tema palmarino aparece em textos "memorialísticos dos municípios da região onde ocorreu o quilombo – Porto Calvo e Penedo –, como parte da documentação regional, capítulo da historiografia holandesa, nas falas dos oradores e presidentes"[502] do IAGA.

A escrita historiográfica seguia a tradição do padrão europeu de civilização, determinando o elemento branco e europeu como preponderante e marginalizando o índio e o negro no processo de formação histórica do Brasil. Desse modo, ocorreu uma depreciação dos episódios com envolvimento desses elementos e a configuração dos povos indígenas e da diáspora africana como inimigos nos

---

[499] SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Espetáculos das raças:** cientistas, instituições e questão racial no Brasil - 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p.99.
[500] FRANÇA, Jean Marcel Carvalho; FERREIRA, Ricardo Alexandre. **Três vezes Zumbi:** a construção de um herói brasileiro. São Paulo: Três Estrelas, 2012, p.15.
[501] SILVA, Salloma Salomão Jovino da. **Memórias sonoras da noite:** musicalidades africanas no Brasil oitocentista. Tese (Doutorado em História), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005, p.27.
[502] REIS, Andressa Merces Barbosa dos. **Zumbi:** historiografia e imagens. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Franca, 2004, p.55.

confrontos com os europeus.[503] Assim, o lugar deles no Brasil independente, que pretendia ser "branco e europeizado", foi o "não lugar".

Sobre essa temática, Décio Freitas escreve:

> A instrumentalização de uma historiografia voltada para a defesa dos interesses dominantes teve início logo após a ruptura do pacto colonial. No II Império, quando a nova classe dominante já consolidara seu poder, essa empresa assumiu caráter descaradamente oficial, com a mobilização estipendiada de uma falange de historiadores, primeiramente mandados à Europa para recolher documentação – apenas, é lógico, a documentação que conviesse – e a seguir incumbidos da elaboração de uma História do Brasil que preenchesse as necessidades ideológicas dos dominadores.[504]

Nesse panorama, a escrita historiográfica sobre Palmares publicada na revista do IAGA procurou privilegiar os feitos das tropas que buscaram destruir o quilombo, estabelecendo o fim da história palmarina uma vez terminada a Guerra de Palmares. Entre os senhores de escravizados, autoridades e letrados coloniais, predominava a tese de que "Palmares não devia dar certo, nenhum quilombo devia. Era um péssimo exemplo para os escravos assenzalados"[505]. Temia-se que o quilombo do passado simbolizasse a revolta no presente ou no futuro, por isso se pretendia cristalizar uma memória negativa sobre Palmares.

Ao analisarem a construção de Zumbi como um herói brasileiro, Jean Marcel Carvalho e Ricardo Alexandre Ferreira expõem que, no século XIX, o Quilombo dos Palmares "passa a simbolizar um empecilho ao avanço da civilização europeia no Brasil, um núcleo de bárbaros africanos no coração da colônia"[506]. Assim, da primeira metade do oitocentos até a emergência da revista do IAGA, em 1872, era sucinta, mas não inexistente, a referência a Palmares nos escritos de literatos, historiadores, políticos, viajantes estrangeiros, advogados etc. Entre os exemplos mais destacados, nos quais a história de Palmares figura de forma bastante lacônica, pode-se citar: *Narrativa de uma viagem ao Brasil,* de Thomas Lindley (1805); *História do Brasil,* de Robert Southey (1810-1822); *O Brasil,* de Ferdinand

---

[503] REIS, Andressa Merces Barbosa dos. **Zumbi:** historiografia e imagens. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Franca, 2004, p.45.
[504] FREITAS, Décio. **Os guerrilheiros do imperador**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978, p.9-10.
[505] REIS, João José. Quilombos e revoltas escravas no Brasil. **Revista USP**. São Paulo, n. 28, p.14-39, dez./fev. 1995/1996.
[506] FRANÇA, Jean Marcel Carvalho; FERREIRA, Ricardo Alexandre. **Três vezes Zumbi:** a construção de um herói brasileiro. São Paulo: Três Estrelas, 2012, p.15.

Denis (1822); *A história geral do Brazil,* de Adolfo Varnhagen (1854); *A escravidão no Brasil,* de Perdigão Malheiro (1866).

Andressa Merces Barbosa dos Reis aponta a existência de três artigos sobre a temática de Palmares na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro[507], entre eles destaca-se: "Memória dos feitos que se deram durante os primeiros annos de guerra com os negros quilombolas dos Palmares, seu destroço e paz aceita em junho de 1678", de autoria do alagoano Pedro Paulino da Fonseca. Essa publicação, datada de 1876, visava caracterizar os aquilombados de Palmares como o "outro", o "inimigo", tendo um perfil semelhante aos textos da revista do IAGA, não por coincidência – Pedro Paulino da Fonseca era sócio do instituto alagoano. O autor utilizou como base de sua narrativa o documento "Relação das guerras feitas aos Palmares de Pernambuco no tempo do governador D. Pedro de Almeida de 1675 a 1678"[508], localizado pelo Conselheiro Drumond, na Biblioteca de Êvora, em 1859, enfocando as ações de repressão e as tentativas de acordos de paz.[509] Desse modo, Pedro Paulino da Fonseca parece incorporar visões coloniais em seu texto.

A tradição dessa narrativa que buscava colocar o quilombo como o "outro", o "inimigo", vem da escrita dos cronistas coloniais contemporâneos da Guerra de Palmares. Tal pensamento servia como subterfúgio para unir a sociedade colonial contra os palmarinos, tornando-os um inimigo comum para a população. Como sinaliza Jeferson Santos da Silva, no século XIX ocorreu um "processo de construção do negro como um ser indesejado por parte de nossa elite intelectual e política"[510].

Os institutos históricos da região Nordeste foram fundados sob a influência do IHGB, mas criaram suas especificidades. Em suma, eram compostos por pessoas da aristocracia local e estavam empenhados em dar relevância a aspectos

---

[507] REIS, Andressa Merces Barbosa dos. **Zumbi:** historiografia e imagens. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Franca, 2004, p.46-55.

[508] Este documento se constituía de uma memória cujo objetivo era o de prestação de contas das ações do Governador D. Pedro de Almeida relativas à destruição de Palmares. Segundo Flávio dos Santos Gomes, "D. Pedro de Almeida chegou ao poder em 1674, sucedendo a uma junta militar que governara num breve período após a morte do antigo Governador Fernão de Souza Coutinho (1670-74). O clima político da capitania era de intensa discórdia e, assim, a narrativa atribuída ao próprio D. Pedro de Almeida – embora não saibamos quem de fato a escreveu – era um desagravo contra a ineficácia das administrações anteriores para lidar com as questões dos mocambos". Ver: GOMES, Flavio dos Santos. **De olho em Zumbi:** histórias, símbolos e memória social. São Paulo: Claro Enigma, 2011, p.47.

[509] REIS, op. cit., p.29.

[510] SILVA, Jeferson Santos da. **O que restou é folclore:** o negro na historiografia alagoana. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2014, p.14.

regionais na configuração do panorama nacional.[511] O IAGA, um dos primeiros institutos históricos regionais, foi fundado em dezembro de 1869 e alguns de seus fins eram: coligir, trasladar, verificar e publicar documentos e registros de tradições históricas da província; descrever os monumentos antigos e conservá-los; examinar e assinalar os vestígios existentes em lugares notáveis, promovendo a coleção de monumentos e inscrições que perpetuassem a lembrança de fatos acontecidos; obter e conservar fotografias e desenhos de monumentos que poderiam ter qualquer valor histórico; estudar a geografia da província.[512] Com sua revista, o IAGA teve um papel importante na divulgação de documentos relativos a Palmares nas últimas décadas do século XIX, sobretudo na de 1870, publicando quase duas dezenas de escritos dos séculos XVII e XVIII referentes ao quilombo.[513]

O IAGA surgiu com estímulo e apoio da presidência da Província de Alagoas, que patrocinou sua primeira reunião, realizada no palácio provincial. Para Sávio de Almeida, "a instituição seria, obrigatoriamente, um componente político"[514]. Desse modo, as pessoas selecionadas para integrar a entidade dariam continuidade à política provincial, e o padrão historiográfico ali constituído seguiria os padrões da política vigente na época. Nesse sentido, para a publicação da revista do IAGA foram selecionados temas e personalidades da celebração do poder, buscando "heróis senhoriais". Nela as narrativas sobre Palmares ocuparam um espaço privilegiado, pois havia um "interesse de rememorar os fatos de maior representatividade na colônia e que estivessem diretamente relacionados aos temas nacionais que então estavam em voga no século XIX"[515].

O primeiro volume da revista seria lançado em 1872, apresentando como artigo inicial a "Chronica do Penedo", de José Prospero Jehovan da Silva Caroatá. Segundo o próprio autor, o texto seria "um tributo de amor à terra Natal"[516], com uma breve descrição da história da Província de Alagoas, passando por temas como o

---

[511] REIS, Andressa Merces Barbosa dos. **Zumbi:** historiografia e imagens. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Franca, 2004, p.55.
[512] REVISTA DO INSTITUTO ARQUEOLÓGICO E GEOGRÁFICO ALAGOANO. Maceió, n.1, dez. 1872.
[513] FRANÇA, Jean Marcel Carvalho; FERREIRA, Ricardo Alexandre. **Três vezes Zumbi:** a construção de um herói brasileiro. São Paulo: Três Estrelas, 2012, p.73.
[514] ALMEIDA, Luís Sávio de. **Memorial biográfico de Vicente de Paula, capitão de todas as Matas:** guerrilha e sociedade alternativa na mata alagoana. Maceió: Edufal, 2008, p.23.
[515] REIS, op. cit., p.55.
[516] CAROATÁ, José Prospero Jehovah da Silva. Crônica do Penedo. **Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Alagoano**. Maceió, n.1, p.2-7, dez. 1872.

povoamento da região, a fundação das vilas e cidades, a ocupação holandesa e a Guerra de Palmares, descrita da seguinte maneira:

> Este quilombo, que já em tempos dos holandeses **causava muitos danos**, aumentando com o correr dos anos prodigiosamente o número de seus habitantes, **chegou a constituir-se um inimigo terrível** nesta parte da capitania; oprimiam os pretos com frequentes insolências e latrocínios os moradores de Penedo e de outros povoados, assim como os do centro. [...] Fortificados no alto d'uma montanha, onde plantaram muitas palmeiras ao sitio, puderam triunfar durante cinquenta anos dos assaltos repetidos que os povos eram forçados a dar-lhes. [...] Mas em 1695 reunindo-se os povos de Penedo, Alagoas, S. Miguel, Porto Calvo e Pernambuco, em número de mais de mil e quinhentos homens, fizeram um rigoroso sitio nos palmares e conseguiram extinguir o quilombo, depois de arrombadas as portas da estacada. O chefe dos negros chamado Zumbi e seus principais companheiros, vendo-se perdidos, suicidaram-se, atirando-se do cimo de um rochedo alcantilado.[517]

A história tida como "oficial", constituída pelo Instituto Arqueológico e Geográfico de Alagoas, visava criminalizar os aquilombados de Palmares e vangloriar as ações das tropas que destruíram o quilombo. O IAGA, juntamente com os institutos históricos brasileiro e pernambucano, publicou artigos e documentos sobre o Quilombo dos Palmares em que prevaleciam imagens que anulavam a importância do quilombo para a sociedade do século XIX, reverenciando brevemente as conquistas das tropas coloniais.

Sobre o texto de Caroatá, Sávio de Almeida observa: "A sociedade penedense não comporta segmentos excluídos em sua história, como [...] negros e índios. Não se trata de má fé historiográfica, mas de visão de mundo com o qual opera."[518] Essa visão estava ligada aos interesses das elites relativos à instituição escravista. Aqui, cabe pontuar as reflexões de Dirceu Lindoso acerca dessa intelectualidade alagoana do século XIX, na qual "a escrita historiográfica se revela uma extensão gráfico-discursiva das dominações dos estamentos hegemônicos prevalecentes na sociedade sesmeiro-escravista imperial"[519].

---

[517] CAROATÁ, José Prospero Jehovah da Silva. Crônica do Penedo. **Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Alagoano**. Maceió, n.1, p.2-7, dez. 1872.
[518] ALMEIDA, Luís Sávio de. **Memorial biográfico de Vicente de Paula, capitão de todas as matas:** guerrilha e sociedade alternativa na mata alagoana. Maceió: Edufal, 2008, p.24.
[519] LINDOSO, Dirceu. **Autopia armada:** rebelião de pobres nas matas do tombo real. Maceió: Edufal, 2005, p.101.

Dessa maneira, provenientes da classe senhorial, os intelectuais alagoanos que compunham o quadro do IAGA estavam preocupados com o elemento negro em nossa sociedade. A composição étnico-racial do Brasil ocupava lugar central nas inquietudes da elite oitocentista, pois o desejo de se tornar uma nação autônoma tinha como parâmetro o modelo europeu.[520] Essa elite intelectual era detentora de uma ideologia relacionada com as teorias raciais do século XIX, assim, "o negro se constituiu como um problema a ser resolvido"[521]. Tais intelectuais tinham uma espécie de herança do academicismo do século XVIII, sobretudo da obra de Sebastião Rocha Pita. Dessa forma, Palmares era visto como um "inimigo de portas adentro" que colocava em xeque a instituição escravista no Brasil. As entrelinhas dos textos da revista do IAGA mostram que o quilombo perpassou os séculos e se manteve como um expoente da expressão de resistência dos escravizados. Com isso, as narrativas das publicações constituíram esforços para enaltecer os feitos militares que proporcionaram a derrota dos palmarinos e colocar o quilombo como um "inimigo terrível", como expôs José Prospero Jehovan da Silva Caroatá.

O segundo número da revista do IAGA seria lançado em junho de 1872. Nessa edição, o Cônego Francisco Peixoto Duarte publicou um texto denominado "Apontamentos para a história pátria", proveniente de um conjunto de artigos publicados em 1871, no jornal alagoano *União Liberal,* sobre a "conquista" de Palmares. Sua narrativa enaltecia os supostos "feitos heroicos" de Bernardo Vieira de Mello, levantando a seguinte questão:

> A quem se deve a completa extinção de Palmares? Ao paulista, mestre do campo, Domingos Jorge Velho, que depois de derrotado, retirar-se para Porto Calvo e não quis a história, que pessoalmente assistisse a última ação; ou a Bernardo Vieira de Mello, pondo-se a frente de nossas forças e aniquilando o Quilombo dos Palmares?[522]

Francisco Peixoto Duarte buscou atribuir a "aniquilação" de Palmares à figura de Bernardo Vieira de Mello, que, segundo o intelectual, seria natural de Penedo ou Anadia. O empenho em defender essa naturalidade alagoana decorria da

---

[520] SILVA, Jeferson Santos da. **O que restou é folclore:** o negro na historiografia alagoana. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2014, p.20-21.
[521] Ibidem.
[522] DUARTE, Francisco Peixoto. Apontamentos para a história da pátria. **Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Alagoano**. Maceió, n.2, p.32, jul. 1873.

necessidade que Alagoas tinha de delimitar quais seriam seus episódios históricos específicos e seus principais personagens.[523] Nesse artigo percebe-se então que há a intenção de elaborar uma narrativa sobre Palmares tendo a figura de Mello como principal protagonista, como se pode constatar no seguinte trecho:

> [...] essas forças estavam sob o comando de diversos chefes e entre eles Bernardo Vieira de Mello, residente ou natural de alguma das Villas desta província, [...] que auxiliaram o aniquilamento dos Palmares, com importantes contingentes;
> Que o mesmo Vieira de Mello marchara da sua fazenda *Pindoba* para os Palmares, com grande número de voluntários;
> Que ainda ao mesmo Vieira de Mello fora conferido o comando destas tropas e o título de capitão-mor;
> Que dividido o nosso exército em três corpos, foi confiado o que tinha de entrar em combate no ponto mais difícil e arriscado ao capitão-mor Bernardo Vieira de Mello;
> Que depois dos últimos socorros de gente, armas e canhões enviados de Pernambuco, ainda é Vieira de Mello que denodadamente penetra no centro das fortificações, pondo termo com a vitória a mais esplendida a uma luta demasiado sangrenta e vingando a derrota de Domingos Jorge Velho.[524]

Cria-se, portanto, uma versão do término da Guerra de Palmares diferente da "oficial" – na qual o sucesso da campanha de "extermínio" do quilombo é atribuído a Domingos Jorge Velho –, defendida por Adolfo de Varnhagen, por exemplo. Francisco Peixoto Duarte caracterizou o bandeirante paulista como um derrotado que fugiu do campo de batalha, se refugiando em Porto Calvo, enquanto Bernardo Vieira de Mello é tido como o homem que comandou as tropas e o responsável por adentrar o território palmarino, obtendo a vitória mais "esplêndida".

Entende-se aqui que essa narrativa estava ligada ao projeto de consolidação de uma história regional cunhada pelo IAGA, projeto esse inserido em um processo de afirmação da província de Alagoas no cenário político nacional. A emancipação política alagoana completara na época pouco mais de cinco décadas, e a justificativa de que um novo episódio como o de Palmares não voltaria a acontecer sempre esteve no horizonte das elites locais. Desse modo, considerava-se de extrema importância salientar essa versão do extermínio de Palmares através de tropas alagoanas, em vez de atribui-lo aos bandeirantes paulistas.

---

[523] REIS, Andressa Merces Barbosa dos. **Zumbi:** historiografia e imagens. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Franca, 2004, p.56.
[524] DUARTE, Francisco Peixoto. Apontamentos para a história da pátria. **Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Alagoano**. Maceió, n.2, p.32, jul. 1873.

A busca pela definição de uma identidade alagoana também pode ser percebida na descrição das tropas que atacaram Palmares. Segundo Francisco Peixoto Duarte, o total das forças legais na campanha contra o quilombo "era de quatro mil e quinhentos homens, sendo três mil das Alagoas, Penedo, S. Miguel e Santa Luzia do Norte, e mil e quinhentos de Olinda, Recife e mais povoações vizinhas"[525]. Salientava-se, assim, que a representatividade das tropas provenientes da região alagoana era superior, se comparada a outras regiões.

As investigações desenvolvidas em torno do Quilombo dos Palmares ao longo do século XIX "constituíram meras descrições sobre a distribuição geográfica dos mocambos, assim como das várias investidas feitas ao mesmo pelas autoridades coloniais"[526]. Os artigos de José Prospero Jehovan da Silva Caroatá e Francisco Peixoto Duarte são exemplos de uma história oficial sobre a Guerra dos Palmares e refletem parte da mentalidade dos grupos dominantes em Alagoas. Ambos construíram narrativas para justificar o empenho de autoridades e militares, ressaltando os recursos mobilizados para a repressão aos aquilombados. Além disso, deve-se salientar que os membros dos institutos históricos regionais eram pessoas da aristocracia local empenhadas em dar relevância nacional aos temas históricos das províncias.

Em Alagoas, os autores que escreveram sobre Palmares ocupavam altos postos no IAGA, como o de presidente, e na sociedade, por exemplo, juízes de direito.[527] Sobre a escrita da história na Alagoas oitocentista, Irinéia M. Franco dos Santos afirma que as elites políticas e proprietárias de terras tiveram o privilégio de escrever a história local de acordo com seus interesses, que seriam: "(a) justificar o domínio da terra e das forças produtivas; (b) manter o controle sobre a força de trabalho, o território e o privilégio dos mecanismos de poder institucionais: políticos, jurídicos, legislativos"[528].

---

[525] DUARTE, Francisco Peixoto. Apontamentos para a história da pátria. **Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Alagoano**. Maceió, n.2, p.32, jul. 1873.

[526] SILVA, Jeferson Santos da. **O que restou é folclore:** o negro na historiografia alagoana. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2014, p.09.

[527] REIS, Andressa Merces Barbosa dos. **Zumbi:** historiografia e imagens. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Franca, 2004, p.55.

[528] SANTOS, Irineia M. Franco dos. A caverna do diabo: ensaio romântico de Valeriano de Souza e as religiões afro-brasileiras em Alagoas, no séc. XIX. **Sankofa** - Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana. São Paulo, n.11, p.7-33, ago. 2013.

A elite intelectual responsável pela escrita da denominada *História Pátria* pensou o Brasil dentro de padrões da civilização europeia, fazendo com que o elemento branco e europeu fosse preponderante nessas abordagens e marginalizando o índio e o negro. O "resultado prático disto foi a depreciação dos episódios que envolvessem estes elementos. Ou, ainda, a configuração dos negros e índios como inimigos nos episódios de confrontos com o europeu"[529].

Estudando o projeto de "história nacional" vinculado ao IHGB, Manoel Luis Salgado Guimarães evidencia que a nação brasileira se reconhecia enquanto continuadora da tarefa civilizatória proveniente da colonização portuguesa, de maneira que, "no movimento de definir o Brasil, define-se também o 'outro' em relação a esse Brasil"[530]. Desse modo, o conceito de nação era restrito aos brancos, assinalando os povos indígenas e da diáspora africana como excluídos da pátria e de seu projeto de "história nacional", pois eram tidos como contrários à noção de civilização e progresso.

Em 1872, Roberto Calheiros de Mello[531] assumiu a presidência do IAGA, cargo em que permaneceu até 1895. Em um de seus discursos, publicado no quarto volume da revista do IAGA, em junho de 1874, teceu os seguintes comentários sobre o Quilombo dos Palmares:

> Nem mais amplos ou melhores são os monumentos que nos restam acerca da existência e extinção dos Palmares. As crônicas falam dos repetidos levantamentos de tropas e frequentes investidas contra aquele formidável ajuntamento até sua completa extinção; mas não nos descrevendo a estrutura interior da suposta república, não nos deixam hoje até que ponto o governo de Zumbi confundia as ideias de nobre e altiva independência com as de depredação e desenfreamento. As explorações que o Instituto mandará proceder mais tarde na memorável serra da Barriga e n'outros lugares que a tradição assinala como pousios, talvez nos venham a fornecer algumas relíquias de objetos de uso e artefatos d'aquelles desgraçados guerreiros.[532]

---

[529] REIS, Andressa Merces Barbosa dos. **Zumbi:** historiografia e imagens. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Franca, 2004, p.45.

[530] GUIMARÃES, M. L. S. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 1, p.5-27, 1988.

[531] Nas décadas de 1850 e 1860, foi vice-presidente da Província de Alagoas e, em algumas oportunidades, assumiu de forma interina a presidência alagoana.

[532] MELLO, Roberto Calheiro de. Discurso do presidente. **Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Alagoano**. Maceió, n. 4, p.85-86, jun. 1874.

Esse discurso foi proferido em dezembro de 1873 na comemoração do quarto aniversário do IAGA. Nele o presidente Roberto Calheiros de Mello fez um breve balanço das atividades desenvolvidas pela instituição, com o objetivo de cumprir os fins estatutários de: coligir e aclarar as tradições históricas; trazer à publicidade fatos ignorados; desentranhar os "documentos em que eles se fundão e cercá-los de luz pela paciência na investigação e o cuidado no exame; fornecer à história pátria a síntese que provém da análise"[533]. Além disso, o presidente relatou também a guarda de documentos de "valor histórico" relacionados à guerra contra os holandeses.

As explorações que o IAGA mandaria fazer na Serra da Barriga e em outros territórios que compunham o Quilombo dos Palmares demonstram a preocupação que se tinha na época com os trabalhos arqueológicos. É interessante perceber que os dois primeiros institutos fundados, o nacional e o pernambucano, já possuíam o termo *histórico* na nomenclatura desde a inauguração, enquanto o alagoano trazia o termo *arqueológico* juntamente com o *geográfico*, algo que só viria a ser alterado nas primeiras décadas do século XX. A explicação para esse fato pode estar em editoriais, discursos e artigos publicados na revista da instituição. No volume n°. 10, do ano de 1879, encontra-se um discurso proferido por Americo Rapouso, intitulado "A archeologia na questão do homem", em que se define a arqueologia como estudo do que é pré-histórico, ou seja, de acordo com essa concepção, seria o estudo daquilo que não possui escrita.[534] Talvez a ideia de abordar temáticas como a de Palmares e os povos indígenas na região alagoana tenha levado à adoção da nomenclatura, haja vista que esses povos eram concebidos como bárbaros e a-históricos.

Na década de 1850, o IHGB demonstrou preocupação com estudos de natureza etnográfica, linguística e arqueológica. Presos a uma concepção iluminista, pensaram a história como um processo linear marcado pelo progresso. Pretendendo explicitar a história nacional em uma linha evolutiva, o IHGB, seguido pelos institutos regionais, lançou mão dos conhecimentos arqueológicos, linguísticos e etnográficos como forma de se ter acesso a uma cultura estranha em relação ao olhar etnocêntrico, "cuja inferioridade em relação a 'civilização brasileira' poderia ser,

[533] MELLO, Roberto Calheiro de. Discurso do presidente. **Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Alagoano**. Maceió, n. 4, p.85-86, jun. 1874.
[534] RAPOUSO, Americo. A archeologia na questão do homem. **Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Alagoano**. Maceió, n.10, 1879.

através de uma argumentação cientifica, como pretendiam, explicitada"[535]. Objetivava-se, assim, demonstrar a inevitabilidade da presença branca como meio de assegurar uma civilização plena. A história era vista como um instrumento de compreensão do presente e encaminhamento do futuro, e as expedições contra Palmares eram colocadas como exemplos de uma suposta marcha rumo à "civilização".

Em dezembro de 1875, o IAGA lançou o sétimo volume de sua revista, no qual o tema de Palmares aparecia novamente. O artigo "Narração de alguns sucessos relativos à Guerra dos Palmares de 1668 a 1680", assinado por José Francisco Dias Cabral, seguiu a linha de abordagem que privilegiava os feitos militares das tropas locais, procurando enaltecer as ações das expedições anteriores às de Domingos Jorge Velho:

> Das crises tormentosas que afligiram a capitania de Pernambuco, nenhuma deixou de si tão escassas recordações, tão escondidas notas, como a sublevação dos escravos foragidos na espessura das matas, constituindo o núcleo d'aquella resistência a que a história chamou de Palmares.[536]

Esse texto foi fruto de uma memória lida por José Francisco Dias Cabral no IAGA em 1873, a qual justificava a importância do assunto com as seguintes palavras: "Deixar em apagado os vestígios de uma luta que fez de nossas selvas antros á foragida liberdade, é cair no pecado dos cronistas que cancerados pela presunção só virão na resistência a rebeldia da condenada raça."[537]

Jeferson Santos da Silva sinaliza que o negro esteve presente na produção bibliográfica alagoana desde o século XIX, sendo mencionado brevemente em textos sobre a Guerra dos Cabanos e ficando "quase que totalmente circunscrito a um único evento de nossa história colonial: o Quilombo dos Palmares"[538]. Essas abordagens se perpetuaram com o intuito de condenar e criminalizar os quilombos, que continuaram existindo no período escravista, já que as "sublevações de

---

[535] GUIMARÃES, M. L. S. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol.1, p.5-27, 1988.

[536] CABRAL, José Francisco Dias. Narração de alguns sucessos relativos à Guerra de Palmares. **Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Alagoano**. Maceió, n.7, p.165-171, dez. 1875.

[537] Ibidem.

[538] SILVA, Jeferson Santos da. **O que restou é folclore:** o negro na historiografia alagoana. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2014, p.09.

escravos foragidos" eram constantes na conjuntura das últimas décadas do oitocentos.

Palmares voltaria a ser abordado na revista do IAGA na edição de número 17, publicada em 1883. No texto "Succinta descripção do município de Porto-Calvo", do bacharel Olympio E. de Arroxella Galvão, o quilombo era descrito como um entrave que prejudicava a tranquilidade da região sul de Pernambuco, sendo necessário "debelar a horda numerosa dos quilombolas"[539]. Nessa narrativa, Porto Calvo foi descrita como o centro das operações, "o distrito que mais sofreu o canibalismo dessa horda que desenvolveu-se tanto, que chegou a constituir-se com formas de governo e nação selvícola, semibárbara com as superstições e ferocidade africanas"[540]. O autor ainda expôs que Palmares fora:

> [...] composta de negros escravos, fugidos das fazendas desde 1630; diz-se que 40 foram os primeiros que se refugiaram armados em um grande bosque de palmeiras, donde lhes vem o nome de Palmares: reuniram-se lhes outros muitos, cujo número fazem uns chegar a 10,000, e outros a 30,000, **incutindo terror por todos os lugares vizinhos**. Os agricultores de Porto-Calvo, [...] obrigados a conservar sua aliança, lhes forneciam armas, munições e outras mercadorias; e assim tomou essa negra colônia aspecto florescente e terrível. A sede era entre Porto-Calvo e Alagoas; a republica pôde resistir a muitos assaltos e acometimentos; os senados das Câmaras de Porto-Calvo e Alagoas tomaram providencias coletivamente, promoveram subscrições, armaram expedições de acordo com vários governadores gerais; muitas vezes bateram com aparente vantagem os quilombos, **acreditaram tel-os destruído; enfim eles permaneceram incomodando e rapinando por mais de meio século**, até que em 1697 o governador de Pernambuco amedrontado pelo seu florescimento e perigo resolveu aniquilá-los, e á Caetano de Mello e Castro coube essas gloria, organizando tropas e engajamentos e fazendo marchar 7,000, que os negros repeliram vigorosamente; postos em vigoroso sitio, apertados pela fome, vieram sucumbir aos primeiros tiros de canhão.[541]

A partir de 1884, a publicação da revista do IAGA seria interrompida, alegando-se problemas financeiros, que só seriam solucionados em 1901. Nessa época o presidente da instituição era Adriano A. de Araujo Jorge, e Manoel Baltazar Pereira Diegues Junior atuava como 2° vice-presidente, sendo responsável pela

[539] GALVÃO, Olympio E. de Arroxella. Succinta descripção do município de Porto-Calvo. **Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Alagoano**. Maceió, n.17, p.216-232, dez.1883.
[540] Ibidem.
[541] Ibidem.

redação e volta da revista. O reaparecimento da publicação se deu, segundo editorial da edição de retorno, devido ao aumento da "subvenção subministrada pelo Governo, aumento concedido em à última sessão do nosso Estadual Congresso e sancionado pelo atual Governador do Estado"[542]. A ajuda financeira do Estado era decisiva para a existência dos institutos históricos, tanto o nacional[543] como os regionais.

Sendo assim, é importante situar, sobre a conjuntura dos primeiros anos da República no Brasil, qual concepção de História estaria ligada a esse novo projeto político de país e qual seria a posição de Alagoas nessa conjuntura. Discutia-se a publicação de textos que pudessem ser úteis ao "pátrio torrão e à História de Alagoas". Desse modo, essa volta da revista do IAGA também estava relacionada a uma busca de identidade ligada à ideia de branqueamento da população brasileira. No volume de número 3, do ano de 1901, inaugurou-se um espaço para a publicação de escritos e documentos sobre o Quilombo dos Palmares. Esse espaço tinha a preocupação de minimizar o legado cultural dos povos africanos e da diáspora atlântica para essa "nova nação republicana" emergente, uma vez que "a mudança de regime político no Brasil repercutiu sensivelmente na maneira de se apreender não só o episódio palmarino, mas também a história do negro no Brasil"[544]. No texto introdutório dessa seção, Francisco Izidoro Rodrigues Costa escreveu:

> A existência por longos anos e o final aniquilamento do celebre quilombo ou Republica dos Palmares, é o episódio mais interessante da História, passado no território de Alagoas, depois da expulsão dos holandeses, e sobre o qual os cronistas fornecem os mais incertos e contraditórios esclarecimentos, dando lugar á artigos de pura fantasia, assumpto aos poetas, e á exageros, **emprestando-se a esse quilombo intuitos que seus autores, pela origem e ignorância, não podiam ter**.[545]

---

[542] REVISTA DO INSTITUTO ARQUEOLÓGICO E GEOGRÁFICO ALAGOANO. Maceió, n.1, p.03, dez. 1872.
[543] Em 1843, por exemplo, 75% do orçamento do IHGB era proveniente de verbas do Estado Imperial.
[544] REIS, Andressa Merces Barbosa dos. **Zumbi:** historiografia e imagens. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Franca, 2004, p.18.
[545] COSTA, Francisco Izidoro Rodrigues da. Subsídios e documentos acerca do notável Quilombo dos Palmares. **Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Alagoano**. Maceió, n.2, vol.3, p.65-66, 1901.

A virada do século XIX para o XX se caracterizou pelo advento das teorias europeias a respeito das populações não brancas, época em que se intensificava o imperialismo no continente africano. Dessa maneira, desenvolveram-se estudos "que acabavam por enquadrar as populações acima dentro de um modelo de análise que as classificavam como sendo de alguma forma inferiores"[546] à parcela branca da população mundial.

Diante desse cenário, os textos de João Francisco Duarte publicados no jornal *União Liberal* em 1871 sobre Palmares, intitulados "História pátria", foram republicados. Esse autor definiu quilombo como uma "organização semiafricana" composta de "escravos negros, libertos, e muitos outros malfeitores, fugindo á atrozes castigos e á justiça"[547]. Como mencionado anteriormente, essa publicação se caracterizava por enaltecer os feitos de Bernardo Vieira de Mello, em contraposição aos de Domingos Jorge Velho, o qual, segundo o autor, teria invadido o quilombo com cerca de mil homens, "tomando a si toda a gloria. Baldados, porém, foram os seus esforços, e uma derrota foi fruto merecido de sua ambição e egoísmo, [...] retirando-se para Porto-Calvo"[548]. A republicação dos textos de Duarte evidencia a preocupação das elites intelectuais locais em afirmar Alagoas no cenário nacional, haja vista que, com o novo regime político, dois militares alagoanos presidiram o país entre 1889 a 1894, e quem presidia em 1901 era um paulista, Campos Salles.

O volume de número 3, do ano de 1901, da revista do IAGA marca o fim das publicações oitocentistas sobre o Quilombo dos Palmares, que, segundo Andressa Merces Barbosa dos Reis, mostraram três aspectos principais: prestaram uma contribuição considerável à historiografia palmarina com a presença de "novos" documentos; tomaram Palmares como fonte para a construção das histórias municipais; e constituíram um amálgama da história de Alagoas e Pernambuco com a história nacional.[549] Ao longo da segunda metade do século XIX, o IAGA buscou dar importância a uma narrativa de caráter regionalista que destacava os feitos militares que levaram ao aniquilamento do quilombo palmarino, a atuação de personagens locais na campanha e a história dos municípios daquela região.

---

[546] SILVA, Jeferson Santos da. **O que restou é folclore:** o negro na historiografia alagoana. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2014, p.23.
[547] DUARTE, Francisco Peixoto. Os Palmares: história pátria. **Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Alagoano**. Maceió, n.2, vol.3, p.67-79, 1901.
[548] Ibidem.
[549] REIS, Andressa Merces Barbosa dos. **Zumbi:** historiografia e imagens. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Franca, 2004, p.63.

O colonialismo, forma de controle do mundo colonial, apesar de ter findado na maioria das colônias europeias na América no século XIX, perpetua-se nos saberes das antigas colônias. É o que os autores do grupo *Proyecto latino/ latinoamericano Modernidad/Colonialidad*[550] chamam de *colonialidade*. As descolonizações ocorridas no Caribe, na América espanhola e na portuguesa, no oitocentos, e nas colônias francesas e inglesas, no século XX, foram incompletas, limitando-se ao campo da independência jurídica e política. Santiago Castro-Gómez e Rámon Grosfoguel apontam a necessidade de uma segunda descolonização, a *decolonialidade*, que abarque as múltiplas relações raciais, étnicas, sexuais, epistêmicas, econômicas e de gênero, propondo uma reestruturação, descolonização e desocidentalização das Ciências Sociais.[551]

No mesmo sentido, Frantz Fanon afirma que o colonialismo não se satisfaz em prender o povo nas suas "redes, em esvaziar o cérebro colonizado de toda forma e de todo conteúdo. Por uma espécie de perversão lógica, ele se orienta para o passado do povo oprimido e o distorce, desfigura e aniquila"[552]. Segundo Edgardo Lander, com o início do colonialismo nas Américas, inicia-se

> [...] não apenas a organização colonial no mundo mas – simultaneamente – a constituição colonial dos saberes, das linguagens, da memória e do imaginário. Dá-se início ao longo processo que culminará nos séculos XVIII e XIX e no qual, pela primeira vez, se organiza a totalidade do espaço e do tempo – todas as culturas, povos e territórios do planeta, presentes e passados – numa grande narrativa universal.[553]

Esse processo configura o *racismo epistêmico*, que, de acordo com Nelson Maldonado-Torres, descura a capacidade epistêmica de algumas populações,

---

[550] Grupo formado por intelectuais latino-americanos em fins dos anos 1990 que busca uma renovação crítica das Ciências Sociais na América Latina, inserindo o continente no debate sobre o período pós-colonial. Destacamos os autores: Walter Mignolo, Edgardo Lander, Anibal Quijano, Nelson Maldonado-Torres, Arthuro Escobar, Santiago Castro-Gómez e Ramón Grosfoguel.

[551] CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSFOGUEL, Ramón (Comps.). **El giro decolonial:** reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central; Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana; Instituto Pensar, 2007, p.17.

[552] FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2005, p.243-244.

[553] LANDER, Edgardo. Ciências Sociais: saberes coloniais e eurocêntricos. In: Idem (Org.). **A colonialidade do saber:** eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005, p.26.

evitando reconhecer os outros como seres inteiramente humanos.[554] Assim, os saberes foram e continuam fundamentados em epistemologias eurocêntricas, desqualificando os conhecimentos dos ameríndios e dos povos africanos na diáspora, e as produções do IHGB e do IAGA são apenas exemplos das narrativas da dominação global herdadas do colonialismo. Um dos grandes problemas desses discursos historiográficos pautados no eurocentrismo é a distorção na compreensão dos "outros"; as outras formas de organização social e de conhecimento são transformadas em diferentes, carentes, arcaicas, primitivas, tradicionais e pré-modernas.[555]

Os sócios que compunham os institutos históricos eram, fundamentalmente, membros das elites rurais, o que mostra seu caráter classista, congregando a chamada "elite intelectual" e a elite econômica e financeira. O IAGA, assim como os outros institutos históricos, era um local onde se elaboravam falas oficiais, especializado na produção de um saber de cunho oficial, ou seja, seus profissionais "se comprometiam com a construção de uma história nacional, que, tendo o presente em mira, forjava o passado em tradição"[556]. Desse modo, construíram uma memória negativa de Palmares, caracterizando os aquilombados como os "outros", "inimigos" da sociedade brasileira.

As narrativas produzidas pelo IAGA são como mitos fundadores da história alagoana. Como põe Stuart Hall, a "história, como a flecha do tempo, é sucessiva, senão linear. A estrutura narrativa dos mitos é cíclica. Mas dentro da história, seu significado é frequentemente transformado"[557]. Com a fundação do IAGA, passou a ser produzida e divulgada uma historiografia oficial com o intuito de inventar uma "identidade alagoana" branco-europeia, escravagista e católica, tendo como eixo interpretativo três eventos: a guerra contra os holandeses (1595-1663), a Guerra de Palmares (1695) e a Guerra dos Bárbaros (1688). Estudos sobre a ocupação do

---

[554] MALDONADO-TORRES, Nelson. A topologia do ser e a geopolítica do conhecimento. Modernidade, império e colonialidade. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010, p.345.

[555] LANDER, Edgardo. Ciências Sociais: saberes coloniais e eurocêntricos. In: Idem (Org.). **A colonialidade do saber:** eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005, p.34.

[556] SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Espetáculos das raças:** cientistas, instituições e questão racial no Brasil - 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p.133.

[557] HALL, Stuart. **Da diáspora:** identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Ed. UFMG/ Unesco, 2006, p.30.

território e a economia açucareira também podem ser incluídos nessa historiografia oficial.[558]

Irineia M. Franco dos Santos, estudando a ideologia da "intelectualidade" alagoana no século XIX sobre escravizados e africanos, problematizou a constituição de uma identidade alagoana permeada por concepções racistas e de demonização do "outro". Para a autora, os eventos da Guerra de Palmares foram ganhando, ao longo do tempo, uma forte "conotação de identidade local, reforçada na memória através de uma educação oficial que vangloria a vitória das forças contrárias aos quilombos – da 'civilização sobre a barbárie'"[559]. Dessa forma, os membros do IAGA descreveram Palmares como uma "revolta escrava que fora violentamente reprimida pelos poderes coloniais. Ao mesmo tempo em que enalteciam a repressão colonial, servia também de aviso às ações escravas semelhantes"[560].

Jeferson Santos da Silva aponta que "o problema maior da sociedade alagoana é exatamente o fato do negro estar aprisionado em nossa memória, enquanto um ser quase inatingível"[561]. Acredita-se aqui ser importante pensar as questões que envolvem identidades, diferenças e pertencimentos na perspectiva da diáspora africana, pois ela ocasionou uma transposição de universos culturais de matrizes orais para as Américas. Dessa maneira, como podemos pensar as identidades inscritas em relações de poder pautadas pela diferença e disjuntura?[562]

Stuart Hall, em seu ensaio "Identidade cultural e diáspora", sinaliza que as identidades culturais não são fixadas eternamente no passado essencializado, elas estão sujeitas a um contínuo jogo da história, da cultura e do poder. As identidades – longe de estarem alicerçadas em uma simples "recuperação" do passado que espera para ser descoberto – são as maneiras como nos posicionam e como nos posicionamos nas narrativas do passado. Para Hall, as identidades culturais "são os pontos de identificação, os pontos instáveis de identificação ou sutura, feitos no

---

[558] SANTOS, Irineia M. Franco dos. A caverna do diabo: ensaio romântico de Valeriano de Souza e as religiões afro-brasileiras em Alagoas, no séc. XIX. **Sankofa** - Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana. São Paulo, n. 11, p.7-33, ago. 2013.
[559] Ibidem.
[560] REIS, Andressa Merces Barbosa dos. **Zumbi:** historiografia e imagens. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Franca, 2004, p.62.
[561] SILVA, Jeferson Santos da. **O que restou é folclore:** o negro na historiografia alagoana. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2014, p.12.
[562] HALL, Stuart. **Da diáspora:** identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Ed. UFMG/ Unesco, 2006, p.28.

interior dos discursos da cultura e história. Não uma essência, mas um posicionamento"[563].

Dessa maneira, os artigos publicados na revista do IAGA são apenas um dos vários posicionamentos possíveis no século XIX em torno da temática de Palmares, inseridos em uma epistemologia proveniente do colonialismo europeu que constituía os nativos e os povos da diáspora africana como diferentes e "outros".[564] Trouillot, ao estudar o "silenciamento" da Revolução Haitiana pela historiografia ocidental, expõe que "algo sempre se omite enquanto algo é registrado"[565]. No entanto, se olharmos para as narrativas populares que constroem "na imaginação de uma sociedade o lugar, as identidades, a experiência e as histórias dos diferentes povos que vivem nela"[566], é possível vislumbrar outras memórias, "outras histórias"[567].

A memória oficial procurou marginalizar os aquilombados da Serra da Barriga. Concebendo a memória, com base no pensamento de Raphael Samuel, como uma forma de construir conhecimento que é historicamente condicionada[568], acredita-se que o IAGA exerceu o papel de consolidar uma memória negativa em torno de Palmares, papel esse que estava dentro de um projeto político ligado à consolidação da província das Alagoas pelos grupos dominantes no poder. Esses grupos visavam se opor aos africanismos que, subversivamente implantados na sociedade, propagavam memórias de resistência dos escravizados e libertos e procuravam, por meio de suas práticas culturais, preservar a história da luta quilombola na região. Um exemplo dessas práticas foi a manifestação cultural *quilombo*, existente na região muito antes do surgimento do IAGA.

---

563 HALL, Stuart. Identidade cultural e diáspora. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Rio de Janeiro, n.24, p.68-75, 1996.
564 Ibidem.
565 TROUILLOT, Michel-Rolph. Silencing the paste. Power and the production of history. Apud: LANDER, Edgardo. Ciências Sociais: saberes coloniais e eurocêntricos. In: Idem (Org.). **A colonialidade do saber:** eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005, p.49.
566 HALL, Stuart. **Da diáspora:** identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Ed. UFMG/ Unesco, 2006, p.15-24.
567 MATOS, Maria Izilda Santos de. Outras histórias: as mulheres e os estudos dos gêneros – percursos e possibilidades. In: SAMARA, Eni de Mesquita; SOHIET, Rachel; MATOS, Maria Izilda Santos de (Org.). **Gênero em debate:** trajetórias e perspectivas na historiografia contemporânea. São Paulo: EDUC, 1997, p.83-114.
568 SAMUEL, Raphael. Teatros da memória. **Projeto História**. São Paulo, n. 14, p.41-81, fev. 1997.

PARTE 2 - SEDICIOSOS, SALTEADORES E AMOTINADOS: AS RESISTÊNCIAS À ESCRAVIDÃO DOS MALÊS, CABANOS E MARIMBONDOS (1810-1850)

> *Desde que pisaram neste lado do Atlântico como escravos, os africanos conspiraram contra os senhores*.[569]

Em 4 de fevereiro de 1842, o então presidente da província de Alagoas, Manoel Felizardo de Souza e Mello, discursou à Assembleia Legislativa e problematizou questões relacionadas à segurança e tranquilidade pública, expondo como caso emergencial a situação na região conhecida como Ponta dos Mangues ou Capoeiras, pertencente à Freguesia de São Bento (litoral norte de Alagoas). A queixa era de que "os homens" viviam constantemente cercados por bandos de assassinos, "e com eles se fazem temidos, e reputados até das autoridades: outros de menos importância vagueiam sem domicílio certo, e constantemente armados e prontos a executar qualquer crime"[570]. Percebe-se que a fala se referia a "homens" livres pertencentes à "classe baixa", trabalhadores braçais e, possivelmente, escravizados fugidos. Manoel Felizardo de Souza e Mello ainda pronunciou o seguinte:

> Os habitantes desses miseráveis ranchos, passão os dias de serviço a porta sobre calcanhares, com o bacamarte e a faca ao lado na mais completa indolência, a qual, além da caça, só motivos censuráveis os arrancam.
> Com tal habito de vida, o que se pode, Senhores, esperar de semelhante gente? Não seriam para almejar Leis, que melhorando a polícia nos prevenisse contra horrores semelhantes aos de que fora o vítimas o Pará em 1835, e o Maranhão em 1838? Em todas estas desordens homens da mais baixa extração hastearam o pendão do roubo, o extermínio, e imensos soldados apareceram. Na última Província um preto sem a menor importância social, não sabendo ler nem escrever, teve debaixo de suas ordens 12:000 vadios, que se tornaram outros tantos facinorosos, praticando fatos, cuja narração mesmo horroriza.
> Não são nesta Província braços que nos faltam: se os que existem inúteis ou nocivos, fossem aproveitados, extraordinário incremento teria a nossa lavoura, e nasceriam outras diferentes espécies de indústria.[571]

---

[569] REIS, João José. Quilombos e revoltas escravas no Brasil. **Revista USP**. São Paulo, n. 28, p.14-39, dez./fev. 1995/1996.
[570] ALAGOAS. Falla com que abria a Sessão Extraordinária da quarta legislatura da Assembleia Legislativa da Província de Alagoas o Presidente da mesma Província Manoel Felizardo de Souza e Mello em 4 de fevereiro de 1842. Pernambuco: Typographia de M. F. de Faria, 1842, p.7.
[571] Ibidem, p.8.

O presidente da província também se queixava da não existência de segurança pública no sertão e do "estado lastimoso" a que tinha chegado Alagoas.[572] Entretanto, destacou alguns possíveis melhoramentos em decorrência dos investimentos na Guarda Nacional e na polícia: o recrutamento e a consequente expulsão de 608 indivíduos tidos como ociosos e com maus hábitos de vida, além das "cinco execuções de pena na capital, que tiveram lugar, ainda que em escravos, e pessoas desprezíveis"[573].

A referência aos acontecimentos no Pará e no Maranhão na década de 1830 permite notar a preocupação das autoridades em controlar possíveis revoltas de escravizados, libertos e livres pobres na região. Dessa maneira, foi proposto que essas pessoas fossem aproveitadas com seus trabalhos "braçais" na lavoura e em outras indústrias. Tratando-se da conjuntura da década de 1840, muitos seriam escravizados ou reescravizados, já que tal prática, bastante recorrente na época, era exercida tanto pelos senhores escravocratas como pelo próprio estado.

As palavras de Manoel Felizardo de Souza e Mello demonstravam as precauções tomadas pelas autoridades para inibir qualquer tentativa de insubordinação escrava. Era uma espécie de prestação de contas à classe senhorial em relação aos constantes episódios de insurgência protagonizados por escravizados, libertos e homens livres pobres, nas primeiras décadas do século XIX, na região alagoana, como a tentativa de Revolta Malê, em 1815, a Guerra dos Cabanos, na década de 1830, e os "Marimbondos", entre 1851 e 1852. Nessa conjuntura, o presidente da província propôs a "organização de colônias, cujos elementos fossem os sujeitos vadios, e que nenhum modo de vida honesto apresentam"[574]. Justificou que essas Colônias não só criariam, "com o seu trabalho, vários e avultados produtos, e tornariam melhores seus membros, mas obrigariam ao resto da população a procurar meios honestos de subsistência"[575]. Argumentou também que, apesar das despesas iniciais com a administração dessas colônias, com o tempo seriam estabelecidas com elas "novas e abundantes fontes de riqueza,

[572] ALAGOAS. Falla com que abria a Sessão Extraordinária da quarta legislatura da Assembleia Legislativa da Província de Alagoas o Presidente da mesma Província Manoel Felizardo de Souza e Mello em 4 de fevereiro de 1842. Pernambuco: Typographia de M. F. de Faria, 1842.
[573] Ibidem.
[574] Ibidem.
[575] Ibidem.

colhendo-se assim dois importantes proveitos, o de moralizar a população, e de aumentar as rendas públicas"[576].

Portanto, a prática da escravização e reescravização de homens aparecia como pauta principal, sendo possível perceber uma dupla preocupação: o controle da população que constantemente incomodava a hegemonia senhorial com tentativas de insubordinação, e a consequente fonte de receita para o governo provincial. Segundo João José Reis, as elites nacionais "conciliaram discursos liberais e civilizatórios com a manutenção da escravidão"[577]. Além disso, o vasto histórico de episódios de insurgência envolvendo escravizados e libertos, haja vista a discussão realizada anteriormente em torno da memória de Palmares, estava presente na mentalidade das autoridades e senhores de engenho.

As revoltas e formações de quilombos se caracterizaram como as mais importantes ou impactantes formas de resistência coletiva sob a escravidão. As revoltas tornaram-se mais frequentes a partir do final do século XVIII, sendo favorecidas "pela expansão das áreas dedicadas à agricultura de exportação e a consequente intensificação do tráfico escravo, que fez crescer a população cativa e em particular o seu contingente africano"[578]. As rebeliões escravas podem ser consideradas a mais direta e inequívoca forma de resistência em âmbito coletivo. Entretanto, tinham várias facetas e não se limitavam à ideia de destruição da instituição escravista ou de liberdade imediata dos escravizados, muitas "visavam apenas corrigir excessos de tirania, diminuir até um limite tolerável a opressão, reivindicando benefícios [...] ou punindo feitores particularmente cruéis"[579].

Alagoas também foi palco desses episódios que contestaram a escravidão, em especial nas primeiras décadas do século XIX. O intenso tráfico de africanos ao longo da primeira metade do oitocentos "transformou o campo próspero e as cidades maiores em pequenas Áfricas, [...] o que causava temores e às vezes rumores de conspiração, sobretudo depois da Revolta de 1835 na Bahia"[580]. Nesse período, a

---

[576] ALAGOAS. Falla com que abria a Sessão Extraordinária da quarta legislatura da Assembleia Legislativa da Província de Alagoas o Presidente da mesma Província Manoel Felizardo de Souza e Mello em 4 de fevereiro de 1842. Pernambuco: Typographia de M. F. de Faria, 1842, p.8.
[577] REIS, João José. Nos achamos em campo a tratar da liberdade: a resistência escrava no Brasil oitocentista. Projeto Raça, desenvolvimento e desigualdade social. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). **Viagem incompleta:** a experiência brasileira. São Paulo: Ed. Senac, 2000.
[578] Ibidem.
[579] Ibidem.
[580] REIS, João José. Quilombos e revoltas escravas no Brasil. **Revista USP**. São Paulo, n. 28, p.14-39, dez./fev. 1995/1996.

herança do ônus econômico lançado pelos Palmares ainda estava presente[581], temia-se que revoltas e quilombos afetassem a economia senhorial. Apesar de todo o controle impetrado pelas autoridades, a escravidão era vulnerável.

A primeira metade do século XIX, portanto, foi a época dos movimentos por independência e de revoltas regionais, ocasionando a difusão de ideias liberais e, posteriormente, abolicionistas. Essa conjuntura criou um ambiente favorável à rebeldia escrava, quando não a envolvia de forma direta.[582] Nesta segunda parte do estudo busca-se estudar episódios de insubordinação protagonizados por escravizados, libertos e livres pobres que abalaram a instituição escrava. Será problematizada aqui a revolta dos malês na comarca de Alagoas, em 1815, e a Guerra dos Cabanos, entre 1832 e 1835, que ainda teria desdobramentos na década seguinte. Para finalizar, será abordado o movimento dos "Marimbondos" entre 1851 e 1852, que se constituiu de vários motins contrários à lei do *registro civil*, à *lei do cativeiro* e, em menor medida, ao *censo geral* do Império. A ideia é recuperar o conteúdo político desses episódios, esvaziado por uma historiografia tradicional, rompendo assim com o discurso "antimultitudinário" proveniente dela.

[581] ALMEIDA, Luís Sávio de. **Memorial biográfico de Vicente de Paula, capitão de todas as matas:** guerrilha e sociedade alternativa na mata alagoana. Maceió: Edufal, 2008, p.46.
[582] REIS, João José. Quilombos e revoltas escravas no Brasil. **Revista USP**. São Paulo, n. 28, p.14-39, dez./fev. 1995/1996.

CAPÍTULO IV - "AGENTES DA SEDIÇÃO PREMEDITADA": UMA REVOLTA ESCRAVA EM 1815

Gilberto Freyre, prefaciando o livro "O negro na Bahia", de Luiz Vianna Filho, relatou ter encontrado, ao ler manuscritos de correspondências entre capitães-gerais de Pernambuco e a Corte, um volume referente aos anos de 1815-1817[583] em que se verificam informações sobre um movimento revolucionário de escravizados "que deveria ter rebentado na Comarca de Alagoas nas proximidades do Natal de 1815. Foi, porém, surpreendido a tempo pelas autoridades"[584], e as lideranças foram presas e levadas a julgamento em Recife. Percebe-se, ao analisar a pequena bibliografia sobre tal evento, uma característica comum nos estudos sobre revoltas escravas no Novo Mundo: o seu silenciamento ou o impensável se tornando um não evento[585]

A presença de negros muçulmanos em Alagoas se deu através de tráfico atlântico direto e interprovincial. Doravante, muitos se estabeleceram na região devido a fugas ocorridas na Bahia durante as primeiras décadas do século XIX, momento em que eram constantes as revoltas e conspirações, protagonizadas principalmente pelos haussás, etnia que teve muitos membros embarcados como cativos originários da Costa da Mina.[586] Essas revoltas e conspirações tinham em comum a "organização étnica, tentativas de ligar cidade e áreas de engenho, contato com quilombos e repressão governamental"[587].

Uma das primeiras revoltas dos malês planejadas no Brasil ocorreu no ano de 1814 em Salvador, e foi reprimida pelas autoridades baianas. Os revoltosos que conseguiram escapar teriam fugido para Sergipe e Alagoas e conspirado no sentido de dar continuidade a seus projetos de liberdade. Os haussás prevaleceram entre os escravizados "rebeldes na Bahia até pelo menos o levante de 12 de fevereiro de

---

583 FREYRE, Gilberto. Prefácio. In: VIANNA FILHO, Luiz. **O negro na Bahia**. São Paulo: José Olympio, 1946, p.14.

584 DUARTE, Abelardo. **Os negros muçulmanos nas Alagoas:** os malês. Maceió: Caetés, 1958, p.43.

585 TROUILLOT, Michel-Rolph. The Haitin Revolution as a non-event. In: TROUILLOT, Michel-Rolph. **Silencing the past:** power and production of history. Tradução de Elisângela Queiroz e Márcio Amêndola de Oliveiras. Boston: Beacon Press, 1995.

586 REIS, João José. Há duzentos anos: a revolta escrava de 1814 na Bahia. **Topoi**. Rio de Janeiro, vol.15, n. 28, p.68-115, jan./jun. 2014.

587 SCHWARTZ, Stuart B. Cantos e quilombos numa conspiração de escravos haussás. Bahia, 1814. In: REIS, João José; GOMES, Flavio dos Santos (Orgs.). **Liberdade por um fio:** história dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p.373-406.

1816, acontecido no Recôncavo, região que concentrava os engenhos de açúcar, as plantações de fumo"[588] e onde residia boa parte da população cativa. No início do século XIX, a Bahia importara cerca de 160 mil africanos da Costa da Mina[589], em sua maioria capturados no contexto do *jihad*.[590] Esse seria, para João José Reis, um dos motivos "por que a Bahia se tornou deste lado do Atlântico, nessa época, o sítio de maior concentração de escravos muçulmanos e o palco por excelência de revoltas haussás"[591], haja vista o contexto de constantes guerras político-religiosas em que os africanos muçulmanos estavam inseridos do outro lado do Atlântico.[592]

Nas primeiras décadas do oitocentos, ocorreu um aumento das tensões envolvendo o controle da população cativa, devido ao número cada vez maior de africanos capturados em guerras na África Ocidental para se tornarem cativos e, em seguida, serem trazidos para a Bahia. Isso gerou "profundos temores por parte das autoridades coloniais de toda América portuguesa. Eram aqueles homens, vivamente preocupados com os 'inimigos internos', que tinham que lidar com os levantes"[593], fossem eles efetivos ou potenciais, dos africanos recém-egressos dos conflitos bélicos em sua terra natal.[594]

Em seu estudo sobre os escravizados muçulmanos na Bahia, Paul Lovejoy expôs:

---

[588] REIS, João José. Há duzentos anos: a revolta escrava de 1814 na Bahia. **Topoi**. Rio de Janeiro, vol.15. n. 28, p.68-115, jan./jun. 2014.

[589] Paul Lovejoy documenta que cerca de 75 a 124 mil muçulmanos partiram para as Américas em regime de cativeiro entre os anos de 1800 a 1850, sendo que a maioria tinha o Brasil como destino. O autor também descreve, de maneira quantitativa, a predominância masculina nessa população traficada, bem como a faixa etária, marcada principalmente por adultos, "no auge de sua idade produtiva". Ver: LOVEJOY, Paul. Jihad e escravidão: as origens dos escravos muçulmanos da Bahia. **Topoi**. Rio de Janeiro, vol. 1, n.1, 2000, p.11-44.

[590] Segundo Lidice Meyer Pinto Ribeiro, os muçulmanos trazidos para o Brasil na condição cativa eram prisioneiros advindos de guerras político-religiosas da região do Sudão Central, o que hoje equivaleria ao norte da Nigéria. Ver: RIBEIRO, Lidice Meyer Pinto. Negros islâmicos no Brasil escravocrata. **Revista USP**. São Paulo, p.139-152, set./nov. 2011.

[591] REIS, op. cit., jan./jun. 2014.

[592] Priscila Leal Mello, questionando as abordagens jihadistas da Revolta dos Malês de 1835 na Bahia, problematiza a tradução literal de *Jihad* para "Guerra Santa", concebendo-a como "uma ação guerreira de um Estado constituído". Ver: MELLO, Priscilla Leal. **Leitura, encantamento e rebelião:** o islã negro no Brasil. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009, p.1-18.

[593] SILVA, Luiz Geraldo. Sementes da sedição: etnia, revolta escrava e controle social na América portuguesa (1808-1817). **Afro-Ásia**. Salvador, n. 25-26, 2001, p.9-60. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/21008>. Acesso em: 15 jul. 2015.

[594] Negros muçulmanos livres e escravos protagonizaram insurreições na Bahia nos anos de 1807, 1809, 1814, 1815 e 1816, "seguidas de um intervalo, após o qual se iniciaram diversas rebeliões que ficaram conhecidas como nagôs: 1826, 1827, 1830, 1835". Ver: RIBEIRO, Lidice Meyer Pinto. Negros islâmicos no Brasil escravocrata. **Revista USP**. São Paulo, n. 91, p.139-152, set./nov. 2011.

> As contradições internas ao cativeiro permitiram aos escravos estabelecer as suas próprias comunidades, mantendo um sentido de identidade como agentes culturais para, desse modo, resistir às incursões da cultura senhorial em suas vidas. Fatores africanos eram essenciais nesta busca de autonomia.[595]

Assim, a evolução da identidade malê no Brasil recebia influência das ideias, políticas e lutas da sociedade haussá do final do século XVIII. Abelardo Duarte aponta que os haussás e os nagôs foram responsáveis por um largo período de inquietação e lutas armadas na Bahia, tendo chegado a Alagoas o reflexo desse irredentismo muçulmano, com a "esboçada e fracassada Revolução ou Insurreição Malê de 1815, que a sagacidade e a diligência do Ouvidor da Comarca das Alagoas Antônio Ferreira Batalha fizera abortar"[596]. O ouvidor da comarca havia sido informado em julho de 1815 de uma suposta conspiração dos malês em Alagoas, os quais estariam planejando uma revolta para dezembro do mesmo ano.

São escassos os estudos acerca da presença de negros muçulmanos na região alagoana, uma das exceções é o lacônico livro de Abelardo Duarte intitulado "Os negros muçulmanos em Alagoas", fruto de uma memória lida no Instituto Geográfico e Histórico da Bahia na ocasião do cinquentenário da morte de Nina Rodrigues, em 1956. A obra traz informações sobre a suposta "conspiração" de revolta malê em 1815, apresentando correspondências entre o então ouvidor da comarca de Alagoas, Antônio Batalha, e o governador e capitão-geral de Pernambuco, Caetano Pinto de Miranda[597], em que relatam os fatos e medidas tomadas a partir da notícia da conspiração. Duarte descreve o ouvidor Batalha como o grande responsável pelo sufocamento da revolta, colocando em segundo plano o projeto político da resistência escrava. Seguindo as palavras de Abelardo Duarte, o "êxito da desarticulação e abortamento da insurreição de 1815 seria do ouvidor que 'venceu a cartada', aprisionando os emissários dos sediciosos e abafando na própria gorja a ânsia incontida de revolta dos escravos negros"[598]. Define assim os ocorridos

---

[595] LOVEJOY, Paul. Jihad e escravidão: as origens dos escravos muçulmanos da Bahia. **Topoi**. Rio de Janeiro, vol. 1, n.1, 2000, p.11-44.
[596] DUARTE, Abelardo. **Os negros muçulmanos nas Alagoas:** os malês. Maceió: Caetés, 1958, p.30-31.
[597] O autor faz referência a uma série de correspondências, entretanto, apenas uma datada de 4 de agosto de 1815 aparece devidamente citada, com a transcrição na íntegra como anexo do livro.
[598] DUARTE, op. cit., p.50.

como uma conspiração de revolta que foi repreendida pelas autoridades antes do planejado, um "malogrado movimento".

A proposta aqui é ir além da narrativa que, de certa maneira, enaltece os feitos do ouvidor da comarca das Alagoas durante o sufocamento da conspiração malê de 1815 e a expõe como "fracassada". Pretende-se refletir sobre o projeto político de resistência presente nesse episódio, dialogando com a tradição de resistência dos povos da diáspora africana e seus descendentes na região. No mesmo sentido, João José Reis, ao estudar a resistência de negros muçulmanos na Bahia em 1814, atribui a eles mais do que um simples protesto contra a fome seguido de fuga em massa de escravizados; esses sujeitos teriam em mente a sublevação de toda a escravatura.[599] Nas palavras do ouvidor Batalha, a intenção dos negros na comarca de Alagoas com a revolta era "matar, tomar as terras dos brancos na noite de Natal do ano de 1814"[600]. No entanto, circunstâncias maiores teriam levado ao adiamento da revolta para 1815.

Portanto, entende-se que as conspirações e insurreições protagonizadas por escravizados muçulmanos objetivavam forjar "estratégias de resistência capazes de permitir um retorno seguro à África, ou a formação de comunidades autônomas no Brasil, ou ainda a própria superação do regime escravista".[601] Recentemente, autores como João José Reis e Stuart Schwartz vêm concebendo as revoltas escravas e os quilombos "como táticas mutuamente articuladas na guerra dos escravos contra a escravidão"[602]. Desse modo, na série de conspirações e revoltas que emergiram majoritariamente na Bahia no início de século XIX é possível notar como escravizados urbanos e rurais cooperaram e coordenaram suas ações; a importância e o papel das identidades étnicas; a participação de libertos; e como as fugas e quilombos podiam contribuir para a coordenação e mobilização dos revoltosos.[603]

---

[599] REIS, João José. Há duzentos anos: a revolta escrava de 1814 na Bahia. **Topoi**. Rio de Janeiro, vol.15, n. 28, p.68-115, jan./jun. 2014.
[600] Carta do Ouvidor Antônio Batalha a Caetano Pinto de Miranda Montenegro. Porto de Pedras, 22 mar. 1816. Acervo do Arquivo Nacional - Rio de Janeiro, IJJ9, 241, vol.05 (1815-1817), fls. 113-116v.
[601] LOVEJOY, Paul. Jihad e escravidão: as origens dos escravos muçulmanos da Bahia. **Topoi**. Rio de Janeiro, vol. 1, n. 1, 2000, p.11-44.
[602] SCHWARTZ, Stuart B. Cantos e quilombos numa conspiração de escravos haussás. Bahia, 1814. In: REIS, João José; GOMES, Flavio dos Santos (Orgs.). **Liberdade por um fio:** história dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p.373-406.
[603] Ibidem, p.373-406.

Segundo Mariza de Carvalho Soares e Priscila Leal Mello, a planejada rebelião de 1815 em Alagoas contou com escravizados locais e egressos dos movimentos de 1807, 1809 e 1813-1814 na Bahia.[604] Abelardo Duarte ensaiou algumas hipóteses relevantes, como a da existência de uma rede de articulação entre os haussás de Alagoas e os da Bahia, indicando que haveria um projeto amplo de resistência escrava. O pesquisador alagoano, analisando as informações presentes nas correspondências do ouvidor Batalha, levantou a ideia de que os haussás que estariam planejando a revolta não seriam apenas os que haviam fugido da Bahia, alegando que os de Alagoas agiam de "comum acordo com os seus companheiros da área baiana e o faziam seguindo um plano perfeitamente traçado, que alguma delação tornou conhecido das autoridades"[605]. Atentando para as revoltas ocorridas na Bahia antes de 1815 e as que decorreram nas décadas posteriores, é possível vislumbrar a articulação dos revoltosos. Dessa forma, tais informações instigam pesquisadores dessa temática a pensar sobre as muitas conexões entre as rebeliões escravas no Nordeste brasileiro.[606]

A organização dos negros muçulmanos em Alagoas, advinda de um sentimento étnico, reunia haussás e escravizados de outras nações pertencentes a senhores locais que detinham identidades originadas na África Ocidental, o que leva a pensar que as "tensões decorrentes da importação maciça de 'escravos guerreiros' não se confinaram à capitania da Bahia"[607]. Em sua pesquisa sobre escravizados muçulmanos no Império do Brasil, Priscila Leal Mello expõe:

> [...] os cativos da Comarca de Alagoas, possivelmente em conjunto com negros ali aquilombados e provenientes de revoltas escravas das Capitanias da Bahia, começaram a tramar uma revolta [...]. Tiveram papéis de destaque o preto mina Joaquim, quem, segundo a autoridades, encomendou

[604] SOARES, Marisa de Carvalho; MELLO, Priscilla Leal. O resto perdeu-se? História e folclore – O caso dos muçulmanos em Alagoas. In: BARROS, Rachel Rocha de A.; CAVALCANTI, Bruno César; FERNANDES, Clara Suassuna (Orgs.). **Kulé Kulé** – visibilidades negras. Maceió: Edufal, 2006, p.14-25.

[605] DUARTE, Abelardo. **Os negros muçulmanos nas Alagoas:** os malês. Maceió: Caetês, 1958, p.47.

[606] MELLO, Priscilla Leal. **Leitura, encantamento e rebelião:** o islã negro no Brasil. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009, p.157.

[607] SILVA, Luiz Geraldo. Sementes da sedição: etnia, revolta escrava e controle social na América portuguesa (1808-1817). **Afro-Ásia**. Salvador, n. 25-26, 2001, p.9-60. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/21008>. Acesso em: 15 de jul. 2015.

> armas que guardou consigo, e Inácio, de nação não identificada, e que se autodenominava "comandante".[608]

Um estudo de maior fôlego sobre esse assunto é o de Luiz Geraldo da Silva, que, examinando documentos do Arquivo Nacional (Rio de Janeiro) e do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (Recife), elaborou uma lúcida análise sobre o episódio:

> [...] a composição do grupo envolvido no planejamento da sedição teve uma configuração situada para além da aliança de caráter étnico que, supostamente, articulou os negros aquilombados e seus pares da vila das Alagoas. Em primeiro lugar, como se viu, cativos de outras "nações", além da haussá e mesmo escravos de "gentes pobres, que por isso tinham mais liberdade na Vila das Alagoas", prepararam, encomendaram ou guardaram armas, discutiram os termos do levante e se comunicaram com os aquilombados. Todos estes, "de noite, de grandes distâncias, e pelo interior das matas vinham ao Quilombo dos negros fugidos da sedição da Bahia". Assim, tal como ocorrera nesta capitania, haussás encabeçaram o planejamento da sedição, mas contataram cativos de outras "nações".[609]

As autoridades da Vila de Alagoas frequentemente acusavam negros muçulmanos fugidos – que estavam refugiados em um quilombo situado nas matas circunvizinhas – de serem os responsáveis pela revolta. Todavia, segundo Sávio de Almeida, durante as primeiras décadas do século XIX havia um exacerbado sentimento de pânico, portanto a revolta planejada para o Natal de 1815 não poderia decorrer "apenas de um punhado de negros fugidos da Bahia. Negros fugidos existiram muitos, mas, é bem verdade, poucos possivelmente oriundos de uma revolta de vulto"[610]. Supostamente, os haussás vindos da Bahia encontraram parceiros ideais, os escravizados de pequenos proprietários, denominados pelas autoridades de "gentes pobres". Esses escravizados possuíam certa liberdade no que diz respeito à mobilidade, pois eram responsáveis pelo próprio sustento e pelo de seus senhores. Provavelmente, muitos exerciam trabalhos de ganho, por isso

---

[608] MELLO, Priscilla Leal. **Leitura, encantamento e rebelião:** o islã negro no Brasil. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009, p.158.

[609] SILVA, Luiz Geraldo. Sementes da sedição: etnia, revolta escrava e controle social na América portuguesa (1808-1817). **Afro-Ásia**. Salvador, n. 25-26, 2001, p.9-60. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/21008>. Acesso em: 15 de jul. 2015.

[610] ALMEIDA, Luís Sávio de. **Memorial biográfico de Vicente de Paula, capitão de todas as matas:** guerrilha e sociedade alternativa na mata alagoana. Maceió: Edufal, 2008, p.40.

podiam circular com relativa autonomia e utilizar redes de sociabilidade para manter contato com escravizados e libertos a fim de articular a revolta.[611] Em Recife, uma sedição foi planejada para um domingo, 29 de junho de 1814, dia do Espírito Santo, e acabou sendo descoberta antes que pudesse se efetivar, mas se sabe que o plano contava com a participação de escravizados e forros, principalmente trabalhadores de ganho.[612]

Para Stuart B. Schwartz, a forte orientação islâmica de algumas rebeliões escravas do início do século XIX levou muitas abordagens historiográficas a privilegiar uma explicação religiosa, entretanto estudos recentes sugerem que "nem todos os rebeldes eram muçulmanos ou tinham objetivos especificamente religiosos"[613]. Na visão de Clóvis Moura, diversas revoltas haussás foram "estudadas, enganosamente, por alguns historiadores, como *revoltas religiosas*"[614], tais pesquisas não atentaram para questões mais gerais de resistência escrava.

Em Alagoas configurou-se uma prática existente nas revoltas baianas, a articulação entre aquilombados, escravizados e libertos que habitavam as vilas e cidades – era essa prática que viabilizava a estratégia e o planejamento do levante. Na revolta de 1835, na Bahia, seguindo a linha de abordagem de João José Reis e Alberto da Costa e Silva, os responsáveis pela idealização e início do levante foram os negros muçulmanos, que mobilizaram amigos e simpatizantes de outras etnias: "A solidariedade étnica, bem como a condição de africano e de escravo, teriam sido determinantes na mobilização dos que saíram armados às ruas."[615] A pesquisadora Rosemarie Quring-Zoche concebe esse episódio como uma luta dos africanos,

---

[611] Segundo Tâmis Peixoto Parron, no ano de 1833, "dezenas de cativos se sublevaram na freguesia de Carrancas (Comarca do Rio das Mortes), onde se concentravam as mais altas taxas de escravos por homens livres da província, cerca de 60%, e uma igualmente elevada proporção de africanos entre os cativos (56,25% do total)". Ver: PARRON, Tâmis Peixoto. **A Política da Escravidão no Império do Brasil, 1826-1865**. Dissertação (Mestrado em História Social), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009, p.78.

[612] CARVALHO, Marcus Joaquim Maciel de. Rumores e Rebeliões: estratégias de resistência escrava no Recife, 1817-1848. **Tempo**. Niterói, vol.3, n. 6, dez. 1998.

[613] SCHWARTZ, Stuart B. Cantos e quilombos numa conspiração de escravos haussás. Bahia, 1814. In: REIS, João José; GOMES, Flavio dos Santos (Orgs.). **Liberdade por um fio:** história dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p.373-406.

[614] MOURA, Clóvis. **Rebeliões da senzala:** quilombos, insurreições, guerrilhas. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988, p.37.

[615] SILVA, Alberto da Costa e. Sobre a Rebelião de 1835 na Bahia. In: SILVA, Alberto da Costa e. **Um Rio Chamado Atlântico:** a África no Brasil e o Brasil na África. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2003, p.190.

especialmente de nagôs, que tinham como inimigos os senhores brancos de escravizados, em que o Islã era um importante fator integrativo e organizador.[616]

Ao estudar o levante baiano de 1814, Stuart B. Schwartz aponta que as revoltas escravas, no geral, foram:

> [...] organizadas e desenvolvidas em torno das etnias, mas às vezes a participação e a liderança ultrapassavam essas fronteiras culturais [...]. Homens e mulheres escravos e libertos ocasionalmente se uniam em ação comum. As revoltas escravas baianas constituíram uma série de campanhas e batalhas numa longa guerra contra a escravidão.[617]

Esse levante ocorreu na esteira de duas tentativas de revolta anteriores, em 1807 e em 1809. Nesta última os revoltosos materializaram em parte os seus planos: eles "promoveram uma fuga em massa de escravos de Salvador e do Recôncavo e encetaram ataques esporádicos à Vila de Nazaré, área de agricultura de mandioca"[618]. A revolta de 1814 teve início numa segunda-feira, 28 de fevereiro – o dia anterior, por ser um domingo, era propício para "a mobilização dos escravos, dia de folga, quando estariam mais livres para circular, até para sumir durante algumas horas sem serem notados, se reunir para os últimos retoques do levante e em seguida agir"[619]. Assim, durante a madrugada, aproximadamente 200 homens atacaram armações de pesca de baleia ao norte de Salvador, iniciando a revolta, que foi derrotada na tarde do mesmo dia, durando apenas entre oito e nove horas.

Os rebeldes de 1814 eram guerreiros e se mobilizavam como podiam, tinham um plano militar e pretendiam formar um combate organizado. Eles "usaram armas que estavam acostumados a manejar nas guerras de suas terras: arco e flecha, machado, lança, cutelo e espada, além de archote"[620]; poucas armas de fogo foram encontradas, pois eram de difícil acesso. Todavia, não tiveram muita força e acabaram derrotados. Houve rebeldes que conseguiram escapar e adentrar as matas, alguns passaram a integrar bandos de salteadores de estrada e foram

---

[616] QUIRING-ZOCHE, Rosemarie. Luta religiosa ou luta política? O levante dos Malês da Bahia segundo uma fonte islâmica. **Afro-Ásia**. Salvador, n. 19/20, 1997, p.229-238.
[617] SCHWARTZ, Stuart B. Cantos e quilombos numa conspiração de escravos haussás. Bahia, 1814. In: REIS, João José; GOMES, Flavio dos Santos (Orgs.). **Liberdade por um fio:** história dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p.373-406.
[618] REIS, João José. Há duzentos anos: a revolta escrava de 1814 na Bahia. **Topi**. Rio de Janeiro, vol.15. n.28, p.68-115, jan./jun. 2014.
[619] Ibidem.
[620] Ibidem.

desaparecendo do mapa político e policial da Bahia. Provavelmente, muitos destes se estabeleceram na comarca de Alagoas e participaram do planejamento da revolta de 1815.

Dessa forma, cabe atentar para a existência de uma rede de conspiração que ligava as capitanias nordestinas. Os malês eram irmanados pelo islamismo e detinham uma índole guerreira, mostrando algo característico dos escravizados, a insubmissão. Havia uma espécie de aliança negra, cujos "membros agiam planificadamente, articulando-se aqui, ali e acolá, e parecendo ser a Bahia o centro de irradiação"[621]. Priscila Leal Mello levanta a hipótese de que havia uma conexão rebelde no Nordeste entre as regiões dos atuais estados de Alagoas, Pernambuco e Bahia, a chamada "Conexão Nordeste"[622]. Nesse sentido, a hegemônica classe senhorial nordestina, nas primeiras décadas do século XIX, teve de lidar com "uma população cativa (muçulmana ou não) importada da Baía de Benin propensa à revolta e à ação militar"[623], sendo que muitos desses escravizados possuíam uma tradição militar fundada na solidariedade religiosa e no compromisso com a Guerra Santa.

Ao longo dos séculos em que perdurou a instituição escrava nas Américas e no Caribe, os escravocratas procuravam negar completamente a resistência dos escravizados, promovendo uma convicção tranquilizadora, banalizando os revoltosos, quilombolas, escravizados fugidos etc. Assim, a resistência não era posta como um fenômeno global, cada caso de inequívoca oposição, cada possível revolta era tratada separadamente, o que acabava esvaziando o seu conteúdo político.[624]

O episódio de 1815 em Alagoas, a princípio, pode parecer um acontecimento isolado, entretanto, ao analisá-lo em um contexto mais amplo, é possível estabelecer uma relação com as revoltas desencadeadas na região baiana nos anos anteriores e também nos anos posteriores. Sobre a revolta de 1807, na Bahia, João José Reis sinalizou a intenção dos revoltosos de expandi-la até

---

[621] DUARTE, Abelardo. **Os negros muçulmanos nas Alagoas** (os malês). Maceió: Edições Caetês,1958, p.35.
[622] MELLO, Priscilla Leal. **Leitura, encantamento e rebelião:** o islã negro no Brasil. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009, p.158.
[623] LOVEJOY, Paul. Jihad e Escravidão: as origens dos escravos muçulmanos da Bahia. **Topoi**. Rio de Janeiro, vol. 1, n. 1, 2000, p.11-44.
[624] TROUILLOT, Michel-Rolph. The Haitin Revolution as a Non-Event. In: TROUILLOT, Michel-Rolph. **Silencing the Past:** power and production of history. Tradução de Elisângela Queiroz e Márcio Amêndola de Oliveiras. Boston: Beacon Press, 1995.

Pernambuco, libertar os escravizados haussás e formar um grande reino Haussá no Brasil.[625] Houve também uma suspeita de que os eventos que ocorreram em Alagoas em 1815 teriam ligação com o levante de 1816 na Bahia. Segundo Duarte,

> [...] negros muçulmanos vieram deliberadamente da Bahia para promover nas Alagoas, ainda por essa época Comarca pernambucana, um levante da comunidade negra e que articularia com a insurreição baiana deflagrada no ano seguinte. Vieram e infiltraram-se nos pontos de maior concentração de escravos, sobretudo na cabeça da então Comarca, na atual cidade de Marechal Deodoro, antiga Alagoas e no Penedo, ponto de vital importância. Neste, principalmente, havia maior número de negros Haussás, vindos da Bahia, negros que, por longos anos ainda depois, para lá se encaminhariam.[626]

A comarca de Alagoas parecia constituir um local propício para a eclosão de um levante: "[...] mal guarnecida militarmente, com uma ampla extensão, sujeita a uma administração parca e com um cativeiro marcado pela presença de um número significativo de escravos da África Ocidental"[627]. Os vereadores da Vila de Alagoas, ao serem informados da "sedição premeditada", solicitaram socorro ao governo de Pernambuco "para fazer repelir semelhante atentado, visto se acharem os povos desta comarca sem forças algumas de armas"[628].

A projetada insurreição negra (malê) em Alagoas estava marcada para acontecer em dezembro de 1815, no dia de Natal, data que não foi escolhida por acaso. Muitas revoltas escravas eram planejadas para os dias de festas, "especialmente as noites festivas, não só porque seus líderes contavam com o relaxamento do controle senhorial, mas porque contavam com a reunião de escravos possuídos por um espírito de redenção"[629]. Na Bahia, de todas as revoltas e conspirações das primeiras décadas do século XIX, oito ocorreram durante o

---

[625] REIS, João José. **Revolta escrava no Brasil:** a história do levante dos malês em 1835. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p.72-76.
[626] DUARTE, Abelardo. **Os negros muçulmanos nas Alagoas** (os malês). Maceió: Edições Caetês, 1958, p.31.
[627] SILVA, Luiz Geraldo. Sementes da sedição: etnia, revolta escrava e controle social na América Portuguesa (1808-1817). **Afro-Ásia**. Salvador, n. 25-26, p.9-60, 2001. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/21008>. Acesso em: 15 jul. 2015.
[628] Carta dos Vereadores da Vila das Alagoas Gregório Correa da Malta, Narciso Correa Machado de Araújo, Francisco Domingos da Silva e José Joaquim do Espírito Santo a Caetano Pinto de Miranda Montenegro. Vila das Alagoas, 18 jul. 1815. Acervo Arquivo Nacional - Rio de Janeiro, IJJ9, 241, vol.5 (1815-1817), fl. 41.
[629] REIS, João José. Quilombos e revoltas escravas no Brasil. **Revista USP**. São Paulo, n. 28, p.14-39, dez./fev. 1995/1996.

verão, entre dezembro e fevereiro (ciclo natalino e carnaval), outras se deram em dias santos.

Robert Dirks, ao estudar revoltas escravas no Caribe britânico, sinaliza que durante o mês de dezembro ocorria o relaxamento das condições de trabalho[630], sendo que nos dias de festas os senhores tinham sua atenção voltada para os festejos católicos, assim os levantes podiam acontecer com maior eficácia.[631] Stuart B. Schwartz aponta que era comum planejar rebeliões escravas para momentos do calendário secular e religioso em que o nível de controle estaria baixo, especialmente no Natal, na Páscoa, dia de Nossa Senhora da Guia e de São João.[632] Nesse sentindo, Abelardo Duarte observa que o Natal de 1815 era uma época "propícia quando a comemoração tradicional [...], como sempre, precederia a atenção dos homens e das famílias, do povo, enfim, entregues aos festejos e aos atos de fé religiosa"[633]. Tais informações demonstram a capacidade de planejamento e articulação dos escravizados, os quais conheciam os caminhos e as estratégias que precisariam percorrer para obter êxito.

O ouvidor Batalha relatou ter sido informado, no dia 12 de julho de 1815, de que na comarca de Alagoas "os escravos negros seduzidos por alguns que se escaparam da sedição da Cidade da Bahia se pretendiam sublevar"[634]. Assim, ao descobrirem os planos dessa revolta, as autoridades se articularam e tomaram algumas providências, como a solicitação da colaboração de autoridades civis e militares e do auxílio de tropas formadas por cerca de 200 indígenas, as quais se juntaram às ordenanças e milícias. A ideia era sufocar o levante antes que este reunisse um número maior de adeptos[635], o que evidenciava um grande medo da eclosão de uma revolta na região.

---

[630] DIRKS, Robert. **The Black Saturnalia**. Gainsville: U. of Florida Press, 1987.
[631] RIBEIRO, Lidice Meyer Pinto. Negros Islâmicos no Brasil Escravocrata. **Revista USP**. São Paulo, n. 91, p.139-152, set./nov. 2011.
[632] SCHWARTZ, Stuart B. Cantos e quilombos numa conspiração de escravos haussás. Bahia, 1814. In: REIS, João José; GOMES, Flavio dos Santos (Orgs.). **Liberdade por um fio:** história dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p.373-406.
[633] DUARTE, Abelardo. **Os negros muçulmanos nas Alagoas** (os malês). Maceió: Edições Caetês,1958, p.35.
[634] Ofício do Ouvidor Antonio Batalha, de 4 de agosto de 1815. Apud: Ibidem, p.59.
[635] Em 1835, na Bahia, a conspiração malê também foi denunciada, portanto, a população africana reagiu perante a repressão. Ver: QUIRING-ZOCHE, Rosemarie. Luta religiosa ou luta política? O levante dos malês da Bahia segundo uma fonte islâmica. **Afro-Ásia**. Salvador, n. 19/20, 1997, p.229-238.

Em resposta a uma carta do ouvidor Batalha, datada de 27 de julho, informando sobre a suposta conspiração escrava, o governador e capitão-geral de Pernambuco Caetano de Melo e Pinto expôs suas providências, entre elas o envio do Marechal-Inspetor de Corpos Milicianos José Roberto Pereira da Silva à comarca de Alagoas, no intuito de prender os escravizados fugitivos da Bahia. O inspetor foi munido de "ordens precisas, para pôr em atividade todas as forças da mesma Comarca, e dar as providências, que as circunstâncias exigirem"[636]. As tropas de linha receberam soldo dobrado para atuar, visando intimidar as lideranças e deixar os escravizados receosos.[637] Ao ouvidor Batalha foi atribuída a tarefa de informar:

> [...] ao dito Marechal do estado das cousas. Combinando com ele as medidas, que forem mais convenientes; e uma das principais, em que se devem empregar as mais ativas diligencias, é a prisão dos vinte tantos escravos da Bahia, que se refugiarão para essa Comarca, a onde, creio eu, tem espalhado as primeiras sementes da sedição. Os cabeças da mesma sedição depois de se lhes formar a culpa com a devida legalidade deveria ser recolhidos com toda a Segurança para a Cadeia desta Villa acompanhados do Seu processo. Os que tiveram contra Si indícios veementes, julgo que devam tão bem ser recolhidos, para daqui os mandar para a Ilha de Fernando de Noronha, onde não há escravos, a quem possam contaminar. Os de indícios leves, depois de castigados com alguma severidade, podem ser entregues a seus senhores, com recomendação de vigiarem sobre a sua conduta. Castigar um homem por indícios leves não é conforme aos princípios do Marques de Bescaria. Mas a escravidão é um estado violento, e quem é obrigado a manter os escravos em obediência, não pode ser arguido de usar de alguma severidade, quando esta é precisa, para obstar aos indeléveis impulsos da natureza.[638]

Os "cabeças" da sedição eram considerados perigosos e deveriam ser presos e enviados à cadeia, e os que tivessem graves indícios contra si, enviados à

---

[636] Conjunto documental: Ministério do Reino, Pernambuco, Correspondência do presidente da província, 02 ago. 1815. Acervo do Arquivo Nacional - Rio de Janeiro, IJJ9, 241.
[637] ALMEIDA, Luís Sávio de. **Memorial biográfico de Vicente de Paula, capitão de todas as matas:** guerrilha e sociedade alternativa na mata alagoana. Maceió: Edufal, 2008, p.45.
[638] Conjunto documental: Ministério do Reino, Pernambuco, Correspondência do presidente da província, 02 ago. 1815. Acervo do Arquivo Nacional - Rio de Janeiro, IJJ9, 241.

ilha de Fernando de Noronha[639], pois lá não havia outros escravizados para serem "contaminados" por eles.[640] Assim, foi fixado na Vila de Alagoas:

> [...] o Marechal-Inspetor dos Corpos Milicianos com um destacamento de tropa de linha. A vila transformou-se de uma hora para outra, numa praça de guerra. Sutilmente agira o Ouvidor Batalha e, então, dirigiu em pessoa a caça aos escravos suspeitos e aos indigitados participantes do premeditado levante. Em todas as direções seguiram forças volantes sob enorme aparato bélico, iniciando-se as buscas e com elas entrando em ação a violência e espalhando-se o terror nas senzalas.[641]

Em ofício de 4 de agosto de 1815[642] endereçado ao governador e capitão-geral de Pernambuco, o ouvidor Antônio Batalha pediu para todas "as autoridades civis e militares desta Comarca [...] proverem, pelos meios possíveis, sobre a Segurança Pública, o mesmo aos Diretores dos Índios para os terem armados e prontos"[643] quando solicitados. O ouvidor Batalha ordenou que a tropa, com cerca de 200 indígenas e o auxílio das ordenanças e milícias, fosse à captura dos "negros indiciados cabeças da sedição premeditada e a intimidar, e a fazer conter o resto da escravatura"[644]. Com essa operação, foram presos os suspeitos de planejar a revolta e foram afixados editais solicitando aos senhores de escravizados e habitantes da comarca que comunicassem qualquer tipo de rumor ou movimento suspeito, como é possível observar nas palavras do ouvidor:

> Presos felizmente, entre 26, onze dos que se propunham os mais temíveis, procedi na Vila sobredita aos autos de achada de ferros ofensivos, e de perguntas, de onde suficientemente constara a intimação criminosa e como me não era dado prever as consequências das prisões que fizera, e das que teria de fazer, dobrando-se o perigo pela insegurança e pequenez da Cadeia da Vila das Alagoas, distância das outras da Comarca, e necessidade de multiplicar os meios de segurança dos Negros presos, enviei 7 com os autos sobreditos para

---

[639] Peter M. Beattie estudou a colônia penal de Fernando de Noronha. Ver: BEATTIE, Peter M. **Punishment in paradise**: race, slavery. Human rights, and a nineteenth-century Brazilian penal colony. Durhan/London: Duke University Press, 2015.

[640] Conjunto documental: Ministério do Reino, Pernambuco, Correspondência do presidente da província, 02 ago. 1815. Acervo do Arquivo Nacional - Rio de Janeiro, IJJ9, 241.

[641] DUARTE, Abelardo. **Os negros muçulmanos nas Alagoas** (os malês). Maceió: Edições Caetês, 1958, p.48.

[642] Publicado na íntegra por Abelardo Duarte em seu livro sobre os Malês em Alagoas. Ibidem.

[643] Ofício do Ouvidor Antonio Batalha, de 4 de agosto de 1815. Apud: Ibidem, p.59.

[644] Ibidem, p.59.

> Pernambuco, removi alguns para a Cadeia desta Vila d'Atalaia, detive outros na das Alagoas, e fiz soltar os que foram presos no tumulto das prisões e contra quem não havia indicio algum.[645]

As autoridades estavam com receio de que "as prisões efetuadas excitassem o ânimo dos escravos negros e dos libertos e precipitassem os acontecimentos"[646]. Temia-se a rebentação de um mal que o ouvidor Batalha pretendia evitar, dessa forma, foi prendendo escravizados com base em provas obtidas "ou só graves indícios de serem Agentes da Sedição premeditada"[647]. Foi montado então um sistema de policiamento que visava fiscalizar a população cativa e de libertos, sendo "estabelecida em todos os pontos convenientes uma polícia ativa, cuidando cautelosamente de verificar a existência, nesta Comarca, dos negros fugidos da Bahia"[648].

Segundo João José Reis, os libertos, a "elite" da comunidade africana no tempo da escravidão, foram líderes de muitas "revoltas escravas. Sem dúvida eles ocupavam posições estratégicas na estrutura social, a partir das quais podiam conspirar eficientemente contra a classe senhorial"[649], o que explica as medidas tomadas pelas autoridades no intuito de fiscalizar essa população. O governo de Caetano Pinto de Miranda em Pernambuco teve, desde o seu início, em 1804, uma especial atenção com o controle social de negros livres e cativos, como se pode constatar na análise de suas correspondências com diversas autoridades da capitania.[650]

Após a execução dessas medidas na Vila de Alagoas, Antônio Batalha se dirigiu à Vila de Atalaia "para prover sobre a segurança dos negros" que lá se encontravam presos. A pedido das autoridades locais, providências também foram tomadas na Vila de Penedo, que constituía um dos maiores núcleos de população cativa da comarca de Alagoas. Os escravizados e libertos da região "participaram também da trama revolucionária, alarmando a população, inclusive o Senado da

---

[645] Ofício do Ouvidor Antonio Batalha, de 4 de agosto de 1815. Apud: DUARTE, Abelardo. **Os negros muçulmanos nas Alagoas** (os malês). Maceió: Edições Caetês, 1958, p.59.
[646] Ibidem, p.49.
[647] Ofício do Ouvidor Antonio Batalha, de 4 de agosto de 1815. Apud: Ibidem, p.58-59.
[648] Ibidem, p.59.
[649] REIS, João José. Quilombos e revoltas escravas no Brasil. **Revista USP**. São Paulo, n. 28, p.14-39, dez./fev. 95/96.
[650] SILVA, Luiz Geraldo. Sementes da sedição: etnia, revolta escrava e controle social na América Portuguesa (1808-1817). **Afro-Ásia**. Salvador, n. 25-26, p.9-60, 2001. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/21008>. Acesso em: 15 jul. 2015.

'mui nobre e leal Vila', cuja população negra contava em seu seio negros escravos islamizados do Sudão"[651], sobretudo haussás e mandingas.

Em 18 de agosto de 1815, o Marechal-Inspetor José Roberto Pereira da Silva relatou ao governador e capitão-geral de Pernambuco Caetano de Melo e Pinto como foram seus primeiros dias na Vila de Alagoas:

> Ilustríssimo Excelentíssimo Senhor. No dia 16 do corrente imediato ao em que participei a Vossa Excelência a minha chegada a esta vila saía dela o Ouvidor Geral, dando as providencias para alojar a tropa, e dando-me em breves horas a certeza que pouco havia que recear dos negros sublevados, e que por ter de ultimar a correição da Atalaia precisava ir ali para com apurável brevidade ver devassar e autuar os presos compreendidos, ou suspeitosos deste conluio, a um Magistrado tão ativo, e zeloso como mostrou no ofício de participação que dirigiu a Vossa Excelência o mês passado sobre este mesmo objeto, não me pareceu convincente embaraça-lo, por saber que tão bom naquela Vila tem presos desta natureza, aos quais seria preciso acarear. Cuidei no mesmo dia em dar algumas providencias, não só para acautelar qualquer insurreição dos negros de fora, como para tranquilizar estes povos até a nossa chegada bastantemente afastados ainda mesmo pelos de dentro, e passando a ordem conhecida na cópia junta, pretendia no dia 18 ensaiar todos os corpos para ao toque de rebate saber cada um o posto que devia ocupar; porque com pequenas corporações, e de mais delas indisciplinadas, e armas desiguais supre a boa disposição de os arranjar, e instruir.[652]

Ele também informou que, no dia 1º de agosto, um grupo de negros armados foi flagrado saqueando casas em Tuquanduba, mas fugiu pelas matas ao ver a chegada das tropas, descrevendo ter visto:

> [...] correr o povo em aluvião, gritando que número de negros armados vinham cometer a vila, e saqueando casas pelo lugar de Tuquanduba distante meia légua da mesma; mandes logo tocar arrebate, e juntando-se para mais de duzentas praças Milicianas, Ordenanças que apoiadas pela tropa de Linha puseram-nos em fuga para dentro das matas, e lugares por onde a mesma tropa não os pode ver nem seguir com aquela retirada recolheu-se a força armada e dando-lhe tempo para se refazer, pular quatro horas da tarde pensaram-se para mais de quatrocentas praças, que mandei dividir em corpos de todas as

[651] DUARTE, Abelardo. **Os negros muçulmanos nas Alagoas** (os malês). Maceió: Edições Caetês, 1958, p.35.
[652] Conjunto documental: Ministério do Reino, Pernambuco, Correspondência do presidente da província, 18 ago. 1815. Acervo do Arquivo Nacional - Rio de Janeiro, IJJ9, 241.

> armas, aposta-los pelos lugares suspeitosos distribui mudas portada a vila, recolhendo, e pondo em segurança as munições de guerra, e o cofre do conservatório das matas, por assim mo requerer o respectivo Ministro.[653]

A região de Tuquanduba era estratégica, pois ligava a Vila de Alagoas ao Pilar, onde havia muitas fazendas e casarões de senhores de engenho. Dessa maneira, foi ordenada a realização de rondas pela Vila e o estabelecimento de homens da tropa em locais determinados, no intuito de proteger as munições de guerra.

Ao concluir a carta, o Marechal-Inspetor informou ainda que continuaria naquela diligência, ansiando pela chegada das tropas de índios para que os quilombos e locais onde os negros se refugiavam pudessem ser descobertos:

> Continuarei nesta diligencia, como devo, e quando chegarem os índios que já pedi para os unir as armas de fogo, com ele cometerei o interior para descobrir algum quilombo ou emboscada onde se refugiem, ou se acautelem de que só aqueles são capazes, e não os perseguindo, fabricá-los-ão, e inquietarão estes povos. Confio muito nos oficiais que me acompanharão pela prova que me deram de seu zelo, e atividade neste primeiro rebate, e não menos dos soldados de Linha, Milicianos, e lideranças [...]. Neste momento se me apresentam duas companhias da linha armadas com as armas que poderão e deles me hei de ferir segundo a circunstancias o permitiram.[654]

No dia anterior, o Marechal havia instituído um toque de recolher, impondo que os escravizados e libertos encontrados a partir das 21 horas com instrumento ofensivo fossem presos na cadeia pública e castigados de acordo com as circunstâncias.[655] Outras medidas tomadas foram: a criação de uma Patrulha de Piquete, com o objetivo de realizar rondas no período noturno, aos domingos e em dias santos; e a nomeação de um inspetor responsável por evitar batuques e ajuntamentos de negros no período das 15 horas até o anoitecer. Medidas como essas já haviam sido adotadas em outras regiões do Nordeste, como na Bahia

---

[653] Conjunto documental: Ministério do Reino, Pernambuco, Correspondência do presidente da província, 18 ago. 1815. Acervo Arquivo Nacional - Rio de Janeiro, IJJ9, 241.

[654] Conjunto documental: Ministério do Reino, Pernambuco, Correspondência do presidente da província, 18 ago. 1815. Acervo Arquivo Nacional - Rio de Janeiro, IJJ9, 241.

[655] Carta do Inspetor Geral José Roberto Pereira da Silva a Caetano Pinto de Miranda Montenegro. Quartel da Vila das Alagoas, 16 ago. 1815. Acervo do Arquivo Nacional - Rio de Janeiro, IJJ9, 241, vol. 5 (1815-1817), fls. 55-55v.

(1807), onde o Conde da Ponte assumiu uma postura de linha dura visando a "destruição dos quilombos, uma fonte potencial de revolta, e contra quaisquer manifestações da cultura africana, como os batuques, que podiam servir para fomentar a rebelião e unir ainda mais"[656] os escravizados.

Na tarde do dia 17 de agosto de 1815, em um contexto de pânico generalizado, muitos senhores de escravizados da Vila de Alagoas denunciaram alguns proprietários de pequeno porte que, temendo perdas econômicas, estavam escondendo cativos revoltosos. Nessa ocasião, foi presa a escravizada Gracia, de uma proprietária que nem sequer teve direito a sobrenome, denominada como "Florência de Tal". Gracia figurava entre os principais personagens do episódio de 1815; tida pelos sediciosos como "rainha", recebia homenagens, uma delas consistia em ter seus pés lavados com vinho pelos insurretos. Era "voz pública" na Vila das Alagoas, onde "Gracia, e outras negras próximas a ela presentes à mesma hierarquia"[657], há muito tempo se preparava para parecer "grande" quando o levante ocorresse.[658] Segundo aponta João José Reis, foi uma prática comum entre os africanos escravizados acumular pecúlio para investir em roupas custosas para se fazerem nobres.[659]

Segundo os estudos de Luiz Geraldo da Silva, um dos principais "cabeças da sedição" foi o escravizado Joaquim, que pertencia a Antônio Timóteo e era proveniente da Costa da Mina. Joaquim teria sido o responsável pela articulação do levante com a população local, contatando um quilombo situado nos arredores da Vila de Alagoas, na gruta do Mija Cachorro, encomendando armas e persuadindo outros negros para que aderissem ao movimento. A articulação de revoltosos malês com quilombos[660] ocorrera também na Revolta de 1814, na Bahia, encabeçada por

---

[656] SCHWARTZ, Stuart B. Cantos e quilombos numa conspiração de escravos haussás. Bahia, 1814. In: REIS, João José; GOMES, Flavio dos Santos (Orgs.). **Liberdade por um fio:** história dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p.373-406.

[657] SILVA, Luiz Geraldo. Sementes da sedição: etnia, revolta escrava e controle social na América Portuguesa (1808-1817). **Afro-Ásia**. Salvador, n. 25-26, p.9-60, 2001. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/21008>. Acesso em: 15 jul. 2015.

[658] Na Bahia, os senhores de escravos também se queixavam de eleições de "reis" pela população cativa e liberta durante festas religiosas. Ver: SCHWARTZ, op. cit., p.373-406.

[659] REIS, João José. Há duzentos anos: a revolta escrava de 1814 na Bahia. **Topoi**. Rio de Janeiro, vol. 15, n. 28, p.68-115, jan./jun. 2014.

[660] Os quilombolas que habitavam as margens das cidades brasileiras do século XIX "viviam de pequenos roubos, vendas de produtos e prestação de serviços para lavradores da circunvizinhança". Ver: ARAÚJO, Carlos Eduardo; FARIAS, Juliana Barreto; GOMES, Flávio dos Santos; SOARES, Carlos Eugênio Líbano. **Cidades negras:** africanos, crioulos e espaços urbanos no Brasil escravista do século XIX. São Paulo: Alameda, 2006, p.53.

João Malomi.[661] Essas ligações entre quilombolas e escravizados de cidades foram estudadas por Marcus de Carvalho em Recife[662], revelando que a cooperação entre quilombos suburbanos e escravizados e libertos era algo comum do Brasil escravista.

Da mesma forma, Priscila Leal Mello, ao analisar o episódio ocorrido em 1835 na Bahia, coloca os arredores da cidade de Salvador como "antessalas do levante"[663], atentando justamente para a articulação entre as populações africanas escravizadas e os libertos. Os escravizados possivelmente consideravam que o sucesso de suas insurreições dependeria da sua capacidade de articular cativos da cidade e das áreas rurais – teriam, assim, um apoio logístico para conseguir armamentos, munições e mantimentos. Por outro lado, as autoridades acreditavam que uma insurreição podia se transformar num quilombo, ou o contrário, quilombolas podiam construir bases sólidas de revoltas.[664]

Outro nome de destaque que emerge na documentação das autoridades é o do escravizado Inácio, responsável pela segurança e distribuição das armas, tanto as de "pau tostado" como as de ferro.[665] Essa informação evidencia que as formas de organização dos revoltosos eram conhecidas pelas autoridades, por isso a preocupação em proteger as munições de guerra.

Nas cidades brasileiras do oitocentos, principalmente nas primeiras décadas do século XIX, "autoridades, políticos, jornalistas e senhores dialogaram muito, e também se afligiram, em torno das revoltas escravas e de sua aproximação dos centros urbanos"[666]. Entendiam que as possíveis insurreições ao redor das cidades poderiam potencializar o "protesto escravo". Troca de correspondências entre autoridades era algo corriqueiro, "a sociedade senhorial não era constituída por núcleos isolados e autossuficientes"[667]. Desse modo, o governador de Pernambuco

---

[661] ARAÚJO, Carlos Eduardo; FARIAS, Juliana Barreto; GOMES, Flávio dos Santos; SOARES, Carlos Eugênio Líbano. **Cidades negras:** africanos, crioulos e espaços urbanos no Brasil escravista do século XIX. São Paulo: Alameda, 2006, p.68-115.

[662] CARVALHO, Marcus Joaquim Maciel de. Rumores e rebeliões: estratégias de resistência escrava no Recife, 1817-1848. **Tempo**. Niterói, vol. 3, n. 6, dez. 1998.

[663] MELLO, Priscilla Leal. **Leitura, encantamento e rebelião**: o islã negro no Brasil. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009, p.185.

[664] ARAÚJO, FARIAS, GOMES, SOARES, op. cit., p.58.

[665] SILVA, Luiz Geraldo. Sementes da sedição: etnia, revolta escrava e controle social na América Portuguesa (1808-1817). **Afro-Ásia**. Salvador, n. 25-26, p.9-60, 2001. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/21008>. Acesso em: 15 jul. 2015.

[666] ARAÚJO, FARIAS, GOMES, SOARES, op. cit., p.51.

[667] ALMEIDA, Luís Sávio de. **Memorial biográfico de Vicente de Paula, capitão de todas as matas**: guerrilha e sociedade alternativa na mata alagoana. Maceió: Edufal, 2008, p.43.

obteve muitas informações sobre os revoltosos baianos e suas estratégias de combate.

O escravizado Inácio tinha um papel de destaque no planejamento da revolta: exercia funções especiais, se autodenominava "comandante" e distribuía títulos honrosos entre os negros. Em mais uma correspondência endereçada ao governador de Pernambuco, o ouvidor Batalha relatou:

> [...] os negros nos Domingos, nas imediações da Vila das Alagoas, e Povoações de Maceió e São Miguel de seu termo, faziam Batuques, em que se evitavam cautelosamente as desordens, mas em que lavrava o entusiasmo, ou pela reunião de negros de ambos os sexos, e pelo excesso de bebidas espirituosas, ou pela esperança de futura e próxima liberdade, e como já a possuíssem, os negros se davam mutuamente títulos honrosos, liberalmente distribuídos por Inácio escravo de José Fernandes Bulhões.[668]

As festas e celebrações negras eram as principais formas de sociabilidade entre africanos e os seus descendentes em diáspora. Além de ocasiões em que podiam elevar-se espiritualmente, tratavam-se também de momentos propícios para traçar estratégias e planejar revoltas. Segundo João José Reis, as celebrações culturais de escravizados e libertos representavam uma quebra da ordem, "uma espécie de ensaio para a rebelião"[669], em que informações sobre a organização do levante eram passadas de boca em boca e as hierarquias existentes eram reiteradas.[670]

Essas manifestações eram comuns em todo o Brasil, se mostrando muito fortes em Pernambuco. Em diversos casos, detinham o aval dos governos coloniais e dos senhores, que as percebiam como favoráveis enquanto "válvula de escape para as tensões do cativeiro, ao mesmo tempo que incentivava a divisão étnica entre os cativos"[671]. Entretanto, em outros casos, houve severas proibições, como na Bahia, entre 1805 e 1809, onde o Conde da Ponte relatou incômodo com o fato de

---

[668] Carta do Ouvidor Antônio Batalha a Caetano Pinto de Miranda Montenegro. Porto de Pedras, 22 mar. 1816. Acervo Arquivo Nacional - Rio de Janeiro, IJJ9, 241, vol. 05 (1815-1817), fls. 113-116v.
[669] REIS, João José. Identidade e diversidade étnica nas irmandades negras no tempo da escravidão. **Tempo**, Rio de Janeiro, vol.2, nº.2, 1996, p.7-33.
[670] SILVA, Luiz Geraldo. Sementes da sedição: etnia, revolta escrava e controle social na América Portuguesa (1808-1817). **Afro-Ásia**. Salvador, n. 25-26, p.9-60, 2001. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/21008>. Acesso em: 15 jul. 2015.
[671] REIS, João José. Há duzentos anos: a revolta escrava de 1814 na Bahia. **Topoi**. Rio de Janeiro, vol. 15, n. 28, p. 68-115, jan./jun. 2014.

que nessas festas havia convites a escravizados para se armarem contra coronéis e tenentes-coronéis com festejos, cantorias e uniformes.[672] As festas e celebrações negras se configuraram também como "antessala das revoltas", um instrumento de sedução rebelde, em que se recrutavam militantes e se arrecadava dinheiro.

João José Reis acentua o caráter identitário das "festas negras", estabelecendo relação entre o som dos tambores e o temor de revoltas escravas. Segundo o autor, tais momentos provocavam medo nas autoridades e nos escravocratas, pois o caráter polimorfo e polissêmico dessas festas confundia os responsáveis por controlá-las. O ronco dos tambores das celebrações negras espalhava pânico na população branca, havia quem acreditasse que, "por dramatizar a vida e fazer explodir energias físicas e emoções do espírito, elas eventualmente pudessem evoluir para rebeliões negras"[673], acontecimentos comuns ao longo da primeira metade do oitocentos.

Foram inúmeros os levantes escravos sufocados com antecedência pelas autoridades, como: em São Mateus, na província do Espírito Santo, em 1827; na comarca de Viana, no Maranhão, em 1865; e vários outros que envolveram os próprios malês na Bahia, durante as primeiras décadas do século XIX. Na capitania de Pernambuco, em maio de 1814, escravizados também haviam planejado uma revolta em Recife, contida antes da deflagração.[674] Tais episódios "sugerem que as autoridades estavam certas quando imaginavam que uma grande rebelião escrava – ao estilo da que aconteceu no Haiti – pudesse ter início em um quilombo"[675] e nas revoltas constantes.[676] Na Bahia foi denunciado que os escravizados tinham conhecimento dos eventos no Haiti e haviam se inspirado neles por ocasião da revolta de 1814.[677]

---

[672] REIS, João José. Há duzentos anos: a revolta escrava de 1814 na Bahia. **Topoi**. Rio de Janeiro, vol. 15, n. 28, p. 68-115, jan./jun. 2014, p.68-115.
[673] Idem. Tambores e temores: a festa negra na Bahia na primeira metade do século XIX. In: CUNHA, Maria Clementina Pereira (Org.). **Carnaval e outras f(r)estas:** ensaio de história social da cultura. Campinas: Ed. Unicamp, Cecult, 2001, p.101.
[674] SILVA, Luiz Geraldo. Sementes da sedição: etnia, revolta escrava e controle social na América Portuguesa (1808-1817). **Afro-Ásia**. Salvador, n. 25-26, p.9-60, 2001. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/21008>. Acesso em: 15 jul. 2015.
[675] REIS, João José. Quilombos e revoltas escravas no Brasil. **Revista USP**. São Paulo, n. 28, p.14-39, dez./fev. 1995/1996.
[676] Na vizinha Sergipe, Luiz Mott identificou 17 referências a tentativas de revoltas de escravizados entre 1808-1837. Ver: MOTT, Luiz R. B. Rebeliões Escravas em Sergipe. **Estudos Econômicos**. São Paulo, vol.17, IPE-USP, número especial, 1987, p.111-130.
[677] REIS, op. cit., jan./jun. 2014.

Como aponta Marcus de Carvalho, "o historiador da resistência escrava deve ter em mente a conjuntura e as circunstâncias locais", sendo necessário muito "cuidado para não se ver apenas a floresta sem ver as árvores e vice-versa"[678]. As cartas do capitão-geral de Pernambuco, acessadas no Arquivo Nacional e analisadas a contrapelo, com o intuito de vislumbrar a resistência escrava, fornecem informações que destoam da leitura feita por Abelardo Duarte acerca dos episódios ocorridos em Alagoas no ano de 1815, protagonizados pelos malês e com a adesão de outras etnias. Os malês tinham prática na elaboração de planos militares, dessa maneira, o sufocamento da revolta não teria sido algo simples, como descreve Abelardo Duarte. Em vez de uma revolta reprimida pelas autoridades antes de sua eclosão e sem nenhuma espécie de resistência por parte dos revoltosos, ou seja, uma conspiração premeditada e sufocada pelo ouvidor Batalha, percebem-se fortes indícios de que foram tensos e conflituosos os meses de julho e agosto de 1815 na comarca de Alagoas.

Não à toa, o Marechal-Inspetor José Roberto Pereira da Silva relatou em correspondência endereçada ao governador de Pernambuco a urgência e o anseio pela chegada das tropas formadas por indígenas com a finalidade de adentrar as matas e capturar os revoltosos foragidos. Essa informação somada à ocorrência de assaltos aos casarões dos senhores de engenho na região de Tuquanduba mostram que a sedição foi, sim, premeditada pelas autoridades, mas essa ação levou também a resistências, e não ao seu sufocamento imediato. Os revoltosos se estabeleceram nas matas ao redor da Vila de Alagoas com o intuito de se rearticularem, objetivavam rever seus planos e ações de acordo com a nova conjuntura que estava posta.

Gilberto Freyre descreve que tal revolta foi "surpreendida a tempo pelas autoridades", e Abelardo Duarte enaltece a "sagacidade" e "diligência" do ouvidor Antônio Batalha. Entretanto, acredita-se aqui ser essencial situar os *sentidos políticos* da documentação analisada por Duarte, que concentra seu estudo nas correspondências do ouvidor Batalha, o qual aparece como uma figura de destaque no cenário político da emancipação de Alagoas em 1817. Durante a "Revolução Pernambucana", episódio que visava a libertação em relação a Portugal, o ouvidor Batalha se recusou a apoiar o movimento e desmembrou a comarca de Alagoas da

[678] CARVALHO, Marcus Joaquim Maciel de. Rumores e rebeliões: estratégias de resistência escrava no Recife, 1817-1848. **Tempo**. Niterói, vol. 3, n. 6, dez. 1998.

jurisdição da capitania de Pernambuco, autonomeando-se governador provisório.[679] Alagoas se tornou capitania com o decreto assinado por D. João VI em 16 de setembro de 1817[680], e o ouvidor Batalha seria agraciado com mercês, alçado ao cargo de desembargador da Relação da Bahia e condecorado com a Comenda da Ordem de Cristo.[681]

Desse modo, o ouvidor Batalha, aspirando possíveis cargos políticos, pode ter se utilizado da "sedição premeditada" dos malês em Alagoas para fazer uma espécie de autopromoção, seria vantajoso para ele assumir a responsabilidade pela contenção da revolta escrava antes mesmo que acontecesse. Assim, buscou construir um relato que demonstrasse o sufocamento dos malês revoltosos, com a prisão dos "cabeças da sedição", puxando para si os méritos dos feitos repressores. Dessa maneira, entende-se aqui que tal episódio não se resume a um sufocamento imediato da sedição, houve uma forte resistência por parte dos revoltosos que durou alguns dias.

Sobre a revolta ocorrida na Bahia em 1814, com duração de oito ou nove horas, João José Reis não considera esse período um tempo curto[682], pois a preocupação desse historiador, e também da presente pesquisa, é o *Projeto Político de Resistência*. A tentativa de conter a revolta por meio dos aparatos repressores da hegemonia posta não aniquilava o horizonte de liberdade dos cativos, pois uma das características das revoltas malês das primeiras décadas do século XIX foi a capacidade de reorganização e articulação dos revoltosos.

Cabe notar que muitas correspondências trocadas entre ouvidores e outras autoridades e governadores de capitanias tinham a função de "prestar contas" sobre as providências encaminhadas. No caso aqui estudado, a providência tomada foi a de "fazer preservar a segurança e a tranquilidade pública", tendo como foco principal o combate a revoltas e quilombos, visando a manutenção da escravidão. Ao estudar a Revolução Haitiana, Michel-Rolph Trouillot aponta que, para os escravocratas,

---

[679] Para uma melhor compreensão desse assunto, sugerimos a leitura de: CAETANO, Antonio Filipe Pereira. Comunicações jurídicas, circulações judiciais e redes governativas na Comarca de Alagoas (1789-1821). In: CAETANO, Antonio Filipe Pereira (Org.). **Dinâmicas sociais, políticas e judiciais na América Lusa:** hierarquias, poderes e governo (século XVI-XIX). Recife: Ed. UFPE, p.207-241, 2016.

[680] O português Sebastião Francisco de Melo e Povoas foi nomeado governador da Capitania de Alagoas; ele já havia exercido esse cargo na Capitania do Rio Grande do Norte.

[681] BUYERS, Ann Marie. Em defesa da honra: a emancipação de Alagoas no imaginário institucional. **Revista Crítica Histórica**. Maceió, ano I, n. 2, dez. 2010, p.30-49.

[682] REIS, João José. Há duzentos anos: a revolta escrava de 1814 na Bahia. **Topoi**. Rio de Janeiro, vol. 15, n. 28, p. 68-115, jan./jun. 2014, p.68-115.

"alguns eventos não poderiam ser aceitos mesmo quando ocorridos"[683]; negavam, portanto, a capacidade de resistência e insubordinação das populações africanas em diáspora.

Em 22 de novembro de 1815, o Marechal José Pereira da Silva informou a tranquilidade reinante na Vila de Alagoas e a inexistência de quilombos.[684] Todavia, essa informação se contrapunha aos apontamentos de inquéritos judiciais realizados em Recife com suspeitos presos. O ouvidor Batalha também expôs a inexistência de quilombos na região no período posterior aos meses de julho e agosto de 1815. Dito isso, questiona-se aqui: seriam as autoridades incapazes de localizar os quilombos, ou os revoltos migraram para outra região?

Em correspondência ao governador de Pernambuco datada de 25 de novembro de 1815, o ouvidor relatou que na região de Capiá e Água Branca (sertão) foram vistos supostos negros fugidos da Bahia e envolvidos no episódio na Vila de Alagoas.[685] Segundo afirma Luiz Geraldo da Silva: "Conforme a indução do ouvidor, inexistindo negros fugidos de seus proprietários na comarca das Alagoas, os que andavam pela estrada afora só podiam ser os negros fugidos da Bahia."[686] Entretanto, nenhum quilombo foi efetivamente encontrado. Tanto o ouvidor Batalha como o Marechal Pereira falaram da inexistência de quilombos em Alagoas, procurando, dessa forma, afirmar seus "bons serviços prestados".

Batalha se colocou como responsável por abortar a revolta, porém assumiu não ter sido feliz em prender os negros foragidos da Bahia que se aquilombaram na comarca de Alagoas[687], na conhecida Gruta do Mija Cachorro, no seio das matas de Sabaúna, para onde "se descia por uma árvore, atravessando-se depois em um pau,

---

[683] TROUILLOT, Michel-Rolph. The Haitin Revolution as a Non-Event. In: TROUILLOT, Michel-Rolph. **Silencing the past:** power and production of history. Tradução de Elisângela Queiroz e Márcio Amêndola de Oliveiras. Boston: Beacon Press, 1995.

[684] Carta do Inspetor Geral José Roberto Pereira da Silva a Caetano Pinto de Miranda Montenegro. Vila das Alagoas, 22 nov. 1815. Acervo Arquivo Nacional - Rio de Janeiro, IJJ9, 241, vol. 05 (1815-1817), fls. 68.

[685] Carta do Ouvidor da Comarca das Alagoas Antônio Batalha a Caetano Pinto de Miranda Montenegro. Vila das Alagoas, 25 nov. 1815. Acervo Arquivo Nacional - Rio de Janeiro, IJJ9, 241, vol. 05 (1815-1817), fls. 66-67v.

[686] SILVA, Luiz Geraldo. Sementes da sedição: etnia, revolta escrava e controle social na América Portuguesa (1808-1817). **Afro-Ásia**. Salvador, n. 25-26, p.9-60, 2001. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/21008>. Acesso em: 15 jul. 2015.

[687] Stuart B. Schwartz nos fala da importância de um quilombo no planejamento da revolta de 1814 na Bahia, em que a comunicação que intermediava os revoltos os aquilombados e os da cidade era realizada por um crioulo que "percorria o mato contactando os quilombolas e mantendo-os a par dos acontecimentos na cidade". Ver: SCHWARTZ, Stuart B. Cantos e quilombos numa conspiração de escravos haussás. Bahia, 1814. In: REIS, João José; GOMES, Flavio dos Santos (Orgs.). **Liberdade por um fio:** história dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p.373-406.

uma légua além da qual só se acharam autênticos vestígios de que os ditos negros ali tinham estado"[688]. A rota da fuga dos aquilombados teria sido a Serra do Cedro, próximo a Palmeira dos Índios, passando pela Serra da Priaca e Marabá, a oeste de Penedo, "como que demandando a da Vila de Garanhuns, ou se dispondo a atravessarem o Rio de S. Francisco, em procura da comarca de Sergipe d'El Rei"[689]. Não foram encontrados quilombos, podendo-se especular que ou os escravizados alagoanos guardavam sigilosamente o segredo das relações entre "eles e os negros aquilombados, ou a imaginação das autoridades pernambucanas, acerca dos escravizados 'guerreiros', corria solta. Ou ambos"[690].

A partir de 1816, em Recife, ocorreu o julgamento de 28 pessoas acusadas de participar da "sedição premeditada", 27 escravizados e Manoel José Guimarães, um homem branco que fora remetido separadamente. Dos 28 presos, 23 foram sentenciados, sendo que dois foram "mortos ainda no cárcere: o próprio Manoel José Guimarães, em 30 de janeiro de 1816, e o escravizado João, de nação Haussá, [...] cujo falecimento se dera ao longo das perguntas judiciais"[691], no dia 6 de maio de 1816. Joaquim, tido como o líder da sedição, foi condenado, em 27 de agosto de 1818, a andar pelas ruas de Recife, com baraço e pregão, até o lugar da forca, onde morreria por morte natural, tendo depois a cabeça decepada e fixada em um poste, onde ficaria até que o tempo a consumisse.[692] Inácio, por sua vez, teve a mesma pena de um escravizado chamado Domingos, ambos enviados a Fernando de Noronha, para as galés perpétuas, mas antes foram obrigados a assistir à execução de Joaquim e açoitados com baraço e pregão pelas ruas.

Outros sete escravizados tiveram como destino a ilha de Fernando de Noronha, mas para cumprir dez anos de degredo, findado esse período, seriam vendidos em hasta pública para fora da capitania; quatro cativos cumpririam cinco anos na mesma ilha e, depois, seriam entregues a seus senhores com a condição de também serem vendidos para outras capitanias. Por fim, nove escravizados tiveram como pena 100 açoites e também foram devolvidos aos seus senhores, com

---

[688] Carta do Ouvidor Antônio Batalha a Caetano Pinto de Miranda Montenegro. Porto de Pedras, 22 mar. 1816. Acervo Arquivo Nacional - Rio de Janeiro, IJJ9, 241, vol. 05 (1815-1817), fls. 113-116v.
[689] Carta do Ouvidor Antônio Batalha a Caetano Pinto de Miranda Montenegro. Porto de Pedras, 22 mar. 1816. Acervo Arquivo Nacional - Rio de Janeiro, IJJ9, 241, vol. 05 (1815-1817), fls. 113-116v.
[690] SILVA, Luiz Geraldo. Sementes da sedição: etnia, revolta escrava e controle social na América Portuguesa (1808-1817). **Afro-Ásia**. Salvador, n. 25-26, p.9-60, 2001. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/21008>. Acesso em: 15 jul. 2015.
[691] Ibidem, p.9-60.
[692] Ibidem.

a igual condição de serem vendidos para fora da capitania.[693] Desse modo, nota-se que houve uma preocupação das autoridades em não permitir a presença dos revoltosos na capitania de Pernambuco. Na Bahia, em 1835, os "culpados pelo levante foram drasticamente castigados. Aos escravos africanos couberam mortes, prisões ou açoites, enquanto os libertos foram deportados para a África"[694].

Na documentação do *Acordão* desse processo não há nada que se refira aos "cabeças da sedição", os negros malês fugidos da Bahia. Os supostos responsáveis por planejar o levante não foram capturados, eles se esconderam em um quilombo e sumiram do controle da hegemonia senhorial. Uma explicação para isso pode ser encontrada na hipótese de que a revolta teria sido planejada unicamente por escravizados de Alagoas. A teoria da presença de malês fugidos da Bahia seria uma espécie de justificação criada pelo ouvidor Batalha para a ocorrência da "sedição premeditada", uma vez que teria de responder pela deflagração de uma revolta na comarca, onde possuía um cargo de grande relevância política.

Entende-se o episódio descrito anteriormente – supostamente protagonizado pelos malês e com a adesão de outras etnias – como uma página singular da história da resistência à escravidão na Alagoas oitocentista, pois representou um significativo abalo à hegemonia senhorial. Os escravizados nascidos na África aparentemente foram os principais agentes impulsionadores de levantes, mas isso não significa dizer que os crioulos eram passivos, eles também fugiram, formaram quilombos e se fizeram presentes em movimentos como a Balaiada, no Maranhão, e a Cabanagem, no Pará.[695] Alagoas e Pernambuco, na década de 1830, também foram palco de um episódio conhecido como Cabanada, ao qual será dada atenção nas próximas linhas.

---

[693] SILVA, Luiz Geraldo. Sementes da sedição: etnia, revolta escrava e controle social na América Portuguesa (1808-1817). **Afro-Ásia**. Salvador, n. 25-26, p.9-60, 2001. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/21008>. Acesso em: 15 jul. 2015.

[694] QUIRING-ZOCHE, Rosemarie. Luta Religiosa ou Luta Política? O levante dos Malês da Bahia segundo uma fonte islâmica. **Afro-Ásia**. Salvador, n. 19/20, 1997, p.229-238.

[695] REIS, João José. Quilombos e Revoltas Escravas no Brasil. **Revista USP**. São Paulo, n. 28, p.14-39, dez./fev. 1995/1996.

CAPÍTULO V - A "TERRÍVEL FALANGE DOS PAPA-MÉIS": OS CABANOS E A "COINCIDÊNCIA" COM O ESPAÇO PALMARINO (1832-1850)

O universo das "trovas negras" de Alagoas reúne um cabedal de poesias que retratam o quotidiano da vida escrava nos engenhos de açúcar. Em uma delas encontra-se referência aos negros papa-méis, escravizados fugitivos que se alimentavam de mel silvestre nas matas ao norte de Alagoas e ao sul de Pernambuco[696]:

> Lá de cima 'stão alertando
> Que o negro papa-mel
> Vive se lambuzando
> Sem ordem do coronel[697]

Os negros papa-méis eram fugitivos como os quilombolas palmarinos[698] e queriam defender seus modos de vida da interferência do Estado[699], por isso ocuparam as matas fronteiriças entre Alagoas e Pernambuco como forma de resistência à escravidão e passaram a viver "sem ordem do coronel". Essas matas foram, desde o começo da colonização portuguesa, um "celeiro e reduto de negros mocambeiros"[700]. O local que havia abrigado quilombolas palmarinos nos séculos XVI e XVII se tornou então reduto papa-mel no século XIX.

Foi nesse espaço mocambeiro dos Palmares que irrompeu a Guerra dos Cabanos, entre 1832 e 1835.[701] Ao abordar esse episódio, em 1871, Thomaz Espíndola descreveu os cabanos como a "terrível falange dos papa-méis"[702], pois haviam causado muitos estragos aos senhores de engenho alagoanos e pernambucanos. Do ponto de vista linguístico, cabanos eram aqueles que moravam nas cabanas (palhoças de terra batida) construídas nas referidas matas, um espaço

---

[696] MELLO, Janaina Cardoso de. Negros escravos, negros papa-méis: fugas e sobrevivência africana nas matas de Alagoas e Pernambuco no século XIX. **Revista África e Africanidades**. Quissamã, ano I, n. 2, ago. 2008.
[697] DUARTE, Abelardo. **Folclore negro das Alagoas:** áreas de cana-de-açúcar. Maceió: Edufal, 2010, p.149.
[698] LINDOSO, Dirceu. **A razão quilombola:** estudos em torno do conceito quilombola de nação etnográfica. Maceió: Edufal, 2011, p.216.
[699] CARVALHO, Marcus Joaquim Maciel de. A mata atlântica: sertões de Pernambuco e Alagoas, sécs. XVII-XIX. **Clio** - Revista de Pesquisa Histórica. Recife, n. 25-2, p.249-266, 2007.
[700] LINDOSO, Dirceu. **A utopia armada:** rebelião de pobres nas matas do Tombo Real. Maceió: Edufal, 2005, p.73.
[701] Ibidem, p.17.
[702] ESPÍNDOLA, Thomaz do Bom-Fim. **Geografia alagoana ou descrição física, política e histórica da província das Alagoas**. Maceió: Edições Catavento, 2001, p.237.

de exclusão social da instituição escravista. Dirceu Lindoso e Sávio de Almeida concebem tal população como um fenômeno social ligado à sociedade formada nas matas e que não se esgotava na guerra travada contra as tropas provinciais e imperiais da regência. Esses autores os veem como "um modo de ser nas matas"[703] que vai além da temporalidade 1832-1835.

Sobre as matas que os cabanos ocuparam e nas quais resistiram, Janaina Cardoso de Mello descreveu:

> Nas matas incultas que se estendiam da costa do mar norte de Alagoas ao tortuoso vale do Una encontrando o rio de águas pretas que corria pelo sertão pernambucano achava-se peixes, sururus, enquanto do mangue provinham mariscos e caranguejos, além de pombos selvagens e um solo fértil para o preparo de roçadas de mandioca, milharais e arraiais que sustentavam os pobres do mundo cabano. Estas mesmas matas no século XVIII eram tidas como de fundamental importância para a Coroa portuguesa, uma vez que de suas árvores utilizavam a rica madeira em construções navais.[704]

As narrativas oitocentistas sobre os cabanos, presentes em documentos oficiais e periódicos, evidenciam muitas vezes a impossibilidade de controlá-los. Devido à participação de milhares de pessoas (crianças, mulheres e homens), Décio Freitas coloca a Guerra dos Cabanos como uma das revoltas populares que pulularam na história brasileira, mas não tiveram a merecida atenção dos historiadores.[705] Esse episódio foi antecedido por motins militares contra a abdicação de D. Pedro I, em 1831[706], e reuniu inicialmente políticos pernambucanos e alagoanos prejudicados com a nova conjuntura política nacional. A saída de D. Pedro I ocasionou a ascensão de políticos que haviam sido combatidos em 1817 ("Revolução" Pernambucana) e 1824 (Confederação do Equador). Após algumas derrotas, líderes do movimento restauracionista refugiaram-se na região de fronteira

---

[703] ALMEIDA, Luís Sávio de. **Memorial biográfico de Vicente de Paula, capitão de todas as matas:** guerrilha e sociedade alternativa na mata alagoana. Maceió: Edufal, 2008, p.28.
[704] MELLO, Janaina Cardoso de. Matas temoratas: resistência e medo na Guerra dos Cabanos (Alagoas/Pernambuco 1832-1835). **Anais do XXIII Simpósio Nacional de História da ANPUH**. Londrina, 2005.
[705] FREITAS, Décio. **Os guerrilheiros do imperador**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978, p.29.
[706] Para Tâmia Parron: "[...] pode-se dizer que a recepção do tratado antitráfico firmado entre Brasil e a Inglaterra em 1826 se inseriu no debate mais amplo sobre a natureza do Estado brasileiro. Do convênio os representantes souberam extrair princípios teóricos do governo favoráveis a soberania do Poder Legislativo em face do Executivo, o que contribuiu para a Abdicação de D. Pedro I e para a calibragem dos dois poderes no período regencial." Ver: PARRON, Tâmis Peixoto. **A Política da Escravidão no Império do Brasil, 1826-1865**. Dissertação (Mestrado em História Social), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009, p.16.

entre Alagoas e Pernambuco, onde conseguiram arregimentar tropas e estabelecer alianças com potentados locais.[707]

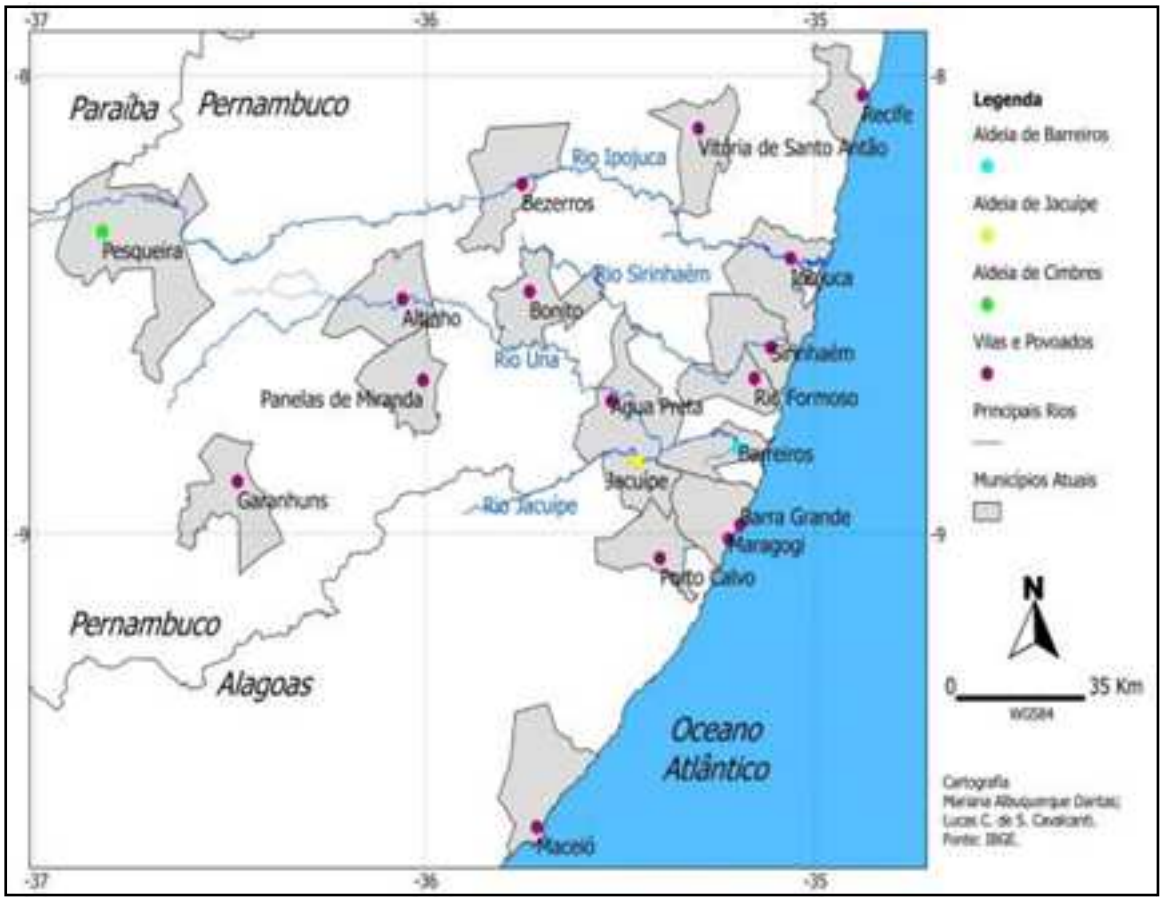


Figura 3 - Áreas envolvidas na Guerra dos Cabanos (1832-1835).[708]

A revolta cabana que ocorreu nas matas incultas alagoanas e pernambucanas em 1832 envolveu múltiplas categorias sociais e etnias, como negros mocambeiros, índios[709] aldeados de Jacuípe[710] e brancos pobres sem terra.[711] Freitas os define como "uma massa heterogênea, párias da sociedade

[707] DANTAS, Mariana Albuquerque. **Dimensões da participação política indígena na formação do Estado Nacional brasileiro:** revoltas em Pernambuco e Alagoas (1817-1848). Tese (Doutorado em História), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015, p.16-17.
[708] Ibidem, p.175.
[709] Para Décio Freitas, "Os índios desempenharam importante papel na insurreição cabana", muitos estavam integrados a "um sistema de produção social baseado no trabalho comunal". Uma considerável parcela da população indígena ocupou grandes extensões de terras, muitas delas eram recompensas pelos serviços prestados nas guerras contra os holandeses e Palmares. Ver: FREITAS, Décio. **Os guerrilheiros do imperador**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978, p.39.
[710] Jacuípe foi um arraial fundado em 1707 com o objetivo de constituir um ponto estratégico no combate a Palmares.
[711] A convivência dessas camadas sociais no mesmo espaço era comum desde os tempos coloniais, tratava-se de uma forma de tecer sociabilidades e solidariedades para resistir nas fímbrias da escravidão.

nordestina – camponeses sem-terras, escravos degradados à condição de coisas, índios condenados ao extermínio"[712], uma amálgama de gente de diferentes etnias. "Eles ansiavam por acesso às terras de florestas – que, em momentos de extrema escassez de víveres, lhes garantia frutos, peixes e mel, os quais eram as únicas fontes de alimentação"[713], consequência direta da intensificação do processo de avanço da economia açucareira sobre as matas incultas.

Mesmo tendo sido iniciada por membros das elites provinciais, a Cabanada se constituiu em um espaço de participação política dos indígenas e escravizados fugitivos e libertos envolvidos, pois, "na maioria das vezes, conseguiam atrelar suas necessidades e expectativas mais específicas aos interesses mais amplos, tanto de líderes rebeldes quanto dos da repressão"[714]. Nessa conjuntura, "negros papa-méis construíram no interior seus mocambos; os brancos pobres, sem terras, suas cabanas; os índios, suas aldeias madeireiras"[715].

Estudando a participação indígena nas revoltas pernambucanas e alagoanas das primeiras décadas do século XIX, Mariana Albuquerque Dantas expõe o seguinte sobre a Guerra dos Cabanos:

> O início dos conflitos na zona da mata ocorreu com o descontentamento de proprietários, que se viram prejudicados diante das mudanças políticas advindas com a abdicação de D. Pedro I no 7 de abril de 1831. Perderam cargos da administração pública e, consequentemente, tiveram reduzido o seu poder de influência nas localidades em que atuavam. Ao mesmo tempo, políticos liberais ressurgiram no novo cenário político, inclusive os que haviam participado de 1817 e 1824.[716]

Muitos escravizados foram mobilizados por seus senhores para servir como suporte armado em eventuais confrontos; no caso dos cabanos, isso foi recorrente no início do conflito. Entretanto, essa guerra das matas "não foi uma invenção absolutista e sim um resultado do modo de vida arraigado em um cotidiano

---

[712] FREITAS, Décio. **Os guerrilheiros do imperador**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978, p.18.
[713] MELLO, Janaina Cardoso de. Matas plurais, imoralidades matrimoniais: o despique entre negros e índios cabanos de Jacuípe (AL-PE, 1835-1850). In: PAIVA, Eduardo França; IVO, Isnara Pereira (Orgs.). **Escravidão, mestiçagem e histórias comparadas**. São Paulo: Annablume, 2008, p.198-199.
[714] DANTAS, Mariana Albuquerque. **Dimensões da participação política indígena na formação do Estado Nacional brasileiro:** revoltas em Pernambuco e Alagoas (1817-1848). Tese (Doutorado em História), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015, p.7.
[715] LINDOSO, Dirceu. **A utopia armada:** rebelião de pobres nas matas do Tombo Real. Maceió: Edufal, 2005, p.93.
[716] DANTAS, op. cit., p.168.

dominado"[717]. Durante os embates contra as tropas provinciais, sobretudo a partir de fins de 1832, o perfil dos participantes da Cabanada foi mudando quando os potentados da região deixaram o campo de combate. Assim, a população de pobres livres, escravizados e indígenas foi ganhando espaço, "surgindo lideranças populares no seio dos conflitos armados"[718].

A Guerra dos Cabanos foi durante muito tempo vista como um movimento que apenas pedia a volta do imperador D. Pedro I ao trono, não se entrevia a participação de escravizados, indígenas, homens livres pobres e suas lutas por sobrevivência e resistência à hegemonia da classe senhorial, que era majoritariamente contrária ao projeto de extinção do tráfico atlântico em 1831. A presença de escravizados em movimentos políticos, como os Cabanos em Alagoas e Pernambuco, ocorreu durante o período dos Brasis Colonial e Imperial, foram aliados e muitas vezes "elementos destacados e até decisivos nas lutas"[719].

A princípio, é "bastante difícil entender por que razão camponeses sem-terras, escravos e índios lutavam por valores incompatíveis com seus interesses como o [...] absolutismo"[720]. Entretanto, para melhor compreender a Cabanada e a participação de escravizados fugitivos é preciso perpassar por questões conjunturais do Brasil regencial, procurando perceber nesse episódio estratégias de luta e resistência encampadas por sujeitos históricos marginalizados pelo poder e que viviam na escravidão. Nesse sentido, verifica-se que o ideal absolutista como condição da Cabanada foi consequência de uma produção historiográfica que visava consagrar a "história por cima". Tal raciocínio faz sentido, pois "o aquilombamento papa-mel já existia, e o problema central era construir na mata a forma possível de liberdade"[721]. Como bem sinaliza Dirceu Lindoso, na região de matas incultas que confrontava "o hemiciclo palmarino, o espaço assistêmico fora, na antecedência da Cabanada, o espaço mocambeiro papa-mel"[722]. Espaço esse situado, em uma perspectiva temporal e histórica, entre Palmares (século XVII) e a Guerra dos Cabanos (século XIX). Assim, uma compreensão mais sólida sobre esse episódio

---

[717] ALMEIDA, Luís Sávio de. **Memorial biográfico de Vicente de Paula, capitão de todas as matas:** guerrilha e sociedade alternativa na mata alagoana. Maceió: Edufal, 2008, p.197.
[718] Ibidem, p.197.
[719] MOURA, Clóvis. **Rebeliões da senzala:** quilombos, insurreições, guerrilhas. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988, p.74.
[720] FREITAS, Décio. **Os guerrilheiros do imperador**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978, p.60.
[721] ALMEIDA, op. cit., p.176.
[722] LINDOSO, Dirceu. **A utopia armada:** rebelião de pobres nas matas do Tombo Real. Maceió: Edufal, 2005, p.242.

passa por um melhor entendimento da participação de escravizados fugitivos, indígenas aldeados e livres pobres.

Nesse ponto, cabe problematizar tal episódio e vislumbrar o anseio da população escravizada por liberdade, sem perder de vista que a Cabanada teve como palco a mesma região na qual fora erguido o Quilombo dos Palmares, uma "coincidência geográfica" que assustou as elites e autoridades alagoanas e pernambucanas, já temerosas com a ocupação das matas e as ameaças da população cabana às vilas e cidades. Em dezembro de 1832, ano em que se iniciou o conflito, devido às baixas e fraquezas nas tropas provinciais alagoanas, os cabanos passaram a ameaçar Porto Calvo[723], um dos principais polos demográfico-econômicos de Alagoas, e havia sido uma das bases das tropas antiquilombos no episódio palmarino. Outra questão a se considerar nessa conjuntura é que "os escassos "palmarinos que escaparam a morte ou ao cativeiro"[724] se estabeleceram em povoações nas matas incultas da região.

Após a campanha de Palmares, os grupos dominantes no poder introduziram modificações administrativas para a região. Dessa forma, foi colocada em pauta a importância da existência de uma identificação territorial, criando-se assim, na década de 1710, a Comarca de Alagoas. Além disso, os negócios foram dinamizados e a segurança fortalecida, pois destacavam a "necessidade de impedir uma renovação de Palmares"[725], possibilitando, com isso, o avanço territorial senhorial. "O mundo senhorial encaminhou seus negócios, devidamente aparelhado pra estabelecer a dominação."[726] De certa forma, esse projeto hegemônico fracassou, porque, como está sendo colocado ao longo desta tese, os episódios de resistência escrava foram uma constante na Alagoas oitocentista.

Diante dessa conjuntura, a classe senhorial tomava medidas visando o controle e sufocamento de possíveis revoltas e, em fins de 1831, havia criado um novo elemento de policiamento, uma "espécie de precursor da Guarda Nacional"[727]. Era o corpo de "Guardas Municipais Voluntários a pé", que teria duas companhias na cidade de Alagoas e duas em Maceió. Durante a Cabanada essas forças seriam usadas para a repressão. Segundo Sávio de Almeida:

---

[723] ANDRADE, Manoel Correia de. **A Guerra dos Cabanos**. Rio de Janeiro: Conquista, 1965, p.65.
[724] FREITAS, Décio. **Os guerrilheiros do imperador**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978, p.89.
[725] ALMEIDA, Luís Sávio de. **Memorial biográfico de Vicente de Paula, capitão de todas as matas:** guerrilha e sociedade alternativa na mata alagoana. Maceió: Edufal, 2008, p.71.
[726] Ibidem, p.73.
[727] Ibidem, p.140.

> Muito possivelmente, a marcha do açúcar nas matas, pelos finais de 1832 ia colocando os elementos necessários para que se procedessem desmembramentos territoriais, com ele, maior aparelhamento branco para controle. Surgiam dois pontos territoriais de notória importância senhorial, ambos saídos de Atalaia: Vila de Imperatriz, cuja capital era a povoação do Macaco, e a Vila Nova da Assembleia, com a capital instalada no Riacho do Meio. Eram as antigas matas palmarinas, agora retalhadas, entregues a outros senhores e com sua população de miseráveis.[728]

Marcus de Carvalho coloca a necessidade de compreender as matas entre Alagoas e Pernambuco como uma fonte para a história social, afirmando que elas "eram parte das antigas matas palmarinas"[729]. Refletindo sobre a questão, Sávio de Almeida afirma que "o fim de Palmares e mesmo a aproximação do açúcar as matas não inviabilizaram que elas se constituíssem em territórios alternativos; e nem que constituíssem sociedades alternativas"[730]. Assim, a população marginalizada continuou a ocupar as matas fronteiriças, uma área fundamental para a resistência. Configuraram então não um local de convergência de fugas, mas sim um espaço onde a "gente das matas" se recompunha e lutava contra a dominação.

A importância de se estabelecer historicamente o "espaço geográfico do mundo quilombola" reside na compreensão da continuidade de uma cultura criada por africanos em diáspora e seus descendentes em tempos palmarinos. Entende-se aqui que Palmares "não é um fato social que encontrou seus fins com a destruição de suas comunidades de mocambos em 1694"[731]. Dirceu Lindoso defende a ideia de que o "povo papa-mel" trazia o "carisma da gente quilombola, embora nem todo ele fosse descendente do Quilombo dos Palmares, pelo fato de, depois dos Palmares, a importação de cativos"[732] do continente africano ter continuado até a década de 1850. Segundo o autor, data do período anterior à Guerra dos Cabanos a formação da população papa-mel, que se estabeleceu nas matas ao longo do século XVII. E, indo ao encontro do movimento cabano em 1834, foram os papa-méis que mudaram

---

[728] ALMEIDA, Luís Sávio de. **Memorial biográfico de Vicente de Paula, capitão de todas as matas:** guerrilha e sociedade alternativa na mata alagoana. Maceió: Edufal, 2008, p.153.
[729] CARVALHO, Marcus Joaquim Maciel de. A mata atlântica: sertões de Pernambuco e Alagoas, sécs. XVII-XIX. **Clio** - Revista de Pesquisa Histórica. Recife, n.25-2, p.249-266, 2007.
[730] ALMEIDA, op. cit., p.53.
[731] LINDOSO, Dirceu. **A razão quilombola:** estudos em torno do conceito quilombola de nação etnográfica. Maceió: Edufal, 2011, p.215.
[732] Ibidem, p.120.

a tática da guerra, tornando-a popular e "multitudinária"[733]. Eles substituíram uma guerra "restauradora por uma guerra de libertação, uma guerra com liderança dos ricos senhores de engenho por uma guerra com liderança da Guarda Negra Papa-mel"[734]. Esgotada a natureza absolutista e latifundiária, a Cabanada se transformaria em uma "guerra insurrecional popular" antiescravagista.

Em seu auge (1833-1834), a Cabanada se apropriava de terras e libertava escravizados.[735] Para Décio Freitas, era uma "trágica contradição entre discurso político e as ações insurrecionais"[736]. Freitas não compreendia como um movimento que surgiu defendendo uma monarquia absolutista pôde se transformar em "uma pequena república libertária". Portanto, o concebeu como um "protesto social alienado"[737]. Esses dilemas são fruto de uma historiografia que via os cabanos apenas como "massa de manobra" de uma pequena elite proprietária de terras, a qual defendia a volta de D. Pedro I ao trono.

Assim, cabe compreender que a adesão dos escravizados à Cabanada mudou a feição da revolta. Ao lado da Balaiada, da Cabanagem e da Revolta dos Malês, se inseriu no bojo dos movimentos que lutaram pelo fim da escravidão no período regencial. As recordações de Palmares, como visto na primeira parte deste trabalho, estavam vivas na memória popular, e muitos descendentes de palmarinos integraram o movimento. "Foi sem dúvida destes negros que os cabanos aprenderam a técnica de se alimentar em campanha, quando escasseavam as provisões normais."[738] As elites e autoridades de Alagoas e Pernambuco tinham um grande temor em relação aos cabanos porque a "epopeia de Palmares continuava

---

[733] Para Dirceu Lindoso: "Embora com liderança popular paralela (a de Antônio Timóteo de Andrade), o modelo cabano insurrecional de 1832 começa com uma liderança elitista estamental, representada por ricos senhores de engenho e escravos filiados ao partido absolutista, que pedia a volta ao trono do Imperador D. Pedro I, então em Portugal (João Batista de Araújo e outros). Essa liderança elitista estamental desaparece quase simultaneamente com o desaparecimento do primeiro chefe paralelo popular (prisão dos senhores de engenho absolutistas, e a morte em combate de Antônio Timóteo). Ver: LINDOSO, Dirceu. **A utopia armada:** rebelião de pobres nas matas do Tombo Real. Maceió: Edufal, 2005, p.19.

[734] Idem. **A razão quilombola:** estudos em torno do conceito quilombola de nação etnográfica. Maceió: Edufal, 2011, p.120.

[735] Em um primeiro momento, todos os escravizados optavam por aderir ao movimento, mas, "com o tempo, tornou-se frequente a fuga de cativos para se juntar aos cabanos". Ver: CARVALHO, Marcus Joaquim Maciel de. Um exército de índios, quilombolas e senhores de engenho contra os "jacobinos": a Cabanada, 1832-1835. In: DANTAS, Monica Duarte (Org.). **Revoltas, motins e revoluções:** homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX. São Paulo: Alameda, 2011, p.167-200.

[736] FREITAS, Décio. **Os guerrilheiros do imperador**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978, p.113.

[737] Ibidem, p.119.

[738] Ibidem, p.115.

viva na memória dos senhores de escravos"[739]. As recordações desse episódio aguçavam a imaginação dos escravizados, que viram na Cabanada mais uma oportunidade de luta pela liberdade. De modo que, mais de um século depois, as matas que abrigaram Palmares estavam ocupadas pelos "deserdados da sociedade colonial", se tornando uma espécie de "asilo dos perseguidos", um meio de sobrevivência aos que não possuíam terras.[740]

O episódio cabano aconteceu dentro de uma forma de atalaia organizada em consequência da síndrome do medo e dos temores difundidos, "elementos característicos do cotidiano dos senhores de terras"[741] do início do século XIX. A emergência de uma sociedade alternativa era vista com temor, a "gente das matas" era tida como comunidade "inconquistada" ou "inconquistável"[742]. Dessa maneira, foram tomadas medidas imediatas para conter os cabanos, pois no dia 30 de julho de 1832 os revoltosos, que somavam mais de mil homens, haviam derrotado as tropas do Tenente Santos em Joaz. Assim, reuniu-se uma tropa, também com mais de mil soldados, vinda de Alagoas e da região de Garanhuns, em Pernambuco, para contê-los.[743] As autoridades começaram então a perceber a seriedade da situação, entendendo que tal episódio poderia ganhar proporções maiores, o que de fato aconteceu.

A população cabana se alastrou por grandes extensões de terras, o que gerou aos governos uma grande dificuldade para contê-la. As tropas provinciais, além de falta de equipamentos, como armas e munições, tinham de enfrentar extensas matas desconhecidas e ainda a "má vontade da população que em grande parte era simpática aos rebeldes"[744]. Somado a isso, a população escravizada aderia cada vez mais aos cabanos, fugindo para as matas incultas, pois via uma oportunidade de conquistar a tão sonhada liberdade.

A situação se agravou para os governos quando os cabanos, ocupando as matas, passaram "a usar o método de luta de guerrilhas, e as tropas, não conhecendo o terreno, sofriam perdas e desanimavam"[745]. Nos primeiros dias de

---

[739] FREITAS, Décio. **Os guerrilheiros do imperador**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978, p.46.
[740] Ibidem, p.89.
[741] ALMEIDA, Luís Sávio de. **Memorial biográfico de Vicente de Paula, capitão de todas as matas:** guerrilha e sociedade alternativa na mata alagoana. Maceió: Edufal. 2008, p.40.
[742] CARVALHO, Marcus Joaquim Maciel de. A mata atlântica: sertões de Pernambuco e Alagoas, sécs. XVII-XIX. **Clio** - Revista de Pesquisa Histórica. Recife, n. 25-2, p.249-266, 2007.
[743] ANDRADE, Manoel Correia de. **A Guerra dos Cabanos**. Rio de Janeiro: Conquista, 1965, p.49.
[744] Ibidem, p.51.
[745] Ibidem, p.52.

novembro de 1832, as tropas provinciais já contabilizavam 54 mortos e 256 feridos, sem falar nas centenas de desertores.[746] Outro problema enfrentado era o da alimentação, o abastecimento era difícil na região e enfraquecia as tropas provinciais, as quais, mesmo contendo um número maior, não conseguiam obter vitórias. O jornal *O Federalista Alagoense* de 3 de outubro de 1832 lamentava que as tropas provinciais, por força de lei, recebessem apenas "a ração de uma libra de carne verde"[747], e solicitava das autoridades um maior empenho no combate aos "carambolas" de Panelas do Miranda.

Os cabanos, exímios conhecedores das terras que ocupavam, "usavam emboscadas e, quando perseguidos, refugiavam-se nas matas, utilizando trilhas e veredas desconhecidas às forças legais, que não os conseguiam submeter"[748]. O desconhecimento do terreno, as táticas convencionais e a hostilidade da população local foram as causas do insucesso das forças legalistas.[749] A demora na conclusão da guerra contra os cabanos passou a incomodar as elites e as autoridades.

Entre os motivos do êxito dos cabanos nos primeiros meses da guerra contra as forças provinciais, Décio Freitas destaca: a tática de se camuflar nas matas, os consequentes ataques aos inimigos (guerrilhas) e a simpatia da população local, que os via como "vingadores das injustiças e agraves dos poderosos"[750]. Outro fator que fez aumentar a simpatia pelos cabanos foi a conduta das tropas legais, que recrutavam "caboclos a força, manietados como criminosos", promoviam a "destruição de plantações para impedir que os cabanos se abastecessem; saques de casas e pequenas propriedades; requisições pagas com vales ou moedas falsas"; além do sequestro e violação de "caboclas"[751].

Com o apoio dos populares que moravam em vilas e povoações situadas próximo aos combates, os cabanos conseguiam se abastecer de gêneros alimentícios, armas e munições; adquiriam ainda informações sobre o inimigo e conseguiam se esconder e/ou se disfarçar na eventual presença das tropas legais.[752] Além disso, com medo de represálias por parte dos cabanos e sabedores

---

[746] FREITAS, Décio. **Os guerrilheiros do imperador**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978, p.96.
[747] O FEDERALISTA ALAGOENSE. Maceió, 3 out. 1832.
[748] ANDRADE, Manoel Correia de. **A Guerra dos Cabanos**. Rio de Janeiro: Conquista, 1965, p.55.
[749] FREITAS, op. cit., p.102.
[750] Ibidem, p.100.
[751] Ibidem, p.101.
[752] Ibidem, p.101.

da impossibilidade de defesa pelas tropas legais, muitos senhores de engenho e fazendeiros também colaboravam com a população das matas.

As terras ocupadas pelos cabanos eram férteis e bem irrigadas, plantava-se milho, cana, mandioca, jerimum, cará, batatas e algodão. Os trabalhos nas lavouras, em sua maioria, eram realizados por mulheres, as quais "tinham sempre uma arma ao alcance da mão"[753] para se protegerem de eventuais ataques-surpresa. Na tentativa de mudar esse panorama, a Regência do Império nomeou como Presidente da Província de Pernambuco Manuel Zeferino dos Santos[754], que, procurando tomar medidas contra os cabanos, convocou um conselho militar para formular um plano de campanha. Conter a Cabanada se tornou prioridade, e o novo presidente se concentrou nesse objetivo[755], mas as medidas repressoras não eram suficientes, já que tal população:

> [...] dominava as matas que cobriam grandes extensões, dispunham no interior das mesmas de áreas onde cultivavam a terra para seu sustento. Quando a vigilância era maior nas áreas que circundavam as matas e eles não podiam saquear os engenhos vizinhos, viviam destas roças e dos alimentos encontrados nas florestas.[756]

Impaciente com a situação, a Regência do Império intensificou a luta contra os cabanos em setembro de 1833, também houve a troca do Presidente da Província de Alagoas, Manuel Lôbo de Miranda Henriques foi substituído por Vicente Tomaz de Figueiredo Camargo, considerado um "homem de atitudes mais enérgicas que o anterior"[757]. Pretendia-se minar o poder de resistência das matas. Os cabanos perceberam que as forças alagoanas estavam se fortalecendo para combatê-los, desse modo, decidiram tomar uma atitude decisiva e marcharam em direção a Maceió, onde talvez desejassem instalar um governo rebelde. Em uma proclamação

---

[753] FREITAS, Décio. **Os guerrilheiros do imperador**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978, p.114.
[754] Manuel Correia de Andrade o descreve como "[...] homem comprometido de larga data com as ideias liberais e que ao temperamento enérgico e decidido juntava ampla experiência política, uma vez que fora, em 1821, Deputado às Cortes Gerais e Constituintes de Portugal. Também participara, em 1825, do Conselho de Governo, onde fez constante oposição ao Presidente Tomaz Xavier, ferrenho partidário do absolutismo. Em 1829, foi deputado à Assembleia Geral, depois de haver sido Vereador na Câmara Municipal do Recife, Juiz de Fato, Conselheiro do Governo, e de haver participado de uma lista tríplice para o Senado, em 1826". Ver: ANDRADE, Manoel Correia de. **A Guerra dos Cabanos**. Rio de Janeiro: Conquista, 1965, p.60.
[755] Ibidem, p.60.
[756] Ibidem, p.69.
[757] Ibidem, p.79.

publicada no Diário de Administração Pública de Pernambuco em 10 de outubro de 1833, foi informado que Maceió estava:

> [...] em perigo, e ameaçada de ser invadida, saqueada pelos bárbaros salteadores das matas de Jacuípe! Batidos e perseguidos por nossas tropas, eles se têm refugiado nas matas do Rôlo e do Engenho Pacas, donde pretendem vir assaltar esta praça.[758]

Nessa época, os escravizados que integravam o movimento cabano eram os que conduziam com mais dedicação a luta, e assim seria até o final dela, até porque eles nada tinham a lucrar com o fim da guerra. Sobre essa questão, Manuel Correia de Andrade aponta que os escravizados:

> [...] iam se tornando o grupo mais influente nas hostes rebeldes. Daí uma revolução, iniciada por políticos absolutistas sequiosos de poder, ir-se tornando, gradativamente, uma verdadeira luta de negros contra a escravidão. Tomava, assim, pouco a pouco, a guerra dos cabanos, um sentido bem diverso daquele sob cujo signo se iniciara.[759]

Dada a conjuntura, os governos alagoano e pernambucano estabeleceram um prazo para os cabanos se renderem, até dezembro de 1833, quando supostamente seriam concedidas anistias. Entretanto, em Alagoas concluiu-se o prazo de apresentação sem que os cabanos se entregassem, pois "a maré insurrecional crescia e as tropas legais se mostravam incapazes de sequer contê-la, quanto mais dominá-la"[760]. A Cabanada estava se tornando, portanto, mais agressiva, levando o presidente da Província de Alagoas a pedir providências ao ministro da guerra. Além da volta dos escravizados ao cativeiro, o fim da Cabanada para os livres pobres "significaria o retorno à anterior condição, com tudo que ela implicava – viver de favor numa vesga de latifúndio, suportar violência e humilhações dos poderosos"[761].

---

[758] DIÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE PERNAMBUCO. Recife, 10 out. 1833.
[759] ANDRADE, Manoel Correia de. **A Guerra dos Cabanos**. Rio de Janeiro: Conquista, 1965, p.92.
[760] FREITAS, Décio. **Os guerrilheiros do imperador**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978, p.97.
[761] Ibidem, p.113.

No ano de 1834, os cabanos controlavam um território de aproximadamente 300 quilômetros de extensão por 60 de largura:

> No sul de Pernambuco abrangia os atuais munícipios de Bonito, Panelas, Barreiras, Quipapá, Água Preta e Palmares, e, no norte de Alagoas, quase toda a região banhada pelo rio Jacuípe – mais ou menos a região que no século XVII fora ocupada pela República de Palmares.[762]

Nessa área foram erguidos os arraiais cabanos, os quais, como forma de proteção, eram cercados por grossos paus e tinham um grande fosso içado de estepes, um tipo de fortificação que também foi usado nos mocambos palmarinos.[763] Muitas vezes, por conta dos combates, tais arraiais eram abandonados e novamente reerguidos em outros locais. Os mais famosos agrupamentos cabanos foram: Brejo de José Inácio, Cavaco, Castelhano, Japaratuba, Riachão, Utinga, Piabas Mortas, Conceição, Brejo d'Imbira, Massangano, Mellos, Mangibura, Ipecacunha, Cafundó, Maciape e Baixa Seca. Sobre a organização social dos arraiais, Décio Freitas explica:

> Havia em cada arraial um chefe – a um tempo chefe militar e civil [...]. As questões militares eram decididas pelos chefes que tinham geralmente o posto de capitão. Já as questões econômicas, administrativas e judiciais, constituíam objeto de deliberação de todos os moradores do arraial.[764]

A Cabanada formou uma sociedade alternativa "em face do confronto permanente com a sociedade branca"[765] escravocrata. Assim, cabe atentar para o seu lugar político e dar foco à luta pela liberdade. O arraial papa-mel se constituiu como uma recusa social à instituição escravista, para onde iam negros fugidos e homens livres pobres de cor. Para Lindoso, esses arraiais não representavam uma "forma de organização regressista africana, indígena ou de aldeia portuguesa. Era

---

[762] FREITAS, Décio. **Os guerrilheiros do imperador**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978, p.113-114.
[763] Ibidem, p.114.
[764] Ibidem, p.115.
[765] ALMEIDA, Luís Sávio de. **Memorial biográfico de Vicente de Paula, capitão de todas as matas:** guerrilha e sociedade alternativa na mata alagoana. Maceió: Edufal, 2008, p.50.

uma forma social nova"[766] com características pluriétnicas que tecia redes de sociabilidade visando um objetivo comum: ir de encontro aos interesses senhoriais.

Nos três primeiros anos da Guerra dos Cabanos, as tropas dos governos não se mostraram capazes de combater a população que vivia nas matas. "Em 1834, a opinião pública era favorável a uma intensificação na luta contra os cabanos"[767], os quais haviam realizado um grande ataque a Panelas do Miranda[768], ponto de bastante importância econômica e política para as autoridades. Com a posse do novo Presidente da Província de Pernambuco, Manoel Carvalho Pais de Andrade, foi intensificada a repressão, criando-se um corpo de batedores encarregados de "bater as matas a procura dos cabanos". Somado a isso, foi solicitada a ajuda das províncias vizinhas, Paraíba e Bahia – a primeira enviou armas e tropas e a segunda, apenas armas. Outra preocupação da presidência pernambucana se referia aos suprimentos e mantimentos das tropas, que receberam remessas de carne-seca, bacalhau, boiadas e farinha.[769]

Tais medidas parecem ter deixado otimista a opinião pública ligada à classe senhorial e detentora dos principais periódicos locais. O *Diário de Pernambuco*, em 3 de março de 1834, publicou que os cabanos tinham:

> [...] ainda alguma força numérica, que se pode calcular em cerca de 1000 homens, derramados por toda a extensão das matas, mas todos no mais deplorável estado possível, falta de armamentos, munições, víveres; nus, entregues a todos os horrores da miséria, e privados de todos os socorros em suas moléstias, e feridos por falta de cura e tratamento.[770]

Essa narrativa evidencia a preocupação do periódico em enaltecer os feitos das tropas provinciais contra os cabanos, os quais foram descritos como estando em uma situação difícil, quase derrotados. Entretanto, a resistência cabana ainda iria perdurar por muito tempo.

---

[766] LINDOSO, Dirceu. **A utopia armada:** rebelião de pobres nas matas do Tombo Real. Maceió: Edufal, 2005, p.221.
[767] ANDRADE, Manoel Correia de. **A Guerra dos Cabanos**. Rio de Janeiro: Conquista, 1965, p.107.
[768] Panelas do Miranda, localizada a 66 quilômetros a oeste da Serra da Barriga, "era uma pobre povoação do Agreste, numa distância de 134 quilômetros da capital (Recife), em linha reta, sobre a bacia do rio Pirangi. O terreno das redondezas era desigual, apresentando pequenas planícies e sucessivas ondulações de montanhas, colinas e ladeiras, prestando-se a agricultura e à pecuária". Ver: FREITAS, Décio. **Os guerrilheiros do imperador**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978, p.90.
[769] ANDRADE, op. cit., p.113.
[770] DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Recife, 3 mar. 1834.

A partir de 1834, com as mortes e prisões das lideranças restauradoras pelas forças do Estado Imperial, a Cabanada radicalizou sua feição popular e constituiu uma "Guarda Negra", sob a liderança de Vicente Ferreira de Paula, filho de uma escravizada com um vigário[771], que aliou à sua experiência militar técnicas de guerrilha cabanas, ensejando o fim do cativeiro, a posse de terras, o fim da servidão dos trabalhadores "livres" e a pluralidade religiosa. Nessa conjuntura, cabe entender o negro papa-mel não como um "pretor negro" na guarda de Vicente de Paula, "mas uma sociedade plantada na mesma região"[772] comandada por ele.

A Cabanada saiu "completamente do controle dos proprietários rurais, capitães-mores e oficiais de primeira linha", que tinham a liderança no início do movimento, porém a essa altura, em sua maioria, já haviam sido rendidos.[773] Ao abrir a primeira sessão do ano de 1835 da Assembleia Legislativa da Província de Alagoas, em 15 de março, o Presidente Jozé Joaquim Machado d'Oliveira lamentou a continuidade do conflito contra os cabanos:

> Para que pudesse dizer-vos, Senhores, que a Província gozava de sossego e ordem seria necessário, que estivesse completamente extinta a guerra sistemática, que ela, e a de Pernambuco tem se visto na dura, mas imprescindível necessidade de sustentar contra numerosas hordas de salteadores, embrenhados em extensas matas em comum a ambas as Províncias, que já perderão o ser de racionais, e que tem só por instinto o roubo, a devastação, e a morte. Esta guerra que parecia tocar ao seu fim em os últimos meses do ano passado com as sucessivas derrotas, e desaparecimento de vários magotes dos salteadores, tem sido avivada no começo deste ano por novas incursões, e acometimentos destes ferozes canibais.[774]

---

[771] Manuel Correa de Andrade faz um resumo da biografia de Vicente Ferreira de Paula: "Nasceu em Goiânia, filho natural de um padre, em 1791, e que serviu como praça nas Forças Armadas. Levou vida humilde e sem destaque até 1833 – durante 42 anos –, quando apareceu como um dos líderes cabanos. Sua ascensão foi rápida, ofuscando logo os demais companheiros e passando a chefiar todos eles. Ver: ANDRADE, Manoel Correia de. **A Guerra dos Cabanos**. Rio de Janeiro: Conquista, 1965, p.205.

[772] ALMEIDA, Luís Sávio de. **Memorial biográfico de Vicente de Paula, capitão de todas as matas:** guerrilha e sociedade alternativa na mata alagoana. Maceió: Edufal, 2008, p.65.

[773] CARVALHO, Marcus Joaquim Maciel de. A mata atlântica: sertões de Pernambuco e Alagoas, sécs. XVII-XIX. **Clio** - Revista de Pesquisa Histórica. Recife, n.25-2, p.249-266, 2007.

[774] ALAGOAS. Falla do Exmo. Sr. Presidente da Província das Alagoas Jozé Joaquim Machado d'Oliveira na Instalação da Assembléa Legislativa da mesma Província em 15 de março de 1835. Maceió: Tipografia de Meira e Companhia, 1835.

Nota-se nas entrelinhas do fragmento apresentado que as próprias autoridades reconheciam uma mudança e um reavivamento da luta cabana a partir de 1834, um novo cenário interposto pela população de escravizados fugidos que queriam sustentar sua vida nas matas. Configurou-se, assim, uma peculiar "transgressão de forças sociais submetidas às fronteiras do poder latifundiário escravista"[775]. A economia dos engenhos de açúcar necessitava da exploração da mão de obra escravizada, e a sociedade alagoana estava inserida no entremeio "engenho–casa-grande"[776]. A população cabana, porém, resistia a essa conjuntura, ela vivia:

> [...] em um regime de moradores e lavradores nas periferias dos engenhos, negros fugidos dos planteis, que organizados em mocambos mistos, travavam com as forças militares provinciais um confronto fundamentado em táticas de guerrilha aprendidas nos tempos da invasão holandesa na região. Seus ataques e recuos para as matas com "trilhas quase intransitáveis" tornavam a repressão legalista ineficaz.[777]

Sobre o ano de 1834, Manuel Correia de Andrade também o considera decisivo na condução da guerra. Nesse ano, os governos provinciais organizaram "um plano mais eficiente de combate aos inimigos"[778], mobilizando todos os meios possíveis para derrotá-los. Ocorreu ainda um encontro entre os presidentes alagoano e pernambucano, no qual foi traçada uma "mudança na maneira de se fazer a guerra"[779], tendo como objetivo o ataque à região de Jacuípe e a penetração das tropas nas matas ocupadas pelos cabanos. Assim, considerou-se:

> Sitiado todo terreno que era limitado ao norte pelos rios Una e Jacuípe, ao leste pelo Oceano Atlântico, ao sul pelo rio Manguaba e a oeste pela estrada que parte do arraial de Jacuípe e, passando pelos lugares Baixa Sêca, Maciape e Engenho Novo, vai alcançar a Vila de Pôrto Calvo.[780]

---

[775] MELLO, Janaina Cardoso de. Matas temoratas: resistência e medo na Guerra dos Cabanos (Alagoas/Pernambuco 1832-1835). **Anais do XXIII Simpósio Nacional de História da ANPUH**. Londrina, 2005.
[776] Idem. Negros escravos, negros papa-méis: fugas e sobrevivência africana nas matas de Alagoas e Pernambuco no século XIX. **Revista África e Africanidades**. Quissamã, ano I, n. 2, ago. 2008.
[777] Idem. Dívidas de sangue. Queixas orçamentárias e declínio de produtividade agrícola na Guerra dos Cabanos (Alagoas/Pernambuco 1832-1835). **Anais do I Colóquio do Laboratório de História Econômica e Social da Universidade Federal de Juiz de Fora - LAHES**. Juiz de Fora, 2005.
[778] ANDRADE, Manoel Correia de. **A Guerra dos Cabanos**. Rio de Janeiro: Conquista, 1965, p.118.
[779] Ibidem, p.123.
[780] Ibidem, p.123.

Aos habitantes dessa região foi dado um prazo de oito dias para que abandonassem suas moradias ou se recolhessem à área reservada para o asilo; os que não aceitassem tal situação seriam considerados "salteadores". As ofensivas dos governos deram resultado para as duas províncias, entretanto, mesmo fragilizados, os cabanos ofereciam resistência e se camuflavam nas matas – uma estratégia usual –, evitando o confronto. As "Partidas Exploratórias", como eram chamadas as entradas das tropas provinciais nas matas, assassinavam cabanos e apreendiam cavalos e objetos. Os sobreviventes, caso fossem negros libertos ou fugitivos, eram escravizados ou reescravizados, os demais eram presos e, muitas vezes, enviados ao Recife.

Os governos provinciais passaram a enxergar o confronto como uma "guerra de extermínio", e o sangue da "gente das matas", que em tempos anteriores habitara Palmares, voltaria a jorrar nas terras das lagoas e dos rios. Defendia-se então a realização de uma guerra mais sangrenta, "e isto foi matéria de Aviso recebido pelo Presidente da Província de Alagoas datado de 07.01.1834"[781].

A instituição de um "polígono da repressão"[782] e a tática da "terra arrasada" ocasionaram a rendição de muitos indígenas, após negociações com os representantes do governo provincial. As matas foram "batidas em todos os sentidos, destruindo lavouras e impedindo que os cabanos se estabelecessem em um lugar por tempo suficiente para produzirem mantimentos"[783]. Assim, o "polígono da repressão" se constituiu como um "espaço de marginalidade social", local onde se concentrava o grosso das tropas cabanas.

A tática da "terra arrasada" afetou diretamente a população pobre da região. Segundo informações do comandante-chefe das partidas exploratórias, em 11 de abril de 1834 foram presos cabanos que não tinham o que comer e estavam "apanhando caranguejos" para se sustentar[784] – ao se camuflarem nas matas, os cabanos teciam suas resistências no quotidiano, implícitas na urdidura dos pormenores. Em correspondência endereçada à Presidência da Província de

---

[781] ALMEIDA, Luís Sávio de. **Memorial biográfico de Vicente de Paula, capitão de todas as matas:** guerrilha e sociedade alternativa na mata alagoana. Maceió: Edufal, 2008, p.264.

[782] Aqui, o termo "polígono" aparece como um conceito militar operatório na ação de extermínio do "espaço cabano". Ver: LINDOSO, Dirceu. **A utopia armada:** rebelião de pobres nas matas do Tombo Real. Maceió: Edufal, 2005, p.211.

[783] DANTAS, Mariana Albuquerque. **Dimensões da participação política indígena na formação do Estado Nacional brasileiro:** revoltas em Pernambuco e Alagoas (1817-1848). Tese (Doutorado em História), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015, p.186.

[784] DIÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE PERNAMBUCO. Recife, 30 abr. 1834.

Alagoas, descreveu-se que a guerra travada era contra homens que se assemelham a animais silvestres:

> [...] habitam as margens do rio, o centro das matas e vizinhanças das árvores, que dão frutos nutrientes, e que para os matar, e prender é necessário tocaia-los nas serras como os caçadores tocaiavam os veados, e que se ante de chegarem ao pé das árvores e lugares dos seus aposentos sentem agitar-se uma rama, estalar um pau, ou se veem rasto estranho fogem com a velocidade do cervo, e inutilizam o trabalho de muitos oficiais e soldados expostos ao tempo muitos dias e noites.[785]

Nessa correspondência, escrita por Joaquim José Luís de Souza, encontra-se uma descrição geracional da resistência cabana diária, em que se lê: uma "criança chegou-se a mim com uma espiga de milho na mão, e perguntando-lhe quem lhe tinha dado? Respondeu-me, que tinha saqueado em um roçado, tal é a familiaridade que esta criança tem com verbo saquear." Além da questão da alimentação, o documento traz informações sobre as estratégias de camuflagem nas matas, como ao citar um galo encontrado com uma linha prendendo seu bico[786]: "[...] perguntada a mulher [...] ali para que tinha assim o galo? Respondeu que era para não cantar, e não saberem a tropas pelo canto o lugar que ela e o marido moravam."[787] O documento fornece subsídios para entrever a luta diária dos cabanos nas matas e seus alimentos:

> Infinitas raridades se encontram nestes desertos no caráter, costumes e gêneros de vida dos povos que os habitam; e só quem os observa de perto como eu, e aos que me acompanham, pode fazer uma ideia perfeita do atraso de civilização dos povos que habitam o interior de nosso País. Pergunta-se a qualquer Salteador o que comem no meio das matas tão cerradas? Respondem que alimentam-se em peixes dos rios, caças das matas, farinha e legumes que plantão; e que quando os não tem sustentam-se em frutas como cajás, ingás, jenipapos e outras, e vegetais como olho-de-embaúba, bredos e outras ervas cozinhadas sem sal; em repteis como

[785] Correspondência de Joaquim José Luís de Souza ao Presidente da Província de Alagoas. DIÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE PERNAMBUCO. Recife, 5 jul. 1834.
[786] Outra estratégia cabana de ocultamento e sobrevivência nas matas era o uso da caça silenciosa com armadilhas e arco e flecha de tradição xucuru-cariri, já que o barulho das armas de caça podia revelar a localização do arraial. Ver: LINDOSO, Dirceu. **A utopia armada:** rebelião de pobres nas matas do Tombo Real. Maceió: Edufal, 2005, p.250.
[787] Correspondência de Joaquim José Luís de Souza ao Presidente da Província de Alagoas. DIÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE PERNAMBUCO. Recife, 5 jul. 1834.

> sapos, cobras, lagartos; em insetos como tanajuras e gafanhotos; em vermes como os que criam as palmeiras quando apodrecem; e até no que vulgarmente chamam – orelhas de paus –, que embrulhão nas folhas e escaldão na borracha para poderem comer com algum mel de abelhas.[788]

O discurso militar reduzia as populações que habitavam as matas à condição de "animais" ou "selvagens" para, desse modo, pôr em prática o "exercício do extermínio senhorial" contra os cabanos.[789] Segundo o estudo de Manuel Correia de Andrade, a repressão imposta pelas províncias alagoana e pernambucana, em 1834, estava levando à derrota cabana, por conta da ausência de "alimentos, munições e medicamentos em quantidade suficiente"[790]. A política militar de repressão foi algo taticamente elaborado pelas autoridades[791], assim a guerra ia se transformando "em mera caça aos cabanos nas matas dos terrenos sitiados"[792].

O periódico *Diário de Pernambuco* publicou, no dia 7 de maio de 1834, em sua primeira página, um documento assinado pelo comandante-chefe Joaquim Joze de Souza, sobre a entrada das tropas nas matas cabanas. Ao relatar a exploração da região de Castelhano, descrita como um "Covil dos indignos Salteadores", escreveu:

> Os Salteadores assim cercados correrão aturdidos com o toque das cornetas, e estampido dos tiros, que apareciam de todos os lados, e viam-se encontrar uns com os outros, e com as nossas tropas como desorientados, e os que escapavam deste conflito iam cair nas guerrilhas. Depois desta primeira surpresa ordenei, que as tropas seguissem para dentro da mata a descobrir os Salteadores, e seus covis, e foi nesta diligência que se encontrarão no interior da mata, abarracamentos não vistos antecedentemente. Três destes abarracamentos foram encontrados; e entre todos avalio ter mais de 300 casas de palha, que fiz queimar.[793]

Percebe-se que, quanto mais entradas e explorações eram feitas nas matas, mais as tropas repressoras ficavam estarrecidas com a quantidade de acampamentos cabanos e o número de casas encontradas, lembrando a ideia da

---

[788] Correspondência de Joaquim José Luís de Souza ao Presidente da Província de Alagoas. DIÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE PERNAMBUCO. Recife, 5 jul. 1834.
[789] LINDOSO, Dirceu. **A utopia armada:** rebelião de pobres nas matas do Tombo Real. Maceió: Edufal, 2005, p.243.
[790] ANDRADE, Manoel Correia de. **A Guerra dos Cabanos**. Rio de Janeiro: Conquista, 1965, p.150.
[791] LINDOSO, op. cit., 2005, p.229.
[792] ANDRADE, op. cit., p.133.
[793] DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Recife, 7 maio 1834.

"Hidra"[794] trazida por Flávio Gomes: atacar um agrupamento de escravizados fugitivos podia significar o nascimento de mais comunidades, pois, ao serem combatidos e fugirem da repressão, procuravam outro espaço para reerguer suas comunidades – atacava-se um e nasciam dois, três ou mais.

O documento ainda inclui um relato "sanguinário" da repressão aos cabanos, "tendo os soldados cortado as orelhas aos mortos, para se poder contar o número deles", chegando a contabilizar 15 corpos. Contudo, previa-se "um número maior dos que devem morrer dos ferimentos que sofreram, por serem notáveis os vestígios de sangue que deixaram"[795]. O coronel Joaquim, visando enaltecer sua ação repressora, ainda relatou:

> Este coito de Salteadores ficou agora completamente destruído. No 1º dia da exploração, enviei ao Major Arruda em Pracinha 24 mulheres, 25 crianças, e um velho octogenário, e um casal de escravos de uma das prisioneiras, e agora conduzi dois meninos forros, um de idade de 10, e outro de 12 anos. Apenas pôde achar uma espingarda de adarme 17, 5 de adarme 11, e 10 cavalos. Os Soldados acharam nos diferentes ranchos dos Salteadores bastantes roupas, dinheiro em peças, em moeda de prata, e cobre, e muitas outras preciosidades. [...] Esta exploração foi muito patética; por que as partidas encontravam-se umas com as outras; os cabanos corriam doidamente como formigas assanhadas; os nossos soldados trabalhavam como Caçadores gritando lá vai, cerca lá – e felizmente só tivemos um Soldado de primeira linha ferido. [...] Os Salteadores muito poucos tiros deram, e sei que mui faltos estão de munição. Encontrei abundancia de roça, mas sendo farinha, e agora a sua comida ordinária, está evidente o mal, que um alimento lhes deve causar.[796]

Ao publicar esse documento, o *Diário de Pernambuco* o intitulou "Operação das Forças Armadas", sendo notório o objetivo do periódico em divulgar os feitos das tropas contra a população cabana e os "circunstanciais motivos" que trouxeram "felicidade" e "satisfação" ao presidente da província de Pernambuco. As edições do periódico constituem um elementar conjunto documental para o entendimento das "Partidas Exploratórias". Em 17 de maio de 1834, foi publicada a correspondência do major José Tomás Henrique[797], que propunha ao coronel Joaquim Jozé de Lima

[794] GOMES, Flávio dos Santos. **A hidra e os pântanos:** mocambos, quilombos e comunidades de fugitivos no Brasil (Séculos XVII-XIX). São Paulo: Ed. Unesp, 2005.
[795] DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Recife, 7 maio 1834.
[796] DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Recife, 7 maio 1834.
[797] Datada de 07 de maio de 1834.

uma "matança sistemática dos prisioneiros" como a melhor maneira de acabar com o conflito.[798] O documento também permite notar a dimensão da fome e da miséria da população que habitava o "polígono da repressão", além de estratégias de resistência cabanas:

> Os dez Cabanos apresentados, e as cinquenta e seis pessoas entre mulheres, e meninos, das quais já tem falecido algumas de pura miséria, deixei soltas, e em liberdade de procurarem sua vida, alistando a todas, e obrigando os homens a apresentarem-se duas vezes na semana. Fui testemunha de um quadro consternador: crianças a espirar de fome, mulheres reduzidas a esqueletos cobertas de trapos imundos, e em cujos semblantes apareciam visivelmente os caracteres da fome, e da desgraça! Foram mortos quinze homens, e uma mulher, e presos cinco papa-méis, e uma negra. O Capitão Wanderley, disse-me que trouxera essas mulheres que se apresentarão, por que elas utilizavam aos Salteadores; pois havendo quantidade extraordinária de mandioca no carão, elas a arrancam, moem sobre pedras, espremem a massa em um pano, e depois deitando a em formas, ou vasilhas de barro sobre o fogo, e mexendo-a aprontam a farinha da qual remeto a V. S. essa amostra, que o dito Capitão presenciou fazer. Não tenho dado rações a essas desgraçadas apesar de comover o seu estado; porque entendo ser mal-entendida a caridade consumir com inimigo os nossos gêneros, cuja falta me obriga muitas vezes a distribuir as nossas Tropas só meia ração, com que apenas se sustentam; com tudo tenho mandado socorrer as crianças inocentes, e que estavam quase a morte; as outras, que recorram a caridade dos fiéis, ou que se sustentem como faziam entre os Salteadores. A negra preza declara ser escrava de Francisco de Borja Buarque, que morador em Pernambuco; servia a Vicente Ferreira de Paula, o qual está agora em Poço-preto entre Baixa-seca, Duas bocas, e Pacas, ficando ali só com quatro homens de suas guarda: V. S. pode tirar desta escrava esclarecimentos necessários, e por isso a remeto para interrogar: ela dirá como os inimigos passaram em Massiapinho ao pé de Baixa seca caminhando por dentro do riacho para não deixarem pegadas; dirá as munições que tem os inimigos, d'onde lhes vem gado.[799]

As matas eram, por excelência, um território aliado dos cabanos – conhecedores da região, traçavam rotas de fugas e desenvolviam com perspicácia estratégias de camuflagem, dificultando o plano de extermínio das autoridades. O documento informou ainda que, no dia 4 de maio, foram apresentados em Porto das Pedras "seis mulheres, quatro meninos, uma preta velha, e um moleque, uma parda

[798] LINDOSO, Dirceu. **A utopia armada:** rebelião de pobres nas matas do Tombo Real. Maceió: Edufal, 2005, p.220.
[799] DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Recife, 17 maio 1834.

velha, outra de menor idade, dois escravos, e mais um mulato escravo de um habitante de Porto das Pedras"[800], os quais fizeram menção à situação de "última extremidade" em que viviam os cabanos desde o início das "Partidas Exploratórias".

A mesma edição do *Diário de Pernambuco* também tratava de uma exploração realizada nas matas da região que abrangia Mandaituba, Água Fria, Moura, Capiana, Genipapo, Samba, Lavagem e Maruim, onde se encontrou "uma partida de Salteadores", sendo mortos "dois cabanos, e uma mulher, saindo uma menina baleada, tomando-se lhe suas competentes armas"[801]. Tais informações constavam em uma correspondência endereçada ao presidente da província de Pernambuco, Manuel de Carvalho Paes de Andrade, escrita pelo major Thomas Henrique, e nela ainda era relatado o encontro com o "inimigo" na Ilha da Onça:

> Sofrendo ele a perda de três Cabanos mortos, e marchando adiante, e encontrando no sitio Garcatoria matei um, e em seguimento no sitio João Ribeiro morreram dois Duros, apresentaram-se dez Salteadores; e foram presos seis papa-méis, sendo cinco machos, e uma fêmea; mas duas negras, que se me apresentarão no sitio Riachão, cativas; e um moleque pequeno.
> [...] Constando a este Governo, que os Cabanos acossados pelas nossas forças, tem grande parte deles desamparado as matas onde viviam embrenhados, e se acham reunidos no lugar denominado S. Joze da Coroa Grande, ordeno a V. S., que com toda cautela, e devida segurança os faça desarmar completamente, e distribuindo-os pelos seus Delegados, a quem fara responsáveis pela sua guarda, e obrigando-os a trabalhar para sua sustentação me enviando uma relação nominal tanto dos indivíduos em questão, como do armamento, que lhe fora achado.[802]

Ao contrário do que assinala Dirceu Lindoso acerca da função do discurso militar anticabano de "ocultar a violência repressora" dentro do "polígono de repressão"[803], percebe-se nos documentos examinados um estarrecedor relato sobre como foi sendo colocado em prática um "plano de extermínio" do povo cabano. Thomaz Espíndola, para falar da Cabanada, utiliza palavras como

---

[800] DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Recife, 17 maio 1834.
[801] DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Recife, 17 maio 1834.
[802] DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Recife, 17 maio 1834.
[803] LINDOSO, Dirceu. **A utopia armada:** rebelião de pobres nas matas do tombo real. Maceió: Edufal, 2005, p.228.

"carnificina", descrevendo que Alagoas e Pernambuco foram palcos "de tudo quanto é desumano, cruel e horroroso"[804].

Apesar de toda essa repressão, o espírito de luta cabana continuava, principalmente entre os chefes mais exaltados e os negros papa-méis, que temiam a escravização ou reescravização. As autoridades, por sua vez, tinham como preocupação prender Vicente Ferreira de Paula, o "capitão de todas as matas", principal liderança cabana. Em fins de 1834, as partidas exploratórias haviam prendido muitos revoltosos, principalmente "mulheres e crianças em estado de fome e miséria", em sua maioria enviados à colônia penal de Fernando de Noronha.[805] A miserabilidade marcava o cenário final da guerra.

As autoridades também tiveram de dar destino aos presos da província de Alagoas, os quais, a partir de janeiro de 1835, foram remetidos para as vilas de Porto Calvo e Porto das Pedras. Os escravizados revoltosos presos mais fiéis a Vicente Ferreira de Paula eram os mais velhos, "devolvidos aos seus proprietários, mediante pagamento de uma multa de vinte mil réis, e caso fossem moços, tal multa era paga, mas o negro seria vendido para outra Província"[806]. Essa prática, como visto anteriormente, ocorreu no episódio da revolta escrava de 1815 na comarca de Alagoas e visava desconstruir as redes de sociabilidade dos revoltosos.

Entre março e maio de 1835 foram presos 1.072 cabanos e 2.326 foram mortos.[807] Apesar dessas baixas, o povo cabano continuou causando problemas aos seus inimigos. Em abril desse mesmo ano, sob liderança de Vicente Ferreira de Paula, cerca de 300 homens (em sua maioria negros e índios) atacaram o ponto de Roçadinho, que estava sendo comandado pelo tenente-coronel Agra. A repressão ao "capitão de todas as matas" aumentaria, mesmo assim Vicente de Paula se manteve nas matas, resistindo com dezenas de negros que se recusavam a se entregar e voltar à condição de escravizados, ficando "longe do alcance [..] do Estado Imperial"[808]. Esse momento foi considerado pelas autoridades como o término da guerra contra os cabanos, porém a classe senhorial da região ainda se

---

[804] ESPÍNDOLA, Thomaz do Bom-Fim. **Geografia alagoana ou descrição física, política e histórica da província das Alagoas**. Maceió: Edições Catavento, 2001, p.236.
[805] FREITAS, Décio. **Os guerrilheiros do imperador**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978, p.147.
[806] ANDRADE, Manoel Correia de. **A Guerra dos Cabanos**. Rio de Janeiro: Conquista, 1965, p.155.
[807] CARVALHO, Marcus Joaquim Maciel de. Um exército de índios, quilombolas e senhores de engenho contra os "jacobinos": a Cabanada, 1832-1835. In: DANTAS, Monica Duarte (Org.). **Revoltas, motins e revoluções:** homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX. São Paulo: Alameda, 2011, p.167-200.
[808] Ibidem, p.167-200.

mostrava temerosa: a retirada das tropas provinciais poderia significar o ressurgimento da luta. Os cabanos nas matas continuariam a saquear as propriedades, se tornando um estímulo permanente para a fuga de escravizados que viviam nos engenhos das proximidades[809], haja vista que, com o bando reduzido, os negros papa-méis adquiriram maior mobilidade, podendo transitar pelas matas e perpetrar eventuais ataques às propriedades da região.

As autoridades pensaram que a morte de D. Pedro I, em 24 de setembro de 1834, esvaziaria o movimento e então ordenaram o regresso da Guarda Nacional e das tropas provinciais. De forma perspicaz, achou-se um pretexto para pôr um fim oficial ao evento e anunciar discursivamente a derrota cabana, entretanto, a resistência continuaria nas matas. A Cabanada há muito tempo já tinha deixado de ser um movimento "restaurador da monarquia", isso se algum dia realmente o foi. Vicente de Paula e os cabanos resistentes se refugiaram em Japaranduba e estabeleceram "um arraial semelhante aos da cabanada"[810], para onde fugiram muitos escravizados. Era um movimento típico dos rebeldes, e dessa maneira conduziriam o restante da guerra: quando se fechava um determinado ponto, seguiam para outro e se reestabeleciam.[811]

Por meio de dados estatísticos, a pesquisa de Janaina Cardoso de Mello aponta que a composição étnica e social dos cabanos se alterou ao longo dos anos e das negociações com as autoridades. Em 1832 os participantes do movimento eram em sua maioria índios aldeãos de Jacuípe, devido ao assassinato de seu capitão-mor, Hipólito Nunes Barcelar – fato que colocou os índios na guerra.[812] A maior inserção de escravizados no movimento se deu a partir de 1833, quando supostamente foram levados à guerra pelos seus senhores. Os negros papa-méis passaram a ser a grande maioria dos revoltosos a partir de 1834, pois ocorreu uma redução progressiva do número de índios por conta da escassez de recursos "nas

[809] ANDRADE, Manoel Correia de. **A Guerra dos Cabanos**. Rio de Janeiro: Conquista, 1965, p.186.
[810] FREITAS, Décio. **Os guerrilheiros do imperador**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978, p.157.
[811] ALMEIDA, Luís Sávio de. **Memorial biográfico de Vicente de Paula, capitão de todas as matas:** guerrilha e sociedade alternativa na mata alagoana. Maceió: Edufal, 2008, p.245.
[812] Ao saberem do ocorrido, os índios iniciaram "bárbaras e horríveis represálias: surpreenderam três mancebos de famílias ilustres, em seu engenho, e, depois de pendurá-los a uma trave por sobre a fogueira, os queimaram vivos". Além disso, incendiaram mais de 20 engenhos, levando os escravizados da região, os quais iriam constituir parte das tropas papa-méis. Ver: ESPÍNDOLA, Thomaz do Bom-Fim. **Geografia alagoana ou descrição física, política e histórica da província das Alagoas**. Maceió: Edições Catavento, 2001, p.237.

matas com a destruição dos roçados de milho pelas tropas legalistas, epidemias, intensificação da repressão militar com as expedições batedoras das matas"[813].

Propostas de anistia, com o oferecimento de roupas, alimentos, sementes e instrumentos para o cultivo da terra, foram debatidas com os dissidentes cabanos. Todavia, não contemplavam os negros papa-méis, estes estavam excluídos das negociações, para eles restaria retornar à condição de escravizado. Desse modo, esses sujeitos continuaram o movimento cabano, que, diante disso, mais do que nunca reivindicava o fim do cativeiro. A multiplicidade de etnias africanas inseridas nesse contexto lhes possibilitava reelaborar "uma rede de solidariedades mútuas no dia a dia de sua vivência" e espreitar "brechas para articular uma resistência possível ao cerceamento de sua liberdade"[814]. Em 1835, a "prioridade da luta do ponto de vista governamental consistia em reduzir os negros que se encontravam ligados a Vicente de Paula"[815], pois se sabia que eles dariam continuidade à luta.

A Guerra dos Cabanos, ao norte de Alagoas e ao sul de Pernambuco, pode ser considerada um episódio marcante na luta contra a escravidão na conjuntura oitocentista, isso levando em conta "a extensão da área que os rebeldes enesgaram a dominar, o período de duração da luta"[816], as populações mobilizadas pelos revoltosos e os governos provinciais que se articularam para reprimi-los. Entretanto, a resistência à escravidão presente na Cabanada parece não ter recebido a devida atenção na historiografia do tema. Muitos autores conceituaram a revolta como extremamente regressista, "reacionária mesmo, pois combatia a Regência, que encarnava a Monarquia Constitucional, visando, não alcançar a República, mas uma volta ao antigo regime absolutista"[817], ou seja, a volta de D. Pedro I ao trono. Todavia, não se pode desconsiderar a participação de negros escravizados que fugiram do cativeiro e se embrenharam nas matas, alimentando-se de caça, frutas e mel, relutando em se render, já que seriam reescravizados. Nas matas sentiram a experiência de liberdade e não queriam mais voltar ao cativeiro.

---

[813] MELLO, Janaina Cardoso de. Dívidas de sangue. Queixas orçamentárias e declínio de produtividade agrícola na guerra dos cabanos (Alagoas/Pernambuco 1832-1835). **Anais do I Colóquio do Laboratório de História Econômica e Social da Universidade Federal de Juiz de Fora - LAHES**. Juiz de Fora, 2005.

[814] Idem. Negros escravos, negros papa-méis: fuga e sobrevivência africana nas matas de Alagoas e Pernambuco no século XIX. **Revista África e Africanidades**. Recife, ano I, n. 2, ago. 2008.

[815] ALMEIDA, Luís Sávio de. **Memorial biográfico de Vicente de Paula, capitão de todas as matas:** guerrilha e sociedade alternativa na mata alagoana. Maceió: Edufal, 2008, p.273.

[816] ANDRADE, Manoel Correia de. **A Guerra dos Cabanos**. Rio de Janeiro: Conquista, 1965, p.199.

[817] Ibidem, p.201.

A libertação de escravizados se tornou uma inquietude entre os cabanos, o movimento foi assumindo a ideia de lutar pelo fim da escravidão, "na proporção que aumentavam as defecções dos cabanos na condição de livre, crescia no movimento a influência dos escravos"[818]. Em fins de 1834, quando "as matas tinham deixado de ser refúgio seguro para os cabanos, que ou se entregavam ou fugiam para mais longe, só os negros mostravam-se indomáveis"[819]. Sem eles o movimento estaria "desamparado", como pontua Lindoso:

> A condição cabana significava para essas populações pobres sem terras a negação da juricidade escravista, as formas de situarem-se socialmente num espaço que se contrapunha ao sistema sesmeiro-escravista da tenência das terras, da organização social hierarquizada, da vinculação ao trabalho escravo e da estrutura mercantil de produção dos engenhos de açúcar.[820]

A Guerra dos Cabanos foi "uma insurrecionalidade realizada pela massa popular de campos e matas do norte de Alagoas e sul de Pernambuco, região que se converteu num reduto quase inexpugnável"[821], espaço de resistência e propagador de um imaginário de medo. Os povos que habitavam essa região avançavam sobre os engenhos, saqueando-os e incendiando-os, visando obter gado. Assim, infundiram terror e pânico nas elites e autoridades imperiais e provinciais.

Ao estudar a repercussão da Guerra dos Cabanos nos periódicos regionais, Janaina Cardoso de Mello sinaliza o temor dos presidentes provinciais e demais setores sociais que compunham os grupos dominantes – eles não compartilhavam das ideias dos revoltosos e os tinham como ameaças aos interesses senhoriais. Tais periódicos detinham uma "escrita política lusa" e destratavam os cabanos, referindo-se a eles como "criminosos", "gente insubordinada", "facinorosos", "rebeldes", "bárbaros" e "selvagens".[822] No jornal pernambucano *O Equinoxial* de 14 de

---

[818] FREITAS, Décio. **Os guerrilheiros do imperador**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978, p.139.
[819] Ibidem, p.145.
[820] LINDOSO, Dirceu. **A utopia armada:** rebelião de pobres nas matas do Tombo Real. Maceió: Edufal, 2005, p.25.
[821] MELLO, Janaina Cardoso de. Matas temoratas: resistência e medo na Guerra dos Cabanos (Alagoas/Pernambuco 1832-1835). **Anais do XXIII Simpósio Nacional de História da ANPUH**. Londrina, 2005.
[822] Idem. Memórias impressas de guerras e guerrilhas nos confins do mundo rural: a Cabanada pernambucana-alagoana nas letras do mundo urbano (1832-1835). **Cadernos do CEOM**. Chapecó (SC), vol.28, n.42, p.87-95, jun. 2015.

setembro de 1832, a região ocupada pelos rebeldes de Panelas do Miranda foi chamada de "quilombo de escravos, assassinos e ladrões"[823].

Esse tipo de narrativa também se fez presente na produção intelectual do século XIX. Em *Geografia Alagoana*, Thomaz Espíndola usou o termo "Cabanada Selvagem"[824]. Já no *Opúsculo da descripção geographica topographica, phizica, política, e histórica do que unicamente respeita à Província de Alagoas no Imperio do Brasil*, de autoria atribuída a Antônio Joaquim Moura, os cabanos são descritos como "uma matilha de feras desumanas mui bem armada" e "legião de demônios com figura humana e cor escura"[825]. Iniciava-se dessa forma, segundo Dirceu Lindoso, o "discurso antimultitudinário" da historiografia alagoana, um discurso de difamação histórica sobre os cabanos.[826] Era característica dessa escrita historiográfica a rejeição da participação multitudinária na História.

A Cabanada representou uma "interrupção compulsória no direito senhorial", por isso foi realizado um alto investimento para a manutenção das tropas que a combatiam. Os cabanos interferiram na política imperial, "não apenas se defendendo, mas também atacando as guarnições avançadas e o quartel general das tropas imperiais, tentando ocupar posições estratégicas"[827], algumas fora das matas. A hegemonia senhorial assistia ao deslocamento de um considerável contingente de mão de obra escravizada para fora do seu espaço de produção, além de indígenas que abandonavam as aldeias para ocupar espaços nas matas insurgentes, renegando as funções que lhes foram designadas pelo Estado Imperial. Moradores e lavradores também deixaram suas atividades nos engenhos de açúcar e viravam cabanos, sem o consentimento senhorial.[828] Tal conjuntura não seria

---

[823] O EQUINOXIAL. Recife, 14 ago. 1832.

[824] ESPÍNDOLA, Thomaz do Bom-Fim. **Geografia alagoana ou descrição física, política e histórica da província das Alagoas**. Maceió: Edições Catavento, 2001.

[825] HUM BRASILEIRO. **Opúsculo da descripção geographica topographica, phizica, política, e histórica do que unicamente respeita à província de Alagoas no imperio do Brasil.** Rio de Janeiro: Typ. de Berth e Haring, 1844, p. 55.

[826] LINDOSO, Dirceu. **A utopia armada:** rebelião de pobres nas matas do Tombo Real. Maceió: Edufal, 2005, p.18.

[827] CARVALHO, Marcus Joaquim Maciel de. Um exército de índios, quilombolas e senhores de engenho contra os "jacobinos": a Cabanada, 1832-1835. In: DANTAS, Monica Duarte (Org.). **Revoltas, motins e revoluções:** homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX. São Paulo: Alameda, 2011, p.167-200.

[828] MELLO, Janaina Cardoso de. Dívidas de sangue. Queixas orçamentárias e declínio de produtividade agrícola na guerra dos cabanos (Alagoas/Pernambuco 1832-1835). **Anais do I Colóquio do Laboratório de História Econômica e Social da Universidade Federal de Juiz de Fora - LAHES**. Juiz de Fora, 2005.

permitida pelas autoridades e prejudicava diretamente os interesses da classe senhorial, pois implicava declínio da produtividade agrícola.

Os conflitos entre os brancos, como ocorreu no período da independência, no da regência e mesmo na época colonial, favoreceram a rebeldia escrava – não se pode esquecer que Palmares conseguiu obter seu fortalecimento nos anos de guerra entre portugueses e holandeses. Em Pernambuco, "os escravos apresentaram armas tanto em 1817 como em 1824, dois episódios fundamentais do processo de descolonização no Nordeste"[829]. O mesmo ocorreu entre 1832 e 1835 com os cabanos, sendo que aqui parece "ter havido maior espaço para os interesses específicos dos escravos"[830]. Além disso,

> [....] a pobreza que aparece, no século XIX, no meio da Guerra dos Cabanos e no espaço geográfico papa-mel, ainda é uma pobreza mocambeira. E vai permeabilizar-se no mundo cabano alagoano-pernambucano como um processo, de contraponto com a riqueza ou abundância de uma classe tutelar: a da aristocracia rural.[831]

Há uma ligação direta da Guerra dos Cabanos com o Quilombo dos Palmares, algo que vai além de uma simples coincidência geográfica. "A territorialidade que no passado abrigara o Quilombo dos Palmares mantinha, após sua destruição, mocambos esparsos que sustentavam a resistência negra na Floresta."[832] João José Reis, estudando as revoltas escravas no Brasil, sinaliza que um mesmo lugar podia "servir de esconderijo para outras levas de negros fugidos"[833], pois, no geral, as comunidades de escravizados fugitivos eram móveis e flutuantes. Para Janaina Cardoso de Mello, os escravizados que lutavam na Cabanada por terra e liberdade:

> Eram, pois, herdeiros de Zumbi, ocupando a mesma região. Por isso, em 1834 quando há o enfraquecimento dos combatentes devido à deserção dos componentes "livres", são os negros fugidos da ordem escravocrata que mantêm a

[829] REIS, João José. Quilombos e revoltas escravas no Brasil. **Revista USP**. São Paulo, n. 28, p.14-39, dez./fev. 1995/1996.
[830] Ibidem, p.14-39.
[831] LINDOSO, Dirceu. **A razão quilombola:** estudos em torno do conceito quilombola de nação etnográfica. Maceió: Edufal, 2011, p.32.
[832] MELLO, Janaina Cardoso de. Negros escravos, negros papa-méis: fugas e sobrevivência africana nas matas de Alagoas e Pernambuco no século XIX. **Revista África e Africanidades**. Recife, ano I, n. 2, ago. 2008.
[833] REIS, op. cit., p.14-39.

> resistência nas matas e a salva-guarda de seu líder Vicente Ferreira de Paula.[834]

Desse modo, os negros papa-méis assumiram o risco de morrer em combate, preservando sua liberdade insurrecional até o último instante, em vez de retornar para o espaço de exploração dos plantéis dos engenhos. Eles eram despossuídos oficialmente de terras e riquezas, assim, constituíram no Riacho do Mato (região de fronteira entre Alagoas e Pernambuco) um espaço de liberdade, onde era possível sobreviver de suas economias de coleta e seus roçados.[835] Recriaram e reinventaram então universos culturais de origem africana e indígena.[836] As matas se tornaram "um espaço de insurreição que revivificava o processo de luta pela liberdade e posse de um pedaço de terra para o cultivo dos roçados"[837].

Nesse espaço, teceram-se "complexas relações de elaborações culturais entre negros e índios"[838], como a prática do despique matrimonial, recorrente entre negros papa-méis e índios tapuias-cariris, prática essa que se estenderia ao período posterior ao término da Guerra dos Cabanos. A finalidade do despique era criar uma "comunidade de filhos" que garantissem a continuação do grupo, pois potencializava a sobrevivência econômica da comunidade, "provendo ainda recursos (sociais e culturais) em meio a um ambiente de indigência e desigualdade frente aos núcleos familiares dos grandes latifúndios"[839]. Assim, o despique foi essencial para as populações cabanas ao proporcionar a manutenção das comunidades indígenas, que enfrentavam doenças e violências ante o contato com as populações brancas. Além disso, serviu como estratégia de ampliação demográfica, em virtude do grande

---

[834] MELLO, Janaina Cardoso de. Dívidas de sangue. Queixas orçamentárias e declínio de produtividade agrícola na guerra dos cabanos (Alagoas/Pernambuco 1832-1835). **Anais do I Colóquio do Laboratório de História Econômica e Social da Universidade Federal de Juiz de Fora - LAHES**. Juiz de Fora, 2005.

[835] Ibidem.

[836] Décio Freitas documentou que, na ausência de padres católicos, as celebrações religiosas dos cabanos não eram católicas, e sim indígenas e africanas. Ver: FREITAS, Décio. **Os guerrilheiros do imperador**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978, p.19.

[837] MELLO, Janaina Cardoso de. Negros escravos, negros papa-méis: fugas e sobrevivência africana nas matas de Alagoas e Pernambuco no século XIX. **Revista África e Africanidades**. Recife, ano I, n. 2, ago. 2008.

[838] Idem. Matas plurais, imoralidades matrimoniais: o despique entre negros e índios cabanos de Jacuípe (AL-PE, 1835-1850). In: PAIVA, Eduardo França; IVO, Isnara Pereira (Orgs.). **Escravidão, mestiçagem e histórias comparadas**. São Paulo: Annablume, 2008, p.198.

[839] Ibidem, p.203.

contingente de componentes da comunidade cabana mortos em combates com as tropas do Estado.

Em 1836, acreditava-se que Vicente de Paula e os negros papa-méis haviam se retirado para o outro lado do Rio São Francisco. Essas informações fizeram com que o presidente da província de Pernambuco à época, Francisco de Paula Cavalcante de Albuquerque, pronunciasse, na Assembleia Provincial, que os cabanos não incomodavam mais e que a guerra estava "totalmente extinta"[840]. Entretanto, o "capitão de todas as matas" estava recolhido, precavidamente, com os negros papa-méis no arraial erguido com todo o cuidado na "ribeira de um afluente do Jacuípe que escorre sossegado suas águas poucas pelo meio de umas matas trancadas e chuvosas, e que se chamou, por isso, de Riacho do Mato Frio"[841].

Nessa região, as tropas provinciais nunca chegariam, devido ao relevo difícil e às densas matas. Os cabanos estabeleceram-se lá de forma estratégica e, assim, conseguiram manter a resistência cabana nas matas, que desde os primórdios da colonização portuguesa no Brasil – com o estabelecimento de engenhos de açúcar e o consequente tráfico de africanos trazidos dos portos de Angola para serem escravizados – esconderam sujeitos históricos rebelados e fugitivos, um dia abrigaram Palmares e, posteriormente, a Cabanada, a "Utopia Armada" que lutou contra a escravidão.

Mesmo após o "término" da Guerra (1835), a ocupação das matas incultas pelos cabanos continuou, como forma de oposição à hegemonia senhorial, com a "recusa ao trabalho escravo no interior dos engenhos de açúcar e nas fazendas obrigadas, mantida pelo couto e ocultação em isolados mocambos situados"[842] na fronteira entre Alagoas e Pernambuco. Em janeiro de 1836, o presidente da província de Alagoas, Antonio Joaquim de Moura, dizia ter findado o "grande flagelo da ruinosa guerra de Jacuípe", mas admitia que ainda havia pelas "matas um quilombo de negros fugidos capitaneados pelo mais sanhudo, e criminoso salteador"[843], Vicente Ferreira de Paula.

---

[840] DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Recife, 9 abril 1836.
[841] LINDOSO, Dirceu. **A utopia armada:** rebelião de pobres nas matas do Tombo Real. Maceió: Edufal, 2005, p.321.
[842] Ibidem, p.246.
[843] ALAGOAS. Falla e Relatório com que abrio a segunda Sessão Ordinária da Assembléa Legislativa da Província de Alagoas o Presidente da mesma Província Antonio Joaquim de Moira em 10 de janeiro de 1836. Maceió: João Simplicio da Silva Maia, 1836.

O espaço das matas era o espaço da liberdade, da luta contra a escravidão, e englobava uma diversidade étnica. O movimento dos cabanos não era algo homogêneo, havia dissidências entre eles, devido às suas especificidades. Assim, após 1835, "os índios de Jacuípe retornariam às suas aldeias, bem como pobres livres seriam reintegrados à condição de moradores e lavradores do sistema sesmeiro"[844]. Entretanto, os escravizados revoltosos, como já citado, teriam como destino a reescravização, pois eram tidos como propriedade dos senhores de engenho. Com o objetivo de combater essa situação, a "Guarda Negra Papa-Mel", consolidada entre 1834 e 1836, teve um papel elementar: ela ameaçava e efetuava o assassinato dos desertores, que representavam o enfraquecimento do combate.[845] A guarda também promovia assaltos às fazendas, saqueando e libertando escravizados.

> Finalizando a Guerra dos Cabanos, formou-se uma sociedade escondida no Riacho do mato sob o formato de aldeias mocambeiras que realizavam ataques aos engenhos para libertar os escravos dos plantéis. Esse Estado ofensivo duraria até 1850, ano da prisão de Vicente de Paula e da promulgação da Lei de Terras que legalizou o avanço dos engenhos de açúcar sobre as terras devolutas que ainda se encontravam nas mãos dos pequenos posseiros.[846]

A "Guarda Negra" cabana constituía a identidade dos "povos das matas", preservando uma liberdade insurrecional e um espaço de resistência. Dessa maneira, buscava uma sobrevida nas matas[847], o que causava irritação nas autoridades e elites senhoriais. Em uma correspondência citada por Sávio de Almeida datada de fins de 1838 e endereçada à Presidência da Província de Alagoas, pode-se observar queixa sobre as constantes fugas de escravizados, os quais buscavam o "façanhoso" Vicente de Paula, que estava:

> [...] acoitado no interior das matas, que da Serra de São João se estende para o lado de Jacuípe, onde poderá ter consigo talvez para cima de cem homens capazes de pegar em armas.

---

[844] MELLO, Janaina Cardoso de. Matas temoratas: resistência e medo na Guerra dos Cabanos (Alagoas/Pernambuco 1832-1835). **Anais do XXIII Simpósio Nacional de História da ANPUH**. Londrina, 2005.
[845] Ibidem.
[846] Ibidem.
[847] Idem. Negros escravos, negros papa-méis: fugas e sobrevivência africana nas matas de Alagoas e Pernambuco no século XIX. **Revista África e Africanidades**. Recife, ano I, n. 2, ago. 2008.

> A infeliz e louca persuasão que tem grassado pela população **rústica e ignorante** do interior desta Província, e da de Pernambuco do que a lei autorizando a venda de próprios Nacionais mandar vender os homens livres recrutados, parece que tem chamado mais gente para o lado de Vicente de Paula.[848]

Outro problema enfrentado pela província alagoana era a precariedade de seu exército, que contava apenas com o apoio "de duas Companhias de tropa de linha e de 100 soldados para as cinco Comarcas em que se encontrava dividida"[849]. Para a classe senhorial, "Vicente de Paula corporificava a proteção ao escravo fugido e tudo se incrementa à proporção que a mão de obra cativa começa a escassear"[850]. Era visto como um homem valente com a posse de armas "e destro no manejo delas, de bons músculos, preciso na pontaria, ágil. De movimento de uma elasticidade felina, o caboclo rebelde desdobrava-se na ação"[851]. O "capitão de todas as matas" continuava a simbolizar medo aos senhores de engenho no ano de 1841, quando ainda foi denunciado que ele estava com mais gente do que o usual, levantando a suspeita de que algo vultoso estaria prestes a acontecer.[852]

Durante o governo do Visconde de Sinimbu (1840) em Alagoas, houve a preocupação de incorporar o mundo de acoitamento das matas do norte de Alagoas à "civilização branca". A proposta era substituir as aldeias da "gente das matas" por colônias ou associações agrícolas, uma estratégia senhorial de combate aos que viviam nas "fímbrias da escravidão" e, ao mesmo tempo, de exploração da mão de obra. Ou seja, um pensamento inerente à conjuntura da época e à ideia de *manutenção da escravidão*, bastante comum durante boa parte do século XIX.

> Os colonos deveriam ter machado para abrir a mata, foice para os pequenos cortes, enxada para lavrar e alimento para viver. Então, surgiria uma nova mata, produtiva, acoplada e possivelmente, desviando gente de um reduto de malvados para a formação de uma sociedade corporativa.[853]

---

[848] Ver: ALMEIDA, Luís Sávio de. **Memorial biográfico de Vicente de Paula, capitão de todas as matas:** guerrilha e sociedade alternativa na mata alagoana. Maceió: Edufal, 2008, p.58-59.
[849] Ibidem, p.58.
[850] Ibidem, p.247.
[851] LINDOSO, Dirceu. **A utopia armada:** rebelião de pobres nas matas do Tombo Real. Maceió: Edufal, 2005, p.69.
[852] ALMEIDA, op. cit., p.277.
[853] Ibidem, p.280.

Próximo a essas colônias, foi planejado o estabelecimento de destacamentos militares para combater a "gente das matas". Assim, a classe hegemônica objetivava "civilizar" a região fronteiriça entre Alagoas e Pernambuco para, desse modo, acabar com "as possibilidades da existência de um território em que, tradicionalmente, acobertava-se a contestação"[854]. Com isso, intensificou-se a ideia de uma sociedade de colônia, unindo a chamada "civilização das matas" com a exploração da mão de obra que impulsionaria a economia senhorial.

A região era tida como um ponto importante para a exportação de produtos, haja vista sua "imensa riqueza em todo o sentido, com rios navegantes até o mar". Para as autoridades, era necessário estabelecer um centro de apoio e segurança com "algumas colônias militares", acreditava-se que, com isso, um grande obstáculo seria superado, pois tal situação se opunha à "tranquilidade e moralidade, [...] por ser um refúgio certo e seguro a quantos malvados estão prontos a cometer os mais enormes atentados"[855]. Assim, as autoridades intentavam explorar as matas, a "gente das matas" e colocar de vez um ponto final nos "insurgentes salteadores".

Cientes dessa conjuntura, os cabanos voltariam a assumir protagonismo nas lutas de grupos políticos locais, dessa vez durante o episódio dos lisos e cabeludos, uma disputa entre conservadores e liberais, respectivamente. O primeiro grupo tinha como principal liderança José Tavares Bastos, o segundo tinha a figura do Visconde Cansanção de Sinimbu como líder e representante do maior controle político do cenário alagoano da época. As disputas nos eleitorados municipais e as rusgas que ficaram desde a mudança da capital alagoana para Maceió, em 1839, motivaram um ataque dos lisos, que tiveram apoio cabano, a Maceió em 4 de outubro de 1844. Nessa época, a Guarda Nacional de Maceió era composta de comerciantes e senhores de engenho, os quais fugiram ao saberem dos ataques cabanos no dia 4 de outubro.

Durante a incursão à nova capital alagoana, os cabanos, de forma tática, recuaram e, sob o comando de Vicente de Paula, retornaram no dia 21 de outubro. A ocupação de Maceió tinha objetivos estratégicos: atacar o consulado britânico e pôr em fuga o presidente da província. Com o êxito obtido, se deu a retirada cabana.

---

[854] ALMEIDA, Luís Sávio de. **Memorial biográfico de Vicente de Paula, capitão de todas as matas:** guerrilha e sociedade alternativa na mata alagoana. Maceió: Edufal, 2008, p.270.

[855] ALAGOAS. Falla com que abrio a primeira sessão ordinária da sexta legislatura da Assembléa Legislativa da Província de Alagoas o Exm. Presidente da mesma Província Antonio Manoel de Campos Mello em 15 de março de 1846. Maceió: Typographia de Menezes & C., 1846.

Em 22 de outubro de 1844, o *Diário de Pernambuco* classificava como "inacreditáveis os fatos ocorridos" em Alagoas acerca das "violências que apareceram a par"[856] das eleições de câmaras municipais e juízes de paz. Na edição de 13 de novembro, o periódico publicou um ofício do presidente de Alagoas, Bernardo de Sousa Franco, ao presidente de Pernambuco, Thomaz Xavier Garcia de Almeida, agradecendo pela ajuda na "terrível invasão" que Maceió sofrera:

> Ill. E Exm. Sr. – Pelo vapor Guapiassú em sua segunda viagem aportaram a esta província as 101 praças que V. Ex foi servido enviar-me, e acompanharam seus 2 ofícios de 14 do mês p.p.. Veio bem a tempo esta força, e tendo de novo sido atacada a cidade em 21 por **uma horda de salteadores capitaneados por Vicente Ferreira de Paula**, a quem convidaram os desordeiros da província, e acompanharam em número que se orça, quando reunido, em cerca de 1200 homens, felizmente puderam os bravos que defendiam a cidade sustentá-la a contra os **bárbaros invasores**; e os por menores da ação e perda que tivemos, constam da ordem do dia, que por cópia tenho a honra de enviar a V. Ex. Decididamente esta província deve aos oportunos socorros enviados por V. Ex. o sustentar-se contra esta **terrível invasão**, que embora protegida por não poucos habitantes da capital, os não deixaria impunes, como o pensão; e eu ainda mais uma vez tributo a V. Ex. todo o meu reconhecimento, e dos bons habitantes desta província.[857]

O presidente de Pernambuco também recebeu uma correspondência do Ministério da Justiça parabenizando-o e agradecendo pela prontidão com que "enviou socorros a província de Alagoas, não só mereceu a aprovação, mas também o louvor de S. M. O Imperador"[858]. As tropas pernambucanas estavam sob o comando do Brigadeiro Antônio Correa e contavam com mais de 400 soldados.[859] O periódico ainda informou que tais tropas assegurariam a:

> [...] completa vitória contra qualquer grupo de sediciosos, que ainda ouse alçar o colo em algum ponto da província, não obstante a severa lição que no dia 21 do corrente lhe deram os poucos bravos que guarneceram a capital. S. Ex aproveita esta ocasião para comemorar tão distinto feito de armas, e a bravura decidida com que quinhentos e tantas praças de 1ª linha e Guarda Nacional das quais talvez só as ¾ partes tiveram ocasião de entrar em ação obrigaram a fugir vergonhosamente além de 1200 sediciosos bem armados, que

[856] DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Recife, 22 out. 1844.
[857] DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Recife, 13 nov. 1844.
[858] DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Recife, 27 nov. 1844.
[859] DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Recife, 13 nov. 1844.

> por todos os pontos atacaram a cidade, e tendo-se apoderado da maior parte dela, e se entrincheirado nas casas foram a final desalojados e com perda de cerca de trinta mortos e muito maior número de feridos, que há notícia terem retirado.[860]

Dirceu Lindoso notou a "impraticabilidade da tática guerrilheira cabana para manter posições conquistadas fora das matas, em um meio urbano, confrontando com tropas de soldados profissionais, trincheiras e artilharias"[861], e ainda sem conhecer a geografia urbana da cidade. Para o confronto, Maceió foi previamente "evacuada, as ruas e as casas entregues à guarda de trezentos e tantos praças de linha e de 100 soldados da Guarda Nacional de São Miguel dos Campos e da Polícia", recebendo ainda um reforço de 400 homens vindos de Pernambuco a mando do governo imperial.[862] O ataque à capital alagoana revelou o tamanho da força dos cabanos, que ocuparam o Consulado britânico e prenderam o cônsul. O presidente da província fugiu do palácio, e pôs-se em fuga a guarda militar de Maceió.[863]

Uma correspondência do major Sergio Tertuliano, endereçada ao presidente da província de Pernambuco e datada de 25 de outubro de 1844, traz um pouco da dimensão da incursão cabana na capital alagoana e das táticas de repressão das tropas provinciais. No dia 20, por volta das 5 horas da tarde, relata ter sido atacado pelos rebeldes, dando início a um tiroteio que durou cerca de 20 minutos, quando os cabanos se retiraram avisando aos gritos que haveria resposta às tropas. Na manhã do dia seguinte, por volta das 7 horas, a cidade de Maceió sofreu um ataque de cerca de 1.300 rebeldes por três partes, comandados por Vicente Ferreira de Paula. O major Sergio Tertuliano relata ter acometido vigorosamente sobre os piquetes, entretanto, o capitão Anacleto Lopes de Santana saiu ferido do confronto, se retirando do campo de batalha por estar muito ensanguentado, entregando o comando ao seu imediato. Ao chegar ao quartel da base das tropas provinciais, informou a necessidade de mobilizar mais forças para o combate, já que os rebeldes eram muitos e procuravam flanquear o ponto. Dada a situação, o major fez

---

[860] DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Recife, 13 nov. 1844.
[861] LINDOSO, Dirceu. **A utopia armada:** rebelião de pobres nas matas do Tombo Real. Maceió: Edufal, 2005, p.39.
[862] Ibidem, p.43.
[863] Idem. **A razão quilombola:** estudos em torno do conceito quilombola de nação etnográfica. Maceió: Edufal, 2011, p.135.

> [...] marchar o Tenente Leocadio da Costa Wiyne com 30 praças para o socorrer, e o Tenente Pedro Afonso com outras 30 para flanquear os rebeldes: porém foram improfícuos esses movimentos. Por que o Oficial que substituiu ao Capitão Anacleto, já tinha tocado retirada pela traição de um Guarda Nacional da província, que lhe intimara de ordem [..] sem hesitar, passo este que encorajou os rebeldes, e avançado com todo o vigor para o centro da cidade, tomaram conta das casas, muitas das quais de proposito os habitantes haviam desocupado para esse fim, recebendo em muitas armamento e munições.[864]

Diante da situação, não seriam mais possíveis os combates, e as tropas se retiraram do local, facilitando a invasão do Consulado inglês pelos cabanos, o que representou um grande estrago para as tropas provinciais. Assim, o major Sergio Tertuliano fez avançar

> [...] o Capitão Dutra com uma peça de calibre 2 guarnecida por Infantaria ao mando do Capitão Pedro Ivo Velloso e 2º Tenente João Evangelista Nery da Fonseca, que se ofereceu a fim de serem desalojados da dita casa; o Capitão Dutra antes de dar o primeiro tiro recebeu a morte de um rebelde que estava dentro de uma casa próxima ao Vice-Consulado. Os soldados ao verem morrer o seu Capitão ficaram quais leões embravecidos, querendo vingar-lhe a morte.[865]

Depois disso, o capitão de primeira linha da província, Manoel Agostinho da Silva Moreira, avançou com um grupo de soldados armados com machado e picareta para arrombar a casa, e acometerem de viva força. Com um canhão que havia em frente ao quartel, atearam fogo às casas onde estavam entrincheirados os rebeldes, que em resposta fizeram o mais vivo fogo sobre as tropas provinciais e, depois de mais de seis horas de combate, retiraram-se.[866]

As páginas do *Diário de Pernambuco* evidenciam a preocupação do periódico em enaltecer os feitos das tropas pernambucanas no combate a Vicente de Paula. Na edição de 15 de novembro de 1844 foi publicado, logo nas primeiras linhas, que as forças expedicionárias pernambucanas estavam em Alagoas e haviam praticado "um feito de armas no dia 21 do p. p. mês, que a cobriu de gloria". Segundo consta no jornal, embora a guarnição contasse com menos de 500 homens, o "inimigo foi vigorosamente rechaçado, não obstante terem-se

[864] DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Recife, 13 nov. 1844.
[865] DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Recife, 13 nov. 1844.
[866] DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Recife, 13 nov. 1844.

entrincheirado em diferentes edifícios d'aquela povoação". Ainda é exposto, com louvação, o feito de ter "salvado a capital d'aquela província das voragens da anarquia"[867]. Além de Maceió, houve ataques a Atalaia, Murici e à Vila da Imperatriz, noticiado em 28 de novembro de 1844:

> Que havendo-se os rebeldes despendido da vila da Imperatriz; para onde tinham feito a sua convergência, depois do ataque a Atalaia, prosseguiram na direção da sobredita capela do Murici, em que chegarão as 11 horas da noite de ontem 17 do corrente. O Brigadeiro Comandante. Ao romper do dia de hoje, atacou os piquetes dos rebeldes, que se achavam colocados a quem, e além dos dois passos, no rio Mundaú. [...].
> O grosso dos rebeldes teve tempo de escapar-se, deixando sacrificados uma parte de seus troços.[868]

A edição do periódico pernambucano de 14 de dezembro também noticiou eventos ocorridos no final de novembro, quando "o resto dos sediciosos de mistura com os cabanos, depois de acossados ultimamente em Murici, entrando em novo delírio, se dirigiram ao acampamento de Santo Antônio", onde:

> O Tenente Coronel Comandante da coluna do Norte fez público o brilhante feito d'armas, que acabam de alcançar os nossos bravos contra a numerosa força inimiga, que entregando-se a todos os excessos do orgulho, ousaram dar um ataque geral, carregando pelos flancos do acampamento com duas fortes colunas compostas de mil e tantos rebeldes, tendo princípio o ataque pelo flanco direito, e o inimigo reconhecendo a bravura de nossa tropa, retirou-se precipitadamente, é quando pelo flanco esquerdo rompe fogo contra a força, que então se aproximava, teve aquela de voltar. E logo rompeu fogo em todos os pontos, tendo princípio as 6 horas, e cessando a uma da tarde.[869]

As informações supracitadas mostram que, até a sua prisão em 1850, Vicente de Paula nunca deixou de ser uma preocupação para os grupos dominantes, em razão da contínua "fuga de escravizados" que adentravam as matas cabanas. O governo pernambucano chegou a oferecer um conto de réis por sua captura, a maior quantia oferecida pela cabeça de alguém durante a primeira metade do século XIX em Pernambuco. O presidente de Alagoas, em 1845,

[867] DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Recife, 15 nov. 1844.
[868] DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Recife, 28 nov. 1844.
[869] DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Recife, 14 dez. 1844.

Henrique Marques D'Oliveira Lisboa, em fala na Assembleia Legislativa, disse que a província estava em tranquilidade, com exceção das matas de Jacuípe, onde informava ter "os primeiros triunfos obtidos contra o fugitivo Caudilho Vicente de Paula"[870], mas sem capturá-lo. Já em 1846 o seu sucessor, Antonio Manoel de Campos Mello, lamentou que, mesmo com uma força de cerca de 400 homens de linha, estacionada no coração das matas, que tinham como fim "operarem contra o Salteador Vicente de Paula, muito longe estava de corresponder em seus resultados ao enorme dispêndio que causava aos cofres públicos". Ademais, enfatizou "que o Governo da Província nunca deixou, e nunca deixará de empregar os seus maiores desvelos em extirpar aquelas matas de todos os criminosos que a infestam"[871].

Em janeiro de 1850, o *Diário de Pernambuco* continuava noticiando os feitos das tropas provinciais que combatiam os cabanos, descrevendo-as como portadoras de "louvável coragem", e Vicente de Paula como um "louco" que arrastaria seus seguidores ao precipício. O periódico de 25 de janeiro iniciou da seguinte maneira:

> A causa da ordem e da monarquia acaba de obter mais um triunfo sobre a da rebeldia. Foi no dia 16 do corrente que as bravas e leais tropas imperiais provaram a esses homens perseverantes no crime, que lá estão nas matas do sul da província provocando o derramamento de sangue brasileiro, quão são baldados todos os esforços que fizerem por conservar-se nessa atitude hostil, sempre injustificável, e ainda mais depois que o governo, por muitos e repetidos atos, demonstrou que se achava disposto a perdoar erros passados, e a procurar reunir em um só corpo todos os bons Brasileiros, sem atenção à bandeira política sob que outrora tivessem militado.[872]

Após 1848, com os eventos da Revolta Praieira em Pernambuco, movimento a que Vicente de Paula se colocou contrário, os dias de liberdade do "capitão de todas as matas" estariam em xeque. Para Manuel Correia de Andrade, ele era contra os praieiros, entretanto, também não confiava no governo e não participou do ataque legalista a Água Preta. O governo era exercido por homens do

---

[870] ALAGOAS. Falla com que abrio a segunda sessão da quinta legislatura da Assembléa Legislativa da Província de Alagoas o Exm. Brigadeiro Presidente da mesma Província Henrique Marques D'Oliveira Lisboa em 8 de outubro de 1845. Maceió: Typographia Imparcial de L. I. R. Roma, 1845.
[871] ALAGOAS. Falla com que abrio a primeira sessão ordinária da sexta legislatura da Assembléa Legislativa da Província de Alagoas o Exm. Presidente da mesma Província Antonio Manoel de Campos Mello em 15 de março de 1846. Maceió: Typographia de Menezes & C., 1846.
[872] DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Recife, 25 jan. 1850.

campo, escravocratas, "apenas desejavam utilizar os seus serviços"[873], logo, também visariam o sufocamento da gente que habitava as matas. Por tudo que vinha acontecendo desde a década de 1830 envolvendo Vicente de Paula, as autoridades não viam com bons olhos o "caudilho" e os negros papa-méis que resistiam nas matas. Desse modo, ao assumir a presidência de Pernambuco, em 1850, Honório Hermeto Carneiro Leão ordenou a prisão do líder cabano.

Em junho de 1850, o presidente de Alagoas José Bento da Cunha e Figueiredo disse que a província estava em um estado "bastante satisfatório", com as matas do norte "bem exploradas, e os ânimos tranquilizados", pois Vicente de Paula havia sido "prezo sem resistência". Entretanto, o vice-presidente Manoel Sobral Pinto informou que, para continuar o "legado de paz", era necessário que as matas fossem "expurgadas dos malvados que ainda nelas existiam dispersos em pequenos grupos, sem chefe"[874].

Assim, preso aos 51 anos, Vicente de Paula foi mandado para a colônia penal de Fernando de Noronha[875], onde chegou a participar de uma rebelião de presos em 1853.[876] Mesmo após a prisão do "capitão de todas as matas", grupos de negros papa-méis continuaram habitando a região fronteiriça entre Alagoas e Pernambuco, fugindo e se reestabelecendo em outros locais caso houvesse algum cerco.[877] Sávio de Almeida menciona em seu estudo a prisão de uma negra suspeita de ser "cativa e uma enteada de um dos cabos de guerra do povo papa-mel, chamado Chico. Gente chegada de mais sortidos, noticiava estarem rebeldes e negros em fuga"[878].

Apesar do quadro examinado, a luta dos negros papa-méis pelo fim da escravidão não chegou ao fim. No interior de Alagoas e em outras províncias nordestinas, nos primeiros anos da década de 1850, se iniciaria outro conflito contra

---

[873] ANDRADE, Manoel Correia de. **A Guerra dos Cabanos**. Rio de Janeiro: Conquista, 1965, p.195.
[874] ALAGOAS. Relatório que por ocasião de deixar a Presidência da Província de Alagoas dirigio o Ilm. e Exm. Snr. Dr. José Bento da Cunha e Figueiredo em 5 de junho de 1850. Maceió: João Simplicio da Silva Maia, 1850.
[875] Segundo informações de Manuel Correia de Andrade, Vicente de Paula permaneceu em Fernando de Noronha sem processo contra ele durante 11 anos, "regressando em 1861, quando aos 70 anos". Ver: ANDRADE, Manoel Correia de. **A Guerra dos Cabanos**. Rio de Janeiro: Conquista, 1965, p.195.
[876] CARVALHO, Marcus Joaquim Maciel de. Um exército de índios, quilombolas e senhores de engenho contra os "jacobinos": a Cabanada, 1832-1835. In: DANTAS, Monica Duarte (Org.). **Revoltas, motins e revoluções:** homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX. São Paulo: Alameda, 2011, p.167-200.
[877] ALMEIDA, Luís Sávio de. **Memorial biográfico de Vicente de Paula, capitão de todas as matas:** guerrilha e sociedade alternativa na mata alagoana. Maceió: Edufal, 2008, p.321.
[878] Ibidem, p.322.

a hegemonia senhorial, a "Revolta dos Maribondos", embate contra a "lei do cativeiro" de 1851, tema do próximo capítulo da tese. Nessa conjuntura, além da promulgação da lei do fim do tráfico, em 1850, também foi ratificada a "lei de terras", a qual colocaria fim à esperança da "gente pobre" de conseguir a legitimação de sua posse sobre as terras devolutas ou as matas incultas[879], ocasionando um cenário que não seria pacífico entre senhores e escravizados ou livres pobres.

[879] MELLO, Janaina Cardoso de. Dívidas de sangue. Queixas orçamentárias e declínio de produtividade agrícola na guerra dos cabanos (Alagoas/Pernambuco 1832-1835). **Anais do I Colóquio do Laboratório de História Econômica e Social da Universidade Federal de Juiz de Fora - LAHES**. Juiz de Fora, 2005.

CAPÍTULO VI - "FAZENDO DESATINOS E PROPALANDO IDEIAS SUBVERSIVAS A ORDEM PÚBLICA": OS MARIMBONDOS CONTRÁRIOS À "LEI DO CATIVEIRO" (1851-1852)

Os estudos sobre o Brasil do século XIX vêm demonstrando que "o 'povo' se levantou em boa parte do Império"[880], sendo que as populações africanas e seus descendentes na diáspora tiveram protagonismo em quase todos os episódios "sediciosos" desse período. Muitos deles, porém, ainda não receberam uma maior atenção dos historiadores, como o movimento contrário à "lei do cativeiro", ocorrido entre 1851 e 1852 em algumas províncias nordestinas, que causou um abalo às autoridades do Império do Brasil. Após os negros papa-méis, em Alagoas e Pernambuco, estourou o "Ronco da Abelha", episódio que ficou mais conhecido como Revolta ou Guerra dos Marimbondos.

Em 1º de janeiro de 1852, ao entrarem em vigor os decretos 797 e 798 de 18 de junho de 1851, o governo imperial já presenciava uma onda de motins que tomava boa parte das províncias nordestinas. Os decretos que ordenavam a realização do *Registro de nascimento e óbito* (797) e do *Censo geral do Império* (798) constituíam um pacote de iniciativas do governo que visava reunir dados copiosos e "confiáveis" acerca da população do país.[881] Entretanto, foram interpretados por boa parte da população livre pobre e liberta como medidas de escravização e reescravização.

Em vez dos decretos sendo cumpridos, o que se viu entre fins de 1851 e início de 1852 foram vários motins, um verdadeiro *pandemônio*, uma *calamidade*[882], pois os contrários aos decretos estavam agindo de forma deliberada para obstar a entrada em vigor dos tais registros.[883] Atuaram de acordo com normas de inserção social que, aparentemente, haviam passado despercebidas para os representantes do Estado, o que revela a autopercepção coletiva de um segmento que estava integrado na ordem social do escravismo oitocentista.[884]

---

[880] CHALHOUB, Sidney. **A força da escravidão:** ilegalidade e costumes no Brasil oitocentista. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p.14.
[881] Ibidem, p.13.
[882] Ibidem, p.14.
[883] Ibidem, p.14.
[884] PALACIOS E OLIVARES, Guillermo Jesus. Imaginário social e formação do mercado de trabalho: o caso do Nordeste açucareiro do Brasil no século XIX. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, n. 31, 1996, p.123-139.

As leis que desencadearam os motins indicavam que cada distrito de juiz de paz teria um livro para o registro dos nascimentos e outro para o de óbitos. Os sacramentos – aos nascidos e falecidos – só poderiam se realizar mediante a apresentação dos registros.[885] Os amotinados acreditavam que havia uma "ligação entre o fim do tráfico atlântico de escravos, obtido recentemente por meio da aplicação da lei de setembro de 1850, e o regulamento do registro civil"[886]. A "lei do cativeiro", como ficou popularmente conhecida a *lei do registro civil*, significou para uma grande massa da população que habitava as zonas rurais do nordeste brasileiro, entre outras, a possibilidade de ser colocada em regime de escravização. O "medo de ser reduzido ao cativeiro se lhe afigurava como um sentimento popular autêntico, não instalado na 'gente de cor' como algo exógeno"[887]. Dessa forma, os motins emergiram como um movimento "sem líderes que uniu agricultores pobres autônomos, agregados, jornaleiros, brancos ao lado de negros, mulheres ao lado de homens"[888].

Os nomes "Revolta dos Maribondos" e "Ronco da Abelha" se devem ao barulho semelhante ao de um enxame de marimbondos ou abelhas que anunciava a aproximação da multidão, "que marchava a rasgar os editais das leis afixados nas portas das igrejas e a invadir fazendas e delegacias exigindo a suspensão das medidas"[889]. Os motins contra a "lei do cativeiro" foram um acontecimento singular, e estudá-lo contribui para uma melhor compreensão da conjuntura política do Império do Brasil na década de 1850, bem como das experiências de vida daquela "gente das matas" que continuava habitando a província de Alagoas após a Guerra dos Cabanos.

Nesse panorama, os motins serviram de pretexto para unir as elites locais. Tanto os liberais como os conservadores concordaram, com grande alvoroço, que libertos, livres pobres e agricultores autônomos eram inimigos em comum, fato "digno de servir como patamar para consolidar a pacificação dos grupos dirigentes

---

[885] SAAVEDRA, Renata. Recenseamento e conflito no Brasil imperial: o caso da guerra dos marimbondos. **Clio** - Revista de Pesquisa Histórica. Recife, n. 33-1, 2015, p.90-113.
[886] CHALHOUB, Sidney. **A força da escravidão:** ilegalidade e costumes no Brasil oitocentista. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p.20.
[887] Ibidem, p.24.
[888] OLIVEIRA, Maria Luiza Ferreira de. Sobreviver à pressão escapando ao controle: embates em torno da "lei do cativeiro" (a Guerra dos Marimbondos em Pernambuco, 1851-1852). **Almanack Braziliense**. São Paulo, n. 03, maio de 2006, p.47-55.
[889] SAAVEDRA, Renata. Marimbondos: política e estado no Brasil do século XIX. **Anais do XXV Simpósio Nacional de História da ANPUH**. Fortaleza, 2009.

da sociedade agrária, e capaz de mostrar a necessidade histórica da conciliação dos detentores do poder"[890]. Guillermo Palacios entende o movimento como:

> Um levante de homens livres e pobres, camponeses – ou agricultores de subsistências, se se quer – na sua maioria, inconformados e alarmados com a promulgação, em 1851, do *Regulamento do Registro de Nascimento e Óbitos* no Império e, em menor grau, da *Lei do Censo*. O *Registro* foi rapidamente apelidado de 'Lei do Cativeiro", pela crença popular de que, coincidindo com as leis que determinavam o fim da importação de mão-de-obra africana escrava, destinava-se na verdade a recuperar para o escravismo uma ampla camada da população que não tinha, até então, sido objeto da atenção por parte do Estado ou dos proprietários das *plantations* açucareiras da zona da mata nordestina: os homens e as mulheres livres e pobres, entre as quais predominavam os agricultores não escravos.[891]

Dentro dessa conjuntura, cabe compreender a "racialização das disputas em torno dos significados da cidadania"[892]. Maria Luiza Ferreira de Oliveira, estudando tal temática, aponta a necessidade de escapar da interpretação de que a "massa pobre" envolvida em revoltas populares seria apenas "massa de manobra" de certas camadas sociais abastadas e envolvidas em disputas políticas.[893] Assim, enfatiza a importância de se atentar para o protagonismo exercido pelas camadas populares, nesse caso, por livres pobres e libertos que se sentiram ameaçados pela escravização ou reescravização. Haja vista que a revolta se avolumou ao correr solto o "boato" do "iminente cativeiro dos homens livres e pobres em geral, e já não somente 'homens de cor'"[894].

A maioria das pesquisas sobre o tema aponta que o movimento teria se iniciado no município de Paudalho, Pernambuco. Posteriormente, ultrapassou "as fronteiras seja da produção de cana-de-açúcar, seja das áreas de subsistência do

---

[890] PALACIOS E OLIVARES, Guillermo Jesus. Revoltas Camponesas no Brasil escravista: a "Guerra dos Marimbondos" (Pernambuco, 1851-1852). **Almanack Braziliense**. São Paulo, n. 3, maio de 2006, p.9-39.
[891] Ibidem, p.9-39.
[892] MATTOS, Hebe Maria. Identidade camponesa, racialização e cidadania no Brasil monárquico: o caso da "Guerra dos Marimbondos" em Pernambuco a partir da leitura de Guillermo Palacios. **Almanack Braziliense**. São Paulo, n. 3, maio de 2006, p.40-46.
[893] OLIVEIRA, Maria Luiza Ferreira de. Sobreviver à pressão escapando ao controle: embates em torno da "lei do cativeiro" (a Guerra dos Marimbondos em Pernambuco, 1851-1852). **Almanack Braziliense**. São Paulo, n. 03, maio de 2006, p.47-55.
[894] PALACIOS E OLIVARES, op. cit., p.9-39.

Agreste"[895], se espalhando por Paraíba, Alagoas, Sergipe, Ceará e Minas Gerais.[896] Todavia, o primeiro registro de uma manifestação contrária a tais medidas do Estado Imperial data de 26 de outubro de 1851, quando, na localidade do Mundaú-Mirim[897], Alagoas, cerca de 50 homens armados opuseram-se aos decretos – aparecia pela primeira vez a "grosseira ideia de cativeiro"[898]. Segundo foi noticiado pelo *Diário de Pernambuco*, desse distúrbio "resultaram dez mortes e o ferimento de onze pessoas"[899]. Visando acalmar os ânimos da população amotinada, foi enviado para a região o missionário Frei Henrique, e instauraram-se processos contra quatro "cabeças" e sete "comprometidos", sendo que todos viriam a ser absolvidos pelo júri no mês de março de 1852.

Em termos gerais, durante os últimos meses de 1851 e o início de 1852, foram atacados engenhos e prédios públicos, botando em fuga autoridades e senhores de proprietários de terra[900], já que muitas propriedades foram invadidas, forçando-os a se refugiarem com seus familiares nas matas.[901] Em Camaragibe, o presidente da província de Alagoas na época, José Bento da Cunha e Figueiredo, relatou que muitos habitantes abandonaram suas casas "porque contavam a cada momento com uma invasão de bandidos do centro das matas de Angelim e Cocal, e mesmo da plebe do lugar, que se mostrava sumamente altanada"[902]. Grupos armados com homens e mulheres invadiam igrejas nos horários de missa e intimavam os padres a impedirem a leitura da *lei do registro civil*. Alguns escrivães e juízes de paz (responsáveis pela implantação dos decretos) foram ameaçados e sofreram perseguição e agressão. Além disso, autoridades policiais foram

---

[895] MATTOS, Hebe Maria. Identidade camponesa, racialização e cidadania no Brasil monárquico: o caso da "Guerra dos Marimbondos" em Pernambuco a partir da leitura de Guillermo Palacios. **Almanack Braziliense**. São Paulo, n. 3, p.40-46, maio de 2006.

[896] BEZERRA, Henrique Rodrigues; LUCENA, Raquel Gomes de. Guerra dos marimbondos: Revoltas populares. **Anais eletrônicos do VI Colóquio de História**. Recife, 2012, p.95-102.

[897] Atual município de Santana do Mundaú, que na época integrava o território do Termo de Imperatriz, hoje União dos Palmares.

[898] OLIVEIRA, Maria Luiza Ferreira de. Respostas do estado à revolta contra a lei do registro civil ou a "lei do cativeiro", 1851-1852. In: OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles; BITTENCOURT, Vera Lúcia Nagib; COSTA, Wilma Peres. **Soberania e conflito:** configurações do estado nacional no Brasil do século XIX. São Paulo: Hucitec, 2010, p.363-388.

[899] DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Recife, 24 nov. 1851.

[900] MAIA, Clarissa Nunes. **Sambas, batuques, vozerias e farsas públicas:** o controle social de escravos em Pernambuco no século XIX (1850-1888). São Paulo: Annablume, 2008, p.30.

[901] OLIVEIRA, op. cit., p.363-388.

[902] ALAGOAS. Falla dirigida á Assembléa Legislativa da provincia das Alagoas, na abertura da primeira sessão ordinaria da nona legislatura, pelo exm. presidente da mesma provincia, o conselheiro José Bento da Cunha e Figueiredo em 26 de abril de 1852. Maceió: Typ. Constitucional, 1852, p.7.

desarmadas e trancafiadas em cadeias. Os revoltosos vigiaram os emissários e as correspondências endereçadas aos municípios com o objetivo de arrebatar os textos dos decretos antes que chegassem ao destino final. Queriam assim impedir que os decretos fossem divulgados e que os escrivães dos juízes de paz emitissem as certidões.

> A refrega durou semanas, numa espécie de combate itinerante, de uma Comarca a outra, de uma província a outra, rebeldia em movimento. Descentralizada, massa rebelde sem liderança aparente, porém determinada a fazer o que houvesse para impedir os registros obrigatórios de nascimento e óbito.[903]

As autoridades classificavam como "falsa e deplorável" a ideia propagada de "lei do cativeiro".[904] Assim, mobilizaram "tropas policiais, batalhões de infantaria e artilharia e destacamentos da Guarda Nacional"[905]. Missionários capuchinhos foram ao encontro das camadas rebeldes para pregar, rezar e conversar, visando conter a agitação que havia se espalhado pelas províncias nordestinas. As autoridades locais, todavia, queixavam-se da dificuldade de encontrar os líderes do movimento, que era visto como uma "sedição de quase todo o povo"[906]. Nesse sentido, Renata Saavedra entende os motins contra a *lei do registro civil* e o *censo geral* do Império como uma "manifestação política que evidencia elos de pertencimento dissonantes do projeto político hegemônico da ordem imperial do contexto, matizando a representação de estabilidade política do período"[907].

Ao término de janeiro de 1852, contava-se uma dúzia de mortos em Pernambuco, Paraíba e Alagoas, incluindo autoridades e militares, mas era difícil saber se as mortes estavam ligadas aos motins contra os decretos, a acertos de contas pessoais ou a outros crimes ocorridos em decorrência do "colapso do aparato repressivo local"[908], já que muitos subdelegados e juízes de paz debandaram ao eclodir a revolta protagonizada pelos lavradores pobres. Evidenciou-se assim uma

---

[903] CHALHOUB, Sidney. **A força da escravidão:** ilegalidade e costumes no Brasil oitocentista. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p.15.
[904] DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Recife, 08 jan. 1852.
[905] CHALHOUB, op. cit., p.15.
[906] OLIVEIRA, Maria Luiza Ferreira de. As colônias militares na consolidação do Estado Nacional, 1850-1870. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História - ANPUH**. São Paulo, julho 2011.
[907] SAAVEDRA, Renata. Recenseamento e conflito no Brasil imperial: o caso da guerra dos marimbondos. **Clio** - Revista de Pesquisa Histórica. Recife, n. 33-1, 2015, p.90-113.
[908] CHALHOUB, op. cit., p.15.

situação de temor e pânico que tomou conta de uma parcela das províncias nordestinas do Império do Brasil.

Em Pernambuco, onde ainda se respirava o ar da Praieira[909], e na Paraíba, onde as revoltas foram maiores, os governos locais optaram pela estratégia da "negociação" para conter os motins. As autoridades provinciais se demonstraram temerosas e frágeis perante as iniciativas contra a "lei do cativeiro"[910]. Até porque não havia contingente suficiente de tropas de linha para serem enviadas às localidades onde estouraram os motins, haja vista que na região da divisa entre Pernambuco e Alagoas ainda existiam destacamentos, em virtude dos acontecimentos envolvendo os cabanos e Vicente Ferreira de Paula[911], os praieiros e o major Sergio Tertuliano.

Os decretos 797 e 798, inseridos nos esforços do governo imperial para estabelecer procedimentos de medição da população, de padronização de medidas, de cadastramento de terras, cujo objetivo era conhecer e quantificar a nação e seus elementos, foram reiteradamente ineficazes, e os acontecimentos[912] de 1851-1852 são uma prova disso. Um histórico de forte descontentamento em relação às ações centralizadoras da Corte e de frequentes mobilizações nos diversos níveis sociais reforçou uma cultura política reivindicativa no contexto da década de 1850, período em que o processo de "expansão para dentro" do Império estava em seu auge.[913]

Historiadores já estudaram a "Revolta dos Marimbondos" dando maior ênfase ao que ocorreu em Pernambuco; alguns mencionaram o episódio em outras províncias nordestinas. Sidney Chalhoub iniciou seu livro *A Força da Escravidão* relacionando os ocorridos em janeiro de 1852 na Paraíba, em Pernambuco e em Alagoas. O intuito aqui, a partir de agora, é explorar e adentrar com mais detalhes a maneira como as autoridades alagoanas agiram perante o caos que se instalou na

---

[909] Temia-se que "qualquer movimento de protesto redundasse na reativação do fogo morto da Revolução Praieira". Ver: PALACIOS E OLIVARES, Guillermo Jesus. Revoltas Camponesas no Brasil escravista: a "Guerra dos Marimbondos" (Pernambuco, 1851-1852). **Almanack Braziliense**. São Paulo, n. 3, maio 2006, p.9-39.

[910] OLIVEIRA, Maria Luiza Ferreira de. Respostas do estado à revolta contra a lei do registro civil ou a "lei do cativeiro", 1851-1852. In: OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles; BITTENCOURT, Vera Lúcia Nagib; COSTA, Wilma Peres. **Soberania e conflito:** configurações do estado nacional no Brasil do século XIX. São Paulo: Hucitec, 2010, p.363-388.

[911] Arquitetou e executou um plano de fuga da colônia penal de Fernando de Noronha com mais de 90 sentenciados em 1853. Desembarcou em São Miguel, Alagoas, e voltou às matas com os rebeldes.

[912] SAAVEDRA, Renata. Recenseamento e conflito no Brasil imperial: o caso da guerra dos marimbondos. **Clio** - Revista de Pesquisa Histórica. Recife, n. 33-1, 2015, p.90-113.

[913] Ibidem, p.90-113.

província entre fins de 1851 e início de 1852, numa região que até pouco tempo estava aterrorizada pela "terrível falange dos papa-méis". A documentação analisada concentra algumas notícias referentes a Alagoas publicadas no periódico *Diário de Pernambuco* e falas de autoridades presentes nos relatórios provinciais produzidos entre 1850-1855, principalmente a fala de José Bento da Cunha e Figueiredo dirigida à Assembleia Legislativa da Província de Alagoas em abril de 1852. Essa análise permitirá dar continuidade a alguns assuntos que permeiam a questão cabana estudada no capítulo anterior.

A região fronteiriça entre Alagoas e Pernambuco, onde estavam as "matas cabanas", ainda era alvo de muita preocupação pelas autoridades imperiais e senhores de engenho das duas províncias. Pode-se constatar tal preocupação, entre outras, numa carta do então presidente de Pernambuco Honório Hermeto de Carneiro Leão, em 1850, na qual expõe que seria muito conveniente que no centro das matas se estabelecessem "colônias militares que fossem regidas com quanto o estado de barbaridade o exigisse, em conformidade de regulamentos especiais apropriados a esse estado"[914]. Apontava a região do Riacho do Mato, em Pernambuco, como a principal localidade a ser ocupada pelos aquartelamentos, e de onde deveriam sair estradas em direção a Vila da Imperatriz, Jacuípe, Porto Calvo, Água Preta, Una e Barreiros.

Em 1851, Visconde de Mont'Alegre, ministro e secretário dos Negócios do Império, em um *Relatório apresentado à assembleia geral legislativa*, consignou sobre tais colônias:

> A facilidade com que os facinorosos, quer na Província das Alagoas, quer na de Pernambuco se subtraiam à ação da justiça, embrenhando-se nas matas que cobrem uma grande parte do território de ambas, determinaram o Governo a mandar fundar naquelas matas duas Colônias Militares, uma no território da Província de Alagoas, outra no de Pernambuco, mandando que ambas se regessem pelo Regulamento N° 720 de 9 de novembro próximo passado. A das Alagoas com a denominação de – Colônia Militar Leopoldina – está efetivamente fundada à margem direita do rio Jacuípe no sítio fronteiro ao Riacho do Mato; construíram-se nela suficientes quartéis e algumas casas, formando uma povoação provisória até que se possam construir edifícios permanentes; estão

[914] Apud: OLIVEIRA, Maria Luiza Ferreira de. Respostas do estado à revolta contra a lei do registro civil ou a "lei do cativeiro", 1851-1852. In: OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles; BITTENCOURT, Vera Lúcia Nagib; COSTA, Wilma Peres. **Soberania e conflito:** configurações do estado nacional no Brasil do século XIX. São Paulo: Hucitec, 2010, p.363-388.

> nomeados e já em exercício seus empregados, a exceção somente do cirurgião, está limpo o terreno compreendido na légua quadrada para ela demarcada; empregaram-se todas as diligências para inteirar o número das 15 praças [...] que a devem compor, o pendem da aprovação do Governo as Instruções para seu regimento interno e econômico.[915]

A instalação de colônias militares em boa parte do território brasileiro, a partir de 1850[916], fez parte do esforço de dominar regiões marcadas por conflitos das mais variadas naturezas, envolvendo pequenos agricultores, escravizados fugidos, índios e libertos. A fundação dessas colônias militares surgiu como uma nova estratégia para ao mesmo tempo "povoar, abrir estradas e deixar tropas em caráter permanente nas localidades onde a tensão social era difícil de conter"[917]. Autoridades locais como delegados e juízes de direito tinham muita dificuldade de controlar focos de revolta, e somava-se a isso o sentimento de urgência em fazer a administração chegar a todos os locais do Império do Brasil. Com o passar dos anos, muitas dessas colônias militares foram se convertendo em colônias agrícolas, sobretudo aquelas que não faziam fronteira com pontos estratégicos. Maria Luzia Ferreira de Oliveira também pontua que as colônias militares em sua maioria foram transformadas "em vilas, e depois cidades, tendo sido, assim, embriões de povoamento. O caráter militar ia aos poucos sendo abandonado, e a atividade agrícola tomava frente"[918].

Assim, procurando caminhos para se modernizar administrativamente, o Estado Imperial compreendia a importância de controlar a população considerada "perigosa" aos interesses escravistas. Instituiu, desse modo, as colônias militares e construiu estradas que, mesmo não ligando pontos economicamente estratégicos, facilitavam o acesso aos locais dominados por escravizados fugidos, homens livres pobres e "índios bravos"[919]. Era o caso da região de divisa entre Alagoas e Pernambuco, que sempre foi palco de movimentação popular contra-hegemônica, desde Palmares, passando pelos cabanos, e agora com os motins contra a "lei do

---

[915] RIO DE JANEIRO. Relatório apresentado à assembleia geral legislativa na terceira sessão da oitava legislatura pelo ministro e secretário dos Negócios do Império visconde de Mont'Alegre. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1851.

[916] A lei que regulamenta e autoriza a instalação de colônias onde as províncias achassem necessárias é de junho de 1850, sendo que em 1840 já havia uma primeira colônia militar fundada no Pará.

[917] OLIVEIRA, Maria Luiza Ferreira de. As colônias militares na consolidação do Estado Nacional, 1850-1870. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História da ANPUH**. São Paulo, julho 2011.

[918] Ibidem.

[919] Ibidem.

cativeiro"[920]. Forjou-se ali, portanto, uma "cultura da revolta"[921]. Os homens livres, pobres e de cor que habitavam, na década de 1850, as zonas rurais do nordeste brasileiro teceram resistências diversas e "refinaram formas de protesto e de organização, multiplicando, em suas práticas cotidianas e estratégias de sobrevivência e representação, os significados da palavra politização"[922].

Sobre os motins contrários à "lei do cativeiro", Hebe Mattos sinalizou:

> [...] para além de uma base camponesa, a revolta dos marimbondos parece combinar elementos modernos, como noções de direitos e cidadania, que cada vez mais ampliavam sua circulação em função das revoltas liberais, com elementos constitutivos da ordem estamental escravista, especialmente a possibilidade de trânsito entre a escravidão e a liberdade (e vice-versa), configurando situações de legalidade e ilegalidade da condição de escravidão.[923]

Em Alagoas, o movimento contra a "lei do cativeiro" atingiu as seguintes localidades: Mundaú-Mirim (Santana do Mundaú), Riachão (Junqueiro), Lage do Canhoto (São José da Laje), Imperatriz (União dos Palmares), Camaragibe (Passo de Camaragibe), Jacuípe, Salomé (São Sebastião), São Brás, Penedo, Porto Calvo, Porto de Pedras, Urucu (Joaquim Gomes), Barra Grande (Maragogi) e as matas do Angelim. Para o presidente da província, o movimento havia atingido "apenas lugares do mato"[924], localidades onde se concentrava um grande número de escravizados fugidos e libertos, além dos livres pobres que trabalhavam na agricultura.

---

[920] OLIVEIRA, Maria Luiza Ferreira de. Respostas do estado à revolta contra a lei do registro civil ou a "lei do cativeiro", 1851-1852. In: OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles; BITTENCOURT, Vera Lúcia Nagib; COSTA, Wilma Peres. **Soberania e conflito:** configurações do estado nacional no Brasil do século XIX. São Paulo: Hucitec, 2010, p.363-388.

[921] SAAVEDRA, Renata. Recenseamento e conflito no Brasil imperial: o caso da guerra dos marimbondos. **Clio** - Revista de Pesquisa Histórica. Recife, n. 33-1, 2015, p.90-113.

[922] Ibidem, p.90-113.

[923] MATTOS, Hebe Maria. Identidade camponesa, racialização e cidadania no Brasil monárquico: o caso da "Guerra dos Marimbondos" em Pernambuco a partir da leitura de Guillermo Palacios. **Almanack Braziliense**. São Paulo, n. 3, maio de 2006, p.40-46.

[924] SAAVEDRA, op. cit., p.90-113.

Figura 4 - Mapa dos motins contrários à "Lei do Cativeiro" em Alagoas (1851-1852).[925]

O século XIX foi marcado pela "precarização da liberdade", muitos foram os casos de pessoas livres presas por suspeita de serem escravizadas e que chegaram a ser leiloadas como tal. Variadas eram as ocorrências de escravização ilegal e reescravização no Brasil oitocentista. Keila Grinberg estuda a temática[926] e mostra que existiram, infelizmente, várias histórias como a de Solomon Northup[927] aqui no Brasil. Sidney Chalhoub, refletindo sobre como a "força da escravidão" tornou precária a experiência de liberdade de negros livres e pobres do Brasil oitocentista, destaca a lógica social e política de produção duma forma de interdito à própria representação dessa situação.[928] O autor afirma que a liberdade era uma experiência arriscada para os negros, "pois tinham as suas vidas pautadas pela escravidão, pela necessidade de lidar amiúde com o perigo de cair nela, ou voltar para ela"[929].

[925] Baseado na documentação analisada.
[926] Ver: GRINBERG, Keyla. Em defesa da propriedade: Antônio Pereira Rebouças e a Escravidão. **Afro-Ásia**. Salvador, 1998-1999, p.21-22. Idem. **O fiador dos brasileiros:** cidadania, escravidão e direito civil no tempo de Antônio Pereira Rebouças. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. Idem. Re-ecravização, direitos e justiças no Brasil do século XIX. In: LARA, Silvia Hunold; MENDONÇA, Joseli Maria Nunes (Orgs.). **Direitos e Justiças no Brasil**. Campinas: Ed. Unicamp, 2006.
[927] Autor da autobiografia *12 anos de escravidão*, adaptada ao cinema em 2014. Ver: NORTHUP, Solomon. **12 anos de escravidão**. São Paulo: Seoman, 2013.
[928] CHALHOUB, Sidney. **A força da escravidão**: ilegalidade e costumes no Brasil oitocentista. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p.28.
[929] Ibidem, p.29.

Não se pode atenuar no episódio dos "marimbondos" o fato de que, na conjuntura pós-1850, a questão do homem livre pobre estava diretamente vinculada ao escravismo.[930] Segundo Hebe Matos, os "marimbondos" precisam ser entendidos dentro do contexto das "disputas em torno dos significados da cidadania e dos novos direitos inscritos na Constituição de 1824 e não apenas das pressões econômicas sobre as populações camponesas"[931]. Apesar da igualdade de direitos civis entre os cidadãos, reconhecida pela Constituição de 1824, "os brasileiros não-brancos continuavam a ter até mesmo o seu direito de ir e vir dramaticamente dependente do reconhecimento costumeiro de sua condição de liberdade"[932]. Estavam sujeitos a todo tipo de arbitrariedade. Caso não pudessem apresentar sua carta de liberdade, estariam automaticamente sob suspeita de serem escravizados fugitivos.

Antônio Coelho de Sá e Albuquerque, presidente da Província de Alagoas em 1855, ponderou acerca da promulgação de leis sobre o acesso do trabalhador livre à terra, dando atenção à questão agrícola, vista por ele como atrasada e "em lastimoso estado". Ele entendia que a agricultura necessitava de uma séria atenção, porque estava ligada com "a questão da abolição do tráfico, a questão da colonização, a questão da reforma do trabalho, e outros graves assuntos"[933]. Pontuou também que a abolição do tráfico não era mais um problema a se resolver, apesar de ter causado um sobressalto e embaraço aos proprietários de terras, que não estavam preparados para ela. A principal consequência disso foi a "falta de braços escravos no campo". Para suprir essa falta, via a necessidade de braços livres, estrangeiros e nacionais. Apontou, assim, os males que afetavam a questão da agricultura em Alagoas, e a diminuição deles deveria ser operada lentamente, porque, segundo ele, dependia

> [...] de grandes recursos; conviria, por tanto, que a nossa Província fosse daqui até lá procurando manter na agricultura os braços que lhe ficaram depois da abolição do tráfico, e que

[930] OLIVEIRA, Maria Luiza Ferreira de. Respostas do estado à revolta contra a lei do registro civil ou a "lei do cativeiro", 1851-1852. In: OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles; BITTENCOURT, Vera Lúcia Nagib; COSTA, Wilma Peres. **Soberania e conflito:** configurações do estado nacional no Brasil do século XIX. São Paulo: Hucitec, 2010, p.363-388.
[931] MATTOS, Hebe Maria. Identidade camponesa, racialização e cidadania no Brasil monárquico: o caso da "Guerra dos Marimbondos" em Pernambuco a partir da leitura de Guillermo Palacios. **Almanack Braziliense**. São Paulo, n. 3, maio de 2006, p.40-46.
[932] Ibidem, p.40-46.
[933] ALAGOAS. Fala dirigida á Assembléa Legislativa da província de Alagoas na abertura da sessão ordinária em 1º de março de 1855, por seu presidente Antônio Sá e Albuquerque. Recife: Typographia de Santos & Companhia, 1855, p.53.

> procurasse aumentá-los com o emprego de mais humanidade no tratamento das fábricas, e com outros meios que todos sabem.[934]

Esses "outros meios que todos sabem" eram as políticas para a imigração da mão de obra europeia para região. Nesse debate, José Antônio Saraiva inclusive já havia proposto a imigração europeia para a região de Jacuípe.[935] Percebe-se, com isso, que as autoridades continuaram discutindo soluções para evitar mais distúrbios na região de divisa entre Alagoas e Pernambuco. As províncias nordestinas estavam em processo de constituição de um "novo sistema de controle social do trabalho que substituísse a escravidão"[936]. Entretanto, as autoridades encontraram dificuldades para controlar e submeter a mão de obra livre ao regime de trabalho desejado.[937]

Guillermo Pallacios lembra que a "Revolta dos Marimbondos" coincidiu:

> [...] com os primórdios do processo de aparelhamento do Estado para enfrentar tarefas tão importantes na construção de uma economia que se adaptasse às mudanças do capitalismo no âmbito mundial como a estruturação de um mercado de trabalho livre. Nesse contexto, o movimento significou um ato notável de resistência por parte dos livres e pobres contra o que aparentemente era uma manobra envolvente do sistema nascente que dava os seus primeiros passos com o registro e contabilidade dos recursos humanos disponíveis para a produção na nova fase.[938]

A partir desse momento, homens livres pobres e escravizados seriam progressivamente igualados não mais pela condição jurídico-estamental, mas sim pela pobreza. Diante de situações como essa, escravizados, libertos e livres pobres interpretaram o mundo à sua volta, eram sabedores do momento histórico que

---

[934] ALAGOAS. Falla dirigida á Assembléa Legislativa da provincia das Alagoas na abertura da sessão ordinária em 1º de março de 1855, pelo ex.mo presidente da mesma provincia, o dr. Antonio Coêlho de Sá e Albuquerque. Recife: Typographia de Santos & Companhia, 1855, p.53-5.

[935] ALAGOAS. Fallas dirigidas á Assembléa Legislativa da provincia de Alagoas, na abertura da sessão extraordinaria em 20 de fevereiro de 1854, e ordinária em 8 de março do dito anno, pelo excellentissimo presidente da mesma provincia, o dr. José Antônio Saraiva. Recife: Typographia de Santos & Companhia, 1854.

[936] PALACIOS E OLIVARES, Guillermo Jesus. Revoltas Camponesas no Brasil escravista: a "Guerra dos Marimbondos" (Pernambuco, 1851-1852). **Almanack Braziliense**. São Paulo, n. 3, p.9-39, maio de 2006.

[937] OLIVEIRA, Maria Luiza Ferreira de. Sobreviver à pressão escapando ao controle: embates em torno da "lei do cativeiro" (a Guerra dos Marimbondos em Pernambuco, 1851-1852). **Almanack Braziliense**. São Paulo, n. 3, maio de 2006, p.47-55.

[938] PALACIOS E OLIVARES, op. cit., p.9-39.

viviam e agiram contra a hegemonia senhorial[939]; tiveram, assim, participação ativa no processo de desestruturação do sistema escravista.

A década de 1850 apresentou uma "conjuntura cada vez mais polarizada entre regiões escravistas e regiões livres, o Império do Brasil empenhou-se claramente na estabilização doméstica do cativeiro"[940]. Procurava-se criar condições internas vantajosas para a instituição da escravidão. Discutia-se, desse modo, a necessidade de sua manutenção, sendo entendida não apenas como "uma unanimidade entre os grandes proprietários rurais, mas também passava por ser uma questão de soberania nacional"[941]. A ideia era garantir a principal fonte de renda da jovem nação brasileira, que estava assentada numa economia agrícola de larga escala. Com a pressão inglesa pela extinção do tráfico, as elites escravocratas de norte a sul do país se uniram nessa questão, pois a entenderam como um dos pilares da sustentação nacional.

Dessa maneira, um fato elementar para se compreender a época é a lei aprovada no dia 4 de setembro de 1850, a Lei Eusébio de Queiroz, que colocava na ilegalidade o tráfico de africanos para escravização em direção ao Brasil. Os livres pobres e libertos indagaram se as medidas implantadas naquele janeiro de 1852 estariam ligadas à lei de 1850. Seria uma das variadas maneiras encontradas pela classe senhorial visando a *manutenção da escravidão*[942] no Brasil? Aqueles que aderiram aos motins e os protagonizaram entenderam que sim. E não mostraram apenas sua discordância sobre os decretos, revelaram-se também:

> [...] um grupo que apesar de terem poucas condições sociais, [...] se reuniram para evitar uma decisão que eles estavam contra, rasgando os decretos colados nas igrejas e nos edifícios públicos como uma maneira de ir contra o Estado que não reparava nas suas necessidades e seus temores. Também ocorreram ataques a engenhos e assassinatos. Em Alagoas e Sergipe as repressões do Estado foram mais violentas, já em

[939] MARQUES, Danilo Luiz. **Sobreviver e resistir:** os caminhos para liberdade de escravizadas e africanas livres em Maceió (1849-1888). Blumenau-SC: Nova Letra, 2016, p.146.
[940] PARRON, Tâmis Peixoto. **A Política da Escravidão no Império do Brasil, 1826-1865**. Dissertação (Mestrado em História Social), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009, p.248.
[941] OLIVEIRA, Maria Luiza Ferreira de. Sobreviver à pressão escapando ao controle: embates em torno da "lei do cativeiro" (a Guerra dos Marimbondos em Pernambuco, 1851-1852). **Almanack Braziliense**. São Paulo, n. 3, maio de 2006, p.47-55.
[942] Tal debate era amplamente defendido pelos grandes proprietários de terras e passava pela discussão da soberania nacional.

> Pernambuco e Paraíba foram mais pacíficas buscando negociações.[943]

Para Sidney Chalhoub, as medidas do governo imperial em 1851 foram interpretadas como algo relacionado ao fim do tráfico africano. Com isso, o *registro de nascimento* visaria a escravização das gerações futuras, e "o arrolamento do censo tinha o fito de organizar o cativeiro de pardos livres jovens e adultos"[944]. O movimento contrário à "lei do cativeiro" estava inserido no momento final da lenta transformação do modo de controle social do trabalho no sistema *Plantation*, "transformação que, iniciada no final do século XVIII, acelerou-se brutal e definitivamente a partir da proibição da importação da mão-de-obra africana em 1850"[945].

Outra questão-chave para se entender a década de 1850 no Brasil é a promulgação da lei n° 601 de 18 de setembro de 1850, a Lei de Terras, que dispôs sobre as terras devolutas do Império e acerca das que eram possuídas por título de sesmaria sem preenchimento das condições legais, bem como por simples título de posse mansa e pacífica. Determinava que, medidas e demarcadas as terras, fossem "cedidas a título oneroso, assim para empresas particulares, como para o estabelecimento de colônias de nacionais"[946]. As colônias estrangeiras teriam de ser autorizadas pelo governo imperial. Logo em seu primeiro artigo, a lei proibia "as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra", limitando ainda mais o acesso de lavradores pobres às terras.

O "projeto de terras devolutas tratava de duas questões centrais para o Império: o acesso a terrenos rurais e o abastecimento de mão-de-obra"[947]. Tâmis Parron entendeu tal lei como "uma resposta diplomática pró-escravista à segunda fase do abolicionismo britânico"[948]. O imperativo máximo da lei de terras, executado com recursos do Império, era "estabelecer núcleos de colonos ao lado das grandes

---

[943] BEZERRA, Henrique Rodrigues; LUCENA, Raquel Gomes de. Guerra dos marimbondos: Revoltas populares. **Anais eletrônicos do VI Colóquio de História**. Recife, 2012, p.95-102.
[944] CHALHOUB, Sidney. **A força da escravidão:** ilegalidade e costumes no Brasil oitocentista. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p.21.
[945] PALACIOS E OLIVARES, Guillermo Jesus. Revoltas Camponesas no Brasil escravista: a "Guerra dos Marimbondos" (Pernambuco, 1851-1852). **Almanack Braziliense**. São Paulo, n. 3, maio de 2006, p.9-39.
[946] BRASIL. Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio. Lei n. 601, de 18 de setembro de 1850. Dispõe sobre as terras devolutas do Império. Rio de Janeiro, 1850.
[947] PARRON, Tâmis Peixoto. **A Política da Escravidão no Império do Brasil, 1826-1865**. Dissertação (Mestrado em História Social), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009, p.158.
[948] Ibidem, p.159.

propriedades escravistas"[949]. A lei, portanto, foi eficaz no que tange à instituição dos critérios que definiam os marcos legais da propriedade privada da terra no Brasil, tinha como objetivo a questão da propriedade fundiária, evitando "o acesso fácil à terra, para, mediante a extinção do tráfico negreiro, garantir a mão de obra necessária ao funcionamento das fazendas"[950]. A lei de terras vedava, assim, a possibilidade de acesso a terras[951], restringindo-as a compra e herança; cancelava, dessa maneira, o caminho tradicionalmente trilhado pelos pequenos produtores não proprietários.[952]

Pallacios entende o *registro civil* e o *censo geral* como instrumentos paralelos à lei de terras em relação à força de trabalho:

> Se esta pretendia conhecer e reformular a estrutura fundiária do país, legitimando a propriedade considerada legal, e retirando a terra de quem a não possuísse pelas vias tidas como aceitáveis pelo novo sistema jurídico, o *Registro* era sua contrapartida perfeita em termos da condição jurídica dos livres pobres: confirmava a liberdade dos que podiam comprovar essa abençoada condição, e ameaçava com reconduzir a escravidão os infelizes que não contassem com a documentação necessária para fundamentar sua independência pessoal.[953]

Nessa conjuntura, o *registro civil* e o *censo geral* significavam contar, descobrir e tornar público o número de livres pobres no território do Império do Brasil, com seus nomes, endereços e situação familiar entregues ao Estado. Sendo que em tal população existia um grande número de "devedores da lei" e escravizados fugidos.[954]

Para Maria Luiza Ferreira de Oliveira, os motins contrários ao *registro civil* e ao *censo* foram mais incisivos nas zonas rurais pernambucanas, entre o centro da "Zona da Mata e o agreste, e na região fronteiriça de Alagoas e da Paraíba com

---

[949] PARRON, Tâmis Peixoto. **A Política da Escravidão no Império do Brasil, 1826-1865**. Dissertação (Mestrado em História Social), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009, p.241-242.
[950] SILVA, Marcio Antônio Both da. Lei de Terras de 1850: lições sobre os efeitos e os resultados de não se condenar "uma quinta parte da atual população agrícola". **Revista Brasileira de História**. São Paulo, vol. 35, n. 70, 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1806-93472015v35n70014>.
[951] Entretanto, é essencial mencionar que ela não estabeleceu um ponto zero na história da apropriação territorial no Brasil, muito menos inaugurou o "cativeiro da terra", também não iniciou uma tentativa de separar o público do privado, pois já havia ações nesse sentido.
[952] PALACIOS E OLIVARES, Guillermo Jesus. Revoltas Camponesas no Brasil escravista: a "Guerra dos Marimbondos" (Pernambuco, 1851-1852). **Almanack Braziliense**. São Paulo, n. 3, maio de 2006, p.9-39.
[953] Ibidem, p.9-39.
[954] Ibidem, p.9-39.

Pernambuco, mas atingiu localidades do sertão, do agreste, de Alagoas, assim como da Paraíba"[955]. Os "marimbondos" conseguiram reunir simpatias, e isso fez com que a repressão ao movimento se tornasse extremamente problemática.[956] A ordem de se registrar a cor das pessoas tornaria os mais desvalidos entre os livres pobres e libertos muito vulneráveis a tentativas de escravização e reescravização. Para Hebe Mattos, a ameaça à liberdade era grave, afinal,

> [...] a condição civil de uma pessoa era legalmente decidida no registro paroquial, ali se encontravam os livros dos "livres" e dos "escravos". A alcunha de "Lei do Cativeiro" é neste sentido extremamente significativa e precisa ser entendida no contexto da época. Não pode ser reduzida apenas a uma má apreensão da lei, mas não se trata também de uma apreensão super consciente de seus sentidos modernizantes no sentido de formar um mercado de trabalho livre. Para os revoltosos era realmente essencial que eles fossem ouvidos sobre que instâncias consideravam confiáveis para registrar se seus filhos haviam nascido livres, libertos ou escravos. Reescravizações com base neste tipo de expediente não eram incomuns, mesmo sob a égide do controle paroquial.[957]

Dessa maneira, foram muitas as dificuldades enfrentadas pelas autoridades para conter a revolta contra a "lei do cativeiro", haja vista que dentro da própria Guarda Nacional houve uma ampla adesão a ela. Além disso, estourou em vários pontos do nordeste brasileiro, não ficando contida numa única região, como no caso da Guerra dos Cabanos.

Ao final da primeira semana de janeiro de 1852, a revolta entraria na sua fase mais aguda, "quando começaram a dar-se assaltos a casas grandes de engenhos e propriedades abastadas"[958]. Mas a resposta das autoridades seria rápida. Em 19 de janeiro de 1852, o *Diário de Pernambuco* noticiou que já havia sido enviado, no dia 23 de dezembro de 1851, um arsenal de armas pelo Ministério da Guerra para as províncias de Alagoas, Ceará, Maranhão, Pará, Paraíba e

---

[955] OLIVEIRA, Maria Luiza Ferreira de. Respostas do estado à revolta contra a lei do registro civil ou a "lei do cativeiro", 1851-1852. In: OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles; BITTENCOURT, Vera Lúcia Nagib; COSTA, Wilma Peres. **Soberania e conflito:** configurações do estado nacional no Brasil do século XIX. São Paulo: Hucitec, 2010, p.363-388.

[956] MATTOS, Hebe Maria. Identidade camponesa, racialização e cidadania no Brasil monárquico: o caso da "Guerra dos Marimbondos" em Pernambuco a partir da leitura de Guillermo Palacios. **Almanack Braziliense**. São Paulo, n. 3, p.40-46, maio de 2006.

[957] Ibidem, p.40-46.

[958] PALACIOS E OLIVARES, Guillermo Jesus. Revoltas Camponesas no Brasil escravista: a "Guerra dos Marimbondos" (Pernambuco, 1851-1852). **Almanack Braziliense**. São Paulo, n. 3, maio 2006, p.9-39.

Pernambuco, recomendando "maior urgência possível nas remessas de tais artigos"[959].

O presidente da Província de Alagoas, José Bento da Cunha e Figueiredo, na parte sobre *Tranquilidade pública* de sua fala dirigida à Assembleia Legislativa da Província de Alagoas, em abril de 1852, disse que tudo se achava "em perfeita tranquilidade, resultado necessário do espírito de ordem" que continuava a dominar Alagoas. Entretanto, se referindo aos motins causados pelos contrários à "lei do cativeiro", alegou "que entre o bom povo alagoano existe enxertado um tal ou qual gérmen de anarquia que, não obstante ser mui fraco, não perde ocasião de se desenvolver"[960]. Em 14 de outubro de 1851, disse ele ter percebido, sem muito esforço,"

> Que alguns inimigos do bem público trabalhavam na obra da desorganização, por meio de uma tática menos nova do que diabólica. Dando-se ao decreto de 18 de junho do ano passado o caráter de Lei do cativeiro adicionaram-lhe os turbulentos algumas ideias perversas, de que vieram a formar um corpo de doutrina mui próprio para exaltar, e mesmo fanatizar a gente ignorante do interior da Província, por onde era espalhada com inviolável sigilo, e sempre banais, cuidavam de gastar a força do Governo.[961]

O presidente da província alagoana afirmou também que havia se prevenido em relação a outros motins, entrando em contato com párocos e agentes policiais para que se articulassem no intuito de conter os amotinados e para que a ideia de "lei do cativeiro" não ganhasse força. Entendia que, dessa forma, faria "dissuadir o povo das falsas ideias em que o imbuam", combatendo "a profunda indisposição do povo do interior contra a execução do decreto, e o propósito em que estavam de repeli-lo com mão armada"[962].

Havia, portanto, uma preocupação por parte das autoridades em tentar convencer a população, que se encontrava temerosa em relação à ideia de "lei do cativeiro". Uma preocupação que não era exclusividade de Alagoas, o *Diário de Pernambuco* chegou a publicar uma circular do diretor do *Censo Provincial*

---

[959] DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Recife, 19 jan. 1852.
[960] ALAGOAS. Falla dirigida á Assembléa Legislativa da provincia das Alagoas, na abertura da primeira sessão ordinaria da nona legislatura, pelo exm. presidente da mesma provincia, o conselheiro José Bento da Cunha e Figueiredo em 26 de abril de 1852. Maceió: Typ. Constitucional, 1852, p.3.
[961] Ibidem, p.4.
[962] Ibidem, p.4.

endereçada aos diretores municipais, que, ciente dos "atos violentos" que "homens inexpertos" têm cometido contra as leis n° 797 e 798 de 18 de junho de 1851, rogou que empregassem esforços para esclarecer e mostrar que tais decretos não atentariam contra os direitos dos cidadãos, mas, pelo contrário, concorreriam "poderosamente para o progresso civilizatório do país, que todos devem desejar"[963].

Nas palavras de José Bento da Cunha e Figueiredo, os motivos para os motins contra os decretos 797 e 798 eram, no início, "um segredo quase impenetrável; as autoridades estavam inteiramente descuidadas, e, todavia, já se contava com um rompimento geral nos primeiros dias de janeiro de 1852"[964]. Para essa autoridade, o véu que cobria o "mistério sedicioso" teve sua ponta levantada em outubro de 1851, quando em Mundaú-Mirim apareceu

> [...] um troço de 50 homens armados blasfemando contra o decreto, que se dizia havia de ser publicado naquela ocasião. Debalde procurou o respectivo subdelegado apaziguar os ânimos, sendo depois obrigado a pedir auxílio ao delegado da Imperatriz; o qual apresentando-se na povoação da Jussara, cabeça do distrito, no dia 1° de novembro com uma força de cem homens da Guarda Nacional, fora recebido com uma descarga de fuzilaria da força legal, resultando do conflito graves ferimentos, de que se seguiram duas mortes.[965]

Diante de tal situação, as autoridades enviaram para a região o missionário capuchinho Frei Henrique, do Castelo de São Pedro, com o objetivo "de com a palavra de Evangelho domar as paixões exaltadas com tudo de mandar aproximar para ali um destacamento, que pudesse refrear os que se mostrassem obstinados"[966]. José Bento da Cunha e Figueiredo acreditava que essa medida teria um "feliz sucesso", e esperava não precisar utilizar de força, caso necessitasse restabelecer a tranquilidade. Além disso, temoroso por ameaças que circulavam nas regiões do Arrasto (Capela) e Riachão, o presidente da província de Alagoas, em complemento às providências dadas para o termo de Imperatriz, mandou averiguar os fatos ali ocorridos. Solicitou aos juízes de direito e municipal que cumprissem a missão de deixar o termo tranquilo, instaurando o competente processo contra os

[963] DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Recife, 03 jan. 1852.
[964] DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Recife, 03 jan. 1852.
[965] ALAGOAS. Falla dirigida á Assembléa Legislativa da provincia das Alagoas, na abertura da primeira sessão ordinaria da nona legislatura, pelo exm. presidente da mesma provincia, o conselheiro José Bento da Cunha e Figueiredo em 26 de abril de 1852. Maceió: Typ. Constitucional, 1852, p.3-4.
[966] Ibidem, p.5.

"delinquentes", que acabaram sendo absolvidos. Após esses acontecimentos, José Bento da Cunha e Figueiredo fez a seguinte queixa:

> [...] ia-se manifestando mais a tendência sediciosa nos lugares onde a peçonha anárquica tinha sido mais bem inoculada; de modo que, além das participações reservadas que eu recebi de vários pontos da província em resposta aos meus ofícios, já se levantavam contra o decreto queixas mais pronunciadas, todas no mesmo caráter simbólico; e já havia quem considerasse inevitável uma conflagração no interior das três Províncias – Alagoas, Pernambuco e Paraíba – como assoalhavam alguns apóstolos, que se tinha, encarregado da patriótica missão de remir o povo do *cativeiro*.[967]

Diante desse quadro, José Bento da Cunha e Figueiredo – que alegava estar desde o dia 13 de dezembro de 1851 procurando explicar o sentido do decreto e facilitar sua execução – apresentou três sugestões à Assembleia Legislativa da Província de Alagoas, as quais tinham o intuito de "remover todo e qualquer pretexto, que com visos de plausibilidade pudesse alimentar a causa da má fé". A primeira sugestão era a de que os escrivães dos juízes de paz, logo que lavrado o termo do registro dos nascimentos, apenas remetessem ao vigário uma certidão para habilitar o batismo da criança. A segunda, que a certidão de óbito para o enterramento tornava-se desnecessária naquela província, onde não havia administradores de cemitério. Por fim, que as certidões de nascimento e óbito, de que falava o decreto, deviam ter lugar somente a respeito dos nascidos ou falecidos a partir do dia 1° de janeiro em diante.[968]

Acreditava-se que essas decisões, que foram imediatamente aprovadas pelo governo imperial, e "acolhidas e aplaudidas" pelos párocos, seriam o bastante "para acalmar de uma vez a incandescência popular, se com efeito tivesse ela por causa eficiente os inconvenientes reais do decreto, e não o fermento vicioso da anarquia"[969]. Entretanto, ao aproximar-se o dia da execução do decreto, José Bento da Cunha e Figueiredo reclamou que "sintomas sediciosos" voltavam a aparecer em algumas regiões da província de Alagoas: "[...] no termo da Imperatriz, nas matas do

---

[967] ALAGOAS. Falla dirigida á Assembléa Legislativa da provincia das Alagoas, na abertura da primeira sessão ordinaria da nona legislatura, pelo exm. presidente da mesma provincia, o conselheiro José Bento da Cunha e Figueiredo em 26 de abril de 1852. Maceió: Typ. Constitucional, 1852, p.5.
[968] Ibidem, p.6.
[969] Ibidem, p.6.

Angelim, nos povoados – Salomé, Porto Calvo, Jacuípe, na Barra Grande, e em outros lugares"[970].

Para enfrentar a situação, foi enviado para a Vila da Imperatriz o capitão João Francisco Catete com uma força de primeira linha, acompanhado pelo subdelegado da Vila do Norte, Lucio Soares de Albuquerque Eustáquio. A instrução por eles recebida era de conter o "exaltamento popular por todos os meios pacíficos. Devendo empregar a força somente nos casos extremos". A Guarda Nacional foi enviada para Camaragibe, Porto Calvo e Jacuípe, "com o fim de habilitar as autoridades policiais a sufocarem de pronto qualquer movimento de desordem". Outra medida tomada foi a de fazer marchar o "comandante de polícia com 50 praças para ficarem destacadas no ponto da Soledade, centro das matas do Angelim, donde pudesse facilmente acudir ao chamamento da polícia dos diversos lugares ameaçados". Para a cidade de Penedo, foi mandado o "prestimoso" capuchinho Frei Henrique do Castelo de São Pedro; a recomendação era "de percorrer todo o sul da província, como o fez com grande vantagem, sob os auspícios do digno Delegado do Penedo Manoel Goes Ribeiro Junior"[971].

Devido a algumas investigações e informações que circulavam pela província alagoana, José Bento da Cunha e Figueiredo apontou o nome de Antonio Mendes da Rocha Maia[972] como o responsável por propagandear a ideia de *cativeiro* em relação aos decretos. Ele foi acusado de ser um séquito que andava por Alagoas "fazendo desatinos e propalando ideias subversivas a ordem pública"[973]. Em 3 de fevereiro de 1852, Antonio Mendes se juntou a um grupo "de sceleratos [*criminosos*] em número de 16 a 20, na esperança de poder reunir alguns outros grupos, que prometiam achar-se com ele no momento mais favorável"[974]. O presidente da província, que já havia deslocado um destacamento para a região de Santo Antônio Grande, ordenara a prisão do sujeito, entretanto, ele atacou um engenho de nome Gavião, "onde violentamente tirara de dois portugueses três barris com pólvora e

[970] ALAGOAS. Falla dirigida á Assembléa Legislativa da provincia das Alagoas, na abertura da primeira sessão ordinaria da nona legislatura, pelo exm. presidente da mesma provincia, o conselheiro José Bento da Cunha e Figueiredo em 26 de abril de 1852. Maceió: Typ. Constitucional, 1852, p.6.
[971] Ibidem, p.7.
[972] Durante a pesquisa, não foi possível encontrar maiores informações biográficas sobre Antonio Mendes da Rocha Maia. Fica aqui um desafio para pesquisas futuras.
[973] Correspondência do presidente de Alagoas ao Ministério do Império, de 17 de janeiro de 1852. Acervo Arquivo Nacional - Rio de Janeiro, IJ 360.
[974] ALAGOAS, op. cit., p.8.

treze clavinotes [*pequenas carabinas*]"[975]. Após esse episódio, foi ordenado que uma força de 20 praças do 3º batalhão fosse prender os amotinados.

Porém, em 6 de fevereiro de 1852, o engenho São João foi atacado e seu proprietário, quase assassinado. Nessa ocasião, os "sediciosos" se emboscaram "nas casinhas para esperar a força legal, a quem receberam com uma descarga, foram por ela rechaçados, e desalojados instantaneamente"[976]. Antonio Mendes fugiu "com dois ou três dos seus sequazes [*seguidores*]", em direção à região de Urucu. Entretanto, foi preso pelo capitão de índios Antonio de Souza Salazar quando tentava convencê-lo, pela segunda vez, a aderir ao movimento. Tal prisão foi combinada com o delegado de Porto de Pedras, Bernardo Antonio de Mendonça.

A fala de José Bento da Cunha e Figueiredo dirigida à Assembleia Legislativa da Província de Alagoas é um bom exemplo de como as autoridades se portavam diante de movimentos que abalavam a hegemonia senhorial, buscando sempre solucioná-los, seja através de negociações ou de violência extrema. Além disso, esses indivíduos em sua retórica se preocupavam em descaracterizar e subjugar os "sediciosos". Sobre os "marimbondos", o ministro Visconde de Mont'Alegre disse que a população envolvida possuía "hábitos e vida excêntrica"[977]. Renata Saavedra, analisando notícias e informações sobre os motins contrários à "lei do cativeiro" em Pernambuco, verifica que o episódio aparece na maioria das falas oficiais "como algo sem valor, tendo seu impacto reduzido e amenizado. Paradoxalmente, o mesmo discurso que irracionaliza esses homens é o que repete que 'a província goza de paz'"[978]. Eusébio de Queiroz e alguns de seus pares, através de falas e discursos, objetivaram desdenhar a importância que os "marimbondos" atingiram, e procuraram atribuir o episódio a coisas de "gente do mato", insinuando que tal população não tinha pensamento próprio e era facilmente manipulável pelos opositores do governo, "acusação usual dos conservadores ou saquaremas aos liberais"[979].

---

[975] ALAGOAS. Falla dirigida á Assembléa Legislativa da provincia das Alagoas, na abertura da primeira sessão ordinaria da nona legislatura, pelo exm. presidente da mesma provincia, o conselheiro José Bento da Cunha e Figueiredo em 26 de abril de 1852. Maceió: Typ. Constitucional, 1852, p.8.
[976] Ibidem, p.8.
[977] CHALHOUB, Sidney. **A força da escravidão:** ilegalidade e costumes no Brasil oitocentista. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p.17.
[978] SAAVEDRA, Renata. Recenseamento e conflito no Brasil imperial: o caso da guerra dos marimbondos. **Clio** - Revista de Pesquisa Histórica. Recife, n. 33-1, 2015, p.90-113
[979] CHALHOUB, op. cit., p.16.

Em Alagoas, as falas dos presidentes da província, sobretudo entre as décadas de 1830 e 1850, sempre tocam no assunto da tranquilidade pública, sendo recorrentes palavras como as de José Bento da Cunha e Figueiredo, em 1853, dirigidas ao vice-presidente da província Manoel Sobral Pinto: "A tranquilidade pública não será jamais perturbada em uma Província tão briosa e tão ordeira como Alagoas."[980] Essa retórica se inseria em uma estratégia política de negação das potencialidades dos escravizados, libertos e homens livres pobres e de suas iniciativas para desestabilizar a instituição escravista e o poder hegemônico em vigor. Além disso, servia como uma espécie de "prestação de contas" pelos "bons serviços prestados" ao Estado Imperial. Entretanto, sobre a região de fronteira entre Alagoas e Pernambuco, as autoridades tinham que conviver com a realidade de que, apesar de todos os esforços para controlar as "gentes das matas", ali continuava sendo um foco de resistência, um problema nunca resolvido pelo estado brasileiro.

O *Diário de Pernambuco* publicou notícias visando apaziguar os ocorridos e passar a ideia de tranquilidade e controle. Em 10 de janeiro de 1852, dedicou algumas linhas para informar que "Pessoas chegadas das Alagoas referem que aquela província ficara em paz, é, portanto, falso o boato que se espalhou aqui de se achar ela em desordem"[981]. Para Saavedra, o "'abafamento' da revolta tem um sentido prático: a falta de recursos para enfrentá-la"[982], haja vista que as frágeis condições do aparato policial das províncias constituíam brechas para a atuação dos revoltosos. Tal conjuntura explicaria a política de conciliação adotada pelas autoridades no gerenciamento da "Guerra aos Marimbondos". Na esteira dos acontecimentos da revolta contra o registro de nascimentos e óbitos, também surgiram "protestos contra o recrutamento, contra a ingerência do poder público em geral, contra o pagamento de impostos e tributos etc."[983]. Tudo isso causou sérias preocupações às autoridades.

---

[980] ALAGOAS. Relatório com que o Exm. Conselheiro Dr. José Bento da Cunha Figueiredo entregou a administração da província das Alagoas ao Exm. Vice-presidente da mesma província. Pernambuco: Typographia de M. F de Faria, 1853, p.03.
[981] DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Recife, 10 jan. 1852.
[982] SAAVEDRA, Renata. Recenseamento e conflito no Brasil imperial: o caso da guerra dos marimbondos. **Clio** - Revista de Pesquisa Histórica. Recife, n.33-1, 2015, p.90-113.
[983] PALACIOS E OLIVARES, Guillermo Jesus. Revoltas Camponesas no Brasil escravista: a "Guerra dos Marimbondos" (Pernambuco, 1851-1852). **Almanack Braziliense**. São Paulo, n. 3, maio de 2006, p.9-39.

Em virtude do caos instalado, o governo imperial recuou e suspendeu o decreto em 29 de janeiro de 1852.[984] Segundo Maria Luiza Ferreira de Oliveira, com o recuo do governo, os ânimos foram se acalmando, até que a revolta chegou ao fim. A respeito dessa tática de recuar, cabe pontuar algumas questões. Primeiro, que as autoridades se mostravam temerosas devido à dificuldade de aparelhamento militar (falta de armamento, munições e pessoal).[985] Além disso, como muitos livres estavam sendo forçados a integrar a Guarda Nacional, esta se mostrou favorável aos revoltosos. Soma-se a essa situação o fato de que grande contingente das tropas provinciais ainda estava marcando território nas regiões cabanas e praieiras, sendo assim, temia-se que os revoltosos se espalhassem ainda mais e causassem mais distúrbios. Não havia, desse modo, tropas de linha suficientes para enviar a todas as localidades, muito menos como "mantê-las por algum período na vigilância"[986]. A autora ainda problematiza se para a elite escravocrata valeria mesmo a pena mobilizar tropas militares para fazer a contagem da população do país, tendo em vista que isso acabaria expondo escravizados ilegais e suas possíveis clientelas que poderiam ser recrutadas, ocasionando assim a dissolvição de currais eleitorais fictícios.

A luta contra a "lei do cativeiro" não foi uma revolta contra o fim da escravidão, como chega a assinalar Guillermo Palacios[987], mas contra a ameaça de escravização ou reescravização de uma camada da população que se encontrava livre ou liberta. O que estava em jogo era o medo, um medo coletivo de "perder a condição de liberdade, lembrando que no Império do Brasil, a liberdade não era algo dado, constitutivo, para aqueles homens ela era condicional"[988]. Viviam, assim, uma instabilidade social e cidadã. Constituído por camponeses, homens livres e libertos, esse movimento, mesmo sendo repreendido por forças opositoras, foi vitorioso, pois conseguiu o seu objetivo: adiar o decreto do censo geral do Império, que só seria

---

[984] CHALHOUB, Sidney. **A força da escravidão:** ilegalidade e costumes no Brasil oitocentista. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p.15.
[985] OLIVEIRA, Maria Luiza Ferreira de. Sobreviver à pressão escapando ao controle: embates em torno da "lei do cativeiro" (a Guerra dos Marimbondos em Pernambuco, 1851-1852). **Almanack Braziliense**. São Paulo, n. 3, maio de 2006, p.47-55.
[986] Ibidem.
[987] PALACIOS E OLIVARES, Guillermo Jesus. Revoltas Camponesas no Brasil escravista: a "Guerra dos Marimbondos" (Pernambuco, 1851-1852). **Almanack Braziliense**. São Paulo, n. 3, p.9-39, maio 2006.
[988] OLIVEIRA, op. cit., p.47-55.

posto em vigor em 1872.[989] Forçaram, dessa maneira, o impávido Império a capitular e suspender a aplicação do *Registro de Nascimentos* e *Óbitos* por mais de 40 anos.[990] Além disso, detiveram por mais duas décadas as tentativas do Estado de contá-los.

Após a década de 1850, a instituição escravista no Brasil passou a viver seus últimos momentos. Entretanto, isso não significa dizer que as questões relacionadas à *manutenção da escravidão* foram deixadas de lado pelas autoridades e pelos senhores escravocratas, muito menos que a segunda metade do século XIX foi menos tensa do que a primeira. Quilombos, fugas e revoltas estiveram lado a lado na busca cotidiana por alforria, e os escravizados também teceram as redes que levariam à abolição da escravatura em 1888, assuntos abordados na terceira e última parte desta tese.

[989] BEZERRA, Henrique Rodrigues; LUCENA, Raquel Gomes de. Guerra dos marimbondos: Revoltas populares. **Anais eletrônicos do VI Colóquio de História**. Recife, 2012, p.95-102.
[990] PALACIOS E OLIVARES, Guillermo Jesus. Revoltas Camponesas no Brasil escravista: a "Guerra dos Marimbondos" (Pernambuco, 1851-1852). **Almanack Braziliense**. São Paulo, n. 3, p.9-39, maio 2006, p.9-39.

PARTE 3 - QUILOMBOLAS, MALFEITORES E MAIS ALGUNS SALTEADORES: OS TEMEROSOS E INCERTOS ÚLTIMOS ANOS DA ESCRAVIDÃO (1870-1880)

> *Diante da propagação dos ideais abolicionistas, da rebeldia dos cativos e da crescente ingerência do Estado Imperial nas relações escravistas, cresciam as tensões e incertezas acerca do desfecho da questão servil no Brasil.*[991]

As populações de origem africana influíram de forma decisiva para o desfecho do cativeiro no Brasil[992], e cada vez mais os pesquisadores que estudam a temática vêm mostrando o protagonismo dos escravos no processo que culminaria na abolição da escravatura em 1888.[993] Processo esse que não foi pacífico. Tensões e incertezas pairavam na sociedade brasileira de fins do oitocentos, momento em que uma grande questão era debatida entre os escravocratas: quem iria suprir os braços escravizados da lavoura? Outra preocupação era quanto à *segurança* e à *tranquilidade pública*, tão caras à ordem senhorial que estava posta. Havia aqueles que não viam com bons olhos o aumento da população liberta e sua consequente recusa às condições de trabalho impostas por proprietários acostumados com a relação senhor-escravizado.

Na província de Alagoas, após alguns episódios de resistência à escravidão, como os descritos em capítulos anteriores, e a resposta repressora por parte das autoridades, a tão desejada *tranquilidade pública* se distanciava. A região alagoana continuou sendo território onde sujeitos históricos marginalizados pelo escravismo teciam estratégias e agiam contra a ordem estabelecida. Em 1852, inclusive, houve uma "insurreição" de escravizados na freguesia de Ipioca.[994]

Uma aguçada análise sobre a série de ofícios trocados entre os chefes de polícia e a Presidência da Província de Alagoas e as falas de autoridades dirigidas à Assembleia Legislativa entre as décadas de 1870 e 1880 permite vislumbrar alguns distúrbios e incidentes que ocorreram de norte a sul na região alagoana, causando muitas dores de cabeça às autoridades e aos senhores escravocratas. Maria Helena P. T. Machado, acerca dos últimos nos da escravidão no Brasil, pontuou o seguinte:

---

[991] ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. **O jogo da dissimulação:** abolição e cidadania negra no Brasil. São Paulo: Companhias das Letras, 2009, p.33.

[992] MATTOS, Wilson Roberto de. **Negros contra a ordem:** astúcias, resistências e liberdades possíveis (Salvador, 1850-1888). Salvador: EDUNER, EDUFBA, 2008, p.16.

[993] Muitas dessas pesquisas irão aparecer ao longo dos próximos capítulos, entre outros autores, destacam-se: Wlamira R. de Albuquerque, Wilson Roberto de Mattos, Paulino de Jesus Francisco Cardoso, Maria Helena Pereira Toledo, Flávio dos Santos Gomes e Celia Maria Marinho de Azevedo.

[994] Mencionada mais de uma vez por Moacir Medeiros de Sant'ana. Ver: SANT'ANA, Moacir Medeiros de. **Mitos da Escravidão**. Maceió: Secretária de Comunicação Social, 1989.

> Tendo se tornado um dos principais problemas a serem enfrentados nesse período, a questão da segurança pública e da ordem, fortemente ameaçadas pela eclosão de frequentes sedições de escravos e pela descoberta da organização de tantas outras, com mãos abolicionistas, implicou a montagem, por parte das autoridades policiais, com a anuência dos governos provincial e imperial, de uma estratégia de desinformação e censura no tratamento público da questão escravocrata. Incapazes de fazer frente às tropelias dos escravos e a ousadia dos abolicionistas, buscava-se descaracterizar as periculosidades das ocorrências que envolviam essas categorias, evitando o pânico das populações e a emergência de uma discussão generalizada sobre a deterioração dos mecanismos de controle social e a urgência da resolução da instituição servil.[995]

Esses episódios foram constantes e preocupantes para as autoridades e os proprietários escravocratas. Em dezembro de 1880, o subdelegado do distrito de São Braz, em Penedo, informou a existência de um conflito que acabou resultando "na morte de um indivíduo e ferimentos em dois". Alegando estar tomando as providências para a punição dos "delinquentes", o presidente solicitou que um destacamento fosse para aquele distrito, sem isso não seria possível "policiar o grande número de malfeitores que por ali residem habituados na prática do crime"[996].

A região de Penedo, sul de Alagoas, que concentrou grande contingente de africanos escravizados e era um polo importante no circuito do tráfico interprovincial de escravizados na segunda metade do século XIX[997], sempre causou muitos temores. Precauções eram tomadas pelas autoridades provinciais, devido ao grande número de "criminosos" e "facínoras"[998] que lá se reuniam. O presidente de Alagoas em 1870, José Bento da Cunha Figueiredo, já havia alertado em uma fala à Assembleia Legislativa da província que:

---

[995] MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. **O plano e o pânico:** os movimentos sociais na década da abolição. São Paulo: Edusp, 2012, p.26-27.

[996] Ofícios de Polícia, 1880. Acervo Arquivo Público de Alagoas, Caixa 1.691.

[997] Ver: TEIXEIRA, Luana. **Comércio interprovincial de escravos em Alagoas no Segundo Reinado**. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

[998] Segundo Juliana Alves de Andrade, "vagabundos, bandidos e facínoras eram os adjetivos utilizados pelas autoridades e a elite local, para identificarem os homens e mulheres livres pobres e outros "rústicos", e marginalizarem os espaços onde viviam". Ver: ANDRADE, Juliana Alves de. **Gente do Vale:** experiências camponesas no interior da Província de Alagoas (1870-1890). Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014, p.128.

> Na serra da Maraba e outros pontos próximos à margem direita do rio São Francisco, na comarca de Penedo, existia desde alguns anos um valhacouto de criminosos. O número deles, a posição da serra, a distância em que esta se acha da capital, e a falta de força eram causas para que permanecessem ali esses **facínoras a zombar das autoridades**, fazendo depredações e correrias.[999]

Outro presidente alagoano, Elvidio de Carneiro Cunha, em 1872, também ponderou sobre a segurança da província, dizendo que não estava em boas condições, "especialmente pelas vivas ameaças dos coutos da Maraba, de Paulo Afonso, da Imperatriz e da Palmeira"[1000]. Fica evidente, na leitura dos ofícios e das falas das autoridades alagoanas, que a questão da *segurança* e da *tranquilidade pública* estava entre as pautas que mais recebiam atenção, suscitando precauções e preocupações. Isso se deu muito por conta da situação de precariedade em que se encontrava a polícia local, fato usado por muitos chefes policiais para justificar a ineficiência diante de "facínoras" e "valhacouto de malfeitores" como os que ocupavam a Serra da Maraba.

O iminente risco de perder o controle sobre a população pobre e de cor, que sempre se demonstrou pouco disposta a obedecer, foi pauta corriqueira entre escravocratas e autoridades. Inseguros perante a inquietação dos escravizados, libertos e livres pobres, muitos senhores culparam a campanha abolicionista e a incompetência repressiva pela grave situação. Por sua vez, muitos delegados se queixavam da falta de estrutura para lidar com as crescentes demandas.[1001]

A expressão "valhacouto" simboliza de forma bastante significativa o universo desses "malfeitores" e "facínoras", já que era entendida como "esconderijo". Assim, "as vivas ameaças dos coutos" eram sujeitos marginalizados da instituição escravista: escravizados fugidos, libertos e livres pobres que não se submetiam à ordem senhorial das áreas urbanas e dos engenhos de açúcar. A região da Maraba parecia constituir um local estratégico, onde se refugiavam escravizados vindos de diferentes regiões. Entre outros casos, o jornal *O Orbe* noticiou em 23 de março de

---

[999] ALAGOAS. Relatório lido perante a Assembleia Legislativa da província das Alagoas no ato de sua instalação em 16 de março de 1870 pelo presidente da mesma o Exm. Sr. Dr. José Bento da Cunha Figueiredo Junior. Maceió: Typ. Commercial de A. J. da Costa, 1870, p.8.

[1000] ALAGOAS. Relatório lido perante a Assembleia Legislativa da província das Alagoas no ato de sua instalação em 7 de fevereiro de 1872 pelo presidente da mesma o Exm. Sr. Dr. Silvino Carneiro da Cunha. Maceió: Typ. Commercial de A. J. da Costa, 1872, p.16.

[1001] ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. **O jogo da dissimulação:** abolição e cidadania negra no Brasil. São Paulo: Companhias das Letras, 2009, p.108.

1879 que lá foram presos pelo comandante do destacamento de Porto Real do Colégio, e achavam-se recolhidos "na cadeia da cidade de Penedo, os escravos Pedro e Luiz, fugidos dos engenhos Pedra Tapada e Pontiá, da província de Pernambuco"[1002], onde eram acusados de assassinatos.

No debate em torno desse cenário de tensão, a questão da *segurança e tranquilidade pública* da província foi atrelada às medidas do governo para garantir força de trabalho nas zonas rurais e urbanas. Existia a falácia de que, numa província "ordeira" e com um povo "redimido pelo trabalho", episódios como esses não teriam vez. José Bento da Cunha Figueiredo Junior chegou a informar que, apesar dos esforços empregados, não havia "na capital um homem sequer para o trabalho"[1003]. Impávido com tal situação, alegou que uma "gente ignorante" que habitava o interior da província ia arraigando o "costume de esperar tudo do Governo, e tomar a desgraça pública para pretexto de inação, em vez de redobrar de esforços para adquirir os meios de subsistência nos tempos críticos"[1004], como os da seca que afligiu o sertão nordestino no início da década de 1870.

Para o então presidente, estava aumentando "a desvantagem desse hábito num país em que o recrutamento é o único corretivo eficaz contra a ociosidade nociva". Assim, recomendou às autoridades da Mata Grande e Penedo que não consentissem "que os vagabundos continuem aglomerados e inertes em suas moradias, entregando-se a toda sorte de imoralidades"[1005]. José Bento da Cunha Figueiredo Junior via os recrutamentos como "um excelente meio de polícia"[1006], e declarou que os socorros públicos seriam "distribuídos com os velhos, mulheres, doentes e meninos, incapazes de serviço", mas não favoreceriam "os vadios, que convém estimular para o trabalho"[1007].

Ao analisar as relações entre o Estado e o universo dos homens livres e pobres mediante as práticas de recrutamento forçado e conscrição, bem como seu vínculo com as ideias de criminalidade, cidadania, honra, masculinidade, raça e

---

[1002] O ORBE. Maceió, 23 mar. 1879.
[1003] ALAGOAS. Relatório lido perante a Assembleia Legislativa da província das Alagoas no acto de sua instalação em 16 de março de 1870 pelo presidente da mesma o Exm. Sr. Dr. José Bento da Cunha Figueiredo Junior. Maceió: Typ. Commercial de A. J. da Costa, 1870, p.7.
[1004] Ibidem, p.7.
[1005] Ibidem, p.7.
[1006] ALAGOAS. Relatório lido perante a Assembleia Legislativa da província das Alagoas no acto de sua instalação em 3 de maio de 1871, pelo presidente da mesma, o Exm. Sr. Dr. José Bento da Cunha Figueiredo Junior. Maceió: Typ. Commercial de A. J. da Costa, 1871, p.7.
[1007] ALAGOAS, op. cit., 1870, p.7.

identidade nacional, Peter M. Beattie entende que foram estabelecidas e executadas políticas concretas de reforma institucional, marcadas por resistências e estratégias, em meio ao debate em torno da questão escravista e do advento do trabalho livre.[1008] O autor salienta a função do Exército como instituição disciplinadora e os limites "quanto à eficácia do poder estatal em implementar reformas"[1009]. A resistência da população ante o recrutamento forçado e a conscrição seria grande indício desses limites. Desse modo, reconheceu que o "Estado é multifacetado e que as políticas emergem em momentos de contestação dentro e fora das instituições políticas"[1010].

A compreensão dos anos finais da escravidão no Brasil perpassa pela questão da "emancipação de uma significativa parcela da população antes da abolição formal em 1888"[1011] e seus desdobramentos. O debate sobre a "vadiagem", que levou à criação de uma série de leis como a do recrutamento, em 1874, teve consequências no comportamento da população livre de cor naquela conjuntura. Não seria um absurdo dizer que esses sujeitos viam tais medidas como uma possível estratégia do governo para escravizá-los, esse tipo de interpretação já havia surgido em 1851 e 1852 nos motins contra a *lei do cativeiro*.[1012]

Como pontuou Peter M. Beattie, a "cultura oral das camadas pobres preservava visões alternativas de seus direitos e responsabilidades"[1013]. Assim, o recrutamento forçado foi dificultado perante as deserções, que, ao contrário, eram facilitadas pelas matas e florestas que cercavam cidades e plantações. O ditado popular "Deus é grande, mas a mata é maior" ilustra bem a sabedoria da população que fugia para a mata e assim evitava o serviço militar.[1014]

[1008] Um clássico estudo sobre o homem livre e pobre, mas que se concentra apenas no sudeste cafeeiro, é o de Maria Sylvia de Carvalho Franco. Ver: FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata**. São Paulo: Edunesp, 1997.

[1009] BEATTIE, Peter M. **Tributo de sangue:** exército, honra, raça e nação no Brasil - 1864-1945. São Paulo: Edusp, 2009, p.37.

[1010] Ibidem, p.37.

[1011] GOMES, Flávio dos Santos; MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. Da abolição ao pós-emancipação: ensaiando alguns caminhos possíveis para outros percursos. In: CASTILHO, Celso Thomas; MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo (Orgs.). **Tornando-se livre:** agentes históricos e lutas sociais no processo de abolição. São Paulo: Edusp, 2015, p.19-41.

[1012] MAIA, Clarissa Nunes. **Sambas, batuques, vozerias e farsas públicas:** o controle social de escravos em Pernambuco no século XIX (1850-1888). São Paulo: Annablume, 2008, p.31-32.

[1013] BEATTIE, op. cit., p.37.

[1014] Ibidem, p.54.

As falas das autoridades alagoanas publicadas nos relatórios da província encobriam muitas situações desagradáveis, pois visavam conter um possível pânico generalizado entre os membros das camadas senhoriais. Mesmo assim, uma análise historiográfica permite montar o quebra-cabeça dos temores senhoriais, e um cruzamento dessas falas com periódicos e documentos policiais é imprescindível para se vislumbrar a potencialidade das rebeldias escravas.

Da forma como Alagoas era descrita por delegados e chefes de polícia, parecia que a província era um celeiro de crimes, "couto de malfeitores" e escravizados insubmissos. Em 20 de novembro de 1880, o delegado do termo de Traipú comunicou à secretaria de polícia de Maceió o "estado de anarquia" daquela vila e pediu que seu destacamento fosse completado.[1015] Já no dia 2 de setembro de 1880 foram recolhidos à cadeia de Maceió sete escravizados do engenho Satuba, propriedade da firma comercial Felix Bandeira Coutinho. Presos pelo tenente da polícia Laurindo Bandeira de Mello, eram acusados de estar se preparando "para levantar-se contra o administrador do mesmo engenho conforme fora nesta repartição por ele denunciado e requeridas as providências"[1016].

No mês seguinte, o delegado do termo de São José da Lage foi cobrado sobre uma notícia do *Diário de Alagoas* de 24 de setembro, referente à "grande falta de garantias e de segurança individual naquele termo, de que tem resultado de espancamentos e roubos"[1017]. Visando conter esses episódios, que já eram tônica em Alagoas, no ano de 1882 a Presidência da Província ordenou a fixação de um forte destacamento, tendo à frente um "oficial de confiança" revestido do caráter de autoridade policial, nas localidades onde constava a existência de criminosos. Nessas "condições se achavam Assembleia, Quebrangulo, Paulo Afonso e Água Branca"[1018].

Acerca da *segurança individual e de propriedade*, entre 1880 e 1881 o presidente de Alagoas em exercício na época, José Eustáquio Ferreira Jacobina, informou que a situação não era lisonjeira:

[1015] Ofícios de Polícia, 1880. Acervo Arquivo Público de Alagoas, Caixa 1.691.
[1016] Ofícios de Polícia, 1880. Acervo Arquivo Público de Alagoas, Caixa 1.691.
[1017] Ofícios de Polícia, 1880. Acervo Arquivo Público de Alagoas, Caixa 1.691.
[1018] ALAGOAS. Relatório com que ao Exm. Sr. Dr. Candido Augusto Pereira Franco 1 vice-presidente passou a administração da Província de Alagoaso e Exm. Sr. Dr. José Eustáquio Ferreira Jacobina em 26 de fevereiro de 1882. Maceió: Typ. do "Liberal", 1882, p.3.

> Me é assaz desagradável aqui este fato, mas é elo infelizmente verdadeiro. Há criminosos e malfeitores que transitam no centro da Província, impunes e desassombrados, apesar das providências da administração, do digno Chefe de Polícia, que muito me tem auxiliado, e das diligencias daquelas autoridades policiais que procuram cumprir os seus deveres. Trato de remove-las com energia, para o que me é o aumento da força pública.[1019]

A massa livre e liberta, marginalizada na sociedade escravista, encontrava nos saques a fazendas seu meio de sobrevivência, e assim resistia à hegemonia dos senhores escravocratas. Nessa conjuntura, as autoridades se declaravam impossibilitadas de agir e de dar conta dos vários distúrbios que aconteciam na província, atribuindo o problema, além da insuficiência de força pública, à "falta de educação civil e religiosa, que regenera os costumes do povo"[1020], como fez, por exemplo, o então presidente da província de Alagoas em 1883, Jose Barbosa Torres. Para ele, devido à exiguidade da força pública, "Frequentemente estão as autoridades locais a reclamar sobre a falta de segurança individual e de propriedade, e a pedir força que possa bem policiar os 24 termos"[1021] em que se achava dividida a província alagoana. O intuito era prevenir os delitos e "perseguir os grupos de malfeitores que infestam aqueles pontos, pondo a população em sobressalto, sem que elas lhes possam opor a menor resistência"[1022]. Joaquim Tavares de Mello Barreto, que também presidiu Alagoas em 1883, alegou ter tomado as necessárias providências para a perseguição e captura de criminosos e "malfeitores que infestavam os termos de Traipu, Porto Calvo e S. José da Lage, sendo forçado, pela deficiência da força policial, a mandar para Traipu e Porto Calvo destacamento de tropa de linha"[1023].

Em 27 de abril de 1883, o jornal *O Orbe* publicou um editorial intitulado *Campeiam impune os criminosos*, em que tratou de questões relacionadas à *segurança* e à *tranquilidade pública* de Alagoas, onde a situação dominante ia se

---

[1019] ALAGOAS. Fala com que o Exm. Sr. Dr. José Eustáquio Ferreira Jacobina, presidente da província, instalou a 2a sessão ordinária da 23a Legislatura Provincial das Alagoas a 27 de abril de 1881. Maceió: Typ. do "Liberal", 1881, p.6.
[1020] ALAGOAS. Relatório apresentado á Assembleia Legislativa Provincial das Alagoas na primeira sessão ordinária da vigésima quarta legislatura no dia 16 de abril de 1882 pelo Exm. Sr. Presidente, Dr. José Barbosa Torres. Maceió: Typ. do Diário da Manhã, 1882, p.17.
[1021] Ibidem, p.17.
[1022] Ibidem, p. 17.
[1023] ALAGOAS. Fala com que o Exm. Sr. Presidente, Dr. Joaquim Tavares de Mello Barreto, abriu a 2ª. sessão da 24ª. legislatura da Assembleia Legislativa Provincial das Alagoas em 15 de abril de 1883. Maceió: Typ. do Diário da Manhã, 1883, p.3.

"revelando dia a dia mais ainda no seu condenável indiferentismo, inerme aos fatos, mesmo os de mais alta gravidade". Segundo o editorial do periódico, a *segurança de propriedade*, um salutar direito consagrado, estava "à mercê dos sicários, dos assassinos e ladrões que, a sombra das autoridades policiais, não duvidam cometer os maiores atentados"[1024].

As falas dos presidentes de Alagoas e os ofícios trocados com os chefes de polícia da região dão uma dimensão de quão tumultuosos foram os últimos anos da instituição escravista nessa província. Outro acervo documental importante para a análise dessas questões são as páginas do jornal *O Orbe*, que publicou uma série de editoriais, reportagens e correspondências criticando a forma como estavam sendo conduzidas as medidas em prol da emancipação dos escravizados. As páginas desse periódico trazem histórias singulares, indicativas da atuação de africanos e seus descendentes nas margens da instituição escravista, buscando, através da imersão nas propriedades senhoriais e dos consequentes furtos aí praticados, das fugas e da formação de quilombos, tecer as malhas da sobrevivência nas árduas batalhas do cotidiano.

A insubordinação e a rebeldia escrava, bem como a recusa de libertos e livres pobres aos regimes de trabalho impostos pelos senhores proprietários de fazendas foram decisivas para o desfecho de 1888.[1025] Deixaram "entrever a impossibilidade física de se alongar por mais tempo a escravidão"[1026], contribuindo de maneira cumulativa para sua implosão. No entendimento de Hebe Mattos, a quebra da disciplina dos escravizados nas fazendas resultou no "desmontar" do poder senhorial. Pontua, dessa forma, que os acontecimentos que imediatamente antecederam o fim da escravidão, a dimensão de imprevisibilidade e a aceleração da conjuntura política "favorável à liberdade" foram determinantes para o que ocorreu em 13 de maio. No entendimento de Mattos, a "dimensão de imprevisibilidade produziu um significativo encontro entre antigos interesses escravistas e abolicionismo, consubstanciando nas ondas de concessão de alforrias e nas reuniões de lavradores"[1027] preocupados com o futuro.

[1024] O ORBE. Maceió, 27 abr. 1883.
[1025] CONRAD, Robert. **Os últimos anos da escravatura no Brasil:** 1850-1888. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1975, p.18.
[1026] AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. **Onda negra, medo branco:** o negro no imaginário das elites - século XIX. 3ª. ed. São Paulo: Annablume, 2004, p.30.
[1027] MATTOS, Hebe Maria. **Das cores do silêncio:** os significados da liberdade no sudeste escravista – Brasil século XIX. Campinas: Editora da Unicamp, 2013, p.259.

Nesta terceira e última parte da tese, através das fontes citadas, serão abordadas as comunidades de quilombos ou os "coutos de malfeitores" que se estabeleceram nas matas alagoanas, os "bandos de ladrões de cavalos" atuantes na década de 1880 e, por fim, a Maceió da década da abolição, uma cidade negra que recebeu um grande contingente de escravizados fugidos, que aspiravam sua liberdade, travando no dia a dia várias batalhas contra a instituição escrava. A proposta é refletir sobre os últimos anos da escravidão em Alagoas, a partir das experiências de escravizados e libertos, sem perder de vista suas articulações com os movimentos abolicionistas, bastante atuantes em Maceió.[1028]

Reconstruindo a trajetória da estruturada e duradoura rede de ativistas, associações e manifestações públicas antiescravistas, Angela Alonso argumenta que o movimento abolicionista brasileiro elegeu e atuou com estratégias, retóricas e arenas conforme a conjuntura política que se apresentava, "em atrito com iniciativas de governos e escravistas, operando sucessivamente com flores (no espaço público), votos (esfera política institucional) e balas (na clandestinidade)"[1029], em um jogo de ação e reação que durava desde 1868. Segundo a autora, a configuração do movimento abolicionista no Brasil demorou, e só foi possível devido a três mudanças: (1) o ciclo de abolições na cena internacional, com início ainda no século XVIII, atingindo nos anos 1860 dois grandes escravismos do continente (EUA e Cuba); (2) a aceleração da urbanização, propiciando um incipiente espaço público em que assuntos de interesse público eram discutidos (modernização do país) e a escravidão passava de natural a abominável; (3) a conjuntura política nacional, com disputas entre liberais e conservadores.

A partir de 1868, o Partido Liberal passou a se utilizar do espaço público para contestar a supremacia do Partido Conservador no sistema político então vigente. Em resposta, os conservadores ampliaram o ensino superior, reduziram os custos da imprensa e propuseram a Lei do Ventre Livre. Essas iniciativas ocasionaram uma crise política *intraelite*, facilitando o ingresso de novos atores

[1028] A presente pesquisa não se ateve, com a atenção devida, ao entendimento das correntes abolicionistas presentes em Alagoas, nem a identificar quais projetos sobre o fim da escravidão eram defendidos por elas, isso porque o objetivo é focar na luta protagonizada pelos escravizados. Acredita-se que um estudo de maior fôlego sobre essa questão se faz necessário, e a documentação sobre a Sociedade Libertadora Alagoana localizada no IHGA se constitui como um baú que pode desvendar alguns segredos, entenda-se, algumas lacunas históricas, para a região.

[1029] ALONSO, Angela. **Flores, votos e balas:** o movimento abolicionista brasileiro (1868-1888). São Paulo: Companhia das Letras, 2013, p.19.

sociais no debate político, e foi daí que surgiu o "primeiro ciclo de mobilização abolicionista".

Todavia, os escravistas fundaram uma organização política, o Emperrados (uma facção do Partido Conservador), e resistiram à aprovação da Lei de 1871, "entoando, por meio de vozes como a de José de Alencar, uma defesa do status quo: o fim da escravidão, ante as circunstâncias nacionais, acarretaria bancarrota econômica e anarquia política"[1030]. Havia a preocupação de evitar desfechos escravistas como ocorrera nos EUA (Guerra Civil) e no Haiti (Revolução).

As associações abolicionistas que se formavam, por outro lado, defendiam que a abolição era um ato de compaixão, direito e progresso. Esse duelo de retóricas foi travado em púlpitos, periódicos e panfletos. Sendo que, para passar do discurso à prática, os abolicionistas se apossaram dos teatros com poemas e outras manifestações artísticas, que contribuíram para deslegitimar o cativeiro e atrair mais adeptos à causa abolicionista. E, "durante os governos do Partido Liberal (1878-84), que liberaram manifestações no espaço público, o abolicionismo deslanchou nas grandes cidades"[1031].

As associações multiplicaram-se, e houve uma maior diversificação do perfil social dos ativistas. Em Alagoas surgiram: a Sociedade Libertadora Alagoana (1881), a Associação Philantrópica de Emancipação dos Escravos (1883), Clube Abolicionista Estudantesco Alagoano (1884), Sociedade Libertadora Artística Alagoana (1884) e a Sociedade Abolicionista de Carrapatinho (1887). Felix Lima Júnior também documentou a existência, desde 1869, da Sociedade Humanitária Emancipadora Penedense.[1032] A atuação abolicionista em Alagoas, como característica inerente ao momento político da época, tinha suas articulações com outras associações nacionais, o que possibilitou a ida de figuras como José do Patrocínio para lá. Na ocasião, em 1882, o abolicionista participou de uma conferência-concerto em Maceió.[1033]

Uma das ideias desta terceira parte é ponderar sobre as conexões analíticas possíveis entre os movimentos abolicionistas e a atuação de escravizados, libertos e libertandos "como partes integrantes de um amplo movimento social e político de

---

[1030] ALONSO, Angela. **Flores, votos e balas:** o movimento abolicionista brasileiro (1868-1888). São Paulo: Companhia das Letras, 2013, p.18.
[1031] Ibidem, p.19.
[1032] LIMA JÚNIOR, Felix. **Escravidão em Alagoas**. Maceió: Departamento de Assuntos Culturais da Secretária de Educação e Cultura de Alagoas, 1975, p.5.
[1033] ALONSO, op. cit., p.208.

superação da escravidão"[1034]. Para Celso Thomas Castilho e Maria Helena P. T. Machado:

> [...] as experiências sociais da escravidão e da aquisição da liberdade – muitas vezes provisórias, constantemente ameaçada e, sobretudo bastante limitada no contexto da sociedade brasileira do período – fizeram parte de um grande esforço social que redundou no processo de abolição.[1035]

Diante do avanço das hostes antiescravagistas no Brasil, as elites "negociaram uma saída aceitável, capaz de promover alforrias respeitando os direitos senhoriais, optando por novas formas de exploração e controle das populações de origem africana"[1036]. Por outro lado, havia escravocratas que eram irredutíveis perante a situação que estava sendo posta, e reivindicaram até o último suspiro da escravidão seus "direitos de propriedade". Foi o caso de muitos agricultores alagoanos, que se utilizaram d'*O Orbe* para expor suas queixas e denunciar fugas de escravizados para Maceió, além de criticar as ações abolicionistas durante a década de 1880. O proprietário desse periódico era Leocádio Soares, sujeito com uma forte atuação política a favor do Partido Conservador.[1037]

[1034] GOMES, Flávio dos Santos; MACHADO, Maria Helena P. T. Da abolição ao pós-emancipação: ensaiando alguns caminhos possíveis para outros percursos. In: CASTILHO, Celso Thomas; MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo (Orgs.). **Tornando-se livre:** agentes históricos e lutas sociais no processo de abolição. São Paulo: Edusp, 2015, p.19-41.

[1035] CASTILHO, MACHADO, op. cit., p.11.

[1036] CARDOSO, Paulino de Jesus Francisco. **Negros em desterro:** as experiências das populações de origem africanas em Florianópolis (1860-1880). Itajaí-SC: Casa Aberta, 2010, p.280.

[1037] SANTOS, Irinéia M. Franco dos. De quilombos e de xangôs: cultura, religião e religiosidade afro-brasileira em Alagoas (1870-1911). **Mneme** - Revista de Humanidades. Caicó, v. 15, p.83-121, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/mneme/article/view/5418>.

CAPÍTULO VII - "HABITUADOS NA PRÁTICA DO CRIME": QUILOMBOS, COUTOS DE MALFEITORES E OS BRAÇOS PARA A LAVOURA

O secretário de polícia de Maceió, em 21 de dezembro de 1880, remeteu cópia de uma informação que havia recebido ao delegado da Cidade do Pilar, solicitando sua resposta sobre uma ocorrência publicada no *Diário de Alagoas*, sob a epígrafe *Pilar*, dando conta de um "couto de malfeitores" que estava se formando no povoado Santo Amaro. Respondendo ao ofício, o delegado informou "que tal couto nunca existiu", entretanto havia chegado ao seu conhecimento que, desde a publicação do *Diário de Alagoas*, alguns indivíduos estiveram nos canaviais dos engenhos da região. Diante de tal situação, foi ordenado que alguns praças se dirigissem ao local para averiguar as informações, os quais relataram que "nenhum couto foi encontrado". Assim, o delegado de Pilar concluiu o ofício afirmando: "não passa de uma ficção" a existência de um "couto de malfeitores" na região.[1038]

Apesar dos incontáveis quilombos presentes em território alagoano, muitas autoridades negavam a existência de comunidades de escravizados fugidos, visando tranquilizar a classe senhorial. José Bento da Cunha Figueiredo Junior, em 1870, chegou a afirmar que não havia "quilombos atacando os viajantes, como em certa província; nem, em outrora, grupos organizados de malfeitores com diversos chefes conhecidos, depredando os sertões"[1039]. A negação dos ataques podia indicar a proximidade de quilombos, haja vista que se camuflar nas matas era uma estratégia de sobrevivência e resistência de escravizados fugidos, libertos e livres pobres diante da hegemonia senhorial, engrossando um "amplo movimento de recusa ao jugo do trabalho das fazendas"[1040].

Para as populações africanas e seus descendentes na diáspora, o processo de ser escravizado e tornar-se livre significou uma experiência histórica complexa[1041], e os quilombos são um exemplo disso. Atentar para essas questões possibilita perscrutar as tramas da luta pela sobrevivência e por uma liberdade

---

[1038] Ofícios de Polícia, 1880. Acervo Arquivo Público de Alagoas, Caixa 1.691.

[1039] ALAGOAS. Relatório lido perante a Assembleia Legislativa da província das Alagoas no ato de sua instalação em 3 de maio de 1871, pelo presidente da mesma, o Exm. Sr. Dr. José Bento da Cunha Figueiredo Junior. Maceió: Typ. Commercial de A. J. da Costa, 1871, p.7.

[1040] MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. **O plano e o pânico:** os movimentos sociais na década da abolição. São Paulo: Edusp, 2012, p.73.

[1041] CASTILHO, Celso Thomas; MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. **Tornando-se livre:** agentes históricos e lutas sociais no processo de abolição. São Paulo: Edusp, 2015, p.11.

possível, em um ambiente marcado pela crescente intervenção e controle social por parte das autoridades.[1042]

No Código de Processo Penal da década de 1830, período conturbado devido a episódios como o da Revolta dos Malês na Bahia (1835), o quilombo no sentido de valhacouto de bandidos ou malfeitores se distingue de qualquer outra forma de contestação dos escravizados. Mas se assemelha a revoltas enquanto perigo "à estabilidade e integridade do Império, sendo a pena de morte para seus integrantes correspondentes à mesma dos participantes de insurreições: ou seja, a degola"[1043]. Apesar das repressões, as fugas de escravizados para os quilombos foram uma constante na sociedade escravista brasileira até a década de 1880, era uma prática decorrente da fragilidade do sistema e integrante da *ordem quilombola*[1044]. O ato de fugir dos escravizados, além de acarretar prejuízos aos senhores, representava "o ponto limite de saturação e insatisfação com uma lógica de dominação social e racial não mais tolerável por parte daqueles a ela subjugados"[1045].

Moacir Medeiros de Sant'Ana, ao tratar dos quilombos existentes em Alagoas ao longo do século XIX, concebe que as fugas de escravizados constituíam a mais frequente forma de demonstrar reação a esse sistema, execrando o "regime de sujeição do homem pelo homem"[1046]. O autor, ao analisar o acervo documental do APA, encontra referências a quatro quilombos situados em Alagoas:

> Um em Maceió, a que se refere ofício de 25 de janeiro de 1836, dirigido ao Presidente da Província de Alagoas, pelo dr. Francisco Rodrigues da Silva Melo, Juiz de Direito de Maceió, comunicando a existência de "uma porção de negros escravos em número de 6 a 10 [...] aquilombados, nas matas que o outeiro desta vila (de Maceió) contem ..."; outro em Santa Luzia do Norte, que "assistiam nas matas do lugar denominado Rio Doce, o engenho Pratagi da Praia [...] e o engenho Riacho da Vila do Norte", segundo ofício de 7 de dezembro de 1861, do Chefe de Polícia ao Presidente da Província; outro nesse mesmo munícipio de Santa Luzia do Norte, "no engenho Cafundó, junto ao sítio Cruz, próximo do Tabuleiro da Mata do

[1042] MATTOS, Wilson Roberto de. **Negros contra a ordem:** astúcias, resistências e liberdades possíveis (Salvador, 1850-1888). Salvador: EDUNER, EDUFBA, 2008, p.26.
[1043] NASCIMENTO, Beatriz. O conceito de quilombo e a resistência cultural negra. **Afrodiáspora**. São Paulo, v. 6-7, p.41-49, 1985.
[1044] Ibidem.
[1045] MATTOS, op. cit., p.168.
[1046] SANT'ANA, Moacir Medeiros de. **Mitos da Escravidão**. Maceió: Secretária de Comunicação Social, 1989, p.31.

> Rolo", consignado a 5 de agosto de 1872, em ofício do Delegado de Polícia de Santa Luzia do Norte ao Chefe de Polícia e finalmente mais um quilombo situado nas matas circunvizinhas da Vila de São Luiz do Quitunde, consignado em ofício de 3 de julho de 1885 do 3° suplente de Delegado da mencionada Vila para o Chefe de Polícia.[1047]

Sant'Ana também documentou a existência do Quilombo do Sanguê, em Pilar, no ano de 1861, onde vivia o "preto Serafim", que andava "fugido de dois a três anos, vivendo antes escondido em uma gruta, nas matas de São Miguel dos Campos"[1048]. Junto a Serafim havia mais três aquilombados: Feliz, Maria e Rita. O quilombo foi descoberto quando quatro caçadores encontraram dois ranchos de palha e receberam um tiro, disparado por Serafim. Preso na ocasião e levado a interrogatório, acabou revelando o nome dos outros aquilombados, além dos escravizados Daniel e Salvador e do liberto Lúcio, com os quais se comunicavam. Esse episódio evidencia como as redes de solidariedade e sociabilidade tecidas entre os quilombolas, escravizados e libertos eram essenciais para o planejamento de fugas e a posterior permanência nas matas, camuflando-se para escapar dos que queriam capturá-los. Construíam, dessa maneira, "caminhos de acesso à liberdade e autonomia"[1049].

As solidariedades horizontais e os laços de sobrevivência construídos pelos povos africanos e seus descendentes na diáspora expressam "a multiplicidade de relações que, isonômica ou assimetricamente"[1050], constituíam o cotidiano dessas populações, buscando ampliar as margens da autonomia. Outro exemplo dessa prática pode ser lido numa edição d'*O Diário de Alagoas* de novembro de 1861, ao denunciar a existência de pessoas que estavam auxiliando uns aquilombados na Mata do Rolo e no Tabuleiro do Pinto, que viviam praticando saques na região, pedindo, assim, que as autoridades tomassem "providências para a segurança da vida e propriedade dos que veem-se forçados a transitar por aqueles lugares"[1051].

[1047] SANT'ANA, Moacir Medeiros de. **Mitos da Escravidão**. Maceió: Secretária de Comunicação Social, 1989, p.32.
[1048] Ibidem, p.33.
[1049] CASTILHO, Celso Thomas; MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. **Tornando-se livre:** agentes históricos e lutas sociais no processo de abolição. São Paulo: Edusp, 2015, p.14.
[1050] CARDOSO, Paulino de Jesus Francisco. **Negros em desterro:** as experiências das populações de origem africanas em Florianópolis (1860-1880). Itajaí-SC: Casa Aberta, 2010, p.195.
[1051] DIÁRIO DE ALAGOAS. Maceió, 11 nov. 1861.

A circulação de informações sobre o alastramento de insurreições escravas planejadas, que de fato ocorreram em algumas localidades, foi bastante incisiva no sudeste escravista da década de 1880.[1052] O Nordeste brasileiro, palco de episódios históricos de resistência escrava como Palmares, em Alagoas e Pernambuco, e os Malês, na Bahia, não estava alheio a essa conjuntura. Também houve registro de abandono em massa das fazendas por parte dos escravizados, que se dirigiam a cidades como Recife, Salvador e Maceió. Além do mais, nos arredores delas, ao longo do século XIX, sobretudo nas décadas finais, houve uma grande incidência de quilombos, haja vista que se estabelecer próximo a centros urbanos poderia significar o não rompimento de elos de parentesco com outros escravizados que não fugiram, como também era uma estratégia para obter meios de subsistência.

Manoel Diégues Júnior documentou que, no decorrer do oitocentos, os arredores das cidades de Alagoas e Maceió estavam repletos de pequenos quilombos, e os aquilombados assaltavam os que passavam nas proximidades, além dos saques a diversos engenhos.[1053] Assim, muitas dessas comunidades de escravizados fugitivos eram definidas pelas autoridades policiais e pelos periódicos locais como “couto” ou “valhacouto de malfeitores”.

Segundo Beatriz Nascimento, que trabalhou conceitualmente as temporalidades dos quilombos, a primeira referência documental a essas comunidades no Brasil data de 1559, mas foi só em 1740 que as autoridades definiram quilombo como “toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte desprovida, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles”[1054]. Diante disso, a historiografia sobre o tema vem alargando o conceito de quilombo e dando atenção à prática de saques e razias como tônica da sobrevivência dos aquilombados. Evidentemente, tais comunidades não eram compostas exclusivamente por escravizados fugidos, muitas delas contavam com a participação de libertos e livres pobres em busca de meios de subsistência e procurando resistir ao sistema em vigor, que os oprimia e marginalizava, cabendo lembrar ainda as populações indígenas, já mencionadas em capítulos anteriores.

[1052] Ver: MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. **O plano e o pânico:** os movimentos sociais na década da abolição. São Paulo: Edusp, 2012.

[1053] DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. **O banguê nas Alagoas:** traços da influência do sistema econômico do engenho de açúcar na vida e na cultura regional. 2ª. ed., Maceió: Edufal, 2002, p.175.

[1054] NASCIMENTO, Beatriz. O conceito de quilombo e a resistência cultural negra. **Afrodiáspora**. São Paulo, v. 6-7, p.41-49, 1985.

Robert Conrad, ao refletir sobre a resistência dos escravizados no Brasil, verifica que houve uma "Campanha de Terror" para os fugitivos promovida por autoridades e escravocratas. Eram descritas com frequência, em relatórios e em correspondências policiais, as batidas aos quilombos, que tinham como objetivo "libertar a vizinhança de marginais que perturbavam a ordem e, também, voltar a usar os fugitivos no sistema de trabalho das plantações"[1055]. O primeiro suplente do delegado de polícia da Vila de Santa Luzia do Norte, Manoel Fernandes da Costa Santos, expediu em 23 de janeiro de 1876 um ofício[1056] em que descrevia com detalhes uma diligência organizada com mais de 100 homens nas matas para combater os quilombos da região.[1057] Esse documento traz indícios de como, apesar da repressão, os quilombolas eram estrategicamente articulados e se faziam e refaziam nas matas.

A diligência foi em direção ao Engenho Garça Torta, propriedade que pertencia ao senhor Antonio Gomes de Mello Lins[1058], no dia 19 de janeiro. Depois de fazer alguns piquetes nos locais "julgados convenientes" pelo suplente do delegado, seguiram em direção ao Engenho Utinga, do proprietário Manoel Joaquim da Silva Leão. De lá foram até a Mata do Rolo, região famosa por abrigar aquilombados, e chegaram ao Engenho Cafundó, onde foram encontrados "dois grandes ranchos que serviam de habitação de [...] negros"[1059]. Entretanto, ambos haviam sido desocupados a quatro ou cinco dias, conforme os vestígios do local, os quais foram queimados a mando da autoridade responsável pela diligência.

Seguindo em direção a um sítio da região, foi encontrado "dentro do mato um grande rancho com dezesseis jiraus que serviam de cama, um forno de secar farinha, formas de barro, couros de Boi e de ovelhas"[1060]. Essas informações

---

[1055] CONRAD, Robert. **Os últimos anos da escravatura no Brasil:** 1850-1888. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1975, p.22-23.

[1056] Ofício sem número remetido pelo 1º Supplente do Delegado da Vila de Santa Luzia do Norte, Manoel Fernandes da Costa Santos, em 23 de janeiro de 1876 ao Chefe de Polícia de Alagoas, Dr. Joaquim Guedes Correia Godim. Acervo Arquivo Público de Alagoas, Caixa 1.423.

[1057] Luana Teixeira, em meio às suas pesquisas realizadas no Arquivo Público de Alagoas, esmiuçou atentamente correspondências e ofícios recebidos pelo Chefe de Polícia da província nas décadas de 1850, 1860 e 1870. O ofício sobre os quilombos nas matas de Santa Luzia do Norte foi digitalizado e transcrito por ela, que gentilmente cedeu a esta pesquisa.

[1058] No último capítulo analisaremos denúncias e queixas publicadas n' O Orbe por esse proprietário.

[1059] Ofício sem número remetido pelo 1º Supplente do Delegado da Vila de Santa Luzia do Norte, Manoel Fernandes da Costa Santos, em 23 de janeiro de 1876 ao Chefe de Polícia de Alagoas, Dr. Joaquim Guedes Correia Godim. Acervo do Arquivo Público de Alagoas, Caixa 1.423.

[1060] Ofício sem número remetido pelo 1º Supplente do Delegado da Vila de Santa Luzia do Norte, Manoel Fernandes da Costa Santos, em 23 de janeiro de 1876 ao Chefe de Polícia de Alagoas, Dr. Joaquim Guedes Correia Godim. Acervo do Arquivo Público de Alagoas, Caixa 1.423.

revelam a astúcia e capacidade de improvisação dessas pessoas que faziam das matas um espaço de resistência e sobrevivência. Ao ir novamente em direção ao Engenho Utinga, o suplente de delegado Manoel Fernandes informou que a diligência se deparou com nove ranchos anexos uns aos outros, possuindo todos eles jiraus, bem como "couros de Boi, d'ovelhas, potes, rolos e quantidade de sebo de gado"[1061].

Ao receber a notícia da aparição de uma "porção de negros fugidos" armados no sítio Apolônia, a diligência seguiu para o local. Entretanto, ao chegarem lá, por volta das 8 horas da noite do dia 19 de janeiro, já não os encontraram. Diante da situação, Manoel Fernandes ordenou o estabelecimento de diversos piquetes nos lugares competentes, e pela manhã seguiu para o Engenho Corte Velho, de propriedade do senhor Hipolyto Casiano Lopes Rodrigues. Pelos piquetes foram presos alguns escravizados, um deles se chamava Jacinto. Em seu local de moradia foram encontrados "roubos, guardados, feito pelo escravo Nicoláo"[1062]. Parte dos homens que compunham a força da diligência entrou nos brejos e matas e encontrou mais dois "grandes ranchos com plantações de mandiocas, macaxeiras, feijões, batatas e hortaliças"[1063]. Na ocasião, prenderam mais dois escravizados que faziam parte dos quilombos e, ao serem interrogados, declararam haver um grande número de escravizados fugidos na região.

Findada a busca nos lugares referidos, a diligência foi na direção do Engenho Corte Velho em busca de mantimentos, "visto que esta se achava extenuada". Não encontrando os mantimentos necessários, a força foi dispersada, e os escravizados aquilombados, segundo informações dadas "por pessoas de fé", passaram pelo Riacho do Giz e da Barra, à margem da lagoa do sul, e "continuaram a residir nas matas dos engenhos"[1064]. Com isso, o suplente do delegado de Santa Luzia do Norte alegou que seria muito difícil fazer semelhantes diligências com

[1061] Ofício sem número remetido pelo 1º Supplente do Delegado da Vila de Santa Luzia do Norte, Manoel Fernandes da Costa Santos, em 23 de janeiro de 1876 ao Chefe de Polícia de Alagoas, Dr. Joaquim Guedes Correia Godim. Acervo do Arquivo Público de Alagoas, Caixa 1.423.
[1062] Ofício sem número remetido pelo 1º Supplente do Delegado da Vila de Santa Luzia do Norte, Manoel Fernandes da Costa Santos, em 23 de janeiro de 1876 ao Chefe de Polícia de Alagoas, Dr. Joaquim Guedes Correia Godim. Acervo do Arquivo Público de Alagoas, Caixa 1.423.
[1063] Ofício sem número remetido pelo 1º Supplente do Delegado da Vila de Santa Luzia do Norte, Manoel Fernandes da Costa Santos, em 23 de janeiro de 1876 ao Chefe de Polícia de Alagoas, Dr. Joaquim Guedes Correia Godim. Acervo do Arquivo Público de Alagoas, Caixa 1.423.
[1064] Ofício sem número remetido pelo 1º Supplente do Delegado da Vila de Santa Luzia do Norte, Manoel Fernandes da Costa Santos, em 23 de janeiro de 1876 ao Chefe de Polícia de Alagoas, Dr. Joaquim Guedes Correia Godim. Acervo do Arquivo Público de Alagoas, Caixa 1.423.

paisanos, pois não eram pagos soldos, tampouco fornecidos mantimentos e armamentos. Em contrapartida, os negros achavam-se "armados de espingardas, clavinotes e facão, e dispostos a cometerem toda natureza de crimes"[1065]. Dessa maneira, escravizados fugidos, libertos e livres pobres teciam malhas de resistência contra os que queriam capturá-los para o trabalho, ocasionando um debate que marcou a sociedade brasileira de fins do século XIX.

Cansanção de Sinimbu, fazendeiro de Alagoas, autor da frase "a escravidão é conveniente"[1066], tornou-se nome importante do governo imperial em 1878 ao assumir o Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas e virar presidente do Conselho de Ministros. Via "a escravidão na linha dos braços que faltariam a lavoura, problema econômico, nada a ver com cidadania"[1067]. Foi um dos responsáveis pela aprovação da *Lei de Locação de Serviços*[1068], em 1879, a qual regulava o trabalho livre em "modelo vizinho a servidão". Maria Lúcia Lamounier entende que essa lei tinha como finalidade a regulamentação jurídica dos contratos de serviços que já se faziam presentes na sociedade escravista brasileira de fins do século XIX.[1069] A lei previa que os trabalhadores que não cumprissem com suas obrigações seriam presos e obrigados a voltar ao trabalho depois do cumprimento da sentença.[1070] Para a camada proprietária, os contratos de locação de serviços representaram uma saída cruelmente eficaz para a extensão dos nós da escravidão "e para a consolidação de emancipações indenizatórias, custeadas pelos próprios

---

[1065] Ofício sem número remetido pelo 1º Supplente do Delegado da Vila de Santa Luzia do Norte, Manoel Fernandes da Costa Santos, em 23 de janeiro de 1876 ao Chefe de Polícia de Alagoas, Dr. Joaquim Guedes Correia Godim. Acervo do Arquivo Público de Alagoas, Caixa 1.423.

[1066] CONRAD, Robert. **Os últimos anos da escravatura no Brasil:** 1850-1888. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1975, p.205.

[1067] ALONSO, Angela. **Flores, votos e balas:** o movimento abolicionista brasileiro (1868-1888). São Paulo: Companhia das Letras, 2013, p.121.

[1068] Para Maria Lúcia Lamounier, essa lei foi reveladora dos planos que estavam se delineando como alternativa à instituição escravista. Entretanto, naquela conjuntura, existiam pelo menos duas posições divergentes entre parlamentares e proprietários. Uns defendiam e exigiam a manutenção dos compromissos assumidos na lei de 1871, além de cobrarem uma legislação mais rigorosa no combate aos que tinham "aversão ao trabalho". Outros viam como arriscado depender do trabalho de libertos e livres pobres nacionais, assim, propunham um programa de imigração subvencionada. Todavia, no entendimento da autora, a implementação da lei foi "frouxa", haja vista que uma circular do Governo foi enviada aos presidentes das províncias proibindo a execução dos artigos mais importantes, distando de considerá-la em execução na época, e sendo revogada em 1890. Ver: LAMOUNIER, Maria Lúcia. **Da escravidão ao trabalho livre:** a lei de locação de serviços e 1879. Campinas: Papirus, 1988.

[1069] Idem. O trabalho sob contrato: a lei de 1879. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 6, n. 12, 1986, p.101-125.

[1070] CONRAD, op. cit., p.52.

trabalhadores escravizados"[1071]. Assim, tal medida estava intimamente associada ao universo da escravidão e sua manutenção.

O "homens da elite", como assim chamou Célia Maria Marinho de Azevedo, desde o início do século XIX formulavam "uma série de propostas relativas à instituição do mercado de trabalho livre em substituição ao escravo, não sabiam decerto em que solução resultaria o problema"[1072] que tanto os angustiava. Porém, muitas das medidas adotadas por eles nas últimas décadas da escravidão e nos anos posteriores à abolição não significaram necessariamente o advento desse trabalho livre. O que ocorreu foi uma ampliação das diversas formas de trabalho tutelado, que tinham como finalidade o cerceamento da "autonomia dos trabalhadores com o intuito de garantir a continuidade da produção, em oposição à possibilidade de formação de campesinatos independentes e voltados para a agricultura de subsistência"[1073]. As questões da *manutenção da escravidão* eram como tentáculos que abrangiam todo o Império do Brasil, um dos últimos a abolir o cativeiro nas Américas e no Caribe.

Ademais, quando a lei de 1871 completou 11 anos, apenas 11 mil haviam sido libertados por ela. Essa situação se deu por conta do número de falsificações de registros de nascimento, que tinham virado regra: "[...] registraram-se nascimentos acima da média como se tivessem ocorridos em 1870, ao passo que era como se nenhuma criança houvesse nascida filha de mãe escrava"[1074] depois do dia 28 de setembro de 1871.[1075] A força que a instituição escravista exerceu em séculos não seria desmantelada de uma hora para outra, como bem pontua Ynaê Lopes dos Santos, ela havia tecido "tramas no Mundo Atlântico, e sua força precisa

---

[1071] ARIZA, Marília Bueno de Araújo. Comprando brigas e liberdade: contratos de locação de serviços e ações de liberdade na Província de São Paulo nas últimas décadas da escravidão (1874-1884). In: CASTILHO, Celso Thomas; MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo (Orgs.). **Tornando-se livre**: agentes históricos e lutas sociais no processo de abolição. São Paulo: Edusp, 2015, p.65-83.

[1072] AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. **Onda negra, medo branco:** o negro no imaginário das elites - século XIX. 3ª. ed. São Paulo: Annablume, 2004, p.28.

[1073] ALVES, Maíra Chinelatto. Crimes de escravos e os caminhos da autonomia. Campinas, 1876. In: CASTILHO, MACHADO, op. cit., p.43-63.

[1074] ALONSO, Angela. **Flores, votos e balas:** o movimento abolicionista brasileiro (1868-1888). São Paulo: Companhia das Letras, 2013, p.187.

[1075] A lei de 1871 esteve "ligada a um projeto de controle social da força de trabalho. Procurou regulamentar, com a obrigatoriedade de contratos longos de trabalho e severas punições à 'vadiagem', o trabalho do liberto. Deu origem, em seguida, a uma ampla discussão sobre o controle e disciplinarização do trabalho livre, de maneira geral, que resultou na aprovação em 1879, de Lei de Locação de Serviços voltada para esse fim, que contempla a obrigatoriedade dos contratos, punições à 'vadiagem' e dispositivos antigreve". Ver: MATTOS, Hebe Maria. **Das cores do silêncio:** os significados da liberdade no sudeste escravista – Brasil século XIX. Campinas: Editora da Unicamp, 2013, p.216-217.

ser levada em conta no estudo das diversas instâncias desta categoria espaço-tempo, sobretudo no que diz respeito à população cativa"[1076].

Diante da poderosa reação contrária ao fim da escravidão, apresentada por uma grande parcela de fazendeiros, políticos e autoridades, a resistência dos escravizados, libertos e livres pobres que se recusavam a aceitar as condições de trabalho impostas por fazendeiros foi um fator predominante para a implosão por dentro da instituição escravista. Em janeiro de 1882, o periódico *O Orbe* publicou uma correspondência vinda de Maragogi assinada com um pseudônimo, o *Agricultor*, intitulada *Providencias em benefício da lavoura*. Logo nas primeiras linhas, dizia ser necessário que a câmara dos deputados tomasse iniciativas "para salvar a ruina a que está condenada a nossa lavoura"[1077]. As principais queixas do texto se referiam ao desaparecimento dos "braços para a lavoura", que se tornava cada vez maior com o passar dos anos, referindo-se às questões da emancipação dos escravizados. Sobre a lei de 1871, expôs:

> Desde a promulgação da lei de emancipação os proprietários de escravos principiaram a lucrar menos, e sobretudo os senhores de engenho, porque tendo maior número de escravos maiores foram os seus efeitos. A vida agrícola é pouco lucrativa e apenas o agricultor podia legar a seus filhos o engenho e os filhos das escravas, para mover, uma vez que já não havia outra fonte que substituísse os braços que iam faltando; criavam-se com as economias; depois da promulgação da lei perde o agricultor os filhos das escravas a maioria absoluta dos senhores de engenho que são os mais desfavorecidos da fortuna em sua classe, ficou prejudicada.[1078]

A lei de 1871 foi responsável por ampliar "o leque de possibilidades de atuação para os emancipacionistas"[1079], promovendo um alargamento nos caminhos da liberdade escrava. Diante dessa conjuntura, o *Agricultor* entendia que iriam sobreviver apenas os agricultores que fossem capitalistas, pois seriam os únicos com condições para contratar colonos e comprar máquinas e aparelhos, de modo que, com menos braços, pudessem produzir mais. Destacava que o número de

---

[1076] SANTOS, Ynaê Lopes dos. **Irmãs do Atlântico**: escravidão e espaço urbano no Rio de Janeiro e Havana (1763-1844). Tese (Doutorado em História Social), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012, p.298.
[1077] O ORBE. Maceió, 15 jan. 1882.
[1078] O ORBE. Maceió, 15 jan. 1882.
[1079] CARDOSO, Paulino de Jesus Francisco. **Negros em desterro:** as experiências das populações de origem africanas em Florianópolis (1860-1880). Itajaí-SC: Casa Aberta, 2010, p.327.

escravizados diminuía constantemente, e os braços livres não se prestavam aos serviços rudes do engenho, ocasionando a diminuição dos lucros. Nessa mesma correspondência, o *Agricultor* teceu comentários acerca da população livre pobre:

> O nosso povo está mal educado, os homens livres da classe proletária foram criados entre nós sem ocupação, os proprietários não os clamavam para o serviço, porque deles não precisavam, serviam-se com escravos que preferiam ou fosse prejuízo ou por conveniência; o que é certo é que eles viveram sempre trabalhando em terras que se lhe dava de graça, trabalhando poucas horas – entretanto o resto do tempo na pesca, na caça e na obtenção dos produtos naturais das terras alheias; os mais compõe a outra parte composta de vadios, embriagados, turbulentos, assassinos e ladrões puramente.[1080]

Tais sujeitos eram vistos como integrantes de "coutos" ou "valhacoutos de malfeitores", definidos como "ladrões que vivem somente da seiva alheia". Foi cobrada, portanto, uma punição mais severa aos ladrões, e criticada a abordagem do código penal da época, que exigia para processar o ladrão uma "queixa, um procurador que acompanhe os seus termos, e a possibilidade do pagamento das contas". Por esse motivo poucos davam prosseguimento ao processo, alguns achavam "muito gastar dinheiro, além da perda do objeto furtado", e outros não o faziam por falta de recursos pecuniários.

Na visão do *Agricultor*, a punição severa aos furtos traria benefícios para a nação, pois muitos ladrões se dedicariam ao trabalho e os escravizados libertos ficariam temerosos de cometer tais crimes, como se pode ler a seguir:

> Outro benefício que trará a punição do furto: o escravo que se liberta tem horror ao trabalho, e vendo o modo fácil de vida que entre nós tem o mau homem livre, prefere-o, vai engrossar aquela classe prejudicial; e servir de exemplo da punição para quem furta, procurará engajar-se nos engenhos, e não fará falta à grande lavoura.[1081]

Percebe-se aqui que estava na preocupação do *Agricultor*, além da questão da diminuição dos crimes de furto e saques a fazendas, uma maneira de fazer com que os escravizados libertos não abandonassem as lavouras, assim continuariam sendo explorados pelos senhores.

[1080] O ORBE. Maceió, 15 jan. 1882.
[1081] O ORBE. Maceió, 15 jan. 1882.

Numa outra correspondência assinada pelo *Agricultor* de Maragogi, publicada na edição de 12 de julho de 1882 d'*O Orbe*, aparecem queixas semelhantes acerca do problema da "falta de braços" e dos furtos na província. Entendia o autor do texto que a principal causa da decadência da lavoura era a falta de braços, e que ela se dava "porque poucos trabalham e os demais furtam a lavoura antes mesmo do tempo de colher"[1082]. O *Agricultor* de Maragogi lamentou a situação em que se encontrava o "homem honrado e laborioso" perante os crimes de furto, afirmando que os ladrões estavam se tornando um "exército invencível", expondo que tal prática não afetava apenas o indivíduo, como também os interesses da fazenda pública. Segundo ele, o trabalhador, que pouco ganhava e às vezes perdia, se maior ou menor fosse o furto de sua produção, ficava desanimado e sem recurso para o aumento de suas plantações ou a melhora do fabrico, e muitos acabavam se tornando ladrões.[1083] O *Agricultor* lamentou também que os ladrões:

> Gozam dos produtos naturais da propriedade alheia com todo desembaraço, fazem delas meios de vida mais lucrativo do que produzindo por meio do trabalho, e, em um ou dois dias de colhe-los e leva-los ao mercado, liquidam o necessário para passar o resto dos dias da semana, em perfeito ócio, em prejuízo da lavoura; gozam também do público do furto pequeno, por exemplo de cana. O dono dessa lavoura tem o desprazer de não poder dizer uma palavra ao ladrão, mesmo apanhado em flagrante, porque ele está com a faca de ponta desembainhada, com que cortou a cana, e pronto para feri-lo, se o chamar de ladrão, **porque o povo entende, pelo costume que não é furto utilizar-se de canas alheias**.[1084]

O *Agricultor* de Maragogi voltaria a publicar n'*O Orbe* em setembro de 1882, na edição do dia 24, em que continuou pontuando a questão da "falta de braços" e problematizou a contratação dos trabalhadores livres. Devido à necessidade de encontrá-los, entendia que os salários subiam e, assim, trabalhavam menos, diminuindo a produção.[1085] Novamente abordou a questão da emancipação dos escravizados: "[...] os reformadores nada fazem para substituir os braços que tiraram, e que tiram diariamente a lavoura." Voltou também a criticar os livres e libertos que se recusavam a trabalhar nas lavouras e preferiam "viver de furtos do

[1082] O ORBE. Maceió, 12 jul. 1882.
[1083] O ORBE. Maceió, 12 jul. 1882.
[1084] O ORBE. Maceió, 12 jul. 1882.
[1085] O ORBE. Maceió, 24 set. 1882.

que fazerem parte das fábricas rurais"[1086], queixando-se mais uma vez do costume do furto que não era considerado como tal, "porque sempre se cometeu, como bem o de canas, e outros frutos miúdos da lavoura, inclusive os produtos naturais das terras, madeiras, cipós, frutas, caças, pescas, etc"[1087].

Os livres pobres e libertos eram hostis às tentativas de exploração de sua força de trabalho pelos senhores escravocratas, e era com tais frutos que grande parte da população do campo vivia "folgadamente". Diante desse fato, o *Agricultor* indagou: "[...] quem pode fazer com esse povo mal-acostumado deixe a vida folgada de que sempre gozou para ocupar-se de outra laboriosa? Proprietário das terras? Não."[1088] Cobrava, desse modo, que as autoridades tomassem providências diante dos crimes de furto que eram praticados, já que seria "do interesse público que sejam aproveitados os braços vadios, e viciados"[1089].

O que estava em questão nessas páginas era a manutenção de certos esquemas hierárquicos ante o risco eminente do fim do cativeiro, que estava dentro de um longo e tortuoso processo que levaria à extinção legal da escravidão em 1888.[1090] O processo emancipacionista foi marcado por uma profunda racialização das relações sociais, a preocupação em torno da "falta de braços para a lavoura" caminhava lado a lado com a reconstrução, não sem disputa, de "sentidos sociais e políticos da liberdade e da cidadania para a chamada população de cor'"[1091]. Desde a década de 1870, questões envolvendo a presença africana no Brasil e os desdobramentos do servilismo eram discutidas tanto nos salões do Conselho de Estado como nas sedes das sociedades abolicionistas.[1092]

As lamentações e queixas referentes aos "braços para o trabalho" já haviam aparecido em 1844 no *Opúsculo da descripção geographica topographica, phizica, política, e histórica do que unicamente respeita à Província de Alagoas no Imperio do Brasil*, e parece ter sido uma prática corriqueira das autoridades e dos proprietários escravocratas:

[1086] O ORBE. Maceió, 24 set. 1882.
[1087] O ORBE. Maceió, 24 set. 1882.
[1088] O ORBE. Maceió, 24 set. 1882.
[1089] O ORBE. Maceió, 24 set. 1882.
[1090] ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. **O jogo da dissimulação:** abolição e cidadania negra no Brasil. São Paulo: Companhias das Letras, 2009, p.37.
[1091] Ibidem, p.34.
[1092] Ibidem, p.47.

> Há mui pouca escravatura, e é difícil conseguir braços livres por jornal, porque a facilidade de adquirir alimento individual favorece a ociosidade daqueles, que por sua condição estavam na razão de ser jornaleiros.[1093]

As queixas em relação à escassez de trabalhadores foi algo característico da sociedade brasileira enquanto a escravatura existiu. O trabalho escravo repelia o trabalho livre, tanto o nacional como o estrangeiro, o que criava entre os fazendeiros uma exigência quase constante de "auxílios por parte do governo na aquisição de novos e poucos dispendiosos trabalhadores"[1094]. As queixas só tenderam a aumentar após a extinção do tráfico atlântico em 1850. A recusa dos homens livres ao trabalho também foi algo que preocupou bastante os agricultores. Eles "não estavam dispostos a curvar-se ante os rigores da vida nas fazendas em troca das recompensas duvidosas que os fazendeiros podiam ou queriam pagar"[1095].

Cristalizaram-se, por parte das elites escravocratas, "visões temerosas sobre o potencial perigo das massas de escravos libertas de seu jugo, prontas para subverter a ordem natural das coisas"[1096], tidas como bárbaras em seus comportamentos, avessas à civilização, vivendo nas matas e saqueando propriedades. No editorial da edição de 1º. de abril de 1883, o periódico *O Orbe* abordou a questão da "falta de segurança individual e de propriedade", que atravessava sérias dificuldades por conta do governo provincial e de seus agentes, sendo que os cargos policiais, na maior parte, eram entregues "a homens sem a precisa vitalidade por sua moralidade e independência", permitindo que os crimes se reproduzissem em escala superior.[1097] A imprensa constantemente noticiava episódios envolvendo salteadores e *cohortes* (exércitos) de bandidos, como se pode ler:

> Os latrocínios, as delapidações das propriedades alheias, a honra estão a mercê dos sicários, dos coutos de malfeitores que infestam algumas localidades e vivem a sombra quem

---

[1093] HUM BRASILEIRO. **Opúsculo da descripção geographica topographica, phizica, política, e histórica do que unicamente respeita à província de Alagoas no imperio do Brasil**. Rio de Janeiro: Typ. de Berth e Haring, 1844, p.22.
[1094] CONRAD, Robert. **Os últimos anos da escravatura no Brasil:** 1850-1888. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1975, p.44.
[1095] Ibidem, p.52.
[1096] MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. **O plano e o pânico:** os movimentos sociais na década da abolição. São Paulo: Edusp, 2012, p.71.
[1097] O ORBE. Maceió, 1º. abr. 1883.

> sabe das autoridades que deviam a infundir a moralidade, o respeito às leis.[1098]

Na visão do periódico *O Orbe*, o Brasil "marchava para o abismo", os costumes se pervertiam, a impunidade dos delitos alçava o colo e autorizava outros, os dogmas sociais estavam abatidos e o governo cavava seu descrédito ante a desconsideração popular, pela incapacidade e pela incúria. O quadro social do país foi descrito como desolador e horrível, podia-se arrancar a vida do sujeito em praça pública, e no lar doméstico, a honra. No engenho Viração, em Porto Calvo, ocorreu um atentado descrito como "altamente digno de punição":

> Um indivíduo por alcunha *Perna Santa*, chefe do couto de ladrões d'ali, depois de por assim dizer ter reduzido á pobreza um pacífico ancião morador no mesmo lugar, em dias do mês passado dirigiu-se com outros seus sequazes a residência do referido morador e empunhado revolveres e facas que puseram aos peitos deste, raptaram, a força bruta, uma de suas filhas, menor, que teve de ser conduzida nos maiores lamentos e alaridos apesar dos esforços, da luta e repulsa de sua parte e de seus infelizes pais![1099]

Numa outra edição, *O Orbe* tratou dos "furtos, roubos, incêndios e devastações, excessos de violências e vexações de todo o gênero"[1100], que se repetiam com frequência na província de Alagoas, tornando-se "comuns e vulgares". Em 13 de abril de 1883, publicou uma matéria relatando o estado de calamidade em que se encontrava Muricy devido à presença de um "grupo de desordeiros armados":

> Vão tocando no maior auge os efeitos da desmoralização da perniciosa situação dominante!
> Falam os fatos, as tropelias, os assassinatos!
> O respeitável proprietário do engenho S. Luiz, do termo de Muricy, major Fortunato Lins, desde o dia 9 ás 9 horas da manhã até o dia seguinte 4 horas da tarde, em que nos foi transmitida esta notícia, acha-se em sobressalto dentro da mesma propriedade e em alarma os moradores, em consequência de ter o invadido um grupo de desordeiros armados de clavinotes, pistolas e facas!
> Capitaneados por um tal Pedro Leão de Sousa a quem acompanharam quatro filhos deste, tem cometido ali os maiores desacatos ao digno proprietário que, graças á

[1098] O ORBE. Maceió, 1º. abr. 1883.
[1099] O ORBE. Maceió, 1º. abr. 1883.
[1100] O ORBE. Maceió, 1º. abr. 1885.

> Providencia, deixou naquele dia cair vítima do trabuco dos sicários!
> Desenfestam as matas do engenho, derribando madeiras e tomam-lhes os caminhos!
> Onde iremos parar?
> Providencias e providencias pedimos.[1101]

Relatos como esse sempre procuravam relacionar os problemas de *segurança e tranquilidade pública* com a questão da "ociosidade" da população liberta e livre pobre, dessa maneira, críticas ao fim da escravidão vinham à tona. Na edição de 15 de abril de 1883, o *Agricultor* voltou a ter suas queixas publicadas pel'*O Orbe*. Continuava a exigir providências acerca da força de trabalho na região, dizendo ser "justo e humanitário a libertação dos escravos, mas também é justo e humanitário salvar a vida e a fortuna daqueles que por justo título os punem perante a lei"[1102].

O *Agricultor* se dizia a favor da emancipação dos escravizados, entretanto, achava que o processo deveria se dar de forma gradual para não afetar os senhores escravocratas. Alegava que, se não fossem empregados os "braços dos vadios e ladrões" nas lavouras, o país entraria em uma "crise aterradora", entendendo que:

> Apesar da indenização, a abolição não pode ter lugar de uma vez, porque desorganiza o trabalho, abala consideravelmente o crédito, diminui a produção, e altera a segurança pública. Os escravos sequiosos de liberdade e acostumados a tutela não saberão viver de seu direito, e reunidos sem meios de viver tendo horror ao trabalho se voltarão para a pilhagem e cometerão distúrbios de lamentáveis consequências, convém que a abolição se faça gradualmente, mas em um prazo que não mate a esperança ainda do escravo que estiver adiantado em anos principiando a libertação pelos mais velhos; é justamente que o benefício aproveite a todos, ou tenha toda a probabilidade de aproveitar, além disso **os moços vivem ainda muito tempo para gozarem da liberdade, suportam mais o trabalho obrigatório e contentes esperarão pela sua vez**.[1103]

Percebe-se nas linhas transcritas que a grande preocupação do *Agricultor* era com a *manutenção da escravidão*, para que assim pudesse usar até quando fosse possível a força de trabalho escrava. Alegando que muitos escravizados

[1101] O ORBE. Maceió, 13 abr. 1883.
[1102] O ORBE. Maceió, 15 abr. 1883
[1103] O ORBE. Maceió, 15 abr. 1883.

libertos "não saberiam viver de seu direito" e cometeriam "pilhagens" e "distúrbios", defendia a necessidade de aproveitar a "massa de trabalhadores libertos".

Paulino Cardoso, refletindo sobre o *abolicionismo conservador* e as estratégias institucionais de liberdade na ilha de Santa Catarina, percebeu "um difuso movimento no sentido de perpetuar não a escravidão, marcada pela propriedade de africanos, mas vínculos legais calcados em relações de dependência em um novo estatuto 'legal'"[1104], que seria um "pacto entre homens livres". Esse tipo de movimento também ocorreu em Alagoas, onde muitos proprietários de terras, diante da conjuntura posta, articularam estratégias para suprir a contínua diminuição do "braço escravo".

Três dias após a citada publicação, em 18 de abril de 1883, *O Orbe* reproduziu novamente um texto do *Agricultor*, voltando a abordar a questão dos "braços para a lavoura":

> As grandes medidas tomadas ou lembradas pelos altos poderes do estado não podem aproveitar no sentido de dar já os braços a lavoura, que possam substituir os braços escravos. O serviço livre entre nós é frouxo, porque os trabalhadores são poucos e a procura é maior; eles impõem condições ao chefe do estabelecimento, ou trabalhador capitalista, os quais se sujeitam, apesar de conhecerem que nada retiram, do trabalho, e se essa imposição dá-se quando existe ainda uma certa força de escravos, piores serão as condições, quando conhecerem que são absolutamente necessários.
> **Os escravos que se libertam tem horror ao trabalho, julgam ter trabalhado bastante, e quando prestem alguns dias de serviço será com as mesmas condições, e ficará sempre a lavoura em pior estado**, teremos menos produtos, e de pior qualidade, porque quando menor for a força empregada nos engenhos pior açúcar se fará, e não podemos competir no mercado com os similares de outros países; é preciso, portanto, que venham braços que aumente o trabalho na razão da diminuição e frouxidão do trabalho livre e dos libertos, que por ventura trabalharem.
> Braços para essa diferença temos entre nós, e de sobra, mas não se prestam porque **vivem do trabalho alheio**, furtam, é essa uma profissão permitida indiretamente pelos nossos juízes salvo poucos mas honrosas exceções.
> Existem em nosso código a divisão de crimes públicos e particulares, os primeiros são processados e punidos [...], os segundos é preciso que preceda a queixa do ofendido, podendo também ser processado [...], provada a miséria do ofendido, ou quando preso o delinquente em flagrante.

[1104] CARDOSO, Paulino de Jesus Francisco. **Negros em desterro:** as experiências das populações de origem africanas em Florianópolis (1860-1880). Itajaí-SC: Casa Aberta, 2010, p.341-342.

> Eis a razão porque grande parte de nossa população vive hoje quase que publicamente do furto, essa parte, além de não trabalhar, flagela, desanima e acabrunha o homem honesto e laborioso, que em seu desânimo exclama – passo pior do que os ladrões.[1105]

No longo trecho citado, ficam evidentes as cobranças feitas às autoridades e as críticas à legislação e ao poder judiciário. Além disso, o *Agricultor* elencou dois principais "opressores da lavoura": o primeiro seria a "falta de braços" e o segundo, o "furto em geral". Entendia que a "passagem do trabalho escravo para o livre" se operaria sem muito prejuízo se o poder judiciário assumisse "sua legítima importância" e instaurasse processos "por qualquer crime de furto", mesmo se fosse o de cana, assim, a cadeia ficaria "cheia de ladrões presos em flagrante", e o promotor público teria do que se ocupar. Acreditava que, com tais medidas, ficaria sabendo a "porção de homens viciados que é preciso trabalhar, por já não lhe ser permitido viver do trabalho alheio"[1106]. Visando justificar suas ideias, o *Agricultor* continuou o texto dizendo o seguinte:

> Quando os homens que vivem nas matas alheias e que levam no mercado os seus produtos, onde não se lhe pergunta pela procedência for ela sindicada e processado quando expuser á venda o que é alheio se voltará para o trabalho.
> Quando não poderem viver caçando e pescando nas propriedades alheias, como costumam sem permissão de seu dono e mesmo contra sua vontade, trabalharão.
> **Quando for proibido geral e restritamente todo e qualquer gozo de trabalho alheio sob pena de ser processado e punido, haverá braços para a lavoura em geral**, e nos salvaremos da crise que nos ameaça a abolição total dos escravos. O que dissemos é o resultado da experiência; conhecemos os meios de que lançam mão muitos homens do povo para se furtarem ao trabalho; são industriosos, tem no interior de suas casas fabricas de farinha e açúcar, sem plantarem roças e canas; vivem do pequeno furto tão comodamente que não se prestam ao trabalho de modo algum.
> Esses recursos desaparecerão, quando a punição lhes provar que o pequeno furto é crime, e não teremos mais de ver alguém surpreendido pelo dono do objeto furtado; venha toma-lo; isso se tem dado muitas vezes com o furto de canas, recuando o dono de objeto para não ser vítima.[1107]

[1105] O ORBE. Maceió, 18 abr. 1883.
[1106] O ORBE. Maceió, 18 abr. 1883.
[1107] O ORBE. Maceió, 18 abr. 1883.

Outro editorial do periódico *O Orbe* também se atém à questão da força de trabalho, na edição de 4 de maio de 1883. Dizia que a situação era "rudimentar", já que a extinção da escravidão era vista como uma ameaça de cerceamento dos "braços que sustentam a lavoura"[1108]. Também foi pontuado que o suposto espírito ordeiro e pacífico da população estava excepcionalmente desmentido, porém pouco se fazia em cuidar "nos meios extremos de reprimir crimes extraordinários e de requintada malvadez"[1109].

Em 10 de outubro de 1883 foi publicado outro editorial sobre a questão da "força de trabalho", dizendo que a escravidão foi um mal legado cujos maiores efeitos ainda estariam por vir, caso não fosse amortecido o vigor do "golpe da abolição". Segundo o texto, o bom aproveitamento dos braços nacionais seria uma solução de grande vantagem, ou

> [...] o meio primordial de encher os claros deixados pela escravatura. O elemento servil excluiu da possibilidade de trabalho **a classe menos favorecida que encontrou uma vida quase primitiva na riqueza e abundância dos recursos naturais** e não lutou para existir, os costumes deram essa classe um estado anômalo que se qualificou de *capangagem*; mas incontestavelmente tem entrado para o trabalho de um modo normal á medida que vão rareando os escravos nos engenhos.[1110]

Diante de disparatados argumentos como o de que os "brasileiros livres não poderiam proporcionar uma força de trabalho regular e de confiança"[1111], a segunda metade do século XIX foi o momento em que os agricultores mais debateram e lançaram propostas sobre a importação de uma força de trabalho para substituir os braços escravizados que fosse de baixo custo. Nessa conjuntura, entrou em pauta a imigração de chineses, algo que acabou não se concretizando, muito por conta de "determinados argumentos racistas" dos que se opuseram à ideia. A solução mais aceitável foi a imigração europeia[1112], mas, até que ela se concretizasse de fato, tentaram retardar ao máximo a emancipação dos escravizados.

[1108] O ORBE. Maceió, 04 mai. 1883.
[1109] O ORBE. Maceió, 04 mai. 1883.
[1110] O ORBE. Maceió, 10 out. 1883.
[1111] CONRAD, Robert. **Os últimos anos da escravatura no Brasil:** 1850-1888. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1975, p.150.
[1112] O Senador Visconde de Taunay foi um dos principais defensores da imigração europeia durante o Império do Brasil. Ver: BEATTIE, Peter M. National Identity and the Brazilian Folk: the image of the

No Brasil, em geral, a imprensa estava ligada direta ou indiretamente aos interesses agrícolas e comerciais.[1113] Com isso, o apoio às questões emancipacionistas foi raro nos primeiros anos da década de 1880, e fez o possível para ignorar o movimento em prol da emancipação dos escravizados. Todavia, desde meados da década anterior emergia uma "cultura impressa antiescravista", responsável por revigorar "as tessituras dos processos de construção de identidades e de formação da opinião pública"[1114].

Um contraponto às publicações d'*O Orbe* sobre as questões agrárias e a emancipação dos escravizados se deu no periódico *Lincoln*, o qual se intitulava *um órgão de propaganda abolicionista* e tinha uma tiragem de mil exemplares, com distribuição gratuita.[1115] A edição de 30 de novembro de 1884 trazia o texto *A Lavoura Brasileira*, tecendo comentários sobre a importância da abolição para o fortalecimento da economia agrária no país:

> **A Lavoura Brasileira, de modo algum, deve considerar a abolição da escravaria, sobretudo dos escravos sexagenários, como uma ideia nociva a seus direitos e interesses**: pelo contrário deve considera-la com um benefício, um sustentáculo a seu credito e desenvolvimento, com um bem geral para o país.
> **A lavoura não vive da escravidão**, como mentem os nossos adversários: pelo contrário, a escravidão combinada com a ociosa rotina dos proprietários produz o lastimável estado em que ela se acha. Se a lavoura não fosse impulsionada pelo braço escravo -, pelo braço estacionário e inteiramente inconveniente, daria resultados diferentes do que hoje apresenta.
> E a prova disso, é que o agricultor anda sempre atrasado, devendo isto tão somente à rotina do trabalho que não o ajuda a tirar ótimos resultados da fertilidade das terras e dos meios auxiliares por ele empregados na aquisição dos lucros que deviam e podiam surgir de seus esforços.
> **O trabalho escravo é muito dispendioso e pouco lucrativo**, como o demonstra a prática: e ainda assim pretendem os adversários do abolicionismo manter por mais tempo o *status*

---

sertanejo in Taunay's a Retirada da Laguna. **Review of Latim American Studies**. Los Angeles, v. 4, n. 1-2, p.7-43, 1991.

[1113] CONRAD, Robert. **Os últimos anos da escravatura no Brasil:** 1850-1888. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1975, p.180.

[1114] CASTILHO, Celso Thomas. "Propõem-se a qualquer consignação, menos escravos": o problema da emancipação em Recife, c. 1870. In: CASTILHO, Celso Thomas; MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo (Orgs.). **Tornando-se livre**: agentes históricos e lutas sociais no processo de abolição. São Paulo: Edusp, 2015, p.277-292.

[1115] Esse periódico publicava muitos textos originários da Gazeta da Tarde, órgão oficial da confederação abolicionista. Sua primeira edição foi em 27 de maio de 1884 e era editado por membros da Sociedade Libertadora Alagoana.

> *quo*, com receio de que a abolição imediata dos escravos sexagenários trará a desorganização do trabalho agrícola?[1116]

Numa edição anterior, em editorial, o *Lincoln* publicou que o abolicionismo em Alagoas progredia, mas não com a "invejável impetuosidade" de outras províncias. Nessa mesma edição, o texto intitulado *As Leis sobre o Elemento Servil* comentava acerca da legislação brasileira sobre a escravidão:

> Se entre nós a lei pudesse tornar-se uma realidade que fosse sancionada; se não houvesse uma infinidade de meios que lhe dificultam a execução, a escravidão em nosso país não estaria ainda tão avultada, elevando-se a um milhão e mais duzentos mil escravos, segundo o último relatório oficial.
> Mas, além mesmo da falta de ação para fazer cumprir e executar a lei, há causas irremediáveis que se opõem a sua fiel execução.
> Se porém essa lei diz respeito ao elemento servil, a sua falta de execução, num só dia, que de males não adianta?
> E, se atendermos ainda ao longo tempo que decorre entre a publicação de uma lei sobre elemento servil a uma outra sobre o mesmo assunto, cresce ainda mais a série de males que ela consigo traz; porque, não sendo fielmente executada, sua existência torna-se antes prejudicial ao escravo por prevenir o espirito do senhor contra o mesmo, pois, como é sabido, quanto mais difícil se torna a posse de um bem, mais intenso se torna o desejo de goza-lo; quanto mais se dificulta a escravidão e se diminui ao senhor o tempo e direito absoluto de posse e domínio sobre o escravo, tanto mais sofre este porque no senhor cresce a cobiça e triplica-se a soma dos serviços exigidos![1117]

Numa crítica direta à forma como o Estado Imperial conduzia a abolição da escravidão, o texto trazia à tona a questão do não cumprimento das leis por parte dos senhores escravocratas, sobremaneira dos que tinham escravizados em regiões açucareiras e distantes dos centros urbanos. Desse modo, o periódico abolicionista *Lincoln* não via como satisfatórios os resultados conseguidos até então em prol da emancipação dos escravizados. Havia um abismo entre as leis e seu cumprimento na sociedade brasileira oitocentista e, no que tange à questão da *manutenção da escravidão*, isso se agravava em virtude da ideia costumeira de *propriedade* inerente ao mundo senhorial.

[1116] LINCOLN. Maceió, 30 nov. 1884.
[1117] LINCOLN. Maceió, 24 jul. 1884.

Em Porto das Pedras, o senhor Trajano Cícero de Mendonça Pinto foi acusado de conservar "em escravidão pessoas livres"[1118]. Diante de casos como esse, pessoas escravizadas daquela região fugiam para Maceió, onde poderiam buscar auxílio de algum órgão abolicionista ou se camuflar nas ruas da cidade para não mais voltar à condição de cativeiro, fazendo das ruas um grande território de resistência. Foi o que fez Manoel dos Santos em 30 de janeiro de 1885, escravizado que pertencia ao senhor João Francisco Guedes[1119], e José (16 anos), que fugiu do engenho Salema[1120].

Em 12 de maio de 1883, *O Orbe* publicou um texto assinado por um peculiar pseudônimo, *Um Liberal com Fome*, que abordava questões em torno da reforma judiciária, alegando que ela teria sido nociva à nação, já que antes havia menos crimes e mais juízes processantes. A falta de punição em geral, e especialmente para o crime de furto, foi descrita como um escândalo de impunidade:

> [...] os ladrões para podem furtar a sua vontade e proteger aos associados na prática desse crime, do qual quer viver hoje grande parte de nossa população, graças a impunidade devida a falta de cumprimento do dever da polícia, juízes processantes, e promotores públicos.[1121]

Uma queixa comum entre escravocratas que se fazia presente nas páginas d'*O Orbe* se referia ao corpo de polícia da província de Alagoas, muitas vezes descrito como "uma vergonha", devido à falta de fardamentos, armamentos e praças em algumas localidades, apontado como uma das causas dos distúrbios e da falta de *segurança* e *tranquilidade pública*. Na edição de 25 de abril de 1888 foi publicado um texto dizendo que o corpo de polícia das Alagoas assemelhava-se a "uma tropa de mendigos", uma soldadesca "armada de carabinas velhas e desmanteladas, baionetas partidas e fardamento remendado"[1122]. *O Orbe*, em 6 de março de 1885, já havia definido como "relapsa" a atuação da polícia e denunciou que os "ladrões exercem sua profissão devastadora" com "requintado vandalismo" no interior de Alagoas, onde "muitas vezes a força dos mandões é superior a força das autoridades".

[1118] O ORBE. Maceió, 13 out. 1886.
[1119] O ORBE. Maceió, 04 mar. 1885.
[1120] O ORBE. Maceió, 29 abr. 1885.
[1121] O ORBE. Maceió, 12 mai. 1883.
[1122] O ORBE. Maceió, 25 abr. 1888.

Na capital Maceió, inclusive, numa tarde de domingo, apareceu "um vagabundo, armado de faca de sapateiro", e agrediu o "crioulo Sabino", que, como único meio de defesa, lançou mão de um cabo de vassoura de piaçava, "com o qual conseguiu desarmar ao feroz inimigo que assim procurava exterminar sua preciosa existência"[1123]. Sobre a atuação da polícia nesse episódio, o periódico escreveu que ela "nem por sombra se fez aparecer". Já em 14 de outubro de 1883 foi denunciado que em todas as noites Maceió vivia sem polícia, e "percorrem-na vagabundos e bêbados a cantar, tocar castanholas e bater pelas portas, dão-se conflitos que só tarde vão ao conhecimento da polícia"[1124].

O estado da polícia em Alagoas era considerado "deplorável", especialmente fora da capital, onde os costumes eram "menos apurados" e havia quem fazia "garbo de guarida aos malfeitores". Os senhores de engenho que se recusavam a alimentar as "tropas de mercenários" viam-se constantemente amedrontados com "o transito deles por suas propriedades, transito sempre acompanhado da mais insólita ousadia"[1125]. Em editorial de 16 de janeiro de 1884 *O Orbe* afirmava que o interior da província, onde "malfeitores ostentavam a pujança", encontrava-se em "estado de anarquia" e era "triste e deplorável a condição do trabalhador rural", privado "das mais rudimentares garantias que um regime de governo policiado pode proporcionar"[1126].

Num outro editorial, em 6 de fevereiro de 1885, sob a epígrafe *Nosso estado industrial*, *O Orbe* iniciou falando o seguinte: "Um regime inveterado de cerca de três séculos vai se derruindo precipite pelo vingamento de leis econômicas e pelos assinalados triunfos da ideia humanitária da libertação."[1127] Entretanto, pontuou que a introdução de escravizados africanos no Brasil como braços do trabalho foi responsável por criar "régulos matutos indóceis aos influxos da civilização, e sobretudo de indolentes e ociosos que vivem dos dons da terra sem trabalho e constitui a máxima parte da população"[1128]. Uma referência direta aos que viviam amocambados nas matas alagoanas e se recusavam a viver sob domínio senhorial. Na Província do Pará, em 1858, para citar um exemplo, muitos trabalhadores livres

[1123] O ORBE. Maceió, 06 mar. 1885.
[1124] O ORBE. Maceió, 14 out. 1883.
[1125] O ORBE. Maceió, 10 ago. 1883.
[1126] O ORBE. Maceió, 16 jan. 1884.
[1127] O ORBE. Maceió, 06 fev. 1885.
[1128] O ORBE. Maceió, 06 fev. 1885.

procuravam se refugiar em quilombos distantes do controle das autoridades, por não quererem se submeter ao programa de trabalho forçado do governo.[1129]

Em bem do país, texto publicado no dia 23 de janeiro de 1886 pel'*O Orbe*, sem assinatura, o assunto era que cada vez mais se agravava "a sorte desgraçada a que parece estar irremediavelmente condenado o nosso pobre país"[1130], referindo-se à crise da lavoura. Questionando a importância da imigração europeia para suprir a falta de "braços para a lavoura", o autor do texto cobrou das autoridades providências em relação à gente que vivia "embrenhada nas matas", gente essa que seria uma solução para a dada situação:

> Ninguém nos considere adversários da imigração, somos por ela e a queremos como um eficaz meio de engrandecimento material. Mas o que não admitimos, nem absolutamente podemos tolerar é que um país, que tem filhos em muitas províncias **embrenhados nas matas, vivendo segregados da comunhão social, em estado selvagem-antropófagos**, não trate de **catequisar essa gente**, abandonada mesmo, deixe que ela seja **o terror da gente aliviada**, que se vê na dura precisão de espingardear gente como quem atira em bandos de pássaros, para gastar um dinheiro avultadíssimo na aquisição de quanto vadio, vicioso e especulador existe na Itália.[1131]

O *fantasma da desordem*[1132] assombrava os senhores alagoanos na década de 1880. A despeito da diversidade de encaminhamentos sobre a organização do trabalho livre, Hebe Mattos entende que as diversas áreas da lavoura paulista e os complexos escravistas do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, bem como do Nordeste brasileiro, mantiveram-se unidos "na defesa da continuidade da escravidão até 1887"[1133]. Em Alagoas esse debate se fez presente até meados de 1888, como se verá no último capítulo.

[1129] CONRAD, Robert. **Os últimos anos da escravatura no Brasil:** 1850-1888. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1975, p.23.
[1130] O ORBE. Maceió, 23 jan. 1886.
[1131] O ORBE. Maceió, 23 jan. 1886.
[1132] Hebe Mattos também analisou publicações provenientes de fazendeiros e lavradores, bem como artigos e editoriais de periódicos do sudeste escravista entre 1887 e 1888, os quais buscavam equacionar coletivamente os problemas colocados pelo iminente fim do cativeiro. A autora objetivou vislumbrar as expectativas senhoriais diante do impacto da liberdade, bem como as estratégias buscadas para responder às transformações em curso, além das frustrações perante a conjuntura política e a resistência escrava. Ver: MATTOS, Hebe Maria. **Das cores do silêncio:** os significados da liberdade no sudeste escravista – Brasil século XIX. Campinas: Editora da Unicamp, 2013, p.209-277.
[1133] Ibidem, p.218.

Diante das consequências causadas pela lei de 1850, do tráfico interprovincial[1134], da resistência escrava e das ações abolicionistas, que fizeram com que a população cativa diminuísse drasticamente, os senhores proprietários de terra se reuniam e debatiam soluções para a agricultura, muitas delas publicadas em periódicos. Noutra edição d'*O Orbe*, em 14 de março de 1888, a preocupação em aproveitar os escravizados que já eram ou iriam se tornar libertos no trabalho é evidente. O editorial defendia as colônias agrícolas e trazia a sugestão de localizar nas fazendas os ex-escravizados que "optaram em permanecer no território onde durante anos viveram a se irem aventurar nos azares da mudança de clima, ou nas incertezas da emigração"[1135].

Na mesma edição, foi informada a existência de um projeto, criado pela Sociedade Libertadora Alagoana, referente a uma Colônia Agrícola, para onde seriam levados os escravizados por ela alforriados. O local para tal fim foi sugerido pelo deputado provincial Joaquim Ignácio Loureiro: "[...] o convento de S. Francisco, situado em terrenos ubérrimos à margem direita da lagoa do Sul, na velha capital."[1136] O projeto tinha como exemplo a ser seguido a colônia Isabel, em Pernambuco.[1137] Num editorial anterior, sob a epígrafe *Engenhos centrais*, *O Orbe* já havia abordado o assunto como sendo de "magna importância para o comércio e para a lavoura", só que, apesar dos "privilégios, boa vontade e esforços empregados por todos quanto amam o progresso do país e o seu completo melhoramento material", não passou de "uma loura ilusão quase impossível", em virtude do "lastimoso estado da indústria açucareira"[1138].

[1134] Segundo Edson Holanda Lima Barboza, o intenso movimento de escravizados ocasionado pelo tráfico interprovincial pós-1850 "amedrontou setores da elite do período, devido ao desequilíbrio entre população livre e escrava apresentado entre as províncias do norte e do sul, o que poderia provocar movimentos separatistas, a exemplo do que ocorreu na época nos Estado Unidos". Ver: BARBOZA, Edson Holanda Lima. "Ela diz ser cearense": escravos e retirantes contra as correntes do tráfico interprovincial entre fronteiras do Norte. In: CASTILHO, Celso Thomas; MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo (Orgs.). **Tornando-se livre**: agentes históricos e lutas sociais no processo de abolição. São Paulo: Edusp, 2015, p.105-126.

[1135] O ORBE. Maceió, 14 mar. 1888.

[1136] O ORBE. Maceió, 14 mar. 1888.

[1137] Criada por missionários capuchinhos com o intuito de receber crianças órfãs ou ingênuas, durante a segunda metade do século XIX, no local onde antes funcionava a colônia militar de Pimenteiras. Ver: ARANTES, Adlene Silva. **O papel da colônia orfanológica Isabel na educação e na definição de meninos negros, brancos e índios na Província de Pernambuco** (1874-1889). Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005.

[1138] O ORBE. Maceió, 03 fev. 1888.

O tema da crise no setor açucareiro esteve constantemente na pauta dos editoriais d'*O Orbe* dos últimos anos da escravidão e era relacionado à questão do emancipacionismo. Em 1º. de fevereiro de 1888 foi publicado que:

> O desanimo do comercio é assustador, mas a lavoura é quem está em piores condições. Para o agricultor tudo é difícil atualmente, porque até mesmo a transformação do trabalho, devido a abolição do elemento servil, tem criado dificuldades que não são fáceis de superar.[1139]

O periódico entendia que a região Norte do Império do Brasil, sobretudo, onde a renda era quase toda proveniente da lavoura açucareira, estava tendo dificuldades em obter novos meios de subsistência, quadro que pioraria caso os agricultores não se entregassem a outros gêneros de cultura. Dessa maneira, passaram a ser publicados textos sobre outras indústrias possíveis em Alagoas, para além do açúcar. Um deles foi o editorial de 26 de fevereiro de 1888, intitulado *Industria alagoana*[1140], que fez uma espécie de inventário do que estava sendo produzido na região e as potencialidades de cada uma, como a indústria de tecido (Fernão Velho), a fábrica de sabão (Jaraguá), a fábrica de extrair óleo do caroço do algodão (Imperatriz) e as fábricas de cigarros e charutos (Pilar). Tais preocupações evidenciam que uma parcela da elite alagoana se via acuada, diante da iminente abolição da escravatura, e procurava soluções para suprir as deficiências da lavoura açucareira[1141], que eventualmente se agravariam a partir de maio de 1888.

Ainda sobre os *Engenhos centrais*, vistos como importantes para a recuperação da economia, caso fosse aproveitada a mão de obra dos libertos, *O Orbe* publicou o seguinte:

> Em presença da crise que a lavoura vem de sofrer e da qual não está no todo salva, convém que todos quanto laboram nesse poderosíssimo elemento de riqueza pública e particular,

[1139] O ORBE. Maceió, 1º. fev. 1888.
[1140] O ORBE. Maceió, 26 fev. 1888.
[1141] B. J. Barickman, estudando o trabalho escravo e a produção açucareira no Recôncavo Baiano entre as décadas de 1850 e 1880, entendeu que nesse período, os produtores de açúcar do Nordeste brasileiro se defrontaram com condições cada vez mais desfavoráveis no mercado, por conta da queda do preço internacional do açúcar que aumentou e intensificou a concorrência, bem como pelas tarifas protecionistas de vários países europeus. Mesmo diante deste quadro, senhores de engenho de Alagoas e Pernambuco, aumentaram suas produções, tendo um crescimento considerável no comercio exportador nas décadas posteriores a 1850. Ver: BARICKMAN, B. J. Até a véspera: o trabalho escravo e a produção do açúcar nos engenhos do Recôncavo Baiano (1850-1881). **Afro-Ásia**. Salvador, n. 21-22, 1998-1999, p.177-238.

> envidem todos os reforços necessários ao debelamento das grandes dificuldades que os cercam.
> Espíritos adiantados de algumas localidades vão procurando tornar-se de algum modo superior ás circunstâncias ordinárias, iniciando a cultura de outros produtos, tais como o café, o cacau, etc; mas isso não é bastante, nem é tão fácil como se pensa, a passagem de um gênero de cultura a outro.[1142]

Numa outra colaboração, intitulada *Interesses agrícolas* e sem assinatura, foram tecidas críticas às reformas judicial, da guarda nacional, do recrutamento e sobre a emancipação dos escravizados, vista como algo que estava lavando a "miséria, roubo, assassinato, e prostituição das senhoras dos escravos e suas famílias, além de causar um mal incalculável ao resto da nação"[1143]. Foi bastante questionada, nesse texto, a ineficácia das autoridades em solucionar a "falta de braços para a lavoura", lamentando que o trabalho dos escravizados restantes "pouco ou nada produz":

> A falta de braços faz considerar o trabalho como favor e por isso obtém o jornaleiro muitas vezes adiantamentos por conta de seus salários, tal é a falta que faz, e esse adiantamento é muitas vezes a causa da retirada do trabalhador, levando a quantia pedida por favor.
> A falta de braços é a razão desse estado aflitivo da lavoura, e se isso se dá presentemente quando ainda existem escravos, o que se dará quando se encontrar o chefe do estabelecimento agrícola só e em perfeita dependência?[1144]

Concluindo o texto, ainda foi dito que existia um número de "vadios" superior ao de trabalhadores. Viviam à "sombra do trabalho escravo" e se achavam por toda parte furtando e comprando objetos furtados pelos escravizados. Justificava-se, portanto, que, dada a situação da "falta de braços livres" para o trabalho na lavoura, era incabível pensar em emancipação dos escravizados. Para Wlamyra R. de Albuquerque, essa época foi caracterizada pelos debates emancipacionistas, nos quais "a tensão em torno dos encaminhamentos da questão servil expressava a expectativa sobre os papéis que seriam destinados a diferentes atores numa sociedade"[1145] egressa da escravidão.

[1142] O ORBE. Maceió, 10 fev. 1888.
[1143] O ORBE. Maceió, 07 nov. 1886.
[1144] O ORBE. Maceió, 07 nov. 1886.
[1145] ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. **O jogo da dissimulação:** abolição e cidadania negra no Brasil. São Paulo: Companhias das Letras, 2009, p.93.

Em 23 de março de 1888 *O Orbe* apresentou para seus leitores um texto na seção *Agricultura*, sob a epígrafe *Aos agricultores em geral*, abordando o tema da abolição. Utilizando a expressão "a miséria que o espera", trazia críticas ao projeto abolicionista, afirmando "claramente, que durante o mês de maio, será abolida a escravidão no Brasil sem um ceitil [quantia insignificante] de indenização de seus valores"[1146], o que seria "inaceitável" e "inacreditável" para os *manifestantes de Maragogi* que assinaram o manifesto. A justificativa para se opor a tal situação foi a de que:

> No norte do Império na parte açucareira não temos braços bastantes para acudir as necessidades de um fabrico regular, ao menos cinco léguas para o mar, a desorganização do trabalho aí é certa, a gente que se aluga é tão pouca, que sua procura fará subir o salário, e perder o primeiro capital empregado. Ainda mais os agricultores em grande parte estão endividados, vivem hoje do que produzem, porque não dão cousa alguma aos credores por conta, pois, a baixa do produto não lhe deixa margem; se ficarem sem força de escravos não poderão continuar por falta de capital para iniciar o trabalho livre, capital que não acharão em parte alguma, uns porque estão desacreditados, e todos porque o capitalista não arrisca capitais em uma classe vencida, ludibriada e escarnecida pelas demais, ainda a mais ínfima, não podendo contar com pagamento em vista da depreciação do açúcar o agricultor, portanto, luta com duas dificuldades, a perseguição dos altos poderes do Estado, e com a baixa do preço do açúcar, que irá sempre descendo até que se aufira lucro tão pequeno, que obrigue a deixar ou diminuir aquela cultura.[1147]

Alegava-se que ainda não era tempo de abolir a escravidão, haja vista que não existiam suficientes braços livres para suprir a força de trabalho. Além disso, defendia o autor do texto que os senhores de escravizados recebessem uma devida indenização pelas "desapropriações", concebendo-as como necessárias "não só para o indivíduo que empregou seu capital, como para manter o credito do Estado", e também para manter a "lavoura, e continuar os rendimentos do país"[1148]. Argumentos como esse evidenciam como a escravidão "estruturou um modo de vida, definiu identidades, possibilidades e destinos dos membros da sociedade

[1146] O ORBE. Maceió, 28 mar. 1888.
[1147] O ORBE. Maceió, 28 mar. 1888.
[1148] O ORBE. Maceió, 28 mar. 1888.

imperial. Daí sua legitimidade tácita, socialmente natural"[1149]. A instituição escrava tinha a seu favor a naturalização da desigualdade, e diante disso os abolicionistas tiveram de "transpor rubicão simbólico, desmontar esquemas de pensamentos e estruturas de sentimentos"[1150] que estavam arraigados na sociedade. Era necessário deslegitimar o cativeiro.

O conservador Martinho de Campo, líder da maioria na Câmara, chegou a proferir uma recomendação ao governo imperial a respeito da questão emancipacionista, que andasse de ré: "[...] não ponha em perigo, já não digo a propriedade, mas a existência da parte mais importante da população do nosso país."[1151] A ideia do fim da escravidão era recebida com bastante preocupação pelos senhores escravocratas alagoanos, interessados na manutenção de sua força de trabalho nas fazendas.

Nesse cenário, *O Orbe* publicou alguns editoriais defendendo a imigração europeia para a região. Na edição de 19 de dezembro de 1886 foi dito que a escravidão estava em estado de "paroxismo", e ai do "norte do Brasil, se antes de exalar o último suspiro a instituição negra – não estiver a lavoura prevenida para a substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre"[1152].

Também foram publicados textos acerca da lavoura brasileira e das questões abolicionistas assinados pelo pseudônimo *Topsius*[1153], que, na edição de 29 de abril de 1888, semanas antes da abolição, escreveu: "Venha a imigração quanto antes que, derramada pela província dentro, nos purificará da escravidão."[1154] A imprensa em geral, mesmo aqueles que se diziam neutros e os que eram contrários à abolição, já a colocava como algo inevitável no início de 1888.[1155] Em 24 de fevereiro foi publicado o seguinte:

> Hoje o elemento servil está reconhecidamente impossível de continuar como principal fator que tem sido da nossa prosperidade material, é conveniente e mesmo indispensável que os homens ativos, os espíritos ilustrados e reformistas se preocupem com a resolução d'esse problema de grande importância social – a transformação do trabalho.

[1149] ALONSO, Angela. **Flores, votos e balas:** o movimento abolicionista brasileiro (1868-1888). São Paulo: Companhia das Letras, 2013, p.29.
[1150] Ibidem, p.57.
[1151] Ibidem, p.159.
[1152] O ORBE. Maceió, 19 dez. 1886.
[1153] Personagem do livro A Relíquia, de Eça de Queiroz, publicado em 1887.
[1154] O ORBE. Maceió, 29 abr. 1888.
[1155] ALONSO, op. cit., p. 334.

> O escravo hoje não pode ser encarado senão como um trambolho, um dique em oposição as ideias progressistas do século; portanto convém que sem detença nos preparemos para entrar francamente á estrada larga do trabalho livre, executado pelo operário inteligente e laborioso.[1156]

Ao abordar o tema da abolição da escravidão em 1888, Antonio Caio da Silva Prado, que na época estava à frente do governo alagoano, expôs que o fim da escravidão era "ideia vencedora no espirito público". Com isso, fez algumas ponderações sobre a supressão do braço escravizado, pontuando a necessidade de substituí-lo por libertos: "Dentro destas medidas adianta-se por mais indispensável e importante a que vier regularizar a locação de serviços, principalmente dos libertos."[1157] Segundo ele, os homens tornados livres eram "bons elementos de trabalho, já adaptados ao meio e conhecedores do sistema". Por isso, defendia que o assunto fosse tratado com base na lei de locação de serviços. Finalizando, disse ainda que haviam se matriculado 9.153 libertos até o final de 1887, sendo 4.040 do sexo masculino e 4.507 do feminino.[1158]

Wilson Mattos, ao analisar o Registro de Matrícula de 1887 relativo a Salvador, considerou o documento como a evidência de um processo de controle social, disciplinamento e reorganização de mão de obra da cidade, que se estendeu aos anos subsequentes a 1888.[1159] Estava em vigor um reordenamento do mundo do trabalho, e o papel disciplinador do Estado aumentava à medida que a escravidão declinava entre 1850 e 1888.[1160] Não era apenas a questão da economia de substituição dos braços e da alteração das formas de trabalho[1161], mas todo o edifício tradicional de dominação, que ainda em 1888 tinha na figura do escravizado "seu principal ponto de inflexão"[1162].

[1156] O ORBE. Maceió, 24 fev. 1888.
[1157] ALAGOAS. Exposição dos negócios da Província das Alagoas com que passa ao Exm, Sr, 1º Vice-presidente Manoel Gomes Ribeiro Dr. Antonio Caio da Silva Prado. Maceió: Typographia do Conego Antonio José da Costa, 1888, p.4.
[1158] Ibidem, p.6.
[1159] MATTOS, Wilson Roberto de. **Negros contra a ordem:** astúcias, resistências e liberdades possíveis (Salvador, 1850-1888). Salvador: EDUNER, EDUFBA, 2008, p.47.
[1160] BEATTIE, Peter M. **Tributo de sangue:** exército, honra, raça e nação no Brasil - 1864-1945. São Paulo: Edusp, 2009, p.38.
[1161] Uma análise do ponto vista econômico pode ser encontrada em: LAGO, Luiz Aranha Corrêa do. **Da escravidão ao trabalho livre:** Brasil, 1500-1900. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
[1162] MATTOS, Hebe Maria. **Das cores do silêncio:** os significados da liberdade no sudeste escravista – Brasil século XIX. Campinas: Editora da Unicamp, 2013, p.220.

Ao longo do século XIX, formas livres e semilivres de trabalho coexistiram dentro de um jogo de estratégias entre o controle social e a resistência dos escravizados, libertos e livres pobres. Ciente de que a escravidão não duraria por muito tempo, uma parcela dos escravocratas, enquanto discutia soluções para a lavoura, fez de tudo para perpetuar a propriedade escrava. Assim, passaram a refletir sobre mudanças "aceitáveis", que "não representassem reações à sustentação da estrutura de dominação das elites"[1163]. Pesquisas recentes refutaram a visão mecânica que se tinha da transição da mão de obra escravizada para a livre, e constataram que a escravidão conviveu, com maior ou menor ênfase em determinada época, com o trabalho livre, que, no entanto, "devido à ausência das regras de mercado, não se caracterizava de fato, ou em seu sentido contemporâneo, enquanto livre"[1164].

Neste capítulo percebeu-se que políticos, autoridades e senhores da província de Alagoas enfrentaram muitos problemas causados por escravizados, libertos e livres pobres que lutavam contra a hegemonia que estava posta. O fortalecimento da propaganda abolicionista em 1883, que veio acompanhado de avanços políticos nas questões emancipacionistas, gerou uma onda de escravismo, desencadeando um "novo congresso agrícola no Recife e a criação de associações em quase todos os municípios da Zona da Mata de Pernambuco"[1165]. Desdobrou-se, dessa maneira, uma nova leva de *Clubes da Lavoura* (resposta escravista para fazer frente aos clubes abolicionistas, em meio à efervescência da aprovação da lei de 1871), tendo consequências na forma de organização e articulação dos escravocratas em Alagoas.

[1163] MATTOS, Wilson Roberto de. **Negros contra a ordem:** astúcias, resistências e liberdades possíveis (Salvador, 1850-1888). Salvador: EDUNER, EDUFBA, 2008, p.26.
[1164] GOMES, Flávio dos Santos; MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. Da abolição ao pós-emancipação: ensaiando alguns caminhos possíveis para outros percursos. In: CASTILHO, Celso Thomas; MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo (Orgs.). **Tornando-se livre:** agentes históricos e lutas sociais no processo de abolição. São Paulo: Edusp, 2015, p.19-41.
[1165] ALONSO, Angela. **Flores, votos e balas:** o movimento abolicionista brasileiro (1868-1888). São Paulo: Companhia das Letras, 2013, p.252.

CAPÍTULO VIII - "AUDACIOSOS LARÁPIOS": OS LADRÕES DE CAVALOS E OS PREJUÍZOS À LAVOURA

A posse de escravizados não era apenas inerente a grandes proprietários, nos momentos finais da escravidão brasileira também se tornou usual entre os pequenos proprietários.[1166] Muitos deles, mesmo os que se encontravam empobrecidos, faziam por resguardar sua posição senhorial perante a iminente abolição da escravidão[1167], e apareceram nas páginas d'*O Orbe*, onde os escravocratas externaram suas queixas, lamentações e preocupações, evidenciando o quão complexo foi o debate acerca do fim do escravismo. Tiveram como eixo norteador nesse debate questões que envolviam a agricultura e sua mão de obra. Outro problema enfrentado por eles eram os constantes furtos de animais, principalmente de cavalos, nas propriedades rurais de Alagoas, tema que será abordado neste capítulo.

Indivíduos e grupos de escravizados, libertos e livres pobres que se deslocavam geograficamente em busca de inserções sociais menos opressivas foram traduzidos, por fazendeiros e autoridades, como um entrave à ordem senhorial. Não apenas por conta da suposta eclosão de violências descontroladas, como também pela perda de controle da disciplina inerente ao mundo dos senhores.[1168] Atento ao pouco estudado mundo dos pobres livres, Peter M. Beattie entende que a valorização da mobilidade geográfica por essa população estava ligada a uma ideia de liberdade, que distinguia esses sujeitos da condição de cativos.[1169] A mobilidade espacial é ponto essencial nas experiências de liberdade do período escravista.[1170]

Nesse contexto de desintegração da ordem escravista, os ladrões de cavalos atuaram no nordeste brasileiro em fins do século XIX. A condição social em

---

[1166] CONRAD, Robert. **Os últimos anos da escravatura no Brasil:** 1850-1888. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1975, p.13.
[1167] ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. **O jogo da dissimulação:** abolição e cidadania negra no Brasil. São Paulo: Companhias das Letras, 2009, p.115.
[1168] GOMES, Flávio dos Santos; MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. Da abolição ao pós-emancipação: ensaiando alguns caminhos possíveis para outros percursos. In: CASTILHO, Celso Thomas; MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo (Orgs.). **Tornando-se livre:** agentes históricos e lutas sociais no processo de abolição. São Paulo: Edusp, 2015, p.19-41.
[1169] BEATTIE, Peter M. **Tributo de sangue:** exército, honra, raça e nação no Brasil - 1864-1945. São Paulo: Edusp, 2009, p.27.
[1170] MATTOS, Hebe Maria. **Das cores do silêncio:** os significados da liberdade no sudeste escravista – Brasil século XIX. Campinas: Editora da Unicamp, 2013, p.39.

que se encontravam era reflexo direto da recusa ao trabalho nos moldes de exploração senhorial, os saques a fazendas desafiavam todo o *sistema de propriedade*[1171] vigente. Práticas transgressivas como furtos de cavalos eram um contraponto importante à ordem social escravista[1172], e foram bastante comuns na província de Alagoas no final do século XIX.

Em 20 de setembro de 1880, o secretário de polícia de Maceió informou à presidência da província a prisão de José Correia, pelo roubo de sete cavalos, e seu encaminhamento para a cidade de Penedo.[1173] No bairro de Bebedouro, em Maceió, em 16 de novembro de 1880, também foi preso por furto de cavalos Manuel Fernandes de Araujo.[1174] Alguns sujeitos que cometiam tais roubos não aceitavam a prisão e faziam de tudo para fugir da cadeia. Num outro ofício, o delegado de polícia de Maceió informou que Manuel e Antonio Paulino da Silva, criminoso de morte,

> [...] achando-se no serviço de faxina, capinando no alto do farol, na ocasião de cessar o trabalho, aproveitaram o descuido da guarda e descarregaram dois fortes golpes tão certeiramente sobre a cabeça dos dois soldados que mais resistentes lhes pareciam ser, que, inutilizados estes, os dois ou três que restavam, inferiores em armas, pois só tinham baionetas, desarmaram, e os malfeitores puseram-se em fuga.[1175]

Após a fuga e longe do cárcere, Manuel provavelmente voltaria a saquear fazendas, mirando sobretudo os cavalos, um bem muito valioso na época. Ao descrever os meios de transporte adotados no mundo do *engenho de açúcar no nordeste*, Manuel Diégues Júnior destaca a importância de animais como o boi, o cavalo e o burro nos quadros da economia açucareira. Quanto ao boi e ao cavalo, afirma que eram "força motora das moendas". O cavalo, além de utilizado no transporte da cana, era o "animal de estimação do senhor, que o utilizava para seus passeios, para suas visitas a outros engenhos ou a cidade, para suas inspeções à plantação de cana"[1176].

[1171] MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. **O plano e o pânico:** os movimentos sociais na década da abolição. São Paulo: Edusp, 2012, p.187.
[1172] MATTOS, Wilson Roberto de. **Negros contra a ordem:** astúcias, resistências e liberdades possíveis (Salvador, 1850-1888). Salvador: EDUNER, EDUFBA, 2008, p.140.
[1173] Ofícios de Polícia, 1880. Acervo Arquivo Público de Alagoas, Caixa 1.691.
[1174] Ofícios de Polícia, 1880. Acervo Arquivo Público de Alagoas, Caixa 1.691.
[1175] Ofícios de Polícia, 1880. Acervo Arquivo Público de Alagoas, Caixa 1.691.
[1176] DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. **O engenho de açúcar no nordeste:** documentário da vida rural. Maceió: Edufal, 2006, p.74.

Quando se davam conta do desaparecimento de algum cavalo, procuravam o animal por toda parte e ofereciam um prêmio a quem encontrasse, e não foram poucos os cavalos desaparecidos em decorrência de furtos. Ao estudar *O Banguê nas Alagoas*, Diégues Júnior documentou uma série de anúncios de jornais (*Diário de Alagoas*, *O Liberal* e *O Munícipio*) sobre cavalos roubados em engenhos:

> A procura de cavalos roubados são constantes os anúncios em jornais. Anúncios em que os senhores de engenho como que revelam pôr à mão a cabeça quando lhes furtavam um cavalo, às vezes cavalos de estimação, outras vezes cavalos nutridos, gordos, tipos aristocráticos. **O roubo de cavalo foi uma indústria que encontrou sempre boa fonte nos cercados de engenho**.[1177]

Em menor medida, o gado cavalar também estava em pequenas propriedades. Analisando inventários de camponeses que "*tomaram parte de uma parte de terra*", Juliana Alves de Andrade verifica que muitas famílias de pequenos produtores rurais possuíam entre seus bens, além de terras e roçados, benfeitorias e animais. "No caso dos animais, cavalo, vaca, gado, ovelha eram mais comuns, e o gado bovino não estava presente apenas naquelas propriedades mais prósperas."[1178]

Segundo Peter Eiseberg, o advento das ferrovias e o consequente desemprego por terem preterido os animais de carga geraram diversos problemas sociais. Muitos senhores de engenho argumentaram que isso fez surgir "quase todos os assassinos de nomeada e os ladrões de cavalo"[1179]. Henry Koster, em sua *Viagem ao nordeste do Brasil*, no início do século XIX, já havia se impressionado com o tamanho dos delitos cometidos pelos que furtavam o gado cavalar: "Admirou-me o número de ladrões de cavalos num país, onde esses animais são tão abundantes. É quase a única espécie de latrocínio para cuja execução firmaram

---

[1177] DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. **O banguê nas Alagoas:** traços da influência do sistema econômico do engenho de açúcar na vida e na cultura regional. 2ª. ed. Maceió: Edufal, 2002, p.115.
[1178] ANDRADE, Juliana Alves de. **Gente do Vale:** experiências camponesas no interior da Província de Alagoas (1870-1890). Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014, p.177.
[1179] EINSEBERG, Peter. **Modernização sem mudança:** a indústria açucareira em Pernambuco - 1840-1910. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1977, p.213.

bandos regulares"[1180], que também roubavam bois e vacas quando tinham oportunidade.

Com base nos relatos de Koster e de outros viajantes estrangeiros que estiveram no Brasil ao longo do século XIX, José Carlos Barreiro reflete sobre os crimes de propriedade cometidos ao longo do oitocentos, entendendo-os como uma das "mais significativas facetas de protesto popular". Desse modo, propôs interpretar o furto como uma luta social específica do século XIX brasileiro. Sobre a constituição de bandos regulares que atuavam roubando cavalos, bois, vacas, entre outros delitos, o autor disse que estes eram os mais difíceis de combater, pois eram integrados, em sua maioria, por quilombolas. Com isso, o conhecimento que possuíam das matas dava-lhes "vantagem contra o grupo enviado em seu encalce. Às vezes toda uma região era ininterruptamente saqueada pelos quilombos, que subtraíam"[1181], além do gado cavalar, bezerros, carneiros, galinhas e gêneros alimentícios.

A população de Alagoas guardava na memória social os feitos dos quilombolas palmarinos. No engenho *Garça Torta*, às margens do Rio Mundaú, nas primeiras décadas do século XX, ainda circulava na tradição oral a história de que quilombolas liderados por Zumbi dos Palmares "desciam nos seus frequentes assaltos para furtar gado, cavalos, roupas"[1182].

A partir da década de 1870, o nordeste brasileiro como um todo assistiu ao crescimento dos bandos que saqueavam as fazendas, foi uma "fase epidêmica", no entendimento de Eric Hobsbawn.[1183] As queixas dos agricultores contra assaltantes de cavalos foram uma constante, chegando-se até a afirmar que os "indivíduos que se dão a esse triste mister escapam facilmente a punição, porque trazem animais de outras províncias, ou transportam-se com eles de uns termos outros"[1184], assim, exerciam "desassombradamente" tal "comercio criminoso".

[1180] KOSTER, Henry. **Viagem ao nordeste do Brasil**. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1942, p.292-293.
[1181] BARREIRO, José Carlos. **Imaginário e viajantes no Brasil do século XIX:** cultura e cotidiano, tradição e resistência. São Paulo: Editora UNESP, 2002, p.25.
[1182] DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. **O banguê nas Alagoas:** traços da influência do sistema econômico do engenho de açúcar na vida e na cultura regional. 2ª. ed. Maceió: Edufal, 2002, p.170.
[1183] HOBSBAWN, Eric John Ernest. **Bandidos**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1976, p.18.
[1184] ALAGOAS. Relatório lido perante a assembleia Legislativa da província das Alagoas no acto de sua instalação em 3 de maio de 1871, pelo presidente da mesma, o Exm. Sr. Dr. José Bento da Cunha Figueiredo Junior. Maceió: Typ. Commercial de A. J. da Costa, 1871, p.7.

O presidente da província de Alagoas em 1871, José Bento da Cunha Figueiredo Junior, alegou que, com os meios possíveis empregados para a repressão, estava "[...] amainando o justo clamor dos nossos agricultores contra o furto de gado vacum e cavalar"[1185]. A prática desse tipo de furto foi vista por outro presidente, Silvino Elvidio Carneiro da Cunha, como um problema que afligia não só aquela província, como todo o Império do Brasil. Na sua opinião, fazia-se necessária "uma lei mais previdente, senão mais repressora"[1186], sobre tais crimes. Na mesma linha, o vice-presidente de Alagoas em 1879, José Torquato de Araujo Barros, afirmou que o "furto de cavalos constitui um flagelo para a população do campo"[1187].

Eric Hobsbawn, envolvido com as definições acerca do fenômeno social do banditismo, procurou entender esses furtos como "figuras de protesto e rebelião social", protagonizados por camponeses e trabalhadores sem terra. A opção por esse tipo de vida trazia liberdade, pois concentrava "homens que não estavam dispostos a aceitar o papel social dócil e passivo"[1188] e ser "um camponês submisso". Nessa perspectiva, a prática de furto de gado cavalar em Alagoas é aqui entendida como uma "negação ao trabalho disciplinado"[1189] e aos mandos e desmandos dos senhores escravocratas, que buscavam de todas as formas a manutenção de sua posição privilegiada dentro dos costumes advindos de séculos de escravidão.

Devido às lamentações e preocupações das autoridades, presentes em relatórios provinciais e ofícios de chefes de polícia, muitos periódicos noticiaram os feitos dos "bandos de ladrões de cavalos", retratando-os como um grande entrave para o desenvolvimento da agricultura. Manuel Diégues Júnior, inclusive, no seu documentário sobre a vida rural dos engenhos de açúcar do nordeste brasileiro, escreveu o seguinte: "De notícias de cavalos desaparecidos por furtos e roubos

---

[1185] ALAGOAS. Relatório lido perante a Assembleia Legislativa da província das Alagoas no acto de sua instalação em 3 de maio de 1871, pelo presidente da mesma, o Exm. Sr. Dr. José Bento da Cunha Figueiredo Junior. Maceió: Typ. Commercial de A. J. da Costa, 1871, p.7.
[1186] ALAGOAS. Relatório lido perante a Assembleia Legislativa da província das Alagoas no acto de sua instalação em 7 de fevereiro de 1872 pelo presidente da mesma, o Exm. Sr. Dr. Silvino Elvidio Carneiro da Cunha. Maceió: Typ. Commercial de A. J. da Costa, 1872, p.16.
[1187] ALAGOAS. Relatório com que ao Exm. Sr. Dr. José Torquato de Araujo Barros 2º vice-presidente passou a administração da Província de Alagoas o Exm. Sr. Dr. Francisco de Carvalho Soares Brandão, presidente da mesma província. Maceió: Typ. do Liberal, 1879, p.4.
[1188] HOBSBAWN, Eric John Ernest. **Bandidos**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1976, p.29.
[1189] BARREIRO, José Carlos. **Imaginário e viajantes no Brasil do século XIX:** cultura e cotidiano, tradição e resistência. São Paulo: Editora UNESP, 2002, p.22.

estão cheios os jornais do século passado (século XIX), anunciando bom pagamento a quem encontrasse."[1190]

A participação de escravizados, libertos e livres pobres nesses bandos foi intensa. *O Orbe* publicou, na edição de 19 de janeiro de 1883, uma notícia sobre incidentes em Capela, onde o escravizado Cabo Duro integrava um bando de 40 homens capitaneados por Balbino de Almeida:

> Informa-nos pessoas de todo critério, residentes na povoação de Capela, que no dia 14 do corrente entrara naquela povoação, capitaneando um grupo de quarenta homens armados, o celebre Balbino de Almeida, acompanhado de um seu escravo de nome Joaquim, geralmente conhecido por Cabo Duro, pronunciado naquele termo no artigo 122 do código criminal; e dirigira os maiores insultos á pacifica população daquela localidade!
> E em seguida a esse ato de selvageria, com o auxílio existente (!!!) prendera um pobre artista de nome Silva, a quem depois de esbofetear, metera no tronco.
> Dera lugar a semelhante escândalo querer o tal Balbino arrancar do domínio do pobre Silva um animal que este possuía por um título legal; pois o houve em arrematação judicial, segundo um documento.[1191]

A violência dirigida a Silva foi brutal, "queimando-lhe a barba e metendo-lhe no tronco"[1192]. No periódico eram exigidas providências ao presidente da província e ao Dr. Chefe de Polícia, "no intuito de reestabelecer a ordem na Vila de Capela", cujos habitantes se achavam sob a pressão de terríveis e constantes ameaças: "O snr, chefe de polícia determinou ao delegado da Atalaia que sindicasse do fato, e se verdadeiro, procedesse na forma de lei."[1193]

Uma informação importante na matéria é o fato de que o Cabo Duro havia sido indiciado com base no artigo 122 do código criminal de 1830, o qual dispunha acerca da "tirada ou fugida de presos do poder da justiça, e arrombamento de cadeias". O artigo estipulava penas para quem "acometer qualquer prisão com força, e constranger os carcereiros, ou guardas, á franquear a fugida aos presos"[1194]. Essa informação deixa entrever a sagacidade do bando, ao articular a fuga de integrantes condenados.

[1190] DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. **O engenho de açúcar no nordeste:** documentário da vida rural. Maceió: Edufal, 2006, p.74.
[1191] O ORBE. Maceió, 19 jan. 1883.
[1192] O ORBE. Maceió, 24 jan. 1883.
[1193] O ORBE. Maceió, 24 jan. 1883.
[1194] BRASIL. **Codigo Criminal do Imperio do Brazil**. Rio de Janeiro, 16 dez. 1830.

O modo como atuavam os ladrões de cavalos trazia insegurança à sociedade escravocrata. Além da possibilidade de ficar sem braços para a lavoura, temia-se uma suposta falta de lealdade dos libertos[1195], que passavam a integrar os bandos e a assaltar inclusive fazendas em que eles mesmos já haviam trabalhado. A aliança entre livres pobres, libertos e escravizados fugitivos simbolizava uma ameaça à ordem estabelecida e, diante disso, cobrava-se maior empenho no combate ao crime de furtar animais equinos. Foram mobilizados com veemência todos os mecanismos de coerção inerentes ao mundo senhorial para que a prática do furto pudesse ser contida.[1196]

Em 9 de março de 1883 *O Orbe* chamou a atenção das autoridades para a falta de policiamento em algumas localidades: "Faz-se necessário denunciar ao governo a existência de tantos criminosos que se acham morando e aboletados na Chã Preta, Camaratuba e outro lugares."[1197] Na mesma matéria, foi elogiado o envio de um subdelegado para Capela, pois se reclamou da necessidade de um melhor policiamento naquele distrito, haja vista que "o patrocínio de criminosos dispensado por certos indivíduos e acoroçoados pela negligencia das autoridades" estava fazendo afluir para lá muitos deles, inclusive o ladrão de cavalos Cabo Duro, que, com a chegada do alferes, havia se "ocultado"[1198].

No dizer de Maria Helena P. T. Machado, mal-adestrada e sofrivelmente municiada, a polícia apenas agia "como bombeiros que hoje apagavam o foco de incêndio aqui para poder amanhã abafar o de acolá"[1199]. Entretanto, muitas autoridades se valiam da captura de criminosos famosos para fazer autopromoção e, por consequência, permanecer no cargo ou alcançar uma promoção, concentrando todas as suas forças em obter um determinado êxito. No dia 18 de março foi noticiada a captura pelo subdelegado, "o alferes Antonio Victor Ferreira Soares, do celebre facínora Cabo Duro, que estava refugiado no engenho Flexas"[1200]. Recomendava-se à diligência o zelo e a atividade da autoridade policial responsável, alegando que, devido ao seu bom êxito, a população da

---

[1195] ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. **O jogo da dissimulação:** abolição e cidadania negra no Brasil. São Paulo: Companhias das Letras, 2009, p.114.
[1196] BARREIRO, José Carlos. **Imaginário e viajantes no Brasil do século XIX:** cultura e cotidiano, tradição e resistência. São Paulo: Editora UNESP, 2002, p.22.
[1197] O ORBE. Maceió, 09 mar. 1883.
[1198] O ORBE. Maceió, 09 mar. 1883.
[1199] MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. **O plano e o pânico:** os movimentos sociais na década da abolição. São Paulo: Edusp, 2012, p.25.
[1200] O ORBE. Maceió, 18 mar. 1883.

circunvizinhança devia a ela "sua tranquilidade e segurança individual e de propriedade"[1201].

Vinda de Santa Luzia do Norte, uma correspondência publicada pel'*O Orbe* em 5 de novembro de 1886 tratava dos furtos de cavalos na região, além da queixa de que a agricultura em Alagoas se estorcia "no leito da dor e da agonia, como tântalo sequioso de sede, que devorado pelo abutre, agoniza-se sem morrer"[1202]. No texto os agricultores eram descritos como acabrunhados perante a crise da lavoura, sem nenhum auxílio do governo, tendo ainda suas propriedades saqueadas pelos ladrões. Para se ter uma ideia do que estava ocorrendo na região, foi relatado o seguinte:

> Ao amanhecer do dia 21 do corrente, arrombara a estribaria do engenho do capitão Joaquim Lopes Ferreira, e dela tiraram dois animais, um de sela e outro de campo do engenho Mundaú.
> Na noite seguinte vieram os ladrões e cortando o curral do dito engenho Mundaú, daí tiraram três animais sendo um deles de sela.
> E logo na outra noite estavam sendo cercados diversos animais do engenho Pinto, do conselheiro Lourenço, pelos ladrões, quando foram surpreendidos pelo administrador, o velho Gylla, e outra pessoas rodantes que fizeram os ladrões deixarem a presa.
> Em uma dessas mesmas noites furtaram do snr. capitão Demétrio da Rosa Calheiros, consenhor da propriedade Várzea-grande, d'este termo, dois animais de roda.[1203]

O texto denunciava ainda que diversos coutos de ladrões de cavalos estavam se formando nas imediações de Santa Luzia do Norte e Maceió, cobrando assim atitudes mais enérgicas do governo e exigindo que "[...] combinem as autoridades dos dois referidos termos e deem um assalto nas ditas imediações, que acharão grandes cachoeiras, cheias de animais roubados"[1204]. Em março de 1886, *O Orbe* havia publicado um editorial intitulado *Polícia* em que também cobrou das autoridades responsáveis maiores providências referentes ao crime de furto de cavalos:

[1201] O ORBE. Maceió, 18 mar. 1883.
[1202] O ORBE. Maceió, 05 nov. 1886.
[1203] O ORBE. Maceió, 05 nov. 1886.
[1204] O ORBE. Maceió, 05 nov. 1886.

> O furto de cavalos alargou-se em uma proporção espantosa de modo que um subdelegado da capital ao assumir o exercício descobriu os coutos estabelecidos aqui mesmo dentro da cidade; nas localidades fora da capital houve meses de se registrarem trinta e sete furtos nas redondezas de quatro engenhos, **proprietários perderam o resto da safra por falta de animais que roubaram**; o furto já não se dava nos cavalos apanhados sem guarda, mais ainda naqueles que ficavam sob guarda de fechadura e de vigias noturnas.[1205]

A força policial alagoana não parecia estar bem preparada para combater os ladrões de cavalos e, quando a ineficiência administrativa e burocrática se impunha, favorecia a atuação dos saqueadores.[1206] Na correspondência do *Agricultor* de Maragogi publicada na edição de 12 de julho de 1882 d'*O Orbe*, citada no capítulo anterior, também se pode ler queixa sobre o crime de furto de cavalos:

> [...] furtam hoje os cavalos de dia nos campos de pastagens, e em qualquer lugar que não sejam vistos; arrobam estribarias, e **dão um prejuízo considerável a lavoura sem temerem a ação da justiça**, porque o crime é particular.
> O governo, que tem gasto tanto dinheiro com a colonização, **teria por certo muitos braços nacionais, se por um decreto elevasse o crime de furto de cavalos a categoria de roubo**, não é coisa nova, já assim procedeu contra o furto de escravos, e desde esse tempo cessou aquele roubo.
> O ladrão de cavalos, tendo por certo entrar para a cadeia, não pode prestar fiança, e sujeitar-se a penas de roubo, por certo procurará trabalhar, essa quadrilha de ladrões não continuará tão ousada contando com a falta de provas, e com habeas corpus de juízes de direito, quando presos por algum subdelegado honrado, que no outro dia tem o desprazer de os ver soltos, tendo além disso de sofrer a advertência daquela autoridade, lembrando-lhe a nossa decantada reforma que só aproveitou a pior classe da sociedade. O que ganha o governo abandonando a parte sã da sociedade na luta contra a outra para que, não trabalhando, não concorre para as despesas do Estado?[1207]

Percebe-se que havia uma ligação entre os furtos de gado cavalar e o problema da mão de obra nas lavouras abordado anteriormente. O que estava em discussão era justamente a ameaça à ordem escravocrata que a população liberta e livre pobre simbolizava, haja vista que, além de se recusar ao trabalho nas fazendas, constituía um grande entrave aos proprietários por conta dos prejuízos causados

[1205] O ORBE. Maceió, 16 mar. 1886.
[1206] HOBSBAWN, Eric John Ernest. **Bandidos**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1976, p.14.
[1207] O ORBE. Maceió, 12 jul. 1882.

pelos delitos praticados. O *Agricultor* também se ateve à questão dos furtos de cavalos na edição d'*O Orbe* de 18 de abril de 1883:

> Os cavalos entre nós são furtados dos cercados, onde criamos, e dos pastos nascidos em terrenos de plantação ou cultura, quando estão descobertos de lavoura, estão compreendidos na lei, entretanto não vemos serem processados os ladrões de cavalos definitivamente, um ou outro processado pelo júri, porque nesses Tribunais obtém-se com facilidade qualquer absolvição e os associados não se desusam de seus membros; e assim vemos todos os dias serem soltos os ladrões de cavalos, e a mais parte ou quase a totalidade quando presos como tais, por que não aparece a queixa.
> O desespero tem chegado ao último grão; não há lugar seguro donde não se furtem cavalos, e as nossas autoridades não tomam na devida consideração a repressão de um furto tão prejudicial.[1208]

Fica nítida a insatisfação do *Agricultor* com a impunidade do crime de furto de cavalos, cobrando providências de forma veemente. Entretanto, o quadro não mudaria, ou até mesmo se tornaria algo corriqueiro. O próprio *O Orbe* chegou a publicar, em agosto de 1883, que "o furto de cavalos, bois e plantações é coisa que já não desperta atenção, porque tornou-se uma espécie de tributo necessário com que o proprietário já conta"[1209]. Em editorial de 16 de janeiro de 1884 o periódico noticiou que, nos "últimos dias, afora os outros, os ladrões de cavalos roubaram trinta e um cavalos em vários engenhos", e isso significava que a moagem se fazia em menor escala do que devia. Os animais restantes trabalhavam mais do que podiam, por isso a condução do açúcar estava demorada, os andaimes se encheram e os engenhos pejaram a falta de lugar para depositar o açúcar.[1210] Somou-se a tais queixas o fato de os correspondentes não terem sido servidos em tempo, e não forneceram os necessários suprimentos, além dos dias de juros a mais nas contas e do valor que o açúcar perdia no mercado, já que as chuvas podiam afetar a cana demerara. Tudo isso contribuía para que o proprietário agrícola fosse, na visão d'*O Orbe*, "esmagado irremediavelmente na competição com o produto similar de mais perfeita fabricação"[1211].

[1208] O ORBE. Maceió, 18 abr. 1883.
[1209] O ORBE. Maceió, 10 ago. 1883.
[1210] O ORBE. Maceió, 16 jan. 1884.
[1211] O ORBE. Maceió, 16 jan. 1884.

Numa correspondência proveniente de Camaragibe, assinada pelo pseudônimo *O Vigilante*, publicada na edição de 21 de novembro 1886 do periódico alagoano, foi denunciado que o furto de cavalos continuava em "grande escala, e passeia impune o corumba Pedro, celebre ladrão de cavalos do que faz profissão"[1212]. Em 29 de fevereiro de 1884 havia sido noticiado o espancamento de um escravizado de nome Napoleão em Porto Calvo, cometido "por soldados do destacamento, a ponto de não poder andar até em casa que distava poucos metros". Na ocasião houve a reclamação de que, enquanto a polícia cometia tais barbaridades, os ladrões na região do norte de Alagoas exerciam "livremente sua indústria de furtar cavalos"[1213]. Além disso, muitas autoridades foram acusadas de serem responsáveis pelos furtos de cavalos, entre elas o delegado de polícia da cidade de Alagoas Lúcio Joaquim de Araujo, com denúncia publicada numa edição do jornal *Diário da Manhã*.[1214]

O Orbe sempre tocava no assunto dos crimes de furto de animais na região Norte da província. Certa vez informou que, após o aumento do corpo de polícia e a nomeação de um novo comandante em Porto das Pedras, reinava a "perfeita tranquilidade". Entretanto, ele ainda não havia tido "oportunidade de seguir para o teatro das façanhas dos ladrões de Jacuípe"[1215], que "continuavam em suas correrias". A diminuição dos crimes cometidos por lá foi considerada fruto da "vigilância dos proprietários que conservam os animais em estribarias trancadas e com sentinelas"[1216].

Tão cara aos senhores e às autoridades, a *tranquilidade* e a *segurança pública* eram minadas pelo clima de incerteza e insegurança que tomou conta dos anos 1880.[1217] Os saques a fazendas promovidos pelos bandos de ladrões de cavalos, somados às indefinições em torno da questão escravista, constituíram uma conjuntura temerosa para os que possuíam posses e viviam às custas da mão de obra escravizada.

[1212] O ORBE. Maceió, 21 nov. 1886.
[1213] O ORBE. Maceió, 29 fev. 1884.
[1214] DIÁRIO DA MANHÃ. Maceió, 07 set. 1886.
[1215] O ORBE. Maceió, 07 mar. 1884.
[1216] O ORBE. Maceió, 07 mar. 1884.
[1217] MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. **O plano e o pânico:** os movimentos sociais na década da abolição. São Paulo: Edusp, 2012, p.91.

Segundo Eric Hobsbawn, quando o banditismo se funde "num movimento de maiores proporções, torna-se parte de uma força capaz de mudar a sociedade"[1218]. No caso aqui estudado, os ladrões de cavalos que atuavam no interior de Alagoas e em outras regiões do nordeste brasileiro estavam inseridos numa conjuntura de implosão da instituição escrava no Império do Brasil. Simbolizaram e foram inimigos dos proprietários escravocratas, pois, além de saquear as fazendas, não se submetiam a ser força de trabalho nos canaviais e em outros tipos de produção (algodão e criação de gado, por exemplo). Os crimes poderiam simbolizar para a população escravizada, liberta e livre pobre um possível caminho de autonomia fora do controle senhorial.

Uma série de notícias publicadas pel'*O Orbe* traz à tona a história do Cabo Preto, que, segundo a impressa local, era um dos mais famosos e temidos ladrões de cavalos da década de 1880, tanto em Alagoas como em Pernambuco. No dia 30 de agosto de 1882, em um editorial intitulado *Atentado contra a vida e contra a propriedade*, foram descritas as "pasmosas revelações" sobre a audácia desse "salteador e homicida" ladrão de cavalos que estava atacando os viajantes e moradores do termo de Quebrangulo e Assembleia. Mais uma vez, a ineficiência da polícia alagoana sobre os furtos de animais equinos foi criticada, e alegou-se que tal situação estava deixando a província à mercê dos "aventureiros ou indiferentes que consentem que o bacamarte e o punhal do salteador audaz, arranquem a vida, a honra e a propriedade na sociedade constituída"[1219].

Descrito como "audaz sicário", Cabo Preto estava de volta a Alagoas, "teatro de suas antigas façanhas", após um período em Pernambuco, onde também era famoso pelos seus crimes. O editorial lembrava que já havia sido clamado às autoridades o combate aos "repetidos e horrorosos crimes" por ele cometidos, e agora "novas cenas de canibalismo" estavam obrigando a pedir às primeiras autoridades da província toda a energia e solicitude em prol dos habitantes dos termos que se achavam sob a pressão do "bacamarte do celebre salteador":

> Fatos recentes vem agora convencer-nos ainda mais de que é preciso cuidar mui seriamente, tomar a polícia sob suas vistas o **bárbaro e audaz criminoso**, que com sua quadrilha está sendo o flagelo dos habitantes do centro da província.

[1218] HOBSBAWN, Eric John Ernest. **Bandidos**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1976, p.25.
[1219] O ORBE. Maceió, 30 ago. 1882.

> Além de outros, dois fatos sabemos, e que nos foram referidos por dois ilustres cidadãos criteriosos, que acabam de chegar do centro da província.
> Encontrou Cabo Preto nas proximidades de Quebrangulo um indivíduo inerme e pacifico, mas que lhe desagradou, mandou-o subir a uma alta arvore, o que o infeliz homem obedeceu, ante a ameaça de morte, e quando se achava em certa altura a desventurada vítima, o homicida desfechou-lhe um tiro de bacamarte, que lançou por terra e morto o desventurado homem.
> Não satisfeito o bárbaro em ver a seus pés o cadáver do inocente, arrancou de uma faca e mutilou-o cortando-lhe diversos membros do corpo, chegando o requinte de perversidade do assassino até – *a cortar um cadáver*!!!
> Horror!!
> Seria longo referir todas as barbaridades do já tão conhecido monstro – Cabo Preto; - mas vamos referir outro fato.
> Roubando o tal salteador a um pobre velho um cavalo, foi o prejudicado reclamar seu animal, e Cabo Preto, rindo das lamurias que alegava o bom velho, no intento de lhe ser restituído o animal roubado, de que não podia prescindir, ordenou ao paciente que fosse incontinente adquirir 30$ reis para o resgate, não tinha o bom velho mais do que 20$ reis, mas tal foi o temor que lhe inspirou o facínora, que não duvidou pedir a estranhos, até que completou a soma exigida pelo salteador.[1220]

Segundo o periódico, tais revelações estavam afligindo os que tinham a necessidade de viajar para o centro da província e os que lá residiam, devido ao estado de insegurança que a presença de Cabo Preto causava na localidade. Quase um ano após esse editorial, em 24 de agosto de 1883, *O Orbe* publicou que a região da ribeira do Getituba achava-se "sob a pressão da mais ostensiva ameaça, por parte de um grupo de salteadores, capitaneados pelo celebre Cabo Preto"[1221]. A matéria mostrava quão preocupados estavam os proprietários, devido ao risco iminente que existia de terem cavalos e outros bens salteados por Cabo Preto e seu grupo. Desse modo, muitas foram as cartas enviadas à imprensa local denunciando a situação, algumas publicadas na imprensa da corte:

> Mais de uma vez a imprensa da província tem registrado fatos graves, atentatórios da segurança e de propriedade, além de mortes barbaramente realizadas por essa **fera em forma humana**, que se conhece pelo nome de – Cabo Preto.

[1220] O ORBE. Maceió, 30 ago. 1882.
[1221] O ORBE. Maceió, 24 ago. 1883.

> **Até a imprensa da corte, como na província, noticiou as façanhas e crimes do celebre facínora**, e foi preciso chegar até lá para despertar a autoridade.
> As repetidas reclamações despertaram o governo e depois de muito sofrer o povo, foi o audaz criminoso perseguido por particulares que auxiliaram a força pública; são passados meses, e volta astuciosamente para o teatro de seus repetidos crimes o facínora que é o terror da população por onde passa.
> Para acentuar bem a responsabilidade de cada um, ainda uma vez nos dirigimos ás primeiras autoridades da província, é de s. exc. o presidente da província e dr. chefe de polícia, as providencias que solicitamos em bem da ordem pública e da vida, honra e propriedade dos habitantes dos dois termos a que aludimos acima (Quebrangulo e Assembleia).
> Se s. exc. quiser conhecer a história deste malvado salteador de quem nós temos ocupado, basta ouvir alguns de seus amigos, que ultimamente tenha viajado para os lugares referidos.
> Esperamos que s. exc. o presidente da província não consentirá que seja característico de sua administração o menosprezo e indiferença pela segurança individual e de propriedade.[1222]

Considerados como perigosos à ordem pública, libertos e livres pobres tinham predisposição para as submissões[1223], cabendo lembrar que eram os principais aliados dos escravizados no planejamento de fugas e conspiração de revoltas. As pessoas que integravam o bando de Cabo Preto possivelmente viram na prática de furtar cavalos e outros delitos uma maneira de conseguir sua subsistência e, consequentemente, subverter a ordem senhorial que estava posta, pois assim diziam um "não" aos proprietários, que os viam apenas como força de trabalho. Para Clarisse Nunes Maia, essa população era uma "parcela do contingente marginalizado pelo sistema econômico, os quais, como meio de sobrevivência, terminavam como ladrões comuns ou formando bandos que aterrorizavam"[1224] as regiões por que passavam.

Os proprietários de terras da região central da província de Alagoas utilizavam-se da imprensa para cobrar das autoridades a prisão de salteadores como Cabo Preto, alegando ser um assunto do interesse de todos o combate às lastimáveis consequências de seus atos, "malfeitores" que olhavam com desdém para a lei. Talvez sabedor da repressão que iria enfrentar se continuasse em

---

[1222] O ORBE. Maceió, 06 out. 1882.
[1223] ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. **O jogo da dissimulação:** abolição e cidadania negra no Brasil. São Paulo: Companhias das Letras, 2009, p.181.
[1224] MAIA, Clarissa Nunes. **Sambas, batuques, vozerias e farsas públicas:** o controle social de escravos em Pernambuco no século XIX (1850-1888). São Paulo: Annablume, 2008, p.30.

Alagoas, Cabo Preto voltou para Pernambuco, onde continuou a "fazer suas façanhas", e em 1884 estava na região de Brejão, acompanhado por "oito indivíduos, inclusive um escravo"[1225].

Os ladrões de cavalos e outros tipos de saqueadores mantinham contato estreito com o mercado e o universo econômico à sua volta[1226], com isso, sempre havia compradores para os cavalos furtados. As autoridades e os proprietários de terras continuaram a ter problemas com salteadores durante toda a década de 1880. Numa correspondência publicada pel'*O Orbe*, vinda de Porto Calvo em fevereiro de 1887, falou-se que aquela Comarca se encontrava "assoberbada e invadida pelos ladrões", onde os furtos de cavalos eram "feitos quase todos os dias e difícil de enumerar"[1227]. Antonio Luiz de Mendonça Uchoa, proprietário do engenho Travessão, em Passo do Camaragibe, escreveu uma carta relatando um episódio de furto de cavalos na região:

> Na manhã de 7 de abril dirigiram-se á estribaria de minha propriedade, onde arrancaram um dos esteios, e conseguindo entrar, forçando a fechadura, roubaram-me três cavalos de sela, um castanho e dois de cor alazã.
> No dia seguinte fui informado que cinco indivíduos suspeitos haviam pernoitado no sítio Campanha Grande, vizinho do engenho Bom Jesus.
> Depois de alguns dias de inúteis diligencias dirigi-me ao engenho Três Bocas, e aí fui informado de haverem passado no mesmo dia, ás nove para dez horas da manhã, cinco indivíduos conduzindo oito cavalos.
> Dirigi-me ao Pilar na mesma pesquisa, aí no dia 18 casualmente vi aproximar-se a mim um rapazinho em um cavalo que reconheci ser um dos meus: querendo apreende-lo e resistindo o condutor a entrega-lo, levei-o a casa do delegado, o qual apreendeu o cavalo e entregou-me.
> Interrogado o condutor, se soube estar o outro cavalo no engenho Boa Sorte, na Barra da Paraíba, em poder do snr. Siqueira, proprietário do engenho, que os tinha negociado na semana santa; em consequência disso dirigi-me ao engenho da pessoa indicada que declarou-me estar com efeito em seu poder outro cavalo alazão, perguntei ao mesmo pelo cavalo, respondeu-me que a três dias antes o seu morador por nome José havia feito viagem afim de negociar cavalos e que neste meio foi o tal cavalo, no mesmo dia declarou-me o mesmo proprietário que de seu engenho haviam saído 18 cavalos para serem negociados.

[1225] O ORBE. Maceió, 23 jan. 1884.
[1226] HOBSBAWN, Eric John Ernest. **Bandidos**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1976, p.88.
[1227] O ORBE. Maceió, 04 fev. 1887.

> Regressando a casa resolvi publicar o ocorrido e **pedir a quem competir providencias afim de conter os audaciosos larápios** que já tem invadido em grupos mais de cinco estribarias de outros engenhos e roubados os cavalos que ali encontram.[1228]

Juliana Alves de Andrade, historicizando as experiências camponesas vividas por diferentes agentes que habitavam a zona da mata alagoana entre 1870 e 1890, pontuou que essa região estava se consolidando como um espaço de resistência, um lugar onde se forjava "em maior proporção o modo de viver e estar no campo de homens e mulheres, que sobreviviam da agricultura familiar e do arranjo comercial entre vizinhos, parentes e amigos"[1229]. Assim, localidades como Passo de Camaragibe pareciam ideais para "abrigar sujeitos que fugiam da exploração agroexportadora", pois estava cercada de riachos, rios, árvores frutíferas, bons pastos e possuía terreno acidentado, que dificultava a presença de empreendimentos açucareiros. Com a situação beirando a calamidade, os fazendeiros da região, além de se armarem contra esses bandos, utilizavam da influência política que possuíam para pressionar os legisladores, pelo menos em âmbito local, a trabalhar no intuito de "promover a propriedade e, incidentalmente, as vidas e liberdades dos proprietários"[1230].

Numa outra denúncia publicada n'*O Orbe*, em 22 de dezembro de 1886, era descrito um incidente ocorrido na Vila de Coruripe protagonizado por uma "quadrilha de salteadores" denominada "couto do Mocambo", nome bastante significativo para um período escravista. Um de seus membros, Manoel Leite, que se encontrava preso na cidade de Alagoas, foi encaminhado para a Vila de Coruripe, acusado de cometer um dos mais revoltantes atos de vandalismo "no sítio Balandeira, distrito de Poxim, contra um pobre homem que, depois de roubado e maltratado, ficou manietado e amordaçado com mais duas pessoas de sua família"[1231]. Num interrogatório anterior, quando estava preso na cadeia da cidade de Alagoas, Manoel Leite respondia pelo crime de furto de cavalos na região de Taperaguá. Desse modo, foi descrito nas linhas d'*O Orbe* como "um salteador, um verdadeiro

---

[1228] O ORBE. Maceió, 05 nov. 1886.
[1229] ANDRADE, Juliana Alves de. **Gente do Vale:** experiências camponesas no interior da Província de Alagoas (1870-1890). Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014, p.22.
[1230] THOMPSON, Edward Palmer. **Senhores e caçadores:** a origem da lei negra. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p.21.
[1231] O ORBE. Maceió, 22 dez. 1886.

facinoroso". O "couto do Mocambo" ainda voltaria às páginas do periódico quando, no dia 30 de julho de 1887, "das 9 para 10 horas da noite evadiram-se da cadeia da Vila de Anadia todos os criminosos pronunciados por furto de cavalos, do valhacouto Mocambo"[1232].

Os bandos de ladrões de cavalos que atuaram em Alagoas em fins do século XIX resistiram tenazmente às forças que queriam capturá-los e, desse modo, podem ser caracterizados como integrantes de um "projeto alternativo de absorção e afastamento da sociedade dominante"[1233]. Esses sujeitos se retiravam dela, para viver às suas margens, haja vista que a aquisição da liberdade também se fazia num "longo e complexo processo de busca de autonomia"[1234]. Personagens como Cabo Duro e Cabo Preto[1235], com suas "práticas de transgressão da ordem instituída"[1236], representavam para a população pobre e do campo uma força que poderia sair daquele meio[1237], e isso não soou muito bem para senhores e autoridades, que tentavam contê-los por meio das forças repressivas, mas nem sempre conseguiam êxito. Os furtos de gado cavalar se perpetuaram por décadas, era um negócio vantajoso, e para isso teceram uma rede de comércio ilegal que muitas vezes envolvia os próprios proprietários que em algum momento já haviam tido algum agravo pelo crime de roubar cavalos.

[1232] O ORBE. Maceió, 05 ago. 1887.

[1233] MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. O **plano e o pânico:** os movimentos sociais na década da abolição. São Paulo: Edusp, 2012, p.51.

[1234] GOMES, Flávio dos Santos; MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. Da abolição ao pós-emancipação: ensaiando alguns caminhos possíveis para outros percursos. In: CASTILHO, Celso Thomas; MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo (Orgs.). **Tornando-se livre**: agentes históricos e lutas sociais no processo de abolição. São Paulo: Edusp, 2015, p.19-41.

[1235] A documentação analisada não permitiu descobrir maiores informações biográficas de Cabo Duro e Cabo Preto. Mas o fato de ambos serem chamados de Cabo leva a pensar em possíveis carreiras militares antes de se tornarem saqueadores. Como bem apontou Hobsbawn, muitos ex-militares, ao voltarem das guerras, passavam a integrar e liderar bandos de salteadores. Ver: HOBSBAWN, Eric John Ernest. **Bandidos**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1976, p.28.

[1236] MATTOS, Wilson Roberto de. **Negros contra a ordem:** astúcias, resistências e liberdades possíveis (Salvador, 1850-1888). Salvador: EDUNER, EDUFBA, 2008, p.32.

[1237] MAIA, Clarissa Nunes. **Sambas, batuques, vozerias e farsas públicas:** o controle social de escravos em Pernambuco no século XIX (1850-1888). São Paulo: Annablume, 2008, p.32.

CAPÍTULO IX - "UM COVIL DE ESCRAVOS FUGIDOS": A DÉCADA DA ABOLIÇÃO EM MACEIÓ

A história da escravidão também se deu em paisagens urbanas e semiurbanas[1238] como Maceió, uma cidade negra e atlântica que guarda peculiaridades. Pode-se dizer, sem nenhum demérito, que ela está longe de se equiparar em termos demográficos e econômicos a cidades como Rio de Janeiro, Recife e Salvador, todavia, possui suas particularidades e se constituiu como uma cidade com forte presença africana. Abrange bairros com nomes advindos de expressões bantas como Mutange e Cambona, e outros territórios de culturalidades negras como Bebedouro, Levada e Ipioca.

Para se compreender essa presença é necessária uma imersão na história da capital alagoana nos tempos da escravidão. Por isso, neste último capítulo serão estudadas as estratégias tecidas por escravizados fugidos que se dirigiam a Maceió visando a conquista da liberdade, muitos buscando redes de solidariedade que envolviam libertos, livres pobres e abolicionistas.

Segundo Maria Helena P. T. Machado, de fato:

> O impacto da atuação abolicionista sobre os escravos nas cidades não pode ser descartado: as brechas abertas no sistema jurídico, através das Ações de Liberdade bem conduzidas por juristas simpatizantes ao abolicionismo, a jurisprudência estabelecida pelos casos mais conflitantes a colaboração de populares e a presença dos quintais, chácaras e olarias, nos quais o acolhimento do escravo fugido se concretizava em coordenação ao encaminhamento jurídico, fazem com que a dinâmica da escravidão nas cidades na década de 1880 não possa ser avaliada independente da realidade do abolicionismo nas cidades.[1239]

Na contramão da atuação abolicionista e da sagacidade dos escravizados fugitivos estavam os escravocratas do interior da província, que se articularam e cobraram das autoridades medidas para retardar ainda mais a emancipação dos escravizados, um debate que se deu forma veemente nas páginas d'*O Orbe*, como visto nos capítulos anteriores. Busca-se entender aqui por que a cidade estava se

[1238] ARAÚJO, Carlos Eduardo; FARIAS, Juliana Barreto; GOMES, Flávio dos Santos; SOARES, Carlos Eugênio Líbano. **Cidades negras:** africanos, crioulos e espaços urbanos no Brasil escravista do século XIX. São Paulo: Alameda, 2006, p.7.

[1239] MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. **O plano e o pânico:** os movimentos sociais na década da abolição. São Paulo: Edusp, 2012, p.149.

tornando “um covil de escravos fugidos”, expressão muito usada nas queixas e denúncias dos escravocratas que escreviam no periódico. O que a análise da conjuntura da época pode dizer sobre o alto índice de escravizados que fugiam das fazendas para as cidades nos últimos anos da instituição escrava no Brasil? A população que fugiu para esses locais teceram espaços de socialização e construção de autonomia? São algumas questões levantadas a partir de agora.

Nas cidades brasileiras oitocentistas, os povos da diáspora africana e seus descendentes “foram importantes personagens do mundo do trabalho e da cultura urbana”[1240]. Os anos 1880 constituíram um momento em que cada vez mais se questionava a legitimidade da escravidão, muito por conta da rebeldia escrava e da crescente dos movimentos abolicionistas. As cidades se apresentavam como “possibilidades de liberdade no fim do período escravista”[1241]. Nesse panorama, o surgimento de espaços sociais com majoritária presença africana foi uma tônica nas cidades escravistas brasileiras.

As *cidades negras* são detentoras de faces africanas e atlânticas[1242], e possuíam identidades que eram reinventadas cotidianamente. Além disso, os lugares que as autoridades avaliavam como quilombos podiam estar distantes ou isolados em matas próximas, consistindo em “esconderijos improvisados de comunidades negras em formação”[1243]. Em diálogo com Muniz Sodré[1244], Wilson Roberto de Mattos considera esses “territórios negros” como “espaço social engendrado pelas práticas negras de luta e sobrevivência que singularizaram a cidade do ponto de vista cultural e, sobretudo, do ponto de vista político”[1245]. Na década da abolição, Maceió estava repleta de “territórios negros”.

[1240] ARAÚJO, Carlos Eduardo; FARIAS, Juliana Barreto; GOMES, Flávio dos Santos; SOARES, Carlos Eugênio Líbano. **Cidades negras:** africanos, crioulos e espaços urbanos no Brasil escravista do século XIX. São Paulo: Alameda, 2006, p.8.

[1241] SANTOS, Ynaê Lopes dos. **Irmãs do Atlântico:** escravidão e espaço urbano no Rio de Janeiro e Havana (1763-1844). Tese (Doutorado em História Social), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012, p.22.

[1242] ARAÚJO, FARIAS, GOMES, SOARES, op. cit., p.12.

[1243] Ibidem, p.56.

[1244] SODRÉ, Muniz. **O terreiro e a cidade:** a forma social negro-brasileira. Petrópolis-RJ: Vozes, 1988.

[1245] MATTOS, Wilson Roberto de. **Negros contra a ordem:** astúcias, resistências e liberdades possíveis (Salvador, 1850-1888). Salvador: EDUNER, EDUFBA, 2008, p.39.

A sociedade escravista, em crise, "acentuava suas tendências à discriminação e a marginalização da população liberta"[1246]. A pobreza e a miséria eram grandes na cidade de Maceió de fins do século XIX. Uma análise dos periódicos alagoanos dá uma dimensão da realidade social da época, narrando episódios como o da morte do "mendigo João Surdo", natural de Porto das Pedras, em consequência de anemia aguda.[1247] Em fevereiro de 1888 outra notícia pedia providências acerca de uma "preta morfética" que transitava na cidade, "chegando a realizar compras no mercado público". Ela andava com dois filhos e tinha sido escravizada pelo senhor José Nunes Guimarães.[1248]

O jornal *O Orbe*, em 16 de março de 1879, publicou como matéria de capa o texto intitulado *Um asilo de mendicidade nesta capital*, abordando o grande número de pessoas que viviam nas ruas de Maceió em situação de miséria, contexto que foi definido pelo periódico como um "escandaloso parasitismo"[1249]. Alegava-se que havia indivíduos que atormentavam os ouvidos com "lastimosas cantilenas, ostentando por essas ruas quase constantemente o mais estranho espetáculo"[1250]. Havia queixas de que a colheita de esmolas estava se dando "a toda hora, todos os dias", os pedintes batiam nas portas das casas, gritavam e blasfemavam. Além disso, pelas ruas da cidade observavam-se "mendigos em tal estado de nudez que muitos devem sofrer a decência e o pudor de nossas famílias"[1251].

Outra crítica era que, apesar da necessidade de se ter um operário, um trabalhador, um criado, só se encontravam "criaturas que, embora válidas, vivem maltrapilhas e nojentas a nos pedirem esmolas"[1252]. Diante dessa descrição, as autoridades eram cobradas e questionadas: "Até quando permitirão que o contato dessa lepra envileça o nosso caráter, os nossos brios, a nossa dignidade como povo, como nacionalidade?"[1253] Essa publicação evidencia uma situação que só se agravaria na década de 1880, o crescimento da população livre e seu consequente estado de miséria. Somavam-se a isso as constantes fugas de escravizados de

[1246] MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. **O plano e o pânico:** os movimentos sociais na década da abolição. São Paulo: Edusp, 2012, p.50.
[1247] O ORBE. Maceió, 23 dez. 1881.
[1248] O ORBE. Maceió, 28 fev. 1888.
[1249] O ORBE. Maceió, 16 mar. 1879.
[1250] O ORBE. Maceió, 16 mar. 1879.
[1251] O ORBE. Maceió, 16 mar. 1879.
[1252] O ORBE. Maceió, 16 mar. 1879.
[1253] O ORBE. Maceió, 16 mar. 1879.

engenhos e fazendas, que se dirigiam à capital alagoana como estratégia para se manter longe do alcance do senhor e de seus feitores.

As fugas constituíam uma das muitas possibilidades nas negociações cotidianas envolvendo senhores e escravizados.[1254] Ao se dirigirem a Maceió, muitos dos que fugiam buscavam impetrar meios para obter sua carta de alforria, podendo contar com o auxílio dos abolicionistas. Também havia os que mantinham contato com outros indivíduos na mesma situação, planejando conjuntamente estratégias rumo à liberdade. Os africanos e seus descendentes em situação de cativeiro foram protagonistas "no processo de construção de sua própria liberdade"[1255], contribuindo de forma decisiva para a quebra da "legitimidade" da instituição escravista, abrindo as portas para a abolição.

Ainda no mês de março de 1879, *O Orbe* noticiou queixas acerca de escravizados que moravam em casas alugadas na capital alagoana, algo visto de forma temerosa:

> Diversas pessoas de critério e sisudez pedem-nos, chamemos atenção das autoridades policiais deste termo, para o abuso, seguido em grande escala, de terem escravos e escravas, sem o consentimento de seus senhores casas alugadas com quitandas, onde, a pretexto de negócio, se reúnam outros que tais para a prática de vícios, essencialmente condenados por todas as nossas leis.
> Cremos que nas mãos dos agentes de polícia está o acabarem com estes focos de desmoralização e libertinagem, mesmo porque a continuarem as coisas assim, dentro em breve veremos os escravos mais livres que os próprios senhores, que afinal de contas são os que tem de pagar às custas da correção.
> Chamamos a atenção do público para esse fato que desejamos ver banido de nossa capital.[1256]

As ruas de cidades como Maceió são locais privilegiados para a apreensão das formas da resistência negra.[1257] Eram espaços "onde múltiplas conversas e conexões aconteciam de maneira quotidiana"[1258]. As matérias mencionadas

---

[1254] CARDOSO, Paulino de Jesus Francisco. **Negros em desterro:** as experiências das populações de origem africanas em Florianópolis (1860-1880). Itajaí-SC: Casa Aberta, 2010, p.290.
[1255] Ibidem, p.321.
[1256] O ORBE. Maceió, 21 mar. 1879.
[1257] MATTOS, Wilson Roberto de. **Negros contra a ordem:** astúcias, resistências e liberdades possíveis (Salvador, 1850-1888). Salvador: EDUNER, EDUFBA, 2008, p.185.
[1258] COWLING, Camila. Como escrava e como mãe: mulheres e abolição em Havana e no Rio de Janeiro. In: CASTILHO, Celso Thomas; MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo (Orgs.). **Tornando-**

anteriormente indicam duas dimensões de preocupação das autoridades maceioenses daquele período: a população liberta e escravizada que vivia nas ruas da cidade e tecia suas redes de sociabilidade e solidariedade; e suas estratégias de resistência perante a ordem estabelecida. Dessa maneira, participaram efetivamente da desestabilização da instituição escravista no Brasil, que encontraria seu fim em 1888.

Ynae Lopes dos Santos, ao estudar os *arranjos de moradia escrava* no Rio de Janeiro, vê a prática do "morar sobre si" como um "alargamento da autonomia cativa", um modo de escravizados e descendentes conseguirem refazer laços de solidariedade, afeto e parentesco em meio à instituição escravista.[1259] Através dos seus quitutes, as mulheres de origem africana, "caçadoras furtivas do quotidiano", enfrentavam "a tudo e a todos em busca de seus sonhos, e sobreviver da melhor maneira possível, um dia após o outro"[1260]. Paulino Cardoso analisou as "moradas dos afros" na Desterro - SC oitocentista, pontuando que o "morar sob os olhos do senhor era um dos pilares do domínio senhorial"[1261], por isso muitos se arranjavam em outras moradas.

Em Maceió, um dos territórios de maior concentração das "moradas dos afros" era o Jaraguá, bairro onde está situado o porto marítimo da cidade. As regiões portuárias, no geral, trazem fragmentos de um mundo autônomo, por assumir um sentido especial para a população de origem africana, pois nelas "muitos retiravam não apenas seus meios de sobrevivência, mas, muitas vezes, a necessária poupança para compra das alforrias"[1262].

Wlamyra R. de Albuquerque lembra, ao falar da região do porto de Salvador, que lá era local onde se encontravam "indesejáveis africanismos", personificados nas figuras do estivador, da vendedora ambulante, do carregador de cargas e do moleque carregando pequenas compras. "Todos a exibir trajes, vocabulários e comportamentos nada civilizados."[1263] A presença de escravizados, libertos e livres

---

se livre: agentes históricos e lutas sociais no processo de abolição. São Paulo: Edusp, 2015, p.143-166.

[1259] SANTOS, Ynaê Lopes dos. **Além da Senzala:** arranjos de moradia escrava no Rio de Janeiro (1808-1850). Dissertação (Mestrado em História Social), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

[1260] CARDOSO, Paulino de Jesus Francisco. **Negros em desterro:** as experiências das populações de origem africanas em Florianópolis (1860-1880). Itajaí-SC: Casa Aberta, 2010, p.102.

[1261] Ibidem, p. 221.

[1262] Ibidem, p. 87.

[1263] ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. **O jogo da dissimulação:** abolição e cidadania negra no Brasil. São Paulo: Companhias das Letras, 2009, p.213.

pobres no Jaraguá causava descontentamento na elite que lá habitava, que os via como responsáveis por crimes e outros distúrbios, como se pode ler na seguinte publicação d'*O Orbe*:

> É de lamentar que um distrito como o de Jaraguá, empório do comercio, esteja como está entregue aos ladrões e desordeiros; além de roubos que tem havido sem que haja providência, porque de certo não pode haver, não obstante ter um subdelegado ativo e de bons desejos, porque não dispõe de força e nem ao menos de uma ordenança; encontra-se a qualquer hora nas ruas públicas indivíduos armados de faca de ponta á mostra, como no sábado percorreu diversas ruas do Jaraguá e Pajussara um tal Belmiro, que tendo deixado a sua mulher na Barra de Santo Antonio, aqui vive com as meretrizes ás voltas, derrubando portas e afrontando a moralidade pública, sem que haja quem o corrija!
> A noite junta-se com alguns borrachos como ele, e armado transita impunemente, praticando tudo quanto sugere o seu bestunto alcolisado!
> Pede-se, portanto, ás autoridades, enquanto é tempo, que lancem suas vistas sobre esse turbulento Belmiro e sua sucia, do contrário teremos muito breve de lamentar alguma desgraça.[1264]

Essa não foi uma queixa isolada. No mês seguinte, em 7 de maio de 1886, outro texto seria escrito cobrando das autoridades medidas enérgicas em Jaraguá, dessa vez assinado pelo pseudônimo *Bem Público*:

> E qual o motivo deste ajuntamento de vadios no distrito de Jaraguá? É a falta de polícia, é a impunidade do crime. É a acefalia em que tem estado este distrito digno da atenção deste governo, porque o Jaraguá é o empório do comercio, é o deposito dos gêneros, é onde tem a alfandega e todos os trapiches; é donde o cofre colhe melhor safra pecuniária; mas ao contrário tem sucedido, é o lugar para onde menos olham os homens do poder![1265]

Jaraguá era uma das localidades em que muitos escravizados fugidos se acoutavam. Certa vez, alertaram que a rua do cemitério situado no bairro era em sua "maior parte povoada por escravos de diversos proprietários, por gente da última camada da sociedade"[1266]. Numa outra ocasião, um morador denunciou furtos e outros crimes, e disse ainda que:

[1264] O ORBE. Maceió, 11 abr. 1886.
[1265] O ORBE. Maceió, 07 abr. 1886.
[1266] O ORBE. Maceió, 11 mai. 1886.

> As moradias dos escravos fora das casas de seus senhores por todos os motivos devem ser privadas, por que são elas quase sempre esconderijos dos fugidos e depósitos dos furtos e roubos. Não faz muito tempo que o subdelegado tenente Laurindo tirou de um desses mocambos quatorze arrobas de açúcar, furtado nos trapiches.[1267]

A região portuária era um ponto de convergência de múltiplos personagens: escravizados fugidos, libertos, quitandeiras, ladrões e tantos outros que enredavam as malhas da luta pela sobrevivência. Desde o início do século XIX, a presença negra em Jaraguá era uma constante. Além de local estratégico para saquear os trapiches, o porto simbolizava uma oportunidade de mudança. Muitos acoutados, auxiliados por abolicionistas ou não, embarcavam para Pernambuco ou Ceará, como se pode ver num editorial d'*O Orbe* de setembro de 1887, em que era criticada a ação da Sociedade Libertadora Alagoana.[1268]

Para um melhor entendimento da movimentação da abolição, Celso Thomas Castilho e Maria Helena P. T. Machado disseram ser necessário compreender a "ligação profunda com a realidade das senzalas e dos esforços dos escravos e dos pobres em geral de se livrarem do cativeiro e de suas mazelas"[1269]. Eduardo Silva, ao estudar o quilombo abolicionista do Leblon, também lembra a importância de não deixar passar despercebidas as ligações "secretas", ou não assumidas de forma oficial, "entre o movimento político abolicionista e o movimento social negro, as fugas em massa e a formação de quilombos"[1270], haja vista o papel decisivo da população escravizada para a abolição.

No caso aqui estudado, nota-se por parte dos escravizados uma leitura da conjuntura posta e uma estratégia de luta colocada em prática, entendendo que a região portuária de Maceió era um território propício para tecer as redes da liberdade e da sobrevivência. Até porque, na arena de tensões, conflitos e batalhas do cotidiano, o sujeito que estivesse desenraizado e desvinculado de laços horizontais podia ter a própria sobrevivência ameaçada, já que as solidariedades, com seus inúmeros tentáculos de "vizinhança, ofício e compadrio ritual, eram necessárias, ao

---

[1267] O ORBE. Maceió, 11 mai. 1886.
[1268] O ORBE. Maceió, 11 set. 1887.
[1269] CASTILHO, Celso Thomas; MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo (Orgs.). **Tornando-se livre:** agentes históricos e lutas sociais no processo de abolição. São Paulo: Edusp, 2015, p.15.
[1270] SILVA, Eduardo. **As camélias do Leblon e a abolição da escravatura:** uma investigação de história cultural. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p.08.

que parece, até mesmo para se poder transitar pelas cidades, afinal, a simples cor da pele tornava alguém um suspeito em potencial"[1271].

O Brasil do século XIX, principalmente após 1850, foi cheio de notícias "desagradáveis" para os escravocratas, que ainda tinham de conviver com rebeldias cotidianas e temores acerca de atos violentos praticados em cidades como Maceió. Em maio de 1886, o pseudônimo *Bem Público* publicou o texto intitulado *Ao snr. chefe de polícia* fazendo elogios às autoridades e comentários sobre o estado da *segurança individual e de propriedade*, iniciando com uma frase bastante popular na capital alagoana:

> - *Maceió três dias só*.
> Firme nesse axioma é que escrevemos uma e muitas vezes á ver-se alcançaremos o preciso a bem de todos que aspiram garantias, o que há muito nos falta pela frouxidão e negligência das autoridades policiais.
> Aqui em Maceió, por nossa infelicidade, é preciso trabalhar muito para colher-se pouco.
> As providencias policiais são dadas quando já não aproveitam; porque a polícia só se arrasta depois do delito praticado.
> É por essa razão que martelamos uma e outra vez, a ver se o tinir das marteladas chegam aos tímpanos da polícia que aqui tem sido cega e surda.
> Hoje graças a Deus, já as nossas vozes são ouvidas, e no distrito do Jaraguá, como uma nova aurora que vai despontando trazendo mais confiança e tranquilidade aos pacíficos habitantes [...].
> Já na Pajussara não se atravessam as facas como outrora se abarrotavam; e isso somente por ter o snr. dr. chefe de polícia vindo a Jaraguá e mandar uma patrulha á noite percorrer diversos pontos.
> Já nas vendas não se ouve a berraria dos borrachos que nelas se aglomeravam praticando escândalos; já se pode passar nas calçadas desassombrado; já pode uma família ir a noite a ponte do embarque.[1272]

Evidentemente que, na prática, as questões de segurança não eram resolvidas do dia para a noite, mas o fragmento supracitado dá dimensão da periculosidade que existia na capital alagoana, além de deter um sentido político de enaltecimento dos feitos do então chefe de polícia, referido no texto como Dr. Altino. A prática de roubos e assassinatos parecia ser uma constante e preocupava as autoridades.

[1271] CARDOSO, Paulino de Jesus Francisco. **Negros em desterro:** as experiências das populações de origem africanas em Florianópolis (1860-1880). Itajaí-SC: Casa Aberta, 2010, p.197-198.
[1272] O ORBE. Maceió, 11 mai. 1887.

Em Jacarecica "foi barbaramente assassinada uma senhora por nome Felismina com o fim de lhe roubarem o fruto de seu trabalho, ao amanhecer do dia"[1273], sendo capturado e preso o escravizado João, acusado de ser o autor do crime[1274]. Os libertos Theodoro e Eleutério foram presos por furto em agosto de 1879, no mesmo dia em que o preto José Remigio foi posto em liberdade, outro que se achava preso pelo crime de furto.[1275] Em 20 de agosto daquele mesmo ano, uma "preta de nome Joana" foi presa também por furto[1276], sendo solta três dias depois.[1277]

Segundo Wilson Mattos, no período final da escravidão, intensificou-se a preocupação com os "africanos e a possibilidade de que eles, em associação com outros negros, provocassem uma inversão violenta a ordem"[1278]. Sendo assim, medidas de controle social foram priorizadas, sobretudo de caráter disciplinar. Entretanto, o que as elites e autoridades maceioenses não esperavam era o número crescente de fugas de escravizados com destino à cidade, e elas foram constantes. Em 13 de outubro de 1880, a secretaria de polícia de Maceió informou: "Foi ontem recolhidos a cadeia desta cidade, e a minha disposição por andar fugido, o escravo Fortunato, que diz pertencer ao senhor do engenho Brejo, do termo do Pilar."[1279] Outro escravizado fugido, Agostinho, de propriedade de Ignácio Uchôa Albuquerque, foi preso e levado para a cadeia de Maceió em 2 de agosto daquele mesmo ano.

Muitas também eram as prisões por distúrbios nas ruas. Em 15 de outubro de 1880, foram presos sob ordem do subdelegado de Maceió os "indivíduos Firmino Correia de Mello, José Joaquim de Sant'Anna, Manoel Joaquim dos Santos, Lucio José da Silva, Maria Pastôra e o escravo Aprígio, este por fugido e aqueles por distúrbios em Batuques"[1280]. Diante de situações como essas, "as medidas proibitivas tentavam conter a autonomia que a própria cidade, atividades cativas no mundo urbano, proporcionava"[1281]. Sendo que, evidentemente, a astúcia e a sagacidade da população de origem africana dificultavam tais objetivos.

[1273] O ORBE. Maceió, 28 mar. 1879.
[1274] O ORBE. Maceió, 09 abr. 1879.
[1275] O ORBE. Maceió, 16 ago. 1879.
[1276] O ORBE. Maceió, 25 ago. 1879.
[1277] O ORBE. Maceió, 25 ago. 1879.
[1278] MATTOS, Wilson Roberto de. **Negros contra a ordem:** astúcias, resistências e liberdades possíveis (Salvador, 1850-1888). Salvador: EDUNER, EDUFBA, 2008, p.98.
[1279] Ofícios de Polícia, 1880. Acervo Arquivo Público de Alagoas, Caixa 1.691.
[1280] Ofícios de Polícia, 1880. Acervo Arquivo Público de Alagoas, Caixa 1.691.
[1281] CARDOSO, Paulino de Jesus Francisco. **Negros em desterro:** as experiências das populações de origem africanas em Florianópolis (1860-1880). Itajaí-SC: Casa Aberta, 2010, p.216.

O caminho para a liberdade era longo, arriscado e cheio de idas e vindas. Em julho de 1879, *O Orbe* noticiou a fuga do escravizado Eugenio, do sítio Bomfim, em São Luiz do Quitunde, de "cor parda escura, alto, seco, tem falta de dentes na frente, nariz afilado, pés compridos e apalhetados, muito ladino, fuma cigarros e gosta de andar limpo"[1282]. Na fuga o acompanhava Gajurú, "uma mulher de cor parda", alta, com cabelos encrespados e olhos grandes. Foi solicitado a quem o capturasse que o levasse ao bairro de Jaraguá para ser recompensado.

Em 24 de março de 1881, Francisco de Paula Costa anunciou no jornal *O Orbe* a fuga da escravizada Luiza, "cor fula, altura regular, seca do corpo, com falta de dentes na frente, cabelos carapinhos e grandes"[1283], aparentava ter entre 28 e 30 anos e levou consigo o filho de 7 anos. Já o escravizado José, que fugiu em dezembro de 1884, tinha parentesco em Garanhuns, e suspeitaram que tivesse ido para lá. Aparentava ter 28 anos, tocava viola, era muito ladino e trabalhava mal de sapateiro.[1284]

O escravizado Manoel, que também era sapateiro, sabia ler e escrever, além de cantar. Fugiu acompanhado por uma cabocla de 22 anos com uma menina.[1285] Por sua vez, a escravizada Claudina, "de cor preta, ainda moça, estatura regular, cabelos enroscados, testa acarneirada, dentes podres, cheia de corpo, muito conversadeira"[1286], que sabia engomar e cozinhar, fugiu da casa do senhor Antonio Elias Aguiar em 8 de janeiro de 1884. Suspeitava-se que tivesse ido para a Vila de Coruripe, onde já havia estado e possivelmente tinha parentesco. Já em março de 1885, fugiu para o norte, no vapor Pará, o escravizado José, "de cor preta tirando o fulo, rosto largo e imberbe, cabelos carapinhos, estatura regular, pés grandes, fala mansa".

A notícia da emancipação no Ceará, que antes mesmo de se concretizar em 1884 já havia se tornado um "refúgio para fugitivos" das províncias vizinhas[1287], circulava entre os escravizados, e isso fez com que muitos fugissem para o norte. Um deles foi Silvestre, que desapareceu do engenho Utinga acompanhado por

[1282] O ORBE. Maceió, 20 jun. 1879.
[1283] O ORBE. Maceió, 29 abr. 1881.
[1284] O ORBE. Maceió, 11 jan. 1885.
[1285] O ORBE. Maceió, 02 jun. 1885.
[1286] O ORBE. Maceió, 14 jan. 1885.
[1287] CONRAD, Robert. **Os últimos anos da escravatura no Brasil:** 1850-1888. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1975, p.230.

Balbino, "armado de pistola e faca de ponta"[1288]. A Comissão Central Emancipadora (CCE), criada em 1883, encampou uma campanha de libertação de territórios, apoiada numa tática estadunidense, apelidada de *underground railroad*, que consistia em criar rotas de fuga e uma extensa malha de "asilos" para escravizados fugidos. Nesse contexto, Frederick Douglas foi o fugitivo mais conhecido nos Estados Unidos da América.

Segundo Angela Alonso,

> No Brasil, havia quilombos desde a Colônia, e vários surgiram durante a campanha abolicionista; eram, porém, enclaves clandestinos. Nada se assemelhava ao Norte dos Estados Unidos, território que banira a escravidão por lei, onde fugitivos pudessem viver como se fossem livres. A CCE decidiu criar essa área geográfica sem escravidão, que desafiasse a institucionalidade escravista e fosse refúgio de fugitivos (com ou sem ajuda dos abolicionistas) e emblema da possibilidade de ordem civil pós-escravista, em desmentido factual e retórico escravista da ameaça (a abolição como anarquia).[1289]

Essa ideia, inicialmente, visava tornar a capital do Império do Brasil, Rio de Janeiro, o primeiro território liberto, o que não ocorreu devido à forte reação escravista. A província do Ceará, abolindo a escravidão em 1884, portanto, era um território para o qual muitos escravizados miravam e fugiam. Diante desse acontecimento que marcou a conjuntura nacional do final da escravidão, as tensões entre os escravocratas que viviam em Maceió aumentaram, pois já estavam alarmados com a crescente presença e mobilidade das populações de origem africana na cidade[1290], muito por conta das fugas protagonizadas por escravizados do interior da província. Em contato com a circulação de experiências e informações, as populações de origem africana estavam atentas a possíveis "rotas que lhes permitissem novos espaços de solidariedade e liberdade"[1291].

[1288] O ORBE. Maceió, 1º. jan. 1885.

[1289] ALONSO, Angela. **Flores, votos e balas:** o movimento abolicionista brasileiro (1868-1888). São Paulo: Companhia das Letras, 2013, p.193.

[1290] SANTOS, Irinéia M. Francos dos. De quilombos e de xangôs: cultura, religião e religiosidade afro-brasileira em Alagoas (1870-1911). **Mneme** - Revista de Humanidades. Caicó, v. 15, p.83-121, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/mneme/article/view/5418>.

[1291] ARBOZA, Edson Holanda Lima. "Ela diz ser cearense": escravos e retirantes contra as correntes do tráfico interprovincial entre fronteiras do Norte. In: CASTILHO, Celso Thomas; MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo (Orgs.). **Tornando-se livre**: agentes históricos e lutas sociais no processo de abolição. São Paulo: Edusp, 2015, p.105-126.

Nas cidades oitocentistas, "fugas e fugidos conformavam paisagens e personagens comuns"[1292], desenhavam o espaço urbano e produziam diversos cenários sociais, políticos, econômicos e culturais, tecendo redes de acoitamento. Em cidades portuárias, como Maceió, muitos escravizados fugidos viam nos navios ancorados uma oportunidade de buscar outra vida longe do domínio de seus senhores. Já os libertos, poderiam ir atrás de parentes ou fugir de delitos cometidos. Como fez o liberto Thadeu Catharina, preso a bordo do vapor pernambucano *Mundahú* ao atracar no porto de Maceió, quando se dirigia ao Recife vindo de Aracajú. O motivo da prisão seria um roubo praticado na província de Sergipe.[1293]

Nessas cidades havia grande circulação de informações, trazidas por marinheiros e outros tripulantes. Os "navios, conveses e portos constituíram espaços improvisados de comunicações, gestação de culturas étnicas, criação de linguagem e percepções políticas originais"[1294]. Neles surgiram personagens e ideias transatlânticas, além de lideranças bem articuladas politicamente.

Os caminhos dos "fugitivos" eram vários e estrategicamente pensados. A análise dos jornais alagoanos auxilia o entendimento das "fugas e seus personagens"[1295] no mundo urbano maceioense. Anúncios de jornais escondiam nas entrelinhas informações acerca das fugas e suas motivações e das estratégias dos escravizados fugitivos para não voltar ao cativeiro. Entre tais artifícios destaca-se o "inculcar-se como libertos/forros, trocar de roupa após fugir, mudar nome ou ainda procurar proteção/ocupação junto a outros senhores ou lugares"[1296].

As fugas podiam se inserir na experiência de vida dos cativos como um mecanismo de protesto escravo ou como forma de constituir comunidade e cultura na diáspora, não se resumindo a isso. Muitos escravizados fugiam para visitar parentes e reunir-se com seus pares em festas e celebrações, outros ainda para trabalhar ao ganho e buscar seus pecúlios. Podiam ser fugas de pequena duração

---

[1292] ARAÚJO, Carlos Eduardo; FARIAS, Juliana Barreto; GOMES, Flávio dos Santos; SOARES, Carlos Eugênio Líbano. **Cidades negras:** africanos, crioulos e espaços urbanos no Brasil escravista do século XIX. São Paulo: Alameda, 2006, p.25.
[1293] O ORBE. Maceió, 26 jun. 1882.
[1294] ARAÚJO, FARIAS, GOMES, SOARES, op. cit., p.47.
[1295] Ibidem, p.28.
[1296] Ibidem, p.32.

ou permanentes.[1297] As cidades, com seus redutos e territórios negros, revelavam, escondiam e protegiam a população de escravizados fugitivos.

As fugas e suas dimensões nos espaços urbanos, nesse sentido,

> Não podem ser banalizadas, classificadas como repetitivas ou cristalizadas em atos heroicos de resistência escrava. Havia muito de política nas decisões de escapar e como se manter protegido, pincipalmente nas cidades. Fugitivos, menos do que apenas 'inadaptados' ao regime escravista com extenuante carga de trabalho e péssimas condições de vida, redefiniam significados do *cativeiro* e *liberdade*. Não se ausentavam assim apenas para causar prejuízo senhorial ou escapar de previsíveis castigos físicos.[1298]

Explorar os significados da liberdade, bem como os caminhos para se chegar a ela é fundamental, segundo Hebe Mattos, para a compreensão das experiências de vida "dos últimos africanos e seus descendentes escravizados no Brasil, bem como para explicar sua interferência no processo de abolição e nas novas relações sociais que então se engendravam"[1299]. Em dada conjuntura, foram muitas as fugas planejadas e executadas por escravizados que se encontravam no interior da província de Alagoas e se dirigiram a Maceió.

Sob a epígrafe *Escravos Fugidos*, *O Orbe* publicou um anúncio assinado pelo senhor José Marinho de Alcântara Lima:

> Fugiram do engenho Flecheiras, na ribeira de Getituba, os escravos seguintes: Amaro, nação costa, bem preto, casado, já pinta, fala muito atravessado, altura regular, e costuma andar coxeando de uma perna: dizem estar destilando aguardente em Jaraguá ou Pajuçara, d'esde o ano passado á título de liberto.
> Marciano, mulato, com 35 anos de idade, baixo, cheio do corpo, cabelos cacheados, tem o braço direito decepado pela munheca e costuma andar de paletó, cobrindo a mão decepada; tem cicatriz de um talho sobre o olho direito.
> Rosa, mulher de Amaro, nação costa, alta, bem preta, sofre de reumatismo em uma perna, saiu no mês de fevereiro do corrente ano.
> Balbino, casado, nação costa, bastante ladino, altura regular, já tem cabelos brancos, trabalha de carpina e perfeitamente em

[1297] ARAÚJO, Carlos Eduardo; FARIAS, Juliana Barreto; GOMES, Flávio dos Santos; SOARES, Carlos Eugênio Líbano. **Cidades negras:** africanos, crioulos e espaços urbanos no Brasil escravista do século XIX. São Paulo: Alameda, 2006, p.28-32.
[1298] Ibidem, p.25.
[1299] MATTOS, Hebe Maria. **Das cores do silêncio:** os significados da liberdade no sudeste escravista – Brasil século XIX. Campinas: Editora da Unicamp, 2013, p.27.

> qualquer máquina de engenho; inculca-se curandeiro, e costuma andar manco proveniente de cravos nos pés.
> Saiu no mês de março com sua mulher.
> Bernarda, crioula, representa ter 50 anos, alta, fula, tem cicatriz de talho na testa; levou em sua companhia uma neta liberta de 2 anos mais ou menos.
> Saíram d'aqui, dizendo que tinham de embarcar para Pernambuco ou Ceará, porque existia em Maceió um navio para os conduzir por ordem do governo.
> Barnabé, com 27 anos de idade, fula, altura regular; tem marca de feridas nas pernas e uma chaga nas ventas, provenientes de bombas.
> Recomenda-se ás autoridades a captura de ditos escravos e protesta-se desde já contra quem os tiver agasalhado a título de libertos.[1300]

As fugas eram estrategicamente pensadas e executadas, levando em consideração uma rede afetiva que envolvia parentesco e múltiplos horizontes e destinos. Maceió, Pernambuco e Ceará simbolizavam para essas pessoas oportunidades de viver longe do domínio do senhor José Marinho de Alcântara Lima e seus feitores. Uma informação que chama a atenção no anúncio é o argumento de Balbino e Bernarda para a fuga, "[...] dizendo que tinham de embarcar para Pernambuco ou Ceará, porque existia em Maceió um navio para os conduzir por ordem do governo". Isso evidencia que a população escravizada estava atenta aos acontecimentos políticos ligados à questão emancipacionista, e sabiam da existência de "territórios emancipados", como o caso do Ceará. Dessa maneira, agenciavam sua vida em prol da liberdade, assim como os escravizados do engenho Água Clara em Santa Luzia do Norte, onde o senhor Firmino Leocádio de Lima denunciou a fuga de Maria, Inês e Laurindo:

> No dia 28 de dezembro do ano passado fugiram do engenho Agua Clara do abaixo assinado três escravos de nome Maria, preta, Inês, fula, com uma cria bem clara de três meses, e Laurinda, fula, idade de 13 anos, as quais foram seduzidas a em companhia de José Agostinho, mulato laranja bem claro, gago, sem barba, levando um clavinote e costuma andar de chapéu de couro, e Antonio Simão, mulato bem claro amarelo, alto e seco, [...] costumam trabalhar em engenho, o primeiro gosta de carregar bagaço verde, e o segundo bulhar fogo na fornalha, e eram moradores do referido engenho Agua Clara do termo de Santa Luzia do Norte.

[1300] O ORBE. Maceió, 03 mai. 1885.

> Há notícia de que seguiram para o norte da província, passando por Camaragibe, em busca da estrada de ferro de Pernambuco.[1301]

Durante o passar da década de 1880, o número de fugas aumentava cada vez mais, causando preocupação aos escravocratas e evidenciando o protagonismo escravo na luta pela abolição. Em meados de 1885 ocorreu uma série de motins na Vila de Coruripe realizados por escravizados que tinham o objetivo de se dirigir a Maceió.[1302] Tendo como pretexto a obtenção da liberdade, engrossaram naturalmente o "número de insurrecionados na passagem pelas fazendas e engenhos intermediários"[1303]. Nos primeiros anos da década de 1880, "ganhavam fôlego rebeliões escravas, algumas delas com ajuda de abolicionistas"[1304].

Com isso, em cidades como Maceió escravizados se aproveitavam das brechas do sistema para agir como livres. Vislumbraram na "cidade – apesar de todas as dificuldades – uma nova chance de alcançarem ou construírem formas parciais de liberdades"[1305]. Nelas poderiam se esconder em meio à população liberta, nas ruas, mocambos e festas, tecendo redes de solidariedade que dificultavam a vigilância das autoridades sobre os cativos. Evidentemente que muitos foram pegos pela polícia e pelos feitores, mas também existiram aqueles, e não foram poucos, que conseguiram assegurar a liberdade.

Os escravocratas reagiam a tal situação através de votos e balas. Com votos derrotaram o *Projeto Dantas*[1306], que terminou descaracterizado na maioria das mudanças previstas, desencadeando a Lei dos Sexagenários em 1885 e colocando panos quentes na ideia de emancipação total dos escravizados. Como comenta Wlamyra R. de Albuquerque acerca desse momento, os escravocratas estavam sob o impacto da discussão em torno do Projeto Dantas "e tentavam arregimentar forças políticas pra referendar a gradualidade da emancipação.

[1301] O ORBE. Maceió, 03 fev. 1888.
[1302] Essa informação aparece em algumas edições d' O Orbe de 1885.
[1303] O ORBE. Maceió, 18 fev. 1885.
[1304] ALONSO, Angela. **Flores, votos e balas:** o movimento abolicionista brasileiro (1868-1888). São Paulo: Companhia das Letras, 2013, p.200.
[1305] MAIA, Clarissa Nunes. **Sambas, batuques, vozerias e farsas públicas:** o controle social de escravos em Pernambuco no século XIX (1850-1888). São Paulo: Annablume, 2008, p.43.
[1306] Como consequência da pressão por ações mais efetivas com relação à emancipação dos escravizados, o senador Manuel Pinto de Sousa Dantas foi nomeado chefe de governo com a missão de encontrar uma solução para a crise política instaurada. O então Projeto Dantas definia diretrizes para a emancipação (idade, matrícula, transgressão de domicílio legal) e foi alvo de críticas por parte dos liberais e conservadores.

Pretendiam, assim, frear a ação abolicionista, cada vez mais ousada"[1307]. Nesse sentido,

> A situação de 1885 ressoava a de 1850, pois os nascidos desde a lei de 1871 seguiam até 1892, quando completariam 21 anos – sob protetorado de seus senhores. Quanto aos sexagenários, a nova lei os mantinha como escravos por três anos e servos daí por diante, pois só poderiam deixar o local de trabalho, com a autorização do juiz de órfãos.[1308]

O Projeto Dantas, além de libertar os escravizados idosos, estabelecia avaliações a partir das quais muitos poderiam ser libertados pelo Fundo de Emancipação.[1309] Numa reunião do Conselho de Estado em 25 de junho de 1885, os contrários ao projeto em discussão, além de se posicionarem contra a emancipação sexagenária, pediram "medidas para impor o trabalho forçado aos libertados recentemente"[1310]. Assim, a Lei dos Sexagenários, descrita por Robert Conrad como "complexa e retrógrada"[1311], foi uma manobra dos políticos contrários ao fim imediato da escravidão visando retardar ao máximo a abolição.

Entretanto, o escravismo, que antes se escorava no costume e agora dependia de garantias legais, tornou-se "socialmente ilegítimo". Cada vez mais aumentava o número de fugas de escravizados. Em Alagoas os senhores escravocratas reagiram com ações e palavras. Num texto intitulado *Agricultura*, o proprietário do engenho Graça Torta, Antonio Gomes de Mello Lins, refletiu sobre a situação da lavoura na província alagoana, definindo-a como "uma verdadeira catástrofe". O objetivo de seu texto, publicado n'*O Orbe* em 4 de junho de 1887, era queixar-se sobre os escravizados que deixaram seu engenho e se dirigiram a Maceió, sendo auxiliados pela Sociedade Libertadora Alagoana para conseguir alforria:

> Em janeiro do corrente ano foram seduzidos quatro escravos meus que foram para Maceió; em fevereiro mais quatro e dois ventres livres, como vulgarmente chamam os ingênuos.

[1307] ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. **O jogo da dissimulação:** abolição e cidadania negra no Brasil. São Paulo: Companhias das Letras, 2009, p.100.
[1308] ALONSO, Angela. **Flores, votos e balas:** o movimento abolicionista brasileiro (1868-1888). São Paulo: Companhia das Letras, 2013, p.287.
[1309] Robert Conrad compara os projetos Dantas e Saraiva, explicitando suas diferenças e reações. Ver: CONRAD, Robert. **Os últimos anos da escravatura no Brasil:** 1850-1888. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1975, p.269-272.
[1310] Ibidem, p.263.
[1311] Ibidem, p.256.

> Um desses escravos de nome Balbino, com seis dias voltou dizendo que um senhor capitão Goulart advogado dos mesmo os mandava ganhar, o dito escravo exigia a carta de alforria para poder transitar livremente, mas pelas expressões desse escravo pude conhecer que havia muita especulação nesse *abolicionismo* e que descobriu-se nesse negócio um meio fácil de vida, sem pagar imposto. Ah! Felizes![1312]

Antonio Goes de Mello Lins disse ter capturado três escravos e um ingênuo graças aos seus amigos, e ainda estava à procura dos outros. Desse modo, criticou veementemente a atuação da Sociedade Libertadora Alagoana, impondo-lhe a culpa pela "fase medonha" em que se encontrava a agricultura alagoana:

> Mas os senhores abolicionistas não querem que o movimento se apare com a nobreza que deve honrar a ideia; e por isso, em nome da lavoura, por mim, meus filhos genros, e sobrinhos protesto [...] contra tudo o que não for de direito e justiça.[1313]

O apoio a fugas e formação de quilombos era, por sua própria natureza, uma atividade sigilosa, pois quem tivesse comprovado o envolvimento estaria sujeito aos rigores da lei. Assim, muitos apoiadores se mantiveram no anonimato.

Na década de 1880, a tensão entre senhores escravocratas e abolicionistas só aumentava e, em muitos casos, apenas um fio separava-os de chegarem às vias de fato. Maria Helena P. T. Machado inclusive documentou um episódio ocorrido em Araraquara no ano de 1884, quando cerca de 80 fazendeiros armados expulsaram um advogado interessado na alforria de alguns escravizados.[1314] Os proprietários estavam irredutíveis perante os rumos que a instituição escrava ia tomando, e se armaram para defender suas posses e capturar escravizados fugidos. Quando o Barão de Cotegipe era figura forte no governo imperial (1885-1888), fez aprovar, para enfrentar o movimento abolicionista, multas "a incitadores de fugas e acoitadores de escravos, sujeitos ainda a ação civil criminal passiva com prisão de até dois anos"[1315]. Essa medida foi inspirada em um item do *Regulamento Negro* instituído nos EUA em 1850, o *Fugitive Slave Act*.

[1312] O ORBE. Maceió, 06 jun. 1887.
[1313] O ORBE. Maceió, 06 jun. 1887.
[1314] MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. **O plano e o pânico:** os movimentos sociais na década da abolição. São Paulo: Edusp, 2012, p.84.
[1315] ALONSO, Angela. **Flores, votos e balas:** o movimento abolicionista brasileiro (1868-1888). São Paulo: Companhia das Letras, 2013, p.291.

Mesmo com toda essa articulação escravocrata, os primeiros meses de 1887 apontavam a derrocada da escravidão como instituição e regime de trabalho.[1316] Com o aprofundamento da crise, cada vez mais se perdia o controle da mão de obra escravizada, algo que já era sintomático da época e agora ganhava novos contornos em virtude da fuga em massa dos escravizados para as cidades. Na seção *Agricultura* da edição de 5 de junho de 1887 d'*O Orbe*, o senhor de engenho Antonio Gualter de Araujo Peixoto, de São Bento, denunciou que em Maceió estavam acoutados dois escravizados que lhe pertenciam: "José, desde 30 de julho do ano próximo passado, e Inácia, que há de completar sessenta anos em setembro futuro, a qual desde 8 de abril se acha também ali."[1317] Além deles, Luiz e Vicente também haviam fugido de São Bento em direção à capital alagoana. Antonio Gualter afirmava ser um defensor do "direito de propriedade" e contrário à forma como estavam atuando os abolicionistas.

No entendimento de Irinéia M. Franco dos Santos, a "iminência da abolição parece ter acelerado uma reação articulada (quem sabe desesperada) dos proprietários da capital e do interior"[1318] de Alagoas. Na edição de 19 de junho de 1887 d'*O Orbe* foi publicado outro texto de Antonio Gualter de Araujo Peixoto, esse sob a epígrafe *Caríssimos colegas agricultores*, bradando "Vamos aos Quilombos! Vamos aos Quilombos", em referência aos coutos de escravizados fugidos de Maceió:

> Em virtude dos revoltantes e malévolos obstáculos que surgem para impedir-nos de reconquistar os nossos direitos postergados por uma cáfila de especuladores acobertados com o nome de abolicionistas, em virtude de apoio que lhes dispensam os divinos que se mostrem com a nossa seiva, **convido-vos a confortados pela força de direito, aproarmos com o direito da força irmos em um dia por nós combinado aos Quilombos de Maceió buscar os escravos** que ai se acham ocultos em casa dos tais abolicionistas, niilistas, ou comunistas, trabalhando para eles. Já existe uma abolicionista pastoral diabólica e ilegal, porque o que está abolida é a pena d'açoute para não ser aplicado como era antes; porém não que o senhor esteja privado de castigar os seus escravos; todavia [...] esta tão apregoada circular não nos proíbe trazer os

[1316] MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. **O plano e o pânico:** os movimentos sociais na década da abolição. São Paulo: Edusp, 2012, p.220.
[1317] O ORBE. Maceió, 05 jun. 1887.
[1318] SANTOS, Irinéia M. Franco dos. De quilombos e de xangôs: cultura, religião e religiosidade afro-brasileira em Alagoas (1870-1911). **Mneme** - Revista de Humanidades. Caicó, v. 15, p.83-121, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/mneme/article/view/5418>.

> nossos escravos amarrados, ou encangados com os que lhes prometem liberdade, fazendo-os apenas mudar de senhor legitimo, para senhor intruso.[1319]

Concluiu o texto reconhecendo que, embora parecesse exagerada e perigosa, essa seria a única solução para a defesa do "direito de propriedade". As "milícias paramilitares de caça" a escravizados fugidos estavam ligadas aos Clubes da Lavoura[1320] e foram comuns durante a década de 1880. Robert Conrad teceu comentários sobre a chamada "resistência brasileira" para abandonar a escravidão. Compreendeu que, além das questões econômicas da instituição, a "conservação da escravatura também estava intimamente relacionada com a sobrevivência de atitudes tradicionais que mantinham e protegiam a maioria dos costumes e instituições que o Brasil herdara do passado colonial"[1321].

Quando Cuba anunciou o fim da aprendizagem, que na prática abolia a escravidão por lá (1886), o Brasil se transformou naquilo que tanto se temia desde a década de 1860: o único país escravocrata das Américas e Caribe. Houve, assim, a necessidade de sinalizar ao mundo que o governo estava tomando medidas emancipacionistas. Entretanto, "o fez à maneira do escravismo de circunstância: em vez de abolir a escravidão, aboliu os açoites"[1322]. Era apenas mais uma medida paliativa entre tantas que se deram ao longo do século XIX. Porém, segundo Robert Conrad, a promulgação da lei que proibia o açoite significou a radicalização do conflito nacional em torno da abolição – a escravatura começava a mostrar suas ruínas.[1323]

A revogação, ainda que tardia, em 1886, da pena de açoites "ocasionou ferozes protestos dos fazendeiros, convencidos, e não sem razão, de que suprimi-la seria o mesmo que abolir a escravidão"[1324] ou um passo rumo a isso. Nesse ano os abolicionistas "tinham perdido a batalha eleitoral e o novo governo do Partido Conservador declarava-lhes guerra, taxando-os de arruaceiros, desrespeitadores de

---

[1319] O ORBE. Maceió, 19 jun. 1887.
[1320] ALONSO, Angela. **Flores, votos e balas:** o movimento abolicionista brasileiro (1868-1888). São Paulo: Companhia das Letras, 2013, p.292.
[1321] CONRAD, Robert. **Os últimos anos da escravatura no Brasil:** 1850-1888. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1975, p.25.
[1322] ALONSO, op. cit., p.300.
[1323] CONRAD, op. cit., p.290.
[1324] MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. **O plano e o pânico:** os movimentos sociais na década da abolição. São Paulo: Edusp, 2012, p.34-35.

leis e costumes"[1325] que há quatro séculos sustentavam a escravidão no Império do Brasil.

Outro agricultor alagoano disse que estava sendo vítima dos senhores abolicionistas e escreveu uma carta, publicada n'*O Orbe* em setembro de 1887, com o pseudônimo *Sapucahy*, ressaltando a necessidade de relatar o que se passava com ele. Queixou-se de terem fugido oito escravizados de sua propriedade entre janeiro e fevereiro de 1887, todos com direção a Maceió, onde teria empregado muitos esforços para capturá-los, mas apenas conseguiu encontrar três dos ditos escravizados. Reclamava de ter lutado com grandes dificuldades e sem apoio das autoridades, "pois a polícia n'aquela época era de todo estranha ou indiferente ao direito sobre a propriedade escrava"[1326].

A crise final da escravidão no Brasil veio acompanhada do surgimento de um modelo novo de resistência: os quilombos abolicionistas[1327], "fruto de uma complexa negociação social e política"[1328]. Neles eram tecidas malhas que proporcionavam aos escravizados em fuga meios para a conquista da alforria, meios de subsistência e proteção contra os senhores e seus capatazes que buscavam reaver suas perdas. Durante o governo de Cotegipe, dois processos confluíram: "[...] abolicionistas, expulsos do espaço público, penderam para ações clandestinas, e os escravos, percebendo a existência de uma rede de sustentação, ganharam incentivos para fugir"[1329]. Não esquecendo que ao longo da história do escravismo no Brasil sempre existiram fugas, quilombos, revoltas, assassinato de feitores e senhores, incêndios a plantações etc.

Ao longo da década de 1880 os escravizados perceberam que tinham mais possibilidades para obter êxito no planejamento e na execução de suas fugas. Na conjuntura alagoana da época, o destino mais procurado por eles era a capital. Em reação a essa situação, a "ida aos quilombos de Maceió" planejada por

---

[1325] ALONSO, Angela. **Flores, votos e balas:** o movimento abolicionista brasileiro (1868-1888). São Paulo: Companhia das Letras, 2013, p.15.
[1326] O ORBE. Maceió, 28 set. 1887.
[1327] Os quilombos abolicionistas, característicos da década de 1880, não podem ser vistos como detentores de uma atitude menos guerreira em relação a experiências quilombolas anteriores, como Palmares. As fugas em massa dos escravizados e a formação dessas comunidades continuavam a ser "uma opção guerreira". Ver: SILVA, Eduardo. **As camélias do Leblon e a abolição da escravatura:** uma investigação de história cultural. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p.33.
[1328] Ibidem, p.12.
[1329] ALONSO, op. cit., p.305.

escravocratas ocorreu em setembro de 1887, sendo relatada e justificada em texto assinado pelo pseudônimo *Um Proprietário*:

> Nunca os proprietários e senhores de escravos tentaram fazer desordem e nem usar de meios ilegais. Cansados de virem a esta cidade haver seus escravos fugidos sem resultado algum, porque a polícia dizia que nada tinha com isto, e porque o snr. dr. Oiticica fez baixar das suas alturas uma ordem para que a polícia não prendesse e nem coadjuvasse a apreensão de escravos fugidos, e até estivesse vigilante contra o senhor do escravo remisso que o castigasse; e nesse abandono vendo os proprietários serem dizimados pelas seduções tomaram uma resolução desesperada de virem com os seus moradores a esta cidade no dia 6 d'este mez, porque diziam por foram os emissários dos libertadores do alheio, que no dia 7 haveria em Maceió o grito de liberdade, e os escravos fossem ver a sair carta de liberdade; e então sendo muito os fugidos a ponto de ficarem os engenhos sem escravos para o trabalho, foi dita resolução tomada por homens pacíficos com o fim de porem a força à disposição da autoridade pública.[1330]

A violência foi uma tônica dos séculos em que o escravismo perdurou no Brasil, e naqueles momentos finais do cativeiro os escravocratas a utilizariam ao máximo para reaver a "posse" dos fugitivos.[1331] Muitos senhores entendiam que a violência era uma forma de manter a autoridade sobre escravizados e pobres livres.[1332] Em contrapartida, muitas eram as atividades em prol da abolição realizadas pela Sociedade Libertadora Alagoana em Maceió, que também via nas artes um modo de fazer política. Uma delas foi a "Passeata dos abolicionistas", realizada na noite do dia 15 de setembro de 1887.[1333] Diante desse quadro, proprietários de diversos municípios alagoanos se uniram para questionar a ordem de não conduzirem os escravizados fugidos à cadeia de Maceió. Para Maria Helena P. T. Machado, "[...] as ousadias dos escravos e o assoberbamento das polícias

---

[1330] O ORBE. Maceió, 14 set. 1887.

[1331] A documentação analisada nesta pesquisa destoa da visão sobre a relação senhor-escravizado presente na obra de Manuel Diegues Júnior, que entendeu que a partir "da segunda metade do século XIX tornaram-se raros os casos de castigos" em Alagoas, pois o senhor escravocrata concebia o escravizado como mercadoria (valor econômico/financeiro), e daí vinham as razões para, no entendimento desse autor, "tratá-los favoravelmente". Ver: DIEGUES JÚNIOR, Manuel. **O banguê nas Alagoas:** traços da influência do sistema econômico do engenho de açúcar na vida e na cultura regional. 2ª. ed. Maceió: Edufal, 2002, p.177.

[1332] BEATTIE, Peter M. **Tributo de sangue:** exército, honra, raça e nação no Brasil - 1864-1945. São Paulo: Edusp, 2009, p.31.

[1333] O ORBE. Maceió, 18 set. 1887.

afrontavam a ordem escravista tradicional, gerando, entre as populações, sentimentos de temor e desgoverno"[1334].

O proprietário Antonio Gomes de Mello Lins voltou a publicar suas queixas em novembro de 1887, disse ter sido vítima dos abolicionistas de Maceió e relatou os prejuízos sofridos. Cinco escravizados que a ele pertenciam foram vistos em Maceió e estavam tentando obter sua carta de alforria, por isso temia perder definitivamente a posse sobre eles. Então escreveu o seguinte: "Nas razões da defesa do meu dinheiro, apresentadas por meu advogado, verá o público como esses abolicionistas afrontam e vivem perturbando a paz dos proprietários."[1335] Desse modo, fez publicar n'*O Orbe* o processo impetrado na justiça para reaver a posse dos ditos escravizados, começando pelas razões de sua defesa:

> Esta ação e este processo são a prova da astúcia e da maior insolência com que esses libertadores do alheio, esses papa-pecúlios andam atrofiando o direito do senhor legitimo; e enganando e seduzindo os escravos alheios em suas respectivas fazendas para acoutá-los.
> Neste processo está a prova da sedução e enganos por uma especulação criminosa, e esta prova do acoitamento dos escravos do réu, o tenente-coronel Antonio Gomes de Mello Lins.
> Demonstraremos tudo isto ligeiramente, porém em ordem a convencer. [...] É preciso respeitar os direitos do senhor nesse resto de escravidão que ainda existe no país; e com este respeito é necessário amparar as leis contra os embates d'esses perturbadores da paz domestica das famílias.[1336]

Nota-se que a defesa da propriedade escrava era a tônica do processo, e que fugir das fazendas e se acoutar na capital alagoana era uma estratégia bastante comum entre os escravizados que visavam obter liberdade, cientes de que poderiam conseguir auxílio dos abolicionistas. Os escravizados interpretaram o momento como propício para fugir em direção a Maceió, onde poderiam se camuflar, contar com ajuda de iguais e conquistar a tão sonhada liberdade. Como bem pontuou Eduardo Silva, "sem a adesão franca dos cativos, manifestada pelas fugas em

[1334] MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. **O plano e o pânico:** os movimentos sociais na década da abolição. São Paulo: Edusp, 2012, p.91.
[1335] O ORBE. Maceió, 25 nov. 1887
[1336] O ORBE. Maceió, 25 nov. 1887.

massa, a 'avalanche negra', o projeto abolicionista não teria a mínima chance de êxito"[1337]. Assim, a liberdade só viria com a luta.

A década de 1880 possui uma peculiar fermentação social. Maria Helena P. T. Machado, se preocupando em estudar as vozes dissonantes dos que viveram o processo da abolição, com foco nas forças e tensões sociais, afirma que no universo urbano grandes fatias das camadas médias, que se encontravam pouco agasalhadas pelos figurinos "políticos do Império, juntamente com o populacho turbulento e desenraizado que o inchamento das cidades gerava sem gerir, engajavam-se no movimento abolicionista"[1338]. Essa situação acarretou um conflito contínuo envolvendo vários setores da sociedade que divergiam acerca dos rumos da questão da propriedade escrava no Brasil.

A análise da conjuntura alagoana na década de 1880 é ilustrativa das questões colocadas anteriormente. O pseudônimo *Camponêz Alagoano* assinou texto de 22 de maio de 1887, intitulado *O Gemido da Lavoura: sem trabalho, campeia o vício*, descrevendo que a lavoura gemia "sob o oneroso peso de uma ominosa dependência": os braços escravizados. O texto cobrava das autoridades o não consentimento da "desbragada vagabundagem", que estava crescendo nas cidades, vilas e povoações devido à fuga de escravizados das fazendas e engenhos acobertados pelos abolicionistas, descritos como "libertadores do alheio" e "estelionatários dos bens de outrem". O *Camponêz Alagoano* pontuou: "Todos sabem, não ignoram que, em nome da liberdade, mas dessa liberdade que anarquiza e corrompe, os direitos de propriedade vão sendo deturpados por especuladores."[1339]

Outra queixa veio à tona nesse texto, referente a uma circular da secretaria de polícia para todas as autoridades policiais, a qual ordenava que "cada um em seus municípios não consinta que os proprietários, senhores de escravos, castiguem os seus escravos, não tolere que as autoridades subalternas se envolvam em capturas de escravos"[1340] e também não facultasse a reclusão de escravizados. Tal circular foi vista como uma afronta aos senhores escravocratas, que se diziam acuados diante das perdas que estavam sofrendo:

[1337] SILVA, Eduardo. **As camélias do Leblon e a abolição da escravatura:** uma investigação de história cultural. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p.8.
[1338] MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. **O plano e o pânico:** os movimentos sociais na década da abolição. São Paulo: Edusp, 2012, p.26-27.
[1339] O ORBE. Maceió, 22 mai. 1887.
[1340] O ORBE. Maceió, 22 mai. 1887.

> Ao invés de privilegiar-se o trabalho, privilegia-se o ócio! Ao invés de procurar debelar o mal dá-se ensanchas as fugas.
> Acontece que o proprietário já por ver-se privado do trabalho do seu escravo, já porque um terceiro iniquamente d'ele se usurpou, já pelo fato de reiteradas fugas, provido dos seus legais documentos vai apreender e agarra o seu escravo, que não se esquiva de (tal é a sua petulância, insolência, aí adquiridas por ensino!) andar publicamente nas ruas da cidade.[1341]

O *Camponêz Alagoano* afirmou ainda que a "linguagem liberdadeira" dos abolicionistas transformara Maceió numa "cova de cacos dos escravos fugidos", que eram "maleficamente doutrinados e depois insuflados por aqueles lázaros morais". Iam com eles seduzindo e mesmo subornando outros que nas fazendas se achavam mais ou menos cumprindo os seus deveres, porém se tornavam rebeldes e remissos devido à "doutrinação abolicionista", "porque o mal, qual imã, sempre atrai mais"[1342]. Na ocasião o castigo físico aos escravizados foi defendido, alegando-se que corrigiria as faltas e seria um remédio contra a "laxidão e a desobediência":

> Ora, o proprietário, senhor de escravos, por um direito muito natural, usa d'esta faculdade a bem da ordem no trabalho e respeito na fazenda, e se assim não procurar proceder, então ao invés de aqueles escravos servirem-lhe de instrumentos de trabalho, servir-lhe-ão de seus capangas, instrumentos do mal, como hoje, insuflados, servem ao *liberdadeiros* contra os seus legítimos senhores.
> Nos tempos que atravessamos acham-se as subversões tão adiantadas que o mais leve castigo, uma repreensão mesmo é motivo para o escravo evadir-se da fazenda.[1343]

O castigo físico foi defendido pelos senhores escravocratas até os últimos suspiros da escravidão no Brasil, pois o viam como um modo de sustentar a exploração dos escravizados até que findado fosse o cativeiro. Uma denúncia publicada no *Lincoln*, em 20 de abril de 1888, sob a epígrafe *Últimos arrancos da escravidão*, mostra que essa questão, além de defendida, era colocada em prática: "Sabemos que o snr. capitão Belmiro José de Amorin, senhor do engenho Riachão, conserva preso no tronco, o seu escravizado Wanderley, açoitando-o duas vezes por noite."[1344] As fontes analisadas nesta pesquisa indicam que, apesar da proibição

[1341] O ORBE. Maceió, 22 mai. 1887.
[1342] O ORBE. Maceió, 22 mai. 1887.
[1343] O ORBE. Maceió, 22 mai. 1887.
[1344] LINCOLN. Maceió, 20 abr. 1888.

da pena de açoites, a prática continuou sendo utilizada pelos escravocratas, e foram muitos os relatos de maus-tratos e jorramento de sangue.

O texto do *Camponêz Alagoano* evidencia que os escravizados não estavam inertes ante a conjuntura posta e a campanha abolicionista, fugiam e atuavam em prol das fugas naqueles últimos meses da instituição escrava. Na edição de 10 de junho de 1887, *O Orbe* saiu em defesa do *Camponêz Alagoano*, dizendo que sua ideia, embora tardia, podia conter os excessos dos "abolicionistas dos escravos alheios", e talvez despertasse a atenção da polícia da capital, que estava "reduzida a um covil de escravos fugidos"[1345].

Em 25 de março de 1888, *O Orbe* publicou na seção *Agricultura* daquela edição um texto assinado pelo pseudônimo *Agricultor* intitulado *A má fé do governo brasileiro*. Nele o governo era acusado de cometer injustiça, violência e roubo contra os senhores de escravizados, por conta da "reforma do elemento servil":

> O governo sé tem executado as leis, que, para esse fim se tem promulgado, contra os senhores de escravos, cometendo contra eles todas as injustiças sugeridas pelos seus perseguidores; os senhores de escravos, desde muito, não pertencem a comunhão brasileira, são presas, com aprovação do governo, daqueles, que nada produzem, para as despesas do Estado, e d'aqueles que querem aproveitar o escravo alheio, enquanto por lei não é abolida a escravidão, empregando a sedução constituindo-se advogado dos que se dizem oprimidos, com o fim de reuni-los em seu serviço em puro prejuízo dos seus proprietários: e estes apesar de ter em seu favor o artigo ou artigos da Lei impondo penas severas ao acoitador de escravos, não espera que seja ele processado [...], e nem se anima a promover a acusação, para não ser escarnecido![1346]

O *Agricultor*, assim como o *Camponêz Alagoano*, defendeu o uso de castigo físico contra os escravizados e criticou a legislação que tornava crime tal prática:

> O escravo que é capturado precisa ser castigado com algum rigor para conte-lo, se o fizer a autoridade competente vem vistoria-lo, e em seguida instaurar um processo contra o senhor, que o castigou; se o castigo consentir em pôr no tronco o escravo, tem o senhor de o sustentar e mais tarde pode ser processado pelo crime de cárcere privado, não há de escapar esse recurso no filantropos com o que é alheio; **nessas**

[1345] O ORBE. Maceió, 10 jun. 1887.
[1346] O ORBE. Maceió, 25 mar. 1888.

> **circunstancias o escravo hoje pode deixar de público o poder de seu senhor, sem receio de ser capturado!**[1347]

O *Agricultor* já havia publicado um comunicado no mês de fevereiro de 1887, no próprio *O Orbe*, com o título *A Lavoura*, dizendo que, com a iminente abolição da escravidão, o Brasil se transformaria numa nação de proletários, pois a ruína agrícola arrastaria as outras classes, todos se achariam em péssimas circunstâncias e muitos engrossariam "a classe dos ladrões: quando a miséria entra por uma porta, a honra sai pela outra, e teremos já aumento do furto, roubo e assassinatos"[1348]. Noutro editorial que abordava a questão da lavoura, a situação foi descrita como precária e penúria, sendo a questão dos escravizados fugidos, acoutados em Maceió e separados da lavoura definida como "anômala"[1349].

Num texto intitulado *O grito dos oprimidos e o apelo ao poder público*, de 23 de outubro de 1887, assinado pelo pseudônimo *Um por todos os agricultores*, a libertação dos escravizados era apontada como a mais importante reforma desde 1822. Entretanto, foi alegado que tal medida estava impondo injustiças aos senhores escravocratas, tendo reduzido à miséria uns, e a outros dando graves prejuízos. Ainda foi relatado que:

> Muitas famílias, cujos possuídos constava somente de escravos, já estão hoje reduzidos á miséria e a prostituição; a miséria abate o nobre orgulho, humilha a dignidade e nivela as classes, nem todos são virtuosos. Viram essas famílias a perda do seu capital empregado em escravos, seu único meio de vida, promovida injustamente pelos seus concidadãos em face do governo de seu país, sem que este protegesse, como era de seu dever; sofreram os efeitos de uma revolução em plena paz![1350]

Também alegava o autor do texto que a força de escravizados na província já era pequena, e cada vez mais ia migrando para Maceió, o que tornava desanimador o estado dos estabelecimentos agrícolas em Alagoas, haja vista que, segundo as queixas supracitadas, os proprietários com maior número de escravizados e outros com pequenos recursos estavam "destinados à mesma sorte".

[1347] O ORBE. Maceió, 25 jun. 1888.
[1348] O ORBE. Maceió, 06 fev. 1888.
[1349] O ORBE. Maceió, 23 out. 1887.
[1350] O ORBE. Maceió, 09 out. 1887.

As cidades oitocentistas, embora fossem os principais destinos dos que fugiam, não significavam um paraíso para os fugidos. Além de mostrar sagacidade em suas fugas, os escravizados tinham de enfrentar outros desafios ao chegar a Maceió, onde a população afro vivia em péssimas condições e era suspeita permanente de ter cometido algum crime ou de fugido do trabalho escravo. Em novembro de 1882, desconfiava-se que "um preto de nome Fabrício", acusado de vários crimes, era escravizado, por não se conhecer "sua procedência"[1351]. A repressão policial nas cidades era implacável contra escravizados e libertos, a "estrutura montada tinha como objetivo garantir a segurança das elites e a manutenção da ordem."[1352] Assim, muitos negros eram recolhidos à prisão por suspeita de crimes, mesmo sendo inocentes. Foi o que ocorreu com a africana Felicidade, presa sob alegação de furto em 1º. de outubro de 1880, "sendo solta mais tarde por se mostrar sem culpa"[1353].

Muitos senhores de engenho dos arredores de Maceió externaram suas preocupações referentes à *tranquilidade e segurança pública*. Da região de Meirim, próximo à freguesia de Ipioca, chegou ao *O Orbe* uma queixa sobre a falta de segurança, assinada pelo pseudônimo *O Lavrador*, que disse o seguinte:

> Não é de hoje, há muito tempo, todos reconhecem a falta de segurança individual, sobretudo nos lugares do centro.
> Registram os jornais nomes de criminosos, que, percorrendo impávidos diferentes localidades, põem em sobressalto os moradores pacíficos, que a todo momento receiam de ser atacados.
> Apesar dos reclamos da imprensa até agora não apareceu uma providencia enérgica em ordem a tranquilizar os habitantes, fazendo cessar esse deplorabilíssimo estado das coisas.[1354]

O *Lavrador* lamentou a insuficiência da força pública e o fato de que algumas autoridades policiais não cumpriam com regularidade seus deveres, dando o exemplo de um assassinato ocorrido em Ipioca, cometido por um escravizado:

[1351] O ORBE. Maceió, 08 nov. 1882.
[1352] ARAÚJO, Carlos Eduardo; FARIAS, Juliana Barreto; GOMES, Flávio dos Santos; SOARES, Carlos Eugênio Líbano. **Cidades negras:** africanos, crioulos e espaços urbanos no Brasil escravista do século XIX. São Paulo: Alameda, 2006, p.74.
[1353] Ofícios de Polícia, 1880. Acervo Arquivo Público de Alagoas, Caixa 1.691.
[1354] O ORBE. Maceió, 11 out. 1882.

> [...] há poucos dias, um escravo do engenho *Fazenda* assassinou barbara e cruelmente degolando-a uma parceira sua.
> Debalde procurou o proprietário autoridade que precedesse a corpo de delito e desse providencias para a captura do criminoso.
> O escravo anônimo procurou imediatamente a capital e recolheu-se á cadeia onde se acha, segundo se diz, bem contente, saboreando os frutos de sua perversidade.[1355]

Exigindo das autoridades que dessem tratamento mais enérgico aos criminosos de morte que se encontravam presos, o *Lavrador* denunciou que a cadeia de Maceió estava se tornando, em vez de lugar de castigo, "um incentivo para a perpetração de crimes, sobretudo para os escravos, que julgam-se ali em melhores condições do que no serviço da lavoura"[1356]. Também observou que muitos escravizados do interior de Alagoas estavam ameaçando praticar crimes sob a alegação de que "na cadeia não se trabalha e passam melhor de que nas fazendas"[1357]. Cobrou, dessa maneira, que os escravizados não gozassem "por assim dizer de mais liberdade e vantagem do que no serviço da lavoura", justificando que, se os escravizados criminosos de morte, sobremaneira, fossem "tratados nas prisões com a maior severidade, entregues a trabalhos, esse fato [...] amedrontaria a tanto outros que constantemente ameaçam estar dispostos a fazer companhia aos parceiros que passam bem na cadeia"[1358].

As palavras aqui colocadas são uma amostra de como *O Orbe* se constituiu enquanto instrumento de críticas e cobranças por parte dos escravocratas, tornando-se, dessa maneira, um valioso acervo para os que pesquisam os anos finais da escravidão em Alagoas. Revela ainda como se configuravam as tensões que envolviam vários setores da sociedade.

Em Maragogy, no ano de 1885, um escravizado procurou o juiz do termo para denunciar o crime de morte cometido pelo seu senhor contra um parceiro seu. Na ocasião, solicitou carta de liberdade e foi mandado para Maceió, com auxílio dos abolicionistas.[1359] Num comunicado assinado pelo pseudônimo *Z. P.* e publicado pel'*O Orbe* em agosto de 1887, foram questionadas as garantias dadas aos negros cativos de Maceió:

[1355] O ORBE. Maceió, 11 out. 1882.
[1356] O ORBE. Maceió, 11 out. 1882.
[1357] O ORBE. Maceió, 11 out. 1882.
[1358] O ORBE. Maceió, 11 out. 1882.
[1359] O ORBE. Maceió, 1º. mar. 1885.

> O negro cativo é hoje um cidadão cercado de imunidades; e por uma bestialógica imitação se propala que a cadeia não é feita para prisão de escravos e nem autoridades policiais são capitães de campo. De sorte que **esta mesma cidade tem se tornado um covil de escravos fugidos**, sendo inútil recorrer ás autoridades policiais para a captura deles.[1360]

No comunicado ainda foi argumentado que a escravidão continuava sendo um direito garantido por lei e que tal situação estava levando os escravizados a serem arrogantes. Afirmava *Z. P.* "que faz medo quando em adjunto nas esquinas e calçadas atiram pilherias e palavradas, que boa educação não suporta"[1361]. Finalizou o texto dizendo que poderiam promover a emancipação, mas que respeitassem "o vínculo de obediência que há entre escravo e o senhor"[1362].

Na ocasião, o então chefe de polícia interino, Dr. Leite e Oiticica, juntamente com a presidência da província, "expediu ordem para que a polícia não coadjuvasse a captura desses escravos, e vigiasse sobre o lar de cada senhor se castigava os seus escravos"[1363]. Tal medida desagradou as autoridades, os agricultores e os escravocratas locais colaboradores d'*O Orbe*. Sob a epigrafe *Ainda o covil de escravos fugidos*, o periódico se queixou do estado lamentável em que se encontrava a capital alagoana, repleta de coutos de escravizados fugidos à procura da libertação: "[...] acoutados uns, e outros de público – ou vadiando, ou trabalhando para os abolicionistas do alheio."[1364] A circular de Leite e Oiticica, que era declaradamente a favor da abolição e colaborador do periódico *Lincoln*, foi vista pelos escravocratas como ferramenta utilizada pelos abolicionistas na arregimentação de fugas para Maceió, onde, naquele momento, existia "uma rede de solidariedade entre livres e libertos para proteção dos escravizados fugidos"[1365].

Em outro editorial sobre o *covil de escravos fugidos*, foi dito de forma bastante incisiva que era crime a sedução e o acoitamento dos escravizados fugidos. Destacando a seriedade e gravidade da situação, pedia providências às autoridades:

[1360] O ORBE. Maceió, 05 ago. 1887.
[1361] O ORBE. Maceió, 05 ago. 1887.
[1362] O ORBE. Maceió, 05 ago. 1887.
[1363] O ORBE. Maceió, 07 set. 1887
[1364] O ORBE. Maceió, 26 ago. 1887.
[1365] SANTOS, Irinéia M. Francodos. De quilombos e de xangôs: cultura, religião e religiosidade afro-brasileira em Alagoas (1870-1911). **Mneme** - Revista de Humanidades. Caicó, v. 15, p.83-121, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/mneme/article/view/5418>.

> Há nesta cidade cerca de seiscentos escravos fugidos de diversos proprietários, e senhores de escravos, não só deste município, como de diversos; **escravos acoutados no alto do farol, em Jaraguá, na colônia africana, no Poço, Levada e Bebedouro**.
> Os senhores que vieram aqui ver os seus escravos, voltavam com a crença de que era impossível tira-los deste covil, onde não encontraram o menor auxilio da polícia, que ao contrário dava ordens para que não se prestassem a esse serviço.[1366]

Mais uma vez a questão da escravidão como um direito de propriedade aparece. O autor encerrava o editorial dizendo que quem fosse escravizado devia estar nas fazendas trabalhando, e quem almejasse a alforria, que se dirigisse à justiça do município de cada senhor. Sobre uma escravizada fugida de Anadia e acoutada na capital alagoana, por exemplo, foi dito: "[...] se tem direito a libertação dispute lá, aqui não."[1367]

Outro editorial, de 21 de outubro de 1887, afirmava estar a agricultura do Brasil passando por uma quadra penosa, e "de todos que sofrem, nenhum sofre mais que o agricultor". Indagou: "E se hoje sofre tanto, o que não sofrerá quando for obrigado a abrir mãos dos seus poucos escravos sem indenização alguma para ao menos com ela tentar ou principiar a nova vida?"[1368] Em alegações como essa sempre era pontuada a questão da propriedade e legalidade dos senhores de escravizados, bradando palavras contrárias à atuação dos abolicionistas, tida pel'*O Orbe* como "ilegal":

> **É crime constituírem esta capital em verdadeiro quilombo de escravos fugidos**, como estava, e ainda restam alguns outros, que precisam de ser destruídos; é crime insuflar escravos para saírem do regime de trabalho legal, para virem servir a eles abolicionistas em escravidão ilegal; é crime excitar e seduzir escravos de outros municípios para virem tratar n'este de libertação que não podem ter direito a ela; e não há ninguém que vendo sob a capa do pensamento libertador a mais deplorável especulação, não consagre um estigma severo.[1369]

Em outro editorial o periódico alegou que, embora a escravidão fosse um mal, ainda era um direito garantido por lei: "O escravo como instrumento de trabalho,

[1366] O ORBE. Maceió, 28 ago. 1887.
[1367] O ORBE. Maceió, 28 set. 1887.
[1368] O ORBE. Maceió, 10 out. 1887.
[1369] O ORBE. Maceió, 28 set. 1887.

ou como capital, representa uma propriedade que deve ser garantida como qualquer outra."[1370] Desse modo, criticava as ações abolicionistas em Maceió, acusadas de estarem espalhando o boato de que o escravizado que para lá fugisse ficaria liberto.

As pressões dos agricultores aparentemente surtiram efeito e, em 2 de setembro de 1887, *O Orbe* chegou a publicar uma nota intitulada *A polícia e os escravos fugidos*, assinada pelo pseudônimo *Draco*, discorrendo sobre a atuação das forças policiais na captura dos escravizados acoutados em Maceió e bradando: "[...] continue a polícia a favorecer os senhores de escravos na captura dos que estão acoutados por esses especuladores, que o abolicionismo está encobrindo boas ladroeiras."[1371]

O final da escravidão em Alagoas, como na maioria do território brasileiro, foi bastante tenso. Para Irinéia M. Franco dos Santos, a agitação ocasionada pelo "aumento da população negra na cidade (Maceió) dava o impacto da importância fulcral da força de trabalho escrava e da culturalidade negra que se expressava fortemente"[1372].

Não paravam de chegar à capital alagoana escravizados fugidos das lavouras. Uma das rotas de entrada dos que fugiam dos engenhos era Bebedouro. Em setembro de 1887, *O Orbe* noticiou a chegada de um grande número de escravizados fugidos por lá, e cobrou as autoridades: "É preciso por qualquer meio evitar este fato, tanto mais quanto continuam os acoutadores de escravos a espalhar, que o escravo que para aqui vier fica forro."[1373] Num comunicado intitulado *Os agricultores e os escravos fugidos*, foi dito que existiam covis com mais de oito escravizados acoutados em Maceió, e que:

> A cidade está invadida por esses adventícios, que a noite saem pelos quintais roubando o que encontram, porque os dias levam no trabalho d'esses criminosos acoutadoures, ou ganhando para entregar a eles o dinheiro que adquirem, e talvez mesmo o que roubam.
> E a população da última camada de Maceió. Composta de moleques, negros, cabras e negras, aglomeram-se para **dar**

[1370] O ORBE. Maceió, 07 set. 1887.
[1371] O ORBE. Maceió, 02 set. 1887.
[1372] SANTOS, Irinéia M. Franco dos. De quilombos e de xangôs: cultura, religião e religiosidade afro-brasileira em Alagoas (1870-1911). **Mneme** - Revista de Humanidades. Caicó, v. 15, p.83-121, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/mneme/article/view/5418>.
[1373] O ORBE. Maceió, 07 set. 1887.

> **vaias aquele senhor que encontrando o seu escravo procura apreende-lo.**[1374]

Assim, a captura dos escravizados fugidos se tornava uma missão difícil, pois se escondiam em locais estratégicos. Numa madrugada de janeiro de 1885, por volta da meia-noite, "ouviram-se gritos angustiosos para o lado do Farol, e depois o estampido de um tiro"[1375]. Era um capitão do mato que estava na perseguição de um escravizado a mando do senhor João Paes de Almeida Lins. Na ocasião, o delegado de polícia que para lá se dirigiu conduziu à cadeia o capitão do mato e mais dois escravizados que se encontravam no local.

A região junto ao Farol era um território com matas para se esconder, e não ficava distante do Jaraguá e da região central, onde, através das redes de solidariedade tecidas, podia-se conseguir mais facilmente alimento, pertences e informações que auxiliavam na luta contra a captura. Na primeira semana de setembro de 1887, um dos proprietários dos escravizados acoutados em Maceió fez publicar um texto, em que é possível ter um pouco da dimensão das estratégias dos fugidos para conquistar a liberdade, e observar as consequentes lamentações dos escravocratas:

> Sou um dos senhores de escravos fugidos que quatro vezes tenho ido a capital tentar aprender os três que aí tenho, e todas as quatro vezes voltado tenho com o desengano.
> A primeira vez que fui tive a lembrança infeliz de entender-me com o snr. dr. Leite e Oiticica que estava interinamente na chefia da polícia, e fez-me coisa tão feia que até me aconselhou que não trata-se nisto, que abandonasse o meu direito; entretanto os meus escravos eram vistos dois no mercado público, e um servindo a um dos tais abolicionistas.
> Desanimado voltei para minha propriedade, e não me conformando com este sistema de furtar o alheio a pretexto de sentimentos humanitários que esses especuladores não tem, tenho procurado haver o que é meu, porém até hoje de balde - ora porque a polícia não tem força para coadjuvar a apreensão, e porque os acoutadores escondem os meus escravos, Enquanto via baldados os meus esforços, via também ameaçada a minha propriedade de não ter braços para o trabalho pela corrente de notícias e seduções de que os escravos diriam que assim como os três que tenho acoutados em Maceió estavam livres os outros irão também gozar desta liberdade que não é senão outra escravidão.[1376]

[1374] O ORBE. Maceió, 16 set. 1887.
[1375] O ORBE. Maceió, 25 jan. 1887.
[1376] O ORBE. Maceió, 08 set. 1887.

Para esse proprietário, havia um meio eficaz de acabar com os quilombos de Maceió, que consistiria "em fazer com que os inspetores de quarteirão procedessem a rigorosa sindicância e arrolamento dos habitantes do seu quarteirão", e os que fossem escravizados deveriam ser apreendidos e entregues aos respectivos senhores. Argumentava que o resultado seria eficaz, porque o escravizado que soubesse que não poderia mais se acoutar em Maceió se conformaria "com a sua infeliz sorte", até que o cativeiro fosse extinto de forma "regular e pacificamente", como mandam as leis, e não os abolicionistas.

Tal argumento reapareceu numa notícia de 11 de setembro de 1887, sobre escravizados que haviam fugido do engenho Cruzeiro do Sul para Maceió. Segundo esse texto, não seria fora de "propósito que os inspetores de quarteirão arrolassem essa população adventícia de escravos fugidos. Talvez que com esta providencia se evitasse a grande fuga dos escravos"[1377]. Outro proprietário, esse de Santa Luzia do Norte, fez publicar uma carta n'*O Orbe* em que alegava estar sendo sua propriedade ameaçada pela fuga dos escravizados. Estando em Maceió, conforme ressaltava, ficou "as barbas das primeiras autoridades". Segundo ele, entre os escravizados corria solta uma notícia: quem fosse para Maceió, ficaria forro. Por isso muitos tinham o plano de abandonar os engenhos quando principiasse a moagem da cana.[1378]

Em editorial de 21 de setembro de 1887, *O Orbe* abordou a representação dirigida ao presidente da província feita por 23 proprietários de diversos municípios, que pediam "garantias em favor do direito do senhor legítimo" contra as fugas de escravizados para Maceió. Desde então, as providências dadas foram: execução de mandados e apreensão de escravizados fugidos que andavam pela cidade. Essas providências foram vistas como de grande efeito, "produzindo a quietação entre os proprietários", porque o fervor da fuga de escravizados supostamente cessou, alguns inclusive teriam "voltado para os serviços dos seus senhores, abandonando os covis em que aqui estavam acoutados"[1379]. A atitude foi vista como enérgica, teria sido o bastante para que os escravizados fugidos fossem se retirando dos covis.[1380] *O Orbe* noticiou ainda que, apesar da debandada de Maceió, continuavam a existir

[1377] O ORBE. Maceió, 11 set. 1887.
[1378] O ORBE. Maceió, 28 ago. 1887.
[1379] O ORBE. Maceió, 21 set.1887.
[1380] O ORBE. Maceió, 18 set. 1887.

na cidade alguns covis de escravizados fugidos, os que se encontravam no alto do Farol passaram a dormir nas matas próximas.[1381]

Acabar com os coutos de escravizados fugidos era algo impossível, as dificuldades que as autoridades enfrentavam eram imensas, além dos outros problemas a aplacar e das denúncias a averiguar, fora a precariedade estrutural em que se encontrava o corpo de polícia há muito tempo. Em Bebedouro, uma das queixas era acerca da dificuldade de conduzir os presos por embriaguez e outros distúrbios para a cadeia que ficava na região central de Maceió:

> O subdelegado dali vê-se em dificuldades na efetividade de prisões correcionais, visto ser preciso remeter os presos para a cadeia da capital, que fica em grande distância como sabemos [...].
> Para indivíduos embriagados e que neste estado alteram o sossego e ofendem á moral publica, bastaria a reclamação correcional. No entanto são enviados para a cidade com grande trabalho, sendo até preciso amarra-los a corda e ata-los a um pau como há poucos dias se deu, para, a moda de porco, poderem chegar a prisão.[1382]

Bebedouro parecia mesmo ser um local de grandes incidentes. Em 1883 o subdelegado de lá estava jurado de morte, e providências foram pedidas ao chefe de polícia no intuito de "[...] garantir a vida e propriedade de cidadãos pacíficos, antigos moradores"[1383] daquele distrito: alegava-se a urgência da instalação de um quartel para que os soldados pernoitassem por lá. As reclamações parecem não terem surtido efeito, pois a delegacia de Bebedouro, em 1887, encontrava-se em "estado de acefalia", e constantemente se presenciavam conflitos e distúrbios, sendo que os moradores se queixavam de não terem a quem recorrer.[1384]

Bebedouro vivia em sobressalto com "malvados, armados de punhais". Em fevereiro daquele ano, foi noticiado que Felipe José dos Santos levara uma facada no ventre, dada pelo "caboclo Francelino, de parceria com o escravo José [...], os quais, atacando Felipe, resultou o ferimento grave"[1385] e seu falecimento no dia seguinte do ocorrido. A população foi descrita como de "índole pacífica e ordeira", principal vítima "dos assaltos de malfeitores forasteiros que ali até então

[1381] O ORBE. Maceió, 19 set. 1887.
[1382] O ORBE. Maceió, 11 mar. 1883.
[1383] O ORBE. Maceió, 16 mai. 1883.
[1384] O ORBE. Maceió, 03 jun. 1885.
[1385] O ORBE. Maceió, 25 fev. 1887.

aboletavam-se com o propósito de exercerem suas criminosas correrias"[1386]. Além disso, o "povo desordeiro desenfreado" estava ameaçando de faca em punho "a tranquilidade do cidadão"[1387].

Voltando ao debate da abolição da escravidão, um texto sobre *a emancipação em Alagoas*, assinado pelo pseudônimo *Um Alagoano*, defendia como uma das estratégias para fortalecer a abolição, entre várias, "a centralização dos escravos nas povoações, vilas e cidades"[1388], além do aumento do imposto sobre os escravizados e da criação de mais sociedades abolicionistas. Foi uma constante utilizar as páginas d'*O Orbe* para criticar o governo imperial diante da iminente emancipação dos escravizados, mas também havia textos que procuravam uma solução para o problema visando, senão a manutenção da escravidão, a perpetuação dos privilégios senhoriais. Entretanto, no geral, a tônica maior era a crítica à forma como o governo imperial tratava o assunto.

Na edição de 7 de novembro de 1884 lê-se que o governo estava acarretando a "completa ruína de grande parte de seus governados, dessa parte que não tem compartilhado de suas graças, e que mais concorre para as despesas do estado – os agricultores"[1389]. Entendia ser errada a maneira como o governo lidava com a escravidão, além de ter chamado para discutir tal questão "uma classe que, não tendo escravos, ou não vivendo deles", e não sendo agricultores, "não tem o que perder e por isso se dizem seus amigos para, ameaçando, seduzindo, dando fugas e praticando tudo o mais no sentido de afrouxar a obediência do escravo para com o senhor"[1390]. Tais palavras foram escritas pelo *Agricultor*, que mais uma vez utilizava as páginas do periódico para criticar a forma como se dava a emancipação dos escravizados:

> Por toda parte vemos demagogos, como o que assalariados ou esperançosos de recompensas do governo arengando em reuniões públicas, e concitando escravos a desobedecer a seu senhor e a assassina-los, porque, dizem eles, vale mais ser criminoso do que ser escravo [...].
> Para se resolver neste país a questão social do elemento servil não é preciso abandonar a sorte dos senhores de escravos, não é preciso aconselha-lo ao crime para obter a liberdade,

[1386] O ORBE. Maceió, 1º. mar. 1885.
[1387] O ORBE. Maceió, 23 mai. 1885.
[1388] O ORBE. Maceió, 16 abr. 1884.
[1389] O ORBE. Maceió, 07 nov. 1884.
[1390] O ORBE. Maceió, 07 nov. 1884.

> porque, se ainda há escravos entre nós, não são os senhores os culpados.
> Os senhores dos escravos aceitaram a lei de 28 de setembro (lei do ventre livre), apesar de conhecerem que eram os únicos prejudicados, e esperaram a sua execução, que foi executada com todo rigor em relação ao que dizia respeito aos senhores de escravos, mas quando ao que competia ao governo ficou por executar [...].
> É uma cruzada vergonhosa a que o governo tem posto em campo para libertar o escravo á custa somente do senhor!!
> Os senhores de escravos que deles precisam absolutamente, são os que sofrem [...] E são esses homens ativos, laboriosos e honrados a quem se vai desapropriando sem indenização, a quem se apelida de escravocratas bárbaros e desumanos, e contra quem se prepara toda espécie de perseguição, para lhe arrancar a fortuna adquirida, embora se obtenha essa espoliação á custa da própria vida da família espoliada.[1391]

Numa outra edição o mesmo *Agricultor* criticou a visão do periódico abolicionista *Lincoln*, o qual alegava que "a Constituição não garantia a propriedade escrava por não ser de direito natural", respondendo da seguinte maneira:

> É demais irrisório, tratando-se de um objeto tão sério!
> Senhores abolicionistas, capital empregado não se desapropria com palavras. Dizei vós que a escravidão não é de direito natural, e sim de direito civil, e que, portanto, não deve ser garantia pelo artigo respectivo de nossa constituição.
> Vejamos.
> Concedida a escravidão por direito civil, concedida está a indenização [...]
> A propriedade escrava é de direito civil somente, como dizeis, pois bem, quem empregou nela o seu capital legalmente se fez seu proprietário, tem direito a indenização, todas as vezes que a sociedade queira a desapropriação do escravo por utilidade pública.[1392]

Concluindo o texto, ainda alegou que grande parte da sociedade brasileira estava sendo punida mesmo sem praticar crimes, pois o governo a fazia perder o capital legalmente empregado nos escravizados, o "que equivale dizer que o governo brasileiro presidido por um Imperador tem dinheiro para todos os caprichos e esbanjamentos, mas não tem para pagar uma dívida social"[1393].

Assim, foi com palavras e ações violentas que os escravocratas alagoanos agiram perante o projeto de emancipação dos escravizados. Não se contentaram em

[1391] O ORBE. Maceió, 07 nov. 1884.
[1392] O ORBE. Maceió, 17 dez. 1884.
[1393] O ORBE. Maceió, 17 dez. 1884.

fazer publicar suas queixas e reclamações, armaram-se e foram a Maceió em busca do que eles diziam ser "direito de propriedade". Porém, a missão não foi simples, pois tiveram de enfrentar a resistência dos escravizados fugidos.

A mudança de expectativa dos fazendeiros e das autoridades, as percepções e ações dos escravizados e a "atmosfera de medos e tensões do último quartel do século XIX foram pesos importantes na história da abolição"[1394]. Diante da iminência da emancipação dos escravizados, e preocupados com a possibilidade de acordar certa manhã e perceber que houvera uma fuga em massa em sua fazenda, muitos proprietários optaram pelas "manumissões no campo", estabelecendo prazos de prestação de serviços, vistas por Robert Conrad como uma forma de "manutenção por controle"[1395].

Sobre São Paulo, o autor entende que o abandono das fazendas de café ocasionou uma mudança fundamental na maneira de lidar com a força de trabalho. Enfrentando perdas cada vez maiores e sentindo que a escravatura não tardaria a ser abolida, alguns fazendeiros seguiram o exemplo de proprietários do Rio Grande do Sul e concederam "a liberdade provisória através de contratos de trabalho"[1396]. No horizonte de muitos senhores estava a ideia de transformar escravizados em servos, mantendo assim a força de trabalho de suas plantações.

A abolição da escravidão estava se tornando uma quase certeza e, assim, temendo possíveis prejuízos na lavoura, buscavam-se alternativas ao trabalho escravo de forma mais incisiva e direta.[1397] Por outro lado, os trabalhadores também questionaram os limites da liberdade impostos por tais contratos. De certo modo, "[...] inverteram o jogo e determinaram limites para os poderes e desmandos senhoriais sobre seu corpo, seu modo de viver e seu trabalho"[1398].

Em finais de 1887, a "desobediência civil abolicionista, revolta de escravos, ações de milícias escravistas, comícios republicanos e insubordinação das Forças

---

[1394] GOMES, Flávio dos Santos; MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. Da abolição ao pós-emancipação: ensaiando alguns caminhos possíveis para outros percursos. In: CASTILHO, Celso Thomas; MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo (Orgs.). **Tornando-se livre**: agentes históricos e lutas sociais no processo de abolição. São Paulo: Edusp, 2015, p.19-41.

[1395] CONRAD, Robert. **Os últimos anos da escravatura no Brasil:** 1850-1888. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1975, p.231.

[1396] Ibidem, p.301.

[1397] ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. **O jogo da dissimulação:** abolição e cidadania negra no Brasil. São Paulo: Companhias das Letras, 2009, p.101.

[1398] ARIZA, Marília Bueno de Araújo. Comprando brigas e liberdade: contratos de locação de serviços e ações de liberdade na Província de São Paulo nas últimas décadas da escravidão (1874-1884). In: CASTILHO, Celso Thomas; MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo (Orgs.). **Tornando-se livre:** agentes históricos e lutas sociais no processo de abolição. São Paulo: Edusp, 2015, p.65-83.

Armadas puserem em xeque a capacidade"[1399] de governo do segundo reinado. Na província de São Paulo, fazendeiros ficaram desesperados ante a fuga de escravizados, crescente a partir de 1886. Com uma crise que se agravaria em junho de 1887, os proprietários viram suas forças de trabalho serem reduzidas pelas fugas em massa e exigiam providências do governo.[1400]

Alagoas estava na contramão de províncias que tiveram territórios libertados, como o Rio Grande do Norte (Mossoró, em 1883) e o Ceará (toda a província, em 1884).[1401] Senhores escravocratas se organizaram politicamente para resistir ao abolicionismo, o que ocorreu tanto em províncias que estavam com a escravaria crescente, "casos de São Paulo e Rio de Janeiro, como decrescente, como Pernambuco e Bahia"[1402]. O número da escravaria em Alagoas também vinha caindo ao longo das últimas décadas. Segundo documentou Felix Lima Júnior, em 1884 foram contabilizados 26.911 cativos, número que contrastava com os 35.741 existentes em 1871. Sobre o Fundo de Emancipação em Alagoas, Lima Júnior ainda registrou que:

> Em maio de 1880, com o dinheiro do fundo libertaram nesta Província, 131 cativos, dos quais 18 eram em Maceió [...]. Em 1881, em 23 municipios alagoanos, foram 33 gastando-se 184.144$875. No ano seguinte 457, despendendo-se 263.661$383. Dois anos depois 619, com a despesa de 335. 639. Tendo os cativos contribuído com seus pecúlios, no valor de 2.393$479.[1403]

Nesse sentido, o grupo de escravocratas ligados ao *O Orbe* é uma mostra da articulação política que conectava os interesses senhoriais. Era a reação politicamente organizada do escravismo contra as medidas emancipacionistas, e isso incluía os territórios libertados. Tendo em vista as investidas dos proprietários que queriam reaver a posse dos escravizados fugidos, e a forma como eles se posicionavam n'*O Orbe*, fica evidente que, se dependesse deles, a escravidão duraria por mais algumas décadas.

[1399] ALONSO, Angela. **Flores, votos e balas:** o movimento abolicionista brasileiro (1868-1888). São Paulo: Companhia das Letras, 2013, p.318.
[1400] CONRAD, Robert. **Os últimos anos da escravatura no Brasil:** 1850-1888. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1975, p.298.
[1401] Em 1884, a campanha de libertação de territórios contabilizava êxitos em "73 cidades e funcionava nas vinte províncias do Império". Ver: ALONSO, op. cit., p.267.
[1402] Ibidem, p.219.
[1403] LIMA JÚNIOR, Felix. **Escravidão em Alagoas**. Maceió: Departamento de Assuntos Culturais da Secretária de Educação e Cultura de Alagoas, 1975, p.33.

Diante disso, a resistência escrava nas suas mais variadas formas foi minando a hegemonia senhorial por dentro e deteriorando a instituição escravista. Fazendo com que, apesar de tardiamente em comparação com as outras abolições do continente americano, o cativeiro findasse em 1888. Em todo o país, inclusive, "a lei de 13 de maio libertou poucos negros em relação à população de cor. A maioria já havia conquistado a alforria antes de 1888 através das estratégias possíveis"[1404]. Em Maceió, no mês de junho de 1886, havia 1.156 escravizados, além de 106 considerados sexagenários. Já em 1887 a matrícula prevista pela Lei 3.270 registrou "1.136 escravos, sendo 12 sexagenários. No ano seguinte, em 13 de maio, foram libertados [...] menos de 1.000"[1405].

A atuação policial se tornou mais ampla e efetiva nas vésperas e no pós-abolição, revelando, assim, a expectativa que se tinha de um "caos social" em consequência da desarticulação da escravidão.[1406] Na ocasião da abolição, o presidente da província de Alagoas, José Cesário de Miranda Monteiro de Barros, informou que o chefe de polícia, até para dar conhecimento da "existência da lei, deu providências no sentido de ser reprimida a vagabundagem, obrigando assim os libertos que se retirassem das fazendas a tomarem trabalho útil"[1407]. As autoridades entenderam também que, dada a conjuntura, muitos dos que haviam migrado para a capital e centros populosos tinham "de voltar aos trabalhos da agricultura, a que estavam habituados"[1408]. Todavia, na prática, não foi algo tão automático e simples assim, a população de escravizados fugidos que agora era legalmente liberta continuou marcando presença na capital alagoana.

Como bem sinaliza Wlamyra R. de Albuquerque,

> Denominados de vadios no vocabulário policial, os que traduziram liberdade por mobilidade e autonomia foram alvos da desconfiança das autoridades. Promovendo tumultos, festas e alterações da ordem, a população de cor revolvia antigas pendências com ex-proprietários e deixava claro que as

[1404] ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. **O jogo da dissimulação:** abolição e cidadania negra no Brasil. São Paulo: Companhias das Letras, 2009, p.96.
[1405] LIMA JÚNIOR, Felix. **Escravidão em Alagoas**. Maceió: Departamento de Assuntos Culturais da Secretária de Educação e Cultura de Alagoas, 1975, p.67.
[1406] ALBUQUERQUE, op. cit., p.181.
[1407] ALAGOAS. Fala com que o Exm. Sr. Dr. José Cesario de Miranda Monteiro de Barros abriu a 1ª. sessão da 27ª. Legislatura da Assembleia Provincial das Alagoas em 6 de outubro de 1888. Maceió: Typ. do Conego Antonio José da Costa, 1888, p.6.
[1408] Ibidem, p.6.

> consequências da lei poderiam ser bem diferentes das desejadas pelos proprietários e pelas autoridades.[1409]

Neste último capítulo, atentando para a resistência escrava, e através da cidade de Maceió, percebeu-se que houve "um escravismo politicamente organizado, que lutou com unhas e dentes pela manutenção da escravidão"[1410] no Império do Brasil. Proprietários rurais cobraram de forma veemente que as autoridades dessem garantias de "ordem e tranquilidade pública" diante das incertezas e dos perigos decorrentes da suposta "ociosidade" dos libertos.[1411] Conjuntura que trouxe muitas tensões para a década da abolição no Brasil, suscitando um debate que teve desdobramentos no pós-abolição.

Nesse sentido, urge o desenvolvimento de mais pesquisas dedicadas ao tema. Para se ter uma ideia, os contratos de trabalho e de soldada permaneceram nos anos seguintes a 1888[1412], estendendo "o acesso (e a manutenção) à liberdade precarizada"[1413]. Tal debate é lacônico na produção historiográfica sobre Alagoas, e o pouco que se tem escrito cai em reducionismos e generalizações, como fez Manuel Diégues Júnior, que, estudando *O Banguê nas Alagoas*, reproduziu sem nenhuma crítica as queixas dos senhores de engenho e autoridades em relação à "falta de braços para a lavoura"[1414]. Discípulo de Gilberto Freyre, ele escreveu que a lei de 13 de maio havia criado uma série de "problemas, que vieram concorrer para agravar a crise, já acentuada pela baixa de preços que não podiam assegurar salários adequados para os trabalhadores livres"[1415]. Ou seja, estava mais

---

[1409] ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. **O jogo da dissimulação:** abolição e cidadania negra no Brasil. São Paulo: Companhias das Letras, 2009, p.107.
[1410] ALONSO, Angela. **Flores, votos e balas:** o movimento abolicionista brasileiro (1868-1888). São Paulo: Companhia das Letras, 2013, p.357.
[1411] Ibidem, p.362.
[1412] Ione Celeste J. de Souza também analisou contratos de soldadas e tutelas, com foco nos ingênuos da Bahia entre 1870-1890, entendendo que "para além da emancipação legal de 1888 continuaram a vivenciar práticas de trabalho compulsória, enquanto estratégias complementares na constituição de trabalhadores subalternos na derrocada da escravidão e nos primeiros anos da emancipação legal". Ver: SOUZA, Ione Celeste J. de. "Porque um menor não deve ficar exposto à ociosidade, origem de todos os vícios": tutelas e soldadas e o trabalho de ingênuos na Bahia, 1970 a 1890. In: CASTILHO, Celso Thomas; MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo (Orgs.). **Tornando-se livre:** agentes históricos e lutas sociais no processo de abolição. São Paulo: Edusp, 2015, p.189-210.
[1413] GOMES, Flávio dos Santos; MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. Da abolição ao pós-emancipação: ensaiando alguns caminhos possíveis para outros percursos. In: CASTILHO, MACHADO, op. cit., p.19-41.
[1414] Principalmente nos capítulos 2 e 3, intitulados O banguê e a economia alagoana e O banguê e o escravo negro, respectivamente. Ver: DIEGUES JÚNIOR, Manuel. **O banguê nas Alagoas:** traços da influência do sistema econômico do engenho de açúcar na vida e na cultura regional. 2ª. ed. Maceió: Edufal, 2002, p.109-191.
[1415] Ibidem, p.190.

preocupado com a situação econômica dos senhores de engenho do que com a população de origem africana no pós-abolição, e pouco contribuiu para a discussão acerca do acesso à cidadania da população livre pobre.

No que tange à questão da racialização no Brasil, a atmosfera era tensa, e isso não mudaria imediatamente após a abolição. O anúncio do 13 de maio deixou muitos membros das camadas abastadas em polvorosos e trouxe incertezas acerca das consequências sociais que viriam. Estavam preocupados com a preservação da propriedade e da condição senhorial. Assim, tinha-se como principal intento fazer transbordar para a sociedade no pós-abolição as regras sociais que balizavam o mundo escravista.[1416]

Nessa perspectiva, o fim da escravidão não simbolizou para a população negra o acesso direto à cidadania, tiveram de implementar outras lutas, sobremaneira acerca da repressão às suas práticas religiosas e culturais, como no episódio do Quebra de Xangô, em 1912, quando uma liga civil armada invadiu terreiros e espancou seus praticantes, chegando a assassinar a yalorixá Tia Marcelina. Mas isso é assunto para outra história.

[1416] ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. **O jogo da dissimulação:** abolição e cidadania negra no Brasil. São Paulo: Companhias das Letras, 2009, p.123.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estudar a resistência escrava na Alagoas oitocentista foi também estudar a memória geográfica da "gente quase anfíbia"[1417], como assim chamou Dirceu Lindoso, conectada pelos rios e lagoas, mas também pelo Atlântico Sul. Do litoral ao sertão, do sertão ao litoral, essa gente também foi a "gente das matas", que se camuflou, sobreviveu e resistiu à escravidão. Uma "gente palmarina" que manteve viva a cultura quilombola da resistência. A busca pelas experiências de vida dessa população guiou a pesquisa, que tem o objetivo de contribuir para a superação da herança escravocrata no país através do debate acadêmico em torno da História e Memória das populações africanas e seus descendentes em diáspora.

Entende-se que a "história da escravidão não se encerrou em 1888, prolongou-se tragicamente"[1418] na sociedade brasileira, realidade que pode ser constatada dando uma olhada nos indicadores sociais envolvendo a população negra. Em 2018 serão completados 130 anos da abolição da escravidão no Brasil, e ainda há pela frente um longo caminho a ser percorrido até torná-lo um país menos desigual. O debate em torno da erradicação das desigualdades sociais e das questões raciais perpassa pelo combate da memória tradicional acerca da escravidão e do pós-abolição. O tão debatido "mito da democracia racial" e uma produção historiográfica que relegou ao anonimato a participação das populações africanas e seus descendentes na luta contra a escravidão só contribuíram para a perpetuação do racismo.

No Brasil, por se tratar de uma nação em que constantemente é necessário lutar e se reinventar perante uma elite herdeira do *status quo* senhorial – que buscou e busca proteger seus privilégios por séculos, inclusive através de golpes políticos, como foi visto em 2016 –, a memória social da escravidão e da liberdade que vem sendo construída por profissionais comprometidos com as lutas antirracistas possibilita alçar um dos pilares, de muitos que ainda faltam, até a equidade. Alagoas, em particular, que recentemente completou 200 anos de emancipação política (1817-2017), é um estado com índices alarmantes de pobreza e violência. No início deste estudo, entre 2013 e 2014, o Instituto de Pesquisa Econômica

[1417] LINDOSO, Dirceu. **A interpretação da província:** estudo da cultura alagoana. 2ª. ed. Maceió: Seplan-AL, 2005, p.15.
[1418] ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. **O jogo da dissimulação:** abolição e cidadania negra no Brasil. São Paulo: Companhias das Letras, 2009, p.243.

Aplicada (IPEA) divulgou o *Mapa da Violência*[1419], em que Maceió liderava o ranking das capitais mais perigosas do Brasil, e Alagoas foi considerado o estado mais violento para negros, situação que não foi alterada segundo o *Mapa da Violência 2016*.

Visando contribuir para a mudança dessa realidade, os escritos aqui apresentados buscaram um melhor entendimento da história e cultura dos povos de matrizes africanas na região, e o fortalecimento de uma memória que segue na contramão dos discursos hegemônicos advindos de oligarquias locais, como os Calheiros. Famílias que tiveram sua riqueza construída desde o período escravocrata, e para constatar isso basta analisar a documentação citada nesta tese e outras que estão guardadas nos arquivos.

Se depender da grande maioria dos políticos alagoanos, a memória oligárquica, militar e escravocrata ainda existirá por muito tempo, haja vista as comemorações organizadas para os 200 anos de emancipação política do estado, com direito a intervenções teatrais que enalteceram os marechais Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto. Perante essa realidade, uma produção historiográfica sobre a escravidão e o pós-abolição numa perspectiva de luta e resistência é imprescindível na busca por uma sociedade mais justa e igualitária. Porque, dessa maneira, auxilia a construção de um firmamento em que possam ser escritas, faladas, pintadas, cantadas e dançadas contranarrativas ancoradas em corpos diaspóricos que não aceitaram/aceitam o poder hegemônico estabelecido.

Ao longo da primeira parte da tese, buscou-se evidenciar que as memórias sobre Palmares estavam vivas na sociedade alagoana do século XIX, e serviam de inspiração para os que continuavam lutando contra o cativeiro. Por outro lado, "homens ilustres" encamparam um projeto de história oficial institucionalizado pelos *institutos históricos*, como o IHGB e o IAGA. A partir de publicações em revistas e falas nos salões dessas instituições, buscaram ditar os padrões e normas em que a sociedade devia se encaixar, marginalizando indígenas, africanos e seus descendentes. Vislumbrava-se, portanto, apagar da memória não só Palmares, mas também episódios mais recentes que foram de encontro à ordem senhorial estabelecida, como a revolta escrava de 1815 na Vila de Alagoas, os Cabanos e os Marimbondos.

[1419] Para maiores informações, consulte: BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/>.

Outras pesquisas podem explorar as publicações do IAGA posteriores ao século XIX, bem como analisar os textos publicados nas revistas do IHGB e do IAHGP (Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano) sobre o Quilombo dos Palmares. Caminhos que este estudo não teve fôlego para trilhar, devido ao foco principal, a Alagoas oitocentista. Sobre as manifestações culturais de temáticas quilombolas, pesquisas relacionando o *Quilombo*, o *Lambe Sujo* e o *Negro Fugido* são outra possibilidade para adentrar o universo das *artes das memórias negras sobre a liberdade*.

No que se refere ao tráfico atlântico e aos povos africanos trazidos forçadamente para o Brasil, muito se tem a estudar sobre os que se estabeleceram em Alagoas. Por conta do objetivo de atentar para a importância da cultura oral no processo de reavivamento das memórias desses grupos do lado de cá do Atlântico, o capítulo 1, que abordou a temática, não conseguiu explorar as fontes que estão guardadas em instituições como o Arquivo Nacional. Esse tema é uma das grandes lacunas da historiografia sobre a escravidão em Alagoas.

Privilegiou-se, aqui, o desafio de mostrar como a sociedade oitocentista, em particular a alagoana, foi se construindo politicamente e culturalmente em meio às memórias e aos episódios de resistência escrava. Mas isso não foi uma tarefa fácil, ao contrário, foi árdua, tortuosa, reveladora e transcontinental, percorrendo arquivos e bibliotecas no Brasil e nos Estados Unidos. Sempre tendo em mente a ideia de uma *leitura a contrapelo*, imortalizada por Walter Benjamim em suas *teses sobre o conceito de história*[1420].

Nas partes II e III, o principal objetivo foi analisar episódios como a Guerra dos Cabanos através de um prisma buscando vislumbrar questões relacionadas à resistência dos escravizados, libertos e livres pobres. Também se procurou questionar a visão que se tinha de uma revolta escrava supostamente "sufocada pelas autoridades" na vila de Alagoas em 1815. Somando-se a essas histórias, apareceram pessoas que se amotinaram no início da década de 1850 se posicionando contra as medidas que ficaram conhecidas como "Lei do Cativeiro". Por fim, nos últimos anos da escravidão, quilombolas, ladrões de cavalos e escravizados em fuga aterrorizaram autoridades e escravocratas, tendo participação direta na implosão da instituição escravista no Brasil. Com base em documentação

[1420] BENJAMIN, Walter. Asteses sobre o conceito de história. In: Idem. **Obras escolhidas**. Vol. 1. São Paulo: Brasiliense, 1985, p.222-232.

policial, relatórios provinciais e publicações em periódicos, foi possível perceber os dilemas das autoridades e senhores escravocratas diante da sagacidade e tropelia com que escravizados, libertos e livres pobres planificavam e executavam suas estratégias de sobrevivência e resistência.

A hegemonia senhorial, que procurou exercer sua dominação combatendo quilombos, revoltas e fugas, restringindo as alforrias e proibindo as práticas culturais de matrizes africanas, deparou-se com uma forte e articulada resistência escrava, que também se configurou no campo da cultura. Reinventando suas identidades e desenvolvendo, dentro das possibilidades existentes, variadas estratégias para obter meios de subsistência e resistir à instituição escravista, a população africana e seus descendentes tiveram sempre a liberdade em seu horizonte. Além de revoltas e quilombos, houve negociações com os senhores, ameaças, roubos, sabotagens, suicídios, infanticídios, assassinatos, celebrações e festas negras.

O estudo da revolta de 1815 ainda possui várias questões a serem refletidas, e análises mais atentas ao processo do *Acordão* podem preencher lacunas presentes no capítulo 4. Sobre os Cabanos, apesar de ser um tema bastante estudado nos últimos anos, ainda se fazem necessárias pesquisas que atentem para o quotidiano da vida nas matas e explorem um pouco mais o modo de ser dos *papa-méis*. No que diz respeito à luta contra a "Lei do Cativeiro", a presente pesquisa se ateve majoritariamente, no que tange à análise documental, aos relatórios provinciais, assim não se deu uma maior atenção ao modo como esses eventos foram noticiados em periódicos da época, bem como não se debruçou sobre a documentação policial. Desse modo, são lançadas as bases para outros estudos sobre as questões aqui levantadas.

Muitos temas poderiam ser abordados aqui, mas, devido à sua complexidade e à impossibilidade de acesso às fontes, ficaram para futuras pesquisas. Sobre a década de 1870, por exemplo, este estudo não conseguiu se ater aos incidentes envolvendo a Lei de Recrutamento de 1874[1421] e a Revolta do Quebra-Quilos[1422]. Além do mais, a história do abolicionismo em Alagoas ainda está a ser escrita, os

[1421] Os debates e as consequências da Lei de Recrutamento de 1874, no Império do Brasil, foram tema de estudo de Peter M. Beattie. Ver: BEATTIE, Peter M. **Tributo de sangue:** exército, honra, raça e nação no Brasil - 1864-1945. São Paulo: Edusp, 2009, p.133-159.

[1422] Juliana Alves de Andrade foi uma das poucas pesquisadoras que atentaram para a temática em Alagoas, ela dedicou um capítulo de sua tese de doutorado à Revolta do Quebra-Quilos. Ver: ANDRADE, Juliana Alves de. **Gente do Vale:** experiências camponesas no interior da Província de Alagoas (1870-1890). Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014, p.191-226.

interessados na temática podem se debruçar sobre os periódicos alagoanos das décadas de 1870 e 1880, desde os declaradamente abolicionistas como o *Lincoln* até os contrários à abolição como o *Diário de Alagoas*, passando pela *Revista do Norte* e pelo *Diário da Manhã*, além d'*O Orbe*. A análise de tais publicações é capaz de auxiliar a reconstruir as trajetórias e ações das organizações abolicionistas alagoanas, bem como as estratégias de escravizados na busca pela alforria, além de trazer ao debate questões envolvendo "os braços para a lavoura", assunto abordado nesta pesquisa, mas que ainda tem várias lacunas a serem analisadas, como por exemplo a discussão acerca do trabalho livre e a imigração europeia no Nordeste brasileiro. Regiões como o sertão alagoano, nos múltiplos aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais, também tiveram pouca atenção dos pesquisadores. Enfim, a historiografia sobre a escravidão e a liberdade em Alagoas ainda tem um longo caminho a trilhar, e vários problemas a levantar.

Dito isso, cabe ressaltar que não se pretendeu aqui buscar uma verdade absoluta, muito menos que a tese significasse um fim, algo pronto e acabado. Como qualquer outro trabalho historiográfico, está sujeito a críticas, divergências e contribuições. A pesquisa no campo da História, que se baseia em documentos e nas interpretações dadas a eles, além do diálogo bibliográfico, não se conclui por definitivo, pois a sociedade está em perpétuo movimento, ela é dinâmica, e estamos sempre diante de velhos e novos problemas.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

I – Fontes

Arquivo Nacional

Carta do Inspetor Geral José Roberto Pereira da Silva a Caetano Pinto de Miranda Montenegro. Quartel da Vila das Alagoas, 16 ago. 1815. Acervo Arquivo Nacional - Rio de Janeiro, IJJ9, 241, vol. 5 (1815-1817), fls. 55-55v.

Carta do Ouvidor da Comarca das Alagoas Antônio Batalha a Caetano Pinto de Miranda Montenegro. Vila das Alagoas, 25 nov. 1815. Acervo Arquivo Nacional - Rio de Janeiro, IJJ9, 241, vol. 05 (1815-1817), fls. 66-67v.

Carta do Inspetor Geral José Roberto Pereira da Silva a Caetano Pinto de Miranda Montenegro. Vila das Alagoas, 22 nov. 1815. Acervo Arquivo Nacional - Rio de Janeiro, IJJ9, 241, vol. 05 (1815-1817), fls. 68.

Carta do Ouvidor Antônio Batalha a Caetano Pinto de Miranda Montenegro. Porto de Pedras, 22 mar. 1816. Acervo Arquivo Nacional - Rio de Janeiro, IJJ9, 241, vol.05 (1815-1817), fls. 113-116v.

Carta dos Vereadores da Vila das Alagoas Gregório Correa da Malta, Narciso Correa Machado de Araújo, Francisco Domingos da Silva e José Joaquim do Espírito Santo a Caetano Pinto de Miranda Montenegro. Vila das Alagoas, 18 jul. 1815. Acervo Arquivo Nacional - Rio de Janeiro, IJJ9, 241, vol.5 (1815-1817), fl. 41.

Conjunto documental: Ministério do Reino, Pernambuco, Correspondência do presidente da província, 02 ago. 1815. Acervo Arquivo Nacional - Rio de Janeiro, IJJ9, 241.

Conjunto documental: Ministério do Reino, Pernambuco, Correspondência do presidente da província, 18 ago. 1815. Acervo Arquivo Nacional - Rio de Janeiro, IJJ9, 241.

Correspondência do presidente de Alagoas ao Ministério do Império, de 17 de janeiro de 1852. Acervo Arquivo Nacional - Rio de Janeiro, IJ 360.

Ofício resposta do Presidente da Província de Alagoas - Sá e Albuquerque, enviado ao Presidente da Província de Pernambuco - Sergio Teixeira de Macedo, em 16 dez. 1856. Acervo Arquivo Nacional - Rio de Janeiro, IJ6, 521.

Arquivo Público de Alagoas

Ofício sem número remetido pelo 1º Suplente do Delegado da Vila de Santa Luzia do Norte, Manoel Fernandes da Costa Santos, em 23 de janeiro de 1876 ao Chefe de Polícia de Alagoas, Dr. Joaquim Guedes Correia Godim. Acervo Arquivo Público

de Alagoas. Caixa 1.423: Chefe de Polícia da Província de Alagoas, ofícios recebidos de diversas autoridades, 1876.

Ofícios de Polícia. Acervo Arquivo Público de Alagoas. Caixa 1.691, 1880.

Fontes audiovisuais

Luiz Gonzaga. **Adeus Rio de Janeiro/Rei Bantu**. Gravadora Victor. Formato: 78 (Vinil). 1950.

Mestre Verdelinho das Alagoas. **Universando**. CD. Coleção Música Popular Alagoana. Volume II. Maceió, 2006.

Raquel Gerber (Dir.). **Ôrí**. Documentário (91 min). VHS. Angra Filmes, 1989.

Fontes impressas

DIÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE PERNAMBUCO. Recife, 5 jul. 1834.

DIÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE PERNAMBUCO. Recife, 30 abr. 1834.

ALAGOAS. Exposição dos negócios da Província das Alagoas com que passa ao Exm, Sr, 1º Vice-presidente Manoel Gomes Ribeiro Dr. Antonio Caio da Silva Prado. Maceió: Typographia do Conego Antonio José da Costa, 1888.

ALAGOAS. Fala do Exmo. Sr. Presidente da Província das Alagoas Jozé Joaquim Machado d'Oliveira na Instalação da Assembléa Legislativa da mesma Província em 15 de março de 1835. Maceió: Tipografia de Meira e Companhia, 1835.

ALAGOAS. Fala e Relatório com que abrio a segunda Sessão Ordinária da Assembléa Legislativa da Província de Alagoas o Presidente da mesma Província Antonio Joaquim de Moira em 10 de janeiro de 1836. Maceió: João Simplicio da Silva Maia, 1836.

ALAGOAS. Fala com que abria a Sessão Extraordinária da quarta legislatura da Assembleia Legislativa da Província de Alagoas o Presidente da mesma Província Manoel Felizardo de Souza e Mello em 4 de fevereiro de 1842. Pernambuco: Typographia de M. F. de Faria, 1842.

ALAGOAS. Fala com que abrio a segunda sessão da quinta legislatura da Assembléa Legislativa da Província de Alagoas o Exm. Brigadeiro Presidente da mesma Província Henrique Marques D'Oliveira Lisboa em 8 de outubro de 1845. Maceió: Typographia Imparcial de L. I. R. Roma, 1845.

ALAGOAS. Fala com que abrio a primeira sessão ordinária da sexta legislatura da Assembléa Legislativa da Província de Alagoas o Exm. Presidente da mesma Província Antonio Manoel de Campos Mello em 15 de março de 1846. Maceió: Typographia de Menezes & C., 1846.

ALAGOAS. Fala dirigida á Assembléa Legislativa da provincia das Alagoas, na abertura da primeira sessão ordinaria da nona legislatura, pelo exm. presidente da mesma provincia, o conselheiro José Bento da Cunha e Figueiredo em 26 de abril de 1852. Maceió: Typ. Constitucional, 1852.

ALAGOAS. Fala dirigida á Assembléa Legislativa da província de Alagoas na abertura da sessão ordinária em 1º de março de 1855, por seu presidente Antônio Sá e Albuquerque. Recife: Typographia de Santos & Companhia, 1855.

ALAGOAS. Falas dirigidas á Assembléa Legislativa da provincia de Alagoas, na abertura da sessão extraordinaria em 20 de fevereiro de 1854, e ordinária em 8 de março do dito anno, pelo excellentissimo presidente da mesma provincia, o dr. José Antônio Saraiva. Recife: Typographia de Santos & Companhia, 1854.

ALAGOAS. Fala com que o exm. sr. dr. José Eustáquio Ferreira Jacobina, presidente da província, instalou a 2a sessão ordinária da 23a Legislatura Provincial das Alagoas a 27 de abril de 1881. Maceió: Typ. do "Liberal," 1881.

ALAGOAS. Fala com que o exm. snr. presidente, dr. Joaquim Tavares de Mello Barreto, abriu a 2.a sessão da 24.a legislatura da Assembleia Legislativa Provincial das Alagoas em 15 de abril de 1883. Maceió: Typ. do Diário da Manhã, 1883.

ALAGOAS. Fala com que o exm. snr. dr. José Cesario de Miranda Monteiro de Barros abriu a 1a sessão da 27a Legislatura da Assembleia Provincial das Alagoas em 6 de outubro de 1888. Maceió: Typ. do Conego Antonio José da Costa, 1888.

ALAGOAS. Relatório que por ocasião de deixar a Presidência da Província de Alagoas dirigio o Ilm. e Exm. Snr. Dr. José Bento da Cunha e Figueiredo em 5 de junho de 1850. Maceió: João Simplicio da Silva Maia, 1850.

ALAGOAS. Relatório com que o Exm. Conselheiro Dr. José Bento da Cunha Figueiredo entregou a administração da província das Alagoas ao Exm. Vice-presidente da mesma província. Pernambuco: Typographia de M. F de Faria, 1853.

ALAGOAS. Relatório lido perante a Assembleia Legislativa da província das Alagoas no ato de sua instalação em 16 de março de 1870 pelo presidente da mesma o exm. sr. dr. José Bento da Cunha Figueiredo Junior. Maceió: Typ. Commercial de A. J. da Costa, 1870.

ALAGOAS. Relatório lido perante a Assembleia Legislativa da província das Alagoas no acto de sua instalação em 3 de maio de 1871, pelo presidente da mesma, o exm. snr. dr. José Bento da Cunha Figueiredo Junior. Maceió: Typ. Commercial de A. J. da Costa, 1871.

ALAGOAS. Relatório lido perante a Assembleia Legislativa da província das Alagoas no ato de sua instalação em 7 de fevereiro de 1872 pelo presidente da mesma o exm. sr. dr. Silvino Carneiro da Cunha. Maceió: Typ. Commercial de A. J. da Costa, 1872.

ALAGOAS. Relatório com que ao Exm. Sr. Dr. José Torquato de Araujo Barros 2º vice-presidente passou a administração da Província de Alagoas o Exm. Sr. Dr.

Francisco de Carvalho Soares Brandão, presidente da mesma província. Maceió: Typ. do Liberal, 1879.

ALAGOAS. Relatório com que ao exm. sr. dr. Candido Augusto Pereira Franco 1 vice-presidente passou a administração da Província de Alagoas o e exm. sr. dr. José Eustáquio Ferreira Jacobina em 26 de fevereiro de 1882. Maceió: Typ. do Liberal, 1882.

ALAGOAS. Relatório apresentado á assembla Legislativa Provincial das Alagoas na primeira sessão ordinária da vigésima quarta legislatura no dia 16 de abril de 1882 pelo exm. snr. presidente, dr. José Barbosa Torres. Maceió: Typ. do Diário da Manhã, 1882.

Hemeroteca Digital Brasileira

DIÁRIO DA MANHÃ. Maceió, 7 set. 1886.

DIÁRIO DE ALAGOAS. Maceió, 11 nov. 1861.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Recife, 3 mar. 1834, 7 maio 1834, 17 maio 1834, 9 abril 1836, 22 out. 1844, 13 nov. 1844, 15 nov. 1844, 27 nov. 1844, 28 nov. 1844, 14 dez. 1844, 25 jan. 1850, 24 nov. 1851, 03 jan. 1852, 08 jan. 1852, 10 jan. 1852, 19 jan. 1852.

LINCOLN. Maceió, 24 jul. 1884, 30 nov. 1844, 20 abril 1888.

O CONSTITUCIONAL. Maceió, 23 jul. 1851.

O EQUINOXIAL. Recife, 14 ago. 1832.

O FEDERALISTA ALAGOENSE. Maceió, 3 out. 1832.

O ORBE. Maceió, 16 mar. 1879, 21 mar. 1879, 23 mar. 1879, 28 mar. 1879, 9 abr. 1879, 20 jul. 1879, 16 ago. 1879, 25 ago. 1879, 29 abr. 1881, 12 ago. 1881, 28 set. 1881, 23 dez. 1881, 15 jan. 1882, 12 jul. 1882, 26 jul. 1882, 30 ago. 1882, 24 set. 1882, 6 out. 1882, 11 out. 1882, 8 nov. 1882, 6 dez. 1882, 19 jan. 1883, 24 jan. 1883, 9 mar. 1883, 11 mar. 1883, 18 mar. 1883, 1 abr. 1883, 13 abr. 1883, 15 abr. 1883, 18 abr. 1883, 27 abr. 1883, 4 mai. 1883, 12 mai. 1883, 16 mai. 1883, 10 ago. 1883, 24 ago. 1883, 10 out.1883, 14 out. 1883, 31 dez. 1883, 16 jan. 1884, 16 jan. 1884, 23 jan. 1884, 29 fev. 1884, 7 mar. 1884, 16 abr. 1884, 7 nov. 1884, 17 dez. 1884, 1 jan. 1885, 11 jan. 1885, 14 jan. 1885, 6 fev. 1885, 18 fev. 1885, 1 mar. 1885, 4 mar. 1885, 6 mar. 1885, 29 abr. 1885, 3 mai. 1885, 23 mai. 1885, 2 jun. 1885, 3 jun. 1885, 30 ago. 1885, 23 jan. 1886, 16 mar. 1886, 07 abr. 1886, 11 abr. 1886, 11 mai. 1886, 13 out. 1886, 5 nov. 1886, 7 nov. 1886, 21 nov. 1886, 19 dez. 1886, 22 dez. 1886, 25 jan. 1887, 4 fev. 1887, 25 fev. 1887, 11 mai. 1887, 22 mai. 1887, 05 jun. 1887, 6 jun. 1887, 10 jun. 1887, 19 jun. 1887, 5 ago. 1887, 26 ago. 1887, 28 ago. 1887, 2 set. 1887, 7 set. 1887, 8 set. 1887, 11 set. 1887, 14 set. 1887, 16 set. 1887, 18 set. 1887, 19 set. 1887, 21 set. 1887, 28 set. 1887, 9 set. 1887, 10 out. 1887, 23 out. 1887, 25 nov. 1887, 1 fev. 1888, 3 fev. 1888, 6 fev. 1888, 10 fev. 1888,

24 fev. 1888, 26 fev. 1888, 28 fev. 1888, 14 mar. 1888, 25 mar. 1888, 28 mar. 1888, 25 abr. 1888, 29 abr. 1888, 25 jun. 1888.

O TELEGRAPHO. Maceió, 10 fev. 1877.

UNIÃO LIBERAL. Maceió, 28 jul. 1871.

II – Referências Bibliográficas

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. **O jogo da dissimulação:** abolição e cidadania negra no Brasil. São Paulo: Companhias das Letras, 2009.

ALENCASTRO, Luiz Felipe. **O trato dos viventes:** formação do Brasil no Atlântico Sul. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ALMEIDA, Katia Lorena Novais. **Alforrias em Rio das Contas:** Bahia século XIX. Salvador: EDUFBA, 2012.

ALMEIDA, Luís Sávio de. **Memorial biográfico de Vicente de Paula, capitão de todas as matas:** guerrilha e sociedade alternativa na mata alagoana. Maceió: Edufal, 2008.

ALONSO, Angela. **Flores, votos e balas:** o movimento abolicionista brasileiro (1868-1888). São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

ALVES, Maíra Chinelatto. Crimes de escravos e os caminhos da autonomia. Campinas, 1876. In: CASTILHO, Celso Thomas; MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo (Orgs.). **Tornando-se livre:** agentes históricos e lutas sociais no processo de abolição. São Paulo: Edusp, p.43-63, 2015.

ANDERSON, Robert Nelson. The Quilombo of Palmares: a new overview of a Maroon State in seventeenth century Brazil. **Journal of latin american studies**. Londres, vol. 28, n. 3, p.546-566, 1996.

ANDRADE, Juliana Alves de. **Gente do Vale:** experiências camponesas no interior da Província de Alagoas (1870-1890). Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.

ANDRADE, Manoel Correia de. **A guerra dos cabanos**. Rio de Janeiro: Conquista, 1965.

_____. **Usinas e destilarias das Alagoas:** uma contribuição ao estudo da produção do espaço. Maceió: EDUFAL, 1997.

ANDRADE, Mário de. As danças dramáticas do Brasil. **Boletim latino-americano de música**. Rio de Janeiro: Instituto Interamericano de Musicologia, 1947.

ANTONACCI, Maria Antonieta. **Memórias ancoradas em corpos negros**. São Paulo: Educ, 2014.

ARANTES, Adlene Silva. **O papel da colônia orfanológica Isabel na educação e na definição de meninos negros, brancos e índios na Província de Pernambuco** (1874-1889). Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005.

ARAÚJO, Alceu Maynard. **Folclore nacional**. São Paulo: Melhoramentos, 1964.

ARAÚJO, Carlos Eduardo; FARIAS, Juliana Barreto; GOMES, Flávio dos Santos; SOARES, Carlos Eugênio Líbano. **Cidades negras:** africanos, crioulos e espaços urbanos no Brasil escravista do século XIX. São Paulo: Alameda, 2006.

ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa. **Festas:** máscaras do tempo. Entrudo, mascarada e frevo no carnaval de Recife. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1996.

ARIZA, Marília Bueno de Araújo. Comprando brigas e liberdade: contratos de locação de serviços e ações de liberdade na Província de São Paulo nas últimas décadas da escravidão (1874-1884). In: CASTILHO, Celso Thomas; MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo (Orgs.). **Tornando-se livre:** agentes históricos e lutas sociais no processo de abolição. São Paulo: Edusp, p.65-83, 2015.

AZEVEDO, Amailton Magno. **Sambas, Quintais e Arranha-Céus:** as micro-áfricas em São Paulo. São Paulo: Olho d'Água, 2016.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. **Onda negra, medo branco:** o negro no imaginário das elites - século XIX. 3ª. ed. São Paulo: Annablume, 2004.

AZEVEDO, Salomão. **Quilombo:** um auto de sangue. Rio de Janeiro: D. O. Leitura, nov. 1985.

BARBOZA, Edson Holanda Lima. "Ela diz ser cearense": escravos e retirantes contra as correntes do tráfico interprovincial entre fronteiras do Norte. In: CASTILHO, Celso Thomas; MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo (Orgs.). **Tornando-se livre:** agentes históricos e lutas sociais no processo de abolição. São Paulo: Edusp, p.105-126, 2015.

BARICKMAN, B. J. Até a véspera: o trabalho escravo e a produção do açúcar nos engenhos do Recôncavo Baiano (1850-1881). **Afro-Ásia**. Salvador, n. 21-22, p.177-238, 1998-1999.

BARREIRO, José Carlos. **Imaginário e viajantes no Brasil do século XIX:** cultura e cotidiano, tradição e resistência. São Paulo: Editora Unesp, 2002.

BARROS, Rachel Rocha de Almeida. Abelardo Duarte e os estudos afro-alagoanos. In: DUARTE, Abelardo. **Folclore negro das Alagoas**. Maceió: Edufal, 2010.

BEATTIE, Peter M. "National Identity and the Brazilian *Folk*: the image of the *sertanejo* in Taunay's a *Retirada da Laguna*". **Review of Latim American Studies**. Los Angeles, vol. 4, n. 1-2, p.7-43, 1991.

_____. **Tributo de sangue:** exército, honra, raça e nação no Brasil - 1864-1945. São Paulo: Edusp, 2009.

_____. **Punishment in paradise:** race, slavery. Human rights, and a nineteenth-century Brazilian penal colony. Durhan/London: Duke University Press, 2015.

BENJAMIN, Walter. As teses sobre o conceito de história. In: BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas**. Vol. 1. São Paulo: Brasiliense, p.222-232, 1985.

BERTIN, Enidelce. **Alforrias na São Paulo do século XIX:** liberdade e dominação. São Paulo: Humanitas, 2004.

_____. **Os meia-cara**. Africanos livres em São Paulo no século XIX. Tese (Doutorado em História Social), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

BEZERRA, Henrique Rodrigues; LUCENA, Raquel Gomes de. Guerra dos marimbondos: Revoltas populares. **Anais eletrônicos do VI Colóquio de História**. Recife, p.95-102, 2012.

BISPO, Antônio Alexandre. Da suposta rememoração das lutas do Quilombo dos Palmares no folguedo quilombo de Alagoas. **Revista Brasil-Europa:** Correspondência Euro-Brasileira. S.l., n.11, 1991. Disponível em: <http://www.revista.akademie-brasil-europa.org/CM11-09.htm>. Acesso em: 14 abr. 2014.

BRANDÃO, Alfredo. **Viçosa de Alagoas:** o município e a cidade. Notas históricas, geographicas e arqueológicas. Recife: Imprensa Industrial, 1914.

_____. **Os negros na história de Alagoas**. Maceió: Conselho Estadual do Centenário da Abolição, 1988.

BRANDÃO, Moreno. **O centenário da emancipação de Alagoas**. Maceió: Instituto Arqueológico e Geográfico Alagoano, 1919.

BRANDÃO, Theo. O auto dos cabocolinhos. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas**. Maceió, n. 26, p.113-165, 1948/1949/1950.

_____. O reisado alagoano. **Revista do Arquivo Municipal**. São Paulo, n. CLV, p.14-225, 1953.

_____. **Quilombo**. Rio de Janeiro: Funarte, 1978.

_____. **Trovas populares de Alagoas**. 2ª. ed. Maceió: Edufal, 2014.

BUYERS, Ann Marie. Em defesa da honra: a emancipação de Alagoas no imaginário institucional. **Crítica Histórica**. Maceió, ano I, n. 2, dez. 2010.

CABRAL, José Francisco Dias. Relatório dos trabalhos no anno de 1873. **Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Alagoano**. Maceió, n. 4, p.86-88. jun. 1874.

_____. Narração de alguns sucessos relativos à guerra de Palmares. **Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Alagoano**. Maceió, n.7, p.165-171, dez. 1875.

CAETANO, Antonio Filipe Pereira. Comunicações jurídicas, circulações judiciais e redes governativas na comarca de Alagoas (1789-1821). In: CAETANO, Antonio Filipe Pereira (Org.). **Dinâmicas sociais, políticas e judiciais na América Lusa:** hierarquias, poderes e governo (século XVI-XIX). Recife: Ed. UFPE, 2016.

CARDOSO, Paulino de Jesus Francisco. **Negros em desterro:** as experiências das populações de origem africanas em Florianópolis (1860-1880). Itajaí-SC: Casa Aberta, 2010.

. Prefácio. In: RASCHE, Karla Leandro; PINHEIRO, Lisandra Barbosa Macedo (Orgs.). **Festas da diáspora negra no Brasil:** memória, história e cultura. Porto Alegre: Pacartes, 2016.

CARNEIRO, Edson. **Dinâmica do folclore**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

CAROATÁ, José Prospero Jehovah da Silva. Crônica do Penedo. **Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Alagoano**. Maceió, n. 1, p.02-07, dez. 1872.

CARVALHO, Marcus Joaquim Maciel de. Rumores e Rebeliões: estratégias de resistência escrava no Recife - 1817-1848. **Tempo**. Niterói, vol. 3, n. 6, dez. 1998.

_____. Pernambuco e Angola: negros e índios em Pernambuco, colônia e império. In: ANDRADE, Manuel Correia de; CAVALCANTI, Sandra Melo; FERNANDES, Eliane Moury (Orgs.). **Tempos flamencos e outros tempos**. Brasília: CNPq; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 1999.

_____. **Liberdade:** rotinas e rupturas do escravismo no Recife, 1822-1850. Recife: Editora Universitária da UFRPE, 2001.

_____. A mata atlântica: sertões de Pernambuco e Alagoas, sécs. XVII-XIX. **Clio** - Série Revista de Pesquisa Histórica. Recife, n. 25-2, p.249-266, 2007.

_____. Um exército de índios, quilombolas e senhores de engenho contra os "jacobinos": a Cabanada, 1832-1835. In: DANTAS, Monica Duarte (Org.). **Revoltas, motins e revoluções:** homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX. São Paulo: Alameda, 2011.

CASTILHO, Celso Thomas; MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. **Tornando-se livre:** agentes históricos e lutas sociais no processo de abolição. São Paulo: Edusp, 2015.

_____. "Propõem-se a qualquer consignação, menos escravos": o problema da emancipação em Recife, c. 1870. In: CASTILHO, Celso Thomas; MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo (Orgs.). **Tornando-se livre:** agentes históricos e lutas sociais no processo de abolição. São Paulo: Edusp, p. 277-292, 2015.

CASTRO, Yeda Pessoa de. Marcas de africania no português brasileiro. **Revista Africanias.com**. Salvador, 2011. Disponível em: <http://www.africaniasc.uneb.br/pdfs/n_1_2011/ac_01_castro.pdf>. Acesso em 22/03/2017.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSFOGUEL, Ramón. Prólogo. Giro descolonial, teoria crítica y pensamento hierárquico. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSFOGUEL, Ramón. **El giro decolonial:** reflexiones para uma diversidade epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007.

CAVALCANTI, Bruno César. As bantas coisas de Alagoas: cultura negra, passado e presente. **Caderno Saber**. Maceió: Gazeta de Alagoas, 4 fev. 2006.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade:** uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. **A força da escravidão:** ilegalidade e costumes no Brasil oitocentista. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

CONRAD, Robert. **Os últimos anos da escravatura no Brasil:** 1850-1888. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1975.

_____. **Tumbeiros:** o tráfico de escravos para o Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1985.

COSTA, Emilia Viotti da. **Coroas de glória, lágrimas de sangue:** a rebelião escrava de Demerara em 1823. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

COSTA, Francisco Izidoro Rodrigues da. Subsídios e documentos acerca do notável Quilombo dos Palmares. **Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Alagoano**. Maceió, n. 2, vol. 3, p.65-66, 1901.

COWLING, Camila. Como escrava e como mãe: mulheres e abolição em Havana e no Rio de Janeiro. In: CASTILHO, Celso Thomas; MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. **Tornando-se livre:** agentes históricos e lutas sociais no processo de abolição. São Paulo: Edusp, 2015, p.143-166.

DANTAS, Beatriz Góis. Jogo da memória: dos registros das lembranças às representações sobre etnias no lambe-sujo × caboclinhos. In: NASCIMENTO, Braulio do (Coord.). **Estudos de folclore em homenagem a Manuel Diégues Júnior**. Rio de Janeiro/ Maceió: Comissão do Folclore/ Instituto Arnon de Mello, 1976.

DANTAS, Mariana Albuquerque. **Dimensões da participação política indígena na formação do Estado Nacional brasileiro:** revoltas em Pernambuco e Alagoas (1817-1848). Tese (Doutorado em História), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.

DEAN, Warren. **Rio Claro:** um sistema brasileiro de grande lavoura - 1820-1920. São Paulo: Paz e Terra, 1977.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Teoria e método dos estudos feministas: perspectiva histórica e hermenêutica do cotidiano. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (Orgs.). **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

_____. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

_____. Hermenêutica do cotidiano na historiografia contemporânea. **Projeto História**. São Paulo, n. 17, p.223-258, nov. 1998.

DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. **O banguê nas Alagoas:** traços da influência do sistema econômico do engenho de açúcar na vida e na cultura regional. 2ª. ed. Maceió: Edufal, 2002.

_____. **O engenho de açúcar no nordeste:** documentário da vida rural. Maceió: Edufal, 2006.

DORATIOTO, Francisco. **Maldita Guerra:** novas histórias da Guerra do Paraguai. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

DUARTE, Abelardo. O negro na colonização de Alagoas. **Revista do Instituto Histórico de Alagoas**. Alagoas, v. XXIII, p.22-29, 1944.

_____. **Os negros muçulmanos nas Alagoas** (os malês). Maceió: Edições Caetês, 1958.

_____. **Episódios do contrabando de africanos nas Alagoas**. Comissão Estadual do Centenário da Abolição. Maceió: Ediculte, 1988.

_____. **Folclore negro das Alagoas:** áreas de cana-de-açúcar. Maceió: Edufal, 2010.

DUARTE, Francisco Peixoto. Apontamentos para a história da pátria. **Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Alagoano**. Maceió, n. 2, jul. 1873.

EINSEBERG, Peter. **Modernização sem mudança:** a indústria açucareira em Pernambuco - 1840-1910. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1977.

ESPÍNDOLA, Thomaz do Bom-Fim. **Geografia alagoana ou descrição física, política e histórica da província das Alagoas**. Maceió: Edições Catavento, 2001.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2005.

FERRAZ, Abdu. Contos e tradições orais em culturas africanas. **Projeto História**. São Paulo, n. 26, p.211-245, jun. 2003.

FERREIRA, Rusivania Santos. **Lambe-sujo e caboclinhos:** um espetáculo a céu aberto. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação), Universidade Federal de Sergipe, Sergipe, 2011.

FERRER, Ada. A sociedade escravista cubana e a Revolução Haitiana. **Almanack**. Guarulhos, n. 3, p.37-53, 1º semestre 2012.

_____. **Freedom's mirror:** Cuba and Haiti in the Age of Revolution. New York: Cambridge University Press, 2014.

FLORENTINO, Manolo Garcia. **Em costas negras:** um estudo sobre o tráfico atlântico de escravos para o porto do Rio de Janeiro (1790-1830). São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

_____; RIBEIRO, Alexandre; SILVA, Daniel. Aspectos comparativos do tráfico de africanos para o Brasil (séculos XVIII e XIX). **Afro-Ásia**. Salvador, n. 31, p.83-126, 2004.

FONSECA, Pedro Paulino. Memória dos feitos que se deram durante os primeiros anos de guerra com os negros quilombolas dos Palmares, seu destroço e paz aceita em junho de 1678. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil**. Rio de Janeiro, n. 39, p.293-322, dez. 1876.

FRANÇA, Jean Marcel Carvalho; FERREIRA, Ricardo Alexandre. **Três vezes Zumbi:** a construção de um herói brasileiro. São Paulo: Três Estrelas, 2012.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata**. São Paulo: Edunesp, 1997.

FREITAS, Décio. **Os guerrilheiros do imperador**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

FREYRE, Gilberto. Prefácio. In: VIANNA FILHO, Luiz. **O negro na Bahia**. São Paulo: José Olympio, 1946.

GALVÃO, Olympio Euzebio de Arroxellas; ARAUJO, Tiburcio Valeriano de. ***Compilação* das *leis provinciaes* das *Alagoas*** - 1835-1872. *Maceió: Tipographia Commercial de Antonio Jose da Costa, 1874*. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=CE8MAAAAYAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false>.

_____. Succinta descripção do município de Porto-Calvo. **Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Alagoano**. Maceió, n. 17, p.216-232, dez. 1883.

GASPAR, Lúcia. **Reisado**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 16 set. 2009. Disponível em: <http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/>. Acesso em: 30 mar. 2016.

GILROY, Paul. **Atlântico Negro**. Modernidade e dupla consciência. São Paulo/ Rio de Janeiro: 34/ Universidade Cândido Mendes - Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2001.

GOMES, Flávio dos Santos. **A hidra e os pântanos:** mocambos, quilombos e comunidades de fugitivos no Brasil (Séculos XVII-XIX). São Paulo: Ed. Unesp, 2005.

_____. **De olho em Zumbi:** histórias, símbolos e memória social. São Paulo: Claro Enigma, 2011.

_____; MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. Da abolição ao pós-emancipação: ensaiando alguns caminhos possíveis para outros percursos. In: CASTILHO, Celso Thomas; MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo (Orgs.).

Tornando-se livre: agentes históricos e lutas sociais no processo de abolição. São Paulo: Edusp, p.19-41, 2015.

GRAHAM, Sandra Lauderdale. **Caetana diz não:** história de mulheres da sociedade escravista brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

GRINBERG, Keyla. Em defesa da propriedade: Antônio Pereira Rebouças e a Escravidão. **Afro-Ásia**. Salvador, vol. 21-22, p.111-146, 1998-1999.

_____. **O fiador dos brasileiros:** cidadania, escravidão e direito civil no tempo de Antônio Pereira Rebouças. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. Re-ecravização, direitos e justiças no Brasil do século XIX. In: LARA, Silvia Hunold; MENDONÇA, Joseli Maria Nunes (Orgs.). **Direitos e Justiças no Brasil**. Campinas: Ed. Unicamp, 2006.

_____. Senhores sem escravos: a propósito das ações de escravidão no Brasil imperial. **Almanack Brasiliense**. São Paulo, n. 6, p.4-13, 2007.

GUIMARÃES, M. L. S. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 1, p.5-27, 1988.

HALL, Stuart. Identidade cultural e diáspora. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Rio de Janeiro, n. 24, p.68-75, 1996.

_____**. Da diáspora:** identidades e mediações culturais. Brasília: Unesco, 2006.

HAMPATÉ BÂ, Hamadou. A tradição viva. In: KI-ZERBO, Joseph. **História geral da África I:** Metodologia e pré-história da África. São Paulo: Ática, p.181-218, 1980.

HENCKEL, Rosa Cunha. **Tráfego de palavras:** africanismos de origem banto na obra de José Lins do Rego. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2005.

HEYWOOD, Linda M. **A diáspora negra no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2009.

HOBSBAWN, Eric John Ernest. **Bandidos**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1976.

HUM BRASILEIRO. **Opúsculo da descripção geographica topographica, phizica, política, e histórica do que unicamente respeita à província de Alagoas no imperio do Brasil**. Rio de Janeiro: Typ. de Berth e Haring, 1844.

IROBI, Esiaba. O que eles trouxeram consigo: carnaval e persistência da performance estética africana na diáspora. **Projeto História**. São Paulo, n. 44, p.273-293, jun. 2012.

JANCSÓ, Istvan; KANTOR, Iris. Falando de festas. In: JANCSÓ, Istvan; KANTOR, Iris (Org.). **Festa:** cultura e sociabilidade na América portuguesa. São Paulo: Edusp, 2001.

KENT, R. K. Palmares: an African State in Brazil. **The Journal of African History**. New York, vol. 6, n. 2, 1965.

KIDDY, Elizabeth W. Quem é o rei do Congo? Um novo olhar sobre os reis africanos e afro-brasileiros no Brasil. In: HEYWOOD, Linda M. (Org.). **A diáspora negra no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2009.

KOSTER, Henry. **Viagem ao nordeste do Brasil**. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1942.

LAGO, Luiz Aranha Corrêa do. **Da escravidão ao trabalho livre:** Brasil, 1500-1900. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

LAMOUNIER, Maria Lúcia. O trabalho sob contrato: a lei de 1879. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, n. 12, vol. 6, p.101-125, 1986.

_____. **Da escravidão ao trabalho livre**. Campinas: Papirus, 1988.

LANDER, Edgardo. Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêntricos. In: LANDER, Edgardo. **A colonialidade do saber:** eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

LARA, Silvia Hunold. Significados cruzados: um reinado de congos na Bahia setecentista. In: CUNHA, Maria Clementina Pereira (Org.). **Carnavais e outras f(r)estas**. Campinas: Ed. Unicamp, p.71-100, 2001.

LEÓN, Argeliers. **Tras las huellas de las civilizaciones negras en América**. El Vedado, Ciudad de La Habana: Fundación Fernando Ortiz, 2001.

LIGIÉRO, Zeca. **Corpo a corpo:** estudo das *performances* brasileiras. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.

LIMA JÚNIOR, Felix. **Escravidão em Alagoas**. Maceió: Departamento de Assuntos Culturais da Secretaria de Educação e Cultura de Alagoas, 1975.

LINDOSO, Dirceu. **A interpretação da província:** estudo da cultura alagoana. 2ª.ed. Maceió: Seplan-AL, 2005.

_____. **A utopia armada:** rebelião de pobres nas matas do tombo real. Maceió: Edufal, 2005.

_____. **A razão quilombola:** estudos em torno do conceito quilombola de nação etnográfica. Maceió: Edufal, 2011.

LOPES, Nei. **Bantos, malês e identidade negra**. 3ª. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

LOVEJOY, Paul. Jihad e escravidão: as origens dos escravos muçulmanos da Bahia. **Topoi**. Rio de Janeiro, vol. 1, n. 1, 2000, p.11-44.

LOVEMAN, Mara. Blinded Like a State: the revolt against civil registration in nineteenth-century Brazil. **Comparative Studies in Society and History**. Cambridge, vol. 49, n. 1, p.5-39, 2007.

MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. **O plano e o pânico:** os movimentos sociais na década da abolição. São Paulo: Edusp, 2012.

MACIEL, Pedro Nolasco. **Traços e troças** (crônica vermelha - leitura quente). 2ª. ed. Anotada e comentada por Felix Lima Junior. Maceió: DEC, 1964 [1899].

MAIA, Clarissa Nunes. **Sambas, batuques, vozerias e farsas públicas:** o controle social de escravos em Pernambuco no século XIX (1850-1888). São Paulo: Annablume, 2008.

MALDONADO-TORRES, Nelson. A topologia do ser e a geopolítica do conhecimento. Modernidade, império e colonialidade. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

MARQUES, Danilo Luiz. **Sobreviver e resistir:** os caminhos para liberdade de escravizadas e africanas livres em Maceió (1849-1888). Blumenau - SC: Nova Letra, 2016.

. O *quilombo* como arte da memória negra sobre Palmares. In: RASCHE, Karla Leandro; PINHEIRO, Lisandra Barbosa Macedo (Orgs.). **Festas da diáspora negra no Brasil:** memória, história e cultura. Porto Alegre: Pacartes, 2016.

_____; SILVA, Gian Carlo de Melo; TEIXEIRA, Luana (Orgs.). **História da escravidão em Alagoas:** diálogos contemporâneos. Maceió: Edufal, 2017.

MARROQUIM, Mário. **A língua no Nordeste:** Alagoas e Pernambuco. Maceió: Edufal, 2008.

MATOS, Maria Izilda Santos de. Outras histórias: as mulheres e os estudos dos gêneros − percursos e possibilidades. In: SAMARA, Eni de Mesquita; SOHIET, Rachel; MATOS, Maria Izilda Santos de (Orgs.). **Gênero em debate:** trajetórias e perspectivas na historiografia contemporânea. São Paulo: EDUC, p.83-114, 1997.

MATTOS, Hebe Maria. Identidade camponesa, racialização e cidadania no Brasil monárquico: o caso da "Guerra dos Marimbondos" em Pernambuco a partir da leitura de Guillermo Palacios. **Almanack Braziliense**. São Paulo, n. 3, p.40-46, mai. 2006.

_____. **Das cores do silêncio:** os significados da liberdade no sudeste escravista – Brasil século XIX. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O tempo Saquarema**. 5ª. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

MATTOS, Wilson Roberto de. **Negros contra a ordem:** astúcias, resistências e liberdades possíveis (Salvador, 1850-1888). Salvador: EDUNER, EDUFBA, 2008.

MELLO, Janaina Cardoso de. Dívidas de sangue. Queixas orçamentárias e declínio de produtividade agrícola na Guerra dos Cabanos (Alagoas/Pernambuco 1832-1835). **Anais do I Colóquio do Laboratório de História Econômica e Social da Universidade Federal de Juiz de Fora - LAHES**. Juiz de Fora, 2005.

_____. Matas temoratas: resistência e medo na Guerra dos Cabanos (Alagoas/Pernambuco 1832-1835). **Anais do XXIII Simpósio Nacional de História da ANPUH**. Londrina, 2005.

_____. Negros escravos, negros papa-méis: fugas e sobrevivências africanas nas matas de Alagoas e Pernambuco no século XIX. **Revista África e Africanidades**. Rio de Janeiro, ano I, n. 2, ago. 2008.

_____. Matas plurais, imoralidades matrimoniais: o despique entre negros e índios cabanos de Jacuípe (AL-PE, 1835-1850). In: PAIVA, Eduardo França; IVO, Isnara Pereira (Orgs.). **Escravidão, mestiçagem e histórias comparadas**. São Paulo: Annablume, 2008.

_____. Memórias impressas de guerras e guerrilhas nos confins do mundo rural: a Cabanada pernambucana-alagoana nas letras do mundo urbano (1832-1835). **Cadernos do CEOM**. Chapecó - SC, vol. 28, n. 42, p.87-95, jun. 2015.

MELLO, Priscila Leal. **Leitura, encantamento e religião:** o islã negro no Brasil. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

MELLO, Roberto Calheiro de. Discurso do presidente. **Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Alagoano**. Maceió, n. 4, p.85-86, jun. 1874.

MENDOÇA, Carlos Alberto Pinheiro. **Enciclopédia dos municípios alagoanos**. Maceió: Instituto Arnon de Mello, 2012.

MINTZ, Sidney W.; PRICE, Richard. **O nascimento da cultura afro-americana:** uma perspectiva antropológica. Rio de Janeiro: Pallas, 2003.

MORAIS, Viviane Lima. **Da subjetividade do homem à materialidade do boi:** recriando Áfricas na Diáspora. Tese (Doutorado em História Social), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

MOURA, Clovis. **Quilombo:** resistência ao escravismo. São Paulo: Ática, 1987.

_____. **Rebeliões da senzala:** quilombos, insurreições, guerrilhas. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

MUNANGA, Kabengele. Origem e histórico do quilombo na África. **Revista USP**. São Paulo, vol. 28, p.56-63, dez./fev. 1995/1996.

MUKUNA, Kazadi Wa. **O contato musical transatlântico:** contribuição bantu na música popular brasileira. Tese (Doutorado em Sociologia), Universidade de São Paulo, São Paulo, 1977.

_____. Prefácio. In: ANTONACCI, Maria Antonieta. **Memórias ancoradas em corpos negros**. São Paulo: Educ, 2014.

NASCIMENTO, Abdias. **Quilombismo:** documentos de uma militância pan-africanista. Petrópolis-RJ: Vozes, 1980.

NASCIMENTO, Beatriz. O conceito de quilombo e a resistência cultural negra. **Afrodiáspora**. São Paulo, vol. 6-7, p.41-49, 1985.

NASCIMENTO, Maria Beatriz. Kilombo e memória comunitária: um estudo de caso. **Estudos Afro-Asiáticos**. Rio de Janeiro, vol. 6-7, CEAA/UCAM, p.259-265, 1982.

NEGRO, Antonio Luigi; GOMES, Flávio dos Santos. As greves antes da "Greve": as paralizações feitas por escravos no século XIX. **Ciência e** Cultura. São Paulo, vol. 65, n. 2, p.56-59, 2013.

NEPOMUCENO, Nirlene. **Celebrações negras do ciclo natalino:** teias da diáspora em áreas culturais do Brasil e do Caribe. Tese (Doutorado em História Social), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.

NORTHUP, Solomon. **12 anos de escravidão**. São Paulo: Seoman, 2013.

OBENGA, Théophile. **Les bantu:** langues, peuples, civilisations. Paris-Dakar: Présence Africaine, 1985.

OLIVEIRA, Elaine Caroline Rocha. Tráfico ilegal de escravos em Alagoas (1850-1856). In: MACIEL, Osvaldo (Org.). **Pesquisando na província:** economia, trabalho e cultura numa sociedade escravista (Alagoas, século XIX). Maceió: Q Gráfica, 2011.

OLIVEIRA, Maria Inês C. de. **O liberto:** o seu mundo e os outros, Salvador 1790-1890. São Paulo: Corrupio, 1988.

_____. Viver e morrer no meio dos seus: nações e comunidades africanas na Bahia do século XIX. **Revista USP**. São Paulo, n. 28, p.174-193, dez./fev. 1995/1996.

OLIVEIRA, Maria Luiza Ferreira de. Sobreviver à pressão escapando ao controle: embates em torno da "Lei do Cativeiro" (a Guerra dos Marimbondos em Pernambuco, 1851-1852). **Almanack Braziliense**. São Paulo, n. 3, p.47-55, mai. 2006.

_____. Respostas do estado à revolta contra a lei do registro civil ou a "Lei do Cativeiro", 1851-1852. In: OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles; BITTENCOURT, Vera Lúcia Nagib; COSTA, Wilma Peres (Orgs.). **Soberania e conflito:** configurações do estado nacional no Brasil do século XIX. São Paulo: Hucitec, 2010, p. 363-388.

_____. As colônias militares na consolidação do Estado Nacional, 1850-1870. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História - ANPUH**. São Paulo, jul. 2011.

PAIVA, Eduardo França; IVO, Isnara Pereira (Orgs.). **Escravidão, mestiçagem e histórias comparadas**. São Paulo: Annablume, 2008.

PALACIOS E OLIVARES, Guillermo Jesus. Imaginário social e formação do mercado de trabalho: o caso do Nordeste açucareiro do Brasil no século XIX. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, n. 31, p.123-139, 1996.

_____. Revoltas Camponesas no Brasil escravista: a "Guerra dos Marimbondos" (Pernambuco, 1851-1852). **Almanack Brasiliense**. São Paulo, n. 3, p.9-39, mai. 2006.

PARRON, Tâmis Peixoto. **A Política da Escravidão no Império do Brasil, 1826-1865**. Dissertação (Mestrado em História Social), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

PINTO, Monilson dos Santos. **Negro fugido:** o teatro das aparições. Dissertação (Mestrado em Artes), Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", São Paulo, 2014.

PIRES, Maria de Fátima Novaes. **Fios da vida:** tráfico interprovincial e alforrias nos Sertoins de Sima - BA (1860-1920). São Paulo: Annablume, 2009.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, p.3-15, 1989.

QUIRING-ZOCHE, Rosemarie. Luta religiosa ou luta política? O levante dos malês da Bahia segundo uma fonte islâmica. **Afro-Ásia**. Salvador, n. 19/20, 1997.

RAMOS, Arthur. **O folclore negro no Brasil**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2007.

RAPOUSO, Americo. A archeologia na questão do homem. **Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Alagoano**. Maceió, n.10, 1879.

RASCHE, Karla Leandro; PINHEIRO, Lisandra Barbosa Macedo (Orgs.). **Festas da diáspora negra no Brasil:** memória, história e cultura. Porto Alegre: Pacartes, 2016.

RATTS, Alex. **Eu sou atlântica:** sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. São Paulo: Imprensa Oficial, 2006.

REIS, Andressa Merces Barbosa dos. **Zumbi:** historiografia e imagens. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Franca, 2004.

REIS, Demian Moreira. A dança do Quilombo: os significados de uma tradição. **Afro-Ásia**. Salvador, n. 17, p.159-171, 1996.

REIS, João José. A greve negra de 1857. **Revista USP**. São Paulo, n. 18, p.8-29, 1993.

_____. Quilombos e revoltas escravas no Brasil. **Revista USP**. São Paulo, n. 28, p.14-39, dez./fev. 1995/1996.

_____. Identidade e diversidade étnicas nas irmandades negras no tempo da escravidão. **Tempo**. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 2, p.7-33, 1996.

_____; SILVA, Eduardo. **Negociação e conflito:** a resistência negra no Brasil escravista. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

_____. Nos achamos em campo a tratar da liberdade: a resistência escrava no Brasil oitocentista. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). **Viagem incompleta:** a experiência brasileira (1500-2000). São Paulo: SENAC, p.242-263, 2000.

_____. Tambores e temores: a festa negra na Bahia na primeira metade do século XIX. In: CUNHA, Maria Clementina Pereira (Org.). **Carnavais e outras f(r)estas**. Campinas: Ed. Unicamp, Cecult, 2001.

_____. **Rebelião escrava no Brasil:** a história do levante dos malês em 1835. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

_____; GOMES, Flávio dos Santos; CARVALHO, Marcus Joaquim de. **O alufá Rufino:** tráfico, escravidão e liberdade no Atlântico Negro (c. 1822 - c. 1853). São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

RIBEIRO, Antonio Daniel Marinho. **A transição da mão de obra escrava para a livre no perímetro urbano de Maceió** (1850-1898). Monografia (Graduação em História), Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2003.

RODRIGUES, Jaime. **O infame comércio:** propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850). Campinas: Ed. da Unicamp, 2000.

_____. **De costa a costa:** escravos, marinheiros e intermediários do tráfico negreiro de Angola ao Rio de Janeiro (1780-1860). São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

ROMERO, Sylvio. Joaquim Nabuco e a emancipação dos escravos. In: ROMERO, Sylvio. **Ensaios de crítica parlamentar**. Rio de Janeiro: Ed. Moreira, Maximiano e C., 1883.

ROSA, Maria José. Identidade e cultura de etnias em Laranjeiras, Sergipe: representadas pela manifestação cultural de um povo – caboclinhos e lambe-sujos. **III Fórum Identidades e Alteridades:** educação, diversidade e questões de gênero. Universidade Federal de Sergipe, *campus* Itabaiana, 11 e 13 nov. 2009.

RUSSELL-WOOD, A. J. R. Através de um prisma africano: uma nova abordagem no estudo da diáspora africana no Brasil colonial. **Tempo**. Niterói, n. 12, 2001.

SAAVEDRA, Renata Franco. Marimbondos: política e estado no Brasil do século XIX. **Anais do XXV Simpósio Nacional de História da ANPUH**. Fortaleza, 2009.

_____. Recenseamento e conflito no Brasil imperial: o caso da guerra dos marimbondos. **Clio** - Revista de Pesquisa Histórica. Recife, n. 33.1, p.90-113, 2015.

SALLES, Ricardo. **E o vale era escravo**. Vassouras, século XIX: senhores e escravos no coração do Império. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

SAMUEL, Raphael. Teatros da memória. **Projeto História**. São Paulo, n. 14, p.41-81, fev.1997.

SANTANA, Adriana Santos. **Africanos livres na Bahia** - 1831-1864. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

SANT'ANA, Moacir Medeiros de. **Uma associação centenária**. Maceió: Arquivo Público de Alagoas, 1966.

_____. **Contribuição à história do açúcar em Alagoas**. Recife: Instituto do Açúcar e do Álcool e Museu do Açúcar, 1970.

_____. **Mitos da Escravidão**. Maceió: Secretária de Comunicação Social, 1989.

SANTOS, Irinéia M. Franco dos. A caverna do diabo: ensaio romântico de Valeriano de Souza e as religiões afro-brasileiras em Alagoas, no séc. XIX. **Sankofa** - Revista de História da África e da Diáspora Africana. São Paulo, n. 11, p.7-33, ago. 2013.

_____. De quilombos e de xangôs: cultura, religião e religiosidade afro-brasileira em Alagoas (1870-1911). **Mneme** - Revista de Humanidades. Caicó, vol. 15, p.83-121, 2014.

SANTOS, Lídia Rafaela Nascimento dos. **Das festas aos botequins:** organização e controle dos divertimentos no Recife (1822-1850). Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.

SANTOS, Magno Francisco de Jesus. Relíquias dos Tempos Pretéritos: a escrita da história das espacialidades e da cultura urbana na Cidade de Alagoas no oitocentos. **Projeto História**. São Paulo, vol. 58, p.113-147, jan./mar. 2017.

SANTOS, Mesalas Ferreira. ***Performance* e escárnio na festa do lambe-sujo de Laranjeiras/SE**. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Núcleo de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Sergipe, 2009.

SANTOS, Ynaê Lopes dos. **Além da Senzala:** arranjos de moradia escrava no Rio de Janeiro (1808-1850). Dissertação (Mestrado em História Social), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

_____. Escravidão, moradia e resistência. **Nuevo mundo - Mundos nuevos**. Débats. Paris, 10 jan. 2010. Disponível em: <http://nuevomundo.revues.org/58448>; DOI: <10.4000/nuevomundo.58448>. Acesso em: 22 jun. 2016.

_____. **Irmãs do atlântico:** escravidão e espaço urbano no Rio de Janeiro e Havana (1763-1844). Tese (Doutorado em História Social), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

SARLO, Beatriz. História contra o esquecimento. In: SARLO, Beatriz. **Paisagens imaginarias:** intelectuais, arte e meios de comunicação. São Paulo: Edusp, p.35-42, 1997.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Espetáculos das raças:** cientistas, instituições e questão racial no Brasil - 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARTZ, Stuart B. Mocambos, quilombos e palmares: a resistência escrava no Brasil colonial. **Estudos Econômicos**. São Paulo, vol. 17, número especial, p.61-88, 1987.

_____. **Slaves, Peasants and Rebels:** reconstructing Brazilian Slavery. Chicago: University of Illinois Press, 1992.

_____. Cantos e quilombos numa conspiração de escravos haussás. Bahia, 1814. In: REIS, João José; GOMES; Flavio dos Santos (Orgs.). **Liberdade por um fio:** história dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, p.373-406, 1996.

SILVA, Alberto da Costa e. **Um rio chamado Atlântico:** a África no Brasil e o Brasil na África. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, Ed. UFRJ, 2003.

SILVA, Eduardo. **As camélias do Leblon e a abolição da escravatura:** uma investigação de história colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SILVA, Jeferson Santos da. **O que restou é folclore:** o negro na historiografia alagoana. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2014.

SILVA, Luiz Geraldo. Sementes da sedição: etnia, revolta escrava e controle social na América Portuguesa (1808-1817). **Afro-Ásia**. Salvador, n. 25-26, p.9-60, 2001. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/21008>. Acesso em: 15 jul. 2015.

SILVA, Marcio Antônio Both da. Lei de Terras de 1850: lições sobre os efeitos e os resultados de não se condenar "uma quinta parte da atual população agrícola". **Revista Brasileira de História**. São Paulo, vol. 35, n. 70, 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1806-93472015v35n70014>.

SILVA, Salloma Salomão Jovino da. **Memórias sonoras da noite:** musicalidades africanas no Brasil oitocentista. Tese (Doutorado em História), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.

SIQUEIRA, José Jorge. Os congressos afro-brasileiros de 1934 e 1937 face ao I Congresso do negro brasileiro de 1950: rupturas e impasses. **Augustus**. Rio de Janeiro, vol. 10, n. 21, p.41-49, jul./dez. 2005.

SLENES, Robert Wayne Andrew. Malungu, Ngoma Vem!: África coberta e descoberta no Brasil. **Revista USP**. São Paulo, vol. 12, p.48-67, 1992.

SOARES. Luiz Carlos. **O "povo de Cam" na capital do Brasil:** a escravidão urbana no Rio de Janeiro do século XIX. Rio de Janeiro: Faperj/ 7 Letras, 2007.

SODRÉ, Muniz. **O terreiro e a cidade:** a forma social negro-brasileira. Petrópolis-RJ: Vozes, 1988.

SOUZA, Ione Celeste J. de. "Porque um menor não deve ficar exposto à ociosidade, origem de todos os vícios": tutelas e soldadas e o trabalho de ingênuos na Bahia, 1970 a 1890. In: CASTILHO, Celso Thomas; MACHADO, Maria Helena Pereira

Toledo (Orgs.). **Tornando-se livre:** agentes históricos e lutas sociais no processo de abolição. São Paulo: Edusp, p.189-210, 2015.

SOUZA, Marina de Mello. Reis do Congo no Brasil, séculos XVIII e XIX. **Revista de História da USP**. São Paulo, n. 152, p.79-98, jun. 2005.

TEIXEIRA, Luana. **Comércio interprovincial de escravos em Alagoas no Segundo Reinado**. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

THOMPSON, Edward Palmer. **Senhores e caçadores:** a origem da lei negra. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **Costumes em comum:** estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. Antropologia e História Social. In: THOMPSON, Edward Palmer. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas: Ed. da Unicamp, 2001.

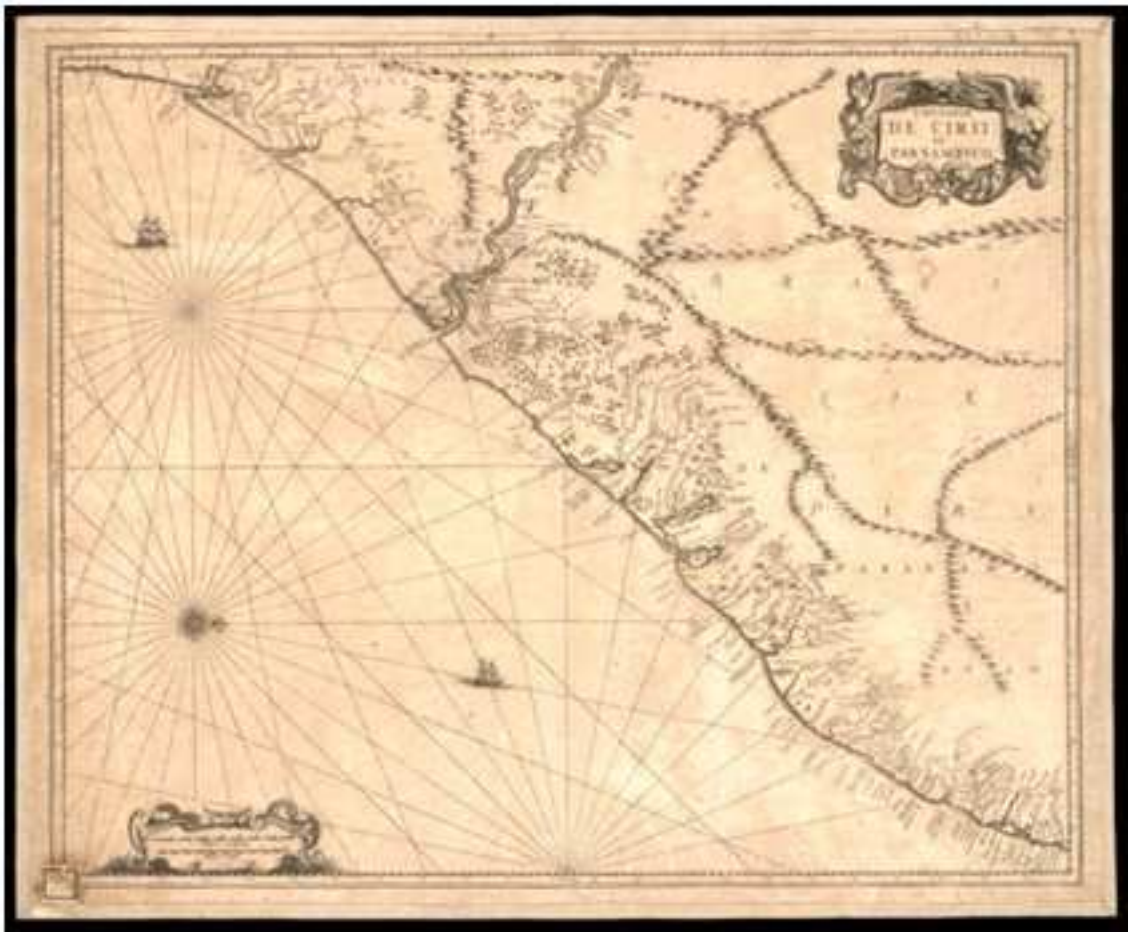
VASCONCELOS, Jorge Luiz Ribeiro. **Passos da fé e da folia:** etnografia de uma congada mineira. Dissertação (Mestrado em Música), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

VIEIRA, Marcilio de Souza; PORPINO, Karenine de Oliveira; NÓBREGA, Terezinha Petrucia da. Corpos brincantes: a cultura corporal do pastoril potiguar. **Revista da Faculdade de Educação da UFRN**. Mato Grosso, ano VIII, n. 14, p. 97-116, jul./dez. 2010.

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e literatura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

ANEXOS

Mapa de Alagoas
(MENDOÇA, Carlos Alberto Pinheiro. **Enciclopédia dos municípios alagoanos**.
Maceió: Instituto Arnon de Mello, 2012, p.15-16).



Mapa de Cir II et Pernambuco – Biblioteca Nacional (ARC.009,11,042 - Cartografia, s/d).

Mapa topográfico da parte da província de Pernambuco: limitada ao norte pela província da Paraíba, ao leste pelo Oceano, ao sul pela província das Alagoas e ao oeste pelo Rio Panema – Biblioteca Nacional (ARC.004,03,015 - Cartografia, 1843).

BEBEDOURO ANTIGO: cód.A.6. Foto nº 00041.
Época dos Lampiões a Gás – Feira de Bebedouro
Onde se vêem a Estação de Trem e, no fundo ao
Alto a Capela da Chã 1.908.

Acervo do Museu da Imagem e do Som de Alagoas (MISA).

BEBEDOURO ANTIGO cod.A.6. Foto n.º 00007.
Praça Santo Antônio assim chamada até 1889, sucedendo então vários outros nomes, tais como: Praça da Liberdade, Praça Major Bonifácio Magalhães da Silveira, e Praça Cel. Lucena Maranhão, sendo que este último foi motivo de polêmica pública, necessitando da interferência do Edil Theobaldo Barbosa conservando assim o nome de Major Bonifácio. Fins do século XIX.

Acervo do Museu da Imagem e do Som de Alagoas (MISA).

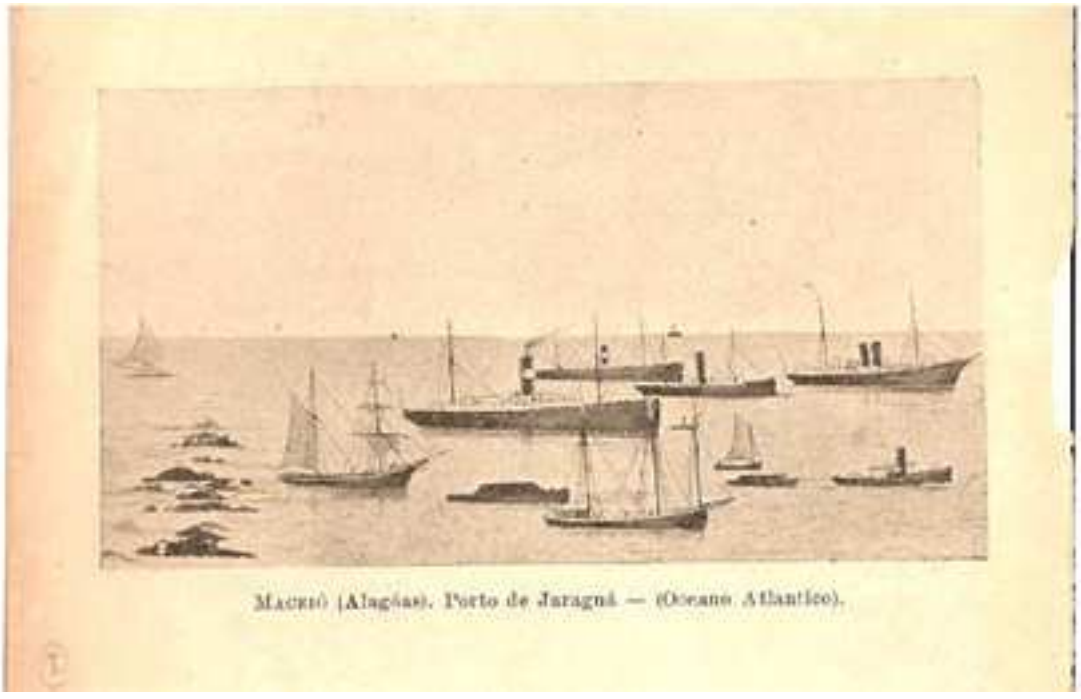
Levada Antiga. Cód. A. 6. Foto nº 00026.
Porto e Canal da Levada no início do século XX.

Acervo do Museu da Imagem e do Som de Alagoas (MISA).

Maceió - Pharol

Acervo do Museu da Imagem e do Som de Alagoas (MISA).

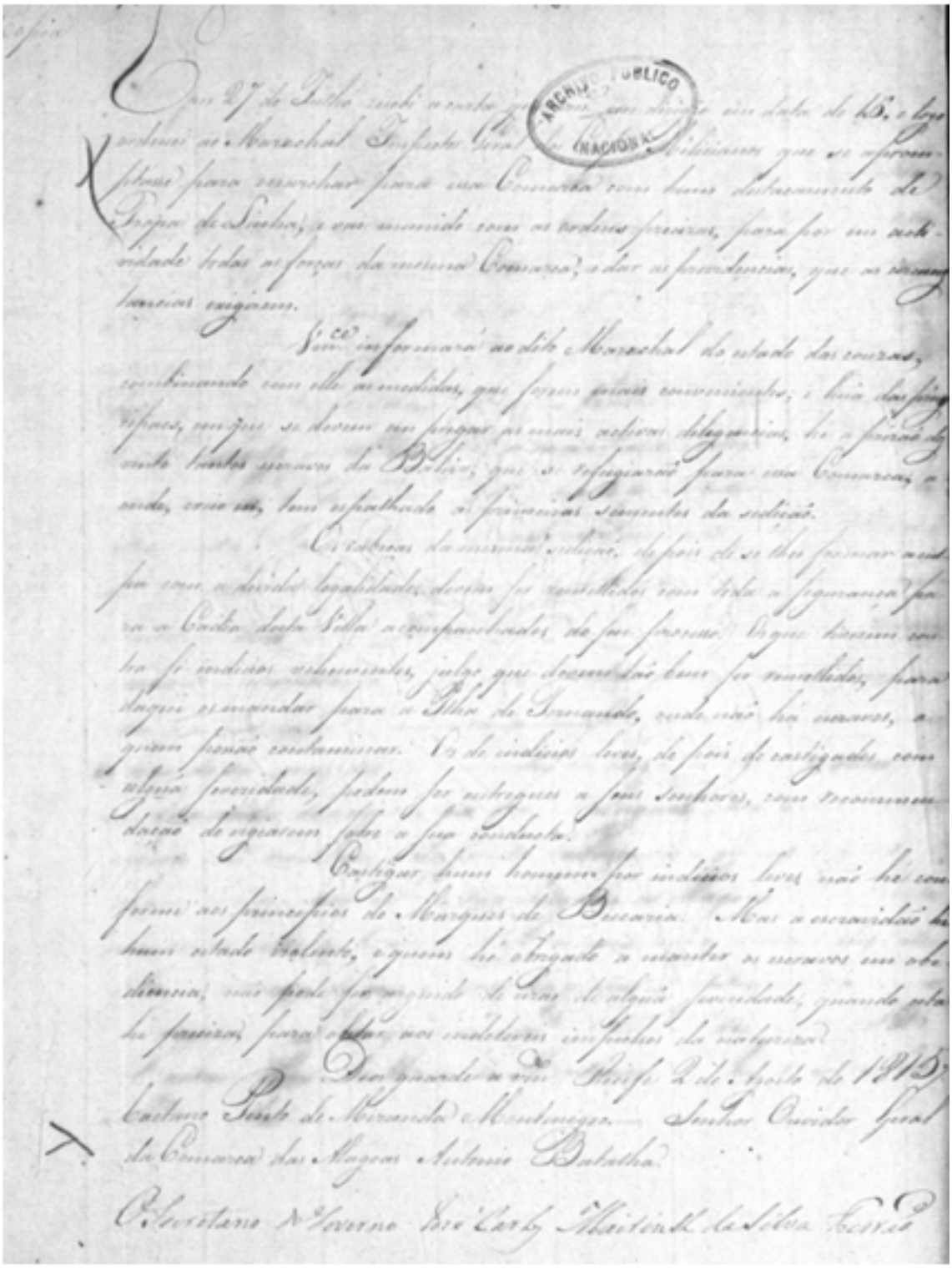
Serra da Barriga, s/d. Acervo do Arquivo Público de Alagoas.



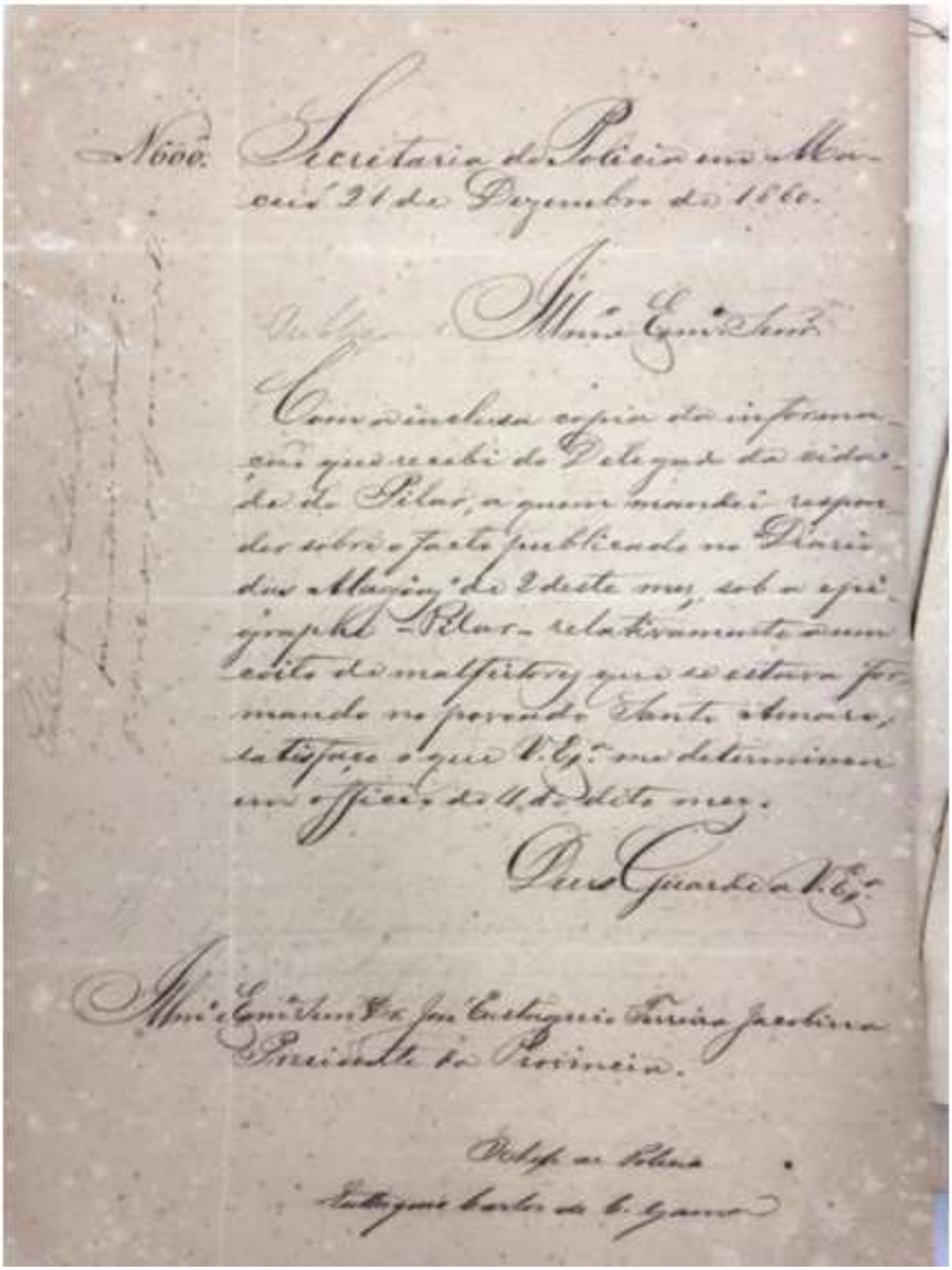
Acervo do Arquivo Público de Alagoas.

Rua dos Quilombos, Maceió, s/d. Acervo do Arquivo Público de Alagoas.

O escravo Izidoro acorrentado. Desenho de um artista popular alagoano, 1888. Biblioteca Nacional (Coleção Arthur Ramos).



Conjunto documental: Ministério do Reino, Pernambuco, Correspondência do presidente da província, 02 ago. 1815. Acervo do Arquivo Nacional - Rio de Janeiro (IJJ9, 241).



Auto de perguntas. Ofícios de Polícia. Acervo do Arquivo Público de Alagoas (Caixa 1691, 1880).

REVISTA

DO INSTITUTO

ARCHEOLOGICO E GEOGRAPHICO ALAGOANO

NUMERO 1

MACEIÓ

TYP. DO JORNAL DAS ALAGOAS,

4, PRAÇA DE PEDRO II, 4

1872

Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Alagoano, Maceió, n. 1, 1872.

FALLAS

DIRIGIDAS A' ASSEMBLEA LEGISLATIVA

DA

PROVINCIA DAS ALAGOAS

na abertura

DA

Sessão extraordinaria em 20 de Fevereiro 1854, e da ordinaria em 8 de Março do dito anno,

pelo Excellentissimo Presidente da mesma Provincia

O Dr. José Antonio Saraiva.

RECIFE:
TYPOGRAPHIA DE SANTOS & COMPANHIA,
RUA DA CRUZ, N. 56.
1854.

Falas dirigidas a Assembleia Legislativa da província de Alagoas, na abertura da sessão extraordinária em 20 de fevereiro de 1854, e ordinária em 8 de março do dito ano, pelo excelentíssimo presidente da mesma província, o dr. José Antônio Saraiva. Recife: Typographia de Santos & Companhia, 1854.

Ano VII — Maceió.—Domingo, 28 de Junho de 1885. — Numero 74

ORBE

Publica-se ás quartas, sextas e domingos

Assignatura

55—TYP. MERCANTIL, RUA DO CONSELHEIRO LOURENÇO DE ALBUQUERQUE—55

ORBE

O ultimatum orbeano

Politica inaugurar, sem receio de incorrer no desagrado de nenhum dos nossos interlocutores, que sempre lhe sente pelo que não adhira de coração á grandeza e civilisadora idéia da emancipação do elemento escravo.

E' esta a aspiração de todo o brasileiro que se interessa vivamente pelo bem-estar da patria.

Quando, porém, a solução d'esse problema com o aniquilamento de um dos principaes elementos da riqueza publica e particular do paiz, sem o mais soluvente desgravo aos inabalaveis patrios e quando a desorganisação do trabalho, a morte da industria agricola, e ruina de um elemento e nada.

Ha hoje lavrou o nosso ex palavra do illustrado collega do Pernambucano que se publica na capital da Republica, transcriptos pelo Reporter, do Maranhão, do provincia da Bahia, sobre a exploração—*A Epoca*.

O abolicionismo brasileiro carece de representar uma aspiração nacional.

Elle é a aspiração de movimento do proletario official, um capitão do imprescindivel arrancamento do Brasil do passado, cousa a peteca a mudança e prosperidade das classes [illegible]

Essa consumação soffrega, impaciente, cruenta, é a vingança e a furia de um opprimido, que procura, por um lado de subjugar a vida de gloria e honras, por outro, satisfazer apparentes anteriores.

O socialismo official, sobretudo defuso, ordenado por doutrinas, não acreditando nunca que volta, pregou muitas vezes entre as classes ricas da sociedade brasileira.

O desapero dos governos, que sentiam o mesmo após si, veio e incorporou quasi sempre nações tranquilas. Estas reacções modernas se em estabelecidas irregularidade.

Vão vem longe a grande lucta do segundo imperio napoleonico.

«Eugenia na Lutia» emmaranhada de Sedan.—o escapar e fatal epilogo das aventuras reaes, necessitadas pelo divertir os povos.

Parece estar no horisonte o mesmo proximo epilogo.

Isto o proletario official, em face do facto, que explorou por sul tendo o trabalho ignaro e inconsciente do paiz e agora após o seu aniquilamento, lhe de reparar-se a medidas, sir a exigir o pio que lhe fallece ás diversas aperturas pelo superior da lesa. Nenhuma illusão é mais possivel.

A reacção da sua escravidão que o imperialismo hoje levanta contra o elemento conservador, ainda do reporem a escravidão, é o futuro Senado da fabula a que o destino tem destribuido a tarefa de affiar escravemos do trabalho.

O proletario official, e escolhemos a cada exposição a seguinte imperio, palavra—escolas, promessa o perigo exterminio, a que ja prevenir vem, uma palavra agouro.

Queria a acção... a vida da mocidade a ser... e pertencem de justiça accidentes por estudo do projecto humildade, que são grandes que a gazeta... porque... porque ... lão de ti.

GAZETILHA

Estrangeiro confirmou-se [illegible] este boato, o pequeno

Bahia e Pernambuco, do competente transferira.

Para a provincia do Rio Grande do Sul, collectou ontem-hontem, o snr. dr. Manoel Raymundo da Fonseca, ultimamente nomeado juiz municipal do termo do Sant'Anna do Livramento n'aquella provincia.

O snr. Alfredo Alves de Souza Lobo obsequiou-nos com um exemplar do seu—*Excepção de Nacionalidade a Favor Latina*.

Trabalho muito provisorio e que revela a applicação do snr. Lobo, por isso muito recommendavel ao publico.

Amanhã, do 7 horas do dia segue para o Pilar o vapor *Jaraguá* da companhia de navegação fluvial, devendo voltar no dia seguinte ás mesmas horas d'aquella cidade.

—Ultimas viagens, em face do aviso do ministerio da agricultura, do 16 de abril, sobre a prorogação do contracto.

Homem á alliança bem conhecido e estrangeiro solicita do estabelecido fazer. Ribeiro Guimarães garante a cidade do Penedo, e, não obstante o cordial perdão da Gazeta, negou-se desta vez a promover novas glorias e glorias.—Fica-se 1862.

Em vez de buscar o Rio de Janeiro, como projectava, vai estabelecer-se até onde Bento for servido.

Isto é bom, vá ahi de muito febre amarella.

Diz a Gazeta de Noticias de hontem que a companhia do snr. Ribeiro Guimarães recebera bom acolhimento na capital a pedido de moradores estabelecidos, negociantes e empregados publicos; do acto que na expressão d'aquelle jornal, empregados publicos e negociantes não são estabelecem.

A que classe social pertencerão os cavalheiros da Gazeta? Talvez a dos ratoeiros, engenhos e &c.

Mais polidez, senhores da Gazeta; moralisem a imprensa.

Com satisfação abrimos hoje espaço a uma publicação, com a qual o nosso amigo snr. capitão Manoel Ribeiro Cavalcanti Teixeira vantajosamente defende-se de uma agressão que lhe foi dirigida pelo snr. Manoel José de Freitas, sendo o nosso referido amigo um dos dignos procuradores nomeados pelo immediato fallecimento do illm. snr. dr. Innocencio de Queiroz, que, por sua vez, verbera em linguagem polida a grosseria do procedimento do referido snr. Freitas.

Cumpridos, pois, a attenção de dizer: leiam para a refinada gentileza.

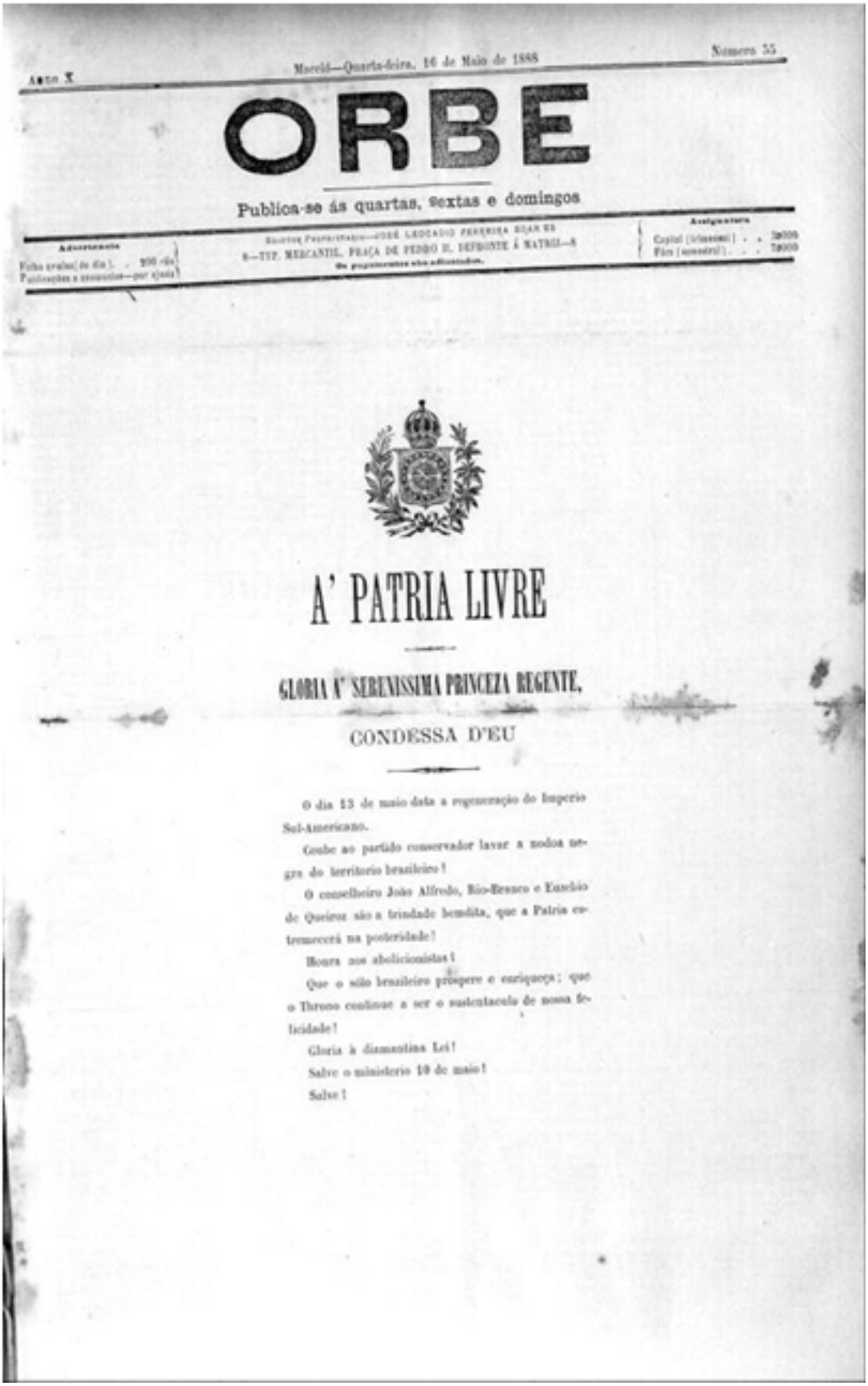
No Gazo de hontem vão os agricultores notarios, buscando empregos nos diversos departamentos que aqui temos publicado para exprimir as mesmas de um recente hypothetico ao senhor Ribeiro Guimarães.

Depois quando [illegible] aprovar, um até requisitos [illegible] que os mesmos jamais [illegible] [illegible] [illegible]

LINCOLN

ORGÃO DE PROPAGANDA ABOLICIONISTA

LINCOLN. Maceió, 24 jul. 1884.



Anno X — Maceió—Quarta-feira, 16 de Maio de 1888 — Numero 55

ORBE

Publica-se ás quartas, sextas e domingos

Advertencia
Folha avulsa (do dia) . . 200 réis
Publicações a requerimento—por cada

EDITOR PROPRIETARIO—JOSÉ LEOCADIO FERREIRA BRAN DO
8—TYP. MERCANTIL, PRAÇA DE PEDRO II, DEFRONTE Á MATRIZ—8
Os pagamentos são adiantados.

Assignatura
Capital (trimestre) . . 2$000
Fóra (semestre) . . . 2$000

A' PATRIA LIVRE

GLORIA Á' SERENISSIMA PRINCEZA REGENTE,

CONDESSA D'EU

O dia 13 de maio data a regeneração do Imperio Sul-Americano.

Coube ao partido conservador lavar a nodoa negra do territorio brazileiro!

O conselheiro João Alfredo, Rio-Branco e Euzebio de Queiroz são a trindade bemdita, que a Patria estremecerá na posteridade!

Honra aos abolicionistas!

Que o sólo brazileiro prospere e enriqueça: que o Throno continue a ser o sustentaculo de nossa felicidade!

Gloria á diamantina Lei!

Salve o ministerio 10 de maio!

Salve!

O ORBE. Maceió, 16 maio 1888.